



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Wallace Marcelino da Silva

**Por uma História Ambiental negra: Uma leitura no Parque
Estadual dos Três Picos-RJ**

Rio de Janeiro

2025

Wallace Marcelino da Silva

**Por uma História Ambiental negra: Uma leitura no Parque Estadual dos Três
Picos-RJ**

Tese apresentada, como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-
Graduação em Meio Ambiente, da Universidade do
Estado do Rio de Janeiro

Orientador: Prof. Dr. Carlos José Saldanha Machado

Rio de Janeiro

2025

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CTC-A

S586 Silva, Wallace Marcelino da.
Por uma História Ambiental negra: uma leitura no Parque Estadual dos Três Picos-RJ/ Wallace Marcelino da Silva. – 2025.
375 f. : il.

Orientador: Carlos José Saldanha Machado
Tese (Doutorado em Meio Ambiente) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

1. História ambiental – Parque Estadual dos Três Picos (RJ) - Teses. 2. Quilombolas – Teses. 3. Grupo com ancestrais do continente africano – Teses. 4. Políticas públicas - Teses. I. Machado, Carlos José Saldanha. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. III. Título.

CDU 504(091)

Patricia Bello Meijinhos CRB7/5217 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Wallace Marcelino da Silva

**Por uma História Ambiental negra: Uma leitura no Parque Estadual dos
Três Picos-RJ**

Tese apresentada, como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor, ao Programa de
Pós- graduação em Meio Ambiente da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Aprovada em 29 de Setembro de 2025.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Carlos José Saldanha Machado (Orientador)

Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ

Prof.^a Dra. Fabrina Pontes Furtado

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

Prof. Dr. Rafael Ângelo Fortunato

Instituto de Geografia - UERJ

Prof. Dr. Luiz Alberto de Lima Leandro

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

Prof. Dr. Philippe Manoel da Silva Moreira

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC (RJ)

Rio de Janeiro

2025

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às crianças de Gaza e a todo o povo palestino brutalmente oprimido pelas velhas forças coloniais que utilizam o Estado de Israel para mais um genocídio perpetrado pelos países imperialistas contra outras culturas e à natureza.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos especiais à minha família composta pela minha querida esposa e companheira Desirée Tavares de Castro pelo apoio incondicional durante o período da pesquisa e ao meu filho Apollo Tavares de Castro pela alegria e sinceridade em suas descobertas sobre o mundo em que vivemos.

Agradecimentos profundos e eternos à minha mãe, Nely Marcelino da Silva (*In Memoriam*), e ao meu pai, Elias Francisco da Silva (*In Memoriam*), por tudo o que representaram na construção do meu caráter e importância na minha vida, em seus ensinamentos, exemplo de vida e conselhos mesmo nas horas mais tenebrosas da minha trajetória. A todos os meus familiares de pai e mãe que fizeram e ainda fazem parte da história da minha vida, meus irmãos (Darlan, Priscilla e Ênio), meus sobrinhos (Lyotto e Akylles), minha cunhada (Sabrina), meus amigos e amigas, meu avô Ary Marcelino (*In Memoriam*) e à minha avó Francisca Muniz (*In Memoriam*).

Agradeço aos ensinamentos decoloniais de Nego Bispo (1959-2023) pela visão anticolonial sobre as populações negras, à natureza e ao Brasil, sobretudo em sua reafirmação de que há outras formas de se viver no mundo.

Meus agradecimentos ao meu orientador Carlos José Saldanha Machado por sua visão única de mundo, como a minha inserção no conceito de Capitaloceno. Agradeço também a todos os professores do PPGMA pelas lições de vida além da universidade e a todos os meus colegas de turma (Flávia Targa Martins e Paula Thaise Bermudez dos Reis em especial) que começaram um sonho comigo em plena pandemia da COVID-19.

Agradeço a todos os ícones decoloniais que lutaram por um Brasil melhor na história do tempo, tanto pelo fim da escravidão, quanto pela luta em preservar a imensa e esplendorosa natureza do Brasil, como Zumbi dos Palmares, Cacique Cunhambebe, Maria Conga, Chico Mendes e a todos os outros que deram e continuam oferecendo suas vidas por um país e mundo melhor, ou seja, um mundo socialista onde não haja dominador e dominados.

Obrigado a todos pelo privilégio de compartilhar uma existência!

RESUMO

SILVA, Wallace Marcelino da. **Por uma História Ambiental negra**: Uma leitura no Parque Estadual dos Três Picos – RJ. 2025. 375 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

A História ambiental é um campo de conhecimento onde o objeto de estudo é a interação do mundo biofísico junto às complexas relações com sociedades humanas, sendo de natureza interdisciplinar. O uso cultural da Mata Atlântica adquire relevância em contextos geográficos onde a floresta resiste frente às atividades econômicas capitalistas que a alteraram ao longo do tempo histórico. A História Ambiental negra é pouco contada no Brasil porque há uma hegemonia de trabalhos neste campo do conhecimento que não são realizados por uma perspectiva dos povos e comunidades negras. Esta pesquisa buscou construir uma história ambiental negra no Parque Estadual dos Três Picos - PETP. A pergunta central é como a paisagem do parque foi sendo moldada e construída por populações negras ao longo do tempo histórico desde o surgimento dos Sertões de Macacu. Hoje, o PETP é a maior área protegida de Mata Atlântica inserida totalmente no Estado do Rio de Janeiro, sendo um importante refúgio de espécies raras, além de beleza cênica com grande potencial turístico, ecológico e econômico. Abrange o território de 5 municípios fluminenses (Nova Friburgo, Teresópolis, Cachoeiras de Macacu, Silva Jardim e Guapimirim), tendo uma influência cultural negra importante que permitiu a preservação desta parte da Mata Atlântica na região Serrana fluminense. Espera-se que a construção desta leitura de História ambiental negra no PETP a partir de fontes primárias e secundárias (análises documentais e bibliográficas) possa contribuir para a reafirmação da importância ecológico-cultural das populações negras em relação ao bioma Mata Atlântica no Estado do Rio e ao campo da História Ambiental. A tese enfatiza novas visões e caminhos dentro dos estudos das unidades de conservação a partir de perspectivas decoloniais sobre as interações de povos colonizados afrodiáspóricos frente aos biomas e ecossistemas do Brasil. Também destaca a necessidade de políticas públicas socioambientais que abordem o racismo estrutural e integrem as lutas das comunidades negras contra o racismo e as injustiças ambientais no sistema de áreas protegidas do Brasil.

Palavras-Chave: Populações negras. Capitaloceno. Mata Atlântica. Unidades de Conservação. Paisagens coloniais.

ABSTRACT

SILVA, Wallace Marcelino da. For a black environmental history: a reading in the Três Picos State Park – RJ. 2025. 375 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

Environmental History is an interdisciplinary field of knowledge that studies the interaction between the biophysical world and human societies. The cultural use of the Atlantic Forest is particularly relevant in geographical contexts where the forest has resisted transforming capitalist economic activities throughout history. Black Environmental History is a rarely told narrative in Brazil, as hegemonic scholarship in this field largely is not produce from the perspective of Black peoples and communities. This research sought to construct a Black environmental history of Três Picos State Park (PETP). The central question is how the landscape of the park been shaped and built by black populations over the historical time since the emergence of the Sertões De Macacu. Today, PETP is the largest protected area of Atlantic Forest located entirely within the state of Rio de Janeiro, serving as an important refuge for rare species and an area of scenic beauty with significant tourist, ecological, and economic potential. It spans five municipalities (Nova Friburgo, Teresópolis, Cachoeiras de Macacu, Silva Jardim, and Guapimirim), bearing a significant Black cultural influence that contributed to the preservation of this section of the Atlantic Forest in the mountainous region of Rio. By drawing on primary and secondary (documentary and bibliographic analysis) sources, this study aims to reaffirm the ecological and cultural importance of Black populations to the Atlantic Forest biome and the field of environmental history. The thesis emphasizes new visions and paths within the studies of conservation units from decolonial perspectives on the interactions of Afro-diasporic colonized peoples with the biomes and ecosystems of Brazil. It also highlights the need for socio-environmental public policies that address structural racism and integrate the struggles of Black communities against racism and environmental injustices within Brazil's protected areas system.

Keywords: Black populations. Capitalocene. Atlantic Forest. Conservation Units. Colonial landscapes.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Diagrama que mostra a interseção entre ciências humanas e naturais -----	33
Figura 2 - Comunidade afrocolombiana na costa do Pacífico -----	39
Figura 3 - Quilombo de Ivaporunduva, no Vale do Ribeira (SP) -----	42
Figura 4 - Mata Atlântica e dendezeiros no Sul da Bahia-----	43
Figura 5 - Quilombolas da comunidade Sapê do Norte-----	46
Figura 6 - Escola quilombola na localidade de Invernada dos Negros (SC)-----	47
Figura 7 - Confraternização quilombola na Ilha da Marambaia-RJ -----	48
Figura 8 - Crianças quilombolas em região do Rio Trombetas (PA)-----	49
Figura 9 - Escravos africanos no Cais do Valongo por Rugendas (1835)-----	131
Figura 10 - Escravos Barqueiros na Baía de Guanabara por Taunay (1823)-----	132
Figura 11 - Por dentro do quilombo- Rugendas (1827)-----	134
Figura 12 - Mapa dos antigos Sertões de Macacu-----	143
Figura 13 - Ilustrações de Manoel Congo e Mariana Crioula -----	144
Figura 14 - Representação da batalha que prendeu Carukango -----	145
Figura 15 - Desenho do Quilombo da Samambaia (MG) em 1769-----	147
Figura 16 - Desenho do Quilombo de São Gonçalo (MG) em 1769-----	148
Figura 17 - Território do Quilombo do Kalunga(GO)-----	150
Figura 18 - Mapa das comunidades quilombolas no Estado do Rio de Janeiro-----	152
Figura 19 - Mapa dos remanescentes de Mata Atlântica no Brasil-----	154
Figura 20 - Gravura de Rugendas que mostra contato entre colonizadores e povos originários na a Mata Atlântica -----	158
Figura 21 - Mapa de Localização do Parque Estadual dos Três Picos -----	172
Figura 22 - Mata Atlântica na Serra do Mar (RJ) por Von Martius -----	195
Figura 23 - Mata Atlântica em clímax na Serra do Mar visualizada por Saint-Hilaire--	197
Figura 24 - Fazenda Mandioca (RJ) por Rugendas (1835) -----	199
Figura 25 - Paisagens de refúgio de Langsdorff por Thomas Ender (1817) -----	203
Figura 26 - Desenho antigo de plantações de café na Mata Atlântica -----	207
Figura 27 - Mata Atlântica em Guapiaçu (RJ) -----	210
Figura 28 - Mapa do Vale do Rio Macacu em 1819 -----	212
Figura 29 - Rio Guapiaçu e suas límpidas águas na zona rural de Cachoeiras de Macacu	214
Figura 30 - Desmatamento da Mata Atlântica realizado por escravos por Taunay (1843)	215

Figura 31 - Desenho de um engenho colonial pintado por Frans Post em 1640 -----	216
Figura 32 - Mapa dos Sertões de Macacu e a antiga Vila de Santo Antônio de Sá-----	217
Figura 33 - Antiga estação ferroviária de Cachoeiras de Macacu -----	222
Figura 34 - Escravos africanos trabalhando em plantação de café no Rio de Janeiro --	223
Figura 35 - Camponeses nos conflitos agrários em Cachoeiras de Macacu -----	225
Figura 36 - Agricultura familiar em Salinas -----	226
Figura 37 - Agricultor negro na região de Guapiaçu em Cachoeiras de Macacu -----	237
Figura 38 - Casas de veraneio em Caneca Fina (Guapimirim) -----	238
Figura 39 - Cultivo agrícola na localidade de Estreito em Cachoeiras de Macacu -----	239
Figura 40 - Riacho nas florestas do PETP na localidade de Santo Amaro -----	242
Figura 41 - Ruínas de antiga igreja próxima às margens do Rio Guapiaçu -----	243
Figura 42 - Bromélia (<i>Nidunelia rodrigoana</i>) recém-descoberta no PETP -----	244
Figura 43 - Remanescente quilombola no Vale do Ribeira (SP) -----	251
Figura 44 - Secagem do café realizada por escravos na Tijuca por Rugendas (1835) ---	259
Figura 45 - Mata Atlântica na região de Macaé de Cima-----	260
Figura 46 - Paisagem de Nova Friburgo pintada por Debret -----	262
Figura 47 - Práticas agroecológicas negras em quintal quilombola -----	263
Figura 48 - Casa de camponês na região de Macaé de Cima em Nova Friburgo -----	264
Figura 49 - Florestas em alto grau de conservação na região de Macaé de Cima -----	267
Figura 50 - Gramíneas africanas na região de Estreito em Cachoeiras de Macacu -----	277
Figura 51 - Mata Atlântica preservada na região de Macaé de Cima -----	279
Figura 52 - Quilombo Cafundá-Astrogilda no Parque Estadual da Pedra Branca-----	284
Figura 53 - Deuses da mitologia africana que foram associados à Mata Atlântica -----	285
Figura 54 - Antiga casa de farinha de mandioca na localidade de Matumbo -----	287
Figura 55 - Trilha Junto ao antigo leito ferroviário nos limites de Nova Friburgo e Cachoeiras de Macacu -----	291
Figura 56 - Território dos Hervanos entre Cachoeiras de Macacu e Silva Jardim -----	292
Figura 57 - PETP na localidade de Estreito mostrando sua diversidade ecológico-cultural	293
Figura 58 - Picos de Salinas, joias da Geodiversidade do PETP -----	294
Figura 59 - Terreiro de matriz africana na localidade de Caneca Fina -----	295
Figura 60 - Casa de morador negro na localidade de Paraíso -----	296
Figura 61 - Visão do território dos Hervanos em área de difícil acesso -----	298
Figura 62 - Mapa de remanescentes de Mata Atlântica de Cachoeiras de Macacu -----	305
Figura 63 - Rio Guapiaçu na região do distrito de Subaio em Cachoeiras de Macacu ---	306

Figura 64 - Gramíneas africanas e o PETP -----	303
Figura 65 - Antiga Fazenda do Carmo com florestas devastadas -----	308
Figura 66 - Alagados da Regua em antiga área devastada de Matas paludosas -----	309
Figura 67 - Propriedade rural com sinais de desmatamento em domínio colinoso -----	310
Figura 68 - Mata Atlântica em domínio colinoso no território dos Hervanos -----	311
Figura 69 - Vovó Leontina, um dos ícones da comunidade negra de C. de Macacu ----	312
Figura 70 - Mapa de remanescentes de Mata Atlântica de Nova Friburgo -----	314
Figura 71 - Região de Salinas -----	315
Figura 72 - Cultivos agrícolas em Salinas (Nova Friburgo) -----	315
Figura 73 - Silvicultura de Eucalipto na trilha de acesso ao Pico da Caledônia -----	316
Figura 74 - Visão do planalto onde se localiza a cidade de Nova Friburgo -----	316
Figura 75 - Mata Atlântica em excelente estado de conservação na represa do Debossan	317
Figura 76 - Florestas preservadas do PETP próximo ao centro de Nova Friburgo -----	318
Figura 77 - Mata Atlântica conservada junto à estrada principal em Macaé de Cima ---	319
Figura 78 - Camponesa negra junto ao PETP em Macaé de Cima -----	320
Figura 79 - Rio Macaé nas antigas paisagens quilombolas da região de Macaé de Cima	321
Figura 80 - Mapa de remanescentes de Mata Atlântica de Guapimirim -----	324
Figura 81 - Mapa de remanescentes de Mata Atlântica de Teresópolis -----	326
Figura 82 - Busto de Maria Conga na localidade de Piedade em Magé -----	327
Figura 83 - Fragmento de mata de baixada na localidade de Paraíso em Guapimirim --	328
Figura 84 - Casas de segunda residência na localidade de Caneca Fina em Guapimirim	328
Figura 85 - Casa camponesa na localidade de Limoeiro em Guapimirim -----	329
Figura 86 - Comunidade na região do Vale da Revolta em Teresópolis -----	330
Figura 87 - Mapa de remanescentes de Mata Atlântica de Silva Jardim -----	332
Figura 88 - Mapa do antigo Quilombo Bananeiras em Silva Jardim -----	334
Figura 89 - Sertão de Bananeiras na atualidade em Silva Jardim -----	334

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Saídas de campo e localidades no PETP-----	26
Quadro 2 - Evolução histórica das mudanças da paisagem na região do PETP ---	228
Quadro 3 - Problemas socioambientais e impactos sobre populações negras no PETP-	245
Quadro 4 - Relações ecológicas negras com os Ecossistemas e fitofisnomias do PETP e adjacências -----	254
Quadro 5 - Fases de ocupação dos Sertões de Macacu -----	301

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
2	BASES TEÓRICAS	31
2.1	A Natureza na História: A construção da História Ambiental no Brasil.....	31
2.1.1	<u>Conceituação e Origem da História Ambiental</u>	<u>31</u>
2.1.2	<u>A construção de uma História Ambiental negra no Brasil</u>	<u>35</u>
2.1.3	<u>A Ecologia Decolonial e a Natureza Colonizada.....</u>	<u>53</u>
2.2	A natureza no Capitaloceno: Conflitos e as crises ambientais	73
2.2.1	<u>A ideia de Natureza e as correntes ecológicas.....</u>	<u>73</u>
2.2.2	<u>A Paisagem como registro histórico da relação sociedade e natureza</u>	<u>82</u>
2.2.3	<u>A Natureza dos conflitos Ambientais e algumas de suas consequências.....</u>	<u>86</u>
2.2.4	<u>A Era do Capital e a Origem do Capitalismo</u>	<u>90</u>
2.2.5	<u>O Antropoceno e a naturalização do ecocídio como causa da humanidade</u>	<u>97</u>
2.2.6	<u>O Capitaloceno e a destruição do mundo pelo capital</u>	<u>106</u>
3	POPULAÇÕES NEGRAS E A RESISTÊNCIA QUILOMBOLA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	127
3.1	As origens das populações negras no Brasil e no Estado do RJ	127
3.2	Quilombos e populações quilombolas remanescentes no Estado do RJ	133
3.2.1	<u>Origem e consolidação dos quilombos no Brasil.....</u>	<u>133</u>
3.2.2	<u>As características e diferenças entre os territórios negros quilombolas</u>	<u>136</u>
3.2.3	<u>Os movimentos quilombolas e os quilombos do Estado do Rio de Janeiro.....</u>	<u>143</u>
4	POPULAÇÕES NEGRAS E A RESISTÊNCIA QUILOMBOLA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	153
4.1	Breve História Ambiental da Mata Atlântica Fluminense	153
4.2	Breve História das áreas protegidas e sua inserção no Brasil	166
4.3	Histórico e Características biofísicas do PETP	172
4.3.1	<u>Fitofisionomias do PETP.....</u>	<u>175</u>
4.3.2	<u>Características climáticas</u>	<u>177</u>
4.3.3	<u>Características geológicas e a Geodiversidade</u>	<u>178</u>
4.3.4	<u>Variedade geomorfológica do PETP.....</u>	<u>180</u>
4.3.5	<u>Solos do PETP</u>	<u>182</u>

4.3.6	Bacias Hidrográficas que drenam a região do PETP	184
4.4	Características socioeconômicas dos municípios que integram o PETP e seus remanescentes florestais.....	186
4.5	Viajantes e naturalistas na região do atual PETP.....	193
5	RESULTADO E DISCUSSÕES	210
5.1	Ocupação Histórica e a construção da paisagem na região do PETP	210
5.2	Conflitos Ambientais do PETP e as suas populações negras	235
5.3	As visões ecológicas das comunidades negras e o PETP	250
5.4	A construção de um campesinato negro na Mata Atlântica do PETP	266
5.4.1	<u>As origens do campesinato negro na Mata Atlântica do PETP</u>	<u>266</u>
5.4.2	<u>A Mata Atlântica do PETP e a criação de territórios afrodiáspóricos.....</u>	<u>275</u>
5.4.3	<u>Os quilombos e o Campesinato negro na Mata Atlântica do PETP.....</u>	<u>280</u>
5.4.4	<u>As funções dos territórios negros no PETP</u>	<u>289</u>
5.5	Os Sertões de Macacu se transformam e são africanizados no Capitaloceno brasileiro.....	298
5.5.1	<u>Africanização da paisagem em Cachoeiras de Macacu</u>	<u>304</u>
5.5.2	<u>Africanização da paisagem em Nova Friburgo.....</u>	<u>313</u>
5.5.3	<u>Africanização da paisagem em Guapimirim e Teresópolis</u>	<u>323</u>
5.5.4	<u>Africanização da paisagem em Silva Jardim</u>	<u>331</u>
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	336
	REFERÊNCIAS	344

INTRODUÇÃO

A minha trajetória acadêmica começa com a minha aprovação no vestibular da Universidade Estadual do Rio de Janeiro no ano de 2004, no qual entrei para a faculdade de Geografia com ênfase em Meio Ambiente. Dentro desta instituição, tomei nota de grandes obras em História Ambiental e comecei a estudar o tema com afinco junto das questões ambientais, já dentro de outra instituição de ensino acadêmico, a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Cursei pós-graduação no Museu Nacional e Mestrado em Geografia, estudando duas unidades de conservação do Estado do Rio de Janeiro: a Reserva Biológica do Tinguá e o Parque Estadual dos Três Picos-PETP.

Após um hiato de 6 anos fora da universidade, resolvi voltar para cursar o doutorado e assim retomar minha história acadêmica que já vinha sendo cogitada há algum tempo e que foi adiada pela perda de pessoa muito querida e pela constituição de minha família. Desta vez, meus estudos teriam continuação no PETP, mas adentrava a História Ambiental de uma forma diferente. Agora, mais do que contar a História Ambiental desta unidade de conservação, meu objetivo foi pesquisar sobre as influências culturais e ecológicas das populações negras sobre a paisagem deste recorte territorial da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro.

Tive a sorte de encontrar um orientador disposto a me ajudar nesta volta à academia dentro de um programa de doutorado interdisciplinar na linha de construção social do meio ambiente, regressando à Universidade Estadual do Rio de Janeiro, instituição onde há 20 anos iniciei meus estudos acadêmicos. Todavia, seria um desafio pesquisar sobre o tema proposto porque é necessário pesquisar fontes em várias ciências, como a História, a Sociologia, a Geografia, a Antropologia, a Botânica e a Ecologia. A Mata Atlântica do Estado do Rio de Janeiro vem sendo alterada por inúmeras atividades econômicas desde a chegada dos portugueses há mais de 500 anos no Brasil, e o papel do escravo como ator social dentro deste contexto histórico-geográfico é um dos mais importantes.

Isto porque as populações negras que aqui chegaram na diáspora foram coagidas e forçadas a modificar as paisagens do bioma Mata Atlântica, ajudando na própria construção do Habitar colonial, enquanto lenhadores, cultivadores de monoculturas ou construtores de estradas. Também vale salientar que estas etnias negras construíram outros modos de existência dentro do sistema colonial escravista através de seus conhecimentos ecológico-culturais para sobreviverem em um mundo novo e repleto de perigos existenciais fora do continente africano.

Os processos de destruição do estado brasileiro perpetrados durante o governo de Jair

Messias Bolsonaro (Missiatto *et al*, 2021) a partir de suas políticas contrárias à ciência e às políticas ambientais e de direitos humanos, levaram-me a enveredar no desafio de se fazer uma História Ambiental negra, que é um campo ainda pouco pesquisado no Brasil (Melosi, 2005). Contar um pouco da história das populações negras frente a uma unidade de conservação é um dos fatores de maior relevância deste trabalho, porque contribuirá no preenchimento de uma lacuna de estudos em História Ambiental ainda dominada por pesquisadores de etnias brancas.

As unidades de conservação, as terras indígenas, as terras quilombolas e outros territórios ocupados por populações tradicionais se configuram como uma barreira contra a expansão desenfreada dos novos e antigos agentes econômicos em busca de novas terras para acumulação ilimitada de capital na Era do Capitaloceno, como no passado colonial e pós-colonial da Mata Atlântica.

Apesar dos avanços deste campo de conhecimento nas últimas décadas no Brasil, poucos trabalhos são realizados sobre o papel que as populações negras exerceram em suas interações com os biomas aqui existentes, especialmente a Mata Atlântica, já que a ocupação do país começou no litoral que era ocupado por este bioma. Resolvi topar este desafio em contar um pouco desta fascinante história com grandes dificuldades porque as culturas africanas são dominadas pela oralidade e há grande escassez de documentos que contem a visão das populações negras sobre o período da escravidão sobre eles mesmos, pois as fontes que existem em sua maioria mostram a visão do colonizador sobre os escravos e suas formas de resistência, como a dita mais radical de todas, o território negro quilombola.

Contudo, estas populações negras também vêm construindo até hoje territórios negros afrodiaspóricos fora do sistema dominante colonial que são resistência física, cultural e ecológica ao domínio dos agentes do capital que cobiçam estes territórios ainda não incorporados à dinâmica capitalista extrativista do Brasil. Estas populações fazem e constroem assim uma História Ambiental negra que pode ser contada tanto pelo papel dos antigos quilombos, quanto aqueles que conseguiram sobreviver por diversos motivos nas paisagens da Mata Atlântica, ou ainda pelos terreiros de religiões de matriz africana ou pequenas hortas em quintais de populações negras (Acevedo; Castro, 1998; Glave, 2005; Watkins; Voeks, 2015) que guardam sistemas ecológicos distintos do Sistema agrícola colonial e que são repletos de influência de cosmovisões agroecológicas negras.

Contexto da Tese

A tese foi construída a partir do estudo de conceitos como História Ambiental, Mata Atlântica, Ecologia decolonial, unidades de conservação e Capitaloceno. Estes conceitos perpassam inúmeros temas de estudos de alto grau de interdisciplinaridade compatíveis com as exigências do curso de Doutorado em Meio Ambiente da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. As fontes primárias e secundárias utilizadas permitiram que uma pequena história fosse contada e que poderá ser uma contribuição importante para estudos socioambientais no estado.

A História Ambiental é um campo de conhecimento que vem crescendo no Brasil nas últimas décadas, o que é comprovado pelo bom número de obras descritas em artigo recente onde 85 trabalhos foram diagnosticados para este campo do conhecimento (Pádua; Carvalho, 2020). Este campo de estudos pode auxiliar pesquisadores, enfatizando que o mundo biofísico é uma parte essencial como agente histórico em interação com as sociedades humanas (Pádua, 2010).

A História Ambiental possibilita uma análise e entendimento do histórico de ocupação das terras que compõem o atual PETP. As paisagens atuais são produto das relações históricas entre as sociedades humanas e o mundo biofísico, como o bioma Mata Atlântica. A história de populações humanas pode ser contada por estudos com ferramentas metodológicas deste campo do conhecimento (Funes; Rios, 2020).

William Cronon (1983) lembra-nos que o conceito conhecido como natureza intocável não é uma opção muito eficiente para uma melhor mediação entre sociedades humanas e o mundo natural, tal como descrito por Diegues (2008). Worster (1988) destaca que a História Ambiental surgiu em contextos da emergência da crise ambiental atual e, portanto, serve de parâmetro para explicar como os seres humanos do passado foram afetados pelos mais diversos sistemas naturais, contribuindo para a confecção das paisagens como as da área do parque. Todavia, a História Ambiental realizada em países como os Estados Unidos pode ser traduzida para ambientes e biomas diferentes, como os existentes no Brasil (Drummond, 1991).

A Mata Atlântica, grande porção de floresta que existia no Brasil, poderia rivalizar com a atual Floresta Amazônica em termos de diversidade florística e cultural. Este bioma acompanhava o litoral brasileiro do Rio Grande do Norte até o Rio Grande do Sul, entrando no interior do país nos estados de MG, SP, PR, MS, GO, CE e PI. Era chamada Caá-etê pelos antigos habitantes indígenas (Dean, 1996).

A Mata Atlântica, embora tenha perdido milhares de hectares de sua área até 1900, chegou ao século XX ainda com bolsões florestais de bom tamanho e de elevada

biodiversidade (Dean, 1996). O bioma encontra na região do PETP um dos seus maiores testemunhos históricos do que deveria ser a grande floresta de outrora e aqui a História Ambiental se configura como um excelente campo analítico para se contar o que havia antes e o que há agora na paisagem atual.

O período de exploração mais intenso na área do parque e seu entorno, como a retirada de madeiras nobres, começou em grande escala apenas em fins do século XIX e início do século XX. Drummond (1997) enfatiza que o Vale do Rio Paraíba do Sul, do qual algumas partes do território do parque fazem parte, só foi ocupado no início de 1800. Contudo, a introdução do café e a escravidão de povos africanos mudaram toda a dinâmica da região porque permitiram a utilização de áreas mais íngremes, típicas de relevo mais montanhoso e mais difíceis de exploração, e ajudaram na reafirmação da escravidão no país que foi o último a abolir a escravidão.

Assim, algumas regiões dos municípios de Guapimirim e Cachoeiras de Macacu foram devastadas pelo café (Drummond, 1997). Com isso, as florestas de baixadas foram mais utilizadas para fins madeireiros, pecuária e agricultura de pequena escala. Drummond (1997) argumenta que algumas áreas da Mata Atlântica inexplicavelmente conseguiram resistir até os dias atuais, o que engloba a região serrana, muito embora alguns motivos possam ser pensados como o difícil acesso ou a escassez populacional. Atualmente, a Mata Atlântica do parque inclui algumas das áreas mais preservadas do Estado do Rio de Janeiro, mesmo com os avanços de novos processos econômicos frente às florestas, como o complexo petroquímico do Comperj e o perigo de construção de barragens para captação de água (Da Silva, 2015).

A Ecologia Decolonial descrita por Ferdinand (2022) entende que as graves crises ambientais ocorridas no continente americano e em outras partes do mundo que foram colonizadas por potências europeias possuem como causa o colonialismo e o imperialismo imposto nestes territórios que eram habitados por outros povos com outras visões de mundo. Estas antigas práticas coloniais continuam avançando sobre o planeta através do grande capital em busca de novos espaços para acumulação de riqueza nos moldes capitalistas (Martinez, 2006).

As origens das grandes mudanças ambientais e sociais do planeta, como a escravidão dos povos africanos, não começaram na época da Revolução Industrial ou na chamada grande aceleração, como advogam os teóricos da hipótese do Antropoceno, mas sim com os grandes descobrimentos, onde as potências imperialistas estabeleceram um habitar colonial (Ferdinand, 2022) ou modo de vida imperial (Acosta; Brand, 2019). Este habitar colonial

privou os camponeses europeus de seus modos de vida e subsistência e o fez ao redor do mundo, em África, Ásia, América e Oceania. Esta espoliação da terra, da natureza e das pessoas foi o motor do capital (Martinez, 2006).

Problemáticas e justificativas para esta pesquisa

O Brasil ainda é um país com grandes áreas florestais, principalmente na região amazônica, mas a mais antiga floresta tropical do Brasil, a Mata Atlântica, ainda detém uma enorme riqueza biológica e cultural mesmo com o uso econômico acelerado realizado nos antigos territórios ocupados pelo bioma desde o período colonial (Dean, 1996; Cabral, 2014). A região Serrana do Estado do Rio de Janeiro é um mosaico de florestas que detém alguns dos melhores e maiores fragmentos deste bioma em todo o território nacional (Drummond, 1997).

A Mata Atlântica atual é uma soma de territórios com diversificados usos do solo e incrível diversidade cultural e ecológica que vem sendo modelada na paisagem por diferentes culturas ao longo do tempo histórico, dentre elas, as populações negras. Esta pequena história ambiental negra se confunde com a história do próprio Estado do Rio de Janeiro porque o racismo estrutural ainda reinante na sociedade brasileira se traduz em racismo ambiental até mesmo em políticas públicas excludentes dos mais pobres, porque os pobres possuem outro tipo de ecologismo (Alier, 2018).

A Era do Capital no Brasil (Moore, 2017) demonstra que o país precisa ter outras relações com o mundo natural não-humano para que o conhecimento tradicional, como o de populações negras, seja mais valorizado em políticas públicas inclusivas frente ao avanço de modelos econômicos predatórios estabelecidos aqui por europeus há mais de 500 anos. O surgimento de organismos perigosos por causa destas práticas predatórias fez surgir a COVID-19 e certamente outras ameaças biológicas que colocam em risco principalmente os mais pobres e vulneráveis dentro do sistema econômico do capital. Tal artimanha já vem sendo realizada por europeus dentro do chamado imperialismo ecológico (Foster, 1999; Crosby, 2011; Cantor, 2019; Brand; Wissen, 2021; Saito, 2021).

Infelizmente, os estudos em História Ambiental e outros campos científicos ainda possuem uma predominância das ideias do Antropoceno liberal no Brasil. Por outro lado, em outros países da América Latina, as correntes críticas ao Antropoceno, como Capitaloceno e Plantationceno, encontram um grande número de estudiosos e pesquisadores em uma grande literatura científica mais adequada ao nosso passado e presente colonial. O imenso território do Brasil e a complexidade histórico-geográfica-cultural-ecológica dos 26 estados da federação são um enorme campo de estudos ainda por incorporar nos biomas e seus povos.

Esta pesquisa tem como objeto de estudo fazer uma História Ambiental negra no PETP (Parque Estadual dos Três Picos), maior unidade de conservação presente apenas no território do Estado do Rio de Janeiro. É um parque que cobre 65.000 hectares em cinco municípios fluminenses com grandes diferenças socioambientais, onde dois deles se encontram em ambiente predominantemente serrano (Nova Friburgo e Teresópolis) e os outros três municípios (Guapimirim, Cachoeiras de Macacu e Silva Jardim) possuem características serranas com parte de seus territórios em zonas de planícies em forma de baixadas (Da Silva, 2015).

O PETP ostenta uma ampla variedade de espécies de árvores, orquídeas, aves, insetos, mamíferos, fungos, dentre outros organismos, alguns ameaçados de desaparecimento. Diante desta imensa diversidade natural, construir uma História Ambiental pode ser mais um trunfo científico frente aos avanços do capital sobre territórios coletivos do estado, como as unidades de conservação. Esta diversidade socioecológica da região do parque atual tem sua parcela de contribuição dos negros escravizados e seus descendentes que vivem esparsos nos cinco municípios que fazem parte da UC.

Esta unidade de conservação foi escolhida porque possui uma grande área de Mata Atlântica ao redor do Recôncavo da Guanabara, a mais populosa do estado. Além disso, sua imensa diversidade ecológica em termos de espécies de animais e plantas, sua geodiversidade em relação ao imenso estoque de água de seu interior, suas elevações e trilhas ecológicas utilizadas para montanhismo e outros esportes ecológicos são atrações que fazem deste território o maior fragmento de florestas remanescentes dentro do estado. Também sua rica história cultural, desde os primeiros habitantes até a chegada de populações negras escravizadas, faz deste parque uma das regiões mais importantes para estudos socioecológicos no Rio de Janeiro.

O potencial hídrico dos PETP é atestado pela importância de bacias hidrográficas como a dos rios Macacu e Guapiaçu, cujas nascentes se localizam no parque e são utilizadas para o abastecimento de água de boa qualidade para grandes núcleos populacionais de municípios que se encontram no chamado recôncavo da Guanabara (Lamego, 1948). Além das muitas empresas de água mineral que aproveitam águas límpidas, que dependem da conservação das florestas que compõem o espaço territorial da Unidade de Conservação.

Devido a diferentes fatores de ocupação territorial e atividades econômicas no tempo histórico-geográfico, o parque possui diferentes populações humanas, onde parte é composta pelos descendentes de negros escravizados no passado. Estas populações têm se relacionado com o bioma Mata Atlântica nesta região do estado desde o período colonial (Machado,

1997).

O antigo nome dado pelos lusitanos a esta região foi Sertões de Macacu, criado após a expulsão dos habitantes nativos indígenas, pois eram lugares ainda com expressiva vegetação de Mata Atlântica (Marretto, 2019). Os Sertões de Macacu se estendiam pelos atuais municípios onde o parque está inserido hoje e sua história pode contar o uso do solo pelos mais variados atores e grupos sociais ao longo do tempo histórico, como os grupos sociais negros, sendo o foco deste trabalho. Esta forma de configuração espacial instituída pelos portugueses esteve atrelada à produção de ouro no Vale do Paraíba e também ao escoamento de ouro e outros minerais de procedência de Minas Gerais (Cardoso, 2019).

Segundo Cabral (2014), esta região ficou isolada durante muito tempo no período colonial por ser um depósito das chamadas madeiras de lei e servir como importante zona de isolamento da coroa, servindo como barreira geográfica contra outras ocupações advindas de atividades econômicas. As florestas dos sertões começaram a ser substituídas pela ascensão do café e da intensificação do trabalho escravo utilizado no sistema agrícola colonial cafeeiro e, a partir daí, surgem tanto os escravos madeireiros, como os aquilombados que se utilizam das matas para sobreviver no espaço colonial como métodos de alteridade.

Justificativas

Diante deste contexto, fazer uma pequena História Ambiental negra no PETP pode auxiliar na valorização dos saberes e culturas negras dentro de outra ótica ecológica-cultural frente ao colonialismo que legou o racismo estrutural e seus desdobramentos, como o racismo ambiental. Fazer isso é reforçar perspectivas decoloniais de estudos que combatam a hegemonia epistemológica europeia e suas visões de mundo.

Esta pesquisa busca construir uma história ambiental deste parque a partir das apropriações do espaço por populações negras que viveram e vivem nesta região atualmente, tendo como base as mudanças impostas pelas mais diversas atividades econômicas das quais fizeram parte dentro da Era do Capitaloceno (Moore, 2018). Sendo um conhecimento integrativo e relativamente novo, do ponto de vista da história das ciências, a história ambiental pode fomentar importantes contribuições para a transformação das relações ecológicas decoloniais entre as populações humanas negras que ainda vivem no seu entorno.

A construção de uma História Ambiental negra é fundamental para compreender as relações entre populações negras e a natureza na região do PETP, revelando como essas etnias negras transformaram e ressignificaram a paisagem da Mata Atlântica fluminense por meio de

práticas de resistência, como as brechas camponesas e os aquilombamentos, construindo um campesinato negro. Esta modalidade de campesinato diz respeito às formas e práticas de cultivos agrícolas associadas às populações negras afrodiáspóricas e de seus descendentes a partir de forte organização familiar e ancestral desde as antigas brechas camponesas e atividades de aquilombamento (Gomes, 2015). Estas visões ecológico-culturais afrodiáspóricas são frequentemente invisibilizadas pelas narrativas hegemônicas da conservação ambiental, que despreza as práticas culturais das populações negras que vieram ao Brasil através das migrações forçadas coloniais.

Construir uma História Ambiental negra nesta UC justifica-se porque estudos e pesquisas a partir de perspectivas decoloniais em relação aos descendentes de populações escravizadas trazidas por migrações forçadas a países como o Brasil podem ser enriquecidas por esta tese e contribuir com outras obras que abordem a temática como Ferdinand (2022), Carney (2003; 2011), Zimring (2016), Yusoff (2018), Watkins (2020), Ferdinand (2022), Da Silva (2023). As Unidades de Conservação fluminenses podem receber importantes contribuições com as pesquisas sobre as populações negras sobre estes territórios em suas interações históricas com os biomas e ecossistemas da Mata Atlântica desde a época das experiências coloniais da escravidão.

Hipótese e objetivos

Portanto, indaga-se: Qual é o papel histórico e a influência cultural das populações negras na conformação da paisagem do Parque Estadual dos Três Picos (PETP), considerando as marcas e vestígios de sua presença diante das transformações econômicas desde o período da escravização até a atualidade? Esta pergunta central poderá ser respondida também a partir de outras pequenas indagações abaixo, como:

- 1) Como a paisagem do parque e seu entorno vêm sendo remodeladas por atividades econômicas por parte das populações negras que vivem nesta região desde o século XVIII até a sua criação em 2002?
- 2) Quais são os impactos ambientais nos diferentes domínios da Mata Atlântica na área de estudo e suas relações com as populações negras escravizadas?
- 3) Como uma História Ambiental negra poderá auxiliar em uma melhor gestão do parque e estabelecimento de políticas públicas inclusivas, levando-se em consideração o racismo estrutural ainda vigente na sociedade brasileira?
- 4) Como a visão de uma Ecologia Decolonial pode se tornar suporte para políticas públicas

mais inclusivas em regiões de unidades de conservação?

Parte-se da hipótese de que elementos culturais oriundos das populações negras ao longo do tempo histórico contribuíram para a existência da Mata Atlântica nesta região do estado, junto a outros fatores como o relevo, ao isolamento histórico devido a leis estabelecidas durante o período colonial ou a mudanças na dinâmica de atividades econômicas durante a Era do Capitaloceno.

Assim, para viabilizar esta hipótese, realizou-se uma pesquisa com tema inédito no parque a partir de fontes primárias e secundárias localizadas em bases de dados como SciELO e Periódico Capes, assim como artigos científicos, teses, dissertações de mestrado, livros, matérias de jornais e revistas, iconografias (quadros e desenhos antigos), relatos de naturalistas e viajantes e outros procedimentos bibliográficos e documentais sobre a região de estudo.

Então, o objetivo geral é compreender o papel das populações e comunidades negras na construção da História Ambiental do Parque Estadual dos Três Picos (PETP), a partir da perspectiva da ecologia decolonial, desde a ocupação da região nos antigos Sertões de Macacu até a criação do parque em 2002. Para tanto, foram delineados os seguintes objetivos específicos:

- 1) Descrever as particularidades histórico-geográficas das áreas selecionadas, evidenciando a influência das populações e comunidades negras no contexto do parque;
- 2) Analisar o papel desses grupos sociais na formação da paisagem atual do parque, considerando seus atributos naturais e culturais;
- 3) Investigar a relação das populações negras com as atividades econômicas ao longo do recorte temporal proposto;
- 4) Propor contribuições para estratégias de preservação e conservação da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro, destacando a atuação e a influência cultural negra na região estudada.

Estrutura da Tese

A composição e estrutura da tese seguiu um caminho que será apresentado a seguir:

Capítulo 1. Metodologia: Este capítulo apresentou os caminhos metodológicos com as fontes

primárias e secundárias até a confecção do trabalho final.

Capítulo 2. Base teórica: O capítulo apresenta uma revisão de literatura e discussão com os principais conceitos trabalhados na tese dentro do arcabouço teórico escolhido como História Ambiental, Capitaloceno e Ecologia Decolonial.

Capítulo 3. Contexto Ambiental afrodiaspórico do Estado do Rio de Janeiro: Neste capítulo, foram construídas algumas discussões sobre as relações e realidades da influência de populações negras afrodiaspóricas, situando a emergência histórica dos quilombos enquanto movimento de resistência negra e ecológica no Estado do Rio de Janeiro, já como prévia do que será visto nos resultados e discussões.

Capítulo 4. Contexto Socioambiental do PETP Estado do Rio de Janeiro: Aqui, a inserção do PETP, enquanto UC na Mata Atlântica, foi revelada em breves considerações de suas características físicas, econômicas e sociais. Também trouxe uma breve história ambiental da Mata Atlântica do Estado do Rio de Janeiro, assim como alguns dados dos municípios que compõem o PETP e dos viajantes e naturalistas que estiveram na região histórica dos antigos Sertões de Macacu.

Capítulo 5. Resultado e Discussões: O capítulo trouxe o resultado e as discussões da pesquisa da tese através dos conceitos apresentados para contar uma breve História Ambiental negra do Parque Estadual dos Três Picos. Também versou sobre as influências afrodiaspóricas dos municípios de Silva Jardim, Teresópolis, Nova Friburgo, Cachoeiras de Macacu e Guapimirim a partir dos territórios históricos e ecológicos da Mata Atlântica que hoje fazem parte desta importante UC.

Capítulo 6. Apontamentos finais: Este capítulo traz as discussões e apontamentos finais deste trabalho, assim como possíveis contribuições científicas para outros trabalhos sobre este importante tema em outras unidades de conservação no Estado do Rio de Janeiro.

Sustento, nesta tese, que a construção de uma História Ambiental negra é essencial para revelar o protagonismo das populações afrodescendentes na formação do campesinato negro e na africanização da paisagem da Mata Atlântica no Parque Estadual dos Três Picos, desafiando as narrativas hegemônicas da conservação ambiental.

Trabalhos científicos oriundos da Tese

SILVA, Wallace Marcelino da; MACHADO, Carlos José Saldanha Machado. A Africanização da Paisagem do Vale do Rio Macacu-RJ: Uma História Ambiental no Capitaloceno. *In: Anais do X Encontro Nacional da Anppas. Anais...Campinas (SP) Unicamp, 2021. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/x_enanppas2021/393674-A-AFRICANIZACAO-DA-PAISAGEM-DO-VALE-DO-RIO-MACACU-RJ---UMA-HISTORIA-AMBIENTAL-NO-CAPITALOCENO.*

SILVA, Wallace Marcelino da; MACHADO, Carlos José Saldanha Machado; VILANI, Rodrigo Machado. Uma História Ambiental no Capitaloceno: Influência de plantas africanas no Parque Estadual dos Três Picos. *In: Anais do XI Encontro Nacional da ANPPAS. Anais...Curitiba (PR) UFPR, 2023. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/XIENANPPAS2023/621777-UMA-HISTORIA-AMBIENTAL-NO-CAPITALOCENO--INFLUENCIA-DE-PLANTAS-AFRICANAS-NO-PARQUE-ESTADUAL-DOS-TRES-PICOS>.*

DA SILVA, Wallace Marcelino; MACHADO, Carlos José Saldanha; VILANI, Rodrigo Machado. A História Ambiental e as Eras do Homem e do Capital. **Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha**, v. 13, n. 2, p. 114-142, 2023.

DA SILVA, Wallace Marcelino; MACHADO, Carlos José Saldanha; VILANI, Rodrigo Machado. História ambiental das populações africanas no Parque Estadual dos Três Picos, Rio de Janeiro. **Ambiente & Sociedade**, v. 28, p. e00024, 2025.

DA SILVA, Wallace Marcelino; MACHADO, Carlos José Saldanha Machado. Por uma História Ambiental Negra: O Parque Estadual dos Três Picos-RJ e a Ecologia Decolonial. *In: 12º Simpósio da Sociedade Latino-americana e Caribenha de História Ambiental (SOLCHA), 2025 (Apresentação de trabalho).*

DA SILVA, Wallace Marcelino; DOS REIS, Paula Thaise Bermudez; MACHADO, Carlos José Saldanha. História Ambiental, Comunidades locais e Unidades de Conservação: Contribuições para a Gestão de dois Parques no Estado do Rio de Janeiro (Processo de publicação).

1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A construção da tese envolveu uma busca de fontes em pesquisas de gabinete, em grande parte para o texto final. No entanto, os trabalhos de campo para as localidades selecionadas não ocorreram com a periodicidade apropriada por causa da pandemia da Covid-19 que se abateu por todo o planeta e trouxe severas restrições sanitárias em um dos momentos mais difíceis da história da humanidade. Para piorar, tivemos um terrível governo federal negacionista que fez de tudo para que o vírus se propagasse com constantes ataques aos meios científicos e instituições que buscavam combater e mitigar os efeitos do vírus. Assim, as visitas exploratórias nos trabalhos de campo para a coleta de dados para análise das paisagens por descrição visual e fotografias foram realizadas de forma esparsa durante o período do doutorado (2021-2025).

A metodologia utilizada nesta pesquisa envolveu ciências interdisciplinares para poder contar a História Ambiental do PETP, segundo a Ecologia Decolonial. A construção do produto final teve a contribuição dos conceitos de História Ambiental, Paisagem, Ecologia Decolonial e Capitaloceno para se traçar a busca de fontes primárias e secundárias, segundo o tema adotado, ou seja, a influência de populações negras sobre a região do parque.

Esta tese foi construída a partir de uma pesquisa exploratória, descritiva e explicativa baseada em fontes primárias e secundárias, buscando interpretações críticas e contribuições para o campo determinado pelo estudo e dentro de um escopo bibliográfico e documental que atendesse às hipóteses e perguntas sugeridas. Os dados primários foram consultados em antigos documentos de viajantes, naturalistas e instituições estatais dentro do recorte temporal proposto. As outras bases de fontes primárias foram realizadas em localidades do parque para análise da paisagem e fotos que retratam a realidade atual de parcelas da unidade de conservação. Estas fontes visuais (pinturas, gravuras, desenhos, fotografias, mapas) foram importantes para a documentação, reconstrução e interpretação dos antigos espaços da Mata Atlântica e das populações negras que a habitaram desde a migração forçada na diáspora africana entre os séculos XVIII e XIX, principalmente. Os dados secundários foram consultados em artigos científicos, livros, documentos de instituições públicas e privadas, legislações e capítulos de livros.

A pesquisa documental e bibliográfica foi construída a partir da metodologia de De Oliveira (2011) e Furtado (2020), baseadas no geral nas seguintes etapas de construção de uma tese: i) a escolha do tema; ii) formulação do problema; iii) objetivos e justificativas; iv) busca das fontes primárias ou secundárias; v) leitura crítica destas fontes; vi) fichamentos e

vii) redação final do texto. Toda a escrita versou sobre a abordagem qualitativa dos dados a partir das fontes primárias e secundárias escolhidas. Para atender aos objetivos propostos nesta pesquisa, foi realizado o seguinte caminho junto às fontes utilizadas:

- 1) Consulta aos arquivos públicos e instituições como o Arquivo Nacional, a Biblioteca do Senado, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Biblioteca Digital da Unesp, Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, Arquivo Histórico Ultramarino, assim como bases de dados SciELO e Capes em busca de artigos científicos sobre a área de estudo e sites de outras instituições como o IBGE e o MapBiomas;
- 2) Os arquivos foram selecionados para abarcar as regiões dos municípios onde o PETP está localizado territorialmente;
- 3) Busca de fotos e iconografias em sites na internet, como arquivos de prefeituras ou dados históricos de pessoas físicas e privadas sobre as paisagens da área de estudo. Também foram tiradas fotografias e escritas notas de campo que retratassem a paisagem atual em comparação com fontes mais antigas;
- 4) Análise das fontes primárias e secundárias selecionadas: livros, capítulos de livros, fotos e iconografias, revistas e artigos científicos, leis de criação e atos governamentais que falassem da região, relatos de exploradores e viajantes que estiveram no período de recorte temporal proposto.

O tratamento dos dados obedeceu a uma minuciosa leitura dos livros, artigos, documentos históricos e sites importantes dentro do tema da pesquisa. Os registros de informações obtidas (notas de campo e fotografias), além do material documental obtido, foram organizados através das técnicas de seleção, sumarização, indexação, segmentação, codificação e interpretação.

A pesquisa foi realizada em algumas localidades do PETP, com território nos municípios de Guapimirim, Nova Friburgo, Teresópolis e Cachoeiras de Macacu. Foram selecionadas áreas que abarcassem as áreas de quatro municípios para uma representação de parte das paisagens atuais desta unidade de conservação, em busca de vestígios e elementos culturais da presença negra em sua relação com a Mata Atlântica. Estas localidades são uma pequena amostra devido à imensidão do parque, o maior apenas do território do Estado do Rio de Janeiro. As áreas escolhidas e o motivo de suas escolhas são as seguintes:

1 - Regiões de Guapiaçu e Bom Jardim do Faraó em Cachoeiras de Macacu - Guapiaçu se localiza no distrito mais rural de Cachoeiras de Macacu e possui comunidades localizadas junto ao PETP, como Matumbo e Estreito. Estas localidades são compostas por populações negras e seus descendentes que vivem em áreas agrícolas cujos produtos abastecem o mercado interno do Estado do Rio de Janeiro. Além disso, existem muitos fragmentos de Mata Atlântica existentes em áreas privadas, como o maior de todos, a Reserva Particular da Regua, que emprega moradores locais. O mesmo se aplica à localidade de Bom Jardim do Faraó, que apesar das proximidades do centro da cidade, possui populações camponesas como duas comunidades chamadas de Hervanos que vivem de forma similar às antigas populações camponesas e quilombolas que viviam na região na época da escravização.

2 - Pico da Caledônia, Macaé de Cima e Salinas no município de Nova Friburgo - Estas regiões englobam áreas do parque junto ao centro urbano da cidade de Nova Friburgo e área rural do município. O Pico da Caledônia é uma área mais próxima ao centro da cidade e as regiões de Salinas e Macaé de Cima são mais isoladas e rurais. Macaé de Cima possui ocupação histórica de quilombos e especificidades histórico-geográficas únicas que não permitiram a ocupação do café nas matas locais e também por se apresentarem como refúgios históricos na época da escravização. Salinas possui as rochas que dão nome ao parque e muitos cultivos agrícolas junto aos remanescentes de Mata Atlântica que dominam a paisagem.

3 - Regiões de Caneca Fina e Paraíso, no município de Guapimirim - Estas regiões do parque foram escolhidas ora pela proximidade com outra unidade de conservação importante (PARNASO Serra dos Órgãos), ora por estar nos limites entre o centro urbano de Guapimirim e o centro de primatologia do Rio de Janeiro, junto à mais nova sede do parque, antiga Estação Ecológica do Paraíso, cujas cercanias são habitadas por localidades com grande presença de moradores negros até hoje.

4 - Região dos antigos quilombos de Magé - Trabalho de campo que buscou paisagens onde outrora existiram os quilombolas liderados por Maria Conga, que dominou durante certo tempo as florestas e manguezais de Magé, Guapimirim e adjacências.

5 - Região do Vale da Revolta, no município de Teresópolis - Esta região foi escolhida por estar localizada próxima ao centro urbano da cidade e apresentar características rurais e

urbanas, pois apresenta florestas em excelente estágio de conservação com populações urbanas de baixa renda que vivem em sua proximidade e acarretam impactos sobre a Mata Atlântica local, além da especulação imobiliária nas áreas de encosta.

Nestas áreas selecionadas foram considerados para este estudo: o estado atual da Mata Atlântica e suas relações bioculturais com as populações negras como as plantas africanas e formas de cultivos trazidas pelos negros, as religiões de matriz africana que adquiriram relações singulares com estas florestas, as características biofísicas, o patrimônio histórico construído por mão-de-obra negra, os tipos de propriedades rurais (sítios, fazendas ou chácaras), áreas residenciais, instituições públicas e privadas, indústrias, cultivos agrícolas, criação de animais e outras atividades econômicas que mostrassem e apresentassem os problemas socioambientais e os conflitos que existem nestas localidades, percebidos na paisagem como consequências da interação ser humano/natureza.

O primeiro ano de estudo da pesquisa foi preenchido com as disciplinas obrigatórias do programa, além de disciplinas externas que enriquecem os debates sobre os temas propostos da tese, além do levantamento das fontes pertinentes para a confecção do produto final. No segundo ano, foram iniciadas as saídas de campo para as localidades selecionadas do parque. Estes trabalhos de campo ocorreram também nos dois últimos anos junto da confecção do produto final. Durante os anos finais, houve publicação de artigos e trabalhos acadêmicos com os dados e temas da tese que foram publicados em eventos como periódicos, simpósios ou congressos acadêmicos. As visitas de campo foram realizadas nas seguintes datas e localidades:

Quadro 1 - Saídas de campo

	Data	Região do PETP	Objetivos
Visita de campo	17/01/2021	Distrito de Subaio -Zona Rural de Cachoeiras de Macacu	Coleta de informações e reconhecimento sobre a paisagem da parte sul do PETP/Registros fotográficos
Visita de campo	22/01/2022	Pico da Caledônia e arredores em Nova Friburgo	Coleta de informações e reconhecimento sobre a paisagem da parte norte do PETP/Registros fotográficos
Visita de campo	23/01/2022	Pico da Caledônia e arredores em Nova Friburgo- Represa Debossan	Coleta de informações e reconhecimento sobre a paisagem da parte norte do PETP/ Registros fotográficos

Visita de campo	19/06/2023	Bairro de Caneca Fina e arredores em Guapimirim	Coleta de informações e reconhecimento sobre a paisagem do PETP em Guapimirim/ Registros fotográficos
Visita de campo	25/11/2023	Núcleo Salinas-principal sede do PETP em Nova Friburgo	Reconhecimento exploratório sobre a paisagem do PETP em seu principal núcleo no município de Nova Friburgo/ Registros fotográficos
Visita de campo	16/01/2024	Região de Macaé de Cima, Nova Friburgo	Coleta de informações e reconhecimento exploratório sobre a paisagem do PETP em sua área mais preservada na região do Rio de Macaé de Cima/ Registros fotográficos
Visita de campo	18/01/2024	Núcleo Salinas-principal sede do PETP em Nova Friburgo	Coleta de informações sobre a paisagem do PETP no Vale dos Deuses em Nova Friburgo/ Registros fotográficos
Visita de campo	18/11/2024	Região do Quilombo de Maria Conga em Magé	Coleta de Informações sobre o antigo quilombo de Maria Conga que atuou nas matas de Guapimirim e proximidades/ Registros fotográficos
Visita de campo	09/12/2024	Vale da Revolta-Teresópolis	Coleta de informações e registros fotográficos no Vale da Revolta nas proximidades do centro de Teresópolis
Visita de campo	03/01/2025	Localidade de Paraíso	Coleta de informações e registros fotográficos na Localidade de Paraíso entre Guapimirim e Cachoeiras de Macacu
Visita de campo	17/01/2025	Localidade de Bom Jardim do Faraó, onde vivem os Hervanos	Coleta de informações e registros fotográficos na Localidade de Bom Jardim do Faraó em Cachoeiras de Macacu
Visita de campo	17/01/2025	Localidade de Estreito	Coleta de informações e registros fotográficos na Localidade de Estreito na Zona Rural de Cachoeiras

			de Macacu

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Visita de campo na parte sul do PETP (17/01/2021) – A primeira região do PETP a ser visitada foi o distrito de Subaio em Cachoeiras de Macacu. A visita foi realizada a partir do carro de passeio de meu amigo de infância Fábio Pacheco, acompanhado também por sua esposa Vânia, de onde partimos do bairro de Jardim Primavera em Duque de Caxias. A partir do KM 15 da Estrada RJ-122, adentramos a via que levava à zona rural do município e visitamos as seguintes localidades: Estreito, Matumbo, Areal, Serra Queimada, Anil, Santo Amaro e Itaperiti.

Visita de campo na parte norte do PETP (22 e 23/01/2022) – As visitas foram realizadas em um final de semana a partir do centro da cidade de Nova Friburgo. Foram visitadas áreas do famoso Pico da Caledônia e bairros vizinhos, como as localidades ao redor da Represa Debossan. Todo o trajeto foi feito pelo pesquisador andando pela via que leva ao pico e pela rodovia do município junto à represa.

Visita de campo em Caneca Fina (19/06/2023) – A visita foi realizada a pé a partir do centro do bairro de Caneca Fina, município de Guapimirim, em área do PETP nos limites com o Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Estradas nos limites das duas unidades de conservação foram percorridas para análise da paisagem e fotografias.

Visita de campo no Núcleo Salinas (25/11/2023) – Campo exploratório inicial para reconhecimento da região de Salinas que visava uma visita mais aprofundada a esta importante região do parque.

Visita de campo na região de Macaé de Cima (16/01/2024) – Campo exploratório para coleta de informações em uma das áreas mais preservadas do PETP, onde nasce um dos rios mais importantes do parque, o Macaé. Este corre em direção ao município de Silva Jardim a caminho das regiões litorâneas. Todo o percurso foi realizado em veículo de duas rodas de motorista de aplicativo da cidade de Nova Friburgo, com paradas para reconhecimento da paisagem e informações com moradores locais e para fotografias.

Visita de campo no Núcleo Salinas (18/01/2024) – A visita foi realizada a pé a partir do

centro do bairro da localidade de Santo Amaro em Salinas, município de Nova Friburgo. Foi realizada uma caminhada extenuante até o Núcleo Salinas, onde se localizam as rochas que dão origem ao PETP e ao Vale dos Deuses. Durante o percurso, peguei uma carona de uns 3 km de uma moradora local em veículo de duas rodas.

Visita de campo ao território do Quilombo de Maria Conga (18/11/2024) - A visita foi realizada em veículo motorizado público e particular para acesso à antiga área de ocorrência do Quilombo de Maria Conga, que existiu nas florestas do atual PETP entre os municípios de Guapimirim, Magé e Cachoeiras de Macacu.

Visita de campo à nova sede do parque no município de Teresópolis chamada Vale da Revolta (09/12/2024) - A visita foi realizada em veículo motorizado público e particular para acesso à nova sede que se localiza ao lado da Rodovia Federal BR-116. Este campo foi realizado junto de minha esposa e filho, onde conhecemos a sede e as trilhas desta parte do PETP. As florestas estão preservadas nas áreas mais altas e de difícil acesso na localidade e são secundárias em avançado estágio de regeneração em locais de mais fácil acesso nesta sede que foi uma antiga fazenda. Esta região do parque, em sua vertente mais urbana, possui uma pressão antrópica em processos de favelização de moradores de baixa renda principalmente e alguns de classe média baixa.

Visita de campo ao Núcleo Paraíso entre Guapimirim e Cachoeiras de Macacu (03/01/2025) - Visita de campo por veículo motorizado público até a cidade de Guapimirim e depois veículo particular até o Núcleo Paraíso do PETP. Região bem preservada, principalmente nas cotas mais altas dos morros que estão no centro de um mosaico de UCs. As populações locais do entorno são de baixa renda e maioria negra que vivem junto a esta sede do parque que foi a antiga Estação Ecológica do Paraíso, junto ao CPRJ (Centro de Primatologia do Rio de Janeiro).

Visita de campo à região onde vivem os Hervanos em Cachoeiras de Macacu (17/01/2025) - Visita de campo por veículo motorizado público até a cidade de Cachoeiras de Macacu e depois veículo particular até a localidade de Bom Jardim do Faraó, junto à Pedra do Colégio do PETP. Região de Mata Atlântica secundária com matas preservadas nas cotas mais altas dos morros e colinas. As populações locais são formadas por camponeses e pequenos agricultores nas partes mais baixas do relevo. Nas cotas mais altas dos morros e colinas da localidade vivem duas populações camponesas que vivem de forma similar às

populações mais antigas da região do Século XIX em zonas de difícil acesso que não foram alcançadas neste campo pelas dificuldades impostas por problemas físicos do pesquisador e o tempo de calor escaldante.

Visita de campo à localidade de Estreito, próxima à Reserva Ecológica de Guapiaçu na região rural de Cachoeiras de Macacu (17/01/2025) - Visita de campo por veículo motorizado público até a cidade de Cachoeiras de Macacu e depois veículo particular até a localidade de Estreito no distrito de Subaio em sua parte mais ao sul do PETP. Região de Mata Atlântica muito preservada com partes significativas de matas secundárias nas cotas mais baixas do relevo. As populações locais são formadas por camponeses, pequenos agricultores e sítios de classe média. A região é uma amostra da importância do PETP para as zonas rurais do município de Cachoeiras de Macacu, junto a outras categorias de unidades de conservação como a Reserva da Regua.

2 BASES TEÓRICAS

2.1 A Natureza na História: A construção da História Ambiental no Brasil

2.1.1 Conceituação e Origem da História Ambiental

A História Ambiental é um campo de conhecimento em expansão desde a década de 1970 (Menarin, 2011), quando começou a ser formulado pelo historiador americano Donald Worster. Os historiadores ambientais ampliam as análises históricas ao integrar o meio biofísico nas relações históricas, geográficas, econômicas e culturais do passado e do presente. Estas abordagens de estudos já vinham sendo construídas na década de 1960 com os avanços de perspectivas ambientais e lutas de movimentos sociais como o dos ambientalistas que questionam as formas de apropriação da natureza no planeta. Seu objetivo principal seria entender como ocorreu a influência mútua entre sociedades humanas e o que conhecemos como natureza frente às mudanças impostas à Terra como resultado destas interações (Worster, 1991).

Desde então, vários estudiosos ao nível mundial procuraram entender este novo campo de conhecimento em suas análises de diversos fenômenos e processos histórico-geográficos sobre as mais diversas paisagens, biomas e sociedades em seus respectivos países (Martinez, 2006; Menarin, 2011). Dentro dos Estados Unidos, surgiram pesquisadores como Alfred Crosby e Donald Worster; na França, Fernand Braudel e Emmanuel Le Roy Ladurie; na América Latina, José Augusto Pádua, Enrique Leff, José Augusto Drummond, Regina Horta Duarte e Hector Alimonda. Embora muitos estudiosos da História ainda ignorem a contribuição da natureza como fator histórico em muitas de suas pesquisas (De Molina; Toledo, 2014).

A História Ambiental tem suas raízes epistemológicas a partir da famosa Escola dos *Annales* (Palacio, 2005; Martins, 1997), idealizada por Marc Bloch e Lucien Febvre em 1929. Esta nova forma de análise histórica com características de longa duração foi essencial para o estabelecimento da natureza como objeto e sujeito histórico. A História Ambiental é um campo que passa a ter sentido apenas quando as sociedades humanas surgem no planeta e começam as suas interações com o espaço natural onde vivem (Felipe, 2012). É um campo do conhecimento centrado nas preocupações sociais dos historiadores dentro das relações entre as sociedades e o meio onde vivem (De Molina; Toledo, 2014).

Estas interações podem ser notadas já em trabalhos antigos, antes mesmo da identificação deste campo científico, como as análises climáticas de Le Roy Ladurie (Braudel,

1992) e os estudos de longa duração de Braudel (Felipe, 2012). Segundo Palacio (2005), a História Ambiental pode diminuir as distâncias epistemológicas entre as ciências sociais e as naturais, reafirmando estudos socioambientais globais que ratifiquem a importância das nações em desenvolvimento e não apenas dos países que praticaram o colonialismo (Marques; Rocha, 2022).

Worster (1991) diz que existem três grandes níveis de estudo na História Ambiental, que envolvem fenômenos históricos, geográficos, ecológicos e culturais nas interações sociedade/natureza. O primeiro nível diz respeito ao funcionamento da natureza no passado em suas relações entre as sociedades antigas e o mundo natural extra-humano. No segundo nível, relativo ao domínio socioeconômico, são estudadas as técnicas e modos de produção das sociedades humanas em sua apropriação e transformação histórica da natureza. O último nível tenta entender os valores simbólicos das sociedades frente à natureza em suas relações com o meio onde vivem desde tempos mais antigos. Todos os três níveis estão interagindo entre si e as análises integrativas são uma constante dentro do escopo de estudo do historiador ambiental (Pádua, 2010).

Os estudos no campo da História Ambiental podem abarcar também uma grande variedade de características e critérios, mas os principais descritos por Drummond (1991;1997) são os seguintes: foco em determinadas regiões geográficas com similaridades culturais, diálogos integrativos com outras ciências e campos de conhecimento, análises de interações históricas entre natureza e sociedade ao longo de recortes históricos pré-determinados, a imensa variedade de fontes que podem ser utilizadas e os trabalhos de campo, essenciais em estudos das paisagens.

O trabalho de campo, por exemplo, potencializa os estudos da História Ambiental porque faz com que o pesquisador refine suas análises acerca dos processos histórico-geográficos dispersos e sedimentados no espaço geográfico. Estas atividades ao ar livre causam transformações oriundas do prazer da imersão em algo que apenas o pesquisador pode sentir em determinado espaço, como ambientes rurais ou urbanos (Tuan, 1980). Segundo Martins (1997, p. 45):

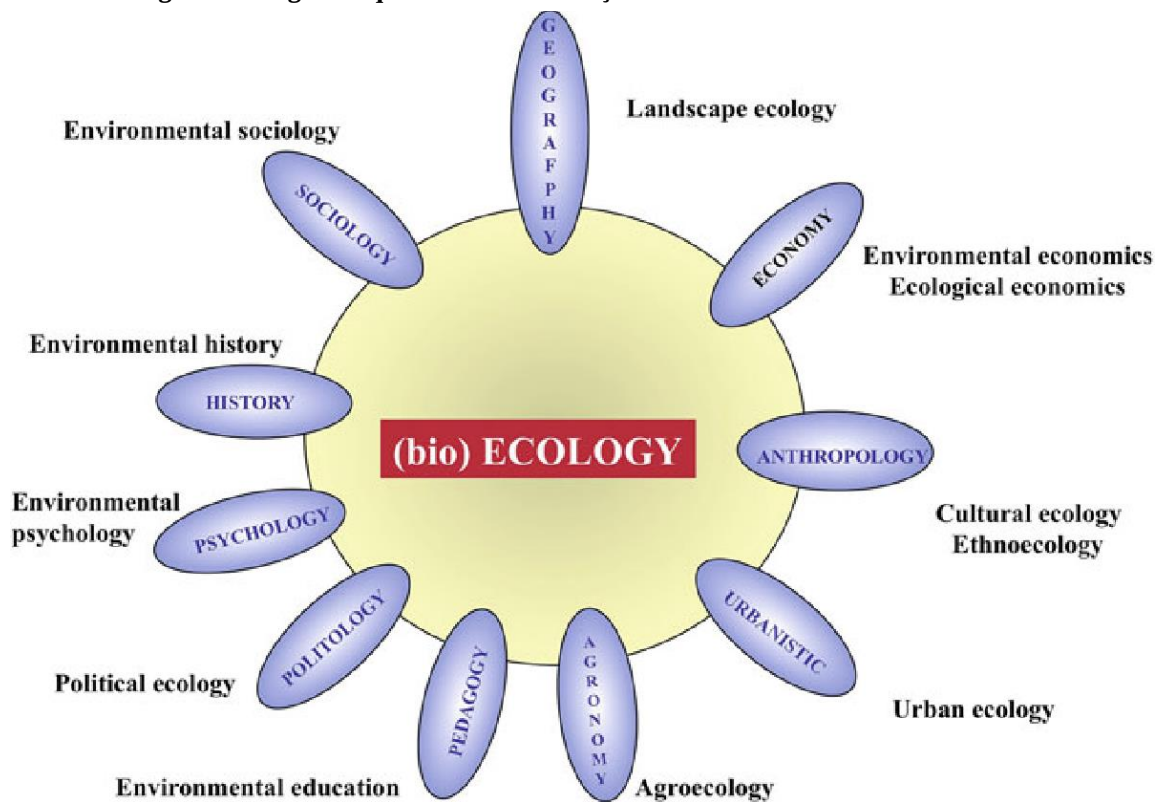
O trabalho de campo é necessário porque as paisagens são fontes para o historiador ambiental e elas, quando vistas em suas dimensões materiais e espaciais, não se prestam bem às simplificações e ocultações que determinados atores desejam promover para salvar certos interesses e pontos de vista.

A História Ambiental pode ajudar com suas fontes na confirmação da existência de povos e etnias que estão em perigo de negação de direitos por causa da cobiça de seus

territórios ancestrais (Almeida, 2021). A luta pela existência histórica é também a luta por suas ontologias, cujo reconhecimento mostra mais força frente ao avanço dos agentes do capital. Isso ocorre devido às mudanças climáticas, negadas por agentes econômicos capitalistas que buscam a privatização de novos territórios. A História Ambiental pode ajudar na desconstrução deste tipo de armadilha epistemológica e narrativa ao valorizar outras ontologias no espaço e no tempo.

De uma certa forma, inúmeras fontes para se fazer história ambiental já se encontravam disponíveis há tempos em numerosas instituições no mundo todo e cabe agora aos estudiosos deste tema, desnudá-las às futuras gerações. A História Ambiental pode unir as ciências ambientais e humanas, rompendo assim com as antigas separações cartesianas (Martinez, 2006; Felipe, 2012). Estas Separações (Figura 1) não se sustentam mais em debates dentro deste campo de conhecimento por causa de estudos cada vez mais integrativos e dinâmicos entre as ciências humanas e naturais (Duarte, 2005; Pádua, 2010; De Molina; Toledo, 2014).

Figura 1- Diagrama que mostra a interseção entre ciências humanas e naturais



Fonte: De Molina; Toledo, 2014.

A História Ambiental é uma oportunidade de estabelecer uma melhor análise de fatos passados no tocante ao mundo biofísico que pode ser entendido sob a ótica ética de seres humanos do passado (Martinez, 2006). As guerras de narrativas são guerras mais do que epistemológicas, mas guerras físicas travadas contra a natureza (Arruda; Colácios, 2019) com práticas e técnicas que constroem novos mundos ao destruírem mundos antigos como o bioma Mata Atlântica e seus povos tradicionais (Marques; Rocha, 2022).

A História Ambiental pressupõe desafios relativos às dificuldades que o mundo biofísico oferece aos avanços das atividades econômicas humanas e do capitalismo (Martinez, 2006). Os espaços de resistência e remanescentes de biomas nas paisagens são reflexo de estruturas e processos singulares das regiões que permitiram a existência de espaços naturais biofísico-culturais que sobrevivem dentro da acumulação capitalista (Bonneuil; Fressoz, 2024). Santos e Martins (2021) atentam para estas indagações em sua análise de transformação da Mata Atlântica que existia e subsiste em regiões como o extremo sul baiano. É necessário que se encontre um equilíbrio entre os tempos da natureza e os tempos das sociedades humanas que levem em consideração os interesses coletivos e não apenas dos agentes do capital.

O historiador ambiental necessita entender as mudanças na paisagem para comparações sobre o que se perdeu dentro dos elementos constitutivos naturais e culturais da paisagem, como as do bioma Mata Atlântica. Deve atentar a outros fatores além dos destruidores ao olhar a paisagem atual (Martinez, 2006; Santos; Martins, 2021). A História Ambiental crítica é uma abordagem que considera outros saberes, além das epistemologias ocidentais (Santos; Olivieri, 2017). Estes processos de transformação do mundo biofísico em mercadoria já haviam sido alertados por pensadores históricos como Rosa Luxemburgo (Alimonda, 2011), que discutia os efeitos do capitalismo sobre outros povos.

Em relação a uma consciência ecológica mais crítica, a História Ambiental ajuda na importante tarefa de se entender o meio ambiente global como uma totalidade, opondo-se a perspectivas cartesianas. Este campo do conhecimento auxilia na busca de formas de interação humana nas mais diversas sociedades do planeta, mais harmoniosas com o mundo biofísico onde vivem e que valorizem conhecimentos e epistemologias diversas das encontradas nos países europeus que dominam o ocidente (Martins, 1997). Para isso, é necessário conhecer e valorizar os ciclos da natureza (Palacio, 2005), que são muitas vezes antagônicos aos tempos das sociedades humanas contemporâneas.

Pensar a natureza em contextos culturais é outra base de suma importância em estudos de História Ambiental porque as diversas culturas que existem no planeta podem modificar ou

serem modificadas por forças da natureza com diversas formas diferentes (Pádua, 2010). Devido à internalização dos debates ambientais nas sociedades desde meados do século XX, os variados grupos sociais tendem a pensar local e globalmente ao mesmo tempo (Corrêa, 2017) e a História Ambiental, em suas análises de longa duração, auxilia nestes debates e lutas na busca pela legitimação de direitos ancestrais dos povos que habitam a Terra.

Diante deste quadro, a História Ambiental pode propor desafios para a construção de um outro mundo onde a natureza não seja vista como produto gerador de riqueza para acumulação de mais capital (Bonneuil; Fressoz, 2024). Este tipo de pensamento leva os biomas, ecossistemas e povos do planeta a perigos nunca antes apresentados em escala de destruição, como o que ocorreu na América Latina, onde as invasões europeias perpetraram talvez o maior genocídio colonial e pós-colonial (Alimonda, 2011; De Molina; Toledo, 2014; Funes; Rios, 2020). A própria noção de natureza construída durante os séculos XVIII e XIX deve ser revista com a ajuda da História Ambiental, porque existem múltiplas visões de natureza construídas pelas diferentes culturas do planeta (Ferdinand, 2022).

Uma História Ambiental mais crítica deve levar em consideração as alteridades de todos os povos da Terra que têm sido massacrados pela busca de capital na Era do Capitaloceno (Moore, 2017). As diversas formas e visões sobre a natureza vêm sendo substituídas por enfoques mercadológicos e economicistas que as potências europeias colonizadoras impuseram aos mundos não europeus desde a época das grandes navegações. Martinez (2006, p. 44) comenta sobre o assunto:

A história econômica, política e cultural do século XIX é a história da expansão da indústria e da captura, pelas nações europeias, de territórios fornecedores de recursos naturais e de mercados consumidores de bens industrializados. Estes impulsos, econômicos e políticos, alimentaram uma autêntica predação ambiental, e muitas vezes militar, de várias partes do mundo, configurando no século XIX um processo histórico e de dominação social que ficou conhecido como imperialismo.

2.1.2 A construção de uma História Ambiental negra no Brasil

O Brasil é um país de dimensões continentais e, por isso, há uma ampla complexidade de paisagens naturais ou transformadas pelas atividades econômicas humanas em seus biomas e ecossistemas desde que os europeus chegaram nestas terras há mais de 500 anos. A formação econômica e social advinda das relações dentre as diversas matizes do que conhecemos como sociedade brasileira frente ao mundo natural biofísico é um campo imenso de estudos dentro da História Ambiental (Martinez, 2006), ainda mais por toda a cadeia de interações sociedade e natureza existentes no imenso território brasileiro.

Drummond (2002) enfatiza que existem algumas razões para se estudar História

Ambiental no Brasil: a) o tamanho territorial do país, o quinto maior do mundo; b) a tropicalidade que atesta uma alta biodiversidade; c) a imensa variedade de biomas e ecossistemas; d) a ocupação humana mais recente quando comparada a outras massas continentais do planeta; e) a história cultural e socioecológica dos habitantes que aqui estavam antes da chegada dos europeus; f) a colonização miscigenatória e o imperialismo ecológico; g) os grandes e enormes atrativos naturais e culturais. O país ainda possui uma das últimas fronteiras territoriais pouco ocupadas do planeta, com outras poucas regiões como a Sibéria Russa, o norte do Canadá, a Ilha de Nova Guiné, a Antártida e as florestas tropicais da Bacia do Rio Congo em África.

As mudanças impostas aos espaços naturais do Brasil podem ser entendidas pela História Ambiental para se traçar os caminhos do capitalismo brasileiro em face da colonização e ocupação do país, como a destruição do bioma Mata Atlântica, o mais antropizado do país, cuja pequena área de estudo é foco desta pesquisa. A extrema violência contra os povos nativos, as populações negras e os pobres neste país caminha de mãos dadas com a violência frente à natureza, onde a destruição é uma regra desde os primórdios da colonização (Martinez, 2006) até os dias atuais, como o foi no Governo Bolsonaro (Missiatto *et al.*, 2021).

A História Ambiental no Brasil pode contar e valorizar a história das populações e etnias historicamente marginalizadas, como os povos indígenas e africanos (Martinez, 2006), frente ao seu conhecimento ecológico e ao intercâmbio cultural que produziram em regiões com características culturais híbridas. Este enfoque decolonial questiona a história do colonizador que apenas via os saberes étnicos e a natureza como fontes de lucro e acumulação de capital, renegando o Brasil a uma colônia sem autonomia e alteridade. Martinez (2006, p. 40) fala sobre isso: “Estas diferentes formas de relacionamento com o mundo natural, fundamentais para assegurar a sobrevivência e a reprodução dos grupos humanos, foram acompanhadas, desde logo, por distintas maneiras de sentir e de pensar a natureza”.

A construção de uma História Ambiental brasileira avançou muito nas últimas décadas e cada vez mais estudiosos enveredam por este campo de conhecimento em trabalhos sobre os mais variados assuntos e temas. Algumas obras de importantes intelectuais brasileiros já faziam História Ambiental em suas análises, antes mesmo da consolidação deste campo científico, e uma delas é a obra *Nordeste* de Gilberto Freyre (2004), que conta a História Ambiental da cana-de-açúcar e seus efeitos na região nordeste do Brasil, mas precisamente na outrora zona da mata ao norte do Rio São Francisco. Esta obra, assim como *Casa Grande e Senzala*, traz os efeitos deletérios das *plantations* açucareiras e da escravidão no Brasil

(Froehlich, 2000). É notório constatar que este autor ignorava os males da escravidão, como a violência colonial, e acreditava no mito de uma suposta “democracia racial” no país.

A legislação ambiental brasileira vem sendo construída desde as primeiras décadas do século XX e tem servido como arcabouço teórico para a consolidação da História Ambiental no país, principalmente frente ao avanço das atividades econômicas capitalistas nos biomas Floresta Amazônica e Cerrado, as novas fronteiras agrícolas do Brasil. Esse aumento dos estudos em História Ambiental no Brasil com a escrita de várias obras em português é essencial para o debate das questões ambientais contemporâneas, ainda muito centradas na Amazônia e na Mata Atlântica (Pádua; Carvalho, 2020).

O início dos debates ambientais no país data do século XIX, onde pensadores do gabarito do patrono da independência, José Bonifácio de Andrada e Silva, denunciavam as práticas danosas de utilização da terra e mazelas da escravidão que transformavam já nesta época, antigos territórios de exuberantes matas em paisagens calcinadas pelo sol tropical em futuros desertos comparados aos do Norte da África (Pádua, 2000).

Bonifácio passou muito tempo estudando na Europa e conheceu muitos pensadores europeus que contribuíram para seus pensamentos progressistas muito tempo antes da internalização destes debates nas sociedades contemporâneas. Ele criticava os métodos de caça à baleia e a destruição irracional de antigas florestas por métodos considerados equivocados e rudimentares (Pádua, 2000). Este pensamento ambiental do patriarca da independência pode ser visto pela ótica da História Ambiental porque problemas antigos do século XIX podem ser facilmente transpostos para épocas atuais, já que os métodos predatórios coloniais continuam, assim como o uso dos solos, rios e fontes de água.

As mudanças propostas por Bonifácio eram radicais demais para as elites coloniais brasileiras e, por isso, logo foi afastado das decisões políticas do então novo país nascido em 1822. Assim, diz Pádua (2000, p. 139): “A elite dos proprietários, que constituía a base do poder político real, não estava disposta a acompanhá-lo em seus propósitos de extinguir a escravidão, dividir as propriedades e combater a rotina predatória e lucrativa da monocultura exportadora”. Estas elites queriam continuar os mesmos sistemas agropecuários coloniais da Era do Capital.

As *plantations* e seus modos de agricultura influenciam os atuais sistemas de produção agrícola do Brasil e suas raízes e bases estão fincadas em métodos e pensamentos coloniais (Tsing, 2015; Ferdinand, 2022; Shiratori, 2022; De Souza Júnior, 2023) que foram criticados por Bonifácio. Este modo de cultivo colonial está associado a um sistema de produção agrícola baseado em grandes latifúndios, monoculturas e produção com utilização de mão-de-obra escravizada para fins de exportação. Vive-se a continuação da escravidão da natureza e

dos seres humanos que não têm controle sobre seus territórios ancestrais (Tsing, 2015). As consequências socioecológicas das atividades econômicas das monoculturas, mineração ou construção de cidades continuam a devastar os biomas brasileiros e suas regiões ainda não incorporadas ao grande capital nacional e estrangeiro (Froehlich, 2000).

O Brasil, que é o maior país da América do Sul, recebeu o maior contingente de escravos durante o período colonial. Estas etnias escravas eram trazidas de várias regiões do continente africano para trabalharem em muitas atividades econômicas no Brasil, com destaque para os engenhos de cana-de-açúcar e o cultivo de café. Dentro deste contexto, estas populações escravizadas se relacionaram com os biomas e ecossistemas do Brasil e produziram paisagens africanizadas correspondentes que existem até hoje por todo o país. Suas plantas, animais, técnicas de cultivo e mineração, religiões e outras características culturais transformaram para sempre estas paisagens com a influência destas etnias africanas.

As pesquisas sobre uma História Ambiental negra ainda são tímidas neste campo de estudos no Brasil. Todavia, a imensa influência cultural africana oriunda das populações e etnias negras que foram escravizadas e ainda hoje vivem em território brasileiro é um imenso campo de estudos que pode e deve ser melhor entendido para que importantes lacunas sejam sanadas e que a própria História Ambiental não continue a ser uma disciplina de pesquisadores brancos. Leal (2018) enfatiza que a construção de Histórias Ambientais de ambientes mais preservados encontra eco junto a uma negligência da própria influência de etnias indígenas e negras em territórios ainda preservados justamente pelas práticas ecológicas destes grupos humanos. Normalmente, os estudiosos brancos de História Ambiental fazem histórias de ambientes já muito humanizados. Um exemplo de negligência histórica é a negação da contribuição africana ao cultivo do arroz, um dos principais alimentos da História das sociedades humanas (Carney, 2002).

O sistema econômico escravista construído no Brasil teve providencial ajuda das populações negras afrodiaspóricas trazidas à força para este país. Por exemplo, as espécies de plantas africanas e seu cultivo foram essenciais para as travessias atlânticas na época da escravização, apesar da imensa mortalidade de pessoas pelas péssimas condições de transporte (Carney, 2002). No entanto, embora o sistema colonial fosse extremamente cruel com estas pessoas e a natureza do continente americano, os escravos conseguiram estabelecer e remodelar novos ambientes a partir de suas culturas e conseguiram desenvolver formas de resistência dentro deste mundo colonial até os dias atuais.

Vale lembrar que o mesmo ocorre com o próprio mundo biofísico conhecido como natureza, porque as pragas, ervas-daninhas e dificuldades dos sistemas físicos, como o clima,

conseguem até hoje deter a ocupação de vastas áreas ecológicas dos biomas e ecossistemas (Glove; Stoll, 2005). As plantas africanas foram uma parte da memória africana (Carney, 2009) que conseguia viver em um ambiente hostil e repleto de adversidades para quem era escravo ou mesmo liberto dentro do sistema colonial português.

As paisagens africanizadas são produto da ecologia perpetrada pelas populações humanas retiradas do continente africano (Cabral, 2014) para a construção do habitar colonial (Ferdinand, 2022). O que conhecemos como Brasil era denominado pelos povos indígenas como Pindorama. Então, Dos Santos (2015) chama as experiências africanas em terras brasileiras e americanas em geral de colonização afropindorâmica. Há no Brasil uma ideia rotineira de que haveria muita terra para poucas pessoas indígenas e que pode ser aplicada aos quilombolas, camponeses e outros grupos sociais. Contudo, este pensamento ideológico se torna um equívoco porque não leva em consideração o significado cultural desses povos frente aos seus territórios (Martinez, 2006).

Uma história ambiental negra marcante é a história afrodiaspórica dos negros do Pacífico colombiano (Figura 2) porque houve apagamento histórico da contribuição negra para a formação do próprio estado colombiano (Leal, 2018). Isto é comum em todas as regiões que tiveram escravos, devido ao negligenciamento das paisagens negras racializadas em prol da construção de paisagens europeias consideradas mais bem estruturadas e ordeiras. Estas paisagens negras colombianas são ordenadas por complexos territórios afrodiaspóricos florestais e aquáticos nesta região (Oslender, 2016), similares aos que existiram no Recôncavo da Guanabara e nos Sertões de Macacu.

Figura 2- Comunidade afrocolombiana na costa do Pacífico



Fonte: Velasco, 2023.

Para se construir uma História Ambiental negra, é necessário levar em consideração a importância que as populações negras tiveram para a construção de novos mundos no continente americano (Anthony, 2005), em países como o Brasil. Para qualquer território que teve a mão-de-obra negra como essencial agente de atividades econômicas impostas pelo mundo colonial, o negro ressignificou a natureza local e construiu um mundo afrodiaspórico dentro de um mundo dominado por lógicas europeias coloniais que sempre o privaram do melhor deste mundo em que ele fazia parte.

Este tipo de mundo dominado racialmente por populações com tez e origem branca relega e acoberta o papel vital que as populações negras deram com muito suor, sangue e lágrimas para eventos paradigmáticos da história da humanidade, como as Revoluções industriais e a riqueza das nações mais poderosas (Anthony, 2005). Este modo de apagamento, que também ocorre com as etnias nativas, não leva em consideração a cultura africana em relação à sua sabedoria ancestral, aos seus modos de conviver com a natureza e à sua criatividade frente ao mundo que herdaram a ferro e fogo dos colonizadores europeus. Os africanos e seus descendentes conseguiram sobreviver ao genocídio colonial e continuam praticando e fazendo Histórias Ambientais negras afrodiaspóricas até hoje.

O sistema agropecuário colonial não existiria sem a mão-de-obra escrava, onde, mesmo sendo subjugado, o escravo conseguiu imprimir sua marca nos ambientes onde vivia, transformando paisagens de puro extrativismo predatório em meios para subsistência (Aráoz, 2020; Ferdinand, 2022). Como os escravos e quilombolas faziam isso? Uma pista se dá com as plantas e animais africanos trazidos pelo intercâmbio biocultural que foi intensificado durante a Era das grandes navegações e conquista de territórios pelos europeus em outros continentes (Dos Santos; Bracht; Da Conceição, 2015). Assim, as mais diversas etnias africanas se associaram aos povos nativos e a outros grupos sociais mais pobres e produziram um hibridismo cultural em pequenos territórios fora das lógicas coloniais impostas: os quilombos, enquanto sistemas agroecológicos livres, e nas cidades, os quintais, hortas comunitárias e terreiros (Carney, 2002; Glave, 2005; Gomes, 2009).

Os quilombos, quintais e terreiros traduzem a africanização das paisagens, a transformação ecológica afrodiaspórica da Mata Atlântica e dos outros biomas brasileiros com as marcas e culturas negras. As técnicas de mineração, a criação de animais e o cultivo de plantas para alimentação e cura de doenças são o testemunho vivo das práticas socioecológicas de populações negras que são uma História Ambiental singular que sobrevive até hoje nas paisagens europeias pelo modo de vida imperial e colonial no país. Estes pequenos territórios africanos revelam o passado escravista, mas também a resiliência de seus

ancestrais que foram escravizados e ajudaram a construir o Brasil como maior país negro fora da África.

Segundo Dos Santos, Bracht e Da Conceição (2015), os animais e plantas carregados para outros ambientes onde não estavam evoluindo durante milhares de anos são um desafio porque não basta apenas estarem lá, mas também necessitam passar por processos ecológicos como a dispersão, o estabelecimento, a obtenção de alimentos e a defesa frente a novos patógenos e predadores. Esta fauna e flora exóticas precisaram se adaptar ao clima da Mata Atlântica e sua influência frente às chuvas, à natureza dos solos, à altitude e ao regime dos rios para conseguirem sobreviver neste novo território. Dos Santos, Bracht e Da Conceição (2015, p. 178) diziam o seguinte a respeito: “Se os colonizadores chegavam à Mata Atlântica trazendo seus hábitos, valores, enfim, sua cultura, as plantas e animais que os acompanhavam, de certa forma, também desembarcavam com suas dependências e preferências ecológicas”.

Estes animais e plantas de outros continentes, como o africano, desembarcaram em terras brasileiras para a construção de outras paisagens socioecológicas que surgiram no Brasil, cuja participação de escravos de inúmeras etnias trazidos à força para trabalharem no sistema colonial europeu foi essencial não apenas para a manutenção deste sistema, mas também para o surgimento de novas formas de resistência cultural e ecológica vistas até hoje em todos os biomas brasileiros, como a Mata Atlântica. Os estados majoritariamente negros no Brasil atual, como a Bahia, o Rio de Janeiro, o Pará, Minas Gerais e o Maranhão, são os que guardam grande parte da riqueza ecológico-cultural africana.

Grandes trabalhos de História Ambiental no Brasil ou sobre o Brasil têm negligenciado esse enorme papel das populações negras africanas como camponeses, trabalhadores agrícolas, produtores ou consumidores dentro da economia nacional e sua consequente influência para os estudos de questões ambientais atuais. Também há um apagamento histórico das ações culturais destas populações negras que construíram um mundo fora do sistema colonial dominante ao criarem lavouras de subsistência, quintais com hortas e quilombos com seus conhecimentos agrícolas e etnobotânicos ancestrais (Acevedo; Castro, 1998; Glave, 2005; Watkins; Voeks, 2015). Da Silva (2008) demonstra em suas pesquisas as relações ecológicas do Quilombo de Mandira, no município de Cananéia (SP), onde suas relações ecológicas com a Mata Atlântica ajudaram na conservação do maior fragmento do bioma no Brasil, o Complexo de Lagamar-Cananéia. Nesta região há várias comunidades quilombolas (Figura 3).

Figura 3 – Entrada do Quilombo de Ivaporunduva, no Vale do Ribeira (SP)



Fonte: Vellez, 2015.

A Mata Atlântica, com toda a sua diversidade ecológica em seus tipos de florestas, colinas, vales e rios, foi uma base ecológica para toda uma coletividade africana que habitava um mundo colonial perverso para os escravos e qualquer etnia ou pessoa que não tivesse um poder político e econômico no Brasil. O Rio de Janeiro, estado que foi quase todo coberto com o bioma, teve suas particularidades dentro desta relação com as populações negras que até hoje são vistas na paisagem, seja no patrimônio histórico construído, seja nos remanescentes da Mata Atlântica em todo o território fluminense. Todos estes processos históricos podem ser visualizados hoje em uma História Ambiental negra.

Watkins e Voeks (2015) argumentam que, ao transformar estas paisagens coloniais em novos sistemas ecológicos com a sabedoria e cultura africana, muitas vezes estas populações diminuíram ou limitaram a destruição imposta pelos portugueses à Mata Atlântica. Isto é verdade, por exemplo, quando quilombolas dominavam territórios dentro da floresta e afastaram com suas lutas e estratégias de defesa a própria colonização e ocupação destas florestas por atividades econômicas que certamente destruiriam estas matas. Também diversificaram as paisagens agrícolas com suas plantas e conseguiram ter relações mais amistosas com a própria floresta, como o exemplo das florestas de Dendê do sul da Bahia (Figura 4).

Figura 4- Mata Atlântica com dendezeiros no Sul da Bahia



Fonte: Julceia, 2016.

Estes territórios ainda não ocupados pelas atividades econômicas coloniais, como mangues e florestas, eram um refúgio para os escravos que fugiam do sistema opressor colonial, mas também de povos nativos remanescentes que faziam muitas vezes trocas bioculturais com estas etnias para continuarem vivendo em um mundo colonial que não admitia modos de vida diferentes dos seus. Estes territórios também foram refúgio de espécies de plantas e animais que habitam vastas áreas e que agora estavam confinadas nestes espaços ainda não protegidos, mas ainda não ocupados. Hoje, as áreas protegidas e territórios étnicos, como os quilombos, conseguem fazer esse papel que já existia em outros termos no período colonial e pós-colonial do Brasil.

Os modos de produção agrícola, como sustentados por Watkins e Voeks (2015), demonstravam, até os dias atuais, que as plantas utilizadas para exportação que destroem os biomas do Brasil são dominadas por povos de origem europeia branca, enquanto que os camponeses e quilombolas do passado e atuais produzem gêneros alimentícios voltados para o mercado interno que são menos danosos aos ecossistemas e à natureza na totalidade. Surgiram redes de cooperação com estas novas plantas e animais, criando um modelo agroecológico africano visto até hoje em inúmeras paisagens dentro da Mata Atlântica. Watkins e Voeks (2015, p. 208) dizem sobre o assunto:

Nesses processos socioecológicos, os agricultores de mandioca construíram redes de cooperação com outros animais, plantas, ferramentas, fogo, além de condições e processos ambientais do litoral da Bahia, atraindo os dendezeiros do manguezal para as fazendas em terrenos mais altos, contribuindo para a formação de arvoredos densos, semisselvagens ou subespontâneos, nas florestas de tabuleiro da Mata

Atlântica. Desse modo, os agricultores fundiram os saberes culturais e ambientais africanos e brasileiros para criar um marco agroecológico afrobrasileiro que transformou paisagens e culturas do Novo Mundo.

Este sistema agroecológico africano foi sendo orquestrado também por plantas e sementes trazidas pelos escravos após sobreviverem às penosas travessias dos navios negreiros coloniais e também pela busca de plantas similares às africanas nos biomas como a Mata Atlântica brasileira (Cabral, 2014; Watkins; Voeks, 2015). Esta incorporação do bioma, enquanto composição botânica tropical africana, é o primado do legado africano para florestas, mangues e savanas agora repletas de elementos de África essenciais na cultura brasileira em várias esferas, seja na culinária, nas artes, na música ou nas técnicas agrícolas. Isso é um imenso campo de estudos dentro da História Ambiental negra.

A História Ambiental praticada no Brasil ainda é um campo de pesquisadores majoritariamente brancos, mesmo em um país onde a maior parte da população se declara negra ou parda. Os biomas e ecossistemas do Brasil estão repletos de influência negra e a Mata Atlântica foi o bioma alterado por excelência pela mão-de-obra escrava, não apenas para se manter o habitar colonial (Ferdinand, 2022), assim como também para produzir paisagens africanizadas a partir da biota africana. Trazer a importância da construção de paisagens negras em biomas como a Mata Atlântica é fazer uma ecologia decolonial no Brasil, porque muitas regiões ainda preservadas o são por causa de práticas ecológicas negras, ver o caso de comunidades quilombolas em todas as regiões do Brasil ou a região do Pacífico Colombiano (Leal, 2018).

No Brasil, regiões como o sul da Bahia são um exemplo interessante de paisagem africanizada na região conhecida como Costa do Dendê em bioma de Mata Atlântica (Watkins, 2020). A espécie está tão adaptada ao solo brasileiro e à Mata Atlântica que se configura uma espécie de Floresta Atlântica secundária mista do dendê, parte essencial da cultura baiana. Aqui, os africanos construíram um tipo de floresta onde a palmeira africana é um elemento-chave destas paisagens a partir do trabalho de populações negras desde o tempo das experiências coloniais no país, fato muitas vezes negligenciado por uma academia tomada pelos modos de pensar e agir europeus que agora são escondidos pela ideia do Antropoceno (Machado, 2022).

Segundo Watkins (2020), a palmeira do dendezeiro foi incorporada à paisagem do Brasil por conta de três motivos principais: sua relação ambiental com ambientes de natureza costeira, encontrados nos vastos manguezais do sul baiano até a capital Salvador ainda hoje. Também pela cooperação de algumas espécies de animais, como a espécie de abutre sul-

americana chamada popularmente de urubu, a agroecologia, como o cultivo da mandioca, é essencial aos habitantes da Bahia colonial. Assim, uma nova ecologia africana acontecia na Mata Atlântica brasileira e o país se tornaria um território de grande contingente histórico-cultural-ecológico no novo mundo africano (Cabral, 2014).

Houve na Bahia colonial um equilíbrio nutricional que existia em África entre a produção de dendê e da mandioca, algo similar entre o próprio dendê e o inhame. Esta capa protetora florestal, surgida dos dendezeiros, acabava auxiliando uma espécie de recomposição da Mata Atlântica em outra paisagem biocultural diferente da existente entre os antigos indígenas e a mesma floresta. O manguezal da Mata Atlântica, similar ao encontrado em África, proporcionou aos cativos novas terras para o estabelecimento de cultivos agrícolas e refúgio das intempéries da vida.

As comunidades quilombolas atuais nesta região atestam estes territórios como resistência aos avanços dos agentes econômicos do capital que buscam a privatização das terras comunais (Shiva, 2000; Alier, 2018; Dias, 2022; Dos Santos, 2023; Bonneuil; Fressoz, 2024). O Dendê também auxiliava os senhores de engenho que não precisavam se preocupar com a alimentação escrava (Watkins, 2020). Logo após, surgiu o cultivo do cacau que produziu outras paisagens na região do sul baiano e outras histórias socioecológicas na Mata Atlântica.

Esta região da Bahia pode ser denominada como refúgio biocultural, já que estas terras agrobiodiversas se tornam barreiras frente ao avanço capitalista desta parte do país. Os grandes cultivos acabam com estes espaços socioecológicos, diminuindo a influência ecológico-cultural destas terras comunais. Refúgios bioculturais são espaços de resistência cultural no Brasil inteiro frente aos avanços agressivos dos agentes do capital na Era do Capitaloceno e também alternativas contra ameaças à segurança alimentar como surtos de pragas, epidemias, mudanças climáticas ou choques econômicos globais (Carney, 2021).

Este tipo de floresta africanizada pode ser chamado de mata transatlântica (Watkins; Voeks, 2015). Esta Mata Atlântica, agora eivada por cultura negra, também surgiu no Rio de Janeiro por exemplos como os espaços sagrados de religiões de matriz africana que dependem muito das próprias florestas para sua perpetuação, já que orixás e caboclos são elementos da própria Natureza. Isto porque muitos dos ambientes encontrados pelos povos escravizados aqui no Brasil eram similares aos ecossistemas africanos, como as florestas tropicais luxuriantes, os manguezais repletos de frutos do mar, as áreas pantanosas, os grandes rios e as serras a perder de vista.

O Sul baiano foi incorporado à economia capitalista com fatores e elementos similares

aos ocorridos com os antigos Sertões de Macacu do Estado do Rio de Janeiro. As paisagens da Mata Atlântica logo após a chegada dos portugueses foram transformadas em novas paisagens bioculturais a partir da chegada dos africanos (Beinart; Middleton, 2009). O sul baiano foi incorporado ao grande capital nacional e internacional a partir da década de 50, onde se principiou a destruição sistemática do bioma e dos povos e comunidades que ali viviam há muito tempo (Santos; Martins, 2021). A destruição da Mata Atlântica nesta região, ocorrida na segunda metade do século XX, foi tão intensa que se destruiu mais florestas neste exíguo espaço de tempo do que em todo o período colonial de mais de 300 anos (Castro, 2002).

Também a destruição da Mata Atlântica tem sistematicamente alijado populações negras dos seus meios de vida, pois os antigos quilombos perdiam suas áreas de refúgio e fuga do habitat colonial e os quilombos ainda existentes perdem seus meios de subsistência como a caça, a pesca, as áreas de cultivo e as matas locais para coleta de lenha, plantas medicinais e locais para práticas de suas religiões. Da Silva (2008) e Ferreira (2009) mostram como isso ocorreu de forma dramática na Região de Sapê do Norte (Figura 5), no município de Conceição da Barra (ES), onde a empresa Aracruz Celulose destruiu vastas reservas de Mata Atlântica e expulsou as populações negras locais para o plantio da monocultura do eucalipto, que incorre em graves conflitos socioambientais até hoje com os remanescentes quilombolas da comunidade localmente chamada de São Jorge.

Figura 5- Quilombolas da comunidade Sapê do Norte em luta contra as monoculturas da Aracruz



Fonte: Calazans, 2018.

A região ao norte do Rio Doce foi, durante muito tempo, ocupada por exuberante Mata

Atlântica de tabuleiros costeiros em que povos nativos e quilombolas se configuraram como sério obstáculo para a incorporação deste território a uma dinâmica de práticas e atividades econômicas capitalistas (Ferreira, 2009) que posteriormente se apropriaram das imensas riquezas naturais das matas como as madeiras-de-lei, os solos para agropecuária e a fauna. Este bioma atlântico negro contrasta com as florestas de eucalipto estabelecidas no Norte capixaba que substituíram matas milenares para a reprodução de uma floresta colonial baseada na agricultura colonial extrativista. Conforme o estado português e depois brasileiro cobiçava estas terras, começaram a implementar agentes e estruturas econômicas que foram destruindo a floresta e caçando os indesejáveis para, com isso, transformar uma floresta de inigualável biodiversidade ecológica e cultural em um território tomado pelas lógicas produtivistas coloniais (Da Silva, 2008).

No Sul do Brasil, a região denominada Invernada dos negros (Figura 6) é outro exemplo de territorialidade negra ameaçada ainda hoje por interesses agropecuários coloniais que destruíram as antigas matas de Araucária que existiam neste território quilombola mesmo após a libertação oficial dos escravos no país no final do Século XIX (Mombelli, 2009). Aqui, as terras foram doadas aos escravos que construíram um mundo socioecológico com a Floresta Ombrófila Mista, que foi sumariamente destruída para a construção de uma mata colonial, como ocorreu no Norte capixaba. Agora, os remanescentes afrodiaspóricos habitam um mundo descaracterizado que ainda assim é tão repressivo quanto era para os escravos no período da escravização oficial.

Figura 6- Escola quilombola em Invernada dos Negros (SC)



Fonte: Tavares, 2021.

Na Ilha da Marambaia, cordão arenoso que avança sobre a Baía de Sepetiba, em zona litorânea do Estado do Rio de Janeiro, a população remanescente de quilombolas (Figura 7)

vive uma repressão constante da Marinha do Brasil que entrou em seu território que havia sido doado pelo antigo proprietário da família Breves aos escravos ainda no século XIX (Moraes, 2014). Seu modo de vida ecológico-cultural faz com que os ecossistemas desta região sejam os mais preservados de toda a capital do estado, com as últimas restingas em bom estado de conservação. Os moradores mais antigos ainda lembram das histórias dos refúgios de escravos nas matas locais em “tocas”.

Figura 7- Confraternização quilombola na Ilha da Marambaia em Mangaratiba-RJ



Fonte: Jornal Atual, 2022.

Outras relações ecológicas entre populações negras e florestas podem ser visualizadas em De Oliveira *et al.* (2021) no Vale do Rio Trombetas (Figura 8), na Amazônia paraense (Acevedo; Castro, 1998; De Oliveira *et al.*, 2021). Neste território de mais de 600 mil hectares vivem 10 mil pessoas que possuem relações com a floresta que ultrapassam um viés econômico. A Castanha-do-Pará, espécie mítica de árvore da grande floresta, foi de vital importância para a autonomia política e econômica dessas populações negras até os dias atuais. Esta relação com esta espécie vegetal e outras permitiu a existência espaço-temporal quilombola neste território que hoje se encontra ameaçado pelos mesmos interesses econômicos coloniais. Estes castanhais eram ameríndios e agora são castanhais africanizados.

Figura 8 – Crianças quilombolas em região do Rio Trombetas no Norte do Pará



Fonte: Borges, 2014.

As populações negras desta parte da Amazônia promovem parcerias com esta espécie vegetal e com a fauna da floresta, transformando pedaços expressivos da floresta em castanhais antropogênicos. De Oliveira *et al.* (2021) trazem outra reflexão a respeito do que ocorreu com as matas de araucária nos planaltos do sul do Brasil, onde os povos indígenas locais faziam parcerias com a cutia, a gralha, o papagaio-charão no cultivo de pinhais. Quando os colonizadores chegaram nesta região, havia grandes concentrações de pinhais que foram severamente destruídos e, com isso, desapareceram os pinheiros, a fauna e os povos indígenas.

Todos estes exemplos demonstram que as paisagens neocoloniais surgidas pelo advento de práticas culturais africanas, com todo o seu conhecimento etnobotânico e socioecológico das plantas e animais para cá trazidos, transformaram o bioma Mata Atlântica em outro espaço igualmente rico culturalmente e que auxiliou na resistência destes povos africanos e seus descendentes aos horrores da escravidão em terras brasileiras do chamado novo mundo, agora incorporado ao capitalismo global após as grandes navegações (Cabral, 2014; Moore, 2017; Acseirad, 2021).

Este tipo de resistência pode ser visto também nos quintais das casas, nas pequenas propriedades, na culinária baiana, nas pastagens, nos antigos quilombos e atuais territórios quilombolas (Watkins, 2020; Tomich *et al.*, 2021) e nas práticas culturais existentes nos estados e regiões que receberam grande contingente populacional negro. Surgiam assim novas Áfricas dentro dos espaços coloniais onde houve escravidão, principalmente na agricultura das *plantations*.

A construção do sistema agrário colonial ainda é um fato pelo território brasileiro,

porque o avanço sobre as últimas fronteiras agrícolas do Brasil é uma constante e com anuência dos governos federais, estaduais e municipais. O governo Bolsonaro estabeleceu que esse modo de vida imperial (Marcuse, 2018; Acosta; Brand, 2019; Svampa, 2019; Brand; Wissen, 2021) seria uma das ideias centrais do estado brasileiro, mesmo que suas bases ainda sejam centradas em um racismo organizado desde o período colonial. Inclusive, a maior parte das propriedades rurais do país está concentrada em populações brancas com 208 milhões de hectares ou 60% do total de todas as propriedades do país (Machado, 2022).

Por outro lado, como seria esse uso comum das terras no território quilombola? Há delimitações como as terras usadas para o plantio, as terras para a criação de animais e as terras para a própria moradia. Este tipo de sistema de ocupação territorial não faz sentido dentro do sistema colonial agropecuário porque as terras possuem uso comunitário e não propriedade privada. São modos de produção de comida para subsistência, enquanto que o colonial só atenta ao lucro, mesmo que não abasteça de comida as populações humanas. Inclusive, um dos maiores perigos que as sociedades sofrem hoje é a pouca variedade de plantas cultivadas. Além disso, apenas três cultivos agrícolas (arroz, trigo e milho) respondem por mais da metade da energia humana em escala global (Foster, 1999; Moore, 2015).

Os quilombolas e demais populações negras, dentro de uma perspectiva decolonial, possuem direitos fundamentais que vêm sendo construídos em suas relações com a natureza a partir dos encontros no mundo colonial e hoje possuem 4 direitos fundamentais (Escobar, 2005): identidade, território, autonomia política e visão de desenvolvimento. Estes direitos são essenciais na busca e confronto frente aos agentes do capitalismo que constantemente cobiçam seus territórios para mais apropriação da natureza e do conhecimento ancestral que possuem (Alier, 2018). São focos de resistência contra a destruição de suas existências e modos de viver dentro da Era do Capitaloceno (Moore, 2017; Alier, 2018). Cantor (2019, p. 133) diz sobre esta apropriação:

Supone también un incremento acelerado del consumo de energía, materias primas, bosques y bienes forestales, puestos al servicio de una ínfima minoría de privilegiados del mundo, a costa de la pobreza del ochenta por ciento de la población del planeta, para mantener un modo de vida por completo irracional para la salud de la tierra y la supervivencia de sus habitantes. Porque es bueno recordar que "el vocablo consumir no sólo significa gastar y comprar sino también agotar y destruir".

Os modos de vida construídos pelos quilombolas e povos negros no continente americano também são modos de viver e produzir alimentos diferentes da máquina agrícola colonial e devem ser extirpados pelo capital com qualquer forma de habitar que não dá lucro ou auxilia na acumulação de mais capital (Foster, 1999; Cantor, 2019). Então, os territórios quilombolas construídos desde o período colonial são centros de resistência ecológicos,

políticos e culturais como foram os mocambos e insurreições negras na Mata Atlântica no passado.

Apesar de a maioria dos escravizados ter vindo da região dos atuais Congo e Angola, muitos escravos vinham de outras regiões africanas e também foram inseridos no ambiente da Mata Atlântica brasileira de formas singulares de acordo com o ambiente que encontravam em África, como as florestas da Costa do Benin, além de ecossistemas que existiam nas franjas das matas tropicais e equatoriais africanas como savanas e manguezais (Cabral, 2014). Estes povos negros transformavam as matas a partir de inserções culturais que traziam e que atenuavam o sofrimento imposto pelo sistema colonial. Faziam suas oferendas nas matas e cachoeiras, caçavam animais e recolhiam plantas, cultivavam novas plantas e assim construía uma História Ambiental negra ao imprimirem suas marcas no grande bioma florestal atlântico do outro lado do oceano.

A integração política, econômica, cultural e ecológica destas populações negras durante o período das grandes navegações proporcionou não apenas uma biota africana em terras além da África, mas também uma nova forma de agricultura africanizada junto ao próprio modelo das *plantations* coloniais (Shiratori, 2022). A adaptação africana a estes novos territórios, biomas e ecossistemas foi uma constante em todos os países americanos onde houvesse um braço negro. Dentro da escravidão, todos os indivíduos capturados tinham sua cultura usurpada para os fins e meios coloniais. Cabral (2014, p. 187): “Quando esse indivíduo humano era capturado, era como se sua comunidade fosse roubada de todo esse trabalho e energia armazenados. A captura denotava a apropriação de trabalho e recursos naturais alheios que jamais seriam repostos”.

Todavia, nunca foi fácil capturar ou destruir estes territórios negros afrodiáspóricos porque havia uma certa sinergia entre os escravos fugidos e a natureza que os cercava. Utilizavam as matas, savanas e manguezais a favor com armadilhas, potenciais animais perigosos destes ambientes como mosquitos, moscas, serpentes e predadores como as onças. O conhecimento aprendido ora com as matas africanas, ora com a adaptação à Mata Atlântica, transformava as diligências de captura numa tarefa hercúlea para as autoridades estatais dessas épocas (Gomes, 1993). A posição geográfica destes quilombos e refúgios se coaduna com a inacessibilidade de florestas desconhecidas e impenetráveis em locais de difícil acesso, mesmo perto de espaços urbanos iniciais como o Rio de Janeiro.

As regiões de Mata Atlântica mais preservadas no Estado do Rio de Janeiro têm algumas singularidades, como a ocupação histórica de povos tradicionais como os caiçaras na região da Costa Verde ou os nativos indígenas e quilombolas que ocuparam principalmente a região de Macaé de Cima do PETP, que possui as matas mais preservadas desta unidade de

conservação. Esta hipótese pode ser corroborada com o trecho de Mata Atlântica mais preservado do país, que se localiza no Vale do Rio Ribeira de Iguape em São Paulo, que possui várias comunidades quilombolas.

Este remanescente de Mata Atlântica guarda significativa diversidade ecológica nas unidades de conservação locais de natureza estadual e federal, em territórios indígenas, caíças e caboclos, mas também com uma imensa diversidade cultural e ecológica dentro dos territórios quilombolas que dominam expressivas áreas em paisagens encravadas entre duas das metrópoles mais importantes do país (São Paulo e Curitiba). Aqui, 80% das florestas estão conservadas e vêm sendo restauradas áreas mais impactadas com projetos de sementes com mão-de-obra das populações quilombolas locais (Magdalena, 2022).

Nesta região, os saberes quilombolas ecológicos trazem soberania alimentar e preservação da fauna e flora da Mata Atlântica em saberes ancestrais e conhecimentos afrodiaspóricos que existem desde a época colonial, onde a comunidade mais antiga (Ivaporunduva) data de mais de 300 anos (Magdalena, 2022). A diversidade agroflorestal calcada em um modo de convivência mais harmonioso com as matas é traduzida em paisagens que demonstram o alto grau de conservação de um dos biomas mais ameaçados pela agricultura colonial do país. Estas populações locais, como as quilombolas, constroem uma História Ambiental negra mesmo estando às margens do estado no tocante à regularização de suas terras ancestrais e modelos de conservação ecológica baseados no norte global.

As populações negras encontradas no PETP e arredores são compostas por antigos descendentes de escravos, migrantes e mestiços livres desde a ocupação desta região em volta do Recôncavo da Guanabara a partir de finais do século XVIII e início do século XIX. Estas populações trabalharam nos cultivos de café e cana-de-açúcar, derrubada da Mata Atlântica ou fizeram parte de movimentos e insurreições negras em quilombos nas matas locais. Assim, existe um campesinato negro local que vem sendo construído a partir de várias lógicas históricas e geográficas distintas pelos processos de ocupação dos municípios onde o parque ocorre e pelas atividades econômicas realizadas desde a ocupação territorial dos antigos sertões de Macacu e da Vila de Santo Antônio de Sá.

Na região do parque, não há atualmente um quilombo demarcado pela Fundação Palmares como em outras regiões do estado, embora alguns ocorram em municípios vizinhos ao parque ou da própria região do Recôncavo da Guanabara, como os de Boa Esperança (Areal), Tapera (Petrópolis), Grotão (Niterói), Camorim, Sacopã e Cafundá-Astrogilda na capital do estado, Bongaba e Maria Conga, no município de Magé. Todavia, a população

negra local se encontra amalgamada em camponeses que vivem nas áreas rurais mais distantes dos municípios do parque, assim como comunidades favelizadas nas franjas dos centros urbanos como Teresópolis, Guapimirim e Cachoeiras de Macacu. As duas comunidades Hervanas em Cachoeiras de Macacu talvez sejam hoje as comunidades mais influenciadas pelos antigos modos de vida afrodiaspóricos em toda a região do Recôncavo da Guanabara e dos Sertões de Macacu.

2.1.3 A Ecologia Decolonial e a Natureza Colonizada

A colonização da natureza vem sendo engendrada desde a aparição da Era do Capital na época dos grandes descobrimentos e expansão marítima europeia ao redor do globo em busca de terras e recursos naturais na ótica ocidental. Toda esta lógica colonial foi imposta em outros continentes a partir de práticas imperialistas que dominavam outras culturas e a natureza onde esses povos e sociedades viviam durante milhares de anos. É um outro tipo de imperialismo descrito por autores como Foster e Clark (2006), Crosby (2011), Yusoff (2018), Cantor (2019), Aráoz (2020), Brand e Wissen (2021), Moore (2022) e Alvim de Mattos (2025), sendo denominado Imperialismo Ecológico. As nações mais ricas sempre organizaram políticas imperialistas para ratificar suas culturas frente a estes territórios ecologicamente diferentes. Marcuse (2018, p. 196) fala sobre o tema:

A dominação da natureza está atrelada à violação da natureza. A busca por novas fontes de energia está atrelada ao envenenamento do ambiente de vida [life environment]. A segurança está atrelada à servidão, o interesse nacional à expansão global. O progresso técnico está atrelado à manipulação e ao controle progressivos dos seres humanos.

Este tipo de imperialismo dividiu praticamente o mundo a partir de então entre poucas nações ricas e arrogantes, com maioria no norte global, que consomem a maior parte da água, das terras, do dinheiro; descarregando os resíduos e efeitos nefastos das atividades econômicas capitalistas nos territórios das nações mais pobres, com maioria no sul global (Cantor, 2019). Além disso, os malefícios no Capitaloceno ultrapassam as fronteiras nacionais dos países e ameaçam a vida e a existência não apenas da maioria pobre que vive nestes países, mas das regiões de despossuídos e indesejáveis que existem em vastas áreas dos próprios países capitalistas centrais.

A riqueza produzida pelas nações mais ricas do globo esconde seus efeitos decorrentes de novas formas de imperialismo que sugam os solos, as florestas, o conhecimento tradicional, os minerais e a força de trabalho dos novos condenados da Terra (Fanon, 2022). Tudo isso, ocorreu nas regiões da Mata Atlântica colonial e pós-colonial, onde toda a riqueza

ecológica nos moldes capitalistas foi sendo retirada das florestas, assim como a sabedoria cultural dos povos indígenas e dos africanos escravizados utilizados na máquina agrícola colonial da *plantation* (De Souza Júnior, 2023). Toda a diversidade ecológica construída pela humanidade foi sendo transformada neste tipo de cultura agrícola globalizada (Lewis; Maslin, 2018; Yusoff, 2018).

Esta máquina agrícola colonial globalizada alterou todos os biomas para onde foi levada e destruiu inúmeras sociedades e seus modos de vida, assim como espécies de plantas e animais que foram transformados em mercadorias para acumulação de mais capital. A partir da existência do Capitalismo, um comércio global de bens, pessoas e espécies surgiu no planeta em uma única ecologia global (Foster, 1999; Lewis; Maslin, 2018) baseada em matérias-primas baratas (Moore, 2022) que foram comercializadas a partir de processos políticos, econômicos, sociais e ecológicos centrados no racismo, no especismo, no colonialismo e no imperialismo europeu.

O colonialismo entregou ao mundo novas formas de espoliação da natureza e a escravidão de seres humanos baseados na expansão capitalista (Yusoff, 2018). Esta expansão construiu novas paisagens onde antes havia biomas e culturas humanas associadas que viram seu mundo ecológico e suas alteridades desaparecerem poucos anos após o início dos contatos violentos dos europeus em terras apropriadas. Daí, a Era do Capital foi se tornando mais complexa e destrutiva, até chegar ao que vivemos hoje no planeta.

Esta maneira de habitar o mundo, organizada pelos europeus, trouxe fome, destruição ambiental, extinção de espécies e culturas para onde foi levada. Ironicamente, a conquista de povos inteiros e seus territórios diminuiu as crises de fome cíclicas na própria Europa (Foster, 1999). Biomas e ecossistemas inteiros foram substituídos por paisagens que não existiam nestes territórios e, com isso, os modos de subsistência de sociedades inteiras vêm sendo vilipendiados e ameaçados pelas antigas e novas formas de exploração da natureza que ainda não foi apropriada ou tornada mercadoria, que muitas vezes é protegida por camponeses, mulheres, povos indígenas, pescadores e outros grupos sociais, no que Alier (2018) chama de ecologismo dos pobres.

A pilhagem da natureza (Foster; Clark, 2006; Aráoz, 2010; Lewis; Maslin, 2018) dentro do imperialismo ecológico é organizada pelas populações dos países mais ricos e pelas pequenas elites dos países mais pobres que vendem os bens naturais de suas próprias nações para satisfação pessoal e busca de privilégios perante as nações mais ricas. A partir da colonização do continente americano, por exemplo, não apenas os povos que habitavam estes territórios foram tratados como inferiores, mas a própria ecologia destes lugares foi tratada

dentro de uma ótica centro-periferia. Ecossistemas e biomas se tornaram parte da economia-mundo como fonte de matérias-primas baratas (Moore, 2017) para o constante enriquecimento dos países imperialistas (Foster, 1999).

Os países ricos escondem seus interesses econômicos dentro de ideologias liberais e economicistas criadas na opinião pública a partir de discursos ecológicos de direita que hegemonizam os debates ambientais sobre a pilhagem que as empresas e governos destes países fazem continuamente com as nações mais pobres. Isso ocorre em setores econômicos como o das indústrias de mineração, medicamentos farmacêuticos, madeira, tecnologia e até material genético (Aráoz, 2010; Cantor, 2019). Cantor (2019, p. 98) comenta sobre este último tipo de imperialismo:

El ataque del imperialismo genético contra la biodiversidad acentúa el ecocidio contra las selvas y sus habitantes y reduce la maltrecha fuente de alimento de la humanidad, ya que el 90 por ciento de nuestra dieta cotidiana está constituido por unas 15 especies agrícolas y 8 especies de animales. Con la Revolución Biotecnológica se acentúa la homogeneización genética de los principales cultivos, la desaparición de las variedades locales que aún existen y la imposición del latifundismo genético, impulsado por las empresas multinacionales de la alimentación y los agroquímicos.

Hoje, uma outra forma de imperialismo ecológico está cada vez mais se difundindo pelo planeta, sendo o descarte de lixo nos países mais pobres a partir dos resíduos oriundos dos produtos consumidos pelos ricos do norte global. As classes dominantes globais continuam tão racistas quanto na época dos chamados descobrimentos e organizaram um mercado de resíduos jogados nos territórios de países com povos considerados inferiores em uma clara confirmação de racismo ambiental (Cantor, 2019). A partir daí, suas sociedades se orgulham de permanecerem limpas e organizadas, enquanto jogam o que não querem no quintal dos outros ou dos velhos indesejáveis de sempre (negros, peles vermelhas, asiáticos). Cantor (2019, p. 102) diz:

La destrucción ecológica, la pobreza forzada, la guerra de contrainsurgencia, la corrupción y brutalidad política, y el vertido de residuos tóxicos provenientes del extranjero, forman parte de la misma estrategia. El comercio de residuos tóxicos es una estrategia central del nuevo desorden mundial con la finalidad de apropiarse de las tierras y bienes naturales de los pueblos más pobres, incluyendo el propio aire que respiramos, para establecer el comercio de derechos de polución.

O colonialismo é uma das maiores forças opressoras da história porque não admite nada que não coadune com o pensar colonial (Yusoff, 2018). É uma arma da Era do Capitaloceno que ainda é muito utilizada pelos agentes do capital que buscam a acumulação de mais capital a qualquer custo, agora dos poucos territórios ainda não incorporados a uma economia-mundo que desaloja toda a diversidade ecológica e cultural da Terra para a

implementação de pensamentos únicos contrários à diversidade. São ataques sistemáticos a todos os seres vivos do planeta considerados não aptos a viver no mundo colonial. Diz Rufino (2021, p. 21) a respeito do colonialismo da Europa: “Ela continuou avançando nas formas de terror, produzindo assassinatos que vão além do corpo físico e incutindo via catequização uma permanente captura dos mundos, das subjetividades e da regulação do ser em suas dimensões sensíveis”.

A colonização europeia foi iniciada dentro do próprio continente europeu, para depois avançar sobre outros mundos através da conquista dos oceanos. As terras que eram comunais foram apropriadas e privatizadas pelas forças coloniais internas e fizeram com que os camponeses perdessem a cooperação mútua em contratos coletivos de trabalho, substituídos por contratos individuais (Federici, 2019). Os cercamentos promovem uma desterritorialização em massa que obriga os camponeses a se tornarem assalariados e, com isso, a coesão social que havia entre estas pessoas. Federici (2019, p. 170) fala sobre uma destas consequências: “Ao se buscar a disciplina social, um ataque foi lançado contra todas as formas de sociabilidade e sexualidade coletivas — incluindo esportes, jogos, danças, funerais, festivais e outros ritos grupais que haviam servido para criar laços e solidariedade entre os trabalhadores”.

A construção de uma economia monetária em detrimento de economias de subsistência foi a tônica na Europa antes das grandes navegações e foi exportada para as conquistas territoriais de outros continentes que possuem até hoje seus povos e etnias subjugadas, vilipendiadas, escravizadas e alijadas de seus territórios pelos agentes do capital que possuem suas decisões tomadas principalmente nos países mais ricos. Federici (2019) diz que o aumento global dos preços de alimentos, por exemplo, foi decorrente da privatização das terras que foi iniciada com as políticas dos grandes cercamentos realizados na Europa. Este tipo de acumulação primária pode ser definido por algumas etapas inicialmente, segundo Altvater (2010, p. 89):

- 1- A privatização do solo e sua transformação em mercadoria;
- 2- A expulsão dos camponeses, povos indígenas e populações tradicionais e sua transformação em assalariados ou vadios;
- 3- A transformação dos territórios coletivos em propriedades privadas de empresas, do estado, de grandes donos de terras;
- 4- A transformação da força de trabalho em mercadoria;
- 5- A destruição de qualquer forma alternativa de apropriação da natureza;
- 6- A pilhagem colonial e imperialista;
- 7- Monetização da troca e tributação brutais dos mais pobres;
- 8- Comércio de escravos;

9- Busca constante pela usura.

Toda esta política colonial (Cantor, 2013; Aráoz, 2020) iniciada na Europa foi levada para outros continentes colonizados dentro da Era do Capital. Acosta e Brand (2019) chamam esse processo de modo de vida imperial porque ele é construído a partir de um aparato político, jurídico, ideológico altamente violento e brutal contra outros povos planeta afora para o acesso ilimitado à natureza, mão-de-obra barata e descarte de resíduos, como outras formas de imperialismos. Este modo de vida ocidental produz a destruição de mundos e ameaça o planeta todo. McBrien (2022, p. 189) diz: “O capital não apenas rouba o solo e o trabalhador, como observa Marx; ele necrotiza todo o planeta”.

A era do Capitaloceno, colonialista por excelência, não admite que outras culturas e povos façam outras classificações sobre plantas e animais ou que tenham sistemas de cultivos diferentes dos europeus ocidentais centrados na propriedade privada. As próprias denominações de selvagem ou domesticado podem ser relativizadas ao longo da história (Beinart; Midleton, 2009; Ballée; Erickson, 2006; Cantor, 2013). Decolonizar significa também reafirmar continuamente o valor destes outros meios de cultivo e classificações da natureza, como o continente africano fez ao adotar plantas para alimentação que não existiam em África até as grandes trocas bioculturais ocorrerem. Beinart e Midleton (2009, p. 175) assim discorrem sobre isso:

As sociedades africanas eram certamente abertas à introdução de plantas e muitos sistemas agrários do continente eram baseados em plantas exóticas. O alcance que a pera espinhosa obteve como fruta de base para as atividades pastoris é uma prova. Neste contexto, a África não tem sido menos porosa às transferências de plantas do que outras partes do mundo, apesar da relativamente bem-sucedida resistência ao colonialismo de povoamento e da falta de grandes recursos demográficos. Pode-se argumentar que as plantas transferidas para a África auxiliaram na resistência e no aumento demográfico, fortalecendo a segurança alimentar. Também neste caso, a mercantilização relativamente tardia dos sistemas agrários não inibiu a absorção de novas espécies.

No Brasil, os epistemicídios contra povos que não estão integrados ao modo do capital são atacados o tempo todo. Os agentes do capital negam suas ontologias e saberes, facilitando a apropriação de seus territórios. Antropólogos e outros estudiosos ficam encarregados de legitimar suas existências para a confirmação de leis de proteção para as comunidades tradicionais. A deslegitimação de ontologias e saberes coloca não apenas os povos da Terra em risco, mas também o próprio planeta, porque essas narrativas alcançam outros debates, como as mudanças climáticas e as próprias crises ambientais planetárias (Cantor, 2013; Acseirad, 2021; Almeida, 2021). Martinez (2006, p. 53) diz sobre isso: “A crise ambiental é, assim, o capítulo mais recente de uma longa história de uso e exploração dos recursos naturais pelos

agrupamentos humanos em distintas partes do planeta.”

Almeida (2021, p. 23) diz que a destruição de ontologias pode se apresentar de diversas formas, como: “Uma variante dessas guerras de aniquilação ontológica é um sistema escolar que reprime visões de mundo e sabedorias locais”. O colonizador que institui paisagens coloniais finge que aprecia crenças locais para fins de dominação e destruição de outras ontologias e saberes distintos das ontologias do realismo científico (Almeida, 2021). O Estado é essencial para este desafio porque, ao mesmo tempo que pode construir políticas públicas ambientais, pode construir ou permitir atividades econômicas que corroboram com a destruição da natureza e dos povos tradicionais, junto a seus saberes (Moraes, 1997; Cantor, 2013).

Entretanto, os antigos modos de produção agropecuários sempre necessitaram do racismo para a escravização dos africanos porque as bases do sistema econômico capitalista estão relacionadas a uma supremacia branca dentro de sua ótica dicotômica (Cantor, 2013; Yusoff, 2018; Krenak, 2020; Serratos, 2021). As lutas por resistência existiram durante todo o período das experiências coloniais em que o capitalismo avançou. Hoje, este tipo de luta é cada vez mais importante, porque o território é natureza e modo de vida. É uma ecologia decolonial (Ferdinand, 2022). São formas de habitar o mundo mesmo à revelia das elites globais que acusam qualquer resistência de populismo (Latour, 2020). Um destes exemplos são as terras comunais estabelecidas pelo movimento zapatista no México (Brand; Wissen, 2021). Latour (2020, p. 23) fala sobre essa visão das elites sobre as crises provocadas por elas mesmas ao rejeitar os sintomas do Capitaloceno:

Decidiram que seria preciso construir uma espécie de fortaleza dourada para os poucos que poderiam se safar – do que decorre a explosão das desigualdades. E resolveram que, para dissimular o egoísmo sórdido de tal fuga para fora do mundo comum, seria preciso rejeitar absolutamente a ameaça que motivou essa fuga desesperada – o que explica a negação da mutação climática.

Como a ecologia nativa se transforma em uma ecologia colonial da Era do Capitaloceno totalmente colonizada? Serratos (2021) enfatiza um exemplo que ocorreu no México, onde um nativo chamado Juan Tetón criticava os nativos que nomeavam os animais dos colonizadores e se deixavam levar pela pecuária. Este nativo questionava uma ecologia colonizadora que estava substituindo as plantas e animais nativos e um dia a natureza iria cobrar um preço por isso. É uma outra cosmovisão, muito diversa da que foi empregada nestes territórios pelos ocupantes espanhóis, o que não foi diferente dos métodos e resultados empregados por todos os outros povos europeus que vinham para o agora chamado continente americano. Serratos (2021, p. 207) discorre sobre:

Com estas bases coloniais, a pecuária e a indústria da carne foram decisivas não só como um sustento para a humanidade, mas também como agentes colonizadores que

atualmente representam um dos grandes problemas ambientais. Seu relato é determinante no Capitaloceno por duas razões. A primeira, por ser uma das causas da deterioração ambiental; a segunda, é que a produção e a ingestão de carne causam muita controvérsia devido à forte carga cultural e à íntima relação que estabelece com cada uma das sociedades em que se instaurou como regime alimentar. Se pode aceitar sem nenhum problema a contaminação originada pelos combustíveis fósseis, ninguém ingere gasolina para se nutrir, nenhum povo tem rituais em torno do petróleo, mas é uma coisa muito diferente com os animais e sua carne: estão profundamente ligados a processos biológicos e culturais ancestrais.

A Ecologia decolonial é um campo do conhecimento que pode auxiliar as análises histórico-ambientais da Era do Capitaloceno. É uma ecologia com perspectivas mais críticas que se contrapõem às análises mais liberais do ambientalismo, desnudando as políticas coloniais ainda vigentes dentro das relações entre países ricos e pobres. É uma ecologia de combate e não conformista (Shiratori, 2022). Foi o que ocorreu com os antigos sistemas agroecológicos dos povos nativos, substituídos por monoculturas ceifadoras dos biomas e da vida. Agora, as elites globais continuam escondendo seus modelos destrutivos nas mesmas ideologias liberais que negam as mudanças ambientais perpetradas pelas atividades econômicas dos ricos (Latour, 2020). Rufino (2021, p. 29) fala: “Assim, os inimigos do rei são todos aqueles que resistem de alguma maneira ao trabalho forçado, à imposição da cultura dos invasores, à ocupação e à exploração de suas terras”.

Os discursos ambientais na contemporaneidade devem abarcar pensamentos ecológicos e visões de mundo sobre a natureza e a cultura que levem em consideração outros saberes opostos aos hegemônicos. Tavares (2022) diz que qualquer visão que não leve em consideração justiça social e ambiental pecará sempre por conivência, omissão e ingenuidade. A ecologia dos pobres preconizada por Alier (2018) ratifica a questão por lançar luz na primazia de movimentos populares como construtores de justiça ambiental ao defender seus territórios frente aos agentes do capital, o que vai ao encontro dos direitos da Terra em países que já o incorporam em suas cartas magnas como Equador e Bolívia (Tavares, 2022). Federici (2019, p. 390) comenta sobre a luta dos povos americanos: “O vínculo dos índios americanos com a terra, com as religiões locais e com a natureza sobreviveu à perseguição devido principalmente à luta das mulheres, proporcionando uma fonte de resistência anticolonial e anticapitalista durante mais de 500 anos”.

Os conflitos socioambientais do planeta dentro da Era do Capitaloceno estão relacionados à colonização dos saberes e da natureza (Cantor, 2013; De Oliveira *et al.*, 2021). As perspectivas decoloniais, como a estabelecida por autores como Moore (2017; 2018) e Ferdinand (2022), ajudam na visão de um mundo onde não haja dominadores e dominados (Santos; Olivieri, 2017), um mundo onde muitos dos atores políticos mais perseguidos e assassinados são os que lutam por direitos humanos, como nos movimentos ambientalistas (Alier, 2018). Este tipo de ecologismo dos pobres desnuda as ideologias que os poderosos

insistem em legitimar (Latour, 2020) porque as forças coloniais nunca dormem ou adormecem (Krenak, 2019). Cantor (2019, p. 100) demonstra como se dá a colonização de plantas dos países mais pobres até hoje:

Puede apreciarse que está en marcha la apropiación fraudulenta de las plantas del mundo tropical y de los saberes ancestrales de las sociedades que allí habitan. Como resultado de esta biopiratería, los países dependientes pierden su biodiversidad, siendo despojados de la fuente natural que le suministra medicinas, alimentos, abrigo y bienes estéticos y rituales.

A Colonização da Natureza foi uma constante durante o expansionismo europeu pelo mundo e os reflexos desta ocupação de mentes e territórios podemos visualizar nas paisagens neocoloniais de países como o Brasil. Esta colonização começa com as políticas dos países mais ricos que continuam a ver o sul global como regiões periféricas e inferiores. A colonização dos saberes e dos povos é a ausência de alteridade e autonomia dos povos da terra não europeus (Aráoz, 2010; Alimonda, 2011; Cantor, 2013; Yusoff, 2018; Acosta; Brand, 2019; Federici, 2019; Brand; Wissen, 2021; Tavares, 2022). Fanon (2022, p. 212) diz o seguinte a respeito:

A natureza hostil, indócil, essencialmente rebelde é de fato representada nas colônias pela selva, pelos mosquitos, os indígenas e as febres. A colonização alcança êxito quando toda essa natureza insubmissa é enfim domada. Estradas de ferro através da savana, secagem dos pântanos, inexistência política e econômica do indigenato são na realidade uma só e mesma coisa.

A colonização da natureza pode ser entendida por vários prismas e escopos ideológicos, mas um dos mais problemáticos é a ideia de humanidade. O mundo liberal europeu justifica muitos atos em prol da democracia e da humanidade, embora seus resultados tenham sido desastrosos para a natureza e várias etnias que viviam na África, Ásia, América e Oceania. A maior parte da chamada humanidade não possui o trivial e simples para sobreviver, sendo largados em ambientes insalubres como favelas e periferias, quando dizem que as florestas são perigosas (Krenak, 2020) ou que monoculturas destruidoras da natureza são essenciais para alimentação mundial (Shiva, 2003; Cantor, 2013; Dos Santos, 2023; Alvim de Mattos, 2025). Shiva (2003, p. 17) diz a respeito:

Não é verdade que sem as monoculturas de árvores haverá escassez de madeira para combustível e que sem as monoculturas na agricultura haverá escassez de comida. Na verdade, as monoculturas são uma fonte de escassez e pobreza, tanto por destruir a diversidade e as alternativas quanto por destruir o controle descentralizado dos sistemas de produção e consumo.

Este sistema monocultor colonial transforma as espécies das florestas tropicais, como a Mata Atlântica, em depósitos de espécies sem valor comercial sob a ótica dos colonizadores que denominam todas as espécies fora desta classificação como “ervas-daninhas”. Toda a história ecológica e cultural destas plantas é desprezada e todo o sistema ecológico destas

regiões se torna invisibilizado. O padrão cultural imposto aos povos e à natureza das colônias, como o Brasil, apenas entende os territórios ainda não incorporados ao capital como mercadoria e extração de riquezas (Moraes, 1997; Martinez, 2006; Cantor, 2013).

Vale ressaltar que uma das grandes armas dos países colonialistas contra a natureza dos países mais pobres foi a criação de jardins botânicos para o controle das transferências de plantas úteis no sistema colonial (Foster, 1999; Moore, 2015), que depois foram substituídos por modelos que praticam a biopirataria de plantas, animais e até seus bancos genéticos. Shiva (2003, p. 39) também fala sobre o assunto:

Assim como a silvicultura “científica” exclui as funções de produção de alimento da floresta e destrói sua diversidade, vista como “erva-daninha”, a agricultura “científica” também destrói espécies que podem ser utilizadas como alimento, apesar de não poderem ser vendidas no mercado.

Os sistemas ecológicos produzidos por camponeses ou quilombolas no Brasil são formas de resistência (Svampa, 2019) dentro do habitat colonial produzido pelos colonizadores. Os quintais, hortas, pequenas propriedades e viveiros de plantas dos pequenos produtores, moradores das franjas urbanas ou povos das florestas do passado e do presente, possuem relações ecológicas com o mundo que os cerca que não substituem os sistemas ecológicos naturais, mas se adaptam a eles (Acevedo; Castro, 1998; Ferdinand, 2022), enquanto os modelos coloniais substituem o que é nativo pelo artificial (Shiva, 2003; Martinez, 2006; Alier, 2018; Dos Santos, 2023). Tudo isso dentro da lógica cartesiana cultura/natureza, como falado por Rufino (2021, p. 34):

A elaboração dos contratos que regem o Novo Mundo-pautados nas classificações de raça, gênero e patriarcado e na oposição cultura versus natureza- produziu não somente o extermínio físico de populações e ecossistemas, mas o sistemático atentando contra a vida como esfera da plenitude.

Esse tipo de colonização extrativista afeta particularmente os povos do sul global que se veem sendo continuamente retirados de seus territórios ancestrais ou vivendo nas sombras das grandes cidades latino-americanas, africanas e asiáticas. A América Latina continua a ser um imenso território expropriado pelo grande capital em busca da acumulação ilimitada de riquezas naturais e consequentemente com assassinatos e perseguições a líderes camponeses e indígenas em países como Nicarágua, Brasil, Nigéria, Nova Guiné e outros (Alier, 2018; Toledo, 2019; Svampa, 2021).

A resistência dos povos latino-americanos frente aos avanços das atividades capitalistas sobre seus territórios encontra aliados com diferentes estratégias argumentativas e jurídicas que constroem outras histórias dos povos latino-americanos que questionam o saber

ocidental, considerado universal (Shiva, 2003; Acosta; Brand, 2019; Cantor, 2019; Svampa, 2019; Acsehrad, 2021). Dos Santos (2023, p. 23) comenta assim sobre a padronização cultural: “A cultura é uma coisa padronizada, mercantilizada, colonial. Os colonialistas dizem que não temos cultura quando não nos comportamos do jeito deles”.

Os saberes dos povos não europeus também foram colonizados e destruídos para que outros modos de vida, menos inclusivos e coletivistas, se perpetuassem ao redor do planeta. O modo de vida colonial (Acsehrad, 2021; Ferdinand, 2022) encontra paralelo com as monoculturas da mente descritas por Shiva (2003) porque as maneiras de cultivo agrícola estabelecidas no continente americano, por exemplo, não admitem a existência de outras formas de produção alimentar, que não as impostas pelos europeus. O que ocorreu com as florestas tropicais, como a Mata Atlântica, pode ser visualizado no seguinte trecho de Shiva (2003, p. 27):

A maioria dos sistemas locais de saber tem-se baseado na capacidade que as florestas têm de manter a vida, não no valor comercial de sua madeira. Esses sistemas entram no beco sem saída de uma perspectiva de silvicultura que se baseia exclusivamente na exploração comercial das florestas.

A colonização dos saberes implica uma visão da natureza como objetos sem direção dentro do emaranhado florestal visto como sem ordem aparente. A floresta, com toda a sua diversidade e riqueza biológico-cultural, não é valorizada pelo que tem de melhor, que é justamente esta diversidade com suas múltiplas funções ecológicas e culturais. O bioma Mata Atlântica foi objetificado para a extração de sua fauna, flora e geodiversidade, junto à expulsão dos povos indígenas e exploração dos povos africanos para a manutenção de um sistema colonial antinatureza (Dos Santos, 2023). Shiva (2003, p. 37) fala sobre o assunto:

Portanto, a floresta natural, com toda a sua diversidade, é vista como “caos”. A floresta fabricada pelo homem é a “ordem”. A administração “científica” das florestas tem, por conseguinte, uma clara tendência antinatureza e uma inclinação evidente pelos objetivos industriais e comerciais, aos quais a floresta natural deve ser sacrificada.

Há choques de subjetividades e violência colonial que extrapolaram o período da colonização, dominando os lugares e os corpos que o habitam. Arãoz (2014, p. 64) diz sobre “La minería moderna ha nacido de la violencia colonial”. A destruição colonial perpetrada pela busca incessante de locais para acumulação de capital faz com que tecidos sociais comunitários sejam rasgados nas comunidades que vivem nestes territórios. Arãoz (2014, p. 66) segue sua explicação com a seguinte fala:

La mineralización es si, expropiación ecobiopolítica. Es decir, es expropiación política de las condiciones ecológicas de la vitalidad corporal: expropiación del suelo, del agua, del aire y la biodiversidad; expropiación de nutrientes y de la salubridad. Es devastación de los ecosistemas que se torna-inevitavelmente,

irreversiblemente-degradación de los cuerpos; contaminación ambiental que afecta las subjetividades en la materialidad de los organismos físico-vivientes; extrañamiento de las energías psíquicas-corporales de los sujetos.

Estes avanços coloniais realizados pelos europeus se apropriam e transformam as paisagens, mantendo assim intacto o que Malcom Ferdinand (2022) denomina como Habitar Colonial. Este sistema colonial continua vilipendiando antigos territórios ancestrais indígenas e fazendo antigas florestas serem devastadas a ferro e fogo, como foi o exemplo da Mata Atlântica (Dean, 1996). Serratos (2021) escreve como as culturas do café e da cana-de-açúcar devastaram as florestas do Haiti e do Caribe, uma analogia que pode ser transposta para áreas de Mata Atlântica do atual parque no passado. São exemplos de como a colonização arrasa mundos fora do viés colonial, como diz Rufino (2021, p. 67): “A colonização assassinou milhares de seres; ergueu seu mundo por meio de uma política bancária em que as moedas são almas: rapinou as riquezas do solo; investiu em um sistema político mantido na perpetuação do trauma; e impôs limites existenciais”.

As sociedades humanas habitam os mais recônditos ambientes do planeta. Junto a estes territórios repletos de natureza biofísica extra-humana, são construídas paisagens que refletem o tempo histórico destas comunidades humanas, já que quase nada da natureza anterior aos seres humanos existe mais no planeta (Harvey, 2011). Estas sociedades são complexas e vivem com suas características culturais específicas dentro dos biomas e ecossistemas existentes. Assim, habitar ambientes artificializados, enquanto as grandes corporações destroem o mundo, é uma das maiores perversidades do mundo atual (Krenak, 2020), porque inúmeras etnias e povos da Terra ficam sem lugar para habitar, explodindo as crises migratórias pelo mundo (Latour, 2020).

Esta colonização dos povos auxilia na própria colonização de suas mentes e saberes ancestrais sobre a floresta e o mundo biofísico em geral (Iglesias-Ríos, 2019). Todos os saberes sobre plantas e animais, locais sagrados, funcionamento da dinâmica dos rios, modos de cultivo agrícola (De Oliveira *et al.*, 2021; Tavares, 2022). Tudo isso é ressignificado como algo inferior para a exaltação de hábitos e modos de vida ocidentais, europeus, patriarcais (Porto-Gonçalves, 2020). A divisão cartesiana ocidental elimina toda a riqueza natural e social entre povos e a natureza que interagem em comunhão durante séculos. Surge um novo tipo de racionalidade egoísta, homogênea, linear (Tavares, 2022). Federici (2019, p. 321) fala que, para ocorrer isso, esta divisão deveria dessacralizar a natureza: “O mundo devia ser ‘desencantado’ para poder ser dominado”.

A destruição colonial organizada por este modo de ser europeu tende a não valorizar as concepções culturais humanas que entendem a natureza não humana como parte essencial do ambiente sociocultural (Martinez, 2006; Federici, 2019). Justamente o que legitima os

saberes e conhecimentos construídos milenarmente no continente africano, camponeses latino-americanos ou povos indígenas da Oceania. Estas maneiras de habitar longe do modo de vida imperial (Marcuse, 2018; Acosta; Brand, 2019; Svampa, 2019; Brand; Wissen, 2021) capitalista incomodam os agentes do capital que cobiçam estes territórios (Krenak, 2020). Cantor (2019, p. 137) fala sobre a importância do conhecimento tradicional indígena:

Aún más, se podría decir que la biodiversidad no existiría sin los saberes indígenas, producidos y acumulados durante cientos de años, ya que esas formas de conocimiento, mucho más elaboradas y complejas que lo imaginado por la ciencia convencional, han sabido emplear en beneficio de las comunidades las propiedades alimenticias y medicinales que se encuentran en el entorno en que ellos habitan. Como resultado de ese conocimiento ancestral y terrígeno, que constituye un eje vital significativo en la historia y supervivencia de las sociedades indígenas, se ha ido constituyendo un acervo acumulado de botánica, medicina, culinaria, homeopatía, agricultura...que ha hecho a estos grupos más diversos de lo que se cree.

Dentro deste contexto, a modernização capitalista articula maneiras de sempre colonizar não apenas estes territórios, mas também os saberes milenares dos povos (Cantor, 2013). A maior parte da humanidade é simplesmente alijada do melhor do mundo, por não conseguir mais habitar o lugar onde nasceram ou foram criados. Tornam-se pessoas desterritorializadas mesmo habitando um território particular em torno de ideologias do capital, como a sustentabilidade (Krenak, 2019). Krenak (2019, p. 21) diz sobre estes povos não tomados pelo capital: “Os únicos núcleos que ainda consideram que precisam ficar agarrados nessa terra são aqueles que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia ou na América Latina. São caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes-a sub-humanidade”.

Esta colonização da natureza não ocorre sem violência e repressão brutais (Aráoz, 2010; Cantor, 2013; Acosta; Brand, 2019; Federici, 2019) porque aqueles que sempre tiveram a terra, a água, a fauna, a flora e tudo o que havia nestes territórios como algo compartilhado em teias de relações comunitárias, não aceitariam as novas formas de reprodução sociais que transformaram os camponeses europeus, os ameríndios do novo mundo, os africanos, as mulheres, as crianças e a natureza não-humana como mercadorias com valor econômico e desprovidas das relações de solidariedade que havia antes do modo de vida imperial europeu chegar a estes lugares (Aráoz, 2010; Acosta; Brand, 2019; Toledo, 2019; Brand; Wissen, 2021; Alvim de Mattos, 2025). Diz Federici (2019, p. 215): “Sempre que o sistema capitalista se vê ameaçado por uma grande crise econômica, a classe capitalista tem que pôr em marcha um processo de “acumulação primitiva”, isto é, um processo de colonização e escravidão em grande escala, como o que testemunhamos atualmente”.

Um dos métodos de produção de perversidades coloniais é a máquina de produção

agrícola capitalista implementada na Europa e nos outros continentes colonizados. Alguns estudiosos chamam este momento de plantationceno (Murphy; Schroering, 2020; De Souza Júnior, 2023), tal é a destruição e as alterações provocadas por esta agricultura mecanizada e colonial. Este tipo de produção agrícola teve início na Ilha da Madeira (Serratos, 2021) e, a partir da colonização de outras terras ou mundos, tem produzido sistematicamente novos habitats coloniais que, depois das ilhas do Atlântico, alcançaram o Caribe e o Nordeste do Brasil (Ferdinand, 2022). De Oliveira et al. (2021, p. 95) assim fala sobre os impactos das plantations sobre as matas: “A plantation aponta para um fim sem retorno da floresta. As matas são derrubadas de vez, deitadas ao chão e cobertas pelos mares de soja ou milho, constantemente pulverizados com herbicidas e pesticidas para extirpar as ervas daninhas e os animais tidos como pragas”.

As plantações em escala industrial aumentam a escala de produção de alimentos e destroem todo o mundo ecológico que não coaduna com o modo de vida imperial (De Oliveira *et al.*, 2021). A transformação de inúmeras paisagens do planeta em paisagens agropecuárias de espécies únicas de plantas ou animais pode ser relacionada tanto com as ideias de Grande Aceleração do Antropoceno, quanto às origens capitalistas durante a expansão europeia após as grandes navegações. Serratos (2021, p. 125) diz sobre:

Este modelo de cultivo iniciado na Madeira com um fogo fundacional foi replicado ao longo da história se analisarmos as demais mercadorias agrícolas que o seguiram, como o cacau, o café, o índigo, as bananas, o tabaco e monoculturas mais modernas, como a soja e a palma de óleo. A periculosidade deste modelo tem repercussões não só alimentares, mas também ambientais e sociais; por exemplo, a diversidade de plantas cultivadas pelos humanos para alimentação, medicina, usos ornamentais e comida para animais chega aos milhares, mas apenas cinquenta eram as principais durante o primeiro milênio pré-industrial. Atualmente, esse número foi reduzido para vinte. As monoculturas são uma grande ameaça à diversidade da biosfera.

O legado destas plantações industriais foi e continua sendo danoso à maior parte dos habitantes do planeta com a concentração de terras, conflitos ambientais que incorrem em racismo ambiental contra povos não brancos e europeus, destruição da diversidade ecológica e cultural, além da mercantilização do próprio planeta (Carney, 2021; De Oliveira *et al.*, 2021). A destruição sistemática de povos e suas epistemologias por parte da colonização da natureza pode ser explicada também a partir das constantes guerras ontológicas contra povos e seus meios de vida em terras cobiçadas pelo capital (Aráoz, 2010; Almeida, 2021). Dentro deste contexto, o fim do mundo de hoje já ocorreu com numerosas espécies, culturas e línguas desde as grandes navegações (Krenak, 2020; Rufino, 2021). Diz Krenak (2019, p. 71) sobre este fato: “O indivíduo não sabia que era uma peste ambulante, uma guerra bacteriológica em movimento, um fim de mundo; tampouco o sabiam as vítimas que eram contaminadas. Para os povos que receberam aquela visita e morreram, o fim do mundo foi no século XVI”.

Antônio Bispo dos Santos (2015) dá uma pista sobre isso ao discorrer sobre o conceito

de domesticação segundo a ótica colonial. Segundo esta ideia, os portugueses chamaram todos os povos nativos do Brasil pelo termo genérico de índios e aos africanos escravizados, negros. Transformar os povos nativos e africanos em povos genéricos foi uma estratégia colonial para se apropriarem de seu trabalho, sua natureza e suas terras. Decolonizar significa, por exemplo, dar importância à natureza e às visões de mundo ecológicas dos povos da Terra diferentes dos colonizadores. Dos Santos (2015, p. 38) demonstra como os povos africanos e seus descendentes ainda são vistos no Brasil:

No plano individual, as pessoas afropindorâmicas foram e continuam sendo taxadas como inferiores, religiosamente tidas como sem almas, intelectualmente tidas como menos capazes, esteticamente tidas como feias, sexualmente tidas como objeto de prazer, socialmente tidas como sem costumes e culturalmente tidas como selvagens. Se a identidade coletiva se constitui em diálogo com as identidades individuais e respectivamente pelos seus valores, não é preciso muita genialidade para compreender como as identidades coletivas desses povos foram historicamente atacadas.

Os métodos coloniais nunca deixaram de ser aplicados no Brasil e assim as populações negras ainda são vistas como inferiores e perigosas, como seus modos de vida e maneiras de ver a natureza (Dos Santos, 2015). A colonização da natureza dentro da Era do Capitaloceno produz mundos domesticados pelos colonizadores que arrasam os biomas e povos do planeta e liberam organismos mortais para a humanidade, alijando várias culturas e etnias do sustento de suas famílias (Shiva, 2003; Araújo, 2010; Cantor, 2013; Acosta; Brand, 2019; Brand; Wissen, 2021; Alvim de Mattos, 2025). Tudo isto ocorre, porque há uma cosmofofia (Dos Santos, 2023) dentro do habitar colonial (Ferdinand, 2022) e esta cosmofofia não aprecia o que não faz parte do pensamento eurocêntrico. É necessário construir uma outra forma de viver com a natureza, mais harmônica. Acosta e Brand (2019, p. 59) descrevem como proceder:

O bem viver, assim, propõe uma transformação de alcance civilizatório, uma vez que é biocêntrica e não mais antropocêntrica; comunitária, e não individualista; sustentada na pluralidade e na diversidade, não unidimensional nem monocultural. Para compreendê-lo é necessário submeter-se a um profundo processo de descolonização intelectual nos aspectos político, econômico e, claro, cultural.

As doenças produzidas pela devastação da máquina agrícola colonial (Foster, 1999; Bonneuil; Fressoz, 2024) têm revisitado cada vez mais vírus e bactérias mortais, que são outro tipo de ameaça às populações humanas do planeta, principalmente os mais pobres, ou seja, a maior parte da humanidade. Um exemplo histórico que foi um crime ecológico com efeitos nefastos foi o caso do Vietnã, que perdeu 23% de suas florestas (Serratos, 2021) no ataque neocolonialista de uma guerra imperialista. Os biomas e ecossistemas desaparecem para dar lugar a espécies de animais e plantas adaptadas ao capital (De Oliveira *et al.*, 2021). A fome e

a insegurança alimentar se tornam arma de guerra para o controle dos países pobres (Cantor, 2019) em nome do sistema agrícola colonial que promove necropolítica desde os tempos coloniais da Era das navegações.

Diante deste quadro gravíssimo, há uma perigosa erosão da diversidade (Shiva, 2003) nas paisagens colonizadas, como nas imensas plantações de café da Colômbia, nas plantações de cacau da Costa do Marfim, dos cultivos de soja do Brasil e plantações de palma na Indonésia, onde as paisagens das florestas tropicais são substituídas por paisagens humanizadas e carentes de espécies. Shiva (2003, p. 99) fala a respeito dos efeitos na África:

A vulnerabilidade da África é enorme porque o colonialismo introduziu a dependência exclusiva de monoculturas de safras lucrativas para a exportação e acabou com a biodiversidade que atendia às necessidades locais de alimentação. Muitos países africanos dependem de uma única safra para suas divisas de exportação.

A colonização da natureza deve ser entendida também pelo contexto de bioimperialismo, que é inerente às trocas bioculturais ocorridas durante os momentos de expansão colonial dos países europeus pelo mundo. Muitas espécies de plantas e animais transformaram as paisagens globais com os constantes intercâmbios bioculturais, propositais ou não, organizados pelos países europeus e suas formas de expandir o capitalismo, por armas biológicas e da escravidão de africanos (Carney, 2002; Shiva, 2003; Crosby, 2011; Cantor, 2013; Cabral, 2014; Tavares, 2022; Alvim de Mattos, 2025). Hoje, esse bioimperialismo adquire outras particularidades com o avanço da biotecnologia e velhas ideologias coloniais, como a ideia de Antropoceno. Shiva (2003, p. 106) comenta: “Portanto, acusa as vítimas da destruição da biodiversidade (países pobres) pela destruição, e coloca a responsabilidade por sua preservação nas mãos das fontes de destruição (países ricos)”.

A colonização da natureza por este pequeno número de empresas globais e agentes do capital privatiza o conhecimento cultural dos agricultores e povos tradicionais mundo afora, praticando a antiga biopirataria (Alier, 2018; Araújo, 2020) e a privatização de sementes das plantas mais valorizadas no mercado em indústrias como a alimentícia e a farmacêutica. Assim, todo conhecimento biocultural é desvalorizado pela exigência destas empresas. Shiva (2003, p. 148) comenta sobre o assunto: “A exigência das grandes empresas de transformar uma herança de todos em mercadoria e tratar os lucros gerados por meio dessa transformação como direito de propriedade vai levar à erosão não só da esfera ética e cultural, mas também da esfera econômica dos agricultores do terceiro mundo”.

A separação entre ser humano e natureza foi consentida por todos os países colonialistas porque, ao ocorrer isso, há uma fratura entre pensamentos ecológicos distintos,

onde os colonialistas veem a natureza como objeto para acumulação e lucro e os povos originários a enxergam como território de vida ancestral para sua sobrevivência. Este tipo de pensamento, que nos separa da Terra, nos transforma em párias dentro do próprio planeta e isso necessita ser combatido pela ecologia decolonial. Tal separação ocorre por dois processos: a dessacralização da natureza e a desnaturalização do ser humano, onde um é a colonização do meio biofísico e o outro, a colonização dos corpos e saberes (Cantor, 2013; Federici, 2019; Shiratori, 2022; Tavares, 2022). Dos Santos (2023, p. 31) demonstra essa separação dentro da globalização, ou seja, expansão da Era do Capital:

Os humanistas querem nos convencer de que a globalização é uma convivência ampla, quando de fato não é. Em vez de compreender o globo de forma diversa, como vários ecossistemas, vários idiomas, várias espécies e vários reinos, como dizem, quando eles falam em “globalizar”, estão dizendo “unificar”. Estão dizendo moeda única, língua única, mentes poucas. A globalização para os humanos não existe, o que existe para eles é a história do eurocentrismo-da centralidade, da unicidade. O que chamam de globalização é universalidade. Não no sentido que nós entendemos por universalidade, mas no sentido da unicidade.

O mundo conhecido pelos povos não europeus sucumbiu a estas novas lógicas de pensamento que transformam tudo aquilo que era comunitário em mercadoria barata (Moore, 2018). Santos e Olivieri (2017) corroboram com este raciocínio porque a riqueza biocultural, assim como a memória social-ecológica, foi mercantilizada para fins de acumulação capitalista. A história ambiental e ecológica pode ser configurada como uma epistemologia contra-hegemônica frente aos paradigmas liberais e economicistas que vieram com os colonizadores. Deve-se contrapor a esta história de paradigma eurocêntrico com alternativas não cartesianas e decoloniais (Tavares, 2022), como a ideia de decrescimento (Acosta; Brand, 2019), que pode ajudar a reafirmar a importância dos saberes de todos os povos do planeta.

Uma das diferenças entre os tipos de saberes é a de que os conhecimentos científicos modernos utilizam da escrita, enquanto os ditos tradicionais possuem formas de disseminação do conhecimento a partir da oralidade (Diegues, 2001; Diegues, 2008; Moura, 2012), que pode ser importante quando utiliza-se pessoas como fontes das pesquisas. Os povos tradicionais utilizam outras formas de saber para nomear e classificar os seres do mundo biofísico onde vivem (De Oliveira *et al.*, 2021). Frente aos avanços do capital (Moore, 2017), toda esta diversidade cultural é ressignificada como recurso natural passível de lucro para grupos privados que se apropriam destas riquezas naturais e culturais. Ocorre uma apropriação de terras comunais (Shiva, 2000; Alier, 2018; Federici, 2019; Iglesias-Ríos, 2019) e o epistemicídio de saberes não conectados com modos de vida ocidentais (Santos; Meneses, 2010; Tavares, 2022).

Aráoz (2014) estuda um exemplo destas apropriações com os casos dos avanços da mineração na América Latina que acompanham o poder descomunal de muitas empresas transnacionais que buscam pilhar os solos e minerais raros dos países desta região. O poder deste tipo de corporação atinge inclusive as subjetividades dos povos que vivem nestas terras cobiçadas e de grande valor econômico. De toda forma, os conflitos socioambientais causados por estas atividades minerárias são um dos problemas mais graves em vastas regiões deste continente (Toledo, 2019), onde seus efeitos danosos são cada vez mais comuns, como o caso dos desastres proporcionados pela empresa Vale no Brasil (Serra, 2018).

Os choques territoriais provocados por atividades mineradoras começaram há mais de 200 anos, mas continuam fortes por políticas ambientais catastróficas. Povos indígenas, descendentes dos antigos escravos em comunidades quilombolas e outros grupos sociais, continuam se chocando com territorialidades que ameaçam sua sobrevivência. Agora os inimigos principais são a pecuária e a soja em muitos territórios que estavam fora da mira do grande capital (Moore, 2017). Estes povos resistem ao estabelecerem estratégias de confronto e novas territorialidades. Little (2003, p. 5) como isso ocorre no seguinte trecho:

A resistência ativa às invasões representa, sem dúvida, uma das respostas mais comuns na história da expansão de fronteiras. Quinhentos anos de guerras, confrontos, extinções, migrações forçadas e reagrupamento étnico envolvendo centenas de povos indígenas e múltiplas forças invasoras de portugueses, espanhóis, franceses, holandeses e, nos últimos dois séculos, brasileiros, dão testemunho da resistência ativa dos povos indígenas para a manutenção do controle sobre suas áreas. No caso dos escravos africanos, a história da colônia e do império está repleta de casos de rebeliões, fugas, luta armada e alianças entre quilombolas e povos indígenas. Mas se, por um lado, existem múltiplas formas de resistência, por outro lado, todas as respostas desses grupos não necessariamente devem ser classificadas como de resistência. Existem também processos de acomodação, apropriação, consentimento, influência mútua e mistura entre todas as partes envolvidas.

As atividades da mineração causam rupturas nos modos de produção ancestrais de comunidades inteiras, afetando suas vidas. As empresas mineradoras estão cada vez mais virulentas e violentas para se apropriar da natureza, não respondendo aos seus crimes por suas relações escusas com determinados governos dos países da região (Toledo, 2019). Estes conflitos não são apenas ecológico-econômicos, mas também culturais e políticos em sua essência (Aráoz, 2014). A expropriação ecobiopolítica faz com que as populações e comunidades humanas não sintam a dominação da qual estão sendo submetidas nestes ambientes dominados por paisagens coloniais do Capitaloceno.

Estas paisagens neocoloniais vêm sendo construídas com novos e antigos modelos de neoextrativismo. O neoextrativismo na América Latina e no mundo do sul global se baseia em três teses para explicar o neodesenvolvimento. A primeira delas diz respeito a um tipo de

neodesenvolvimento liberal onde há uma crença no dito mercado que necessita subjugar a natureza, que sempre é vista como recurso a ser apropriado. Caso dê problemas, a ciência e a indústria trarão soluções. Aqui, as grandes empresas devem apresentar um tipo de responsabilidade sócioambiental em relação às atividades econômicas capitalistas (Svampa, 2012; Acosta; Brand, 2019).

O outro lado do neodesenvolvimentismo possui base progressista porque a visão de acumulação capitalista deve construir estratégias e propostas que façam com que as riquezas sejam melhor distribuídas para combater a fome e a desigualdade social. Porém, este desenvolvimento com preocupações mais humanitárias ainda possui problemas pela utilização mercadológica da natureza nos países mais pobres ou em desenvolvimento. O potencial imenso de água, minerais, florestas, biodiversidade e sociodiversidade acaba por ser uma espécie de maldição pela abundância, porque pode apresentar resultados equivocados (Svampa, 2012; Acosta; Brand, 2019).

A última corrente é o pós-desenvolvimento crítico do extrativismo, que é considerado predatório caso continue sendo feito pelas regras do capitalismo global (Svampa, 2012; Acosta; Brand, 2019). Neste caso, o neodesenvolvimentismo deve levar em consideração uma valorização dos pensamentos dos povos que vivem nos biomas, ecossistemas e países mais pobres para uma visão do sul global que seja decolonial. Estas novas visões decoloniais nos advertem que o mundo necessita que todos os saberes e ontologias sejam válidos para estratégias globais de preservação e conservação da natureza e dos povos da Terra. Deve-se, como argumenta Svampa (2012, p. 17): “Dicha propuesta plantea que la transición requiere de un conjunto de políticas públicas que permitan pensar de manera diferente la articulación entre cuestión ambiental y cuestión social”.

E quais são os efeitos deste neoextrativismo no Brasil? Como a ocupação territorial do Brasil ocorreu do litoral ao interior, as últimas fronteiras agropecuárias estão se estabelecendo em tempos mais recentes nos biomas que ficaram mais tempo sem alterações profundas pela lógica colonial: a Floresta Amazônica e o Cerrado. Os governos militares já haviam iniciado a ocupação territorial desordenada das terras com slogans do tipo “integrar para não entregar”, mas o sistema econômico capitalista em sua ordem neoliberal foi aprofundando os métodos de destruição dos biomas e ecossistemas do país sempre por uma ótica colonial, como interpretado na obra *Ecologia Decolonial* (Ferdinand, 2022). Toda esta lógica destrutiva ressurgiu de forma avassaladora entre 2019-2022 (Bronz; Zhoury; Castro, 2020).

Baseado na lógica colonial da Era do Capital, o governo federal brasileiro promoveu um desmantelamento em massa da legislação ambiental no país e atacou sistematicamente

todo o ordenamento jurídico (Bronz; Zhoury; Castro, 2020) que protege os povos indígenas, as comunidades quilombolas e as Unidades de Conservação para facilitar a acumulação de capital por parte dos mesmos agentes capitalistas coloniais (pecuaristas, grileiros, garimpeiros, mineradoras e madeiras) que intensificam as práticas coloniais de destruição dos biomas já realizadas com sucesso na Mata Atlântica.

O país se tornou um pária nas questões ambientais e os agentes econômicos que lucram com a desregulamentação ambiental do país aplaudiram a destruição em nome de uma subjugação ao rentismo nacional e internacional que não tolera mais a aplicação do orçamento público em políticas públicas socioambientais (Bronz; Zhoury; Castro, 2020). Bronz, Zhouri e Castro (2020, p. 13) dizem a respeito: “Trata-se de uma política eleita, com caráter explicitamente ideológico em torno de uma proposta anti-indígena, anti-ambiental e anti-ciência, apoiada por setores conservadores do agronegócio, da igreja evangélica, da mineração em larga escala e de grupos obscurantistas”.

Se não fosse o bastante a quantidade de retrocessos ambientais, o Brasil ainda passou por grave crise sanitária pela disseminação do vírus da Covid-19 que ceifou a vida de milhares de pessoas com total sabotagem ou negligência do governo de extrema direita. Os ataques aos biomas do Brasil foram inúmeros, ainda mais porque o governo federal considerava qualquer aplicabilidade de leis ou repressão aos crimes socioambientais como mero “ativismo de esquerda” (Acsegrad, 2021; De Oliveira *et al.*, 2021). Quando perguntado sobre a eleição deste governo e o que seria dos povos indígenas, Ailton Krenak (2019, p. 31) respondeu assim:

Em 2018, quando estávamos na iminência de ser assaltados por uma situação nova no Brasil, me perguntaram: “Como os índios vão fazer diante disso tudo?”. Eu falei: “Tem quinhentos anos que os índios estão resistindo, eu estou preocupado é com os brancos, como que vão fazer para escapar dessa”

Todos estes crimes socioambientais realizados pelo governo de extrema direita foram legitimados por subterfúgios falaciosos, como em nome de supostos interesses nacionais. As terras públicas deveriam estar abertas às políticas neoextrativistas que entendem os territórios de povos tradicionais e Unidades de Conservação como obstáculos à acumulação do capital. Todavia, vários movimentos sociais de resistência ao ataque dos agentes econômicos da destruição explodiram em todo o território nacional (Bronz; Zhoury; Castro, 2020), inclusive com povos que vivem nos remanescentes de Mata Atlântica como caiçaras e quilombolas, alguns dos quase-humanos como descritos por Krenak (2019, p. 70): “Os quase-humanos são milhares de seres humanos que insistem em ficar fora dessa dança civilizada, da técnica, do controle do planeta. E por dançar uma coreografia estranha são tirados de cena, por epidemias, pobreza, fome, violência dirigida”.

Por que a colonização da natureza ainda ocorre como em tempos antigos? Os motivos são variados, mas todos eles em conjunto fazem com o que o planeta continue a ser ameaçado pelas lógicas imperiais e coloniais da Era do Capital. É necessário ter um olhar histórico crítico sobre as origens do capital e das crises que este sistema sempre proporcionou, assim como as formas de pensamento que o legitimam principalmente durante suas crises civilizacionais, que são crises das civilizações industriais europeias. Também porque a ciência e a tecnologia da Europa foram de suma importância para que o domínio do capital seja cada vez mais intenso sobre o planeta, que ambos nunca foram neutros em suas criações e propósitos (Toledo, 2019).

A transição para a modernidade imposta pela colonização da natureza separa a cultura dos povos entre dominantes e dominados. Tudo isto, às custas de um desencantamento do mundo que conheciam para seguir um só mundo, o do mercado que aliena o indivíduo da natureza, do mundo que o cerca e com ele mesmo (Toledo, 2019). Este indivíduo, alienado de si mesmo, esquece suas raízes com a natureza e o próprio cosmos a ponto de buscar um consumo excessivo de bens materiais de forma egoísta. Como tudo se torna mercadoria, nada mais tem profundidade. Além disso, todo o poder decisório é relegado aos agentes do capital que privatizam tudo e solapam a democracia, pois os bens da natureza e do trabalho humano são apropriados sempre pelos mais ricos (Brand; Wissen, 2021). Para resistir a estes destruidores de mundo, precisamos nos entender como força comunitária e humana pensante sobre uma ética universal em prol de um mundo para todos e não apenas para aqueles que vivem dele e o aniquilam (Toledo, 2019).

Diante destes quadros desoladores, como os movimentos populares do planeta conseguem resistir aos avanços avassaladores das forças capitalistas mundiais? De diversas formas, enquanto movimentos de camponeses, mulheres, ecológicos ou urbanos, onde estas forças populares que habitam territórios cobiçados pelos agentes do capital se organizam e lutam com todas as armas possíveis frente aos segmentos da sociedade que apenas olham o lucro acima de tudo (Porto-Gonçalves, 2006; Asher, 2009; Toledo, 2019). Todos estes conflitos ecológicos distributivos são entendidos por campos como a ecologia política e a ecologia decolonial (Alier, 2018), pois a preocupação maior deve ser a reprodução da vida, não do capital (Acosta; Brand, 2019).

Os problemas ecológicos e as crises ambientais que acometem todos os biomas e ecossistemas do Brasil são decorrentes, antes de tudo, de crises do saber dominante que, ao colonizar a natureza e os povos do planeta não aceitos dentro da lógica colonial, colocam o país à beira de um ecocídio que já ocorreu em diversas regiões do país, como quase todo o

bioma Mata Atlântica. Segundo Shiva (2003, p. 79 e 80), essas crises estão relacionadas com: i) o economicismo que não liga para as necessidades humanas; ii) incompatibilidade com a igualdade e a justiça ecológica; iii) Fragmentador das relações sociais entre natureza/sociedade; iv) descarte dos pensamentos locais como atrasados e não modernos. Altvater (2010, p. 79) fala sobre os perigos do economicismo: “As sociedades são, por assim dizer, “economicizadas” até a medula e dominadas pela lógica da administração de empresas, fenômeno observável nas escolas e universidades, nos hospitais e órgãos públicos e até mesmo nas famílias”.

Para a solução destes problemas, é necessário descolonizar para se ver as práticas coloniais como a causa destes problemas, trazendo justiça social e ambiental com a substituição dos sistemas monocultores por sistemas alimentares e produtivos de alimentos que valorizem a diversidade ecológica e cultural da humanidade (Shiva, 2003; Toledo, 2019; Tavares, 2022) e não o corpo do Antropoceno famélico ou repleto de venenos das grandes empresas agroalimentares (Bonneuil; Fressoz, 2024). A cultura ecológica e os saberes sobre a natureza não podem ficar nas mãos das instituições, países e empresas que destroem o planeta. Shiva (2003, p. 113) comenta: “Do ponto de vista do terceiro mundo, é extremamente injusto que a biodiversidade do sul seja tratada como a “herança comum da humanidade” e o fluxo de mercadorias biológicas que volta para cá seja de artigos patenteados, coletados e tratados como propriedade privada de grandes empresas do norte”.

Apesar do cenário tenebroso que o capital coloca para a natureza e para os condenados da Terra, cada vez mais pessoas, grupos sociais e comunitários têm organizado novas formas de enfrentamento contra o avanço colonial moderno da Era do Capital. Apresentam forma de organização e luta contra os agentes do capital na ecologia dos pobres (Alier, 2018) frente aos crimes praticados pelas grandes empresas capitalistas, pelo estado opressor que auxilia e legisla para que os mesmos ecocidas de sempre tenham lucro fácil. Este enfrentamento ao capital no campo de luta da ecologia política decolonial sofre feroz resistência, mas traz grandes vitórias que atenuam os crimes perversos contra a natureza e contra os povos da Terra. Estes novos insurgentes são os civilizatórios, ou seja, os novos revolucionários de antigamente (Toledo, 2019). Vale ressaltar que foram justamente as nações ditas mais educadas que levaram o planeta ao perigo que todos correm atualmente (Bonneuil; Fressoz, 2024).

2.2 A natureza no Capitaloceno: Conflitos e as crises ambientais

2.2.1 A ideia de Natureza e as correntes ecológicas

As relações entre as sociedades humanas e o que conhecemos como natureza variam

no tempo histórico porque cada sociedade entende o mundo que a cerca por variadas perspectivas e possui uma própria ideia de natureza (Porto-Gonçalves, 2006). Algumas destas concepções são mais sacralizadas, enquanto outras separam natureza e cultura em dois mundos onde a natureza sempre está subordinada aos desígnios humanos (Thomas, 1989). Este dualismo, enquanto filosofia cartesiana (Porto-Gonçalves, 2006), vem sendo construído no mundo ocidental há mais de dois séculos e pode ser considerado uma base para as atuais crises ambientais provocadas na Era do Capitaloceno.

Hoje, a natureza dentro do mundo ocidental vem sendo colapsada, apropriada e destruída para fins econômicos que a transformam em mercadorias, sendo justificadas por um antropocentrismo que não admite outros saberes diferentes. Os agentes econômicos que ganham com esta concepção enraizada de natureza tentam escamotear seus reais significados dentro das sociedades contemporâneas e justificar a dominação de outros seres humanos e do próprio mundo biofísico. Dizer que tudo é natural é uma forma simples de naturalizar a exploração e destruição da Terra (Porto-Gonçalves, 2006).

O conceito mais utilizado dentro dos debates ambientais é o de natureza. Este conceito vem sendo construído desde a época de pensadores antigos como os gregos Platão, que via a natureza como algo imutável e tendo um criador, e seu discípulo mais famoso, Aristóteles, que entendia a natureza como uma abstração em constante mudança (De Souza, 2018). É um conceito polissêmico, com variados significados que podem ter interpretações e confusões com outros largamente estudados como paisagem, território e meio ambiente (Federovisky, 2007). De Souza (2018, p. 110) assim fala a respeito:

A paisagem tem natureza, e a representação de uma paisagem carrega em si uma representação de natureza. Entretanto, se nos perguntarmos se a natureza é paisagem, a resposta para esta questão será negativa. Entre os dois conceitos existem elementos residuais que merecem ser destacados a fim de não adentrar em confusões perigosas. A natureza não é paisagem porque ela compreende a paisagem apenas como uma de suas expressões.

Entender o que significa socialmente o conceito de natureza não é uma tarefa fácil porque as variadas sociedades humanas o têm ressignificado através dos tempos (Thomas, 1989; Federovisky, 2007) em nome de uma suposta civilidade e destino manifesto, como da formação norte-americana que coloca todo o mundo biofísico não construído pelos seres humanos à mercê do que livros sagrados religiosos, como o Gênesis do Antigo Testamento, mostram (Almino, 1993). Hoje, as sociedades dominadas pelo modo de vida judaico-cristão elevaram as alterações e modificações da natureza a níveis nunca antes vistos, dentro do Capitaloceno.

O conceito de natureza não é construído de forma homogênea porque cada sociedade

humana no tempo histórico o interpreta de acordo com suas possibilidades e visões de mundo. Então, não é um conceito historicamente determinado e natural, ou seja, algo que sempre existiu das mesmas formas epistemológicas. Nas sociedades contemporâneas, o conceito de natureza é entendido dentro de um dualismo cartesiano que separa cultura e natureza, cujos princípios legitimam a transformação do mundo biofísico e a cultura dos povos da Terra em objetos mercantilizados (Plumwood; 2005; Porto-Gonçalves, 2006), apesar de a natureza ser a interseção entre as interações humanas frente ao mundo natural (Hutchison, 2000; Federovisky, 2007).

Estas interações humanas com a natureza estão intrinsecamente ligadas aos territórios onde as populações humanas habitam, porque tanto a cultura influencia a natureza quanto a natureza influencia os mais diversos povos e etnias que habitam o planeta. Os rios, as montanhas, as florestas, os animais, as rochas e as plantas são apropriados culturalmente pelos povos desses territórios por constantes domesticações e interações. Toda cultura reflete, classifica, ordena, nomeia e utiliza os elementos biofísicos que fazem parte do que conhecemos como natureza. A partir daí, como a um espelho, toda cultura cria narrativas, contos, histórias, danças, pinturas, relatos e músicas (Toledo, 2019). Infelizmente, a busca de afirmação da cultura europeia coloca em risco toda a diversidade cultural do planeta, pois os territórios bioculturais são ameaçados pela incorporação destes espaços pelo capital (Cantor, 2019).

Keith Thomas (1989) escreve que esta inferiorização do mundo natural a determinadas sociedades, como a europeia, é a base do racismo e especismo contra sociedades consideradas brutas e incultas. Se as outras espécies de animais são inferiores a nós, também entre nós há grupos sociais semelhantes a bestas selvagens. Tal visão foi colocada em prática durante a Era das Navegações, na ocupação de territórios e escravização de outros povos não-europeus. Também a ecologia e o conhecimento do mundo natural destes povos eram considerados erráticos e inferiores. Assim, as características animais são associadas a culturas africanas, americanas, australianas e asiáticas, assim como as próprias mulheres e pobres que costumeiramente eram e são associados a uma natureza depauperada e bestial (Federici, 2019).

A partir do século XIX, os antigos modelos e visões da natureza começaram a ser questionados e surgiram propostas que visavam uma preservação do chamado mundo natural sem a atuação humana. Daí surgiram as primeiras áreas protegidas para amenizar o sofrimento daqueles que viviam em ambientes industrializados e urbanos que procuravam ambientes onde ainda poderiam encontrar o que esperavam de uma natureza ainda não

modificada ou menos alterada pela ganância humana. Esses modelos de pertencimento ao mundo natural não eram para todos, como já ocorria na Idade Média onde os mais pobres eram frequentemente alijados da disputa das riquezas das florestas, que eram relegadas aos ricos e aristocratas (Thomas, 1989).

Dentro destas visões sobre a natureza, chama atenção o que ocorreu na história sobre as relações entre seres humanos e florestas, que é o caso do PETP, que abrange luxuriante Mata Atlântica mesmo depois da devastação histórica do Estado do Rio de Janeiro. A visão das florestas como ambientes de rara beleza cênica ou diversidade biológica quase infinita não encontra eco na maior parte dos períodos históricos, já que as florestas quase sempre foram vistas como lugares perigosos, sombrios e esconderijos de bandidos e toda sorte de arruaceiros sociais (Thomas, 1989). A própria Mata Atlântica foi vista assim pelos portugueses, antes dos interesses econômicos e mais ainda depois que serviu de refúgio para povos indígenas hostis e escravos insubordinados dentro dos quilombos. Thomas (1989, p. 233) assim fala: “Antes de serem cena de prolongados conflitos sociais, as florestas eram vistas com maus olhos por fornecerem refúgio aos fora-da-lei e base para criminosos de alta periculosidade”.

Modelos de uma natureza objeto para uma natureza entendida como algo mais sagrado vêm sendo debatidos nas sociedades contemporâneas há muito tempo. No mundo ocidental, a natureza vem quase sempre ligada a um tipo de cenário criado por Deus para as vontades humanas. Almino (1993) e Federovisky (2007) explicam como a evolução da ciência dentro do período renascentista e a Revolução Industrial influenciaram estas visões do chamado mundo natural. Por outro lado, Thomas (1989) escreve como a visão de um mundo natural objetificado foi sendo questionada já na Europa, o que pode ser as bases para os movimentos ecológicos e ambientalistas atuais. Os debates sobre preservação, conservação ou utilização da natureza para fins mercadológicos, por exemplo, continuam no mundo atual, onde as crises ambientais são cada vez mais frequentes.

As crises ambientais estão sustentadas nos velhos modelos de natureza assentados em um racionalismo que divide cultura e natureza em nichos cada vez mais isolados. Estas crises são ecológicas e também culturais porque os modelos destrutivos dentro da Era do Capital das culturas e da natureza possuem suas bases em modelos civilizacionais europeus antropocêntricos, cientificamente ambíguos e pouco solidários com visões de mundo mais sistêmicas (Plumwood, 2005; Acseirad, 2021). Estes modelos são questionados pelos mais diversos povos pelo mundo e por estudiosos do materialismo dialético.

A transformação da natureza em trabalho é uma das formas de incorporação ao tecido social nas sociedades capitalistas, como descrito por pensadores do materialismo dialético

como Marx e Engels (Henrique, 2009). Aqui, uma segunda natureza mais humanizada emerge no escopo da sociedade capitalista, passando por processos de fetichismo e coisificação para serem vendidos como recursos naturais para quem puder pagar melhor por eles. É uma natureza fria e que não possui um papel central dentro da economia, senão como cenário ou pano de fundo para as atividades econômicas transformadoras. Esta ideia de natureza como cenário vem sendo confrontada pelos historiadores ambientais e outros pensadores (Cantor, 2019; Saito, 2021).

A ideia de natureza dentro do socialismo vem sendo construída desde os escritos históricos de Marx e Engels, embora durante muito tempo tenha havido uma certa hegemonia em atribuir a Marx um papel ecológico pouco proeminente e centrado em uma espécie de produtivismo. As ideias de Marx sobre o conceito de natureza na verdade foram muito ligadas aos valores de uso, não aos de troca, já que ao criticar tanto a lógica capitalista, Marx acaba valorizando a natureza ao denunciar os abusos do capital (Cantor, 2019). Para Löwy (2014, p. 37) o desafio ecológico é a questão-chave da união entre ecologistas e socialistas:

A questão ecológica é, na minha visão, o grande desafio para uma renovação do pensamento marxista no início do século XXI. Ela exige dos marxistas uma ruptura radical com a ideologia do progresso linear e com o paradigma tecnológico e econômico da civilização industrial moderna. Certamente, não se trata — isto é evidente — de colocar em questão a necessidade do progresso científico e técnico e da elevação da produtividade do trabalho: estas são duas condições incontornáveis para dois objetivos essenciais do socialismo: a satisfação das necessidades sociais e a redução da jornada de trabalho. O desafio é reorientar o progresso de maneira a torná-lo compatível com a preservação do equilíbrio ecológico do planeta.

A perspectiva ecossocialista acompanha vários debates contemporâneos sobre a ideia de natureza porque, para estes pensadores, se não houver uma ruptura radical com o modelo econômico do capital, qualquer tentativa para mitigação, conservação ou preservação da natureza será pouco produtiva e inócua (Löwy, 2014; Saito, 2021). Isto porque as raízes e bases do funcionamento deste sistema dependem da apropriação e transformação da natureza em algo a ser privatizado, o que ratifica o Capitaloceno. Löwy (2014, p. 47) escreve sobre: “As reformas parciais são de todo insuficientes: é preciso substituir a microrracionalidade do lucro por uma macrorracionalidade social e ecológica, o que exige uma verdadeira mudança de civilização”.

As lutas atuais contra os agentes do capital suscitam que o ecossocialismo é uma ferramenta epistemológica que pode agregar inúmeras lutas dentro de um mesmo objetivo comum. Dentro deste escopo, entraram os povos indígenas, os anarquistas, os camponeses, as mulheres, os movimentos de luta pela terra ou uso da água, os usos das florestas. Socialistas e ecologistas compartilham comumente valores incompatíveis com uma sociedade de mercado capitalista e, por isso, são sempre combatidos pelo poder hegemônico. Para isso, é necessário

questionar tanto o produtivismo quanto a ilusão de um capitalismo verde, para se ter outra ética mundial além dos agentes ecocidas do capital (Cantor, 2019; Toledo, 2019; Brand; Wissen, 2021). Cantor (2019, p. 48) comenta sobre o que seria essa nova ética predominante no mundo de hoje:

Es una ética del tener antes que del ser, del egoísmo y no de la solidaridad, de la desigualdad en contra de la igualdad y del bien común, de la lucha competitiva y no de la fraternidad, de la dominación y destrucción de la naturaleza y no de una relación sustentable con el medio natural, de la explotación de los seres humanos y no de su bienestar y dignidad. La ética predominante en la sociedad capitalista conduce a la violencia, a la dominación de los seres humanos y a la aniquilación de la naturaleza, porque "niega la subjetividad de otros pueblos, la justicia a las clases y el valor intrínseco de los demás seres de la naturaleza".

Outro destes debates sobre o mundo natural está concentrado na ideia corrente de desenvolvimento sustentável. Para Almino (1993), os adeptos deste tipo de ideia afirmam que é possível trazer um suposto desenvolvimento, mesmo às custas da destruição de ambientes da Terra. Para Layrargues (1997), esta ideia só foi ratificada porque não é um desdobramento do conceito de ecodesenvolvimento que estabelece tetos de consumo dentro da Era do Capital, o que é contraproducente ao próprio sistema econômico acumulador, como apregoam alguns estudiosos. Assim, o Desenvolvimento Sustentável, como o Antropoceno hoje, é mais factível e aceito pelos países e empresas responsáveis pelas crises ambientais.

Segundo Layrargues (1997), os dois conceitos possuem descontinuidades e diferenças que os fazem estar em correntes epistemológicas opostas. As ideias do ecodesenvolvimento, baseadas nos pilares da eficiência ecológica, justiça ambiental e prudência ecológica, levam em consideração especificidades culturais locais em relação aos biomas e populações humanas não alinhadas ao pensamento hegemônico europeu ocidental, que são muitas vezes negligenciadas dentro da perspectiva liberal do desenvolvimento sustentável. Nestes termos, Layrargues (1997, p. 8) diz: “Em consequência, retira o componente ideológico da questão ambiental, que passa a ser considerada com uma certa dose de ingenuidade e descompromisso, frente à falta de visibilidade do procedimento histórico que gera a crise ambiental”.

Há uma sutileza entre os dois conceitos como mobilizadores de atitudes que levam em consideração as chamadas gerações futuras e o planeta. Porém, a maneira como será feito isso coloca diferenças marcantes entre os dois. O ecodesenvolvimento postula que haja justiça ambiental com tetos de consumo, critica a crença exagerada na tecnologia moderna e coloca limites à atuação do livre mercado (Duarte, 2005; Melosi, 2005; Alier, 2018). Enquanto isso, o desenvolvimento sustentável diz que precisa ter pisos de consumo, transferência da tecnologia para outras partes do mundo e a inclusão de mercados e economias domésticas à economia globalizada moderna (Layrargues, 1997).

O desenvolvimento sustentável, tal qual outros conceitos populares como o Antropoceno, segue possuindo ideias que não permitem a valorização de saberes fora da economia globalizada capitalista hegemônica, facilitando assim o aumento de crises ambientais globais que ameaçam a natureza e a maior parte dos povos do planeta (Hutchison, 2000). O Ecodesenvolvimento atende melhor a uma perspectiva decolonial sobre os saberes e epistemologias existentes, porque há uma crescente desigualdade ecológica provocada pelo capitalismo ao redor do mundo (Carneiro, 2005; Aráoz, 2010; Bonneuil; Fressoz, 2024). Esta desigualdade é centrada na incorporação de novas áreas passíveis de acumulação por atividades econômicas capitalistas organizadas por estados, empresas e outros agentes econômicos. Diante disto, Carneiro (2005, p. 43) diz: “Historicamente, a perspectiva do desenvolvimento sustentável vai se afirmando como doxa do campo da questão ambiental na medida em que consegue excluir as concepções concorrentes”.

Assim, a ideia de natureza dentro do chamado desenvolvimento sustentável está muito arraigada ao domínio político e semântico dos países mais ricos e suas práticas imperiais, sendo os os maiores responsáveis pela hecatombe ambiental atual (Duarte, 2005; Moore, 2017). Aplicar desenvolvimento sustentável no padrão global das nações mais ricas tem sido uma catástrofe para o planeta porque os países mais pobres necessitam crescer com práticas ecológicas menos destrutivas (Almino, 1993). Como alguns povos do planeta têm realizado isso? Em lutas e conflitos socioambientais chamados de ecologismo dos pobres (Alier, 2018; Bonneuil; Fressoz, 2024). Löwy (2014, p. 59) fala sobre: “Luta contra a mercantilização do mundo e defesa do meio ambiente, resistência à ditadura das multinacionais e combate pela ecologia estão ligados na reflexão e na prática do movimento mundial contra a mundialização capitalista/liberal”.

Alier (2008) discute visões ecológicas dentro de sua obra que podem ser relacionadas a três visões da natureza. Estas visões ecológicas são continuamente combatidas pelas forças antiecológicas, o que só corrobora com visões mais liberais e mercadológicas da ideia de natureza. A primeira corrente ecológica denominada culto ao silvestre tem uma visão de natureza quase sagrada, que remete aos movimentos contraculturais dos anos 60. Esta corrente admite que grande parte do planeta será alterada pelos interesses econômicos, mas não critica as ações capitalistas de forma veemente. Cultuam paisagens de beleza cênica que devem ser preservadas em espaços protegidos, como amostras de uma natureza virgem para as futuras gerações dentro da ampla destruição ambiental por atividades econômicas. Neste sentido, todos os seres humanos são inimigos desta natureza, tendo paralelos similares à chamada ecologia profunda (Prates, 2020).

A segunda corrente ecológica, chamada evangelho da ecoeficiência, assume que a natureza possui importância, mas dá ênfase à economia, pois a preservação ambiental tem que ser conciliada com o crescimento econômico (Hutchison, 2000; Acosta; Brand, 2019). Trata a natureza normalmente como recursos naturais que devem ser administrados segundo lógicas economicistas. Esta corrente ecológica é a majoritária no mundo e se coaduna integralmente com a ideia de Desenvolvimento Sustentável, atentando que a tecnologia pode mitigar ou resolver os problemas ambientais (Alier, 2018). As maiores críticas a esta ideia de uma natureza não sagrada são que os debates econômicos dominam constantemente os debates ambientais, como justiça ecológica (Acosta; Brand, 2019) ou conservação de biomas. É um tipo de ecologismo reformista (Prates, 2020).

A terceira e última corrente ecológica (Ecologismo dos Pobres) proposta por Alier (2018) sustenta que os movimentos sociais, como camponeses ou afetados por barragens, conseguem fazer justiça social e ambiental. Apesar de não entender a natureza como algo sagrado em muitos povos e etnias, suas lutas nestes territórios beneficiam os espaços naturais porque estas lutas são lutas pela própria existência destes povos. Seus embates são vários e abarcam a luta pela água, pelas florestas, pela agroecologia, pelos saberes tradicionais ameaçados por leis de patentes e outras lutas frente a estados, empresas e grupos econômicos diversos que cobiçam estes territórios para acumulação de capital.

O ecologismo dos pobres é praticado por etnias e populações que lutam contra o modelo único de natureza centrado em ideologias liberais, onde o que conhecem como natureza se torna mercadoria dentro de modelos econômicos que se apropriam de seus territórios (Alier, 2018; Cantor, 2019; Prates, 2020). Mesmo muitas vezes não tendo um viés ecológico claro em suas ações, acabam fazendo esse papel ao lutarem contra os atos de grandes empresas, políticas de estados nacionais e empresários inescrupulosos que buscam se apropriar dos elementos do mundo biofísico como a madeira, os metais preciosos, a água, o solo e o próprio saber destes grupos sociais sobre plantas e animais.

As práticas ecológicas de hoje já podem ser vistas até mesmo durante os terríveis períodos dominados pela escravidão colonial, porque as populações negras, enquanto escravos, livres, libertos ou aquilombados, conseguiam construir relações ecológicas e culturais com os ecossistemas e biomas benéficas e sagradas muito antes dos primeiros debates sobre conservação e preservação ambiental surgirem nos Estados Unidos e outros locais do mundo (Stewart, 2005). Antes de mais nada, estas pessoas lutam pela sobrevivência de seus modos de vida e contra um modelo de natureza que os despreza, como é o vigente

atualmente. Dos Santos (2023, p. 27) dá uma ideia da luta ecológica dos pobres quando fala sobre os quilombolas atuais:

Não fizemos os quilombos sozinhos. Para que fizéssemos os quilombos, foi preciso trazer os nossos saberes de África, mas os povos indígenas daqui nos disseram que o que lá funcionava de um jeito, aqui funciona de outro. Nessa confluência de saberes, formamos os quilombos, inventados pelos povos afroconfluentes, em conversa com os povos indígenas. No dia em que os quilombos perderem o medo das favelas, que as favelas confiarem nos quilombos e se juntarem às aldeias, todos em confluência, o asfalto vai derreter!

Por outro lado, o ecologismo vem sendo assimilado por ideologias liberais para transformar as lutas ecológicas em algo inofensivo ao capital. Dentro destas correntes, pode-se citar o eco-racismo, que nos Estados Unidos deixa as zonas de sacrifício de empreendimentos e indústrias poluidoras nas regiões de maioria negra ou latina; o eco-imperialismo, que transfere resíduos perigosos, faz um intercâmbio ecológico desigual e se apropria da biodiversidade dos países mais pobres; o eco-business, que se apropria do discurso ecológico para mascarar suas ações antiecológicas e a eco-tecnocracia, cujos representantes de grandes empresas escondem seus interesses em prol do capital (Cabral, 2014; Cantor, 2019; Brand; Wissen, 2021).

São a ecologia dos ricos (Cantor, 2019), pois estas correntes, apesar de lutarem por algo aparentemente maior dentro do sistema, não o incomodam, assim como nas visões preponderantes de um Antropoceno apolítico e eco-globalista. São modelos de natureza que parecem os desenhos da Disney, ou seja, perfeitos e dirigidos a quem merece (Henrique, 2009). A natureza agora, privatizada, não atende mais aos interesses de todos como outrora, pois as propriedades comunais continuam sendo vendidas para poucos usufruírem desta mesma natureza.

As receitas ecológicas que os ricos propõem aos pobres são colonizadoras e não levam em consideração as diferenças culturais regionais e locais dos países mais pobres ou em desenvolvimento. Há uma tentativa de padronização destas ações que calam qualquer tentativa coletivista que os mais diversos povos do planeta possuem para além das propostas do capital. Primeiro, os agentes do capital destroem os modos de vida destes povos e depois os acusam pela destruição e por conta das antigas acusações malthusianas (Cantor, 2019).

A ecologia dos ricos é uma expressão moderna do colonialismo (Zagatto; De Souza, 2020) ao transferir a luta por um meio ambiente saudável para os indivíduos, como se fosse uma simples escolha pessoal. Dentro desta ótica, a luta dos camponeses, dos povos indígenas, dos pescadores tradicionais e outros grupos sociais fica invisibilizada na grande mídia

(Cantor, 2019), mas na realidade produz efeitos consideráveis frente aos avanços dos agentes do capital que produzem genocídios, ecocídios e epistemicídios (Foster; Clark, 2006; Peres, 2021; Dias, 2022; Bonneuil; Fressoz, 2024).

No mundo ocidental, como o conceito de natureza é separado de cultura, todos os grupos sociais que não fazem parte do comumente aceito por ideologias capitalistas liberais são associados a particularidades da natureza como algo negativo. As mulheres são frágeis por natureza, os povos indígenas são selvagens por natureza, os operários necessitam ser comandados por sua natureza de força bruta, os gays e travestis transgridem sua natureza biológica original, os velhos são incapacitados pela natureza da idade, as crianças sempre serão algo no futuro por sua natureza e não possuem presente, os adolescentes são por natureza rebeldes e os negros são por natureza, indolentes e estúpidos (Porto-Gonçalves, 2006). Assim, nega-se perspectivas culturais ecológicas como inferiores, o que ocorreu até mesmo no berço cultural destas ideias, como diz Porto-Gonçalves (2006, p. 128): “Diga-se de passagem que não foi só na América, Ásia e África que os europeus impuseram a sua lógica mercantil. Mesmo no interior da Europa, diversos povos sofreram o etnocídio inerente à lógica mercantil”.

2.2.2 A Paisagem como registro histórico da relação sociedade e natureza

O conceito de paisagem é um dos mais importantes para análises de ciências humanas e ambientais porque a paisagem mostra as mudanças ocorridas nos territórios, lugares, biomas e ecossistemas ao longo do tempo. É um conceito amplamente estudado por vários estudiosos porque a paisagem é o resultado dos processos históricos, econômicos, culturais e ecológicos. Portanto, as diversas sociedades e seus grupos sociais constroem a paisagem em suas singulares relações com a natureza que os cerca e deixam marcas visualizadas em qualquer região, como as construídas no território do atual PETP.

Os registros paisagísticos estudados pela ciência são variados, e alguns dos mais comuns são os desenhos, fotografias e gravuras. Estes elementos são importantes para se fazer comparações e análises de elementos culturais e ecológicos dentro da própria paisagem. Quando não havia máquinas fotográficas, os desenhos e gravuras realizados por naturalistas e viajantes se transformaram em importantes fontes de estudos que agora podem ser complementados por outras ferramentas, como os drones. Contemplar a vegetação da Mata Atlântica, enquanto paisagem, é até hoje uma tarefa complexa por causa da diversidade histórico-ecológica do bioma (Graeff, 2020) e ainda mais pelas espécies de plantas e animais que vieram por intercâmbios bioculturais desde a era das grandes navegações (Carney, 2002; Crosby, 2011).

De Souza (2018) discorre sobre o tema paisagem como um conceito que não pode ser confundido com a própria natureza, porque a paisagem deve ser vista e interpretada como um elo na interpretação sociedade/natureza, como o recorte histórico chamado PETP. Por outro lado, a paisagem é vista dentro do senso comum como algo simplório que não leva em conta outros fatores e percepções de sentidos como o olfato e a audição. A paisagem vai muito além de perspectivas puramente visuais (Cauquelin, 2007).

As paisagens são fruto das relações entre sociedade e natureza e se transformam em paisagens socioecológicas. Uma das problemáticas da paisagem reside na visão de que podem apresentar interpretações dúbias de acordo com suas alterações frente às atividades econômicas humanas, o que pode dificultar as visões mais aprofundadas quando estas paisagens evidenciarem alterações antrópicas muito profundas, como um rio muito poluído ou uma floresta severamente devastada. A paisagem só existe a partir da existência de um determinado espaço aberto e conectado a algo maior e infinito, ou seja, é uma exterioridade (De Souza, 2018) e também é um enquadramento (Cauquelin, 2007).

A paisagem não deve ser confundida com outros conceitos como espaço e natureza, porque estes dois conceitos são constituintes de uma paisagem (De Souza, 2018). De Souza (2018, p. 121) assim explica esse tipo de erro analítico: “Assim, quando alguém define paisagem a partir de um de seus constituintes – a mata (confusão com a natureza biótica), a montanha (confusão com a natureza abiótica) ou a porção que a vista abarca (confusão com extensão espacial) – está equivocado”. Entender a paisagem é, antes de mais nada, entender como a natureza e a sociedade se entrelaçam na complexidade da análise territorial, como a do próprio PETP.

O conceito de paisagem também é importante para este estudo porque as modificações impostas ao território delimitado como PETP por atividades econômicas ao longo de sua ocupação histórica possuem relações muito próximas com causas ecológicas, porque a paisagem mostra muito do que ocorreu e vem ocorrendo nesta região. Então, qualquer política pública em termos de questões ambientais, como por exemplo os planos de manejo, deve levar em consideração as perspectivas de uma paisagem dada em toda a sua complexidade (Cauquelin, 2007).

De uma certa forma, as paisagens mais antigas são muitas vezes negligenciadas como uma espécie de pano de fundo para o desenrolar das histórias e isto é questionado pela História Ambiental, que vê elementos da natureza da paisagem como atores essenciais para a própria análise histórica a ser descortinada (Schama, 1996). Uma paisagem repleta de elementos de populações negras, sejam eles culturais ou ecológicos, reflete a importância do legado destas populações no que podemos entender hoje como paisagens contidas no PETP.

O que entendemos como paisagem também é uma construção simbólica influenciada por visões de mundo de múltiplas culturas do passado e do presente que se retroalimentam (Cauquelin, 2007). Cauquelin (2007, p. 143) diz a respeito: “A paisagem é justamente a apresentação culturalmente instituída dessa natureza que me envolve”.

As paisagens são assim constituídas de uma memória histórica e a lemos através de nossas próprias influências culturais. A percepção e a ligação das populações humanas com as paisagens, como as do PETP, estão repletas de significados e simbologias que remetem às nossas construções afetivas desde que entramos em um determinado mundo cultural do qual somos ou fomos criados. Schama (1996, p. 17) escreve a respeito: “Antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas”. O PETP também é um enquadramento de paisagem com elementos culturais e ecológicos singulares construídos pela interação entre sociedade e natureza ao longo do tempo e do espaço.

Estes elementos simbólicos que constituem as paisagens estão muitas vezes escondidos nas complexidades de interações de elementos culturais e ecológicos na própria paisagem. São tão familiares que muitas vezes pensamos que sempre estiveram ao alcance dos nossos olhos. As várias espécies de gramíneas africanas, por exemplo, que existem na região do PETP, serviram de alimentação para animais como o boi ou o cavalo utilizados para diversos fins dentro do sistema agropecuário colonial. Estes elementos convivem hoje com uma Mata Atlântica bem diferente da encontrada pelos portugueses no início da colonização do país. Schama (1996, p. 24) fala sobre o tema:

Se, como vimos, toda a nossa tradição da paisagem é o produto de uma cultura comum, trata-se, ademais, de uma tradição construída a partir de um rico depósito de mitos, lembranças e obsessões. Os cultos, que somos convidados a procurar em outras culturas nativas — da floresta primitiva do rio da vida, da montanha sagrada —, na verdade estão à nossa volta, vivos e passando bem; resta saber onde procurá-los.

As paisagens de florestas remetem a interações muito distintas de outros tipos de biomas e ecossistemas. A Mata Atlântica, enquanto floresta tropical, tornou-se memória para os povos e populações humanas que vêm interagindo com ela desde os ameríndios encontrados pelos portugueses há mais de 500 anos. Schama (1996) diz que as paisagens estão repletas de memórias que podem ser encontradas nos topônimos, nas plantas e animais, nas construções históricas como o antigo cemitério centenário da família Trannin-Ouverney que remete aos colonizadores suíços de Nova Friburgo na região de Macaé de Cima, assim como também aos antigos quilombos que existiram nesta região do PETP. Schama (1996, p.

70) escreve sobre a paisagem:

Paisagem é cultura antes de ser natureza; um constructo da imaginação projetado sobre mata, água, rocha. No entanto, cabe também reconhecer que, quando uma determinada ideia de paisagem, um mito, uma visão, se forma num lugar concreto, ela mistura categorias, torna as metáforas mais reais que seus referentes, torna-se de fato parte do cenário.

A paisagem pode ser entendida a partir de estudos sobre as relações e interações humanas com o que conhecemos como natureza, sendo uma forma inconteste de percebimento e organização mental sobre a natureza (Murari, 2009). Estas vivências são entendidas por Tuan (1980) como Topofilia. Estas percepções humanas sobre o que conhecemos como Meio Ambiente ou Natureza variam no tempo e no espaço. Sendo assim, o que é conhecido atualmente como PETP, no passado, teve outros nomes de acordo com as relações culturais dos povos que conviveram com o mundo biofísico da Mata Atlântica local ao longo da história, como os ameríndios, africanos, portugueses ou até os próprios brasileiros, fruto da miscigenação destes povos aqui no Brasil.

As populações africanas escravizadas trazidas para estas terras, assim como seus descendentes que aqui nasceram nas trocas genéticas com os colonizadores e povos indígenas, possuem relações singulares com a Mata Atlântica e seus ecossistemas, como os tipos de matas (matas nebulares, manguezais e matas de baixada). Muitos escravizados possuíam conhecimentos compatíveis por causa da semelhança com ambientes florestais e savânicos que possuíam em África. A partir deste tipo de vivência, foram se estabelecendo nas paisagens da Mata Atlântica do parque conforme as especificidades de um ambiente florestal tropical (Tuan, 1980).

Tuan (1980) diz que cada sociedade possui uma definição da natureza de acordo com suas relações topofílicas com cada lugar. As populações negras que foram escravizadas vinham de vários lugares e ambientes da África e aqui tiveram que se adaptar ao bioma Mata Atlântica com suas similaridades ou diferenças para viverem no habitat colonial (Ferdinand). Muitas vezes, as paisagens de densas florestas tropicais foram a visão de certa liberdade para aqueles indivíduos que não suportavam ou negavam aquele sistema econômico agropecuário escravocrata.

As paisagens refletem diferentes significações da natureza e do ambiente em que ela existe e é percebida pelo ser humano, assim como nas manifestações culturais das sociedades. As paisagens da Mata Atlântica e sua diversidade cultural e ecológica foram vistas por prismas generalizantes que não levavam em conta as etnias ameríndias, populações negras ou as espécies de plantas e animais de regiões como as do Estado do Rio de Janeiro. O

colonizador entendia este mundo e as paisagens que existiam aqui sob uma eterna dualidade entre a exaltação da beleza e da riqueza destas terras e uma prática antinatureza que via todos estes elementos biofísicos como um obstáculo para a acumulação de capital (Murari, 2009).

O colonizador transformava suas relações com a natureza em uma verdadeira guerra, vista nas paisagens de Mata Atlântica verdejante nas serras do Rio de Janeiro que logo foram alteradas. A floresta era incorporada ao capital a ferro e fogo (Dean, 1996) e se tornaria um antropobioma, ou seja, uma floresta antropizada e diferente do que havia sido antes da chegada dos colonizadores. A partir da ocupação destas terras, inúmeros conflitos socioambientais são encontrados ainda hoje dentro e fora da Unidade de Conservação. Murari (2009, p. 162) traduz o que foi este processo de assimilação cultural nas paisagens da Mata Atlântica, o qual foi o caso nos antigos Sertões de Macacu, onde hoje se localiza o PETP:

No caso da floresta tropical, praticamente inacessível, ocupá-la significava necessariamente destruí-la: a perspectiva da colonização implicava na conquista territorial e, no caso do Brasil, esta se definiu basicamente pela incorporação de um espaço novo, tido como vazio, tomado à natureza. No contexto da expansão europeia, isso significou a deflagração de uma guerra aberta contra a natureza que se intentava explorar.

2.2.3 A Natureza dos conflitos Ambientais e algumas de suas consequências

Os conflitos socioambientais decorrem de muitas razões, mas grande parte deles está relacionada aos povos que são chamados de tradicionais no Brasil, inclusive os descritos em leis (SNUC, 2000). Existem muitas comunidades ditas tradicionais no país, que vivem ou sempre viveram em áreas que agora se tornaram espaços protegidos, como a categoria da qual faz parte o PETP. Estas populações devem apresentar um tipo de identidade e cultura própria para serem legitimadas pelo poder público (Vieira, 2020).

Vieira (2020) também aborda que o termo comunidades ou povos tradicionais surgiu a partir de amplos debates conceituais no espaço público, justamente pela emergência da criação de áreas protegidas no Brasil, que foram melhor alocadas com a lei do SNUC (2000). Contudo, autores diversos como Diegues (2008) e Little (2003) atentam que termos como povos tradicionais são mais inclusivos ao estabelecer as relações históricas ancestrais de grupos sociais frente aos seus territórios ancestrais e comunitários que já existiam antes mesmo da criação destas áreas protegidas.

As diversas sociabilidades dos povos tradicionais no Brasil possuem relações e construções históricas com os territórios em que vivem e o mundo biofísico à sua volta, mas todos possuem algumas características em comum. Estas características fazem com que eles se definam enquanto grupos diferentes, como quilombolas, povos indígenas, jangadeiros,

caízaras e faxinalenses, quando estão em conflito com potenciais inimigos em comum (Vieira, 2020; Hauresko; De Lima Correia; Gomes, 2017). Os conflitos ambientais são muito complexos por causa dos processos geográficos, econômicos, políticos e ecológicos envolvidos (Alier, 2018).

Estes conflitos socioambientais (Sabatini, Sepúlveda, 1997) estão cada vez mais presentes nos espaços urbanos e rurais das sociedades capitalistas e as áreas naturais protegidas possuem alguns dos mais acirrados embates frente aos interesses públicos e privados decorrentes dos atrativos naturais e culturais destes territórios, que sofrem riscos constantes de privatização em nome dos interesses dos agentes do capital. Neste contexto, o Brasil é um dos países que sofre enorme cobiça destes interesses nacionais e transnacionais sobre os atrativos naturais de seu território.

Um exemplo famoso foi o que ocorreu com os povos indígenas Krenak da Bacia do Rio Doce em Minas Gerais, que foram severamente impactados pelo desastre ambiental proporcionado pela empresa Vale no final do ano de 2015. Os rejeitos industriais destruíram as condições de vida destes povos com a poluição das águas, destruição de florestas e extinção de peixes que os alimentavam. O Rio Doce possui significados e simbolismos sagrados para estes povos que ainda conseguem sobreviver no que restou da Mata Atlântica na região. Os rituais e festas sagradas desta etnia foram descontinuados por este crime socioambiental, sob a omissão do estado que até hoje não conseguiu punir pela força da lei, os responsáveis (Urquiza; Rocha, 2019).

É um caso clássico de Racismo Ambiental em um país que continuamente coloca os povos indígenas e outros grupos sociais em situações perigosas de existência ao postergar a demarcação de suas terras e territórios históricos, mesmo com uma carta magna que estabeleceu seus direitos constitucionais. Todavia, tal documento trouxe importantes avanços no direito dos povos indígenas e quilombolas frente às forças do capital que ameaçam suas existências ainda hoje (Urquiza; Rocha, 2019; Acselrad, 2021).

Um outro exemplo da destruição de povos e suas ontologias é descrito pelo trabalho de Fábio Bacila Sahd, que construiu um estudo comparando a apropriação de territórios ancestrais dos palestinos e dos Kaingang no Norte do Paraná. Os povos de ambas as regiões foram destituídos de seus territórios sagrados para a expansão colonial do capital (Sahd, 2014). O racismo ambiental visto na destruição destes povos se traduz na própria destruição da natureza, que seria transformada em novas paisagens colonizadas (Harvey, 2011; Acosta; Brand, 2019; Acselrad, 2021; Ferdinand, 2022).

O Norte do Paraná, que possuía até meados do século XX uma enorme mancha florestal no seu interior, teve seu território repartido para a tomada das atividades agropecuárias, em especial a cultura do café. Esta planta africana já havia arrasado o Vale do Paraíba e o Oeste Paulista, agora continuou sua epopeia destrutiva no estado sulista. Os antigos habitantes indígenas da Mata Atlântica (Kaingang e guaranis) foram expulsos de seus antigos territórios, agora incorporados ao capital e pela legitimação histórica e ideológica de políticas discriminatórias para se apropriar de amplas regiões ainda florestadas (Sahd, 2014).

Na região do Oriente Médio, tais métodos coloniais foram semelhantes para transformar o povo palestino em párias de seu próprio território. Por sua pretensa natureza inferior, deveriam dar passagem aos colonos sionistas que legitimaram com concordata quase unânime das grandes potências imperialistas, transformando esta parte do Oriente Médio em um enclave colonial em pleno século XX (Sahd, 2014). Tanto o Paraná quanto a Palestina seriam transformados em territórios vazios e passíveis de exploração para a chegada do progresso. Ambos os povos remanescentes sofrem até hoje o assédio de agentes inescrupulosos do capital em busca de novas terras a serem arrematadas por um colonialismo expansionista.

O sertão paranaense, ainda repleto de Mata Atlântica, foi descortinado com furor avassalador pelas forças capitalistas que não cessaram até derrubarem o último grande pinheiro do Paraná. Esta espécie subsiste em precários locais e ostenta grave erosão genética por causa da destruição em massa dos maiores indivíduos. Os antigos pinheirais paranaenses e seus povos indígenas, assim como os palestinos de hoje, conseguiram chegar ao século XXI tendo que resistir por seus modos de vida, frente às forças coloniais (Sahd, 2014). Sahd (2014, p. 219) diz: “Os palestinos de Gaza estão completamente sitiados e sob estrito controle do ocupante, ainda que à distância; Em terras canárias, os indígenas foram desumanizados, escravizados, reduzidos em áreas irrisórias em relação ao seu território original”.

Tais conflitos com estes povos aumentam mais de acordo com a expansão colonial frente a territórios que antes ainda não estavam nos limites de fronteiras agropecuárias, como o que ocorre hoje em áreas dos biomas do cerrado (Matopiba) e da Floresta Amazônica, cobiçados pelos agentes do capital. Então, a Era do Capital (Moore, 2017) é pródiga pelos constantes conflitos socioambientais pela expansão de novas fronteiras para acumulação de mais capital. Vale ressaltar que quanto mais territórios são apropriados pelas forças do capital, menos espaço para a contínua acumulação e espoliação da natureza ocorre e assim o próprio modo de vida imperial é a causa de suas sucessivas crises ecológicas, migratórias ou políticas (Brand; Wissen, 2021).

Muitos modos de vida estão relacionados a saberes coletivos e comunitários que hoje são campos de luta por mais justiça socioambiental. Aqui, ocorre o estabelecimento de novos direitos (Vieira, 2020) frente às políticas estatais em oposição aos interesses privatistas destes saberes e seus territórios (Shiva, 2000; Cantor, 2013; Hauresko; De Lima Correia; Gomes, 2017; Little, 2003). Nestes casos, a legitimação estatal decorrente das lutas camponesas destes grupos sociais ocorre não apenas no campo, mas nas cidades (Alier, 2018), pois estes povos lutam por justiça ambiental e social, além da perpetuação de outras visões do que conhecemos como natureza (Melosi, 2005; Zagatto; De Souza, 2020).

Há de se considerar que muitos grupos sociais ainda não são vistos como comunidades tradicionais por habitarem espaços urbanizados ou muito próximos dos espaços urbanos, como no Parque Estadual da Pedra Branca-RJ (Oliveira; Pena, 2020). São disputas territoriais no concernente à legitimidade destes grupos frente ao ambiente natural que os cerca. Cada vez mais se nota que estratégias de conservação sem levar em conta os contextos e especificidades das populações locais, possuem menos eficiência (Castro, 2002; Oliveira; Pena, 2020).

O PETP é um território repleto de conflitos socioambientais (Penna-Firme, 2020) entre as comunidades que o habitam historicamente, desde as antigas ocupações de povos originários antes dos portugueses chegarem, até os camponeses que vivem nas imediações do parque até hoje. A busca dos agentes do capital por cada vez mais territórios coloca a Unidade de Conservação em risco, assim como as populações que vivem em seu entorno dentro da antiga região designada como Sertões de Macacu. O estabelecimento das plantações e estruturas coloniais na Mata Atlântica que originou o PETP enseja uma miríade de conflitos socioambientais que tiveram vários agentes econômicos desde a retirada das espécies de madeira de grande valor monetário, passando pelos engenhos de cana-de-açúcar e chegando aos conflitos originados pelo polo industrial do Comperj-RJ.

Todos estes conflitos são alimentados pela própria construção do PETP, que foi constituído pelos interesses de setores da sociedade de maior poder aquisitivo que buscaram as vias e trâmites legais para manter um pedaço de Mata Atlântica dos antigos Sertões de Macacu que chegou ao Século XXI com substancial ajuda de populações afrodiaspóricas, indígenas e camponeses alijados dos principais processos de escolha para a manutenção de florestas carregadas de influências de populações historicamente marginalizadas pelo poder público em um país dominado pelas mesmas elites agrárias da época colonial através de seus descendentes.

Estes conflitos no parque serão melhor discutidos posteriormente, levando em consideração os efeitos sobre as populações negras escravizadas e seus descendentes.

2.2.4 A Era do Capital e a Origem do Capitalismo

A Era do Capital pressupõe um tipo de sistema produtivo calcado na acumulação constante de capital a partir da transformação da natureza em matéria-prima que vem sendo modificada desde o seu nascimento no século XVI. Desde então, seus métodos de inserção nas sociedades e suas estruturas vêm sendo estudados e analisados por numerosos estudiosos para entenderem sua influência na cultura, na técnica, na política, nas artes, nas relações sociais e ecológicas com a Terra. Altvater (2010) mostra que existem teóricos que dizem que o sistema capitalista atual já se configura como um sistema híbrido entre mercado e planificação, sendo em muitos momentos análogo ao socialismo.

O sistema econômico do capital é o dominante no planeta atualmente, embora ainda haja poucas nações relacionadas ao socialismo real e alguns milhares de povos tradicionais e camponeses, principalmente nos países mais pobres que possuem outros modos de habitar o mundo e outras formas de economia. No entanto, quase toda a população mundial se encontra subjugada a este sistema político, econômico e cultural que possui raízes no continente europeu (Altvater, 2010). Apesar de seu grau de adaptabilidade, o sistema do capital possui dualidades que Altvater (2010, p. 43) comenta: “O modo de produção capitalista é um sistema muito flexível, dinâmico, mas liminarmente instável, que tanto provoca conjunturas quanto crises econômicas e políticas recorrentes”.

Este sistema de produção continua sua reafirmação da hegemonia mundial, mas começa a mostrar cansaço pelas catástrofes que já ocorrem no mundo por conta de suas numerosas atividades econômicas que não começaram hoje, mas com a expansão e domínio dos mares pelos europeus em busca de novos mercados e matérias-primas para a constante acumulação primitiva, como descrita por Marx (Moore, 2022). Diante da destruição de mundos, temos duas alternativas descritas por Altvater (2010): a primeira seria aceitar esta hegemonia e aguardar a aniquilação do planeta e a outra seria lutar por outros modos de produção e relações com a natureza além do capital. Não há compatibilidade entre preservação da natureza e o capital, porque este sistema econômico é expansivo em sua essência, se tornando mais letal e destruidor à medida que encontra mais obstáculos para a busca de acumulação (Marques, 2018).

O Capitalismo surge como uma nova forma de organização da natureza para obtenção de lucro e acumulação de mais capital. Prover sustento biológico para as populações humanas nunca foi o seu objetivo central. Toda a cadeia produtiva de alimentos em escala global possui um controle de poucas corporações que tentam expandir a produção para as terras ainda não

apropriadas, principalmente nos países em desenvolvimento (Foster, 1999; Serratos, 2021). Serratos (2021, p. 116) demonstra alguns destes dados da Era do Capital:

Em seu apogeu, Corey Ross afirma que entre 1850 e 1920, época capitalismo imperialista, "uma estimativa de 152 milhões de hectares tropicais foram limpos para monoculturas ou pastagens, 94 milhões deles na África Subsaariana, Sul e Sudeste da Ásia, os principais centros de expansão colonialista. No total, a perda de florestas neste período foi cerca de quatro ou cinco vezes mais acelerada do que no século passado". No século XX, 15% dos 100 milhões de quilômetros quadrados de zonas úmidas no planeta, uma área do tamanho do Canadá, para a agricultura principalmente, e esse processo ainda continua a se desenvolver em novas fronteiras agrícolas, principalmente na Amazônia e sudeste da Ásia. A quantidade atual de espaço destinado ao agronegócio ocupa, de acordo com cifras de World in Data, 50% da terra habitável no planeta, ou seja, 51 milhões de quilômetros quadrados, e 77% destes 51 milhões, o tamanho de toda a América do Canadá à Patagônia, é usado pela indústria da carne e laticínios.

As crises ambientais que ocorrem hoje no mundo não começaram agora. Algumas civilizações do passado já haviam provocado pequenos distúrbios localizados que terminaram em colapsos ambientais (Taibo, 2019; Diamond, 2020). Foram verdadeiros ecocídios e exemplos não faltam na história, como a destruição de solos e florestas na Índia do Vale do rio Indo ou problemas ambientais na Grécia antiga falados até pelo filósofo Platão (Soffiati Netto, 2020) e ainda a eliminação de florestas tropicais na Guerra do Vietnã (Dias, 2022). Autores clássicos como Marx discutem a origem e atuação do capital com seu caráter destruidor em sua busca por novos territórios e meios para potencializar o lucro à revelia de toda a vida no planeta (Machado, 2022). Machado (2022, p. 263) traz uma definição interessante a respeito:

O capitalismo é um sistema que se assenta na propriedade privada dos meios de produção e na busca do lucro, com uma vocação inerente de crescer para abarcar uma parte cada vez maior das atividades humanas e da natureza. Parte do produto gerado é necessário para reproduzir as condições existentes, sendo usado para esse fim. O produto excedente – que é a parte do produto econômico que excede o que é necessário para pagar o trabalho e materiais usados na produção – assume a forma de lucros. O lucro fornece a base do rendimento capitalista. Quando os lucros são gastos com a intenção de aumentar a produtividade: em formação, apoio a invenção de novas tecnologias ou mais e melhores bens de capital, os gastos chamam-se investimento.

O capitalismo, por meio dos seus incontáveis genocídios coloniais, tem levado à supressão de formas de interação com o planeta, o que degrada as diversidades biológicas e culturais globais. Dentro destas ideias, a biodiversidade vista nos diferentes territórios do planeta é hoje o que as interações humanas com os biomas fizeram no passado (Balée, 2017). Todavia, as perspectivas sobre as questões ambientais incorrem em análises incompletas que não veem as relações sociais (Naturalismo), não notam as relações políticas (Tecnicismo) ou fazem análises politizadas demais sem lastro com a realidade (Romantismo). É necessário

tomar cuidado com estes erros epistemológicos (Moraes, 1997).

A civilização ocidental que deu origem ao mundo europeu dominou o período colonial em vastas regiões do planeta e surgiu antes das grandes navegações. Contudo, foi durante este período histórico que autores como Moore (2017; 2018) estabeleceram o marco zero da Era do Capital, que influencia até hoje o mundo. Este crescimento de uma epistemologia ocidental europeia coloca o planeta em grave crise ambiental que ameaça a natureza e as culturas humanas ao redor do mundo em prol de um único modo de habitar o mundo. Os séculos XVIII e XIX e o período pós-segunda guerra mundial, chamado de grande aceleração pelo Antropoceno, são o recrudescimento deste modo de vida europeu ocidental que domina várias partes do planeta, mesmo após os antigos períodos coloniais (Iglesias-Ríos, 2019; Soffiati Netto, 2020; Porto-Gonçalves, 2020; Brand; Wissen, 2021; Shiratori, 2022) e da sociedade de consumo (Lewis; Maslin, 2018).

Todos os grandes impérios coloniais que começaram com as nações da península ibérica escrutinaram o mundo em busca de natureza barata (Moore, 2017) para acumulação infinita de capital. Soffiati Netto (2020) chama este momento de globalização ocidental. Este momento da globalização ocidental faz uma grande troca de animais, plantas, culturas e doenças entre mundos diferentes sob a égide do imperialismo ecológico (Foster; Clark, 2006; Aráoz, 2010; Crosby, 2011; Saito, 2021; Bonneuil; Fressoz, 2024). Hoje, estas trocas comerciais mundiais estão cada vez mais intensas conforme outros territórios são privatizados pelo capital e a grande aceleração avança, calcadas nas velhas nações colonialistas. Porto-Gonçalves (2006, p. 99) escreve a respeito:

A história já demonstrou que não caminha necessariamente para a frente. As sociedades consideradas as mais civilizadas foram as responsáveis pelas maiores barbáries do nosso século: Auschwitz, gulag e os bombardeios de *napalm* no Vietnã, por exemplo, não podem ser apontados como símbolos de progresso da humanidade.

Estas maneiras de pensar europeias são construídas socialmente com o avanço ideológico de proposições que tendem a considerar outros povos como classes inferiores ou bárbaras. Porto-Gonçalves (2020, p. 109) diz que “dominar a natureza só tem sentido se o homem está fora da natureza”. Além da colonização dos corpos e dos territórios de classes consideradas inferiores ao *modus operandi* europeu, o mundo ocidental vai colonizar os saberes e epistemologias para que se continue a espoliação global da natureza pelos agentes econômicos do capital (Aráoz, 2010; Iglesias-Ríos, 2019; Missiatto *et al.*, 2021). Esta perspectiva também demonstra que alguns historiadores tentam retirar a história do colonialismo do Capitalismo, como se fosse algo separado (Whyte, 2017; Saito, 2021; Marques; Rocha, 2022). Porto-Gonçalves (2020, p. 110) elucida a questão:

Com isso, as epistemes/os saberes que não separam Homem de Natureza foram/são saberes desqualificados como inferiores, não -científicos e, com isso, são as múltiplas campesinidades e as múltiplas etnias/povos/nacionalidades e seus conhecimentos ancestrais que são desprezados. Epistemicídio e etnocídio caminham juntos com a Moderno-Colonização do mundo e, com isso, devastação/ecocídio de extensas áreas, quando não genocídio de povos e culturas com seus saberes/fazeres.

Os efeitos decorrentes desta clivagem cultural são claros. Após períodos de grande tecnologia e avanços sobre vários campos do conhecimento, o planeta apresenta resultados muito diferentes em relação a fatores como nível de desenvolvimento ou produção global de comida. Contudo, a maior parte dos habitantes da Terra vive um mundo repleto de carências e sofrimento decorrentes de más escolhas políticas e econômicas, principalmente organizadas pelos países mais ricos e suas empresas globais (Moore, 2017). Soffiati Netto (2020, p. 168) assim diz sobre o assunto:

A falta de saneamento básico afeta dois terços da humanidade, acarretando doenças da pobreza. As doenças transmissíveis estão globalizadas. Uma epidemia eclodida num rincão do planeta pode rapidamente alcançar o mundo inteiro, notadamente os países mais pobres. Apesar das vacinas, as doenças contagiosas retornam. O sedentarismo propiciado pelas cidades e a má alimentação levam à obesidade e às doenças degenerativas, como hipertensão, diabetes, colesterol, câncer etc.

O Capitalismo é um sistema econômico que busca a hegemonia mundial desde as suas origens. Então, este sistema político-econômico pode ser analisado sob a luz do Antropoceno ou do Capitaloceno, ao se avaliar os efeitos de suas ideologias e atividades econômicas sobre o planeta. Esse sistema político-econômico vem sendo implementado a partir de acordos monetários, cabeamento transoceânico, modernização dos meios de transporte globais e avanços de tecnologia/informação que não ficam disponíveis para a maior parte da humanidade. Machado (2019, p. 19) assim diz: "A globalização neoliberal vem instituindo e intensificando o socialismo de Estado para os ricos e o liberalismo competitivo e atroz para os pobres".

Sendo uma nova maneira de organização da natureza, o capitalismo foi sendo posto a ferro e fogo nos lugares em que há outras organizações e maneiras de se viver no mundo. Estas estão associadas a formas de coletivização da terra e da natureza em geral muito diferentes e, portanto, incompatíveis com o modelo do capital (Machado, 2022). Para o Capitalismo, a natureza é um objeto de trabalho a ser apropriado, pilhado e transformado sempre em mais capital (Moore, 2015). O imperialismo é uma forma de transformação de territórios ainda não apropriados pelo capital e precisam se sujeitar aos seus processos e ideologias, mesmo que destruam tudo no final. Serratos (2021, p. 100) comenta a respeito:

Esse sistema instituiu três aspectos destrutivos: um, porque o capitalismo degrada seus próprios meios de produção; dois, como destrói seus meios, precisa expandir-se para encontrar as mesmas condições para o seu funcionamento ou novas condições

para tirar proveito delas; e três, termina por criar um mundo tóxico, caótico, incapaz de sustentar a própria humanidade que, segundo, beneficia desse sistema econômico. O capitalismo é incompatível com os processos naturais de sobrevivência terrestre tanto dos humanos como dos animais.

O capital desumaniza o ser humano ao transformá-lo em objeto de valor, como o racismo e a escravidão têm feito há muito tempo e foi amplificado pela colonização e imperialismo imposto pelas potências europeias (Foster, 1999; Araújo, 2010; Federici, 2019; Iglesias-Ríos, 2019). É uma verdadeira guerra cultural, ecológica e econômica contra os trabalhadores e a natureza (Machado, 2019; Bonneuil; Fressoz, 2024). Estas guerras são intensificadas pela tecnologia e são utilizadas como arma contra todos aqueles que tentam resistir ao sistema do capital. Também agudizam as políticas de apropriação do planeta com táticas similares às organizadas pelos grandes cercamentos da época da primeira revolução industrial (Cantor, 2013; Alier, 2018; Federici, 2019). O capitalismo pode exercer o monopólio da violência para fazer valer seus interesses disfarçados de democracia (Machado, 2022). Federici (2019, p. 44) diz sobre:

O capitalismo precisa justificar e mistificar as contradições incrustadas em suas relações sociais -a promessa de liberdade frente à realidade da coação generalizada, e a promessa de prosperidade frente à realidade de penúria generalizada-difamando a “natureza” daqueles a quem explora: mulheres, sujeitos coloniais, descendentes de escravos africanos, imigrantes deslocados pela globalização.

As pessoas que tentam sobreviver neste mundo do capital acabam se transformando em povos sem mundo (Bonneuil; Fressoz, 2024). A Covid-19, uma doença do Capitaloceno, impôs ao mundo uma realidade concreta sobre a capacidade de vírus e bactérias mortais produzirem efeitos de acordo com as estruturas sociais vigentes, onde novamente os países pobres e os pobres dos países ricos sofrem muito mais com as causas ecológicas desta moléstia (Machado, 2022). Estar neste mundo do capital significa também sofrer os efeitos deste mundo capitalizado, como as doenças do corpo e da mente (Bonneuil; Fressoz, 2024). Machado (2022, p. 29 e 30) diz a respeito:

Não posso ter esperança se meu destino estiver traçado e eu souber tudo o que acontecerá. Nesse caso, me restaria apenas a espera ou a resignação, mas nunca a esperança. Apostamos na hipótese de que algo de bom poderá acontecer, em breve, na vida política nacional, porque a esperança ativa, ao contrário da passiva, procura, constrói, busca e sabe que não falharemos em dar um basta a tudo o que é expressão da maldade prática, pois é evidente o esgotamento de um modelo de vida em sociedade que tanto infelicita e causa amargura as existências; modelo agravado com a pandemia de COVID-19, o que tornou-se evidente frente a alta de mais de 25% de casos de depressão e ansiedade mundo afora. Ao fazermos uma comparação fotográfica de pessoas que conhecemos e com quem convivemos, ficam demonstrados os efeitos desses tempos de insanidade na condição psicológica que transparece em suas fisionomias. Em imagens anteriores à pandemia, vemos pessoas com postura imponente, olhar focado e sem marcas de expressão. Nas fotos pós-COVID-19, vemos pessoas com rugas, marcas de expressão, pele sem brilho e um olhar para o vazio, sem foco.

O Capitalismo é uma hidra que busca constantemente novos territórios para continuar a espoliação das riquezas naturais e culturais (Foster, 1999; Smith, 2009; Iglesias-Ríos, 2019; Toledo, 2019; Porto-Gonçalves, 2020, Bonneuil; Fressoz, 2024) em velocidade desconcertante, que não preserva os ciclos naturais da Terra. Alguns lugares do planeta conseguem escapar das mudanças impostas pelo sistema capitalista, mas as ameaças a estes territórios continuam cada vez maiores, mesmo com todas as estratégias de luta dos camponeses, indígenas, quilombolas e outras etnias mundo afora. Além disso, estratégias de resistência como a criação de espaços protegidos de diferentes categorias (terras indígenas ou quilombolas) sofrem ataques constantes dos agentes do capital, como as do governo federal do Brasil entre 2019-2022 (Bronz; Zhouri; Castro, 2020; Acseirad, 2021; Machado, 2022). Machado (2022, p. 267) fala sobre seus efeitos:

Hoje, o capitalismo é hegemônico no mundo; mas já não é útil em um planeta em franco processo de destruição das condições ecológicas para a existência das vidas de animais humanos e não-humanos, pois: *i)* promoveu a mais acentuada desigualdade social entre a população do mundo; *ii)* apoderou-se de riquezas naturais de outros povos; *iii)* desenvolveu sua face imperialista e monopolista; *iv)* centrou o equilíbrio do mundo em arsenais nucleares; *v)* disseminou a ideologia neoliberal, que reduz o ser humano a mero consumista submisso aos encantos da mercadoria; e *vi)* fracassou para 2/3 da humanidade que não tem acesso a uma vida digna – de mais de 7 bilhões de pessoas que habitam o planeta, 4 bilhões vivem abaixo da linha da pobreza, e 1,2 bilhão padecem fome crônica. O capitalismo é intrinsecamente perverso: introduziu a competição, ao invés da solidariedade, a concorrência ao invés da cooperação, e a globocolonização ao invés da soberania dos povos.

O capitalismo é legitimado a partir de alguns sofismas, ou seja, ideologias que tentam fazê-lo se tornar algo mais humano ou natural, mas que não conseguem impor a sua realidade ecocida, epistemicida e genocida. O primeiro desses sofismas é que haveria uma compatibilidade natural entre as atividades econômicas capitalistas e a preservação da natureza. Todavia, os processos de expansão e acumulação capitalistas dependem da exploração de seres humanos e da aniquilação da natureza. O sistema capitalista depende da construção de uma infraestrutura estatal para suas ações e também envia os problemas ambientais para os pobres nos países periféricos, arruinando o próprio planeta junto (Foster, 1999; Cantor, 2019).

Como o sistema capitalista possui uma expansão global, seus efeitos dependem da incorporação de tudo em mercadoria, assim como o próprio discurso ecológico que se torna liberal (Alier, 2018). O capitalismo transforma a todos que acreditam em seus pressupostos básicos em ecocidas em potencial (Cantor, 2019). As crises ambientais oriundas do capitalismo não levam em conta os custos sociais e ambientais porque sua natureza é a do

lucro e da ganância. E o consumismo, principalmente dos mais ricos e poderosos, se torna uma arma mortífera que tira a maior parte da humanidade e a natureza da teia da vida em prol de um mundo totalmente descaracterizado em sua essência evolutiva.

O segundo sofisma diz respeito à ideia de que existe um capital natural, ou seja, que todos os processos da natureza anteriores à existência das sociedades humanas existem para a satisfação das sociedades na teoria, porque na prática algumas sociedades se satisfazem muito mais. Pior, essa ideia não leva em consideração os direitos de existência das espécies de animais e plantas, dos ecossistemas, dos biomas, das práticas culturais ecológicas diversas do capital, porque tudo se transforma em mercadoria a serviço dos agentes do capital. É uma justificativa constante de privatização da natureza (Cantor, 2019; Toledo, 2019).

O terceiro sofisma, liberal até a medula, diz que a preservação do que chamam de recursos naturais só ocorreria se houvesse privatização total da água, das espécies de animais, das florestas, dos saberes ancestrais, porque se tudo isso fosse monetizado, seria melhor protegido. Quando todos os bens naturais são de todos, ninguém dá valor e todos os exploram até a exaustão. Na verdade, esse tipo de sofisma esconde que foi justamente a privatização da natureza que levou e continua levando à extinção das espécies, destruição dos biomas da Terra e eliminação de culturas ancestrais que viviam nestes biomas e ecossistemas. Assim, as ações destruidoras do capital são escondidas e a história fica resumida à história do capital, porque antes deste sistema econômico existir, nada funcionava (Cantor, 2019).

O último sofisma é a ideia de desenvolvimento sustentável. Este tipo de conceito tenta conciliar interesses completamente antagônicos na sociedade em prol de um capitalismo verde que olharia para questões sociais ao mesmo tempo que as atividades econômicas destruidoras de mundos continuariam para benefícios dos mais ricos que defendem e se refestelam neste sistema ecocida em sua essência (Bonneuil; Fressoz, 2024). É um discurso que serve aos interesses capitalistas porque pode ser usado por todos, mas que na prática não questiona o capitalismo com a crença de que, crescendo, pode-se resolver os problemas ambientais e sociais decorrentes da atuação do próprio sistema capitalista. Além disso, os adeptos deste sofisma escondem que existem modelos e modos de viver verdadeiramente sustentáveis ainda no mundo que são bem diferentes dos propostos pelos países ricos que arruinam o planeta e que lutam contra o sistema colonial capitalista mesmo diante da invisibilidade promovida pelo Antropoceno (Cantor, 2019; Bonneuil; Fressoz, 2024).

Para Yusoff (2018), não existiria capitalismo sem a conquista de territórios para acumulação de capital nos continentes que os europeus dominaram a partir dos mares e muito menos sem a escravidão colonial perpetrada contra os povos nativos destes lugares e dos

negros que foram escravizados nas épocas coloniais. O sistema ecocida e genocida do capital se refestelou com a escravidão durante muito tempo, principalmente na construção das plantações agrícolas coloniais, mas toda a estrutura industrial e escravocrata foi incorporada a partir da Revolução Industrial que levou a Era do Capital a um domínio destruidor jamais visto anteriormente e que apenas aumentou conforme mundos e alteridades fossem destruídos.

2.2.5 O Antropoceno e a naturalização do ecocídio como causa da humanidade

Formulado por Paul Crutzen e Eugene Stoermer (2000), o conceito de Antropoceno tem um apelo popular bem razoável porque coloca a nossa espécie como uma força geológica atuante no planeta que modificou e transformou as paisagens da Terra por atividades econômicas de uma forma jamais ocorrida em tempos históricos anteriores. Seu início é discutido amplamente por inúmeros estudiosos, como a primeira Revolução Industrial ou a grande aceleração iniciada no pós-Segunda Guerra Mundial. O Antropoceno segue tendo muita atenção midiática por aceitar uma condição especial na evolução humana dentro do planeta (Riechmann, 2019; Svampa, 2019).

O Antropoceno é o conceito mais aceito nas sociedades contemporâneas para lidar com os sucessivos desastres ecológicos perpetrados pelas atividades econômicas capitalistas ao redor do planeta. Apesar disso, sua origem ainda é discutida nas mais conceituadas instituições científicas e produtoras de ciência no mundo, como as datas entre 1778 e 1830. Aqui, foi iniciado o carregamento de mercadorias via transporte naval da América do Sul rumo às terras inglesas, na Europa (Serratos, 2021; Bonneuil; Fressoz, 2024).

Apesar de sua aceitação em amplas áreas da comunidade científica internacional, o termo Antropoceno também vem sendo questionado ao longo do tempo. Lewis e Maslin (2018) atestam que debates sobre a ação humana na Terra já eram conhecidos no século XIX, mas que os primeiros cientistas que sistematizaram o conceito foram russos nos primórdios da União Soviética, fato esquecido por causa da Guerra Fria. O Antropoceno é um conceito que também agrada a muitos setores econômicos, principalmente aqueles ligados a setores petrolíferos e mineralógicos. Justamente porque este termo acusa toda a humanidade pelos desastres ecológicos sem atentar para as diferenças econômicas, políticas e culturais das sociedades humanas (Cantor, 2019; Bonneuil; Fressoz, 2024).

Hoje, grande parte dos estudiosos do termo alude para um início no ano de 1945, chamado de grande aceleração (Riechmann, 2019), onde as atividades econômicas atingiram níveis de alteração do planeta nunca antes vistos anteriormente em relação à extração da

riqueza biológica e cultural. Seus efeitos deletérios são facilmente vistos nas paisagens, como a destruição dos biomas, a poluição das águas e do ar, o aquecimento global, a superpopulação humana e a extinção de espécies e os epistemicídios (Harvey, 2011; Iglesias-Ríos, 2019; Brand; Wissen, 2021; Peres, 2021; Serratos, 2021; Shiratori, 2022). Já Lewis e Maslin (2018) apontam para um início no ano de 1610, quando começou o intercâmbio colombiano em grande escala chamado Pico Orbis, sendo uma história de colonialismo, imperialismo, racismo e extermínio de culturas e da natureza.

Este avanço do *anthropos* pelo planeta Terra faz com que os ambientes alterados se transformem em novas paisagens repletas de massas humanas que consomem em demasia e de forma desequilibrada. Os países ricos, grandes empresas globais e corporações respondem por quase toda a absorção da biosfera terrestre, deixando pouco espaço para quem não faz parte deste grupo. Serratos (2021, p. 23): “si bien la masa humana ocupa 32% de la superficie terrestre, el territorio utilizado para sus actividades industriales como de energía o de alimento ocupan 67%; es decir, 97% de la biósfera es ocupada por los humanos, dejando sólo 3% para el resto de los animales y plantas”. Estes diferentes paradigmas e visões de mundo entre o Antropoceno e aqueles que o criticam são um campo de disputas onde a existência do planeta e de nós mesmos está posta.

Os grandes temas do Antropoceno são dados como processos inevitáveis, pois o aumento da população mundial, as culturas predominantes e o crescimento econômico são forças que apenas poderão ser sanadas ou mitigadas. Seria necessário aceitar que as atividades econômicas capitalistas não poderão se tornar uma barreira contra as imposições catastróficas do capital. O ser humano, dentro destes propósitos, se torna uma força igual às da natureza, rivalizando nos impactos e alterações do mundo e propõe com isso a todos os outros seres vivos do planeta, que sejam não-humanos e humanos indesejáveis (Crist, 2022). Crist (2022, p. 47) assim o critica: “A liberdade da humanidade para escolher uma maneira diferente de habitar a Terra está tacitamente ausente”.

A dominação colonial imposta pelas ideias do Antropoceno classifica e transforma todos os seres do planeta em algo a ser mercadorizado dentro das regras do capital. O que conhecemos como natureza se torna meio para obtenção de lucro em visão economicista. Esta assimilação da natureza pelo capital transforma, como disse Crist (2022), toda a vida marinha em recursos pesqueiros, todas as florestas em fonte de madeira, toda a domesticação de animais em gado, a domesticação de plantas em cultivos agrícolas, os rios em fontes de água doce e os litorais em locais para especulação imobiliária.

O Antropoceno vem sendo entendido como um emaranhado de circunstâncias históricas, como evoluções graduais de intensificação das atividades econômicas. Todavia,

outros eventos históricos de suma importância para o entendimento das crises ecológicas atuais, como o colonialismo, o racismo e o imperialismo, são escondidos nas análises (Whyte, 2017; Acsehrad, 2021; Serratos, 2021), embora ainda atuem com grande intensidade nos mesmos lugares outrora colonizados. É o habitar colonial (Ferdinand, 2022). Serratos (2021, p. 26) faz a seguinte explanação:

A partir de estas objeciones, la conclusión del artículo deviene en una generalización: por un lado, no fueron meras «acciones humanas», no fue la humanidad como una fuerza geofísica actuando sobre todo un continente, sino unos humanos muy particulares: los europeos, específicamente en una misión colonizadora, fueron los que provocaron la muerte directa e indirecta de los nativos americanos; por otro lado, absuelve hasta cierto punto el papel de la economía en el cambio climático que se dio. Una cosa es modificar el medio ambiente y otra desestabilizarlo hasta un grado en el que la vida ya no sea sostenible. Una cosa es la agricultura como la practicaban los pueblos nativos y otra el modo de acumulación primitiva que llegó con los españoles. Es decir, una vez más, el relato del Antropoceno se agrieta porque al limitar sus orígenes a una mera cuestión cronológica o climática y, más delicado aún, al depositar la culpa de la crisis climática en todos los humanos (anthropos) y no en unos cuantos, se deja de lado otro aspecto, tal vez el más determinante de todos: sus características socioeconómicas.

O Antropoceno é um conceito atrativo porque, apesar de dar um alarme sobre a existência de uma crise planetária global, obscurece os debates sobre o tema ao não explicar de forma clara de quem seria a culpa pelos desastres ambientais de nosso tempo (Moore, 2022). Um dos motivos é a ideia de aquecimento global que só faz sentido por um viés capitalocêntrico (Moore, 2018; Machado, 2022). Ele funciona porque se ajusta a uma visão ambiental sem apontar os impactos de classe e efeitos do colonialismo e imperialismo. Ele nega a desigualdade do capital e coloca a responsabilidade do que o capital faz no mundo em todos de forma similar (Ramos; Campiño, 2020; Bonneuil; Fressoz, 2024). Torna-se assim uma ecologia mundo centrada no poder, dinheiro e colonização da natureza (Foster, 1999; Smith, 2009; Aráoz, 2010; Cantor, 2013; Lewis; Maslin, 2018; Moore, 2018; Cantor, 2019; Brand; Wissen, 2021; Bonneuil; Fressoz, 2024; Alvim de Mattos, 2025).

A ideia de Antropoceno escamoteia até o humanismo implementado como um método de apagamento histórico que esquece o racismo climático e a injustiça social frente ao que dá a vida no planeta, além de responsabilizar a todos sem qualquer fundamento crítico (Yusoff, 2018; De Souza Júnior, 2023). O Antropoceno é racializado, mas não traduz as reais causas dos desastres socioambientais aos reais culpados, como posto pelos conceitos de Capitaloceno (Moore, 2018) ou até mesmo Plantationceno (Murphy; Schroering, 2020; Ferdinand, 2022; Davia, 2023). Martins (2020) propõe até mesmo que os modos de vida camponeses estão cada vez mais ameaçados na Era do Capital porque são barreiras contra as formas de monocultivos coloniais que são severos reprodutores de extinção de culturas e espécies, além de difusores

de pragas e patógenos que ameaçam o planeta, como foi a Covid-19.

Então, Yusoff (2018) propõe a ideia de um Antropoceno negro durante as diásporas africanas coloniais, até as populações negras atuais que sucumbem ao neoliberalismo capitalista globalizante. Martins (2020, p. 84) comenta o que essa fase do capital representa para a natureza em uma explicação simples: “O neoliberalismo, como fase atual do sistema, não se distingue das demais épocas anteriores do capitalismo. A diferença é no máximo de grau: a intensidade de exploração da natureza não encontra paralelo em tempos passados. O capitalismo é viciado em exploração da natureza”. Este Antropoceno negro pode ser corroborado por Simpson (2020), que traduz este conceito como carregado de discursos coloniais que dividem a humanidade entre sociedades civilizadas e sociedades não civilizadas, que servem de legitimação para a constante apropriação de territórios de povos considerados não civilizados.

Esses Antropocenos Negros são contados em milhões como uma crítica pela pesquisadora à ideia de Antropoceno corrente, porque as visões de origem e funcionamento do Antropoceno sempre foram políticas. O Antropoceno tradicional e suas visões de mundo são racistas e colonialistas e, por causa disso, a geologia e a estratigrafia também se tornam colonialistas. É necessário dar voz aos esquecidos do Antropoceno para termos novas maneiras de habitar a Terra ou que também sigamos maneiras de populações nativas menos nocivas a nós mesmos ou às outras espécies que vivem conosco. Devemos ir além desse Antropoceno Branco, colonialista e eurocêntrico (Yusoff, 2018).

Esta indiferenciação dentro do escopo do Antropoceno esconde a culpa das grandes empresas, donos de grandes propriedades de terras, banqueiros e empresários que lucram com as mais diferentes atividades econômicas capitalistas. As causas das hecatombes ambientais em todos os povos do planeta são compreendidas sem uma análise criteriosa da realidade, escondendo os reais culpados das crises ambientais (Serratos, 2019; Cantor, 2019; Riechmann, 2019; Moore, 2022; Machado, 2022). Machado (2019, p. 72) argumenta sobre um dos problemas do Antropoceno em relação à poluição ocasionada pelos gases das atividades econômicas capitalistas que transformam o planeta em uma esfera tomada por resíduos e partículas perigosas que envenenam a natureza e as pessoas:

Os defensores do Antropoceno colocaram em prática um modo de raciocínio que expressa um princípio de injustiça com o carbono: em vez de descarbonizar o planeta, uma palavra de ordem que constitui o principal determinante das políticas energéticas dos países desenvolvidos, trata-se de se livrar desse gás, de sequestrá-lo nas entranhas da terra para reduzir sua presença atmosférica. Essa é uma abordagem ao mesmo tempo simplificadora e, em última instância, ineficaz, porque é confrontada com restrições econômicas e sociais, além de científica e tecnicamente difíceis.

A narrativa do Antropoceno não considera as relações territoriais locais distintas de

um Antropoceno global e generalista (Cantor, 2019). Tal fato também pode ser desconstruído por perspectivas analíticas que levem em consideração as visões territoriais locais dos povos da Terra não inseridos ou apagados da história tradicional. Outra visão mostra que o Antropoceno despreza contextos mais complexos em relação à cultura, política e economia em prol de um tipo de relação natureza-cultura simples demais, deslocando processos-chave nas mudanças ambientais globais. Ulloa (2017) afirma também que há um desprezo ocidental contra ontologias e epistemologias não europeias dentro do Antropoceno.

As ideias centrais do Antropoceno incorrem nos seguintes argumentos principais (Alcântara *et al.*, 2020; Borinelli *et al.*, 2020; Machado, 2022; Moore, 2022; Bonneuil; Fressoz, 2024). Estes argumentos, em sua maior parte, escondem que um dado ser humano genérico não existe, pois o avanço dos agentes econômicos capitalistas diminui as condições de reprodução metabólicas, epistêmicas e culturais de civilizações fora da considerada correta (europeia ocidentalizada), que deve ser a única aceita (Porto-Gonçalves, 2020). Os argumentos centrais do Antropoceno são calcados em quatro teses principais:

- 1) Argumentos baseados em periodizações geológicas e fatos físicos sem o fator humano, que são muito influenciados por ideias malthusianas, sendo uma corrente naturalista.
- 2) Argumentos baseados em conceitos como sustentabilidade, ligados a ideias liberais.
- 3) Argumentos baseados em relações históricas entre sociedade e natureza como algo linear, sendo uma corrente pós-naturalista.
- 4) Argumentos baseados em crises ecológicas globais com culpados sem distinções, sendo uma corrente eco-catastrofista.
- 5) Argumentos baseados nas contradições do capitalismo, sendo a corrente do Capitaloceno.

No entanto, estes argumentos corroboram as narrativas do Antropoceno e são construídos a partir de eixos de causalidade da ação humana em quatro contextos principais: naturalista, pós-natureza, ecocatastrofista e ecomarxista (Bonneuil, 2015; Lowande, 2023; Bonneuil; Fressoz, 2024). A visão naturalista é a hegemônica por considerar o Antropoceno como uma única força global, enquanto sociedade, cujos efeitos são vistos nos registros estratigráficos e são vistos como processos involuntários. A visão da pós-natureza entende que as sociedades humanas podem mitigar ou resolver os problemas ecológicos com a tecnologia, confiando nos cientistas como salvadores da humanidade. Esta narrativa pouco politiza o Antropoceno ao enfatizar as mudanças da espécie humana no planeta em uma linearidade desde a sua aparição no registro fóssil, enquanto um punhado de espécies de protoprímatas evolui e transforma sua realidade no planeta até o ápice antropocêntrico da espécie *homo sapiens*. Esta narrativa jamais levaria em consideração uma ecologia dos

pobres, por exemplo, preconizada por Alier (2018).

A narrativa da pós-natureza compreende que o conceito de natureza não consegue mais entender as alterações e atividades econômicas realizadas pelas sociedades humanas. Esta visão questiona as formas românticas sobre uma suposta natureza intocada e livre dos seres humanos, assim como também aqueles que criticam a utilização das tecnologias para mitigar os problemas ambientais que existem no planeta hoje. Para os eco-pragmáticos, não existe mais natureza porque o ser humano controla tudo desde as mais antigas revoluções, as agrícolas. É uma narrativa de resignação com nossos próprios efeitos sobre a superfície terrestre (Bonneuil, 2015).

A corrente catastrofista não vê mais solução para as atividades econômicas humanas no planeta, cujo funcionamento já chegou ao não retorno. Para seus adeptos, as atividades econômicas humanas e seus efeitos sobre o planeta já atingiram um grau de ruptura com a natureza que não há mais o que fazer para a salvação de nossa espécie e das outras que habitam este planeta conosco. Devemos, a partir de uma realidade fria e crua, estabelecer mudanças radicais sem acreditar em soluções tecnológicas mirabolantes ou naturezas sagradas. Esta corrente olha mais para o local do que para o global (Bonneuil; Fressoz, 2024).

A última corrente, a eco-marxista, também é chamada de Capitaloceno. Defende a necessidade urgente de mudar radicalmente as formas dominantes de viver, consumir e produzir, e também rejeita a crença em soluções tecnológicas que salvariam o planeta no quadro de um sistema socioeconômico inalterado. Os seus pensadores entendem que dentro do sistema do capital, nunca haverá qualquer conservação ou preservação da natureza porque esta se torna natureza-barata (Saito, 2021; Moore, 2022) para constante acumulação de capital. Não centralizam as mudanças globais na espécie em si, mas em um sistema que surgiu após as grandes navegações e que construiu outro sistema ecológico global baseado no imperialismo, no racismo, no colonialismo e na desigualdade econômica, política, cultural e ecológica entre as sociedades e nações (Bonneuil, 2015; Peres, 2021; Saito, 2021; Bonneuil; Fressoz, 2024).

Como esses argumentos podem ser melhor elucidados? Cantor (2019) mostra que os argumentos favoráveis ao Antropoceno enveredam pelos seguintes caminhos: Dúvidas em relação à própria importância geológica que geralmente é analisada sobre uma escala de tempo de milhões de anos, quando subestimam mudanças geológicas de curto espaço de tempo como as que são proporcionadas pelos resíduos do capital (plásticos, armas nucleares, vidro, dentre outros). Dentro deste escopo de pensamento, registros estratigráficos mais recentes são vistos como pouco propensos a deixar registro fóssil.

Por outro lado, Hartley (2022) enumera os principais problemas do Antropoceno por estarem centrados em uma humanidade que nunca possui uma clara definição, pois nunca se sabe que humanos são esses que estão destruindo o mundo. Também peca pelo determinismo tecnológico e uma crença na capacidade da tecnologia em resolver todas as crises provocadas pelo capital, assim como uma narrativa simplória da história das sociedades humanas sem levar em consideração fatos e processos essenciais muito importantes. Finalmente, suas soluções são apolíticas e carregadas de uma pretensa neutralidade sem escopo com a materialidade dos fatos.

Também os argumentos favoráveis a uma culpa do homo sapiens genérica são centrados em visões que consideram que sempre houve destruição humana ao longo do tempo e, por causa disso, inúmeras sociedades entraram em colapso (2020). Este tipo de argumento é questionável porque a escala de destruição atual nunca foi vista em sociedades anteriores. As taxas de extinção de espécies de plantas e animais, por exemplo, possuem uma velocidade de aniquilamento milhares de vezes maior do que no passado (Cantor, 2019). Já estes colapsos de civilizações antigas tiveram outros motivos diferentes (guerras locais, epidemias sem vacina, saneamento básico precário, desastres naturais) de um sistema que ameaça todas as civilizações atuais, até mesmo as mais industrializadas e tecnológicas, como os países mais ricos.

Os argumentos do Antropoceno são construídos em cima de efeitos humanos nas questões biosféricas perpetradas por toda uma humanidade que agiria em forma homogênea no planeta, escondendo assim padrões históricos, políticos, ambientais e sociais entre as mais diversas culturas do planeta. Como no Antropoceno, a dualidade epistêmica cartesiana é agudizada, as consequências sociais e ambientais não são diferenciadas e todos os efeitos humanos são contados de forma simples e quase harmônica, como se fosse um consenso sem contradições (Moore, 2022). Cantor (2019, p. 348) enfatiza esta armadilha ideológica do Antropoceno:

Utilizar el término de Antropoceno tiene varios objetivos, entre ellos eludir responsabilidades y generar una culpabilización colectiva, para camuflar al capitalismo. Se pretende, simplemente, “deshistorizar, universalizar, eternizar y naturalizar un modo de producción que es específico para un determinado lugar y tiempo constituye la clásica estrategia de legitimación ideológica”.

Parece que há uma cegueira ideológica por parte de grandes estudiosos e cientistas no mundo que teimam em ratificar este ser humano genérico que destrói o planeta desde que saímos das florestas e avançamos sobre savanas em África e quase nunca citam ou enfatizam as forças do capital e seu modo de produção ecocida como determinante para as hecatombes

ecológico-culturais que continuam ocorrendo no planeta, principalmente nos territórios dos países mais pobres ou em desenvolvimento. Esta hecatombe começou com o capitalismo europeu séculos atrás e levou a uma ecologia-mundo ecocida, epistemicida e genocida (Cantor, 2019) e hoje a emergência climática o coloca quase como um angloceno, porque os países anglófonos são os maiores responsáveis na história pelo declínio climático planetário (Bonneuil; Fressoz, 2024).

As distinções entre os seres humanos e as culturas produzem diferenciações latentes dentro das sociedades, como ideias de classe, gênero e epistemologias distintas frente ao mundo natural biofísico. Todo este aparato histórico da espécie humana fica escamoteado dentro do dualismo cartesiano sociedade e natureza (Hutchison, 2000; Moore, 2017; Porto-Gonçalves, 2020). Há uma constante naturalização das desigualdades no Antropoceno para se esconder também as catástrofes genocidas e epistemicidas orquestradas pelo modo de vida europeu, principalmente em relação aos setores energéticos do petróleo, do carvão e do gás (Porto-Gonçalves, 2020; Bonneuil; Fressoz, 2024).

Há um desprezo e uma cegueira racial na ideia de Antropoceno porque o colonialismo e o imperialismo, enquanto modo de vida europeu de habitar o mundo, não conseguem distinguir adequadamente estas assinaturas coloniais quando os europeus dominaram os mares e adentraram territórios de outros continentes. Ao idealizar um Antropoceno generalista, escondem-se os genocídios e ecocídios raciais (Foster; Clark, 2006; Yusoff, 2018; Murphy; Schroering, 2020; Peres, 2021; Dias, 2022), que aparecem nos recortes históricos e cicatrizes nos solos, nas águas, nos ecossistemas, nas culturas subjugadas.

A extração tanto de terras, como de pessoas que foram desterritorializadas de forma violenta de seus lugares de origem, está internalizada na ideia de um Antropoceno que apenas descreve os acontecimentos terrenos de maneira acrítica e apolítica, quando na verdade, tudo possui uma razão geológica europeia e branca em sua essência (Yusoff, 2018). Estas políticas coloniais implementaram ecologias que não existiam na América, Ásia, África e Oceania e construíram mundos coloniais que destruíram os mundos de várias espécies de animais e plantas, além de culturas e etnias com suas maneiras únicas de habitar o mundo.

É uma história despolitizante e que agrada aos destruidores do planeta. A escravidão e o colonialismo reforçaram os problemas de uma ecologia-mundo maléfica para a maior parte da humanidade (Vergès, 2017; Ramos; Campiño, 2020). Porto-Gonçalves (2006, p. 75) escreve um pequeno trecho que corrobora estes argumentos: “Ora, se isto é verdadeiro, não são os homens enquanto categoria genérica que estão destruindo a natureza, mas sim o homem sob determinadas formas de organização social, no seio de uma cultura”.

Estes tipos de argumentos do Antropoceno são tão confortáveis que até mesmo a nata do capitalismo liberal abraça essa ideia (Cantor, 2019) porque responsabiliza a todos de forma igualitária e sem distinções sociais, políticas, culturais, econômicas ou ecológicas. Por isso, a ideia de Capitaloceno seria mais apropriada por situar o capitalismo como uma evolução gradual do capitalismo de guerra, que construiu as bases para o capitalismo industrial e que hoje é chamado de capitalismo financeiro. Dentro deste recorte histórico, povos inteiros e suas línguas, assim como seus biomas e ecossistemas, foram arrasados para se tornarem ora mercadorias, ora inimigos da expansão do capital (Moore, 2017; Cantor, 2019; Serratos, 2021; Machado, 2022).

As mudanças climáticas também possuem efeitos diferentes entre as variadas populações no mundo por conta da desigualdade entre as classes sociais, países, etnias ou disponibilidade de seus meios de vida. O Antropoceno se baseia em dois debates públicos hegemônicos: um catastrofista, onde toda a humanidade sucumbirá ao apocalipse ambiental, e outro tecnológico, onde cientistas resolveram todos os males do planeta realizados pelos próprios seres humanos (Vergès, 2017). Ambos são estratégias ideológicas que continuam a culpar a todos indistintamente, colocando o sistema econômico capitalista de fora da engenharia discursiva.

A natureza é dominada e ocupada por lógicas materiais em busca do lucro, como realizado e visualizado nas paisagens coloniais de hoje, fragmentadas pela escravização de povos e etnias inteiras, não apenas de seus corpos e culturas, mas também de todo o mundo biofísico natural onde ele está inserido. O Capitalismo não pode apenas ser reduzido ao viés econômico, pois ele também deve ser visto por sua natureza política, produtivista, racionalista e ambiental (Smith, 2009; Moore, 2017; Machado, 2022). Smith (2009, p. 2) diz:

O capitalismo verde pode ser considerado como um meio de suavizar os impactos ambientais da exploração capitalista da natureza, ou simplesmente criticado como verniz ambiental para exploração sustentada, mas qualquer que seja a verdade dessas proposições, o significado de capitalismo verde é muito mais profundo. Tornou-se nada menos que uma estratégia para mercadorização ecológica, mercadificação e financeirização que radicalmente intensifica e aprofunda a penetração da natureza pelo capital.

Assim, as falácias do Antropoceno podem ser melhor entendidas através do período que chamam de intercâmbio cultural e biológico (Crosby, 2011), onde plantas, animais e pessoas foram levadas a mundos antes desconhecidos. A ideia de troca, quando não politizada pelo Antropoceno, esconde a violência colonial das expulsões dos nativos de suas terras, a

escravização forçada nas plantações coloniais, indústrias e minas, a violação sexual, a fome e o inferno proporcionado pelos vírus e bactérias mortais levadas a outros continentes pelos europeus. Yusoff (2018) diz que o resultado disto é a mutilação da terra, da personalidade, da espiritualidade, da sexualidade e da criatividade destes povos. Yusoff (2018, p. 69) enfatiza isso: “The Anthropocene is a project initiated and executed through anti-Blackness and inhuman subjective modes, from 1492 to the present, and it cannot have any resolution through individuated liberal modes of subjectivity and subjugation. In short, that world must end for another relation to the earth to begin”.

2.2.6 O Capitaloceno e a destruição do mundo pelo capital

O conceito de Capitaloceno vem sendo discutido e ampliado nos últimos anos, embora sua popularidade ainda esteja longe do conceito Antropoceno. Segundo Moore (2022), o conceito foi formulado no ano de 2011 por David Ruccio. Hoje, está muito associado ao geógrafo Jason W. Moore (2017; 2018; 2022) e começa a ser introjetado por cada vez mais pesquisadores como Iglesia-Ríos (2019), Cantor (2019), Aráoz (2020), Serratos (2021), Machado (2022), Da Silva, Machado e Vilani (2023) e Davia (2023). Capitaloceno é uma maneira de organização da natureza (Moore, 2015) que vem sendo construída desde que as relações de comércio entre potências coloniais europeias partiram em busca de novos territórios para acumulação de mais capital durante a Era das Navegações e posterior controle dos oceanos e mares.

As origens do Capitaloceno já existiam no feudalismo e na invenção da ideia de novo mundo proposta por Moore (2018), pois invenções como o carvão e o motor a vapor não foram tão determinantes para as crises ambientais (Haraway, 2022) como contam os ideólogos do Antropoceno. Porém, foi a partir do século XVI que o novo sistema se sedimentou na busca constante de novas terras para apropriação de novas fontes de natureza barata. Haraway (2022, p. 93) comenta sobre este momento: “A remoção de povos, micróbios, plantas e animais; a destruição de vastas florestas, e a mineração violenta precederam o motor a vapor; mas isso não é uma autorização para se lamentar impotentemente sobre a maldade do *Anthropos*, ou do Homem-Espécie, ou do Homem-Caçador”. Após 1450, ocorre uma virada na relação entre natureza e sociedade na Era do Capital, o maior divisor de águas da humanidade desde o surgimento da agricultura e das primeiras cidades (Moore, 2015).

O imperialismo e o colonialismo desumanizam povos inteiros para melhor se apropriarem de suas riquezas naturais e culturais, além de força de trabalho, como foi com a escravidão (Cantor, 2019; Ramos; Campiño, 2020; Peres, 2021; Davia, 2023). A natureza como objeto histórico ativo é uma tese importante vista pelo campo da História Ambiental, já

que as chamadas naturezas extra-humanas do mundo biofísico também são capazes de realizar mudanças históricas (Svampa, 2019; Bonneuil; Fressoz, 2024). Moore (2018, p. 13) diz como isso acontece: “A vida na era capitalista se rebela contra estas reduções e simplificações. As ervas daninhas evoluem. Os cavalos se recusam a trabalhar. Os vírus sofrem mutações. Em outras palavras, naturezas extra-humanas recusam ativamente a sua designação como natureza”.

Serratos (2021) diz que as bases para uma verdadeira Era do Capital foram iniciadas entre os anos de 1450 e 1640 e, neste tempo, foi organizado o marco zero do capital, ou seja, um novo modelo de organização da natureza (Moore, 2017). Foster (1999) explica que a origem das crises ecológicas a partir da Revolução Industrial, esconde históricas ecológicas das sociedades humanas em tempos mais antigos, como a ascensão do capitalismo a partir do comércio europeu dos séculos XV e XVI. As crises ambientais planetárias atuais possuem raízes históricas já nestes séculos e são reafirmadas no tempo atual dentro da modernidade (Hutchison, 2000; De Oliveira *et al.*, 2021). Machado (2019, p. 81) discorre sobre:

1) não existem novos territórios para colonizar ou para integrar na economia mundial; 2) a atividade humana movida pelo ideário neoliberal tem atualmente funestas consequências ambientais globais; 3) as armas de destruição em massa ameaçam provocar a destruição global; 4) a economia e os sistemas de comunicações estão organizados a um nível global; 5) a reflexividade global está a desenvolver-se: um crescente número de pessoas (particularmente aqueles que habitam em cidades cosmopolitas e exercem profissões pós-industriais tem como referencial das suas crenças e ações o globo – não a comunidade local ou o estado-nação; 6) as novas formas de resistência de grupos que recusam a universalidade dos valores ocidentais têm vindo a tornar-se cada vez mais significativas (o novo regime teocrático-militar-fundamentalista da extrema direita brasileiro caminha nessa direção).

McBrien (2022) e Aráoz (2020) enfatizam que devemos entender o Capitaloceno pela ideia de um Necroceno, ou construção de uma ecologia-mundo da morte. Este Necroceno passou por quatro estágios principais dentro da Era do Capital: i) o intercâmbio biocultural que ocorreu após as grandes navegações, ou seja, os porões dos navios negreiros descritos por Ferdinand (2022); ii) a reorganização do capital como uma outra ecologia-mundo centrada no gerenciamento científico e extração de combustíveis fósseis; iii) as bombas nucleares e o perigo das grandes extinções biológicas e iv) a aceitação do fim do mundo com o domínio das ideias neoliberais e novas formas de acumulação capitalista sobre territórios ainda não incorporados. Dentro deste contexto, as estratégias capitalistas para sanar ou mitigar seus efeitos são uma farsa para se continuar a exploração da Terra.

Pior ainda, as nações mais ricas que continuam com a rapinagem colonial dos países mais pobres, ricos em atrativos naturais cobiçados pelo capital, são constantemente ameaçadas dentro da Era do Capital caso ensejem algum tipo de autonomia ecológica em seus próprios territórios que supostamente são soberanos. A indústria da guerra que necessita de

minerais essenciais como o Coltan da República Democrática do Congo e o Lítio da Bolívia são exemplos atuais do velho imperialismo ecológico (Crosby, 2011), agora do século XXI. Marcuse (2018, p. 192) comenta a respeito:

Eles incluem o crescimento constante do orçamento militar à custa do bem-estar social, a proliferação de instalações nucleares, o envenenamento e poluição gerais de nosso ambiente de vida, a subordinação escancarada dos direitos humanos aos requerimentos da estratégia global, e a ameaça de guerra em caso de uma contestação a essa estratégia.

Este Necroceno pode ser visualizado nas corriqueiras guerras ambientais que ocorrem em muitas regiões do planeta. O aquecimento global potencializado pelas forças do capital desestabiliza o clima mundial, aumentando a incidência de secas, enchentes, furacões e tornados que provocam o deslocamento forçado de milhares de pessoas em busca de lugares ainda não destruídos para subsistir ou tentar sobreviver. Aumenta-se a pobreza e, com ela a destruição dos solos, das florestas, a deterioração da água, a extinção de espécies de animais e plantas, a fome (Cantor, 2019; Brand; Wissen, 2021). Aquecimento global, guerras por recursos naturais cada vez mais escassos por conta do esgotamento imposto pelos agentes do capital e a miséria da maior parte da humanidade estão interligados no Necroceno Capitalista que sempre impactará mais os pobres e tem efeitos de classe nas sociedades. Cantor (2019, p. 334) comenta sobre o assunto em relação aos furacões nos Estados Unidos:

Por estas circunstancias, puede hablarse de huracanes de clase, de la misma forma en que hay terremotos de clase, sequías de clase, incendios de clase... El apelativo no es artificial, sino que responde claramente a un comportamiento y a unas consecuencias que están marcadas por la pertenencia de clase y por los intereses de clase. A los ricos y habitantes de la clase media lo que les importa es huir, como para negarse a sentir en carne propia la consecuencia de sus actos y de su modo de vida, y a los pobres les resta esperar en el corazón de la tormenta, encomendándose a sus dioses y santos para ver si en esta ocasión salen vivos, porque el Estado ha abandonado cualquier acción de protección y de solidaridad, en la medida en que solo actúa para garantizar la propiedad y los intereses del capital.

Segundo Moore (2022), os argumentos do Capitaloceno estão centrados em três ideias principais que o Antropoceno ignora: a história do capitalismo é uma relação homogênea entre capital, poder e natureza. As raízes do capitalismo não supõem apenas a instituição e avanços dos chamados combustíveis fósseis e sua origem não foi iniciada na Inglaterra, durante a primeira Revolução Industrial. Moore (2022, p. 134) diz que narrar a história do Antropoceno é relativamente fácil porque: “Ele não desafia as desigualdades, a alienação e a violência naturalizadas, inscritas nas relações estratégicas da modernidade de poder e produção”. Assim, o Antropoceno tira de cena a desigualdade, a mercantilização da natureza e dos povos do planeta, o imperialismo, o patriarcado, o colonialismo e outras contradições da Era do Capital, ao transformar todos os seres humanos em potenciais ecocidas sem contextualizações

históricas apropriadas (Cantor, 2019; Bonneuil; Fressoz, 2024).

Quais são estas características principais e argumentos do Capitaloceno? Cantor (2019) diz o seguinte: i) a acumulação capitalista não tem um fim em si mesmo e deverá sempre crescer de forma exponencial; ii) a expansão capitalista não possui fronteiras e ultrapassa a soberania dos estados; iii) a obtenção do lucro sempre deverá seguir o curto prazo, não respeitando os limites da natureza; iv) as forças produtivas-destrutivas devem crescer de forma constante; v) são construídos valores e ideologias que exacerbam a ganância e o individualismo, assim como a naturalização das opressões e exploração da natureza e do ser humano; vi) a criação desenfreada do consumo e demandas artificiais em mercadorias muitas vezes danosas ao planeta e ao próprio ser humano. Assim, é um sistema fadado à insustentabilidade (Serratos, 2021).

Este capitalismo histórico seria uma ecologia mundial baseada no poder, capital e natureza que sufoca os povos pobres e destrói a natureza ao nível global (Moore, 2022). Dentro destas perspectivas analíticas, toda a imensa diversidade cultural humana se transforma em uma humanidade indiferenciada e autodestrutiva, mesmo com todas as variantes culturais, sociológicas, econômicas e políticas que existem entre os povos, países e nações do globo (Moore, 2018; Ramos; Campiño, 2020). As pegadas ecológicas provam que a maior culpa continua com os países centrais e mais desenvolvidos (Cantor, 2019). Tavares (2022, p. 75) fala sobre o assunto: “Na medida em que a pegada ecológica das nações do hemisfério sul se manteve, apesar do aumento significativo de sua população, a pegada ecológica das nações do hemisfério norte cresceu significativamente, mesmo levando em conta o decréscimo de sua população”.

A pegada ecológica dos países mais ricos, como os Estados Unidos, é um dos mais fortes parâmetros de medição das atividades econômicas da Era do Capital, porque estas nações continuam os seus projetos de dominação e espoliação dos países mais pobres para continuarem seus modelos de vida predatórios da natureza. Todos os efeitos nefastos desta acumulação desenfreada de capital com a privatização da natureza e cultura dos países mais pobres são incentivados e amplificados por modelos econômicos neoliberais que aumentam a barbárie capitalista ao redor do mundo e fazem a maior parte da humanidade apenas existir e sobreviver (Cantor; 2019; Iglesias-Ríos, 2019). McBrien (2022, p. 189) fala sobre as características do capitalismo: “O rastro do capitalismo é a desapareição das espécies, das línguas, das culturas e dos povos. Ele busca a obsolescência programada de toda a vida. A extinção jazz no cerne da acumulação capitalista”.

Trazendo os dados de riqueza mundial, a situação se torna ainda mais trágica porque os quase 9% de ricos e super ricos dentro das nações do mundo conseguem ficar com

aproximadamente 84% de toda a riqueza mundial. O restante da humanidade fica com o que os super ricos deixam cair de suas mesas opulentas com os escombros da hecatombe ecológica que as atividades econômicas capitalistas realizam no planeta inteiro (Marques, 2018). Diante deste quadro, é urgente que a camada mais progressista da humanidade entenda que uma agenda ecológica e a agenda política são faces da mesma moeda. Assim, é possível resistir na Era do Capital e buscar outros mundos possíveis.

A face da destruição ambiental mundial está ligada a um modo de vida imperial colonialista, onde os países ricos continuam sua lógica da pilhagem da natureza e dos povos mediante modelos ecológicos, econômicos e políticos hierárquicos (Brand; Wissen, 2021). A hierarquização proporcionada pelo modo de vida europeu dos países do norte global faz com que o resto do mundo seja relegado aos ditames das populações e empresas destas nações mais poderosas que tornam o mundo um apêndice deste norte global. Este capitalismo europeu transformou as paisagens do planeta em décadas, não em séculos como as sociedades anteriores (Moore, 2015). Estas paisagens tornam-se uma grande fazenda global dominada por sistemas de plantação e criação de animais que relegam ao planeta inteiro uma exploração em níveis jamais vistos em épocas anteriores, a qual o Coronavírus foi um sintoma incontestado deste domínio colonial (Aráoz, 2020). Aráoz (2020, p. 11) assim define este momento tenebroso:

Em resumo, à frente da Fazenda não há um/uma agricultor/a, mas um predador. Esse é o grande problema desse modelo civilizatório. A raiz-ecológica, econômica e política - de nossos males e a tragédia do presente. O regime de plantio é a matriz da necroeconomia do capital; uma economia concebida e praticada como economia de guerra; uma guerra de conquista e exploração de energias vitais para a valorização abstrata.

A dívida ecológica das grandes empresas, nações, milionários e instituições destruidoras da natureza, dos povos e da vida no planeta é escamoteada na ideia de Antropoceno, que constrói uma narrativa que agrada aos agentes do capital destruidores do mundo. As alterações humanas dentro da Era do Capital não encontram paralelo em nenhuma outra época histórica anterior porque os motivos do desaparecimento de espécies de plantas e animais foram localizados e não tinham os motivos de acumulação de lucro e poder na escala atual (Foster; Clark, 2006; Cantor, 2019). Cantor (2019, p. 11) argumenta sobre o assunto nas questões climáticas:

En tal marco"ya no se plantea la cuestión de cambiar las relaciones sociales; el combate para la estabilización del clima se vuelve esencialmente una cuestión personal de ética, moderación, humildad, e incluso ascetismo. Clases, desigualdades sociales, lobbies capitalistas y estructuras de poder desaparecen de la escena como por encanto, en beneficio de una culpabilización del individuo".

O Capitalismo, enquanto sistema político e econômico, não encontra paralelo no funcionamento da natureza porque, ao contrário do que os preceitos do capital dizem, a natureza é muito mais cooperativa do que competitiva (Iglesia-Ríos, 2019). Entender as mudanças ambientais e crises ecológicas dentro do conceito de Capitaloceno significa mostrar que as forças dos agentes do capital não são de todos, porque apenas uma pequena porção de países, empresas e indivíduos detém o poder político e econômico. Além disso, as crises ecológicas atuais não são da natureza, mas da sociedade capitalista (Foster, 1999; Peres, 2021). Iglesia-Ríos (2019, p. 268) fala sobre estes efeitos do Capitaloceno:

O Capitaloceno se caracteriza pelas elevadas taxas de crescimento de refugiados de todas as espécies. Hoje existem 75 milhões de seres humanos que se enquadram na definição de refugiados de alguma guerra; o dramático é que esses seres humanos não encontram refúgio e morrem afogados, morrem de fome, mas a maioria morre de desesperança. Quantos seres humanos perderam seus empregos, empregos que não mais encontrarão? Estes também perderam seus refúgios. Quantos insetos ou quantas bactérias perderam seus refúgios?

O Capitaloceno é dominado por um economicismo que transforma a todos em consumidores de mercadorias a partir de ideologias liberais e por um estilo de vida imposto pela violência a maior parte da população do planeta (Dias, 2022; McBrien, 2022; Machado, 2022; Bonneuil; Fressoz, 2024). Tudo isto, está alicerçado em um modo de vida cartesiano, que separa natureza e cultura continuamente para eliminar outros modos de habitar o mundo e se relacionar com a natureza. Porto-Gonçalves (2006, p. 116) diz que: “Separar o homem da natureza é, portanto, uma forma de subordiná-los ao capital”. Este economicismo é liberal, porque ao colocar a culpa nos indivíduos, todas as crises que ocorrem na Era do Capital são sanadas por mais exploração da natureza e das pessoas pobres, na tentativa desesperada de diminuir a queda na taxa de lucros (Cantor, 2019).

Estas crises não são pontuais, como os donos do capital ratificam através de seus conglomerados midiáticos que dominam os espaços públicos e privados das nações, mas uma crise sistêmica e civilizatória que não consegue mais se esconder dentro de suas contradições (acumulação infinita, busca de lucro incessante, mercantilização das pessoas e da natureza). São crises que colocam o planeta em risco para a maior parte da humanidade e das espécies que convivem conosco. Estes limites do mundo natural derivam de nossa dependência de processos termodinâmicos e fisiológicos, da finitude dos “recursos naturais” e da capacidade limitada da natureza de restaurar ecossistemas e biomas severamente degradados (Cantor, 2019).

Analisar as questões ecológicas locais, regionais ou globais apenas pelas óticas ambientais é um erro porque as mesmas forças do capital destruidoras dos solos, florestas,

rios, mares, montanhas, espécies de plantas e animais são também as forças que produzem a pobreza e a miséria das grandes cidades, as crises migratórias, a falta de saneamento básico, a fome de expressivo número da população humana. As crises ecológicas e sociais são face da mesma moeda (Cantor, 2019). Um exemplo é o papel das grandes empresas mundiais, onde apenas 90 delas são responsáveis pelas crises climáticas que assolam o mundo cada vez mais e cujos efeitos são catastróficos (Toledo, 2019).

Marques (2018) argumenta que um exemplo dos efeitos perniciosos da Era do Capital é visto em ecossistemas tropicais pelas empresas petrolíferas, um dos setores econômicos mais mortíferos do planeta. Em nações como a Nigéria, país que teve o azar de deter grandes reservas do chamado ouro negro, as multinacionais do setor provocam constantes etnocídios e ecocídios ao destruírem os biomas do país e implementarem ditaduras brutais contra o povo nigeriano e contra qualquer força de resistência aos descabridos que estas companhias fazem no país. Marques (2018, p. 220) fala a respeito: “As corporações de petróleo apenas continuam o que o tráfico transatlântico e o colonialismo inglês fizeram conosco no passado”.

Grandes empresas e multinacionais mundiais se revestem de verde para parecerem mais palatáveis ao mercado, enquanto vultosas quantias são gastas para propagandas de suas marcas, onde atribui-se políticas ambientais e ecológicas que elas nunca tiveram no planeta. Enquanto continuam explorando e destruindo terras de povos tradicionais mundo afora, de pobres nas cidades e vilas, eliminando biomas e ecossistemas. A ideia de um capitalismo verde sempre foi mais uma estratégia de domínio mundial para que estas empresas não sejam punidas por seus crimes como poluição, assassinatos e corrupção de governos (Toledo, 2019; Brand; Wissen, 2021). Toledo (2019, p. 19) comenta sobre o assunto: “El mundo se ha convertido en un casino; y su devenir, en guerra despiadada entre el capital y el estado de un lado, y la humanidad y la naturaleza del otro”.

Este capitalismo verde é idealizado segundo Moore (2015) em três ideias básicas para a humanidade que podemos ver no Antropoceno: i) Um reducionismo da humanidade inteira a algo homogêneo; ii) As relações políticas e sociais entendidas apenas como relações de mercado e iii) natureza e mercado são entendidos como ideias fora do ser humano, onde nós não faríamos parte indelével dos grandes sistemas físicos naturais do planeta enquanto espécie na grande teia da vida. Esta ideia vai ao encontro do entendimento do capital como uma ecologia-mundo centralizada em poder, capital e natureza (Moore, 2018).

Moore (2017) argumenta três fatores principais para as ideias de natureza, trabalho e capital: as forças de produção não são apenas a maquinaria, mas também os trabalhos intelectuais de busca, mapeamento e levantamento de onde está a matéria-prima; as diferentes

formas de tecnologias devem estar relacionadas dentro das técnicas do capital e o uso contínuo do trabalho sem remuneração da natureza em relação à força de trabalho. Tudo isto não pode ir em frente, caso não haja mais naturezas humanas e extra-humanas para exploração. Por isso, a busca constante de outros territórios e comunidades humanas para espoliação (Harvey, 2011; Porto-Gonçalves, 2020; Smith, 2009). É necessário resolver a falsa dicotomia natureza e trabalho, porque ambos estão intrinsecamente ligados na teia da vida (Moore, 2018). Iglesias-Ríos (2019, p. 33) fala sobre: “No sistema econômico capitalista, o ser humano é tratado como um indivíduo separado de sua comunidade; por essa razão, o ser humano é reificado, vira uma coisa, uma mercadoria”.

O surgimento de uma ideia de natureza barata se relaciona com a construção de uma dualidade entre ser humano e natureza que não existia na cultura de inúmeros povos dominados pela invasão europeia de seus territórios há mais de 500 anos em Ásia, África, América e Oceania. Transformando povos e natureza em mercadoria, toda a ampla diversidade de animais, plantas, culturas e paisagens ficam à mercê da expansão capitalista para acumulação infinita de capital. Existiria então uma ecologia-mundo, não uma análise de economia-mundo porque essa ecologia-mundo pode ser analisada sobre três processos principais: Acumulação primitiva, a proletarianização nunca foi puramente econômica e o regime historicista capitalista foi centrado em uma visão alienante e dualista da realidade (Peres, 2021; Moore, 2022; Da Silva; Machado; Vilani, 2023). Moore (2022, p. 149) explica um pouco:

Sejamos claros sobre a distinção entre a natureza e Natureza: a maioria dos humanos fazia parte da Natureza: a maioria dos humanos fazia parte da Natureza, e essa designação funcionava de acordo com as novas divisões do trabalho. Um escravizado africano não era parte da sociedade na nova ordem capitalista, mas parte da Natureza- adicionando uma nuance pós-cartesiana à caracterização da escravidão como “morte social”.

A busca acelerada por comida, trabalho, energia e matérias-primas são as quatro naturezas-baratas impostas pelo colonialismo em pleno funcionamento na Era do Capitaloceno (Moore, 2017). As origens deste sistema são importantes para desvendarmos o funcionamento dele, além de entender as crises ambientais planetárias que mostram o quão incompatível é este sistema para a sobrevivência do planeta e da própria espécie humana, principalmente relacionado às formas de produção e consumo vigentes (Hutchison, 2000; Wallis, 2009; Altvater, 2014; Brand; Wissen, 2021; Machado, 2022). O Capitalismo é uma força geológica global comparável a um meteoro destruidor e causador de extinções em massa, como a que ocorreu no final do Cretáceo (Cantor, 2019). Löwy (2014, p. 66) comenta sobre esta força:

A crise ecológica, ao ameaçar o equilíbrio natural do meio ambiente, põe em perigo não apenas a fauna e a flora, mas também, e sobretudo, a saúde, as condições de vida, a própria sobrevivência da nossa espécie. Portanto, não há necessidade alguma de ir guerrear contra o humanismo ou o antropocentrismo para ver na defesa da biodiversidade ou das espécies animais em vias de extinção uma exigência ética e política.

As ideias do Capitaloceno em relação ao planeta promovem um barateamento duplo: na redução dos custos de produção e outro barateamento para a diminuição e não sacralização de povos, animais e plantas para transformar todos em “naturezas baratas” (Altvater, 2014; Moore, 2018). Como escapar deste modo de vida imperial? É necessária a eliminação das bases que o sustentam frente ao dualismo sociedade e natureza (Acosta; Brand, 2019; Brand; Wissen, 2021; Serratos, 2021; Da Silva; Machado; Vilani, 2023). Esse modo de vida europeu promoveu uma tragédia demográfica no continente americano, onde perto de 90% das populações ameríndias foram exterminadas com seus saberes e maneiras de se conectar com a natureza (Marques; Rocha, 2022). Leite (1998, p. 143) mostra a tragédia ambiental da ocupação do pontal do Paranapanema sobre a fauna da Mata Atlântica, sendo mais um crime do Capitaloceno:

Enquanto duravam as discussões e evasivas na assembleia, os donos de posses no Pontal jamais deixaram de retirar madeira das florestas e de desmatar. Assim, desde o mês de agosto, quando a seca atinge seu auge no oeste do estado, grandes queimadas foram provocadas destruindo centenas de alqueires de matas. Pássaros e animais que tentavam escapar ao fogo são mortos pelos peões nas bordas das matas. A pauladas, dezenas de porcos-do-mato são abatidos. Em se tratando de início de época de acasalamento entre as espécies, milhares de ninhos de aves são queimados e muitas fêmeas de antas, catetos e veados trazem filhotes no ventre. Macacos, quatis e cachorros-do-mato, em desespero, lançam-se às águas do Paraná e Paranapanema sendo arrastados pela correnteza.

Diante deste quadro, pode-se atentar que o Capitaloceno é um conceito estabelecido que propõe três componentes principais em sua essência epistemológica: Natureza-Barata (Mão-de-obra escrava, energia, produção de monoculturas e recursos naturais), pensamento dualista cartesiano e as inovações tecnológicas (Moore, 2015; Serratos, 2021). A Mata Atlântica brasileira foi uma grande floresta descaracterizada pela Era do Capital, que passou por todos estes componentes descritos. Dentro do bioma, as atividades econômicas capitalistas promoveram cultivos de monoculturas com mão-de-obra escrava e indígena, suas espécies vegetais foram retiradas para coleta de lenha e madeira-de-lei, suas espécies de animais foram caçadas até a exaustão, suas montanhas foram devastadas pela mineração e seus rios utilizados para manter todo este aparato colonial em funcionamento.

Os críticos dizem que, ao falar em Capitaloceno, esconde-se a culpa dos desastres ecológicos que ocorreram nas nações que estiveram sob o modo econômico socialista

(Bonneuil; Fressoz, 2024). Tal argumento é equivocado porque o Capitalismo é hegemônico no mundo atual. Este pensamento corrobora com negacionistas que ajudam no surgimento de líderes políticos que negam os efeitos do capitalismo sobre a destruição da natureza (Svampa, 2019). Serratos (2021) diz que este tipo de negacionismo esconde questões como as de que a Rússia e a China capitalista são muito mais perigosas para a natureza do que foram na época socialista. Para Löwy (2014, p. 75) é necessária uma mudança estrutural profunda da ecologia mundial: “Se a mudança das formas de propriedade não for seguida por uma gestão democrática e uma reorganização ecológica do sistema de produção, tudo isso levará a um impasse”.

Este sistema do Capital foi iniciado em terras africanas (Ilha da Madeira) e proporcionou a incorporação de territórios comunais, como ocorreu na Europa, formas privadas de apropriação da Terra que destroem biomas inteiros (Dean, 1996; Moore, 2017). A destruição dos biomas e o flagelo da escravidão foram duas máculas do colonialismo perpetrado pelo capital na Era do Capitaloceno em terras ao redor do mundo. Esta destruição foi agudizada pela Revolução Verde (nova forma colonial de exploração capitalista do campo), que transformou os cultivos agrícolas em mercadoria global para possuir como foco a busca do lucro em detrimento da alimentação da população do planeta (Foster, 1999; Harvey, 2011; Moore, 2015; Serratos, 2021; Bonneuil; Fressoz, 2024). Quando os povos reclamam da exploração e destruição de suas terras, ocorre, segundo Iglesias-Ríos (2019, p. 288), o seguinte:

Só um marciano crédulo pode descrever o público como último responsável pela destruição ambiental causada por essas empresas. Há dezenas de países que ainda têm florestas tropicais. No geral, são países com população pobre e governos corruptos. As madeireiras chegam a esses países, devastam as florestas e, quando a população local tenta parar a devastação, essas empresas com sedes em países desenvolvidos chamam a polícia local ou mesmo o exército, que prendem e matam o chamado público.

As florestas americanas foram as primeiras a serem dizimadas durante a época de ouro das expansões coloniais europeias. Todo o modelo destruidor foi importado para as colônias do novo mundo, África, Ásia e Oceania (Dorst, 1973; Moore, 2017), onde os negros, pobres e despossuídos globais se tornam um peso morto para o sistema colonial capitalista ainda em vigência (Vergès, 2017). Também vale ressaltar que a capacidade bioprodutiva do planeta não está conseguindo mais atender à demanda global dos mais ricos (Serratos, 2021), que frequentemente recorrem ao uso da força para atender às suas demandas sobre matérias-primas escassamente localizadas no planeta. Assim comenta Harvey, 2011, p. 154):

Quase monopólios sobre a oferta devido a condicionalismos geográficos tiveram um grande impacto na dinâmica da acumulação do capital ao longo da história, levando as grandes potências a tentar garantir o abastecimento estratégico de matérias-primas por meios militares, se necessário.

Estes sinais da destruição imposta pela Era do Capital são flagrantes ao redor do mundo e continuam hoje. As atividades econômicas que se intensificaram após a Segunda Guerra Mundial colocaram o mundo em uma espécie de espiral destruidora que vem engolindo tudo ao redor, mas da qual apenas alguns conseguem escapar. Machado (2019) diz, como exemplo, que no intervalo de 50 anos apenas, o Brasil tenha perdido 50 bilhões de árvores de todos os seus biomas. Fato que foi agravado pelo governo de Jair Bolsonaro, um governo ecocida que fez jus ao epíteto. Esses genocídios mais modernos são radicalizados por uma lógica imperial que exterminou 90% das populações nativas apenas no continente americano (algo em torno de 54,6 milhões de pessoas) com guerras, doenças, invasão de terras e fome. Foi o maior genocídio da história da humanidade (Peres, 2021). Aqui, foi iniciado o Capitaloceno (Moore, 2017; Bonneuil; Fressoz, 2024).

A matança da fauna e a extinção de espécies de mamíferos, aves, anfíbios, peixes e insetos são ecocídios diários que eliminam espécies únicas construídas pela história ecológica natural do planeta, eliminadas pela busca de mais capital (Aráoz, 2010; Dias, 2022). Os grandes predadores (ursos, leões, tigres, tubarões e orcas), os primatas, os peixes de valor comercial e até as abelhas essenciais para a agricultura humana estão com suas populações cada vez mais depauperadas. Marques (2018) mostra o exemplo da eliminação dos rinocerontes africanos e asiáticos que resistiram às eras glaciais, mas não conseguem sobreviver na Era do Capital, assim como os elefantes que perderam quase 98% de suas populações em África, onde foram de 20 milhões de indivíduos no ano de 1800 para menos de 300 mil hoje.

A situação dos oceanos e mares não é muito diferente dentro da Era do Capital, porque todos estão superexplorados e repletos de altos níveis dos diversos tipos de poluentes. Um caso sintomático é a questão dos plásticos que já representam milhares de hectares dentro destes corpos hídricos. Também vale ressaltar a quantidade deste e de outros materiais que os países ricos enviam para nações mais pobres, sendo mais uma característica colonial do Capitalismo (Cantor, 2013; Serratos, 2021). Serratos (2021, p. 230) fala sobre os verdadeiros culpados no trecho abaixo:

A devastação atual do planeta não é o resultado de atividades empreendidas por toda a espécie Homo Sapiens: pelo contrário, deriva de um pequeno grupo de humanos com um poder sustentado pelas injustiças da supremacia branca, o colonialismo, o patriarcado, o heterossexismo e o capacitismo. Pedimos-lhes que lutem contra esta opressão que permite e agrava a violência antropocêntrica executada contra o mundo não-humano.

A Era do Capital foi responsável pelo massacre e desaparecimento de milhares de

etnias no continente americano, além de espécies da fauna e flora. Dentro deste escopo, vale lembrar um outro tipo de extinção pouco estudado, que é a extinção de línguas pelo mundo. Segundo Cantor (2019), os agentes econômicos do capital e suas atividades irão destruir metade das 6912 línguas existentes no mundo hoje. Isso é uma tragédia sem precedentes porque, quando uma língua se vai, vai junto todo um conhecimento ancestral sobre a natureza. São epistemicídios em larga escala promovidos pelo capitalismo (Santos; Meneses, 2010; Tavares, 2022). Yusoff (2018) afirma que estes genocídios tiveram dois recortes históricos: o primeiro após a invasão inicial europeia e o segundo após o trabalho escravo e forçado nas minas e nas plantações coloniais.

O que ocorreu no Brasil entre 2019-2022 foram sistemáticos ecocídios proporcionados pelo governo federal e pelas instituições e agentes econômicos que apoiaram o aprofundamento de um capitalismo liberal avassalador sobre as terras ainda não incorporadas ao capital. Este ecocídio foi direcionado aos povos originários, quilombolas e todo grupo social vulnerável através do negacionismo e desprezo pela vida e por todas as instituições que lutam para o aprofundamento de uma democracia que atenda a todos verdadeiramente e não apenas aos mais ricos da sociedade (Machado, 2019; 2022). Machado (2022, p. 15) diz sobre:

A catástrofe ecológica em que a humanidade se encontra é a operacionalização desta visão de mundo sacrificial: a natureza vista não como um operador metafísico, mas como o sinônimo de um reservatório inesgotável de recursos colocados à disposição dos humanos para que estes os explorem como melhor lhes aprouver, ilimitadamente.

Este tipo de governo faz o papel da acumulação desenfreada do capital que enriquece poucos que controlam o poder político e financeiro às custas da apropriação da natureza, seja ela ecológica ou cultural (Acosta; Brand, 2019; Machado, 2022). O sistema do capital é um tipo de economia contra a natureza por excelência porque não liga para as suas necessidades, nem às da humanidade. Diminuir a extração das riquezas da Terra nunca será uma opção para os controladores deste sistema (Serratos, 2021). O governo Bolsonaro foi mais um triste capítulo desta acumulação desenfreada com todo o racismo e genocídio que sempre ocorreu no Brasil desde a época colonial (Missiatto *et al.*, 2021). Machado (2022, p. 306) fala a respeito:

Temos a convicção de que Bolsonaro ainda será julgado, pelo Tribunal Penal Internacional (TPI), pelos graves crimes cometidos. Há uma volumosa documentação de seus atos. Os liberais jabuticabas não aceitam a tese de genocídio para Bolsonaro porque estenderia essa modalidade de crime para todos os abusos cometidos por agentes do Estado contra populações vulneráveis. Tem-se hoje, no Brasil, genocídio claro das Polícias em relação a população negra e favelada. Há números oficiais eloquentes sobre o tema. O mesmo ocorre em relação às populações indígenas e quilombolas. Eles querem arrastar essa questão para o meio do pântano da falta de direitos.

As crises ecológicas globais provocadas na Era do Capitaloceno têm sido comparadas até mesmo às cinco grandes extinções planetárias anteriores, onde a espécie humana da qual fazemos parte ainda não caminhava na Terra (Svampa, 2019; Serratos, 2021). Estas crises vêm sendo gestadas desde que os europeus chegaram e outros territórios do mundo não foram feitos por agentes indiferenciados, mas sim pelo modo de vida europeu branco eurocêntrico (Machado, 2022). Este limiar pode ser visto como as crises climáticas, ver Serratos (2021, p. 17)

É assim que funciona a ruptura climática: não é o resultado de uma ação massiva ocorrida em um momento específico, mas é um evento construído ao longo de quase cinco séculos de história. Cortar uma árvore não altera uma floresta, mas derrubar uma floresta inteira faz com que todo um ecossistema entre em colapso. O cultivo do açúcar, que começou na costa norte do Brasil há séculos para incentivar o mercado europeu, foi apenas um passo de uma mudança mais complexa, o desmatamento da Amazônia, que continua acontecendo hoje com o cultivo de soja para alimentar bovinos que, por sua vez, são usados para alimentação humana. O Capitaloceno é um processo que, em certa medida, surgiu de uma crise e a partir dela se desenvolveu de diferentes maneiras. Cada episódio e história desta história é de uma importância radical para entender como chegamos aqui e, acima de tudo, mais importante, para onde queremos ir.

As rápidas mudanças impostas pelos europeus em busca de novos territórios para exploração organizaram trocas bioculturais que estabeleceram a construção de um mundo que não poderia existir, caso estas mesmas trocas bioculturais ocorressem de forma gradual sem a mão capitalista. Inúmeras espécies de animais e culturas humanas sucumbiram em todo o planeta através da domesticação dos oceanos na Era do Capital (Cantor, 2013; Serratos, 2021). Este tipo de domesticação da natureza está colocando em risco máximo toda a vida na Terra porque o equilíbrio ecológico-cultural existente há muito tempo entre as sociedades humanas e o que conhecemos como natureza vem sendo solapado pelas forças do capital (Machado, 2022).

Esta transformação de uma natureza sagrada para uma natureza-objeto é algo que vem ocorrendo na Era do Capital de forma intensa apenas para atender aos desejos imperiosos do capital. Tudo torna-se propriedade, assim como os seres humanos e os seres não-humanos são transformados em coisas que possuem valores construídos a partir de métodos de hierarquização (Serratos, 2021). Serratos (2021, p. 68) mostra um momento histórico da construção deste tipo de ideologia:

As implicações desta avaliação para o humano estão na questão racial e de classe social a partir do momento em que Locke realmente não se refere a humanos em geral, mas a alguns em específico: os operários, isto é, os despossuídos de terra, e os que não sabem tirar dela uma mais-valia, neste caso os povos americanos e africanos. Eles, ao serem colocados no mesmo assento de recursos naturais, são dispensáveis. Com esta ideia, Locke se apegava ao que Moore e Patel apontam para a

fundação do social e civilizador do início do colonialismo. De fato, as plantações de açúcar trabalhadas por mão escrava foram fundadas na mesma lógica lockeana, como bem disse Gilberto Freyre, em seu estudo sobre os impactos socioambientais da cana-de-açúcar no Nordeste brasileiro: "o aliado mais fiel do escravo africano no trabalho agrícola, na sua rotina diária da plantação e na indústria do açúcar, foi o boi: foram estes dois, o negro e o boi, os que fundaram a base da economia açucareira".

Após dominarem estes povos mediante tecnologias desconhecidas nestas terras, além da ajuda da fauna e flora desconhecida e patologias mortais, os europeus puderam modificar biomas e ecossistemas de tal forma que a acumulação de capital foi intensificada e agora, ameaça a vida do planeta (Dorst, 1973; Moore, 2017; 2018; Patel; Moore, 2017). Serratos (2021) sustenta que o início das análises mais complexas dos problemas ambientais começou com Humboldt, em estudos próprios no lago Valencia (Venezuela). Aqui, também o poder econômico das atividades capitalistas já mostrava o que ocorreria em vastas regiões do planeta em uma escala menor.

Serratos (2021) coloca outros exemplos atuais da apropriação de novos territórios e biomas do planeta para o mesmo modelo de produção de agricultura, como as plantações de óleo de palma que aniquilam florestas no sudeste asiático, as plantações de abacate que destroem florestas no México, assim como inúmeros projetos de mineração na América do Sul e no continente africano que ameaçam a sobrevivência de etnias inteiras, além das espécies de animais e plantas destes biomas e ecossistemas. Diante de quadros como esse, é necessário ver que existem sistemas não capitalistas e que estes servem de barreira contra o avanço do capital (Escobar, 2005).

Quais são as consequências práticas deste modelo de organização da natureza sobre o planeta ainda hoje? Exceto por poucos lugares da Terra, como os recônditos de florestas como a Amazônia e a Taiga Siberiana ou terras frias e ainda inóspitas (continente Antártico, Alasca e a Ilha da Groenlândia), 80% dos biomas da Terra tornam-se artificiais (Serratos, 2021) ou antropobiomas. Os sinais da intensificação da Era do Capital são inúmeros e continuam a ameaçar toda a vida global com os modelos de vida ecológicos que os países ricos insistem em apresentar e ainda desenvolver guerras mortais para manter este tipo de privilégio. O que ocorre com o mundo ainda não totalmente desenvolvido? Serratos (2021, p. 31) desenvolve:

Se a China emite muitos gases de efeito estufa, é simplesmente porque, com a sua indústria pantagruélica, financiada pelo capital ocidental, produz quase tudo o que é consumido na Europa, Estados Unidos e outros países desenvolvidos. Por isso, diz Jason Hickel, devemos medir as emissões geradas pelo consumo além das territoriais; ao fazer isso, o cenário muda drasticamente: os EUA são responsáveis por 40% das emissões históricas desde 1851, a União Europeia de 29% e o resto da Europa, Canadá, Japão e Austrália de 19%. América Latina, África e Oriente Médio, conclui Hickel, são responsáveis por 8% da crise dantesca climática. E, da mesma forma que há desigualdade nas emissões, também há consequências porque os países

subdesenvolvidos são golpeados com raiva por não ter os recursos ou infraestrutura para resolver inundações, ondas de calor ou falta de abastecimento de água. De acordo com Hickel, 82% dos custos totais da ruptura climática em 2010 caíram sobre o sul global em termos de secas, inundações, deslizamentos de terra, tempestades e incêndios. Até 2030, o custo aumentará para 92%, o equivalente a 954 bilhões de dólares.

Marques (2018) e Cantor (2019) apontam os muitos problemas da Era do Capitaloceno ao situar as catástrofes ambientais impostas pelo capitalismo pelo mundo em sua busca por territórios e saberes ancestrais. Estes saberes humanos ancestrais são tão privatizados quanto o meio biofísico em que comunidades inteiras vivem há centenas de anos (Cantor, 2013). Há uma verdadeira colonização de terras e pessoas (Alimonda, 2011), assim como a perpetuação de modos de vida do norte global (Missiatto *et al.*, 2021; Brand; Wissen, 2021) que são opostos aos muitos outros modos de vida que existem no mundo (Haraway, 2020; Alier, 2018).

O sistema econômico capitalista é ecocida em sua essência porque destrói biomas, ecossistemas, povos e todas as suas ontologias singulares. Toda a riqueza ecológica e cultural vira mercadoria para ser apropriada principalmente pela parcela mais rica das sociedades dos países mais ricos (Santos; Olivieri, 2017). Tal nível de apropriação dos territórios para acumulação desenfreada de capital pode ser analisado por Porto-Gonçalves (2020, p. 116) onde: “Os últimos 70 anos do pós-guerra são os 70 anos de maior devastação da natureza e expropriação de povos e comunidades camponesas de toda a história da humanidade.”

O capitalismo se tornou uma economia-mundo baseada na destruição em massa dos espaços ecológicos da Terra, para completa privatização dos territórios, mentes e corpos, como existiu desde a era da escravidão colonial. Todo este sistema necessita da transformação de tudo que vale dinheiro em “natureza barata”. A acumulação ilimitada de capital não apenas privatizou terras comunais, mas também expulsou grupos sociais inteiros, mulheres, crianças, indígenas, africanos da humanidade na totalidade (Moore, 2018; Federici, 2019), além de espécies de animais, plantas ou fungos da teia da vida. Moore (2018, p. 8) mostra isso na seguinte citação:

A simplificação, racionalização e homogeneização da vida socioecológica que ocorre por meio de múltiplos regimes de mercadorias-linha de montagem às agromonoculturas-funcionam por meio de um processo simultâneo de exploração (do trabalho remunerado) e apropriação (do trabalho não remunerado).

A Era do Capital cria um mundo à sua imagem e semelhança. Um mundo onde não há espaço para a diversidade (McBrien, 2022; Da Silva; Machado; Vilani, 2023). Um mundo onde os biomas e ecossistemas são substituídos por plantações do Necroceno e onde toda a diversidade cultural e ecológica dos povos que não são aceitos pelos agentes do capital. As

populações ameríndias e os escravos africanos são uma parte substancial de um sistema que constrói uma nova ecologia-mundo que não admite outras formas de vida ou modos de pensar diferentes daqueles comumente aceitos no Capitaloceno. Altvater (2022, p. 236) comenta sobre a Era do Capital:

O Capitaloceno alude à ideologia tanto quanto à energia, à classe e ao maquinário. No Capitaloceno, a “natureza” se transformou em um ativo do capital. Foi reduzida a algo que pode ser avaliado, trocado e utilizado, como qualquer outro ativo: capital industrial, capital humano, capital de conhecimento, crédito financeiro e assim por diante. Essa maneira ideológica de incorporar a natureza na racionalidade capitalista e em seu cálculo monetário.

Cada pico do desenvolvimento capitalista reproduz novos regimes de acumulação com trabalho não remunerado baseado na exploração de pessoas em gênero, raça e ciência (Altvater, 2014) denominados extrativismos do século XXI (Acosta; Brand, 2019; Aráoz, 2020) que possuem a mesma natureza exploradora colonial de outrora. Por isso, a busca constante de novos territórios ainda não incorporados ao grande capital (MOORE, 2018). Estratégias coloniais de concentração, como aldeamentos indígenas, por exemplo, serviam para reservar mão de obra barata para fins comerciais. Tudo isso foi realizado com outros povos não europeus ao redor do mundo (Porto-Gonçalves, 2020). Os regimes de natureza social abstrata que auxiliavam na construção de naturezas baratas tiveram expressiva ajuda com a acumulação primitiva feita a partir de conhecimentos botânicos e zoológicos (Moore, 2018) praticados por cientistas e naturalistas europeus nos espaços e territórios coloniais.

Uma das principais críticas às ideias de Moore seria também a sua não abordagem de outras epistemologias para a superação desta ecologia-mundo capitalista e o entendimento da crise ambiental como crise econômica (Borinelli *et al.*, 2020) ou ainda caos sistêmico. Além disso, as ideias do Capitaloceno necessitam ser aplicadas aos diferentes contextos sócio-histórico-geográficos, como no Capitalismo Brasileiro e suas especificidades regionais. Porto-Gonçalves (2020) traz outro argumento sobre resistências à ideia de Capitaloceno ao dizer que o termo facilita uma polarização ideológica com liberais ao lado do Capitalismo e socialistas do outro lado, mesmo deixando claro que as experiências socialistas também tinham modos de produção destrutivos da natureza.

As lutas de classes propostas por Marx são um desafio constante no Capitaloceno porque não é possível ver as lutas de classes destituídas de seu caráter geoecológico frente aos ambientes naturais do planeta (Altvater, 2014). Os projetos de resistência autônoma dos povos precisam passar por esta visão de mundo (Moore, 2018; Dias, 2022; Bonneuil; Fressoz, 2024). O imperialismo também foi ecológico (Crosby, 2011). O conhecimento botânico e cartográfico também contribuiu para a dominação colonialista do capital (Moore, 2018). A

trindade histórica do capital ao nível mundial se traduz em trabalho social abstrato, acumulação primitiva e natureza social abstrata que começaram no século XVI (Moore, 2018). Moore (2018, p. 32) escreve como se dá isso em exemplo histórico:

Por volta de 1660, encontramos engenhos de açúcar nos campos de cana-de-açúcar do Brasil, serrarias na densa floresta da Noruega e um enorme complexo de mercúrio prata-hidráulico nos Andes. Nessas regiões, vemos o casamento do capitalismo de acumulação por capitalização (muitas máquinas) e acumulação por apropriação (lotes de “presentes gratuitos”): o selvagem acoplamento de produtividade e pilhagem que condiciona todas as grandes ondas de acumulação.

A maior parte dos problemas ambientais atuais é parte incontestada do avanço do grande capital durante a Era do Capitaloceno porque não são apenas “acidentes”, mas sim a constante violação dos direitos outrora comunitários sobre os ambientes da Terra (Shiva, 2000; Alier, 2018; Acosta; Brand, 2019). Este roubo e apropriação de terras comunitárias ao redor do mundo provocam crises de escassez que levam a crises ecológicas globais (hídricas, alimentares, ambientais, energéticas e tecnológicas) cada vez mais graves (Cantor, 2019). Os custos ecológicos oriundos da má gestão das riquezas naturais do planeta permanecem ocultos por mecanismos ideológicos e outras ferramentas conceituais que escondem os reais interesses e culpados, como a ideia de Antropoceno o faz (Moore, 2015; 2017; Shiva, 2000).

Os ciclos naturais do planeta não são respeitados na Era do capital porque atrapalham os lucros (Altvater, 2014). No entanto, vários povos mundo afora organizam resistências frente aos avanços dos estratagemas coloniais que continuam a ser utilizados mesmo nos países outrora pobres pelos horrores do colonialismo (Toledo, 2019; De Oliveira *et al.*, 2021). Estes modelos de resistência possuem ampla participação feminina, como povos de florestas tropicais do sudeste asiático ou das montanhas da Índia (Shiva, 2000; Alier, 2018). Diz Shiva (2000, p. 311): “a destruição das florestas significa o extermínio dos povos da floresta”.

A resistência contra o sistema mundo colonial capitalista ocorre em várias frentes do mundo porque preconceitos históricos ligados à raça, gênero, etnias e à natureza não-humana são parte essencial dos pilares do moderno sistema caótico que coloca o planeta em risco considerável, tal qual quando fizeram as bombas atômicas ainda durante a segunda grande guerra (Bonneuil; Frescoz, 2024). A própria bomba atômica não foi jogada contra o inimigo alemão europeu, mas sim no japonês, salientando antigas questões coloniais ainda latentes (Porto-Gonçalves, 2020). Esses preconceitos históricos são legitimados por uma espécie de reacionarismo moderno, empunhado pela nova direita que vê os direitos humanos e da natureza como mera pauta da esquerda (De Oliveira *et al.*, 2021).

As tentativas de resistência à privatização das terras comunais (Shiva, 2000; Alier, 2018; Bonneuil; Frescoz, 2024) possuem exemplos de vitórias históricas, mas muitas

fracassam por causa das expansões periódicas do exército industrial de reserva que aumentam a competição entre os trabalhadores e pobres e diminuem as resistências coletivas de maior eficácia (Wallis, 2009). A precarização das formas de trabalho é a arma moderna para outros tipos de escravização que transformam humanos e natureza em novas “naturezas baratas” para fins comerciais (Moore, 2017; Smith, 2009). As terras comunais ainda são espaços muito mais preservados do que aqueles já incorporados ao capital (De Oliveira *et al.*, 2021).

O Capitalismo, como sistema econômico, político e social, vem sendo questionado pelos povos do planeta e por todos aqueles atores sociais que promovem um mundo melhor, mais democrático, que não veja o que conhecemos como natureza apenas como mercadoria fria e inerte para venda (Altvater, 2014). A resistência à ideia de natureza barata de Moore vem sendo contraposta a uma natureza cada vez mais cara por conta da atuação dos grupos de resistência ao capital (Alier, 2018; Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, 2018; Borinelli *et al.*, 2020) em busca de mais justiça ambiental (Melosi, 2005; Zagatto; De Souza, 2020). A história do Capitaloceno em questões raciais é a história do colonialismo que prega o racismo e a destruição socioambiental de culturas e da natureza nos territórios ainda não inseridos na lógica da acumulação ilimitada (Ramos; Campiño, 2020).

Surgem assim, novas naturezas e paisagens, agora colonizadas (Wallis, 2009). Essas paisagens podem ser vistas nos casos costumeiros de racismo ambiental, onde os conflitos ambientais corriqueiros do Capitaloceno aprofundam desigualdades de raça e gênero em vários lugares do planeta. Para haver justiça ambiental, é primordial lutar por mudanças de paradigmas ambientais para além do ambientalismo liberal (Acosta; Brand, 2019; Acsehrad, 2021) de conceitos como Desenvolvimento Sustentável ou Antropoceno. A escravidão, o genocídio negro e indígena e a mercantilização da natureza são parte inconteste do sistema econômico do capitalismo que transforma tudo em natureza barata ou comercializável (Foster; Clark, 2006; Smith, 2009; Moore, 2017; Alier, 2018; Peres, 2021).

As perturbações ecológicas foram ampliadas no mundo todo porque surgiram paisagens da colonização durante a Era do Capitaloceno. Estas paisagens colonizadas e construídas por ideias coloniais veem as crises ecológicas globais como algo separado e não na totalidade (Wallis, 2009). Algo chamado por Ferdinand (2022) de Habitar colonial. A alternativa ao Habitar colonial perpassa por paradigmas ambientais calcados em três premissas: uma democracia para a cidadania plena com consciência política, um socialismo libertário ambientalmente falando e uma visão ecofeminista contra sistemas patriarcais (Santos; Olivieri, 2017).

Por outro lado, os esforços das instituições liberais e dos países ricos caem no chamado capitalismo verde que apenas se acomoda com a destruição causada no planeta (Toledo, 2019). Tentam alternativas que tentam uma conciliação entre desenvolvimento econômico e preservação da natureza, que quase nunca encontra eco na realidade. Segue a crença liberal de que a tecnologia irá sempre contornar os problemas ou crises ambientais. Wallis (2009, p. 61) assim responde sobre este tema:

A realidade do capitalismo verde é que o capital presta atenção às questões ecológicas, o que não significa que as transforme em prioridades. Quando o capital faz arranjos ecológicos além daqueles diretamente ligados à obtenção de lucro ou à proteção contra ações judiciais, é porque tais ajustes foram impostos ou –como no caso das turbinas eólicas na Alemanha – estimulados ou subsidiados pelas autoridades públicas. Tais autoridades, cujas ações permanecem no âmbito de um quadro capitalista, refletem justamente o poder político de forças não ou anticapitalistas (organizações ambientais, sindicatos, grupos comunitários, associações de moradores etc.), embora possam ser financiadas em parte por certos setores do capital, como no caso das indústrias de energia alternativa e de seguros.

As críticas a um capitalismo verde se tornaram mais profundas em óticas ecossocialistas (Wallis, 2009) porque os movimentos ambientalistas, em sua maior parte, foram cooptados pelo liberalismo. Como entender os tipos de ambientalismo contemporâneos sem notar a hegemonia liberal dentro deste campo? Talvez os mais profundos movimentos ambientalistas sejam aqueles ligados à ecologia dos pobres (Alier, 2018) que confrontam de forma muito mais intensa os agentes do capital que seguem sua natureza voraz e consumidora de territórios para acumulação, como naturezas baratas (Moore, 2016). Alier (2018, p. 78) diz a respeito: “Se o capital natural possui um preço baixo visto não pertencer a ninguém ou por pertencer a grupos empobrecidos e destituídos de poder que se veem forçados a vendê-lo barato, então a destruição da natureza será subvalorizada”.

Como no capitalismo os agentes econômicos utilizam da violência constante para legitimar seus interesses, a resistência dentro da Era do Capitaloceno é muito mais importante pela força destes grupos sociais contra-hegemônicos que existem principalmente nos países mais pobres ou em desenvolvimento. Tornam-se vitais estas lutas quando o grande aparato militar dos países mais ricos como Estados Unidos e Reino Unido existem para proteger os donos do capital. Vale citar o exemplo cubano de uma espécie de socialismo ecológico onde o isolamento do país dentro de feroz perseguição das potências capitalistas fez com que este estado organizasse atividades ecológicas que vicejavam na ilha como reflorestamento, troca de carros por bicicletas e jardins urbanos (Wallis, 2009). Porto-Gonçalves (2006, p. 48) fala a respeito:

Como se vê, o capital é uma relação social que se instaura num contexto de luta e não porque é melhor, mais racional ou natural. Estamos, portanto, muito longe de uma concepção atomístico-individualista. A continuidade/reprodução de uma

sociedade em bases capitalistas pressupõe não só a garantia dos meios materiais necessários a cada ciclo de produção, mas também a reprodução das classe sociais, fazendo com que haja sempre pessoas sem condições de produzirem/ manterem as suas próprias vidas e que, assim, precisam se submeter aos donos do capital.

A Era do Capital se globalizou pelo planeta e levou todas as atividades econômicas destruidoras de territórios e etnias a níveis nunca antes vistos na história da humanidade, sem qualquer limitação ética ou moral sobre os seus resultados. Essa globalização liberal sequestra inclusive as pautas ambientalistas e sociais para retirar seu grau de contestação e colocar um verniz democrático em ações que apenas retardam a colonização do planeta (Aráoz, 2010; Tavares, 2022). Tudo isso é legitimado pela análise de grande parte dos economistas que ignoram a distribuição e poder político entre as pessoas, países e regiões (Alier, 2018) e ignoram também o impacto das sucessivas crises do capital que são crises civilizatórias, como disse Cantor (2019, p. 172): “La noción de crisis civilizatoria es importante porque con ella se quiere enfatizar que estamos asistiendo al agotamiento de un modelo de organización económica, productiva y social, con sus respectivas expresiones en el ámbito ideológico, simbólico y cultural”.

A partir destas discussões, os países ricos, grandes empresas e demais agentes do capital possuem uma dívida ecológica global frente aos países mais pobres, que não são os grandes culpados por estas crises (Lewis; Maslin, 2018). Alier (2018) diz que os debates sobre estas dívidas ecológicas dizem respeito primeiramente à exportação de matérias-primas baratas dos países pobres sem levar em conta os passivos ambientais e sociais e o uso desproporcional do espaço geográfico e seus serviços ambientais sem levar em consideração os direitos comunitários (Acosta; Brand, 2019). Então, se a apropriação da natureza é privada e exclusiva dos agentes do capital, os custos ambientais e sociais também devem ser individualizados. Alier (2018, p. 315) diz o seguinte sobre estas dívidas:

Por isso, em vez de lamentar a proibição da importação do atum ou da madeira tropical insustentável, em lugar de indignar-se com o “proteccionismo verde” do norte, seria mais coerente com os interesses do sul enfocar os danos ambientais locais e globais gerados pela expansão do comércio internacional de petróleo, gás, cobre, alumínio, ouro, diamantes, madeira e pasta de papel, pesca e produtos da aquicultura, assim como os benefícios gozados pelos importadores ao não pagar por esses danos, benesses que aliás, integram sua dívida ecológica.

Dentro do avanço da Era do Capital, cada vez mais territórios são tomados, principalmente dos países e regiões mais pobres, onde usos comunitários são destruídos em favor de usos privados e sem levar em conta os graves efeitos. Estes efeitos são denominados como intercâmbio ecológico desigual (Alier, 2018; Brand; Wissen, 2021). Esta desigualdade faz com que os mais ricos tenham os maiores benefícios sobre o extrativismo da natureza e os mais pobres tenham basicamente os graves passivos ambientais, como os diversos tipos de poluição, o aquecimento global e seus desastres que provocam a erosão genética das espécies

e das culturas (Foster, 1999; Foster; Clark, 2006). Assim, a dívida ecológica dos países mais ricos aumenta frente ao desastre que os países pobres sofrem há décadas, como Cantor (2019, p. 104) fala:

En contra del sentido común de los tecnócratas neoliberales, de los banqueros y de los representantes del capital financiero y de las transnacionales la noción de deuda ecológica destaca que los países del Norte le deben a los pobres del mundo por haber ocasionado un "déficit terrestre [...] provocado por el aniquilamiento de los sistemas vitales básicos del planeta debido al abuso de su aire, sus suelos, las aguas y la vegetación". Sin embargo, la responsabilidad de este déficit recae en forma desigual para los pobres y los opulentos, en la medida en que el consumo y el nivel de vida son diferentes entre unos y otros.

Então, por que o conceito de Capitaloceno é o mais apropriado para descrever o horror das ações capitalistas no mundo e suas sucessivas crises ecológicas? Ele estabelece uma cronologia exata que abarca as mudanças planetárias calcadas no modo de produção capitalista que foi ficando cada vez mais complexo desde o início da ocupação dos oceanos e novas terras desta ecologia-mundo europeia. Embora represente um curto período de tempo, as mudanças e alterações globais deste sistema econômico-político ecocida jamais podem ser comparadas ao que ocorreu antes desta era em termos de magnitude e proporção (Cantor, 2019).

Seus vestígios podem ser notados na acidificação dos oceanos, na imensa quantidade de plástico existente tanto nos solos quanto nos mares do planeta, na extinção de espécies de plantas e animais de forma acelerada, na eliminação de culturas e línguas, assim como seus saberes ecológicos; no aquecimento global, ainda mais para os biomas da Terra e os povos mais pobres que sobrevivem em um planeta cada vez mais depauperado do mínimo para sua existência (Cantor, 2019).

É o termo essencial porque, também antes dele, o planeta jamais havia vivenciado um perigo de mudanças bruscas e destrutivas que alteram todas as paisagens com a eliminação de terras férteis, envenenamento da água e do ar, aumento da pobreza, desigualdade social em escala mundial e uma concentração de riquezas nas mãos de poucos conglomerados econômicos, indivíduos e empresas. Isso sem falar nos gastos astronômicos na indústria das armas e dos crimes financeiros, cuja soma poderia dar sobrevida ao planeta e acabar com a fome no mundo se houvesse vontade política e humanitária com nossos semelhantes e outras espécies que habitam conosco o mesmo mundo.

O Capitaloceno também desnuda as experiências catastróficas que os pobres e a natureza sofreram desde o advento do Capitalismo no século XVI. O Antropoceno esconde, camufla e consolida o poder deste sistema político e ecológico que corrompe e faz o planeta sucumbir para que poucos agentes econômicos do capital desfrutem do melhor da vida, do

melhor dos mundos. Para isso ocorrer, o planeta deve ser transformado em uma bomba geoquímica colonial. O Antropoceno reformula a geologia de uma forma liberal (Yusoff, 2018) e o Capitaloceno demonstra que esta geologia está carregada de intenções sociais que nunca foram neutras.

3 POPULAÇÕES NEGRAS E A RESISTÊNCIA QUILOMBOLA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

3.1 As origens das populações negras no Brasil e no Estado do RJ

A chegada dos europeus no período conhecido como grandes navegações representou mudanças políticas, econômicas, culturais e ecológicas profundas em todo o continente americano. Após a conquista e ocupação dos territórios de milhares de etnias e povos por todo um continente povoado de culturas ancestrais e relações ecológicas de milhares de anos, o modo de vida colonial imposto destruiu grande parte destas populações com seus ecossistemas e biomas. Após sucessivos genocídios, epistemicídios e ecocídios no então novo continente (Murphy; Schroering, 2020), a continuação do modo de vida colonial necessitava de novos braços para exploração, após a escravização dos povos originários. Então, estes novos condenados da Terra viriam de outro continente, a África. O auge do período da escravização ocorreu entre os séculos XVII e XVIII (Cardoso, 1982).

O legado da escravização é a forma suprema da exploração do ser humano por outro ser humano (Cantor, 2013). A apropriação dos corpos, capacidade de trabalho e conhecimento cultural-ecológico dos negros de várias etnias africanas dentro da Era do Capital foi um dos legados mais sombrios e terríveis das épocas coloniais para acumulação de capital. A travessia pelo Oceano Atlântico em tumbeiros mortíferos foi uma das páginas mais vergonhosas da história da humanidade, mas também permitiu a construção de nações afro-americanas em diversos países do novo continente América, onde o Brasil se apresenta como uma nação que possui mais da metade de seus habitantes atuais como negros e pardos (Belandi; Gomes, 2024).

A situação social, econômica e ecológica das pessoas que foram escravizadas variou no tempo e no espaço, mas a imensa maioria foi utilizada na agroindústria colonial e em setores como o madeireiro e da mineração (Cardoso, 1982). Diante disso, havia os escravos das fazendas e propriedades de plantations, os mineradores, aqueles usados nas criações de gado, os que trabalharam nas plantações de café e cana-de-açúcar, os que trabalhavam em serviços urbanos diversos, os escravos domésticos, os forros e os mais estigmatizados, os

escravos aquilombados, que fugiam e resistiam. As grandes propriedades sempre tiveram muitos escravos para o funcionamento da máquina colonial destruidora de culturas e da natureza.

Estas populações negras ajudaram na construção de duas sociedades africanas no novo mundo: aquelas sociedades organizadas por escravos com mais características africanas, como as que ocorreram em países como Jamaica e o Suriname, e as sociedades escravas que se amalgamaram ao novo mundo onde as culturas africanas se integraram a outras culturas como as do próprio colonizador e dos povos nativos (Cardoso, 1982).

Estes flagelados da escravidão viriam nos porões dos navios negreiros para estas funções no então continente americano, enriquecido com culturas africanas em países como Brasil, Cuba, Jamaica, Colômbia, Equador e Estados Unidos. O século XVIII foi o mais significativo para esta tragédia colonial porque mais de 6 milhões de pessoas, apenas no Brasil (Foster, 1999), foram levadas para serem parte de ambientes e paisagens que nunca viram e que viriam a se tornar suas formas de resistência (Svampa, 2019) ou simplesmente seus túmulos. Estima-se que entre 1502 e 1860 de 9.500.000 a 12 milhões de pessoas foram enviadas como escravos para o continente americano, isso contando aqueles que conseguiram chegar vivos nos locais de recepção de escravos (Freitas, 1991; Moura, 1992; Mattoso, 1994; De Albuquerque; Fraga Filho, 2006; Carney, 2009; Florentino, 2010).

O que ocorreu com as florestas das ilhas do Caribe, também ocorreu com a Mata Atlântica nordestina em relação a uma planta, a cana-de-açúcar (Foster, 1999). Logo após, o café provocou outros ecocídios com a máquina agrícola colonial das *plantations* e da escravidão de milhares de africanos de inúmeras etnias. Os ecocídios coloniais adentraram o século XX com o sofrimento de inúmeros povos até os dias atuais. Um caso marcante e similar foi a guerra ecológica realizada contra os vietnamitas por parte dos Estados Unidos (Foster, 1999), onde ecossistemas inteiros de florestas tropicais, manguezais e sistemas alimentares do Vietnã foram arrasados por substâncias químicas cuja origem foi o aprofundamento dos sistemas agrícolas coloniais racistas. Esta também ajudou a tornar o petróleo a maior fonte energética global, com suas vantagens e desvantagens (Bonneuil; Fressoz, 2024).

O Brasil foi a nação que recebeu o maior contingente de escravos durante o período colonial escravocrata em todas as Américas, com 4 milhões de escravizados entre 1538-1851 (Postma, 2008), totalizando 40% de todos os escravos que chegaram ao continente americano em 280 etnias diferentes (Mattoso, 1994; Gomes, 2009; Florentino, 2010). Tendo este grande número de pessoas negras escravizadas para trabalharem em diversas atividades econômicas e

milhares de funções nas colônias europeias, vários países possuem atualmente uma população negra majoritária em sua população total. No entanto, a saga de influências culturais das populações negras outrora escravizadas e seus descendentes continua, mesmo a maioria vivendo em situação precária em grande parte dos territórios onde estão vivendo. Os números oficiais descritos por Klein e Luna (2009) estimam que quase 5,5 milhões de africanos tiveram como destino o Brasil, sendo que 4,8 milhões chegaram com vida em terras brasileiras para alimentar o projeto colonial luso-brasileiro.

Os negros escravizados ou livres foram, durante muito tempo, os grandes ocupadores de territórios no Brasil para o preenchimento dos vazios demográficos. O foram enquanto camponeses e quilombolas e também como trabalhadores escravizados nas fazendas e espaços urbanos. A eliminação sistemática dos povos nativos foi um dos fatores que facilitaram uma maior proeminência de etnias negras dentro do sistema colonial escravista. O indígena conhecia o território e poderia fugir para um território familiar, já o escravo, quando trazido ao Brasil, sabia que dificilmente regressaria à sua terra natal (Moura, 1992).

O sistema escravista organizado e aperfeiçoado no Brasil pelos luso-americanos foi implementado em outras zonas escravistas no continente americano e, a partir daqui, toda experiência africana no país é incorporada na construção de paisagens coloniais, mas também de paisagens de resistência em todo o atual território brasileiro. Todos estes processos foram complexos porque basicamente o sistema escravista colonial brasileiro foi o maior do novo mundo (Mattoso, 1994; Klein; Luna, 2009; Florentino, 2010) desde que etnias africanas foram trazidas à força para estas terras.

No Brasil, os escravos foram distribuídos em cinco grandes zonas escravocratas a saber segundo Moura (1993): i) Bahia e Sergipe, para as plantações de fumo, cana-de-açúcar e cacau, além de serviços domésticos e mineração no centro da Bahia; ii) Rio de Janeiro e São Paulo, para as plantações de café e cana-de-açúcar; iii) Pernambuco, Alagoas e Paraíba para as plantações de cana-de-açúcar e algodão; iv) Algodão no Maranhão e Pará; v) Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, para atividades minerárias.

Domingues (2011) e Enders (2015) trazem alguns destes números ao estimar que entre 1721-1730, dos 15.000 escravos que chegaram ao Brasil, um quinto desembarcou no Porto do Rio de Janeiro. Os números podem ser subestimados porque várias fontes históricas sobre a época da escravização foram queimadas a mando de Ruy Barbosa no ano de 1890, mas estima-se que, do início do tráfico até 1850, mais de um milhão de escravos passaram pelo Rio de Janeiro. As grandes monoculturas de café ou cana-de-açúcar, por exemplo, concentram $\frac{3}{4}$ das pessoas escravizadas, mas nunca foram primazia dos grandes fazendeiros, porque

pequenas e médias propriedades e os serviços urbanos também consumiam mão-de-obra escrava.

Em meados do século XIX, grande parte das pessoas escravizadas era de africanos, mas tal número foi declinando ao longo das décadas por causa de motivos tais como a Lei Eusébio de Queirós (1850), a lei de Abolição da Escravatura (1888), a pressão externa contra o tráfico, a imigração europeia e a resistência das populações negras como revoltas, fugas e aquilombamentos. A procedência das populações negras escravizadas era variada, mas os do Rio de Janeiro se concentram em origens de cidades africanas entre as cidades de Cabinda, Luanda e Benguela (Mattoso, 1994; Gomes, 1995; Fragoso, 1998; Klein; Luna, 2009). Todavia, após a repressão ao tráfico, a procedência de escravos começa a variar mais ainda em diversas regiões do continente africano (Domingues, 2011; Enders, 2015). A maior parte tinha procedência da região central do continente (Postma, 2008). Lamego (2006, p. 91) traduz a importância do escravo na época do tráfico: “O negro era um verdadeiro objeto de consumo. Quanto maior a expansão econômica do tráfico maior era a superexploração do escravo. Ele trabalhava muito e vivia pouco, acelerando assim, a rotação de capital investido na compra do cativo”.

No entanto, o Rio de Janeiro continuou sendo o principal ponto de recepção de escravos não apenas para as fazendas e engenhos próximos, mas para outras províncias. Karasch (2000) e Florentino (2010) falam em mais de 1 milhão de escravos que passaram pelo Estado Fluminense apenas no século XIX, onde cerca de 80 mil viviam na capital do Estado do Rio, superando qualquer outra cidade com populações escravas nas Américas. As distinções eram baseadas primeiro no local de nascimento (Brasil ou continente africano) e segundo, a classificação destes escravos era pelos nomes de regiões da África, e se brasileiros, por cor ou origem tribal.

Há uma certa dificuldade em descobrir a procedência de muitas etnias de africanos trazidas ao Brasil por conta da adulteração de nomes e sua procedência para adequação ao sistema escravocrata colonial (Gomes, 2009; Florentino, 2010). Assim, ocorreu o mesmo com a cultura destes povos e sua ecologia, como as das plantas que foram trazidas ao Brasil e outros países durante a diáspora forçada de africanos. Na região do Recôncavo da Guanabara, destacavam-se grupos étnicos africanos como “angolas”, “moçambiques”, “congos”, “cassanges”, “monjolos” e “cabindas” das regiões centro-sul do continente africano (Gomes, 1993). Klein e Luna (2009) afirmam que 94% dos escravos eram oriundos de três regiões em África: Angola-Loanda, Baía de Benin e Moçambique.

Devido ao imenso contingente de africanos e seus descendentes no Brasil, os territórios perto das cidades e nos arredores recebiam incontáveis escravos fugidos que

tornavam o número exato de populações negras ainda mais complexo, pois ainda havia os escravos libertos, chamados de pretos forros, os próprios ainda escravizados e os que fugiam para as florestas e manguezais que ainda existiam em grandes áreas ao redor da cidade do Rio de Janeiro (Soffiati Netto, 2006; Enders, 2015). Mesmo com toda a vigilância e opressão do sistema colonial, vários escravos conseguiam fugir e organizar outros territórios nas florestas ainda existentes, estabelecendo outras formas de interação política e econômica (Lamego, 2006) no habitar colonial (Ferdinand, 2022). Spix e Martius (2017, p. 74) comentam sobre algumas plantas africanas:

Das colônias africanas, por outro lado, parece que foram introduzidas as diversas qualidades de feijões, vermelho, preto e pintado, e o amendoim (*Arachis hypogaea*). Diversas qualidades de batata-doce e inhames a mandioca e o aipim, uma variedade mansa, não venenosa da primeira, grãos de milho e finalmente, a farinha de milho e de mandioca, os alimentos vegetais mais importantes acham-se aqui sempre em grande quantidade. Como comida para o gado, especialmente para cavalos e mulas, trazem ao mercado capim fresco, que é cultivado em terrenos próximos. Como melhor forragem, é tido o capim da guiné; entretanto, conhecem-se nas diversas províncias do Brasil, sob esse nome, espécies inteiramente diferentes.

No Recôncavo da Guanabara e adjacências, foram trazidas algumas nacionalidades africanas (Figura 09) que imprimiram suas marcas culturais dentro de suas relações com a Mata Atlântica e seus ecossistemas associados, como os manguezais que existiam em quase toda a costa da Baía na época (Soffiati Netto, 2006). Uma destas marcas culturais diz respeito a sistemas religiosos plurais que abarcavam influências indígenas e dos próprios colonizadores, dentro da fé cristã católica, mas também as plantas que utilizavam da Mata Atlântica para as habitações rústicas dentro da floresta e os rituais religiosos (Gomes, 1995). Spix e Martius (2017, p. 75) dizem sobre algumas destas etnias trazidas ao Rio de Janeiro:

A maioria dos escravos pretos, trazidos atualmente ao Rio de Janeiro é de Cabindas e Benguelas. Eles são capturados na sua terra à ordem do chefe da tribo e trocados por mercadorias europeias; antes da entrega ao traficante, manda o próprio chefe marcar-lhes a fogo certo sinal nas costas ou na testa. Com um pano de lã amarrado em volta dos rins, são os escravos então embarcados, às vezes em número desproporcionado, e seguem em navios para o seu novo destino.

Figura 09- Escravos africanos desembarcando no Cais do Valongo por Rugendas (1835)



Fonte: Lucena, 2019.

A escravidão destas etnias africanas não trazia apenas a mão-de-obra, mas também toda a cultura ecológica e modos de vida junto aos territórios ancestrais africanos que, aqui chegando, imprimiram marcas nas paisagens, biomas e ecossistemas no Estado do Rio de Janeiro, como nas regiões do Recôncavo da Guanabara e dos Sertões de Macacu (Bezerra, 2010; Cabral, 2014). No início da ocupação desta região, as freguesias apresentavam pouco contingente de escravos que foram, ao longo do tempo, aumentando para o trabalho nos engenhos de cana-de-açúcar, nos cultivos do café e várias outras atividades tanto na capital como nos seus arredores que eram essenciais para a economia colonial.

Uma destas atividades de grande renome no Brasil do passado eram os barqueiros (Figura 10) que faziam diversos serviços na Baía de Guanabara, porta de entrada do Recôncavo. Os numerosos portos fluviais que existiam nos rios da região eram navegados por barqueiros cuja maior procedência era de escravos africanos que tinham habilidades formidáveis neste tipo de ofício em suas terras ancestrais (Bezerra, 2010; Moreira, 2023). Estes escravos geralmente possuíam força física adequada a estes trabalhos que foram muito utilizados também pelos viajantes e naturalistas europeus que exploraram a Baía de Guanabara e cercanias. Os escravos oriundos de Moçambique e os cabindas eram particularmente uma grande parte dos barqueiros que demonstravam excelentes habilidades em transportes hidroviários.

Figura 10- Escravos Barqueiros na Baía de Guanabara na Praia de Dom Manuel por Taunay (1823)



Fonte: Brasiliana Iconográfica, 2023.

As porcentagens de africanos escravizados que chegaram aos portos do Rio de Janeiro mudaram de acordo com a conjuntura política e econômica (Moreira, 2023). Por exemplo, mesmo com leis contra a escravidão, o Brasil foi a última nação que terminou com este tipo de comércio após muita luta das populações negras e dos abolicionistas. No século XIX, a população de filhos de escravos (crioulos) já nascidos no Brasil já era significativa nas fontes da época (Neves, 2012). Entre 1763-1837, Bezerra (2010) demonstra em sua pesquisa que 26% dos escravos do Rio de Janeiro nesta época eram compostos por angolas e benguelas, além de outros 26% de crioulos brasileiros legítimos em um universo de 60% de escravos africanos originais do continente negro. Este foi um pequeno contexto sobre a origem das populações escravas em território fluminense, que logo influenciaria toda uma dinâmica de lutas e insurreições ao longo do tempo.

3.2 Quilombos e populações quilombolas remanescentes no Estado do RJ

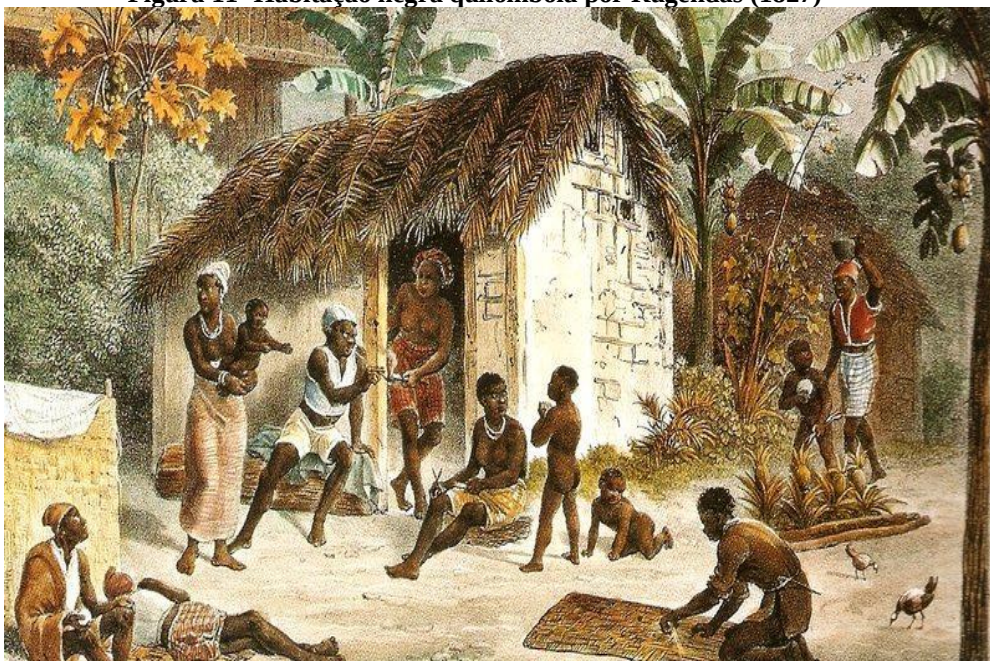
3.2.1 Origem e consolidação dos quilombos no Brasil

A existência de territórios negros que surgiram dentro do sistema escravista colonial foi uma realidade em todos os países para onde os africanos foram levados para as funções que lhes eram atribuídas. No Brasil, foram chamados de Quilombos ou Mocambos, mas havia outros nomes (Palenques, bush negroes ou marronage) para estes territórios negros em países como Cuba, Suriname, Colômbia ou Peru (Malheiro, 1867; Carney, 2009; Klein; Luna, 2009; Fiabani, 2012; Gomes, 2015; Moura, 2021; Smith, 2023). De qualquer forma, um dos fatores mais importantes para a existência destes territórios negros foi certamente a localização geográfica (Gomes, 1995), fator de suma importância para a existência histórica no tempo e no espaço destes domínios afrodiaspóricos que foram mais frequentes entre os séculos XVIII e XIX (Cardoso, 1982; Postma, 2008). Há trabalhos que falam em surgimentos de quilombos na própria África durante o período da escravização, notadamente em Angola (Munanga, 1996; De Menezes, 2024) e a pouca frequência destes territórios negros em toda a América Central continental (Florentino; Amantino, 2012).

Os quilombos (Figura 11) são a continuação da cultura africana em terras do continente americano, junto aos outros territórios negros afrodiaspóricos, como festas de danças negras, a capoeira, as escolas de samba, os terreiros de religiões de matriz africana. Estes quilombos continuam existindo nas variadas paisagens do Brasil, onde adquirem outras matrizes e características culturais, enquanto territórios de resistência negra. Adquiriram importância central a partir de três momentos históricos: o tombamento da Serra da Barriga

como patrimônio cultural por causa do Quilombo dos Palmares (o mais famoso do país), o artigo 68 da Constituição Federal de 1968 e o Dia Nacional da Cultura negra em 20/11 (Smith, 2023).

Figura 11- Habitação negra quilombola por Rugendas (1827)



Fonte: Verling, 2020.

Para outros estudiosos das revoltas e insurreições negras, o termo Quilombo é oriundo da língua africana quimbundo, que significa telhado de palha (Freitas, 1977), e seus primeiros usos no Brasil datam de 1772 (Fiabani, 2012). Sendo territórios negros com modos de vida e apropriação da terra diferentes do colonial, muitas vezes as autoridades coloniais portuguesas tratavam os quilombos como pequenos estados dentro do estado maior e, apesar de possuírem táticas de guerrilha semelhantes às do século XX, possuíam uma complexa sociedade que ia muito além de táticas de resistência e luta frente ao mundo escravista. Os registros históricos contam determinadas particularidades dos quilombos brasileiros frente aos de outras regiões do continente americano por conta inclusive das diferenças sociais, políticas e ecológicas do território onde foram construídos. Diante disso, o conceito de Quilombo vem sendo ressignificado desde os tempos coloniais (Carneiro, 1958; Guimarães, 1988; Freitas, 1991; Moura, 1993; De Almeida, 2011; Gomes, 2015; Smith, 2023).

Os quilombos brasileiros possuíam forte influência de táticas de guerrilha, organização social e modos de vida dos africanos, especialmente os existentes no atual estado-nação de Angola. Tinham que viver em sertões distantes ou florestas de difícil acesso para assegurar armas e munições para conseguirem resistir ao avanço das forças coloniais de escravização

(Malheiro, 1867; Carneiro, 1958; Freitas, 1977; Moura, 1986; Guimarães, 1988; Freitas, 1991; Andrade, 1997; De Andrade, 2001; Klein; Luna, 2009; De Almeida, 2011; Gomes, 2015; Smith, 2023; De Menezes, 2024). Além dos quilombos, os escravos resistiam também por revoltas e insurreições para a tomada do poder político, como ocorreu com a Revolta dos Malês na Bahia, a insurreição de Manoel Congo na região de Vassouras e a Cabanagem, no atual Estado do Pará (Moura, 2021). Dentro deste quadro, temos situações similares entre os quilombos do passado e os atuais, segundo a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (2018, p. 121):

O quilombo foi o maior símbolo de resistência ao sistema escravista, e, nos dias de hoje segue como um símbolo de resistência a um sistema de desenvolvimento capitalista. Os territórios quilombolas contrariam diretamente os interesses imobiliários de grandes empresas, bem como projetos de exploração como o agronegócio, a mineração, os latifúndios, entre outros. Estão, por esse motivo, constantemente submetidos às mais variadas formas de violências que comprometem sua própria existência.

O Brasil atual possui mais de 5 mil territórios negros conhecidos como quilombos. Todavia, apenas um pouco mais da metade é reconhecida pelo estado e apenas cerca de 200 são titulados para fins de seus direitos legais (Fiabani, 2012; Torres, 2020). Estes remanescentes, encontrados em todos os biomas do país, carregam o legado de seus ancestrais. No entanto, a luta destas comunidades negras afrodiaspóricas em manter seus modos de vida não é muito diferente da que travaram os quilombos do passado (Carneiro, 1958; De Almeida, 2011; Cantor, 2013; Gomes, 2015; Leite, 2016; Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, 2018).

Ainda mais em um país com racismo institucional, cuja cobiça de terras para entrega às atividades econômicas capitalistas sempre foi a regra. Apenas no Rio de Janeiro, entre os anos de 2008 e 2017, onze comunidades quilombolas sofreram várias ameaças e intimidações (Barreto, 2024), principalmente por estarem localizadas em municípios da costa litorânea, onde a especulação imobiliária é um perigo constante em terras valorizadas pelo capital para atividades econômicas como o turismo de praias. Estas ameaças são uma constante a todos os territórios quilombolas em todo o Brasil.

O Brasil ainda é o país afro-americano que ainda possui notórias dívidas históricas com seu passado escravista, onde as numerosas populações negras afrodiaspóricas ainda lutam por direitos básicos mesmo com os avanços da Constituição Federal de 1988 (Leite, 2016). Os desafios são imensos e os perigos constantes para estas pessoas que também continuam invisibilizadas pelo estado brasileiro em relação a políticas públicas e à pressão de setores econômicos que promovem assassinatos, expulsão de terras e ativismo judicial racista.

Ainda há uma ideia estigmatizante sobre as terras de preto ainda hoje no Brasil, pois seus direitos assegurados por ampla legislação são sistematicamente esquecidos ou atacados (De Almeida, 2011; Smith, 2023; De Menezes, 2024).

Esta invisibilidade é calcada em mitos fundamentais centrados em ideologias que pregam uma suposta democracia racial e cordialidade entre grupos sociais que nunca ocorreu no país (Fiabani, 2012; Torres, 2020). Desde então, os africanos de diversas nacionalidades trazidos para este continente necessitam lutar continuamente para sobreviver em um sistema colonizador que não acabou mesmo após a abolição da escravidão ou independência do Brasil perante Portugal. Os quilombos, como alternativas de luta, continuam a existir nas paisagens alteradas dos biomas brasileiros eivados de influência negra desde os tempos coloniais mediante um tipo de agricultura policultora-comunitária (Moura, 2021).

Estes territórios negros foram sobrevivendo na Era do Capitaloceno Brasileiro durante toda a ocupação dos biomas e apenas na Constituição Federal de 1988 (Fiabani, 2012; Moura, 2012; Macedo, 2021) apontaram-se os primeiros direitos básicos desta parcela da população brasileira que sobrevivia aos avanços das atividades econômicas em seus refúgios como a mineração, o desmatamento por madeira, a construção de barragens e as atividades agropecuárias.

3.2.2 As características e diferenças entre os territórios negros quilombolas

Os quilombos clássicos surgiram como agregação de escravos fugidos, mas muitas destas terras de preto também se originaram por abandono das terras por parte dos proprietários das fazendas, herança deixada aos escravos pelos proprietários, terras doadas a instituições religiosas, compra de terras ou ocupação de terras devolutas, serviços prestados em guerras ou conflitos e serviços prestados como capataz (Carneiro, 1958; Moura, 1986; Andrade, 1997; Da Silva, 2008; Postma, 2008; Ferreira, 2009). O fugitivo quilombola é um pária perigoso porque, antes de tudo, sua fuga demonstrava as contradições do regime escravista (Guimarães, 1988).

Para uma localidade ser considerada um quilombo, é necessário, segundo Mombelli (2009), que estes territórios apresentem etnias negras com critérios de pertencimento cultural e que possuam modos de vida baseados na coletividade da terra, além de influência histórica de culturas africanas no contexto social, político, cultural e ecológico (Carneiro, 1958; Freitas, 1991; Mattoso, 1994; Moura, 2012; Leite, 2016; Torres, 2020). Para a validação oficial destas terras, é primordial haver uma interação entre diferentes áreas das ciências sociais e humanas,

como a Sociologia, a Geografia, a História, a Antropologia e a Arqueologia. Diante disso, ocorre a construção dos relatórios técnicos que darão o suporte essencial a políticas públicas que abarquem a imensa variedade de cultura negra que existe nestes territórios afrodiaspóricos nos biomas e ecossistemas do Brasil.

Os quilombos possuem características sociais, econômicas e culturais que são difíceis de estudar porque a maior parte das fontes existentes diz respeito aos agentes políticos que entendiam os quilombos como territórios negros que ameaçavam o sistema colonial dominante. As regiões de existência dos biomas, ecossistemas e atividades econômicas determinam a natureza primordial dos quilombos, como os de natureza e função agrícolas (que foram maioria), os quilombos associados à mineração, os quilombos extrativistas, os quilombos mercantis, os quilombos pastoris, os quilombos que praticavam atividades de banditismo e os quilombos que se adaptaram à economia do sistema colonial escravocrata dominante (Carneiro, 1958; Moura, 1986; Guimarães, 1988; Freitas, 1991; De Andrade, 2001; Schwartz, 2001; De Albuquerque; Fraga Filho, 2006; Klein; Luna, 2009; Fiabani, 2012; Gomes, 2015; Torres, 2020; Moura, 2021).

Em relação às funções agrícolas dos quilombos, Cardoso (1987), Freitas (1991), Moura (1993), Schwartz (2001) e Gomes (2015) discutem as brechas camponesas que podem ser divididas em duas modalidades: os cultivos agrícolas de subsistência dos próprios quilombos e os pequenos lotes para cultivos domésticos que os próprios donos dos escravos permitiam que houvesse em suas propriedades. Estes dois tipos de cultivos agrícolas são exceções no sistema agrícola colonial, mas também foram espaços de resistência negra. Os modos de cultivo, espécies de plantas comestíveis (arroz como uma das principais espécies) e técnicas agrícolas dos escravizados foram incorporados em muitos territórios quilombolas no Brasil, como o Quilombo dos Palmares (Malheiro, 1867; Moura, 1992; Carney, 2009).

A autonomia que conseguiam muitos escravos dentro destas brechas camponesas fazia com que muitos conseguissem comprar suas alforrias, o que aumentava substancialmente o número de populações negras livres, como ocorreu na região do PETP. Esta região teve um substancial número de populações livres, pobres, escravas e não-escravas que crescem ou decrescem de acordo com atividades econômicas, como a produção de farinha (Cabral, 2007) e problemas ambientais, como as ‘Febres de Macacu’ (Da Rosa Júnior, 2014).

Os quilombos também podem ser interpretados pelo quantitativo de cativos que conseguiram fugir e a natureza destas fugas. Havia fugas de grandes proporções que ansiavam um rompimento com o sistema escravocrata, fugas temporárias, onde os escravos queriam mudar de senhor ou quando tomavam choques culturais no novo mundo e as fugas

reivindicatórias onde os escravos buscavam melhores condições de existência mesmo em um ambiente hostil e pesado para as populações negras. As punições para estes tipos de fuga variam nos tipos de colonização (Florentino; Amantino, 2012), havendo inclusive pequenas guerras bacteriológicas para a destruição dos fugitivos, como fizeram com as populações indígenas (Fonseca Júnior, 2004).

A natureza dos quilombos também pode ser explicada pelas etnias que os agrupavam. Além de várias etnias africanas, também existiam quilombolas indígenas e até mesmo camponeses pobres que não conseguiam sobreviver no habitat colonial. As características físicas e suas origens africanas influenciavam os tipos de quilombos e maneiras de habitar esses espaços de resistência tanto ao sistema colonial vigente como apenas tentar viver na economia colonial com outros atores sociais que conviviam com estas pessoas junto a seus refúgios nos biomas como a Mata Atlântica. Gardner (1942, p. 16) fala sobre suas visões sobre os negros:

O caráter e a capacidade do negro variam grandemente em diferentes nações. Os da África setentrional são, em tudo e por tudo, os de melhor raça. Os escravos da Baía são mais difíceis de governar que os de qualquer outra-parte do Brasil, e aí mais do que alhures se têm verificado tentativas de rebelião. A causa disso é óbvia. Quase toda a população escrava. Daí vem da Costa do Ouro. Homens e mulheres não só são mais altos e mais belamente conformados que os de Moçambique, Bengala e outras regiões da África, mas possuem também muito maior soma de energia mental, filha talvez de seu próximo parentesco com os mouros e árabes. Há entre eles muitos que leem e escrevem o arábico. São mais unidos entre si que os de outras nações e por isso menos sujeitos a terem divulgados os seus segredos quando planejam revoltas.

As dificuldades impostas pelo sistema colonial escravocrata a estas populações negras eram imensas e seriam centradas nas seguintes razões: i) na falta de meios materiais e culturais; ii) nas diferenças étnicas; iii) na oposição entre escravo rural e escravo urbano; iv) na dispersão de escravos por territórios muito grandes; v) no controle estrito por parte dos escravocratas e donos de terras; vi) no desconhecimento do território e vii) na feroz repressão das autoridades coloniais (Cardoso, 1982; Moura, 1986; Mattoso, 1994; Carneiro, 2001; Schwartz, 2001; Fonseca Júnior, 2004; Carney, 2009).

Todavia, estes imensos obstáculos não foram impeditivos para que muitos escravos se aventurassem no perigo das fugas pessoais ou coletivas, como nos quilombos. Houve até mesmo muitos quilombos em que se sabia da sua existência, mas nunca foram destruídos ou sequer encontrados (Freitas, 1991; Andrade, 1997; Gomes, 2015). Apesar disso, os quilombos talvez sejam a única experiência de democracia racial que existe ou existiu no Brasil (Moura, 1993).

No entanto, nem todos os africanos ou crioulos escravos buscavam a fuga para as florestas muito distantes no interior do Brasil porque possuíam receio de povos nativos hostis e os perigos da floresta, como as intempéries climáticas, os animais peçonhentos, a fome e os predadores naturais como as onças (Guimarães, 1988; Carneiro, 2001; Guimarães; Cardoso, 2001; Cabral, 2007; Carney, 2009; Neves, 2012). Muitos quilombos e refúgios eram procurados nas proximidades dos centros urbanos (Freitas, 1991; De Andrade, 2001) e mesmo nas matas das fazendas porque poderiam estabelecer grandes redes de trocas e comércio com outros escravos, negros livres ou libertos forros. Existiram até escravos tipicamente urbanos que conseguiram sobreviver com ajuda mesmo dentro de centros urbanos como Rio de Janeiro e Salvador (Karasch, 2000).

As fugas escravas podem ser entendidas por variados motivos, pois nem todos buscavam criar espaços e territorialidades negras como quilombos (Guimarães, 1988). Muitos buscavam simplesmente sair dos pesados castigos e trabalho nas fazendas e engenhos, ter como praticar suas religiões ancestrais ou mesmo encontrar parentes e amores do sexo oposto (Domingues, 2011). As atividades que eram obrigados a fazer não ofereciam mais do que 10 anos de vida neste sistema colonial opressor. Havia também escravos que tomavam decisões individuais ao buscar espaços nas matas e manguezais, sobrevivendo com dificuldade nas franjas do próprio sistema (Carney, 2009).

As florestas, como a Mata Atlântica, eram territórios em que os atrativos naturais eram utilizados entre africanos escravizados, cativos crioulos e até indígenas e brancos renegados que não possuíam qualquer direito à propriedade privada. Por isso, para se evitar conflitos, buscavam terras denominadas sertões que se localizavam longe dos centros coloniais. Nestes locais, as matas vicejavam em locais de difícil acesso e não possuíam atividades econômicas dominantes que alteravam as paisagens (Carneiro, 1958; Freitas, 1991; De Andrade, 2001; Carney, 2009; Cabral, 2012; Fiabani, 2012; Gomes, 2015). Nestes territórios, os escravos aquilombados organizaram várias estratégias para sobreviver neste mundo colonial racista que odiava todos os povos que fossem diferentes das culturas europeias colonizadoras e adquiriram uma certa alteridade, mesmo quando também lutavam em outros movimentos de guerrilha ou insurreições armadas populares (Torres, 2020).

Estas fronteiras abertas, livres, com ampla vegetação e menos população hostil tanto de povos nativos quanto de brancos colonizadores, ajudavam na formação de quilombos pelo Brasil (Mattoso, 1994; Schwartz, 2001; Klein; Luna, 2009). Os quilombolas tentavam emular constantemente padrões culturais e ecológicos que viam dos colonizadores, de suas terras ancestrais e dos povos indígenas nativos. Tal capacidade de adaptação e domesticação da

natureza (Carneiro, 1958; Freitas, 1991; Gomes, 2015) permitiu territórios negros afrodiaspóricos de muito sucesso no passado, como Palmares e remanescentes, como os quilombolas das florestas do Suriname. O quilombo é um sistema ecológico produzido na escravidão e uma maneira eficaz do negro ter algum direito sobre as terras sempre tomadas dos pobres e flagelados no Brasil até hoje (Freitas, 1991; Andrade, 1997; Carney, 2009).

A vida nestes territórios ainda não incorporados ao mundo colonial e suas atividades extrativas não era fácil porque estas pessoas precisavam migrar constantemente fugindo das autoridades e sobreviver em um mundo florestal repleto de insetos perigosos, cobras e predadores, como a Onça-Pintada (*Panthera onca*). Também necessitavam fazer pequenos furtos a fazendas, caçar e pescar, o que vale salientar que não são atividades fáceis de realizar. Quando encontravam os quilombos, destruíam seus pequenos cultivos agrícolas e colocavam fogo em suas rústicas habitações, sendo constantemente um golpe poderoso frente às forças de resistência quilombolas (Gomes, 1993; Karasch, 2000; De Andrade, 2001; Fiabani, 2012; Florentino; Amantino, 2012).

Em alguns locais do continente americano, havia outros perigos como os terremotos constantes na ilha caribenha da Jamaica que faziam com que os escravos fugissem para as partes mais altas ainda florestadas e conseguissem sobreviver ao habitar colonial, além de surtos epidêmicos de doenças a que estavam sujeitos (Gomes, 1993; Karasch, 2000; Florentino; Amantino, 2012; Bonneuil; Fressoz, 2024). Fontes históricas indicam que, mesmo com as dificuldades de viver na natureza e na luta contra as autoridades coloniais, em muitos lugares o modo de vida nos quilombos ainda era melhor do que a falta de liberdade e opressão dos engenhos e fazendas. Um exemplo de grande sucesso são os quilombolas do Suriname (Samaracanos) que construíram um grande território negro na Amazônia setentrional negociando com os colonizadores (Schwartz, 2001).

Os escravos quilombados eram considerados pelos donos de terra e autoridades coloniais e imperiais como o pior dos escravos porque suas visões de mundo e objetivos eram diametralmente opostos aos das elites e classes dominantes do período colonial e pós-colonial, como é ainda hoje. Nas fontes e registros históricos, os quilombos eram vistos como espaços da mais pura degeneração moral, onde criminosos que não aceitavam as regras das autoridades praticavam ações contrárias ao ordenamento e funcionamento da colônia (Amantino, 2001; Schwartz, 2001; Postma, 2008; Klein; Luna, 2009; Florentino; Amantino, 2012). Cada quilombo, como o mais famoso deles, o Quilombo de Palmares, possui uma história que vem sendo contada a partir das fontes existentes (Schwartz, 2001; De Albuquerque; Fraga Filho, 2006).

Antes de 1700, grande parte das revoltas escravas era conduzida por escravos de nascimento africano e estes eram mais propensos a participar de levantes contra o regime colonial. No entanto, os escravos crioulos eram menos suscetíveis a lutar contra a escravidão, talvez por nunca vivenciarem o que era ser livre. Tal realidade mudou após o século XVIII, porque o número de escravos já nascidos no Brasil foi superando os africanos de nascimento (Postma, 2008). Os séculos XVIII e XIX foram os mais intensos em termos de revoltas escravas no Brasil, embora algumas condições específicas ajudassem negros escravizados, como locais de difícil acesso e colaboração de redes com escravos livres, povos nativos e até mesmo brancos que possuíam interesses econômicos ou simpatias por territórios negros fora do domínio colonial (Klein; Luna, 2009; Florentino; Amantino, 2012).

Os estudiosos da escravidão mudaram a concepção dos escravos que durante muito tempo foram vistos como passivos e inertes frente ao sistema colonial, atestando o papel das lutas e revoltas afrodiaspóricas em todo o território nacional (Freitas, 1991; Mattoso, 1994; Schwartz, 2001; De Vargas, 2012; Gomes, 2015). Entretanto, outros estudos recentes mostram que estas revoltas nem sempre foram para subverter o sistema escravista, tendo em vista as várias estratégias destas populações afrodiaspóricas para apenas sobreviverem no sistema colonial escravista (Florentino; Amantino, 2012; Smith, 2023).

A construção das diferentes visões sobre os quilombos pode ser analisada nos estudos de pesquisadores que desconstróem as antigas visões negativas sobre estas pessoas que tentavam viver nas brechas do sistema colonial, que era justificado em ideias racistas pelas instituições dominantes como o estado colonial e a igreja católica. O negro aquilombado é um pária para o sistema colonial, ou seja, um desordeiro bárbaro que quer destruir a civilização dominante sem qualquer motivo, já que o trabalho e a disciplina imposta a estas pessoas é justa perante o dono de escravos e pela legitimação da igreja (Amantino, 2001; Postma, 2008).

A resistência escrava causava também medo, além da repulsa e raiva pelas classes dominantes, porque seus exemplos poderiam ser emulados em outros territórios coloniais, principalmente o levante que ocorreu na Ilha de São Domingo, que provocou medo generalizado em todas as elites coloniais. Uma revolta no Brasil foi o estopim de mais repressão aos territórios dos escravos, a Revolta dos Malês na Bahia. Tal revolta causou tanto medo no Brasil que até mesmo escravos baianos começaram a ser preteridos por outras províncias do império. Estas revoltas e insurreições ao longo do tempo acabaram contribuindo mesmo para o fim da escravidão no Brasil, um dos medos das autoridades coloniais e

imperiais (Mattoso, 1994; Amantino, 2001; Schwartz, 2001; De Menezes, 2024). Inclusive, Smith (2023) afirma que o movimento de Canudos também foi protagonizado pela maioria da população negra e parda em terras baianas.

Os quilombos muitas vezes inviabilizavam a ocupação e ordenamento de novas terras, que continham matas, manguezais e cerrados que conseguiam, desse modo, sobreviver às práticas econômicas usuais que destruíram os biomas e ecossistemas do país. Estes sertões, como os Sertões do Leste e o Sertão de Macacu (Figura 12), com povos indígenas e negros revoltosos habitando estas áreas, eram um perigo constante para as elites e autoridades coloniais (Amantino, 2001; Florentino; Amantino, 2012).

Moura (2015) diz que entre, 1711 e 1713, foi feita uma grande mobilização de tropas coloniais contra os aquilombados que viviam na antiga Vila Santo Antônio de Sá e arredores, havendo quilombos na região de Macacu até pelo menos 1818. Eram um perigo por causa da hostilidade e questionamento contra o sistema e depois pelos modos de vida com a natureza diferente do sistema agrícola colonial europeu. Estas práticas ecológicas negras, de uma certa forma, conseguiam proteger melhor as florestas como a Mata Atlântica frente ao avanço colonial do sistema agrícola europeu que destruía a ferro e fogo o bioma (Dean, 1996).

Contudo, a destruição da Mata Atlântica e os modos de vida quilombola seguiram ao longo do século XX, como o ocorrido com os Sertões de Macacu no passado (Figura 12). Dos Santos (2015) narra um exemplo no Estado do Espírito Santo com a destruição das matas em tempo recorde de 20 anos (1950-1970) com redução de 66,3% para 8,5%. A perseguição das comunidades quilombolas nos mais diversos territórios do país facilita ainda a ocupação dos biomas e o esfacelamento não apenas de modos de vida mais ecológicos, mas da diversidade ecológica do Brasil. Dos Santos (2015, p. 66) explica sobre a destruição dos ambientes ecológicos:

A destruição desta rica floresta significou para os índios Tupiniquins, os índios Guarani Mbya e os quilombolas de Sapê do Norte a expropriação de grande parte dos seus territórios tradicionais, a perda de uma riquíssima diversidade biológica e mesmo dos recursos hídricos, antes abundantes na região, desencadeando inúmeros conflitos fundiários, fome, miséria e drástica redução da população residente.

Figura 12- Mapa colonial dos antigos Sertões de Macacu



Fonte: Botelho, 2022

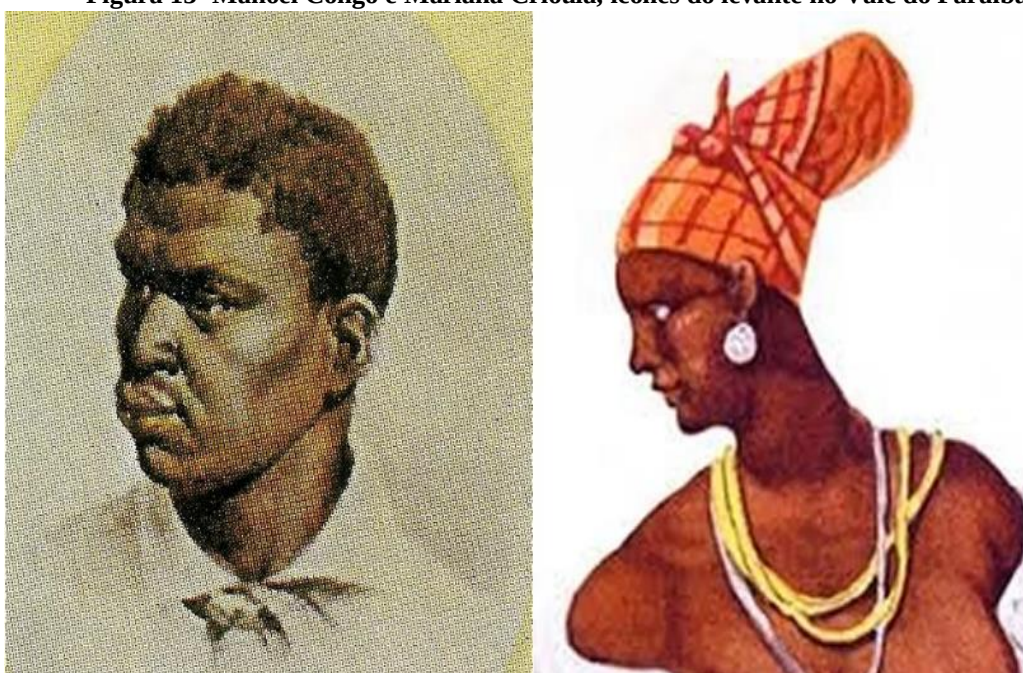
3.2.3 Os movimentos quilombolas e os quilombos do Estado do Rio de Janeiro

O Estado do Rio de Janeiro, segundo os registros históricos, não teve um quilombo de grandes dimensões como o Quilombo dos Palmares que se sustentava praticamente sozinho, mas apresenta até hoje comunidades negras oriundas da presença negra desde a época da escravização (Garcia, 2002). Isso atesta a importância dos antigos escravos na construção do território fluminense em cima das antigas florestas tropicais que dominavam o território do estado. A cultura negra faz parte das antigas e atuais paisagens do Rio de Janeiro, o que pode ser corroborado por quilombos que resistem tanto nas áreas de baixadas quanto nas antigas regiões serranas.

Todavia, os dois grupos de quilombos ocorreram em terras fluminenses. Os quilombos da Baixada Fluminense entre os municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Magé, apresentavam características mistas e dependiam de uma extensa rede comercial chamada Hidras do Iguaçu (Gomes, 1996; 2015; De Albuquerque; Fraga Filho, 2006; Florentino; Amantino, 2012). Já os quilombos de outras áreas do estado apresentaram outras características ligadas a uma dependência de comércio e proximidade com áreas fora dos quilombos. Alguns deles ficavam nos próprios territórios das fazendas, como o Carukango na região de Macaé, que recebeu esse nome por causa de um escravo conhecido como o Zumbi de Macaé (Amantino, 2007; Cordeiro, 2009; Clique Diário, 2020).

Na região Serrana fluminense, nas proximidades das matas do atual PETP, ocorreu a insurreição negra de Manoel Congo e Marianna Crioula (Figura 13) no município de Vassouras (1838), um dos mais ricos em escravos e plantações de café, iniciada nas matas da Serra de Santa Catarina, no atual município de Paty do Alferes, que se alastrou por outras serras das cercanias como a Serra da Taquara e a Serra da Estrela. As pretensões deste grupo revoltoso foram debeladas antes mesmo da construção de um quilombo vigoroso. Os revoltosos tinham esta aspiração (De Vargas, 2012; Gomes; Machado, 2021; Da Silva, 2023), assim como a provável interação frente aos quilombos que existiam nas matas, brejos e manguezais do Recôncavo da Guanabara entre rios como o Iguaçu e o Sarapuí.

Figura 13- Manoel Congo e Mariana Crioula, ícones do levante no Vale do Paraíba



Fonte: Portal C3, 2023.

Um dos maiores quilombos que se tem notícia no Estado do Rio de Janeiro existiu na

região de Macaé e adjacências e era conhecido por seu líder como Quilombo de Carukango (Amantino, 2007). Foi um líder quilombola moçambicano que sobreviveu às terríveis travessias dos porões escravistas (Dos Santos, 2021). Foi o maior quilombo (Figura 14) do Estado do Rio de Janeiro e ocorria na região conhecida como Serra do Deitado, nos atuais municípios de Macaé e Conceição de Macabu (1791-1831). Também nesta região, nos antigos sertões do Imbé (Soffiati Netto, 2009), vicejavam quilombos nas matas locais que atestam a resistência negra na Mata Atlântica por todo o estado. Um dos sinais de ocupação negra quilombola por esta região foi a descoberta de uma comunidade negra isolada chamada Carobinho na região do Imbé, município de Campos dos Goytacazes (Observatório quilombo e territórios negros, 2010).

Figura 14- Representação da batalha que prendeu o líder do Quilombo da Serra do Deitado



Fonte: Clique Diário, 2020.

Na região dos lagos litorâneos, no Estado do Rio de Janeiro, também existiu um grande território negro chamado Quilombo de Bacaxá. Este território afrodiaspórico fluminense se sustentava de pequenos cultivos locais como mandioca, milho e feijão, mas também do amplo sistema de redes comerciais que faziam na região de ocorrência até ser desbaratado no ano de 1730 (Florentino; Amantino, 2012). As serras das atuais localidades existentes entre a região do Sana e os municípios de Silva Jardim e Nova Friburgo foram rota de ampla utilização de escravos fugidos na época colonial (Fonseca Júnior, 2004). Até hoje, esta região sustenta notável parte dos quilombos do estado que existem em municípios como Araruama, Cabo Frio e Armação de Búzios.

Nas serras entre os atuais municípios de Casimiro de Abreu e Nova Friburgo, registros históricos sustentam a existência de quilombos que habitavam as florestas dos vales de rios como o São João e as cabeceiras do Rio Macaé, já em território da parte noroeste do atual PETP. Inclusive, existe até hoje uma localidade chamada Quilombo nas serras entre os limites municipais da região (Lima, 2013). A região de Quilombo no antigo município de Capivari (atual Silva Jardim) demonstra a atuação de aquilombados que frequentavam as matas locais (Amantino, 2007) e possuíam interações com as populações negras que habitaram a região de Macaé de Cima, em Nova Friburgo. Estas florestas que se localizam na região tiveram o grande Quilombo do Sana, um dos mais representativos no registro histórico (Fonseca Júnior, 2004).

Também existiram quilombos tardios às vésperas da abolição da escravidão na região de Campos dos Goytacazes, em uma localidade chamada Morro do Coco e na região de Cantagalo, próxima ao PETP, onde escravos revoltosos tomaram fazendas em que trabalhavam e fugiram para florestas das cercanias para formarem pequenos quilombos. Hoje, Campos dos Goytacazes ostenta o maior número de comunidades quilombolas do estado, segundo a Fundação Palmares (Gomes, 2015; Garcia, 2002). Vale lembrar que, entre os numerosos quilombos que não foram catalogados e que sobreviveram no pós-abolição, destaca-se o de Itatiaia, na Serra da Mantiqueira (Fiabani, 2012).

Há grande plausibilidade na existência de inúmeros quilombos que não tiveram suas histórias contadas por causa da escassez de fontes, do desprezo das elites coloniais e da cultura afrodiaspórica estar muito ligada à oralidade (Fiabani, 2012). Lima (2013) sustenta em sua pesquisa sobre antigos quilombos em Casimiro de Abreu que, até a década de 1950, ainda havia remanescentes de escravizados na zona rural do município que foram expulsos pela colonização alemã. Vale ressaltar também que muitas das terras ocupadas por quilombolas foram doadas a colonos europeus em outras localidades, como os suíços em Nova Friburgo. Então, estes colonizadores entravam em conflito com os quilombolas e tomavam suas terras já ocupadas com pequenos cultivos agrícolas.

Dentro deste contexto, Da Silva (2023) sustenta que existiam dois tipos clássicos de quilombos na região do Recôncavo da Guanabara: i) os que habitaram zonas pantanosas dos rios e manguezais que cercavam a Baía de Guanabara, como o Quilombo do Iguaçu e o Quilombo do Bomba, no antigo município de Estrela (Moreira, 2025) e ii) aqueles que habitavam áreas florestais com florestas densas na Serra do Mar e vales de difícil acesso, como na região do Tinguá e na região de Macaé de Cima. Nestes locais e adjacências, existiram quilombos que necessitavam dos recursos da Mata Atlântica, mas também

praticavam banditismo com pequenos saques em ambientes não florestais como pântanos e manguezais nas bacias hidrográficas dos rios Macacu, Guapiaçu e Caceribu. A quantidade de escravos revoltosos e outros grupos sociais nestes quilombos influenciava o tipo de lógica econômica e espacial destes territórios de insurreições como a de Manoel Congo (Gomes, 1995).

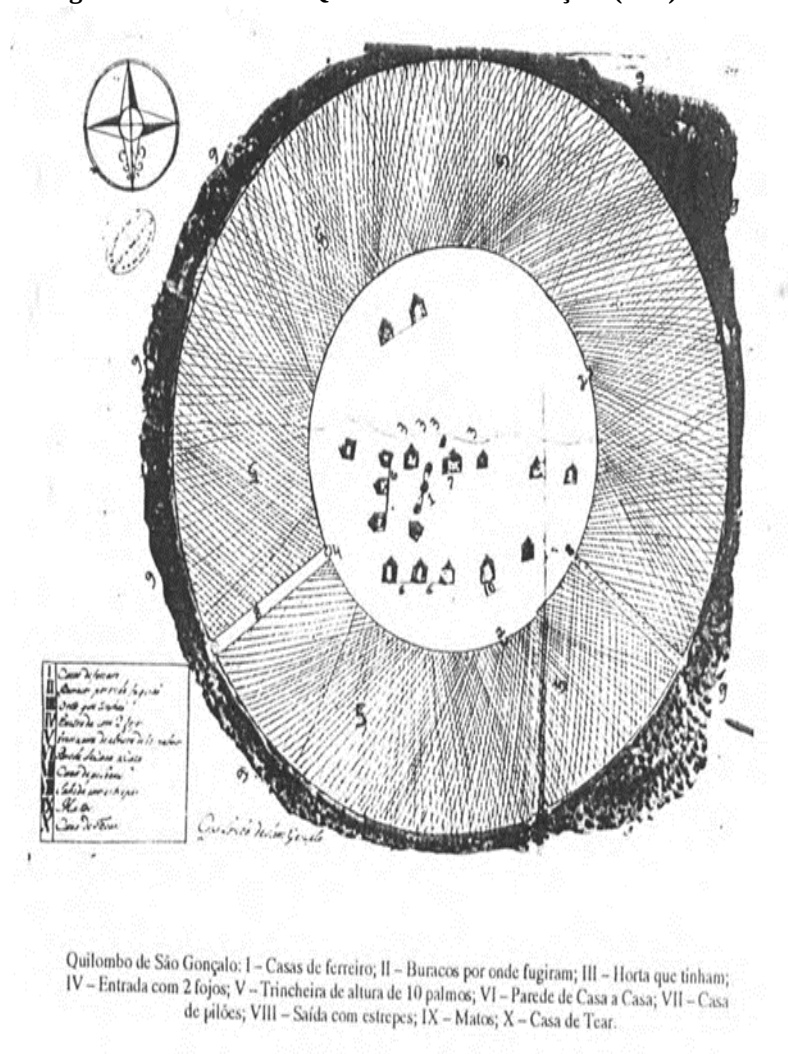
Dentro dos dois tipos de quilombos, o modo de cultivar alimentos foi uma das características mais importantes e pode ser notado ainda hoje nas áreas ao redor do parque, tanto nas regiões dos descendentes dos colonos europeus quanto na dos camponeses que vivem em regiões como a zona rural do município de Cachoeiras de Macacu. Nos quilombos maiores existiam verdadeiras comunidades agrícolas que incomodavam muito os donos de terras e autoridades coloniais. As pesquisas não comprovam quilombos de grandes dimensões no Estado do Rio de Janeiro até o momento, tais quais o grande Quilombo de Campo Grande em Minas Gerais que tinha várias comunidades e tamanho bem considerável (Amantino, 2001; Schwartz, 2001; De Albuquerque; De Andrade, 2001; Fraga Filho, 2006). Entretanto, estes espaços negros poderiam apresentar diferentes estruturas (Figuras 15 e 16).

Figura 15- Desenho do Quilombo da Samambaia (MG) em 1769



Fonte: Amantino, 2001.

Figura 16- Desenho do Quilombo de São Gonçalo (MG) em 1769



Fonte: Amantino, 2001.

Além da implementação de sistemas ecológicos diferentes da agricultura colonial em suas relações com as florestas do bioma Mata Atlântica, os quilombolas também adotavam táticas de guerrilha utilizadas em África para se defenderem da repressão policial colonial contra seus refúgios (Moura, 1986; Gomes, 1995; Lima, 2013; Acosta; Brand, 2019; Acsehrad, 2021). Faziam armadilhas que utilizavam para caçar animais, caminhos falsos que ludibriavam seus perseguidores, alianças com pessoas de fora dos quilombos que avisavam sobre possíveis tropas de ataque contra os aquilombados (De Andrade, 2001), além da própria natureza das florestas e pântanos locais como uma miríade de insetos e animais venenosos. Além disso, os caminhos tortuosos de vegetação espessa e as doenças tropicais auxiliavam os revoltosos ao dificultar a chegada das tropas e repressão (Bonneuil; Fressoz, 2024).

Quais eram os motivos para os negros escravizados fugirem para regiões remotas e de

difícil acesso para construírem os quilombos? Logicamente, a vida de trabalho extenuante e intensa exploração da mão-de-obra escrava eram um forte motivo, pois estas populações negras, além de enfrentarem o inferno dos porões dos navios negreiros, ainda precisavam conseguir viver em uma terra distante e desconhecida com perigos novos que não existiam em suas terras natais na África. Gomes (1995) narra um possível outro motivo para a fuga de escravos, que eram as moléstias e doenças que infestavam já os ambientes urbanos pelo aumento da aglomeração populacional nestes locais.

Os quilombos possuíam funções para homens e mulheres nas atividades de caça, cultivos de alimentos, preparação dos alimentos, coleta de frutas e palmitos, pesca e estratégias de defesa contra as tropas escravizadoras e nos rituais religiosos como defesa frente aos perigos da floresta e da repressão colonial. Gomes (1995) diz que, nas lutas, as mulheres combateram lado a lado com os homens. Contudo, o medo das revoltas escravas assombrava os agentes do sistema capitalista colonial em todos os lugares onde houvesse quilombos, principalmente pelas lembranças ocorridas na Ilha de Santo Domingo, no Quilombo dos Palmares e na Revolta dos Malês, em território baiano.

O Rio de Janeiro foi um dos estados do Brasil que mais recebeu populações negras como escravos. O porto da cidade recebeu cerca de metade dos escravizados de várias etnias africanas ao longo do período colonial e pós-independência, mesmo quando o tráfico foi proibido no país. Estas pessoas eram vendidas e utilizadas em várias atividades econômicas deste período histórico dentro das fazendas de cana-de-açúcar e de café, atividades agropecuárias em geral, coleta de madeira, destruição de florestas, construção civil e serviços domésticos dentro da economia colonial (Gomes, 1995).

Apesar disso, os escravos nunca aceitaram esta realidade e organizaram numerosos meios de resistência para sobreviverem a este habitar colonial (Ferdinand, 2022). Um destes meios eram as revoltas e insurreições quilombolas organizadas nas matas das fazendas, espaços urbanos e florestas ainda não incorporadas ao capitalismo luso-brasileiro (Amantino, 2007). Dos Santos (2021, p. 219) descreve alguns destes motivos:

Ao negro não restava outra saída senão reagir à violência individual e institucional que o combatia, militar, política e ideologicamente, que tentava impedi-lo até mesmo de usar sua língua e praticar sua religião. E as negras e negros reagiram desde o primeiro dia de cativeiro das mais diversas formas: matando senhores, abortando seus próprios bebês para que não fossem escravizados, organizando irmandades religiosas, inclusive para comprar alforrias, organizando fugas e construindo quilombos.

A natureza sempre foi de essencial importância para que as rebeliões negras ocorressem no país (Fiabani, 2012). Em uma nação ainda pouco ocupada com populações

humanas e que apresentava grandes extensões de florestas, manguezais, ilhas, brejos, savanas e regiões montanhosas, as populações negras possuíam enormes territórios para pensar na conflagração de insurreições e rebeliões para o estabelecimento de quilombos ou apenas terem locais de fuga frente à opressão colonial. Utilizavam os biomas e ecossistemas a seu favor, mesmo que existissem perigos nestes ambientes. Em tempos atuais, os territórios quilombolas definidos pelo estado brasileiro são uma barreira frente ao avanço do capital em terras que estas populações habitam sobre os biomas brasileiros, apresentando os menores níveis de destruição ambiental nestas regiões (MapBiomas, 2023). Um exemplo aparece no Cerrado, o bioma mais ameaçado pelas fronteiras agropecuárias atuais, onde o Quilombo do Kalunga (Figura 17) recebeu importante prêmio por seu alto grau de conservação ecológica pelas práticas ecológicas da comunidade (Lopes, 2021).

Figura 17- Território do Quilombo do Kalunga, altamente conservado por causa das práticas ecológicas negras



Fonte: Lopes, 2021.

Os quilombos também estiveram presentes na Mata Atlântica do Estado do Rio de Janeiro durante o período das experiências coloniais do Brasil. Eram espaços de verdadeira democracia racial porque todos os marginalizados da sociedade - negros ou não - eram aceitos nestes refúgios (Dos Santos, 2021). As populações negras destes locais, mesmo as existentes nos inúmeros quilombos e mocambos país afora, lembram com nostalgia de tempos de fartura em que havia mais florestas e os rios eram mais limpos.

Florestas preservadas, como as existentes no Vale do Rio Trombetas pelos quilombolas de hoje, atestam modos de vida particulares em consonância com as matas locais (Funes; Rios, 2020), o que ajudou em diferentes recortes históricos, as matas que hoje fazem parte do PETP. Inclusive, alguns locais apresentam topônimos como quilombo e outros

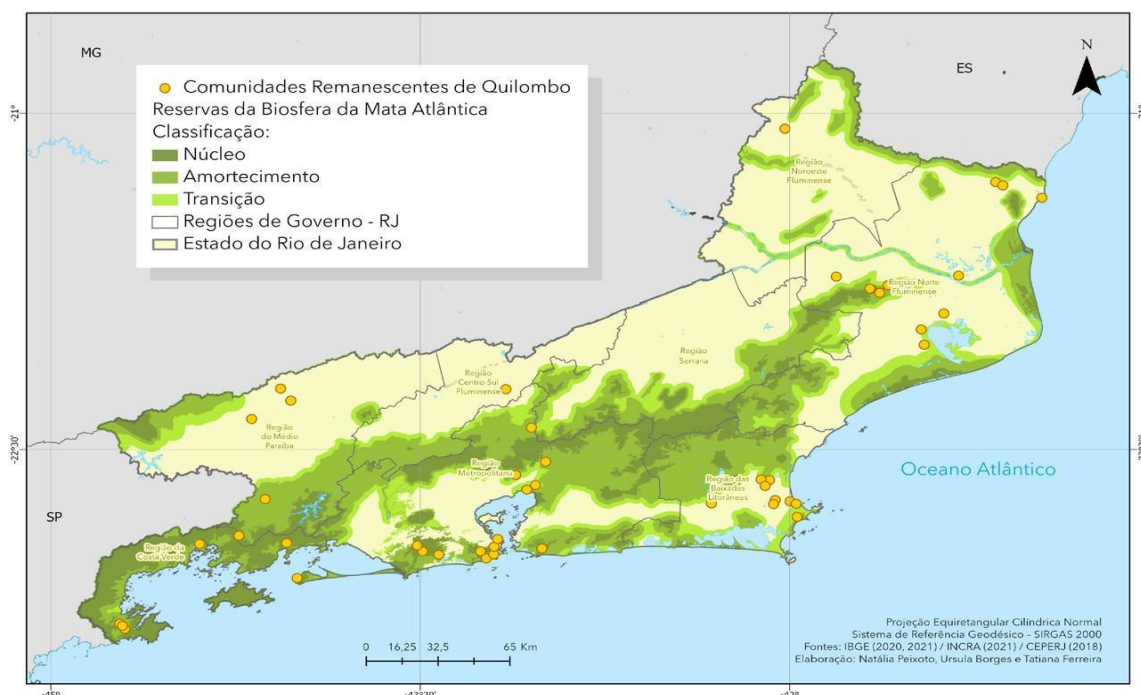
nomes de origem africana. A construção e apagamento das memórias e histórias dos africanos é uma constante também no Estado do Rio de Janeiro e, por isso, os quilombos e insurreições escravas ainda carecem de estudos mais aprofundados (Dos Santos, 2015). As visões sobre os quilombos no território fluminense eram muito negativas pelo perigo que representavam muitos deles ao sistema de agricultura colonial vigente, como Lamberg (1896, p. 211) atesta no seguinte trecho:

Em um ponto do campo, que nunca foi cultivado e por onde só raríssimas vezes passam homens civilizados, ha o que chamam um « quilombo »: é a bolsa desses malvados, onde escondem o assucar roubado dos armazens, os cavallos o muitas outras cousas, e onde vendem tambem parte das sua prezas, afim de comprarem aguardente e mantimentos. Mas esses quilombos são também uma especie de hoteis de gatunos, com esconderijos subterraneos. A policia rarissimas vezes se atreve a penetrar ahi, tanto mais que encontrariam o ninho vazio, pois esses escravos fugidos estão em estreita communicação com o sens irmãos das fazendas e são por estes prevenidos a tempo de qualquer perigo.

Hoje, existem 54 comunidades quilombolas no Estado do Rio de Janeiro (Figura 18) localizadas em 22 municípios desta unidade da federação. Todos estes territórios negros sofrem constantes ameaças pelas atividades econômicas de diferentes forças e agentes do capital. A maior parte das comunidades quilombolas que sofre mais pressão econômica está em áreas localizadas perto ou próximas ao litoral, como os quilombos de municípios como Cabo Frio, São Pedro da Aldeia, Armação de Búzios e Quissamã. Segundo dados do IBGE (2022), existem no Brasil 1.327.802 pessoas (0,65% do país) que se declaram quilombolas e o Estado do Rio de Janeiro possui 20.344 quilombolas nestes espaços negros afrodiáspóricos (Deister, 2023). Gomes (2015, p. 120) assim diz sobre estes territórios de resistência negra:

Mas os quilombos e mocambos continuaram a se reproduzir mesmo com o fim da escravidão. Eles nunca desapareceram, porém não os encontramos mas na documentação da polícia e nas denúncias de jornais. Os vários quilombos-que já eram microcomunidades camponesas- continuam se reproduzindo, migrando, desaparecendo, emergindo e se dissolvendo no emaranhado das formas camponesas do Brasil de norte a sul.

Figura 18- Localização das comunidades quilombolas no Estado do Rio de Janeiro e a o bioma Mata Atlântica no território fluminense atual



Fonte: Ferreira *et al.*, 2021.

Os quilombolas atuais do Estado do Rio de Janeiro podem ser representados por estas sociedades camponesas atuais, em seus graus de complexidade dentro das diversas regiões fluminenses. Muitas áreas protegidas do estado possuem algum tipo de relação com os povos escravizados durante o período colonial. Suas marcas são vistas até hoje nestas paisagens que compõem as diversas categorias de áreas protegidas. As populações quilombolas, em seus intercâmbios culturais com mestiços e povos indígenas, estabelecem modos de vida geralmente integrados aos biomas e ecossistemas naturais do Brasil, como a Mata Atlântica (Da Silva, 2013).

Os regimes de propriedades comunais das comunidades tradicionais negras possuem algumas especificidades de acordo com as origens históricas das etnias africanas que vieram ao Rio de Janeiro e as novas territorialidades estabelecidas com a natureza que encontraram por aqui. Deve-se ressaltar que quilombos são diferentes porque os biomas e ecossistemas também o são. Também as estratégias de defesa contra as ameaças a estes povos são diferentes e complexas (Little, 2003). Territórios quilombolas eram também cobiçados porque os aquilombados poderiam fazer cultivos que deixariam estas terras aptas à exploração (Amantino, 2007), como parece ter sido o caso da região de Macaé de Cima, no PETP. Aqui, a colonização suíça se apropriou de terras ocupadas por quilombolas (A Voz da Serra, 2013).

As estratégias de defesa dos povos aquilombados que ainda sobrevivem em variadas paisagens do estado só começaram a ser melhor estudadas e entendidas de acordo com as

lutas de movimentos negros de grandes centros urbanos ou pela valorização destas populações em estudos antropológicos. Muitos destes estudos são reconhecidos em análises socioambientais a partir de áreas protegidas do país, como os conflitos ambientais que estes povos possuem em algumas regiões do país frente à criação de unidades de conservação de usos mais restritos (Little, 2003; Alier, 2018). Da Silva (2013) enfatiza que muitos remanescentes da Mata Atlântica atuais sobreviveram por abrigarem populações tradicionais como os próprios quilombolas.

O sistema produtivo colonial destrói até hoje os biomas do Brasil e do Estado do Rio de Janeiro. Outrossim, as possibilidades de resistência dos quilombolas, mesmo no período colonial, ainda constroem formas de se cultivar a terra que mantêm as florestas (Da Silva, 2013). Estas populações negras organizam sua própria ecologia não baseada no modo de vida europeu e praticam uma ecologia essencialmente decolonial (Ferdinand, 2022). O que hoje se chama agroecologia sempre foi praticado pelas comunidades quilombolas (Toledo; Barrera-Bassols, 2009; Dos Santos, 2023). A etnobotânica praticada pelas populações afrodiáspóricas promovia e promove até hoje uma conexão com a natureza que integra arte, ciência e magia (Gomes, 2009) dentro das cosmovisões ecológicas nos territórios negros por excelência: Quilombos, Terreiros e Jardins.

4 O PETP E SUA INSERÇÃO COMO UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NA MATA ATLÂNTICA DO ESTADO DO RJ

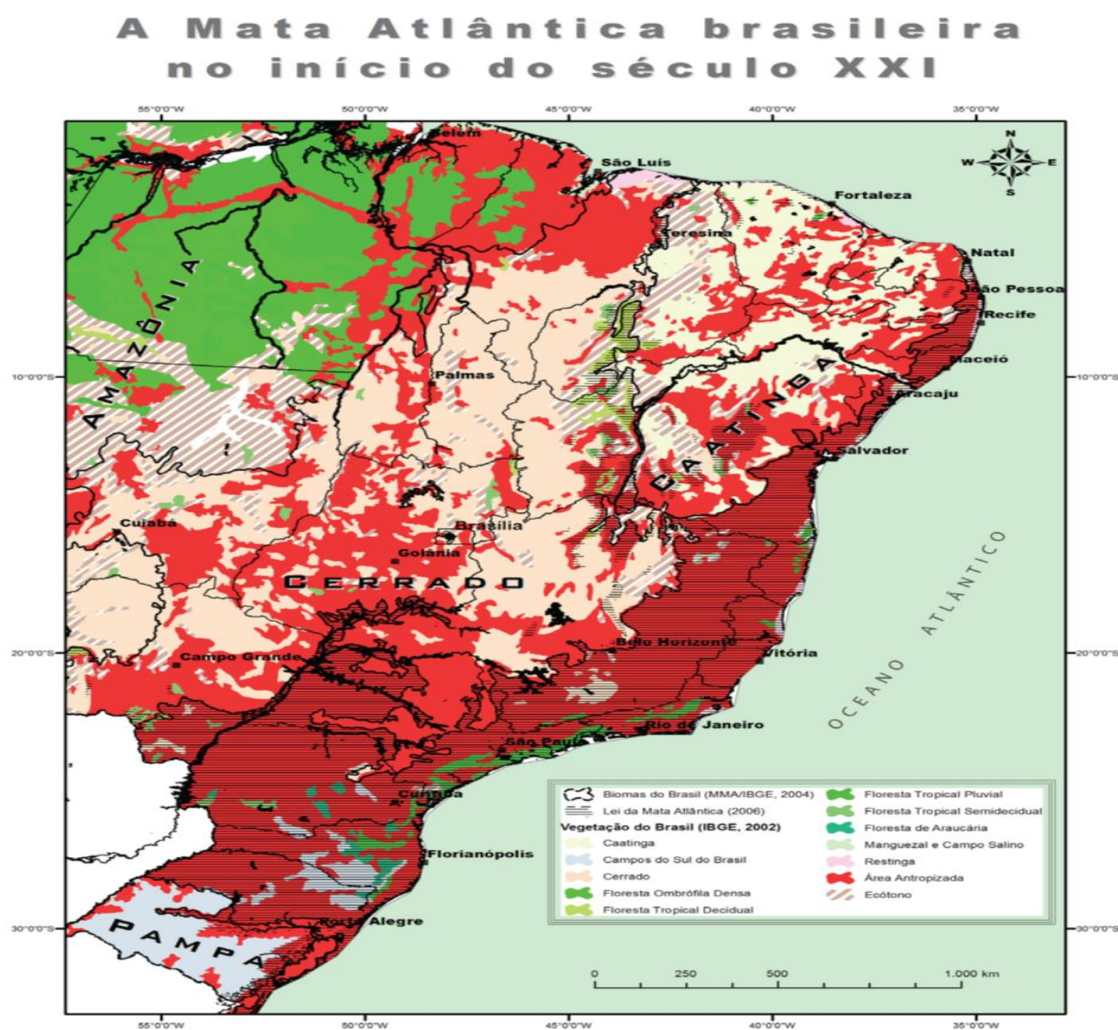
4.1 Breve História Ambiental da Mata Atlântica Fluminense

Segundo Marques e Grelle (2021) e WWF (2017), a Mata Atlântica é um bioma que ocorre em 3 países da América do Sul: o Brasil conta com 92% ou 1.309.579,72 km² da cobertura histórica, o Paraguai tem 6% ou 86.071,62 km² e a Argentina possui 2% ou 27.090,57 km² totais. Ostenta uma das maiores biodiversidades do planeta com centenas de espécies de plantas, animais e fungos em toda a sua área histórica de ocorrência, assim como ocorre com todas as florestas tropicais do mundo (Roberts, 2019; Franke *et al.*, 2005; Galindo-Leal; Câmara, 2005). Como todos os biomas do Brasil, apresenta várias fitofisionomias características de acordo com fatores climáticos, pedológicos, geomorfológicos, geológicos e dos gradientes altitudinais, que permitem a existência de inúmeros ecossistemas associados (WWF, 2016). A Mata Atlântica também é uma construção político-cultural de acordo com a visão dos povos e etnias que convivem com o bioma há milhares de anos (Cabral, 2012).

Mas existiria um conceito exato de Mata Atlântica? É um bioma construído

socialmente, além da sua história ecológica singular com milhares de plantas, animais, fungos e populações humanas que interagiam no bioma séculos antes de suas profundas transformações ocorridas após a chegada dos portugueses. Desde Martius, o bioma Mata Atlântica (Figura 19) vem sendo classificado segundo inúmeros critérios ora mais abrangentes, ora mais reducionistas dentro de um escopo fitogeográfico complexo que coloca florestas muito distintas como as estacionais, as florestas chuvosas litorâneas e as matas de tabuleiro (Castro, 2015). Recentemente, um fragmento de floresta em plena Amazônia possui características bem semelhantes ao grande bioma atlântico (Cabral, 2012), assim como as florestas do norte do Espírito Santo, sul da Bahia e norte do Rio São Francisco possuem semelhanças florísticas em relação à Floresta Amazônica (Coimbra-Filho; Câmara, 1996).

Figura 19- Mata Atlântica remanescente no século XXI, após destruição de 500 anos



Fonte: Cabral e Bustamante, 2015.

A Mata Atlântica é um bioma extremamente rico em diversidade biológica e cultural e, ao longo do tempo, recebeu várias denominações diferentes de acordo com sua localização

geográfica ou zona climática (Marques; Grelle, 2021). Este tipo de floresta tropical, onde há grandes quantidades de rios e nascentes, assim como alta pluviosidade, diz respeito ao agrupamento vegetal que ocorria ao longo da costa brasileira entre a região nordeste e o sul do Brasil, onde se interioriza nos Estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Santa Catarina. Também atinge o Paraguai e a Província de Misiones na Argentina (Dean, 1996; Franke et al., 2005). O conceito de Mata Atlântica foi criado por Martius e Saint-Hilaire no século XIX e popularizado pelo geógrafo Aroldo de Azevedo em 1950 (Cabral, 2012).

De toda forma, o bioma é protegido na Constituição federal e é comumente aceito como um dos complexos vegetacionais com mais diversidade ecológica no planeta, além de ser um dos hotspots mais ameaçados por causa da imensa biodiversidade e geodiversidade que ainda existe em seus fragmentos. Estes são essenciais para a maior parte da população brasileira que vive em seus antigos domínios, mesmo porque as florestas atuais indicam que há poucos territórios que conseguiram sobreviver às atividades econômicas no bioma desde a época da colonização (Dean, 1996), cujo ápice da destruição foi entre os séculos XIX e XX (Castro, 2002; Cabral, 2012; 2014).

A Mata Atlântica foi o primeiro bioma brasileiro a ser alterado em grande escala pelas atividades econômicas capitalistas. A partir da ocupação histórica ao longo do litoral brasileiro, os outros biomas foram sendo também modificados a partir da interiorização das florestas que hoje pertencem ao domínio da Mata Atlântica. As novas aberturas de fronteiras agropecuárias tornaram vastas regiões dos biomas do país à destruição, que no século XX foi mais intensa (Castro, 2002). Todos estes processos tiveram como resultado a eliminação dos povos da floresta e a sua posterior substituição pelo brasileiro que foi construído pela migração forçada de africanos trazidos durante o período das experiências coloniais e imigrantes europeus para substituírem os numerosos africanos escravizados (Cabral; Bustamante, 2015).

Apesar de ser uma das biotas mais estudadas do planeta, até hoje espécies novas seguem sendo catalogadas até mesmo em áreas muito degradadas (WWF, 2017). A Mata Atlântica ainda se mostra de vital importância pelos serviços ambientais que delega às populações humanas que vivem em seu território histórico: água potável, fornecimento de energia elétrica, polinização de plantas para cultivos agrícolas, regulação climática e serviços culturais (Galindo-Leal; Câmara, 2005).

A Mata Atlântica existe nos territórios de 17 estados brasileiros e ocupava cerca de 1.300.000 km² ou 16% do território brasileiro (Franke et al., 2005). As fases de conversão da Mata Atlântica podem ser resumidas com a evolução agropecuária no bioma, onde Franke et

al. (2005) as denomina como: i) a fase relacionada ao método da Coivara, herdado dos povos indígenas; ii) a fase do extrativismo e comércio da fauna e flora; iii) a criação de gado e as monoculturas do período colonial como café e cana-de-açúcar; iv) a mineração de ouro e metais preciosos; v) a fase dos efeitos da Revolução Industrial durante os períodos da independência e republicano, onde as inovações tecnológicas destruíram milhares de hectares de Mata Atlântica para o avanço de fazendas, cidades e campo para o gado.

A História Ambiental da Mata Atlântica é complexa e possui numerosos capítulos descritos e construídos pelas diferentes populações humanas que habitam este território desde antes da chegada dos portugueses há mais de 500 anos (Dean, 1996). A investigação histórica sobre o papel das atividades humanas frente ao mundo biofísico durante o período colonial e pós-colonial no bioma Mata Atlântica é uma tentativa dos pesquisadores para se entender a construção de novas paisagens neocoloniais que são vistas ainda hoje no que restou deste bioma no país, e ajudar na construção de estratégias e políticas públicas adequadas para a sua preservação e da população que depende de seus serviços ambientais (WWF, 2016; Lima, 2001). O bioma Mata Atlântica foi, até hoje, o maior projeto colonial de destruição de matas tropicais na história (Drummond, 1997).

Um exemplo trágico foi o que ocorreu com as matas do Pontal do Paranapanema em São Paulo, onde a criação de 3 áreas florestais de quase 300.000 hectares foi reduzida a cinzas pelos próprios gestores do estado que lotearam as florestas para grandes proprietários de terra, madeireiras e caçadores que arrasaram a Mata Atlântica da região (Dean, 1996; Leite, 1998), que sobrevive apenas no atual Parque Estadual Morro do Diabo, no município de Teodoro Sampaio. Hoje, a região do Pontal é uma área de graves conflitos fundiários comuns em várias áreas onde existiu ou ainda existe o bioma. Leite (1998, p. 100) comenta o que foi esse crime: “A estratégia era a do fato consumado: acabando-se com a floresta, o estado perderia o interesse pela área, pois nada haveria a conservar num meio-ambiente ecologicamente devastado”.

No Brasil, a Mata Atlântica foi sendo substituída por atividades econômicas implementadas por imigrantes europeus e brasileiros nestes mais de 500 anos de colonização do bioma, cuja antiga área territorial é ocupada pela maior parte da população brasileira que vive em grandes capitais de estados como Rio de Janeiro, Salvador, Recife, São Paulo e Vitória (Dean, 1996). O início de sua destruição acompanhou a ocupação da costa litorânea e só depois ocorreu com as matas interioranas (Franke et al., 2005; WWF, 2017). Hoje, os antigos territórios dominados por estas florestas são ocupados por mais de 70% da população brasileira em mais de 60% dos municípios existentes no país, sendo um bioma antropogênico

construído por séculos de interações ecológico-culturais (Marques; Grelle, 2021). Os primeiros habitantes não tinham ideia do que ocorreria dali para a frente quando ocorreu o primeiro contato com os portugueses (Dean, 1996).

As florestas remanescentes são um mosaico de matrizes alteradas por atividades humanas por todo o país, principalmente às ligadas aos setores agropecuários, à urbanização e à industrialização (Dean, 1996; Costa, 2022). As práticas agropecuárias inviabilizam a regeneração natural da Mata Atlântica, como descrito por Marques e Grelle (2021, p. 38): “A permanência do gado nestas zonas onde a cobertura florestal foi removida é uma das principais restrições para a regeneração natural, devido ao constante atropelamento e herbivoria de plântulas, juntamente com intensa erosão do solo e longa distância de qualquer fonte de propágulos provenientes de florestas remanescentes”.

Estes capítulos da destruição da Mata Atlântica se iniciaram com a retirada de Pau-Brasil e outras espécies de grande valor econômico e uso na construção naval e civil, móveis, cercas, edificações, pontes e outros fins (Dean, 1996; Castro, 2002; Galindo-Leal; Câmara, 2005; Marques; Grelle, 2021). Este comércio inicial de madeira consumiu grandes extensões de florestas costeiras da região nordeste até o Estado do Rio de Janeiro (Capobianco, 2001; Serra; Serra, 2012). Também havia um comércio de plantas como orquídeas, bromélias e cactos, além de produtos de origem animal, que eram retirados das matas e contribuíram para a extinção de numerosas espécies (Capobianco, 2001).

Após a escassez das árvores de grande valor econômico, foi instituído um modelo de uso e exploração de terras que as domesticava para uso agropecuário, ao mesmo tempo que as tornava mercadoria barata (Moore, 2016). Logo, surgiu uma outra importante atividade econômica na Mata Atlântica, a indústria da cana-de-açúcar (Marques; Grelle, 2021). Após destruir a Mata Atlântica ao norte do Rio São Francisco, a cana adentrou a região sudeste, onde importantes áreas do Estado do Rio de Janeiro serviram para a produção do açúcar e outros derivados deste tipo de cultivo (Drummond, 1997; Capobianco, 2001; Castro, 2002; Cabral, 2007; Costa, 2022), como a região dos Sertões de Macacu, onde hoje se localiza o PETP.

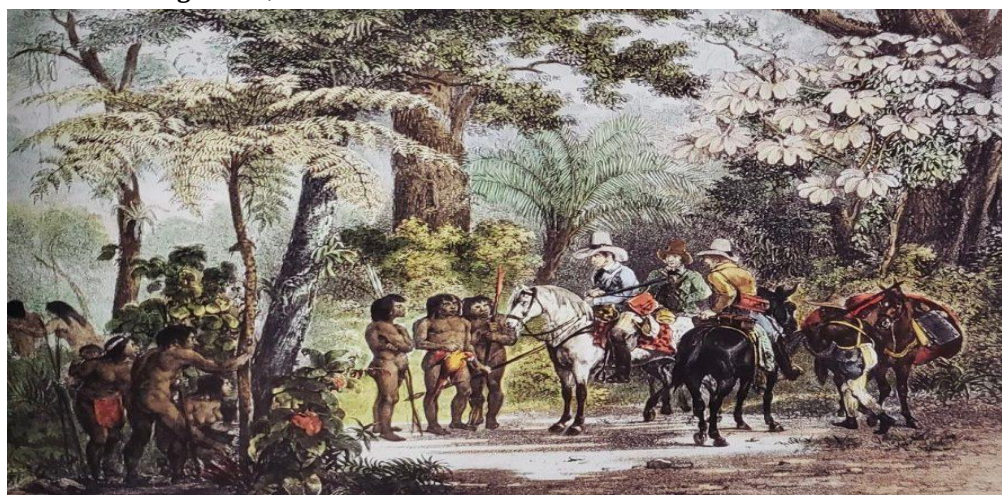
As atividades econômicas que destruíram as fitofisionomias de Mata Atlântica podem ser exemplificadas por regiões. A produção de cana-de-açúcar no nordeste e sudeste acabou com as florestas costeiras do nordeste ao Rio de Janeiro (Drummond, 1997; Freyre, 2004), o café transformou o Vale do Rio Paraíba do Sul, o oeste paulista e o interior do Paraná em cinzas (Dean, 1996; Lamego, 2006), o comércio de ouro e metais preciosos arrasou as matas de Minas Gerais a Goiás (Marques; Grelle, 2021; Costa, 2022), a indústria madeireira e a ocupação europeia do sul do Brasil acabaram com as antigas matas de Araucárias (Campanili;

Prochnow, 2006). Dean (1996) sustenta que, particularmente, grande parte dos imigrantes europeus possuía uma voracidade e desprezo pelas matas que beirava uma espécie de ódio secular.

A industrialização e a urbanização acelerada durante a Era Vargas (WWF, 2016) aceleraram o desmatamento da Mata Atlântica pela busca de terras para cultivos que alimentam um contingente populacional recém-urbanizado, a lenha para fogões e madeira para indústrias siderúrgicas e a construção civil (Dean, 1996; Campanili; Prochnow, 2006; Campanili; Schaffer, 2010). Os dormentes de trilhos para as ferrovias, os cultivos de fumo e eucalipto, a criação de gado e a especulação imobiliária fizeram o resto e ainda ameaçam o que sobrou de florestas (Dean, 1996). O crescimento demográfico e a construção de cidades, com sua infraestrutura, causaram o restante dos impactos (Murari, 2009; Costa, 2022).

A produção de café foi um divisor de águas para a destruição da Mata Atlântica porque abriu os principais processos de destruição das florestas, permitindo intenso crescimento demográfico, urbanização, industrialização e a construção de ferrovias que acarretaram novos vetores e processos para a substituição das matas (Dean, 1996; Galindo-Leal; Câmara, 2005; Murari, 2009; Tomich *et al.*, 2021). A expansão de novas fronteiras agrícolas em regiões onde ainda havia matas remanescentes trouxe intensas pressões socioeconômicas que depauperaram ainda mais o bioma (WWF, 2016; Campanili; Schaffer, 2010; Marques; Grelle, 2021; Costa, 2022). Lamego (2006, p. 57) fala como era o vale do Rio Paraíba do Sul (Figura 20) antes da chegada do café: “O Vale do Paraíba nos idos de 1700 era coberto por uma mata primária, um contínuo e entrelaçado matagal que cobria as serranias, desdobrava-se por morros e colinas, abafava os vales apertados, onde os cursos d’água desapareciam sob os tetos das ramagens”.

Figura 20- Gravura de Johann Moritz Rugendas que mostra contato entre colonizadores e povos originários, tendo a Mata Atlântica do Vale do Paraíba de fundo



Fonte: Alvarenga, 2023.

A evolução da legislação ambiental no Brasil ao longo do século XX, como a criação de Unidades de Conservação e leis que impediam o uso indiscriminado das florestas, atenuou um pouco a pressão por demandas sobre a Mata Atlântica que ainda existia (WWF, 2016; Lima, 2001), embora não tenha salvado florestas contínuas como as existentes no Sul da Bahia e norte do Espírito Santo que milagrosamente tenham chegado em bom estado de conservação nas últimas décadas do século XX (Diegues, 1995; Dean, 1996; Cabral, 2007). Vale ressaltar que estudos como os de Castro (2002) e Cabral (2014) afirmam que o estado português conseguiu implementar leis e decretos para a gestão das florestas que, se fossem continuados pelo período pós-colonial, teriam poupado da destruição regiões inteiras de Mata Atlântica.

O Estado do Rio de Janeiro teve uma cobertura florestal de Mata Atlântica que alcançava 97% do território, com pequena faixa de bioma de clima semiárido entre os municípios de Cabo Frio e Arraial do Cabo (Campanili; Prochnow, 2006; Capobianco, 2001; Campanili; Schaffer, 2010). Mesmo com todas as atividades econômicas dos séculos anteriores, a Mata Atlântica ainda alcançava 81% do território fluminense no início do século XX (Capobianco, 2001). Segundo dados mais recentes, hoje as florestas remanescentes alcançam 31% ou 1.300.000 hectares (Serviço Florestal Brasileiro, 2018) e 1.324.120 hectares ou 30,28% do território fluminense (MapBiomas, 2021).

A Mata Atlântica Fluminense foi colonizada pelos portugueses a partir do litoral e, com isso, desapareceram as espécies de árvores de grande valor econômico. Logo após vieram os engenhos de cana-de-açúcar para destruir os ecossistemas de Mata Atlântica nas zonas de relevo mais baixas onde antes existiam florestas paludosas, matas de baixada, restingas e manguezais (Soffiati Netto, 2006). Estes primeiros séculos de ocupação territorial no Estado do Rio de Janeiro ainda não haviam penetrado nas extensas matas que existiam na Serra do Mar, pois Drummond (1997, p. 44) fala o seguinte: “As extensas áreas montanhosas do Estado do Rio de Janeiro eram usadas apenas para expedições periódicas de caça e coleta ou para migrações”.

Após os contatos com os europeus, os povos indígenas que não sucumbiram às doenças e armas dos portugueses e franceses foram se interiorizando nos locais onde ainda havia Mata Atlântica, como nas escarpas das serras onde hoje se encontra o PETP. Esta zona ficou conhecida durante muito tempo como Sertões, como os do leste (Mercadante, 1973) ou de Macacu (Cabral, 2007). Esta barreira geomorfológica da Serra do Mar também protegeu importantes nacos de florestas antes da consolidação do café. Drummond (1997, p. 79) assim diz sobre esta região de florestas:

A Serra do Mar permaneceria por quase 200 anos como uma fronteira íngreme e

abrupta, cortada apenas por algumas trilhas acidentadas que ligavam o Rio de Janeiro com um interior remoto e desinteressante para os portugueses – pela falta de ouro. O vale do rio Paraíba do Sul ficou quase totalmente desocupado por europeus até mais ou menos o ano de 1800, com exceção do delta do rio e das baixadas próximas. Assim, a barreira montanhosa e florestal da Serra do Mar, juntamente com a ausência de minérios valiosos no interior, contribuiu para que a conhecida preferência dos portugueses pelas áreas costeiras do Brasil prevalecesse de forma marcante no Rio de Janeiro, quase até o ano de 1800.

Os indígenas foram desaparecendo e as matas do interior do estado seriam as próximas por causa de três vetores principais: a cana-de-açúcar foi para o norte fluminense, as rotas de ouro sangraram a Mata Atlântica serras abaixo até os portos e as fazendas de café com muita utilização de trabalho escravo (Marques; Grelle, 2021; Moreira, 2023) aniquilaram as matas em regiões outrora poupadas pelos modelos de utilização e ocupação do território concentrados no litoral, principalmente nas áreas de mata que possuíam um clima menos frio (De Vargas, 2012). Assim, Drummond (1997, p. 69):

Os usos centenários ou milenares dos recursos litorâneos do Rio de Janeiro foram assim desarticulados em menos de oito décadas e em parte substituídos por usos europeus, ou induzidos pelos europeus. Tupinambá, Goitacá e Goianá acabariam sendo extintos em terras fluminenses. Não surpreende, portanto, que o Rio de Janeiro seja hoje talvez o estado brasileiro onde a memória e a presença cultural dos indígenas mais foram apagadas pela cultura europeia.

A destruição massiva da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro fez com que apenas duas regiões atuais tenham uma cobertura florestal em proporção significativa, sempre em áreas mais altas do território, sendo a região da Costa Verde entre os municípios de Mangaratiba e Paraty e a região serrana central que vai do município de Nova Iguaçu em Unidades de Conservação como a Reserva Biológica do Tinguá e o PETP, até atingir de forma descontínua o Parque Estadual do Desengano no final destas serras nos municípios de Santa Maria Madalena e São Fidélis (Campanili; Prochnow, 2006). A maior parte destas florestas remanescentes é da tipologia floresta ombrófila densa, com 69% do total, seguido de matas estacionais semidecíduais (29%) e decíduais (1%) (Serviço Florestal Brasileiro, 2018).

Esta realidade local da Mata Atlântica já vinha sendo desenhada durante o período do apogeu da cana-de-açúcar e dos metais preciosos em Minas Gerais. Os vetores econômicos implementados durante a época aurífera fizeram com que vários caminhos e estradas fossem construídas entre o Vale do Paraíba e os portos do Rio de Janeiro (Moreira, 2023), onde toda uma dinâmica territorial foi se consolidando ainda mais com a vinda da família real em 1808. Todas estas mudanças incorreram em enorme atrativo populacional e mais pressão sobre a Mata Atlântica (Serra; Serra, 2012). Murari (2009, p. 231) já atesta os avanços destrutivos sobre as matas ainda preservadas: “Já na década de 1860 as reservas de mata virgem estavam esgotadas em vários municípios do Vale do Paraíba, o que se tornava mais grave levando-se em conta o caráter incipiente e

rotineiro das técnicas adotadas, que dependem largamente da fertilidade excepcional das terras recém-desmatadas”.

A região que envolve o PETP está inserida na ecorregião da Serra do Mar (WWF, 2016; 2017; Galindo-Leal; Câmara, 2005) em área de ocorrência histórica do bioma no Estado do Rio de Janeiro. Há um gradiente altitudinal relacionado à latitude e altitude, onde existem diversas espécies de animais e plantas de ocorrência restrita na Mata Atlântica local em que a fitofisionomia mais abundante é a floresta ombrófila densa. Grandes rios existem em toda área que a floresta ocupava no passado e, por conta da destruição das matas de suas respectivas bacias, suas vazões foram reduzidas ao longo do tempo (Oliveira; Fraga, 2020).

Estes rios foram úteis, durante muito tempo, para o escoamento de produtos ao longo do período colonial e pós-colonial. Inclusive, existiram quilombos que conseguiram sobreviver nos mangues e rios da Baía de Guanabara durante boa parte do século XIX (Gomes, 1995). Estas populações negras viviam de comércio e pequenos cultivos dentro da economia regional e estabeleciam-se dentro da Mata Atlântica para sobreviverem no sistema econômico escravista (Gomes, 1996). Cabral (2012) sustenta que o Brasil foi a grande civilização florestal do novo mundo que ofertou refúgios para diversos povos, como os escravizados, ao mesmo tempo que sua imensa diversidade natural e cultural ofertou produtos de grande valor econômico durante a ocupação do território que hoje conhecemos como Brasil.

Estas populações negras, como comunidades de posseiros pobres, continuaram utilizando áreas de floresta para diversos fins, como pequenas roças, extração de lenha e madeira (Galindo-Leal; Câmara, 2005; Cabral, 2007; Brasil; Quinteiro; Penna-Firme, 2018). Muitos destes posseiros praticavam uma espécie de colonato e eram descendentes de escravos. Vastas áreas de Mata Atlântica atuais estão cobertas de gramíneas africanas e subutilizadas para pecuária nas antigas regiões do café (Marques; Grelle, 2021).

Na área do Recôncavo da Guanabara, onde se localiza o parque atualmente, existem os últimos rios da Baía de Guanabara com boa vazão, muito em decorrência de um melhor grau de conservação das matas que abrigam suas nascentes. Estes rios sofrem constantes ameaças por se localizarem próximos de municípios populosos, onde o governo do estado tentou construir uma barragem na localidade de Serra Queimada em Cachoeiras de Macacu recentemente (Isensee e Sá, 2015). Muitas florestas do entorno dos Três Picos estão com variados estágios de conservação, o que pode ser notado em regiões como a zona rural do município de Cachoeiras de Macacu.

O Recôncavo da Guanabara foi povoado por povos indígenas e sambaquieiros antes da

chegada dos portugueses que aportaram no sítio urbano da atual cidade do Rio de Janeiro. De acordo com Serra e Serra (2012), havia cerca de 36 tabas habitadas por grupos indígenas em volta da Baía de Guanabara. A paisagem ocupada pela Mata Atlântica já demonstrava usos pretéritos da floresta pelos povos indígenas bem antes da ocupação portuguesa (Dean, 1996; Diegues, 1995). Após a chegada dos europeus, logo foi iniciado um comércio de madeiras-de-lei, principalmente de espécies como o Pau-Brasil, o Jacarandá e o Tapinhoã (Cabral, 2012). Soffiati Netto (2009, p. 62) comenta a respeito deste ocorrido na terra dos extintos Goytacazes do atual Rio de Janeiro: “Os colonos desmontaram as sociedades nativas. Delas não restaram sequer traços físicos nos atuais habitantes da região, apenas a toponímia, mesmo assim de origem tupi. Da mesma forma, foram desmontados os ecossistemas e empobrecida a biodiversidade.”

Os engenhos de cana-de-açúcar, a coleta de lenha e o desmatamento para fins agropecuários e ferrovias logo impactaram a fertilidade dos solos e a qualidade da água para abastecimento industrial e residencial. Logo, algumas políticas estatais foram realizadas para o primeiro grande projeto de restauração florestal na Mata Atlântica, a recuperação dos maciços outrora ocupados por fazendas de café que se tornaram o atual Parque Nacional da Tijuca (Drummond, 1997; Castro, 2002; Serra; Serra, 2016; Marques; Grelle, 2021).

Após o exaurimento de espécies de valor econômico florestal, os engenhos para produção de cana-de-açúcar tomaram a região da Baía de Guanabara nas áreas de várzeas e planícies costeiras (Marques; Grelle, 2021). Os primeiros engenhos a se estabelecer ficavam na atual Ilha do Governador, nos fundos da Baía entre os municípios de Magé e Duque de Caxias e o engenho de Camambucaba, que se localizava às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas (Serra; Serra, 2012). Os canaviais demandam muita lenha da Mata Atlântica, desde as matas de baixada e encosta, até os manguezais (Drummond, 1997; Soffiati Netto, 2006; Cabral, 2007).

Esta região do estado, durante e após o período do cultivo do café (Marques; Grelle, 2021; Costa, 2022), teve aceleração da dinâmica territorial por conta dos avanços de infraestrutura em setores importantes da economia que trouxeram imigrantes estrangeiros para as serras e depois migrantes internos para os municípios em volta da Baía de Guanabara (Murari, 2009; Serra; Serra, 2012). Este adensamento populacional em torno do Recôncavo da Guanabara acelerou o desmatamento da Mata Atlântica dos Sertões de Macacu, que foi ficando cada vez mais confinada em zonas mais altas de serras como as do Tinguá, a Serra dos Órgãos e os Três Picos, onde hoje se localizam importantes Unidades de Conservação no Estado do Rio de Janeiro (Drummond, 1997).

Após a decadência do ouro, o cultivo de café foi um dos principais motivos para a

quase completa erradicação da Mata Atlântica no Rio de Janeiro. A partir de sua ocupação nos maciços da capital do estado, o café subiu as serras centrais e chegou ao Vale do Rio Paraíba do Sul, seguindo três eixos de penetração (Dean, 1996; Brasil; Quinteiro; Penna-Firme, 2018; Costa, 2022) sobre as matas: Oeste do Estado de São Paulo, leste do Estado do Rio de Janeiro, para a região de Itaperuna e zona da mata mineira. Todas as três regiões hoje ostentam poucos remanescentes de Mata Atlântica, com terras exauridas. Drummond (1997, p. 90) fala sobre o que ocorreu:

Os plantadores logo notaram os efeitos positivos do frescor da altitude. Insuspeitadamente, isso definiu o futuro da cafeicultura no Rio de Janeiro e silenciosamente assinou a sentença de morte das montanhas florestadas de todo o estado. Nos 60 ou 70 anos seguintes, cortar as florestas de encostas e montanhas e substituí-las com vastas plantações de *Coffea arabica* se tornou o procedimento padrão nas vastas áreas montanhosas do Rio de Janeiro. Esse padrão de desmatamento total levou ao desnudamento progressivo das faces oriental e ocidental da Serra do Mar, de muitas de suas partes mais altas e de todo o Vale do rio Paraíba do Sul.

No antigo Vale do Rio Paraíba do Sul, o café teve um domínio de aproximadamente 100 anos (Dantas; Coelho Neto, 2018; Tomich *et al.*, 2021) nas antigas paisagens outrora cobertas pela Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro, ainda em estado pouco alterado até o início do século XVIII (Brasil; Quinteiro; Penna-Firme, 2018). Hoje, o cenário ambiental desta região é pálida lembrança da pujante floresta que existiu, onde as técnicas de cultivo da planta africana foram fatais para a imensa fertilidade dos solos, enquanto as matas vicejavam no passado (Murari, 2009). A destruição das florestas foi tão danosa que, em apenas 30 anos (entre 1830-1860), já não existiam mais as extensas matas a perder de vista. Dantas e Coelho Neto (2018, p. 117) assim dizem a respeito do que ficou nas atuais paisagens, como as severas mudanças climáticas ao nível regional:

Para o Vale do Paraíba, o café legou um quadro ambiental de degradação irreversível. O rastro deixado pelo café é inconfundível e devastador, principalmente no relevo cristalino de colinas e mares de morros, que caracteriza o vale do Paraíba, onde a Mata Atlântica foi queimada para dar lugar atualmente a pastos, capoeiras e terras cansadas, marcadas pela erosão nas vertentes e pelo entulhamento dos fundos de vales.

Este apogeu do café foi intensificado pela construção de ferrovias que demandam mais madeira para a construção de dormentes, combustível para as caldeiras e os impactos da construção de infraestrutura das estações (Galindo-Leal; Câmara, 2005; Costa, 2022) que penetravam em florestas de mais altitude, como as serras onde hoje se localiza o PETP. Esta atividade econômica permitiu a recolonização das matas e, até hoje, podemos perceber nas paisagens com relevo pouco propício à agricultura, morros sem vegetação e tomados por capim com escassa pecuária. Drummond (1997, p. 109) comenta a respeito destes métodos de

cultivo:

A dinâmica de ascensão e declínio acelerados da cafeicultura fluminense criou um padrão de deslocamento contínuo das populações das áreas declinantes para as áreas pioneiras. O fim do latifúndio cafeicultor intensivo de mão-de-obra levou ao latifúndio pastoril poupador de mão-de-obra, e não à formação de um estrato camponês com controle sobre a terra. A pobreza da população rural atual do Estado do Rio de Janeiro é das mais agudas do País. Isso expressa o que Monteiro Lobato chamou de “cidades mortas” do Vale do Paraíba do Sul. Contribuiu também para a distribuição populacional extremamente desequilibrada e para a secular estagnação agropecuária de enormes trechos do moderno Estado do Rio de Janeiro.

O café chegou aos antigos Sertões de Macacu por volta de 1840. Subiu as serras de Friburgo e foi até São Sebastião do Alto (Drummond, 1997). Então, os Sertões de Macacu foram devastados após servirem como zona de proteção para as rotas de ouro e metais preciosos que vinham de Minas Gerais (Galindo-Leal; Câmara, 2005; Cabral, 2007; Marretto, 2019; Cardoso, 2024). O território do PETP estava inserido dentro da área destes sertões que ainda ostentavam até esta época densas florestas com os últimos povos indígenas (Cabral, 2008) e um mítico fora-da-lei, o Mão de Luva.

A segunda metade do século XVIII foi o início da exploração mais catastrófica da Mata Atlântica depois e após a época aurífera, pois dali para a frente, a extinção do bioma caminharia a passos cada vez mais rápidos. Dean (1996, p. 109) diz sobre os processos de destruição após este fato: “Quando os garimpeiros perderam a esperança e adotaram a lavoura e a pecuária, contudo, estenderam seus domínios cada vez mais para o interior da floresta ainda intocada. O Século XVIII, então, representou o início de uma tendência irreversível e cumulativa na exploração da Mata Atlântica”.

Por que e quais regiões da Mata Atlântica se salvaram da hecatombe do café e das outras atividades econômicas nas zonas serranas do estado? Um dos principais motivos foi o clima mais frio e aberto a geadas que ocorrem em áreas de muitas Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro. O colonizador tentou estas áreas também, mas o clima não era o adequado, como atesta Drummond (1997, p. 124): “Os fazendeiros arriscavam e plantavam café até mesmo em áreas montanhosas sujeitas a geadas (sabidamente letais para a *Coffea arabica*), como em Itatiaia, Petrópolis, Teresópolis e Friburgo”. Estes acreditavam que as áreas ainda cobertas pelas florestas não alteradas eram melhores para o plantio da planta africana (Murari, 2009).

As partes mais altas e inacessíveis das serras fluminenses, por sua topografia avessa a atividades agropecuárias como foi para o café, pouparam regiões de serras que futuramente se tornaram parte de Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro como o PETP. As matas que resistiram aos avanços dos processos de industrialização e urbanização do estado no século XX, por causa de fatores como a estagnação econômica, a dificuldade de incorporação de terras florestadas de difícil acesso e o avanço da legislação ambiental, permitiram que se tornassem florestas protetoras da união, que mais tarde foram

transformadas em unidades de conservação (Drummond, 1997). Então, embora o café tenha destruído mais florestas do que os trezentos anos anteriores (Dean, 1996), milagrosamente, algumas regiões conseguiram se salvar e as matas cresceram novamente.

As matas do atual PETP guardavam também expressiva diversidade geológica e geomorfológica utilizada por montanhistas e aventureiros dos municípios que o compõem. Estes agentes da sociedade civil conseguiram transformar as matas da região no atual parque no ano de 2002. A utilização destas florestas foi diferente nos municípios onde ocorreu, porque há populações de maior poder aquisitivo em Nova Friburgo e populações de camponeses e pequenos agricultores nas áreas rurais de Cachoeiras de Macacu, Silva Jardim e Guapimirim (Da Silva, 2015). Todavia, parece que as áreas mais ricas da Mata Atlântica descritas por naturalistas como Saint-Hilaire (Dean, 1996) que existiam no Vale do Rio Paraíba do Sul tenham sido perdidas para sempre.

O atual PETP segue sua História Ambiental com novos desafios e pressões de novos atores sociais pelas demandas da população do Estado do Rio de Janeiro, um dos mais populosos do país. Estes novos agentes do capital cobiçam a Mata Atlântica em setores econômicos como o turismo, além da pressão pela água para empresas de água mineral e do complexo petroquímico do Comperj. É a maior Unidade de Conservação dentro do território fluminense e se apresenta como um testemunho histórico vital para a representatividade do bioma Mata Atlântica para as futuras gerações. Todavia, as planícies campistas, o Vale do Paraíba e o Noroeste do estado possuem uma condição crítica em termos de vegetação remanescente do bioma Mata Atlântica, onde existiam vastas extensões de matas decíduais (Campos, 2007).

A região do Recôncavo da Guanabara e cercanias, em que o parque está inserido, teve um grande período de uso agrário exportador durante o período colonial e metade do século XX. A partir daí, há predominância de usos urbanos como construção de cidades, comércio, indústrias, lazer e pequenos setores de agricultura e pecuária (Serra; Serra, 2012; Costa, 2022). Hoje, toda a complexidade territorial da região junto a estes fragmentos de Mata Atlântica é parte de um dinamismo econômico, cultural e ecológico onde o Estado do Rio de Janeiro entra em novas lógicas espaciais de uso do solo. Assim, ainda há uma chance para as florestas e as populações mais pobres quando comparadas à tenebrosa lógica de destruição colonial que ainda assombra todos os biomas do Brasil e que relegou ao bioma Mata Atlântica um dos maiores ecocídios que se tem notícia no mundo, um verdadeiro tanatoceno (Bonneuil; Fressoz, 2024).

4.2 Breve História das áreas protegidas e sua inserção no Brasil

A história das áreas protegidas no mundo e sua influência no Brasil são bem contadas por um número expressivo de trabalhos que estabelecem os marcos temporais entre a origem dos primeiros espaços protegidos no mundo até o surgimento dos primeiros parques do Brasil nos anos 1930. A emergência dos debates sobre áreas protegidas possui confluência com a evolução dos movimentos ambientalistas ao redor do mundo em todas as suas nuances e complexidades das correntes de pensamento ecológico (Botelho, 2009; Rajão; Carvalho; Giudice, 2021).

Da criação de áreas protegidas nos Estados Unidos até sua replicação em outras nações do planeta, a criação de espaços protegidos adquire uma importância central como estratégia de conservação e preservação da biodiversidade e da cultura de povos que vivem dentro ou próximo destas áreas. No início, estas áreas de proteção ambiental buscavam manter pequenos remanescentes dos biomas e seus ecossistemas na Europa e Estados Unidos que tinham escapado da ampla destruição desde o período colonial (Menarin, 2011). Estes espaços naturais haviam chegado ao quase desaparecimento porque foram vistos durante muito tempo como ambientes hostis ao desenvolvimento (Carneiro, 2012). No Brasil, esta lógica ambiental mais preservacionista surgiu com a criação do código florestal em 1934 (Antunes, 2014).

Nos Estados Unidos, surgiram pensadores e naturalistas que pretendiam conservar os ambientes naturais americanos como uma espécie de símbolo nacional frente à grande riqueza cultural europeia e também como espaços de beleza cênica com climas favoráveis a uma parcela significativa de pessoas que moravam nas cidades e que poderiam visitar estas áreas para diversos fins, como recreação e caça (Franco; Schittini; Braz, 2015). Henry David Thoreau foi um dos principais articuladores das primeiras áreas protegidas ao levantar a importância de florestas e dos povos originais como símbolos de preservação ambiental para a nação.

A partir deste contexto, surgem duas correntes ambientalistas que até hoje podemos ver no principal documento ambiental sobre áreas protegidas do Brasil, a Lei Federal 9.985 de 2000, que cria um sistema nacional de Unidades de Conservação (SNUC) que é específico do Brasil e que sistematizou as categorias de áreas protegidas no país (Botelho, 2009; Fernandez, 2020; Costa, 2022). O primeiro grupo defende a preservação dos ecossistemas e biomas com fins de manter estes locais para visitação e contemplação dos visitantes sem qualquer atividade econômica, enquanto o segundo grupo propõe uma utilização dos atrativos naturais destas áreas mediante uso racional e cuidadoso para outros fins além do científico (Moraes,

1997).

Os debates sobre a utilização das Unidades de Conservação dentro do SNUC (2000) revisitam as contradições entre os diferentes usos que a sociedade pode fazer dentro destes espaços protegidos no país (Fernandez, 2020). Estes debates podem ser aprofundados com correntes ambientalistas ligadas aos direitos ancestrais dos povos que vivem nestes locais antes mesmo da criação destas áreas protegidas (Franco; Schittini; Braz, 2015). Isso pode ser feito por meio de políticas públicas adequadas que levem em consideração os interesses coletivos das comunidades tradicionais e da população brasileira na totalidade, já que os direitos sociais e ambientais estão em constante ameaça pelos agentes do capital (Moraes, 1997).

Os direitos de povos na Europa, por exemplo, foram atacados porque suas florestas eram conhecidas como territórios comunais. Estas matas eram importantes para todas as camadas sociais europeias, desde os camponeses mais pobres até a nobreza imperial e clerical. Quando houve a política dos cercamentos dos campos, foram criadas leis que impediam o acesso dos mais pobres às mesmas florestas que utilizaram durante séculos. Quando estas terras foram privatizadas, movimentos de luta pelos direitos ancestrais camponeses começaram a surgir no continente (Carneiro, 2012; Cantor, 2013; Alier, 2018).

As ideias de luta destes movimentos influenciaram as atuais perspectivas preservacionistas e conservacionistas que fazem parte do sistema de áreas protegidas do Brasil. As reflexões iniciais de áreas protegidas as entendem como florestas protetoras da União (Fernandez, 2011). No entanto, a criação de áreas protegidas também ensejou contradições, como a disponibilidade de usufruto por atividades econômicas do entorno ou de outras áreas que não fariam parte das áreas protegidas e que comprometem a própria existência de parques, reservas e refúgios ecológicos. Assim diz Fernandez sobre o assunto (2011, p. 146):

Essas representações são, na verdade, tipicamente urbanas, acionadas pela reação a uma ameaça, real ou potencial, de degradação da natureza ou de privatização de um espaço – em alguns casos, de grande beleza cênica – que deve permanecer disponível ao usufruto da população. O caráter ideológico de tais representações consiste no fato de esconder que a criação de parques, na prática, não questiona ou ameaça o modelo dominante de desenvolvimento econômico. Ainda que represente algum impedimento à privatização de recursos naturais, a história do processo de criação de parques no Brasil demonstra que estes puderam ser combinados ou tornaram-se parte de projetos políticos desenvolvimentistas, sobretudo no período de 1950 a 1980. À medida que foram consideradas como ilhas de conservação, as atividades econômicas de grande impacto social e ambiental puderam ser postas em prática em seu entorno sem nenhum pudor.

Estas áreas foram sendo criadas no país de acordo com a força de cientistas e ambientalistas frente às gestões do estado brasileiro em todos os seus entes federativos (Fernandez, 2011). Medeiros (2006) fala que algumas estratégias de conservação de florestas já haviam sido realizadas, apesar de quase sempre não serem cumpridas durante o período colonial (Rajão; Carvalho; Giudice, 2021). O regimento do Pau-Brasil, uma árvore da Mata Atlântica, seria um exemplo deste tipo de estratégia por causa do escasamento de madeiras de alto valor econômico durante o período colonial (Castro, 2002).

As políticas coloniais de extração e utilização de florestas não conseguiram frear a destruição das matas porque as práticas coloniais do latifúndio acabavam se tornando a forma mais comum de acumulação de capital, até porque leis que regulavam a extração de determinadas espécies de árvores de alto valor econômico não funcionavam (Carneiro, 2012; Rajão; Carvalho; Giudice, 2021). Durante o século XIX, havia muitos membros da elite com certa preocupação ambiental, mas parece que foram voto vencido frente aos agentes econômicos que queriam terras para continuar a ocupação colonial (Carneiro, 2012). Um dos poucos exemplos de sucesso foi o replantio das serras da cidade do Rio de Janeiro que deram origem à Floresta da Tijuca (Almeida, 2014).

A Floresta da Tijuca, replantada durante o século XIX, foi outra ação de proteção ambiental durante o período pré-republicano, o que talvez tenha influenciado o estabelecimento de florestas protetoras da União a partir da Lei federal de florestas de 1934 (Dean, 1996; Medeiros, 2006; Franco; Schittini; Braz, 2015; Fernandez, 2020). Alguns representantes das elites nacionais já esboçavam uma preocupação ecológica pelo uso irracional das terras e das florestas, como o patrono da independência, José Bonifácio de Andrada e Silva (Franco; Schittini; Braz, 2015). Algumas áreas protegidas no país não foram implementadas por causa de fatores políticos, principalmente por parte dos donos das terras (Medeiros, 2006).

Até a criação do Parque Nacional do Itatiaia entre os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro em 1937, o avanço de instituições públicas de pesquisa como o Jardim Botânico já esboçava estratégias de conservação de regiões naturais do Brasil (Almeida, 2014). Foram criadas a Reserva Florestal Estadual de São Paulo na Serra da Cantareira em 1896 e a Estação Ecológica de Alto da Serra em 1909 no município de Cubatão. Em ambiente internacional, alguns tratados e conferências foram realizados para se discutir os usos irracionais da natureza, principalmente nas colônias europeias (Dean; 1996; Franco; Schittini; Braz, 2015).

A constituição de 1934 foi um primeiro grande documento legal que se preocupava com a natureza no Brasil (Medeiros, 2006) e, a partir daí, surgiram outros códigos: o florestal

(1934) e o Código de Águas (1933) (Rajão; Carvalho; Giudice, 2021; Carneiro, 2012), tendo em vista um crescente aumento populacional dos núcleos urbanos pela industrialização e êxodo rural de um país ainda essencialmente agrário. Aqui, espaços para proteção de determinadas áreas naturais foram estabelecidos em lei, o que influenciou três anos mais tarde na criação dos primeiros parques nacionais do país (Almeida, 2014).

O pós-Segunda Guerra Mundial foi um período de avanços e retrocessos ao nível mundial sobre as questões ambientais porque os ambientes naturais foram vistos como reservas de recursos para as nações ao redor do mundo em relação às demandas de guerra. Os avanços científicos também auxiliaram na incorporação de agendas ambientais ao redor do mundo, embora a criação de áreas protegidas nos territórios das antigas colônias tenha suscitado conflitos graves porque estes territórios são ou foram habitados por povos tradicionais, ao contrário do que ocorre em países como os Estados Unidos (Menarin, 2011).

Os anos 1960 marcaram a evolução de áreas protegidas com algumas leis criadas mesmo no regime de exceção que vigorava no Brasil. Estas leis vinham sendo gestadas com o avanço dos movimentos ambientalistas do mundo que apregoavam novas relações frente à natureza. Todo este avanço ocorreu no primeiro grande evento mundial onde países discutiam questões ambientais, que foi a Conferência de Estocolmo de 1972 (Medeiros, 2006; Franco; Schittini; Braz, 2015). A principal divergência seria como conciliar a conservação ambiental frente aos objetivos de desenvolvimento econômico. Deveria ocorrer um consenso entre desenvolvimento e preservação, o que permitiu mais tarde que surgissem conceitos como o Ecodesenvolvimento e o Desenvolvimento Sustentável.

A evolução de categorias de áreas protegidas também teve substancial ajuda com a regulação dos direitos de povos indígenas desde a criação da Fundação Nacional do Índio (Funai) em fins dos anos 1960. As áreas protegidas indígenas são uma categoria à parte, assim como terras quilombolas reconhecidas na constituição de 1988. Toda a gestão de categorias de áreas protegidas discutidas entre os anos 70, 80 e 90 ajudou a criar uma lei específica (Medeiros, 2006) que abarcava diferentes modos de gestão de biomas, ecossistemas e áreas naturais em geral, a lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Medeiros (2006) afirma que três instrumentos legais corroboraram para esta lei federal: o Programa Homem e a Biosfera, a convenção sobre áreas úmidas e a Convenção do Patrimônio Mundial.

A criação do SNUC no ano 2000, após longa tramitação no congresso, conseguiu marcar um consenso entre duas correntes, onde a diferença básica seria relacionada à existência ou não de populações humanas nestes espaços protegidos: os preservacionistas (mais restritivos) e os conservacionistas (uso menos restritivo). Apesar de sua importância, a

lei deixou de fora categorias de áreas protegidas importantes e essenciais para a diversidade ecológica e cultural do país (Medeiros, 2006), como as terras indígenas, as APPs, as terras quilombolas e as áreas militares.

Em países como o Brasil, as áreas protegidas foram estabelecidas em territórios com comunidades e povos tradicionais ainda organizados devido a diferentes tipos de economia doméstica geralmente contrários ao modo vigente capitalista colonial. O modelo preservacionista, organizado nos Estados Unidos, não consegue agregar os interesses das populações e comunidades tradicionais como caiçaras, jangadeiros ou quilombolas que habitam estas áreas antes da criação das Unidades de Conservação. Por isso, ocorrem muitos conflitos socioambientais (Vallejo, 2002; Diegues, 2008).

Todavia, hoje os estudos em áreas protegidas começam a legitimar outras percepções e formas de ver estes povos em suas relações com os ambientes protegidos pelo poder público. Também porque estes espaços naturais foram protegidos justamente pela existência destas populações e seus modos de utilização da natureza, bem diversos do realizado pelos paradigmas dominantes europeus (Almeida, 2014; Vallejo, 2002). A ameaça aos territórios de povos tradicionais e indígenas no Brasil continua uma constante, mesmo com argumentos equivocados relacionados à suposta falta de áreas para expansão agropecuária. Carneiro (2012, p. 22) assim diz sobre o assunto:

O argumento da falta de terras para a expansão agropecuária é o mesmo exaustivamente repetido desde o período colonial. Ora, segundo dados do INCRA, dos 400 milhões de hectares titulados como propriedade privada, apenas 60 milhões são utilizados como lavouras. O restante está subutilizado, ocioso, ou destinado à pecuária. Ou seja, terras para expandir não são um problema para os grandes produtores.

A criação de áreas protegidas continua alimentando duas visões distintas que apontam a permanência ou não permanência de pessoas dentro destes espaços naturais. As visões mais liberais são excessivamente ligadas a valores econômicos, mesmo diante da preservação destas áreas, caindo em ambientalismo despolitizante. Enquanto as visões socioambientais valorizam a cultura local e os saberes ecológicos destes povos que não alteram de forma radical estes territórios, como o sistema agrícola colonial (Vallejo, 2002; Diegues, 2008). Os socioambientalistas lutam por interesses que integrem os direitos sociais, culturais, econômicos e ecológicos destas regiões (Franco; Schittini; Braz, 2015).

A História Ambiental pode auxiliar os planos de manejo de áreas protegidas no Brasil na questão da vocação de uso territorial de acordo com a ocupação histórica e a cultura desses locais. Assim, evita-se o erro de criação de categorias de áreas protegidas em locais inadequados como reservas ou parques em áreas que seriam melhor estações ecológicas ou

reservas extrativistas (Vallejo, 2002). Portanto, as políticas públicas seriam mais eficientes para a conservação biológica e cultural destas áreas.

Para Vallejo (2002), as unidades de conservação são espaços construídos pelo poder público que necessitam ser mais democratizados por políticas públicas mais adequadas que levem em consideração a educação ambiental (Loureiro *et al.*, 2008). As áreas protegidas necessitam ter outros valores dentro da sociedade brasileira, além do puramente econômico (Campos; Tossulino; Müller, 2006). Estas áreas possuem um valor simbólico muito importante para os povos que vivem em seu entorno ou dentro delas, mas em determinados contextos é necessário utilizar como estratégia de conservação, seu valor econômico para o país (Medeiros *et al.*, 2011; Young; Medeiros, 2018; Medeiros; Vianna, 2018).

No Estado do Rio de Janeiro, foi criada a primeira área protegida ao nível nacional, o Parque Nacional do Itatiaia, em 1937, e hoje encontra-se representado por várias Unidades de Conservação públicas e privadas ao nível de gestão Federal, Estadual e Municipal (Almeida, 2014). Todas elas possuem essencial importância para a conservação do que restou da Mata Atlântica no estado (Irving; Corrêa; Zarattini, 2013), com sua extrema diversidade ecológica e cultural (Loyola *et al.*, 2018; Silva Filho, 2018).

Todavia, ainda existem muitos remanescentes florestais carentes de estudos mais aprofundados, como os ligados ao que sobrou das antigas matas estacionais. Além disso, muitas destas áreas estão localizadas em áreas privadas sem qualquer tipo de proteção estatal (Loyola *et al.*, 2018). Dentro deste contexto, há várias localidades prioritárias para a conservação da diversidade biológica e cultural dentro da atual Mata Atlântica fluminense. Loyola *et al.* (2018) demonstram que a atual rede de áreas protegidas do estado consegue proteger 86% das espécies ameaçadas e endêmicas de plantas da Mata Atlântica.

Atualmente, 8.627 km² (19,7%) do território fluminense estão protegidos pelas Unidades de Conservação de diversas categorias (Couto, 2015). O PETP faz parte da esfera estadual que totaliza quase metade destas áreas protegidas no Estado do Rio de Janeiro, sendo uma das áreas protegidas mais importantes ao nível regional. Até recentemente, totalizavam 464 UCs no estado, com 47% de uso integral e 53% de uso sustentável (Loyola *et al.*, 2018).

Há de se salientar também que, mesmo diante dos vários fatores positivos decorrentes da proteção estatal que as unidades de conservação oferecem às terras públicas, há constantes tensões históricas no estabelecimento destes espaços protegidos sobre territórios que já funcionavam como barreira aos avanços do capital quando as terras são ocupadas por povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais nos biomas Brasil afora, como a própria Mata Atlântica. Estas práticas de conservação devem deixar de ser excludentes e

incluir os saberes destes povos dentro de políticas públicas que atendam ao interesse da coletividade de fato (Diegues, 2008; Alier, 2018).

4.3 Histórico e Características biofísicas do PETP

Todo o território do Estado do Rio de Janeiro é um mosaico de feições geológicas e geomorfológicas de planícies, planaltos e serras com variada diversidade de ambientes e ecossistemas que permitiram a existência de uma Mata Atlântica com elevada riqueza florestal de espécies de animais e plantas que acompanhavam os vales de importantes rios como o Paraíba do Sul, o Muriaé e o São João. O PETP está localizado nas serras fluminenses que existem entre as baixadas do estado e o Vale do Rio Paraíba do Sul.

O PETP (Figura 21) foi criado pelo Decreto-Lei nº 31.343 de 05 de junho de 2002 e ampliado pelo Decreto nº 41.990 de 12 de agosto de 2009. Seus limites atuais foram redefinidos pela Lei nº 6573 de 31 de outubro de 2013 e possui agora 65.113,04 hectares de área total. É uma Unidade de Conservação de uso integral, conforme a lei do SNUC (2000), que sistematiza várias categorias de áreas protegidas no Brasil entre aquelas de uso integral e aquelas de uso sustentável. O parque abrange terras de 5 regiões hidrográficas diferentes em 5 municípios do Estado do Rio de Janeiro. Os municípios onde está inserida a Unidade de Conservação são os seguintes: Cachoeiras de Macacu (49,01%), Teresópolis (19,09%), Nova Friburgo (19,07%), Silva Jardim (7,01%) e Guapimirim (4%).

Figura 21- Localização do PETP no centro do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Geoinea, 2023.

O parque apresenta-se com alto grau de espécies endêmicas de plantas e animais, assim como em outras localidades da Serra do Mar Fluminense (Pedro, 2017; Loyola *et al.*, 2018; Mesquita *et al.*, 2019). Inclusive, uma das gigantes árvores remanescentes é um Jequitibá-Rosa do Núcleo de Boca do Mato em Cachoeiras de Macacu. A quantidade de solos e tipos climáticos configurou uma Mata Atlântica que até hoje surpreende os pesquisadores por sua diversidade florística singular e repleta destes endemismos.

Toda a fisionomia única das florestas remanescentes do Estado do Rio de Janeiro pode ainda ser vista nas áreas mais declivosas e nas escarpas da Serra do Mar e da Serra da Mantiqueira. A partir da capital do estado em direção à BR-116 (Rio-Teresópolis), os grandes paredões rochosos da Serra do Mar podem ser visualizados em seu esplendor, assim como a exuberante Mata Atlântica de áreas protegidas como a Reserva Biológica do Tinguá, o Parque Nacional da Serra dos Órgãos e o Parque Estadual dos Três Picos.

Seguindo a estrada estadual RJ-122, o parque surge imponente ao longe, se iniciando nos limites entre os municípios de Guapimirim e Cachoeiras de Macacu, em uma via repleta de propriedades privadas em sítios, fazendas e haras, com fragmentos de matas de baixada de suma importância para restauração ecológica. Quando se passa pelo centro de Cachoeiras de Macacu, após a localidade chamada Valério, o parque se torna cada vez mais denso com a magnitude da vegetação da Mata Atlântica que ultrapassa os limites de Nova Friburgo entre as regiões do Pico da Caledônia e Macaé de Cima, adentrando as regiões mais isoladas e preservadas entre os limites municipais de Cachoeiras de Macacu (região do Faraó) e as serras isoladas do município de Silva Jardim.

A maior parte do território do atual PETP foi durante muito tempo conhecida como Sertões de Macacu e foi habitada principalmente pelas etnias indígenas chamadas Puris e Coroados que dominavam densas florestas descritas por viajantes e naturalistas que estiveram na região entre os séculos XVIII e XIX. Estes povos indígenas originários adentravam estas zonas montanhosas apenas esporadicamente, o que mudou quando estes povos foram paulatinamente expulsos das regiões mais litorâneas (Drummond, 1997). As etnias Puris e Coroados que sobreviveram aos contatos iniciais após a invasão colonial europeia foram sendo apagadas da história, mesmo que sua influência cultural ainda sobreviva na Mata Atlântica da UC, como as técnicas da coivara, os topônimos locais e as formas de se cultivar a terra, assim como cestarias chamadas jacás, utilizadas por pequenos agricultores na região (Alvim de Mattos, 2025).

A criação do PETP envolveu setores de classe média e alta que utilizavam a geodiversidade local para atividades de montanhismo e turismo ecológico (Pedro, 2017), onde

esta unidade de conservação já foi chamada de Parque Estadual das Nascentes dos Rios São João e Macaé (Soffiati Netto, 2009). A região da UC em Nova Friburgo, por exemplo, já era frequentada por praticantes de montanhismo e outras práticas ecológicas de natureza desde a década de 1940 (Botelho, 2009). Assim, visão dos montanhistas encontrou eco com a vocação da Mata Atlântica local, detentora de grandes atrativos naturais e culturais, dentro de um contexto de florestas remanescentes entre os Estados do Rio de Janeiro e Paraná, onde se encontram os maiores fragmentos contínuos do bioma no país, atualmente.

A criação desta UC não levou em consideração a importância de sua história ambiental indígena e muito menos afrodiáspórica na luta por sua demarcação enquanto remanescente de Mata Atlântica oriundo de múltiplos usos históricos ao longo da ocupação destas terras e suas atividades econômicas na Era do Capital (Moore, 2016). Então, o apagamento histórico dos povos indígenas originais foi somado ao apagamento da ação das populações negras desde a época da escravização, desde que a descoberta de regiões do atual PETP foi incorporada a novas ondas de atividades econômicas, como em Macaé de Cima, com turismo ecológico e práticas de trilhas e montanhismo realizado por populações brancas. As populações locais descendentes diretas das antigas culturas ameríndias participaram pouco da criação da UC (Da Silva, 2015), mas estão constantemente envolvidas em conflitos socioambientais mesmo depois do surgimento e ampliação do PETP.

O PETP ainda possui conflitos fundiários com os pequenos territórios destas populações locais e também com o uso das florestas que agora estão repletas de restrições ambientais contra antigas práticas que estas pessoas aprenderam com os seus ancestrais ameríndios e com o campesinato que surgiu nos antigos Sertões de Macacu. As antigas atividades de coleta de plantas medicinais, caça e pesca são realizadas em áreas mais isoladas da UC, o que causa sérios impactos em relação a estes usos dos atrativos naturais (Da Silva, 2015). Tudo isto causa impactos também nos antigos modos de vida de populações que vivem em formas semelhantes aos antigos campesinatos, como ocorreu com pequenos agricultores com as ameaças da construção da Barragem de Guapiaçu, que foi cancelada até o presente momento.

Os antigos modos de vida oriundos dos povos indígenas, quilombolas e campesinos foram essenciais para a configuração e sobrevivência da Mata Atlântica que daria origem ao PETP, mas as formas de preservação e conservação destas florestas ameaçam estes antigos modos de vida caso esta história ambiental indígena e negra não seja incorporada à gestão e manejo dos atrativos naturais da UC que se constitui como uma floresta cultural. Ainda mais em contexto de novas formas de vetores de atividades econômicas do capital por intermédio

de exploração da água para indústrias de água mineral, abastecimento urbano e uso agropecuário, além dos efeitos antrópicos decorrentes da instalação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), perigosamente próximo destas antigas florestas.

Por sua amplitude, o parque possui características ecológicas e culturais únicas nos territórios dos cinco municípios onde ocorre e apresenta desafios singulares de acordo com o histórico de ocupação do parque e das populações que vivem em seu entorno (Botelho, 2009). Os vetores de pressão e conservação do parque são muitos dos que ocorriam no passado, como atividades agropecuárias, expansão urbana acelerada, mineração, obras de infraestrutura como redes de energia e oleodutos. Certas localidades dos municípios que compõem o parque possuem hoje produção de hortaliças e de flores, assim como pequenas atividades de cultivos agrícolas em pequenas propriedades, como a zona rural de Cachoeiras de Macacu (Loyola *et al.*, 2018; Mesquita *et al.*, 2019), além de várias empresas de água mineral (Da Silva, 2015).

Os objetivos para a criação do parque são inúmeros: proteção dos mananciais e rios que abastecem importantes regiões do Recôncavo da Guanabara, preservação da biodiversidade e geodiversidade, ponte para integração do mosaico de Unidades de Conservação nas serras do estado, diversas formas de turismo como o ecológico e o histórico, educação ambiental e outros serviços ambientais e culturais dentro do contexto socioecológico da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro (Botelho, 2009; Pedro, 2017).

4.3.1 Fitofisionomias do PETP

A vegetação de Mata Atlântica que existe no Estado do Rio de Janeiro e no território do PETP possui características condizentes com outras florestas tropicais do mundo, como a alta diversidade biológica, muito endemismo das espécies de animais e plantas e o clima quente e úmido (SOS Mata Atlântica, 2021). Segundo o Instituto Estadual do Ambiente (2009), a formação florestal predominante nas serras onde está localizado o parque é a fitofisionomia Floresta Ombrófila Densa (Montana, Submontanas e Altomontana), além dos campos de altitude, zonas alagadas e manchas de matas de baixada.

As florestas ombrófilas são um tipo de vegetação que não possui um período seco porque estas matas estão adaptadas a grandes temperaturas e alta quantidade de chuvas (Martins; Cavararo, 2012). Na área do parque, existe uma grande quantidade de rios e córregos que drenam todo um sistema de águas que abastece regiões hidrográficas do Recôncavo da Guanabara e que são essenciais para as populações que vivem nos municípios que compõem a Região Metropolitana no lado oposto ao da capital (Serra; Serra, 2012).

A Mata Atlântica no PETP apresenta remanescentes em variados estágios de conservação, indo de matas secundárias e matas menos alteradas nas localidades de maior dificuldade de acesso em altas altitudes. De uma forma geral, as florestas do parque são refúgio de inúmeras espécies de plantas e animais ameaçadas de extinção tanto ao nível local quanto estadual. É uma das unidades de conservação essenciais ao corredor de áreas protegidas da região central do Estado do Rio de Janeiro (Serra; Serra, 2012).

Floresta Ombrófila Densa Aluvial - são florestas localizadas na beira de rios e córregos, como matas ciliares. No PETP sobrevivem no que restou de florestas dentro dos aluviões (Martins; Cavararo, 2012), às margens dos principais rios como o Macacu e o Guapiaçu nas áreas de baixada e possuem áreas mais significativas à montante destes rios e seus afluentes em todas as zonas do parque (Instituto Estadual do Ambiente, 2009).

Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas - ocorre em relevos com cotas menos elevadas no parque, como na região de Varginha em Teresópolis, que se localiza na parte oeste do parque ao norte do núcleo Paraíso (Instituto Estadual do Ambiente, 2009). São matas bem preservadas, onde em algumas localidades ocorrem matas paludosas por causa do afloramento do lençol freático (Martins; Cavararo, 2012).

Floresta Ombrófila Densa Submontana - florestas que ocorrem em cotas do relevo que variam entre 50 e 500 m (Martins; Cavararo, 2012). Os solos são geralmente mais profundos e bem úmidos nos vales e se tornam mais secos nas áreas mais elevadas dos picos dos maciços rochosos. Nas regiões mais ao sul do parque, no município de Cachoeiras de Macacu e no bairro de Jacarandá em Teresópolis, as florestas são secundárias e sofrem com impactos antrópicos, como pastagens, queimadas ou retirada de madeira para diversos fins (Campos, 2007).

Floresta Ombrófila Densa Montana - ocorre em cotas do relevo entre 500 e 1500 m (Martins; Cavararo, 2012). São florestas que sobreviveram às muitas atividades econômicas nesta região do Estado do Rio de Janeiro e representam a maior parte das fitofisionomias da Mata Atlântica no PETP. Existem numerosas espécies de árvores gigantes, como o Jequitibá-Rosa, que é um dos símbolos desta Unidade de Conservação. Algumas áreas, como a Represa de Debossan na localidade de Macaé de Cima, apresentam matas em excelente estado de conservação. As Serras de São João, Subaio e Vale do Córrego da Pedra Branca são outras

regiões com matas pouco alteradas ao longo do tempo histórico (Instituto Estadual do Ambiente, 2009).

Floresta Ombrófila Densa Altomontana - são florestas que ocorrem acima dos 1500 m em solos pouco profundos e que apresentam espécies de árvores bem menores, líquens e epífitas. Geralmente, são plantas adaptadas a ambientes de temperaturas muito baixas e vegetação mais adaptada a um clima mais severo por conta da altitude (Martins; Cavararo, 2012). São florestas que estão presentes nas áreas mais altas do parque, como na região do Pico da Caledônia em Nova Friburgo. Na região dos maciços rochosos dos Três Picos, que nomeiam o parque, existem manchas de florestas ombrófilas mistas altomontanas a partir da cota dos 1700m, com presença do Pinheiro-do-Paraná (Instituto Estadual do Ambiente, 2009).

Campos de altitude - correspondem a um tipo de vegetação localizada em cotas entre 1500 e 2000 m de altitude em montanhas cristalinas como as da Serra do Mar que existem no parque (Serra; Serra, 2012). Embora chova muito e haja temperaturas muito baixas, há um predomínio de plantas xerófitas que sobrevivem nestes locais que possuem grande dificuldade em estocar água por causa da evaporação e dos ventos. Todas as grandes rochas do parque apresentam esta vegetação repleta de espécies únicas, como as existentes no Morro da Caledônia, o Pico dos Frades, os Morros da Mulher de Pedra e os próprios Três Picos (Campos, 2007).

4.3.2 Características climáticas

O Estado do Rio de Janeiro é pequeno em relação à sua área territorial, porém possui alta diversidade climática decorrente de uma geomorfologia peculiar que vai desde as baixadas litorâneas até as zonas das serras. Como a maior parte do parque está localizada nas cotas altimétricas mais altas do relevo, o clima varia de úmido a superúmido e quase não há déficit hídrico. No verão, há muita quantidade de chuvas e, no inverno, as temperaturas tendem a cair bastante, principalmente nas regiões mais altas (Instituto Estadual do Ambiente, 2009).

De acordo com as classificações climáticas de Nimer (1989), o PETP possui ao menos três tipos de clima em seus compartimentos geomorfológicos. Estes tipos climáticos estão inseridos em quatro domínios climáticos no estado (quentes, subquentes, mesotérmicos brandos e médios). Nas zonas de relevo mais suave do parque, que são raras, há o clima

tropical quente e úmido (Nímer, 1989) em localidades como Guapiaçu em Cachoeiras de Macacu e Caneca Fina no município de Guapimirim.

Nas cotas mais altas, encontramos o tipo climático subquente com temperaturas um pouco amenas, devido aos fatores ligados aos gradientes altitudinais. As temperaturas médias encontradas na região variam entre mais baixas durante o inverno e mais altas durante o verão (Da Silva, 2015). Este tipo climático pode ser encontrado nas áreas serranas dos cinco municípios do parque (Nímer, 1989; Instituto Estadual do Ambiente, 2009).

Conforme se avança nos gradientes altitudinais, há os tipos climáticos mesodérmicos brandos e médios. O clima mesodérmico brando possui precipitação média anual de 2200 mm, com temperaturas inferiores a 18°C no inverno e de 21°C no verão (Da Silva, 2015). É um tipo climático muito influenciado pelas características do relevo onde está localizado, por estar associado às escarpas serranas de maior altitude. Pode ser encontrado nas serras de todos os municípios do parque (Campos, 2007).

Nas altitudes onde existe a vegetação de altitude, como na localidade da Pedra do Faraó, entre Cachoeiras de Macacu e Silva Jardim, há o tipo climático mesotérmico médio que possui verões amenos e invernos com temperaturas muito baixas nas cotas altimétricas acima dos 1600 m de altitude (Nímer, 1989). Nas regiões de maior altitude do parque, a geodiversidade local sempre atraiu alpinistas e aventureiros em busca da elevada beleza das paisagens e das temperaturas muito baixas das épocas mais frias, que passam facilmente dos 10°C (Da Silva, 2015). Como o parque está localizado nas serras e cotas mais altas, todos os municípios possuem este tipo climático em seus domínios (Nímer, 1989).

4.3.3 Características geológicas e a Geodiversidade

O Estado do Rio de Janeiro está situado dentro de uma compartimentação geológica chamada Sistema Orogênico Mantiqueira. É formado principalmente por rochas pré-silurianas, compartimentadas em três setores principais: setentrional, central e meridional. A região do PETP está localizada dentro deste setor mais setentrional, denominado pelos geólogos de Cinturão de Araçuaí. Este compartimento geológico abarca quase em sua totalidade os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, expressiva parte da Zona da Mata Mineira e um pequeno pedaço do Sul da Bahia (Hasui *et al.*, 2012; Da Silva; Cunha, 2001).

As rochas que formam as escarpas e montanhas da Serra do Mar, onde se localiza o parque, estão situadas em outros compartimentos geológicos e geomorfológicos da Bacia de São José de Itaboraí, da qual faz parte toda a Bacia do Rio Macacu (Da Silva; Cunha, 2001). Este corpo hídrico, como se sabe, é um dos principais de todas as bacias hidrográficas da

Unidade de Conservação (Da Silva, 2015). As rochas são essencialmente gnaisses, diques de diabásio e granitos (Freitas; Silva; Tupinambá, 2022) em diversas escalas dentro do domínio morfoestrutural Cinturão Orogênico do Atlântico que é dividido segundo Hasui *et al.* (2012), nos seguintes Domínios morfoesculturais: Maciços Costeiros e Interiores, Maciços Alcalinos Intrusivos, Escarpas Serranas, Planaltos Residuais e Depressões Interplanálticas.

O compartimento morfotectônico Serra dos Órgãos-Botija é o que abrange a área de rochas e elevações do PETP entre os municípios de Guapimirim, Teresópolis, Cachoeiras de Macacu e parte do município de Nova Friburgo, na região de Salinas. Inclusive, o Pico maior é a maior elevação de toda a Serra do Mar Fluminense e dá nome ao próprio parque. São vales encaixados com drenagens que dissecam o relevo e constroem muitos blocos de serra regionais, como o Pico da Caledônia (Hasui *et al.*, 2012).

O outro compartimento morfotectônico que se localiza dentro do território do parque é denominado de Região Morfoestrutural das Escarpas do Norte Fluminense, sendo o último prolongamento da Serra do Mar que termina na Serra do Desengano. A Serra de Macaé de Cima, no leste de Nova Friburgo, possui blocos de rochas com picos de mais de 1500 metros de altitude com drenagens que vertem para as bacias sedimentares do Rio Macaé (Hasui *et al.*, 2012). As unidades litológicas encontradas no PETP são as seguintes:

Unidade São Fidélis: são Paragnaisses que surgem na parte mais oriental do parque entre o leste de Cachoeiras de Macacu, a Região de Macaé de Cima e os Sertões do Rio Bonito (Instituto Estadual do Ambiente, 2009; Da Silva; Cunha, 2001).

Unidade Santo Eduardo: são Paragnaisses que ocorrem em quase todo o Vale do Rio Macacu e parte expressiva da margem esquerda do Rio Guapiaçu, onde atinge a Serra do Mar até o Maciço da Caledônia em Nova Friburgo (Instituto Estadual do Ambiente, 2009; Dantas *et al.*, 2020).

Unidade Rio Negro: está presente em duas localidades no parque: no alto de São Lourenço e outra pequena área entre os municípios de Guapimirim e Cachoeiras de Macacu, à montante do Rio Guapiaçu (Instituto Estadual do Ambiente, 2009; Da Silva; Cunha, 2001).

Gnaiss Imbé: está presente ao longo da RJ-166 até a localidade de Teodoro Oliveira em Nova Friburgo, no antigo leito ferroviário durante o ciclo do Café e nos arredores do distrito de Amparo, também em Friburgo (Instituto Estadual do Ambiente, 2009; Dantas *et al.*, 2020).

Gnaiss Pirineus: ocorre no sudeste do parque na Serra dos Pirineus, no município de Silva Jardim (Freitas; Silva; Tupinambá, 2022).

Gnaiss Leocogranítico: existe em várias localidades do parque, como os planaltos entre o centro de Teresópolis, até os Frades e Salinas em Nova Friburgo. Também pode ser visto nas baixadas do Rio Guapiaçu e em uma pequena área à montante do Rio Macacu (Dantas *et al.*, 2020; Instituto Estadual do Ambiente, 2009).

Batólito Serra dos Órgãos: possui ocorrência pequena no parque. Está presente na parte ocidental que adentra o perímetro urbano de Teresópolis e atinge o Córrego de Vargem Grande. Também possui uma pequena porção no Maciço dos Frades (Dantas *et al.*, 2020).

Granitos e Diques de Diabásio: são bem característicos da Geodiversidade do parque, porque existem nos principais picos em escarpas e cotas mais elevadas como os próprios Três Picos, a Pedra do Faraó e o Pico da Caledônia. Sua presença existe de forma descontínua em várias regiões da Unidade de Conservação. Já os Diques de Diabásio possuem cinco ocorrências, onde um deles está na localidade de Vargem Grande (Instituto Estadual do Ambiente, 2009; Dantas *et al.*, 2020).

A geodiversidade é bastante diversificada na área do PETP e, por isso, as potencialidades turísticas destes atrativos naturais são amplas. Vale ressaltar que a beleza cênica de paredões rochosos, depósitos de tálus, vales e elevações foi um dos motivos para a própria criação da Unidade de Conservação (Da Silva, 2015). Este potencial geoturístico está relacionado a atividades de montanhas, trilhas e banhos de rios e cachoeiras nesta região junto a fragmentos de Mata Atlântica em bom estado de conservação (Dantas *et al.*, 2020).

O PETP possui inúmeras atrações geológicas e geomorfológicas que o condicionam como uma das mais importantes Unidades de Conservação do Rio de Janeiro em questão de geodiversidade. Os rios e seus vales encaixados dentro das serras, os picos e elevações, assim como grandes conglomerados de rochas, são muito visitados por moradores de locais e de outras regiões do estado (Campos, 2007). Todavia, a infraestrutura para receber visitantes para apreciação da geodiversidade do parque ainda possui lacunas em localidades como as serras de Silva Jardim ou a zona rural de Cachoeiras de Macacu.

4.3.4 Variedade geomorfológica do PETP

O Estado do Rio de Janeiro, em seus 43.909 km² de área territorial, possui uma enorme riqueza geomorfológica em suas paisagens. A caracterização geomorfológica do

estado inclui feições do relevo que vão desde planícies e planaltos dos contrafortes da Serra do Mar, até a Depressão do Rio Paraíba do Sul, o maior corpo hídrico desta unidade da federação. O recorte territorial denominado PETP possui uma expressiva parte desta riqueza em sua topografia viva e dinâmica, mesmo com bilhões de anos de história das rochas (Hasui *et al.*, 2012).

O PETP possui quase todo o seu território inserido em topografias elevadas com picos e colinas de grande beleza que protegem expressivos fragmentos da Mata Atlântica (Freitas; Silva; Tupinambá, 2022) original e outros fragmentos contínuos que se regeneraram depois das atividades econômicas que ocorreram nesta região. As serras do parque, assim como outras do estado, serviram como barreira geográfica para a expansão colonial que começou no litoral do estado e que, após longos séculos, ainda surpreendem aventureiros pela beleza cênica e pela dificuldade de acesso para ocupação (Hasui *et al.*, 2012).

A geomorfologia do PETP apresenta colinas, morros, morrotes, picos graníticos e serras residuais, assim como outros pontos elevados dos planaltos da Serra do Mar Fluminense (Hasui *et al.*, 2012). Esta topografia com as belezas da geodiversidade local coloca municípios como Teresópolis e Nova Friburgo como grandes polos turísticos do Brasil (Dantas *et al.*, 2020). As duas grandes unidades morfoestruturais encontradas no Estado do Rio de Janeiro (Cinturão Orogênico do Atlântico e as Bacias Sedimentares Cenozóicas) são representadas pelas seguintes unidades geomorfológicas.

Unidade Geomorfológica Superfície Aplainada da Região dos Lagos: é uma depressão que se encontra na região do espigão da Serra da Botija, nos limites entre Cachoeiras de Macacu e Silva Jardim. Aqui as bacias dos rios Macacu-Caceribu e São João-Bacaxá são divididas (Dantas, 2000).

Unidade Geomorfológica Escarpas das Serras do Couto e dos Órgãos: esta escarpa é uma feição geomorfológica bem característica, porque se localiza o Pico da Caledônia, o mais alto de toda a Serra do Mar no Brasil (Hasui *et al.*, 2012). As rochas deste domínio geomorfológico possuem resistência o suficiente para criar alguns dos picos e paisagens mais exuberantes do PETP (Instituto Estadual do Ambiente, 2009).

Unidade Geomorfológica Espigão das Serras de Santana e Botija: conjunto de serras que se localiza entre as nascentes do Rio Macacu, que seguem rumo às baixadas litorâneas via município de Silva Jardim. É o principal divisor entre as bacias do Macacu e São João (Freitas; Silva; Tupinambá, 2022). Possui escarpas com alta declividade e florestas muito

preservadas nestas zonas mais altas e planícies por onde correm os rios como o Macacu e o Guapiaçu, os mais limpos e preservados da Baía de Guanabara. Devido às formas do relevo, os fluxos hídricos tendem a ser muito violentos (Instituto Estadual do Ambiente, 2009).

Unidade Geomorfológica Escarpas das Serras de Macaé, Macabu e Imbé: é o último trecho escarpado da Serra do Mar no Estado do Rio de Janeiro. É uma feição geomorfológica que está alinhada com outro padrão, como cadeias serranas paralelas entre si com os vales de importantes rios com os vales dos rios Macaé, São João e Macabu entre eles. No Parque, está inserida nos municípios de Nova Friburgo (Região de Macaé de Cima) e Silva Jardim, na Serra do Taquaruçu (Dantas, 2000). Estes planaltos são marcados por vales de pouca amplitude altimétrica e drenam rios que correm para as Baixadas litorâneas (Instituto Estadual do Ambiente, 2009).

Unidade Geomorfológica Planalto Reverso da Região Serrana: é uma das unidades geomorfológicas mais representativas do Rio de Janeiro. Vai desde os maciços do Tinguá e Couto até o Desengano. Abarca amplas áreas nos municípios de Nova Friburgo e Teresópolis, em localidades como Campo do Coelho e próxima ao núcleo urbano de Teresópolis (Dantas, 2000). As montanhas desta região do parque tendem a ser mais arredondadas, com encostas mais convexas (Freitas; Silva; Tupinambá, 2022).

Unidade Geomorfológica Bacia de Macacu: é uma bacia sedimentar que se alinha entre as baixadas do Vale do Rio Macacu e as superfícies aplainadas da Região dos Lagos. São planícies fluviais oriundas da dissecação pretérita de tabuleiros na região (Dantas, 2000). Há uma ampla formação de colinas formadas pelas dinâmicas erosivas dos canais e rios como o Guapiaçu e o Macacu (Instituto Estadual do Ambiente, 2009).

Unidade Geomorfológica Baixadas das Baías de Guanabara e Sepetiba: são áreas de acumulação fluviomarinha dentro do Recôncavo da Guanabara, mas precisamente nos tabuleiros do Vale do Rio Macacu (Dantas, 2000).

Unidade Geomorfológica Baixada do Rio São João: abrange sopés de escarpas na Serra do Taquaruçu no município de Silva Jardim. Aqui correm drenagens que alimentam o Rio São João, um dos mais importantes das Baixadas Litorâneas (Dantas, 2000).

4.3.5 Solos do PETP

A riqueza de solos no Estado do Rio de Janeiro é expressiva, e alguns deles são encontrados no PETP. Os solos estão relacionados aos tipos climáticos que darão origem às fitofisionomias vegetais dentro de biomas como a Mata Atlântica. Como as regiões serranas possuem muita quantidade de chuvas, a intemperização das rochas é bem atuante e forma solos de pequena espessura e muito lixiviados devido a esta alta pluviosidade (Dantas *et al.*, 2000).

As localidades mais elevadas das escarpas serranas que estão presentes no parque são formadas por estes solos rasos que ocorrem em um relevo de alta declividade. Estes solos estão nas classes dos latossolos, que são muito avançados nos estágios do intemperismo. As áreas mais baixas são representadas por Latossolos Vermelho-Amarelos (Carvalho Filho; Lumbreras; Santos, 2000) nas várzeas florestadas, como as que ocorrem na Regua e nas pastagens de propriedades que existem em Guapiaçu, zona rural de Cachoeiras de Macacu.

Na região do PETP, ocorrem Cambissolos que estão associados aos Latossolos Vermelho-Amarelos em regiões serranas. São diferenciados pela pouca espessura do horizonte B, em relevos montanhosos de alta pluviosidade e umidade (Carvalho Filho; Lumbreras; Santos, 2000). Os Cambissolos ocorrem nas localidades de grande altitude, onde se localizam os maciços rochosos que fazem parte da Geodiversidade desta Unidade de Conservação (Instituto Estadual do Ambiente, 2009).

Nas zonas mais úmidas de várzeas, podem ser encontrados solos dos tipos Gleissolo Húmico e Pouco Úmico. São solos mal drenados que antigamente eram ocupados por matas paludosas. Hoje, estas áreas são dominadas por pastagens e pequenos cultivos, como na região de Serra Queimada, entre Cachoeiras de Macacu e Guapimirim. Os solos Litólicos também estão bem representados nas escarpas e serras com maciços rochosos, onde se desenvolvem florestas de altitude, matas nebulares ou florestas mais secas (Carvalho Filho; Lumbreras; Santos, 2000).

Os Neossolos também estão bem representados no PETP em locais como terraços fluviais de rios como o Macacu, o Guapiaçu e o Caceribu. Há uma associação entre estes Neossolos com Gleissolos e Organossolos que dão origem aos complexos de planícies aluviais ao redor destes grandes rios que nascem no parque. Já nas regiões de depósitos de Tálus, abundantes nos maciços rochosos, os solos tendem a ser pouco desenvolvidos pelas características climáticas e pelo relevo (Dantas *et al.*, 2020).

Em vastos domínios do PETP, surgem também solos pouco suscetíveis aos processos erosivos decorrentes da natureza das rochas e da Mata Atlântica que cobre estas paisagens. Os tipos de solos da Unidade de Conservação estão associados ao tipo de fitofisionomia de

acordo com o gradiente altitudinal que vai das planícies fluviomarinhas das bacias dos principais rios até as altas escarpas de maciços graníticos e gnáissicos como os Três Picos e o Pico dos Frades. Todo este complexo geohidroecológico é responsável pelos atrativos naturais marcantes desta Unidade de Conservação (Dantas *et al.*, 2020).

4.3.6 Bacias Hidrográficas que drenam a região do PETP

A Mata Atlântica do PETP preserva importantes mananciais que abastecem enorme população de municípios do Recôncavo da Guanabara, como Itaboraí e São Gonçalo. Rios como o Guapiaçu e o Macacu, os de maior vazão e boas condições da água que desaguam na Baía de Guanabara, são essenciais para estes propósitos. Hoje, as atividades econômicas do Estado do Rio de Janeiro acarretam uma demanda que faz pressão sobre a Unidade de Conservação por causa do aumento de demanda de água nesta região do estado (Da Silva, 2015; Serra; Serra, 2012).

Vários rios e córregos do PETP são utilizados para vários fins, como os recreacionais e os de lazer (banhos de rio e cachoeiras), industriais (empresas de água mineral) e abastecimento humano. As águas do parque são símbolo da Unidade de Conservação e sua qualidade está ligada à preservação da Mata Atlântica em seus vários estágios de conservação (Instituto Estadual do Ambiente, 2009). Os tipos de drenagem dos rios são perfeitamente adaptados a vales encaixados em zonas de falhas e fraturas dentro da geomorfologia local (Hasui *et al.*, 2012) e favorecem a disseminação da riqueza hídrica local.

A gestão da água no parque é complexa e incorre em conflitos ambientais por causa dos muitos atores sociais que disputam seu uso, como o governo estadual, que quis implementar recentemente uma barragem no Rio Guapiaçu, o mais limpo da Baía de Guanabara (Da Silva, 2015), os pequenos agricultores locais e os proprietários de sítios e fazendas (Instituto Estadual do Ambiente, 2009). As unidades hidrográficas do parque são as seguintes:

1- Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara - possui 4.081 km² e abrange mais de 50 rios e riachos que deságuam na Baía de Guanabara em sua vertente para o Oceano Atlântico. Os rios principais são o Macacu e o Guapiaçu, que correm em uma região de dois compartimentos geomorfológicos distintos (serras e baixadas), onde residem 70% da população do Estado do Rio de Janeiro (Semads, 2001; Instituto Estadual do Ambiente, 2009). As Serras do Subaio, Macaé de Cima e Estreito são algumas que originam importantes nascentes a partir do interior do parque (Da Silva, 2015).

Esta macrobacia totaliza 10% da área do parque e corresponde à maior parte da água que abastece importantes setores da Região Metropolitana. Sofreu vários problemas ambientais em toda a sua extensão, embora uma parte considerável da bacia tenha águas consideradas de boa qualidade até o município de Guapimirim. O Rio Macacu é um dos mais importantes e apresenta problemas socioambientais que colocam a qualidade de água em risco, principalmente até o seu estuário (Serra; Serra, 2012). Desde a ocupação histórica do Recôncavo, foi o rio mais importante para o comércio regional que existiu em toda a Baía de Guanabara entre os séculos XVIII e XIX (Cabral, 2007) por conta de seu volume de água de importantes tributários que o alimentam (Da Rosa Júnior, 2014).

2- Bacia Hidrográfica do Rio São João - possui 2.190 km² de área e no parque abrange 5% das serras que se localizam no município de Silva Jardim (Instituto Estadual do Ambiente, 2009) e também abriga nascentes dentro de Cachoeiras de Macacu, como por exemplo a própria nascente do Rio São João, na Serra do Sambé (Semads, 2001). Também é uma região degradada a partir das áreas de baixada a caminho da Represa de Juturnaíba e sofre os mesmos problemas ambientais de outras bacias do estado, como desmatamento, assoreamento de rios e canais, poluição por esgotos e extração de areia. A vazão de água desta bacia em relação ao território do parque é pequena e contribui com as redes hidrográficas do município de Silva Jardim (Instituto Estadual do Ambiente, 2009).

3 - Bacia do Rio Paraíba do Sul e seus afluentes - é a maior Rede Hidrográfica do Estado do Rio de Janeiro com 57.000 km² (Semads, 2001). O parque é um importante centro dispersor de águas que correm para o Rio Paraíba do Sul a partir de rios como o Bengala e o Paquequer que vertem em terras dos municípios de Teresópolis e Nova Friburgo (Instituto Estadual do Ambiente, 2009).

3 - Bacia do Rio Macaé - É uma unidade hidrográfica que possui cerca de 1.765 km². Suas nascentes estão localizadas no município de Nova Friburgo, na região de Macaé de Cima, e seu curso corre cerca de 136 km até a sua foz no Oceano Atlântico (Semads, 2001). Preserva importantes remanescentes de Mata Atlântica não apenas dentro do PETP, mas também em zonas adjacentes a esta Unidade de Conservação. Quando o Rio Macaé atinge áreas mais planas, as florestas tendem a escassear e a paisagem é dominada por fazendas e pastagens (Instituto Estadual do Ambiente, 2009).

4.4 Características socioeconômicas dos municípios que integram o PETP e seus remanescentes florestais

Os municípios que englobam o PETP possuem um histórico de ocupação e perfil socioeconômico distinto. As variadas atividades econômicas proporcionadas pela ocupação desta região de Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro incorreram em um mosaico de paisagens diversas de acordo com os grupos sociais e populações que vivem na região desde a criação da antiga Vila de Santo Antônio de Sá e a colonização dos Sertões de Macacu. Há dois compartimentos geomorfológicos principais: Baixadas de Cachoeiras de Macacu e Guapimirim, ligadas à região metropolitana, e outra ligada à região dos Lagos, no município de Silva Jardim. As áreas mais altas estão localizadas entre os municípios de Teresópolis, Nova Friburgo e Silva Jardim, na Serra dos Pirineus.

O município de Guapimirim

É um município da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro com população estimada em 62.225 habitantes (IBGE, 2021). Possui área total de 358,443 km², com características geomorfológicas distintas entre uma extensa zona de planícies e uma área serrana onde se localiza um dos símbolos do estado, o Pico do Dedo de Deus. Está dividido em 3 distritos: Centro, Vale das Pedrinhas e Citrolândia. A história de Guapimirim está ligada ao município de Magé, do qual se emancipou em 21 de dezembro de 1990 (TCE-RJ, 2021).

Sua taxa de urbanização corresponde a 96% da população municipal e há maior número de mulheres do que homens. O IDH municipal é o 59º do estado, com 0,698, por causa de fatores tais como a baixa qualidade da saúde e da educação. O PIB de Guapimirim possui metade de sua arrecadação na administração pública (48,4%), setores diversos como comércio e serviços (40,9%), indústria (8,9%) e setor agropecuário (1,9%) (TCE-RJ, 2021).

É um município onde a maior parte da população reside nas áreas urbanas e onde mais de 70% de seu território faz parte de Unidades de Conservação. A maior parte do território de Guapimirim está em zonas rurais, onde o centro cresceu nos vales dos principais rios da região. A cobertura de Mata Atlântica alcança 38,39% do município, com 9.474 hectares de florestas, 2.811 de manguezais e 694 de vegetação de várzea (TCE-RJ, 2021) ou 16.624 hectares de florestas (46,39%), 16.341 hectares na agropecuária (45,60%), formações não florestais naturais (1.887 hectares e 5,27%) da área territorial total do município e 846 hectares de áreas não vegetadas (2,36%) (MapBiomias, 2021).

É um município onde suas áreas mais elevadas ainda possuem vegetação de Mata Atlântica em variados estágios de conservação e as cotas menos elevadas do relevo possuem

usos agrícolas diversos, pecuária, sítios e fazendas, mineração e usos urbanos que fazem com que Guapimirim possua muitas áreas para expansão urbana (Instituto Estadual do Ambiente, 2009) ligada à segunda residência, condomínios e sítios de lazer onde populações de classe média buscam os atrativos naturais da região, assim como a menor violência frente ao município vizinho de Magé.

Apesar do potencial turístico do município, ainda não existem serviços turísticos apropriados aos visitantes, que se concentram em veranistas de segunda residência ou de moradores locais, além dos visitantes de municípios vizinhos como Magé e Itaboraí. Além do Dedo de Deus, se localizam outras serras e cachoeiras muito visitadas nas Unidades de Conservação do município, como o PETP. Também existem atrativos culturais importantes como a antiga fazenda Barreiras (Instituto Estadual do Ambiente, 2009).

Em seu litoral, encontram-se Unidades de Conservação que protegem a maior área remanescente de manguezais da Baía de Guanabara, como a Estação Ecológica da Guanabara, além de outro parque junto aos Três Picos, o Parnaso da Serra dos Órgãos (Da Silva, 2015). É um município que liga a Baixada Fluminense à Região Serrana, tanto em relação a Teresópolis quanto a Nova Friburgo, através da Estrada Estadual RJ-122.

O município de Teresópolis

Teresópolis é um município da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro com população estimada em 185.820 habitantes (IBGE, 2021). Seu território possui 773,338 km², sendo dividido nos seguintes distritos: Centro, Vale do Paquequer e Vale de Bonsucesso. É um município serrano, cujo centro histórico está localizado no planalto da Serra do Mar Fluminense, no Vale do Rio Paquequer. Sua história está ligada aos caminhos do ouro que vinham de Minas Gerais no sentido norte-sul, até o antigo Porto da Estrela, localizado atualmente entre os municípios de Magé e Duque de Caxias (TCE-RJ, 2021).

O índice de Desenvolvimento Humano de Teresópolis é o 23º maior do Estado do Rio de Janeiro, com 0,730 (TCE-RJ, 2021), sendo considerado elevado. Apesar disso, houve aumento de processos de favelização no município e milhares de pessoas vivem abaixo ou um pouco acima da linha de pobreza. A maior parte de sua população vive na área urbana, que se expande para áreas menos populosas, o que aumenta os problemas socioambientais por conta de sua proximidade com a capital do estado (Instituto Estadual do Ambiente, 2009). Sua economia está ligada aos seguintes setores: 54,5% no setor de Comércio e Serviços, 29% na Administração Pública, 10,9% no setor industrial e 5,6% no setor agropecuário (TCE-RJ, 2021).

O município possui importantes Unidades de Conservação, como o PETP, que protegem expressivos fragmentos contínuos de Mata Atlântica. Segundo o TCE-RJ (2021), o percentual de florestas em Teresópolis totalizava 36,41% do território original ou 24.731 hectares. Já os dados do MapBiomas (2021) dizem que o território municipal possui 55,93% cobertos com 43.250 hectares de Mata Atlântica em diversos estágios de conservação. Os outros usos do solo são 29.462 hectares de uso agropecuário (38,10% do município) e o restante para áreas urbanas e formações naturais não vegetadas.

A paisagem urbana de Teresópolis possui muitas residências de classe média e alta, com bairros mais afastados de classes mais populares, embora ambas as classes tenham aumentado as ocupações irregulares em áreas inapropriadas ou proibidas. Esta expansão em casas de veraneio, sítios e condomínios de luxo, assim como a favelização, ameaçam a Mata Atlântica fora das Unidades de Conservação e até no entorno destas áreas protegidas (Instituto Estadual do Ambiente, 2009).

As paisagens dos dois distritos rurais possuem alta diversidade de patrimônio geológico e florestas em bom estado de conservação, assim como uma área agrícola diversificada com produção de hortaliças, frutas e outros cultivos em pequenas e médias propriedades. A atividade turística do município é muito valiosa pelos enormes atrativos naturais que existem para práticas como o montanhismo, as trilhas ecológicas ou banhos de rios e cachoeiras (Instituto Estadual do Ambiente, 2009).

Também há atrativos culturais ligados aos setores hoteleiros, gastronômicos ou artesanato ligado ao clima de montanha local. O patrimônio histórico antigo, a sede de treinamento da seleção brasileira e as Unidades de Conservação fazem de Teresópolis um dos maiores destinos turísticos do Estado do Rio de Janeiro (Instituto Estadual do Ambiente, 2009). Todavia, a região onde se localiza o PETP ainda não possui a infraestrutura que existe na outra famosa Unidade de Conservação municipal, o Parque Nacional da Serra dos Órgãos.

O município de Nova Friburgo

Nova Friburgo é um município da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro com população estimada em 191.664 habitantes (IBGE, 2021). Seu território possui 935,429 km², sendo dividido nos seguintes distritos: Centro, Riograndina, Campo do Coelho, Amparo, Lumiar, Conselheiro Paulino, São Pedro da Serra e Mury. Nova Friburgo também é um município serrano com centro histórico localizado no planalto da Serra do Mar Fluminense. Antigamente chamado de Morro Queimado, sua história está ligada aos antigos Sertões de Macacu, que foi uma extensa região de florestas densas e povos indígenas bravios durante o

período da mineração concentrado no atual Estado de Minas Gerais. Aqui foi estabelecida a primeira colônia de imigrantes europeus que não eram portugueses, uma colônia suíça. (TCE-RJ, 2021).

O índice de Desenvolvimento Humano de Nova Friburgo é o 11º maior do Estado do Rio de Janeiro, com 0,745 (TCE-RJ, 2021), sendo considerado elevado. Apesar disso, também houve aumento de processos de favelização no município, onde muitas pessoas vivem na pobreza. Grande parte de sua população vive na área urbana do centro e seus bairros periféricos, além do distrito de Conselheiro Paulino. É um dos municípios mais procurados pelos moradores da Região Metropolitana por conta de seu clima mais frio e belezas naturais (Instituto Estadual do Ambiente, 2009). Sua economia está ligada aos seguintes setores: 58,0% no setor de Comércio e Serviços, 28,8% na Administração Pública, 11,4% no setor industrial e 1,9% no setor agropecuário (TCE-RJ, 2021). É a capital da moda íntima feminina do Brasil e possui serviços de hotelaria de ponta.

Nova Friburgo possui grandes remanescentes de Mata Atlântica preservados em Unidades de Conservação como o PETP, o Parque Natural Municipal da Pedra do Imperador, a APA de Macaé de Cima e muitas RPPNs. Segundo o TCE-RJ (2021), o percentual de florestas em Nova Friburgo totalizava 44,62% do território original ou 39.823 hectares. Já os dados do MapBiomas (2021) mostram que o território municipal possui 66,98% cobertos com 62.653 hectares de Mata Atlântica em diversos estágios de conservação. Os outros usos do solo do município são 27.642 hectares para uso agropecuário (29,55% do município) e o restante para áreas urbanas e formações naturais não vegetadas (3,46%).

As paisagens urbanas de Nova Friburgo possuem muitas residências de classe média e alta, com bairros mais afastados de classes mais pobres nas periferias da cidade. Também ocorre um aumento de ocupações irregulares de condomínios de luxo, casas de veraneio, sítios e comunidades mais pobres por sua proximidade com a capital. Esta expansão urbana desenfreada aumenta a pressão sobre a Mata Atlântica fora das Unidades de Conservação e até no entorno de áreas protegidas como o PETP. Há pequenos produtores nas zonas rurais com propriedades que preservam grandes áreas de Mata Atlântica (Instituto Estadual do Ambiente, 2009).

As paisagens rurais possuem muita diversidade geológica e geomorfológica que transformam Nova Friburgo em um dos destinos ecológicos mais procurados do Estado do Rio de Janeiro por visitantes de outros estados e pelos próprios cariocas. A Mata Atlântica do município possui trechos muito conservados que preservam alta diversidade biológica e espécies raras da fauna e flora. Também possui áreas agrícolas bem diversificadas com

produção de frutas, hortaliças e flores, onde é o segundo maior produtor do país. A atividade turística do município é muito valiosa pelos grandes atrativos naturais em suas montanhas, rios, florestas e cachoeiras, além do patrimônio cultural construído e festas populares locais (Instituto Estadual do Ambiente, 2009).

O município de Silva Jardim

Silva Jardim é um município da Região das Baixadas Litorâneas do Estado do Rio de Janeiro com população estimada em 21.775 habitantes (IBGE, 2021). Seu território possui 937,755 km², sendo dividido nos seguintes distritos: Centro, Aldeia Velha, Correntezas e Gaviões. Silva Jardim é um município de grandes planícies com parte de seu território em escarpas da Serra do Mar Fluminense. Antigamente chamado de Capivari, sua história está ligada a pequenas vilas de colonos às margens do Rio São João que passaram por crescimento a partir de atividades econômicas ligadas ao comércio de madeira, cultivo de café e cana-de-açúcar. Hoje, o município continua dependente do setor primário, principalmente ligado à pecuária (TCE-RJ, 2021).

O índice de Desenvolvimento Humano de Silva Jardim está na 86ª posição no Estado do Rio de Janeiro com 0,654 (TCE-RJ, 2021), sendo considerado muito baixo. É um município pouco populoso e pobre, com expressiva parte da população residindo na zona rural. Apesar de a maior parte da população habitar o centro urbano, o setor de comércio e serviços ainda é pouco desenvolvido. Também o setor de turismo é ainda carente de infraestrutura, apesar do imenso potencial de atrativos naturais das florestas do município. É o lar da Reserva Biológica de Poço das Antas, a maior área protegida do famoso Mico-Leão-Dourado, uma das espécies raras mais famosas do Brasil e do mundo (Instituto Estadual do Ambiente, 2009). Sua economia está dividida nos seguintes setores: 46,5% na Administração Pública, 29,7% no setor de Comércio e Serviços, 16,3% no setor industrial e 7,4% no setor agropecuário (TCE-RJ, 2021).

Silva Jardim é um dos municípios fluminenses com maior quantidade de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) por conta de expressivos remanescentes de Mata Atlântica, que também estão preservados em Unidades de Conservação como o PETP e a Reserva Biológica de Poço das Antas. As florestas de ambientes de relevo acidentado, onde se localiza o parque, estão mais preservadas e possuem enorme beleza em seus atrativos naturais locais que ainda não são procurados pelo turismo em grande escala (Instituto Estadual do Ambiente, 2009).

Segundo o TCE-RJ (2021), o percentual de florestas em Silva Jardim totalizava 34,65% do território original ou 32.121 hectares, com 366 hectares de várzeas. Já os dados do MapBiomas (2021) mostram que o território municipal possui 46,66% cobertos com 43.756 hectares de Mata Atlântica em diversos estágios de conservação. Os outros usos do solo do município são 45.879 hectares para uso agropecuário (48,92% do município) e o restante para áreas urbanas e formações naturais não vegetadas (2,37%).

As paisagens de Silva Jardim possuem muitas características rurais, porque a parte urbana ainda é muito pequena, tendo em vista o setor de comércio e serviços ainda pouco abrangente no município. Os destaques são propriedades rurais como sítios e fazendas que ainda estão se estruturando para receber o aumento do fluxo turístico que depende de uma melhor infraestrutura. Basicamente, as localidades junto à Lagoa de Juturnaíba e o Distrito de Aldeia Velha já têm uma pequena economia local ligada a alguns setores do turismo, como o ecológico (Instituto Estadual do Ambiente, 2009).

O PETP está representado nas altas serras locais, como as do Taquaruçu e dos Pirineus. A Mata Atlântica do Parque no município possui os menores índices de influência urbana em todo o seu território (Instituto Estadual do Ambiente, 2009), caracterizando estas florestas como muito preservadas nas encostas da Serra do Mar junto aos municípios de Nova Friburgo e Cachoeiras de Macacu.

O município de Cachoeiras de Macacu

Cachoeiras de Macacu é um município da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro com população estimada em 59.652 habitantes (IBGE, 2021). Seu território possui 954,749 km², sendo dividido nos seguintes distritos: Centro, Santana de Japuíba e Subaio. É um município claramente definido em dois grandes compartimentos geomorfológicos: uma extensa área de planícies a partir de seus limites entre Guapimirim e Itaboraí e as altas montanhas e escarpas da Serra do Mar, junto aos municípios limítrofes de Silva Jardim, Nova Friburgo e Teresópolis. O município cresceu a partir do Vale do Rio Macacu em uma extensa região chamada Sertões de Macacu que ia de Cachoeiras de Macacu até o atual município de Cantagalo na Região Serrana do estado. Hoje, o município possui uma economia diversificada em franca expansão por conta de sua localização geográfica que liga as baixadas do estado aos municípios serranos (TCE-RJ, 2021).

O índice de Desenvolvimento Humano de Cachoeiras de Macacu está na 58ª posição no Estado do Rio de Janeiro com 0,700 (TCE-RJ, 2021), sendo considerado baixo. É um município pobre de população entre pequena e média, com a maior parte da população

residindo na zona urbana. Também é um município carente na infraestrutura turística, levando-se em consideração a imensa potencialidade de seus atrativos naturais e culturais. A maior parte do território do PETP está localizada no município (Instituto Estadual do Ambiente, 2009). Sua economia está dividida nos seguintes setores: 44,0% na Administração Pública, 32,4% no setor de Comércio e Serviços, 19,0% no setor industrial e 4,7% no setor agropecuário (TCE-RJ, 2021).

Cachoeiras de Macacu é um dos municípios fluminenses com grandes fragmentos de Mata Atlântica e importantes Unidades de Conservação como o PETP, a Reserva Privada da Regua de Guapiaçu e a APA da Bacia do Rio Macacu. Nas partes mais altas do município estão preservados grandes pedaços contínuos de florestas com alto grau de endemismo e biodiversidade, além de grande quantidade de trilhas, cachoeiras e atrativos naturais, configurando este território como de enorme potencial turístico (Instituto Estadual do Ambiente, 2009), o que é um vislumbre das extensas matas que aqui ocorriam no passado (Da Rosa Júnior, 2014).

Segundo o TCE-RJ (2021), o percentual de florestas em Cachoeiras de Macacu totalizava 44,07% do território original ou 42.028 hectares. Já os dados do MapBiomias (2021) mostram que o território municipal possui 60,74% cobertos com 57.989 hectares de Mata Atlântica em diversos estágios de conservação. Os outros usos do solo do município são 36.040 hectares para uso agropecuário (37,75% do município) e pequenas áreas não vegetadas (0,83%). É praticamente dividido entre terras florestais e uso agropecuário diverso entre pequenos cultivos e criação de animais.

Cachoeiras de Macacu é um município que está em franca expansão de sítios de lazer, casas de veraneio, pequenas chácaras e condomínios de classe média por sua proximidade com a capital do estado. Suas paisagens possuem grandes planícies ora dominadas pela zona urbana entre o centro da cidade e o distrito de Japuiba, ora dominadas por cultivos agrícolas que abastecem a Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (Instituto Estadual do Ambiente, 2009). O distrito de Subaio é a maior zona rural municipal com empresas de água mineral que fizeram o setor de bebidas aumentar na região, com fábricas de cerveja (Da Silva, 2015).

As imensas belezas naturais de Cachoeiras de Macacu ainda não são plenamente utilizadas, principalmente as localidades mais afastadas de difícil acesso junto ao PETP no distrito de Subaio ou nos limites com Silva Jardim. Há um imenso potencial de trilhas ecológicas, turismo rural e banhos nas inúmeras cachoeiras e rios locais que ainda possuem uma demanda que pode ser melhor aproveitada neste setor econômico, junto a setores que

vêm crescendo nos últimos anos como comércio e serviços e o agropecuário (Instituto Estadual do Ambiente, 2009).

4.5 Viajantes e naturalistas na região do atual PETP

O Brasil recebeu muitos naturalistas e viajantes durante o período colonial entre os fins do século XVIII e todo o século XIX, após um período de políticas restritivas que o império português fazia em sua maior e mais importante colônia. O Estado do Rio de Janeiro recebeu a visita destes pesquisadores e estudiosos da fauna, flora e cultura nacionais que retrataram as paisagens, as espécies de animais e plantas, assim como as populações ameríndias e as populações negras escravizadas em seu cotidiano. A região do PETP recebeu visitas periódicas ao longo deste tempo histórico que retrata as mudanças na paisagem onde hoje se localiza a Unidade de Conservação.

Esse tipo de interesse por parte dos países colonizadores na natureza e nas etnias nativas das colônias foi muito forte durante este período e teve razões como a de terem um maior conhecimento da natureza e da cultura de outros povos devido a interesses imperialistas e mercadológicos. Estes viajantes, cientistas, naturalistas e artistas tiveram aporte financeiro de instituições europeias e do próprio poder colonial que levaram a um maior conhecimento da Mata Atlântica em vastas regiões do país, como no território do Estado do Rio de Janeiro, embora houvesse ainda uma escassa infraestrutura científica no país (Marques; Grelle, 2021).

Um deles foi o missionário americano Daniel Parish Kidder (1815-1891), que esteve duas vezes no Brasil e visitou as cercanias da cidade até o Vale do Rio Macacu. Adentrou a foz do Rio Macacu com toda a sua pujança de manguezais e seguiu rumo às terras mais altas das encostas da Serra do Mar (Kidder, 2001). Nesta época, esta parte do Recôncavo da Guanabara ainda ostentava grande vegetação e pouca ocupação populacional. Kidder (2001, p. 161) assim descreve este momento:

À medida que navegávamos a montante, o rio diminuía de largura e as margens iam se tornando mais firmes, ostentando às vezes grandes árvores frondosas. No trecho que percorremos pela manhã poucos sinais percebemos da presença ou do labor do homem. Passamos o rio que serve o Porto das Caixas e finalmente emergimos bruscamente de dentro de maciço de vegetação para uma visão magnífica da serra dos Órgãos.

O Rio Macacu é descrito como navegável e com muita fartura de peixes. Sendo o principal caudal da Baía de Guanabara em sua região noroeste, este rio recebe especial atenção dos cronistas e viajantes que o situam em suas andanças pela região no século XVIII. Monsenhor Pizarro (1753-1830) mostra que a riqueza de suas águas e seus afluentes atestam a imensa diversidade das matas locais pela qualidade da água e importância para as atividades

econômicas locais. Pizarro e Araújo (1820, p. 194) assim descrevem um destes momentos com o rio:

Por canoas desde as origens dos Rios principaes Aquápey-assú, Aquápey-mirim, e Cassarébú, até algumas legoas à cima do lugar da Freguezia, onde chegam as barcas à carregar madeiras, se conduzem os sobreditos effeitos: d'alli, ou continuam as canoas com as suas cargas até a Cidade, ou as despejam nas barcas, e lanchas, que as transportam pelos Rios mencionados, cujas aguas se depositam no de Macacú à procurar o mar da Enseiada, por onde se comunica a grande fartura de peixe, de que todos gozam.

O naturalista e explorador suíço Johann Jakob von Tschudi (1818-1889) também esteve na região do Vale do Rio Macacu e o descreveu junto de seus afluentes como um rio de fértil vale e com alguns trechos de navegação que era perigoso pelos efeitos das “Febres de Macacu” que assolaram a região e mataram muitas pessoas, principalmente colonos e pequenos camponeses pobres que viviam nestas localidades. O esvaziamento populacional desta época promoveu a volta da vegetação da Mata Atlântica que fora destruída pelas atividades econômicas desde a época dos antigos engenhos e fazendas de café. A ironia é que Von Tschudi (1953, p.116) vê a vegetação local em uma de suas viagens de trem ao vale do Macacu como algo ruim:

Os vapores costumam fazer três vezes por semana o trajeto entre Sampaio e Rio de Janeiro, havendo assim sempre uma afluência considerável de viajantes. A viagem não oferece aspectos interessantes, devido à forte vegetação de mangue e às curvas estreitas e numerosas, que não permitem uma vista a distância.

A grande quantidade de rios e tributários da região noroeste do Recôncavo da Guanabara é descrita por Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) em sua visita à Serra do Mar com sua exuberante Mata Atlântica que transforma toda a planície local em um caminho repleto de caudais que constroem inúmeras cachoeiras que ainda podem ser vistas na região devido à restauração das matas locais, como na Reserva privada da Regua e da proteção do poder público estadual no PETP. De Varnhagen (1877, p. 301) assim relata este momento: “O maior de taes ribeiros, isto é, o que traz sua origem de mais longe, e cae mais no fundo do golfo (no qual roubaria o nome que tem se effectivamente ele fosse rio) chama-se de Macacú”.

Dois dos naturalistas mais famosos foram os bávaros Johann Baptist Spix (1781-1826) e Carl Friedrich Philipp Von Martius (1794-1868). Empreenderam grandes viagens e excursões por todo o Brasil, coletando espécimes da fauna e flora, objetos etnológicos ou ainda descrevendo os modos de vida de populações locais como os povos indígenas, populações negras ou ainda os próprios colonizadores. Também estiveram nas serras ao redor da Baía de Guanabara, chafurdando as matas, rios, fazendas, manguezais. Quando estiveram na Fazenda da Mandioca, propriedade do Barão Georg Heinrich von Langsdorff (1774-1852),

ficaram maravilhados com o esplendor da Mata Atlântica ainda com grande extensão territorial:

O Sr. von Langsdorff morava numa pequena casa de campo, na encosta dos morros que se estendem a sudoeste da cidade, e gozava entre o perfumado arvoredado do Brasil, de magnífica vista da cidade e de parte da baía. Nada se pode comparar à beleza deste lugar, quando, passadas as horas mais quentes do dia, brisas ligeiras refrescam o ar embalsamado pelos aromas da mata próxima. Esse prazer ainda aumenta logo que anoitece, vendo ao longe estender-se o espelho brilhante do mar e a cidade tranquila a iluminar-se pouco a pouco (Spix; Martius, 2017, p. 63).

Spix e Martius percorreram toda a orla da Baía de Guanabara e entraram em alguns rios para chegar a outras regiões, como as do fundo da Baía, onde hoje se encontram os municípios de Duque de Caxias e Magé. Entraram pelo Rio Inhomirim e viram toda a face norte das serras onde hoje se encontra o PETP. Suas empolgações com a grande barreira verde eram bem notáveis. Spix e Martius (2017, p. 113) escreveram sobre este momento:

Em breve nos achamos num ambiente inteiramente novo. Cavalgávamos por uma região baixa em estrada larga, entretanto não calçada, ladeada de arbustos os mais diversos, todos floridos; à nossa esquerda tínhamos uma serra coberta de densa mata virgem e à nossa frente uma com vegetação somente no sopé, mais alta, ligada com a anterior, e cujos grupos de audazes rochedos sobressalentes davam feição majestosa à paisagem.

Spix e Martius conheceram ainda amplas matas (Figura 22) que cobriam os Sertões de Macacu, onde um dos principais motivos seria o ainda incipiente cultivo do café que logo ceifaria a maior parte destas florestas morro acima. Apesar disso, algumas localidades mais inacessíveis conseguiram sobreviver ao café e continuam maravilhando muitos estudiosos hoje, como as matas do atual PETP. Spix e Martius (2017, p. 114) demonstram esta admiração:

A diversidade de iluminação e do arvoredado que apresentavam as matas na encosta da montanha, a luminosidade das mais variadas tonalidades, o azul profundo e a claridade do céu davam à paisagem tropical um encanto que falta nas próprias obras de um Salvador Rosa e de um Claude Lorrain.

Figura 22- Mata Atlântica na Serra do Mar do Rio de Janeiro por Von Martius



Fonte: Curta Biodiversidade, 2024.

Vale lembrar também o maravilhamento da dupla bávara frente à fauna da Mata Atlântica, onde pode-se supor que seja muito semelhante à que pode ser vista hoje no PETP, com exceção daquelas que desapareceram com a destruição do habitat e a caça indiscriminada. A fauna de regiões ainda pouco exploradas, como nos arredores da cidade do Rio de Janeiro em suas serras, foi uma experiência inesquecível para os dois naturalistas. Spix e Martius (2017, p. 119 e 120) relatam suas visões:

Daí por diante tudo se agita em plena vida. Esquilos, bandos de macacos gregários saem curiosos do interior da mata para as plantações, e balançam-se estalejando, assobiando e pulando de árvore em árvore. Os galináceos jacus, mutuns e as pombas deixam os galhos e andam de um lado para outro, no chão úmido. Outros pássaros das mais raras formas e da mais brilhante plumagem, voam sós ou em bandos, nas perfumadas moitas. Os papagaios verdes, azuis ou vermelhos, em bandos nas copas das árvores, ou voando para as roças ou para as ilhas, enchem o ar com a sua gralhada. O tucano dá estalos com o seu grosso bico oco, lá em cima no extremo dos galhos, e chama chuva com as suas altas notas queixosas.

Mesmo que ficassem deslumbrados pela mataria, os dois naturalistas ainda confiavam em uma espécie de progresso que destruiria a Mata Atlântica, o que não deixa de ser uma forte contradição. No final das contas, o modo de vida colonial racista e o desprezo por uma natureza muito diferente da encontrada na Europa prevalecem. São as contradições humanas e nos lembram que devemos sempre ter um senso crítico com relação às fontes sem cair em erros anacrônicos. Spix e Martius (2017, p. 129) escrevem sobre:

Com o progresso do povoamento e da instrução no país eles irão desaparecendo. Quando os habitantes deitarem abaixo as matas, dessecarem pantanais, rasgarem estradas por toda parte, fundarem aldeias e cidades, e, assim, pouco a pouco, triunfarem da exuberante vegetação e dos bichos daninhos, então todos os elementos virão ao encontro da atividade humana e recompensarão plenamente. Entretanto, até que chegue essa época para o Brasil, o país inculto pode ainda ser, sem dúvida, o túmulo de milhares de imigrantes.

Também o grande naturalista e viajante Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853) visitou as densas florestas da Serra do Mar, no Estado do Rio de Janeiro. Foi um dos principais naturalistas durante o Brasil colônia e mostrava visões dúbias sobre os povos indígenas e escravizados, como uma certa simpatia pelo destino de alguns indivíduos. Possuía grande admiração pelas belezas naturais do Brasil e muitas vezes desejava ficar mais tempo no país, onde presenciou uma Mata Atlântica ainda exuberante que ocupava toda a região serrana do estado na época. Saint-Hilaire (2019, p. 456-457) assim enumera seu estupor pelas belezas das serras e do mar:

Talvez nada no mundo seja tão belo quanto as cercanias do Rio de Janeiro. No verão, o céu é de um azul carregado; no inverno, as cores se suavizam, apresentando o azul esbatido de nossos mais belos dias de outono. Aqui, a vegetação nunca descansa, e em todos os meses do ano, os bosques e campos estão floridos. Florestas virgens, tão antigas quanto o mundo, exibem sua majestade quase às portas da

cidade, formando um contraste com as obras humanas.

Saint-Hilaire percorre os antigos Sertões de Macacu e vê diante dos seus olhos toda a complexidade do relevo fluminense a partir de grandes rios e o típico mar de morros descrito anos mais tarde por geógrafos e geomorfólogos. Salta aos olhos sua descrição das planícies e das escarpas da Serra do Mar, onde hoje se encontram grandes fragmentos de florestas (Figura 23) que ainda dominavam o estado na época em que o naturalista lá esteve. Saint-Hilaire (2019, p. 462) diz: “Chegando a certa altura, descobre-se toda a região percorrida nos dias precedentes; vê-se a planície semeada de colinas, a maioria delas coberta de bosques e aumentando de elevação, à medida que se aproximam da grande cadeia de montanhas perto da qual se assemelham a anões aos pés de um gigante”.

Figura 23- Mata Atlântica em clímax na Serra do Mar visualizada por Saint-Hilaire (182?)



Fonte: Capilé, 2021.

Os rios da Baía de Guanabara foram uma porta de entrada para o desbravamento das matas de baixada e manguezais no Recôncavo. Também foram de suma importância para que as cadeias produtivas econômicas coloniais e pós-coloniais funcionassem dentro do habitat colonial fluminense (Ferdinand, 2022). Um dos principais rios foi o já citado Rio Macacu, cuja nascente está dentro dos limites territoriais do PETP. Saint-Hilaire (1938, p. 24-25) assim fala a respeito destes rios: “Uma inmensidade de rios desaguam na baía do Rio de Janeiro: tendo suas nascentes nas montanhas vizinhas, seu curso é, geralmente, pouco extenso; mas facilitam o transporte de mercadorias, e são da maior utilidade para o abastecimento da capital”.

Saint-Hilaire enfatiza todas as diferenças entre as florestas tropicais, do qual faz parte a Mata Atlântica e os bosques temperados europeus. As densas matas que existiam no Rio de

Janeiro foram um bálsamo de admiração e curiosidade por parte dos naturalistas. Estes chafurdam as matas em busca de plantas e animais que jamais topariam em suas terras natais. Todo o contraste entre estas florestas é ressaltado pelo naturalista em seus escritos. Saint-Hilaire (1938, p. 28) comenta sobre as matas do Rio de Janeiro:

Para conhecer toda a beleza das matas tropicaes, é necessário penetrar nesses retiros tão antigos como o mundo. Lá nada faz lembrar a fatigante monotonia dos nosso bosques de carvalhos e pinheiros; cada arvore ostenta, por assim dizer, um porte que lhe é proprio; cada qual tem sua folhagem, que frequentemente difere do matiz das arvores vizinhas.

A Mata Atlântica encontrada por Saint-Hilaire foi percebida por ele como um emaranhado de florestas distintas e repletas de diversidade florística em relação ao clima regional. Assim, o grande naturalista entendia toda a riqueza ecológica e biogeográfica das matas do Rio de Janeiro. Hoje, estudiosos do bioma atentam para a imensa diversidade de espécies encontradas nas serras que compreendem o PETP. Saint-Hilaire (1938, p. 32) diz sobre sua percepção: “Não se julgue que as mattas virgens sejam por toda a parte absolutamente identicas; apresentam variações conforme a natureza do terreno, a elevação do sólo e a distancia do Equador”.

As belezas da Mata Atlântica da Serra do Mar foram relatadas pelo grande pintor alemão João Moritz Rugendas (1802-1858), um dos mais emblemáticos que estiveram no Brasil oitocentista e que deixou excelentes trabalhos sobre o Rio de Janeiro do século XIX. As densas florestas (Figura 24) são exaltadas por sua beleza e diversidade de fauna e flora. Também por sua perenidade e esplendor das árvores e suas lembranças que fazem-no pensar que jamais deixariam de existir algum dia. Rugendas (1940, p. 12-13) assim descreve estas matas:

A natureza inanimada está, ela própria, em harmonia com essas grandes imagens oferecidas pelas florestas primitivas da serra do Mar. Se, de um ponto mais elevado ou desbastado, o olhar consegue alcançar as montanhas, depara com massas ousadas desenhadas nas cadeias graníticas do interior; e mesmo nas florestas vêem-se, não raro, blocos de rochedos tendo no seu cimo achatado jardins de belas flores. Quanto mais se avança nessas florestas, menos aberturas se encontram; pode-se andar durante vários dias sem que o céu se mostre senão de quando em quando, através das abóbadas aéreas cuja verdura cobre o viajante.

Figura 24 –Fazenda Mandioca e a Mata Atlântica ao fundo por Rugendas (1835)



Fonte: Novaes, 2008.

O casal Jean Louis Rodolphe Agassiz (1807-1873) e Elizabeth Cabot Cary Agassiz (1822-1907) também foram estudiosos e naturalistas que visitaram o Rio de Janeiro e estiveram nos arredores da capital dentro das matas que circundavam o Recôncavo da Guanabara. Apesar da destruição imposta pelo café nas áreas mais altas da Serra do Mar, o casal presenciou ainda grandes extensões da Mata Atlântica a partir das montanhas que circundam a Serra dos órgãos e adjacências. Agassiz e Agassiz (2000, p. 72) descrevem o momento que viram a grande barreira de montanhas nos fundos da Baía de Guanabara:

Veremos, sem dúvida, uma paisagem mais selvagem; mas, da primeira vez que se contempla a natureza sob um aspecto inteiramente novo, experimenta-se uma sensação de encanto que é difícil se repetir; a primeira vez que se descobrem as altas montanhas, que se contempla o oceano, que se vê a vegetação dos trópicos em toda a sua pujança, marca época na vida. Essas florestas maravilhosas da América do Sul são tão espessas e emaranhadas de parasitas gigantescas que formam uma massa sólida e compacta de verdura.

O casal de naturalistas segue sua narrativa da natureza da Mata Atlântica da Serra do Mar Fluminense exaltando a diversidade da flora, o que pode ser comprovado por estudos atuais nesta área de florestas. As montanhas e a paisagem da Baía de Guanabara que muitos viajantes e naturalistas reafirmam sua condição de beleza cênica e a singularidade geomorfológica que os cercava. Agassiz e Agassiz (2000, p. 441) narram as suas visões:

De um lado, é a vertente da montanha, cuja vegetação ostenta uma beleza que desafia qualquer expressão; são os parasitas carmezins, as flores purpurinas da quaresma, as delicadas corolas azuis das utriculáceas tão frágeis e graciosas como as nossas campânulas. Do outro lado a vista mergulha, aqui em estreitas gargantas, onde se desdobram florestas magníficas, do seio das quais despontam penhascos arrogantes; adiante, em vales amplos e extensos, mais baixo ainda, na planície por que acabamos de passar, o olhar atinge até à baía distante, seu arquipélago de ilhotas e sua cercadura de montanhas. Toda essa paisagem resplandece ao sol ou se cobre de

sombra ao capricho das nuvens.

O explorador Richard Francis Burton (1821-1890) também percorreu a Região Serrana do Rio de Janeiro e descreveu as nuances do majestoso cabedal de picos e elevações que se descortinam nos fundos da Baía de Guanabara. Descreve algumas das serras mais conhecidas, mas seu olhar aprecia as elevações do maciço do Tinguá, até as serras da região limítrofe entre os municípios de Silva Jardim, Casimiro de Abreu, Nova Friburgo e Macaé. Burton (2002, p. 49) assim descreve a sua visão:

Olhamos para a frente, para a cadeia de montanhas do norte, a serra do Mar; para o nordeste, eleva-se a serra dos Órgãos propriamente dita, com suas quatro agulhas de um azul mais carregado, desenhando-se no fundo coberto por um vapor indefinível e que podem se parecer com tudo, menos com tubos de órgãos; mais ao norte, fica a serra da Estrela, onde uma garganta e uma saliência do rochedo, chamada Cabeça de Frade, marca o natural ziguezague seguido pela estrada, enquanto ao noroeste os picos piramidais e agudos da serra do Tinguá prolongam a imponente cadeia de montanhas em direção a São Paulo.

Oscar Canstatt (1842-1912) foi outro explorador que visitou as serras do atual Estado do Rio de Janeiro em fins do século XIX. Percorreu regiões pantanosas do Recôncavo da Guanabara e adentrou as grandes escarpas de Teresópolis, Petrópolis e arredores, onde ainda havia grandes extensões de Mata Atlântica pouco alteradas ou secundárias devido às atividades econômicas até então inseridas nestas localidades anteriormente. Canstatt (2002, p. 319) narra a experiência subindo um destes caminhos:

O panorama que se contempla ao chegar ao alto é incomparável; a vista se estende sobre o mar, o Rio de Janeiro, o Corcovado, a Tijuca, as outras partes da Serra dos Órgãos, a estrada percorrida e a variedade de perspectivas que o pôr-do-sol oferecia. Da Raiz da Serra até ao alto leva-se cerca de duas horas, inclusive a demora para a mudança dos mueres a meio caminho.

Outro explorador que descreveu essa barreira verde nos fundos da Baía de Guanabara foi Maurício Lamberg (18? -19?) entre os fins do século XIX e início do século XX. A beleza dos paredões rochosos e das matas inebriava os viajantes e naturalistas da época. Todavia, seus relatos já mostram uma ocupação inicial de casas e demais residências que já tomavam territórios da antiga pujante Mata Atlântica. As florestas foram substituídas pelo café em vastos territórios, mas ainda conseguiram resistir ao cultivo da planta africana e à ocupação perpetrada por imigrantes europeus que vinham se estabelecer em novas terras no novo mundo. Lamberg (1896, p. 277) demonstra o que notou:

Dessas montanhas avançavam para nós prolongamentos, cuja estranha configuração nos atraía a vista de modo singular, emquanto ao longe, n'um esbatimento indistinto, confusas serranias mais deixavam presentir do que divisar suas amplas formas pittorescas. Por estreitos e alongados valles que se estendiam e se arqueavam em todas as direcções, víamos arrabaldes e grupos de casas espalhadas n'uma desordem matizada, que agradavelmente contrastavam com o verde escuro de uma rica e esplendida vegetação.

O príncipe Adalberto da Prússia (1884-1948) foi outro olhar estrangeiro que ficou maravilhado com a Mata Atlântica Fluminense da Serra do Mar. Quando ele aportou no Rio de Janeiro, ainda existiam magníficas florestas que vicejavam não apenas na Serra do Mar, mas ainda nas elevações da capital, mesmo que uma parte do que viu tenha sido o projeto de restauração florestal do atual Parque Nacional da Tijuca. É provável ter visto fragmentos de matas que escaparam do café e da coleta de madeira, mas também de vegetação já secundária por causa do início da decadência da produção cafeeira. Da Prússia (2002, p. 15-16) comentou a respeito:

Visível primeiro através do óculo, mas logo depois também reconhecível a olho nu, estendia-se diante de nós aquela maravilhosa vegetação tropical que dantes, nos livros e nas gravuras, nos pareciam tocar as raias do fabuloso. Para qualquer lado que se olhasse as montanhas estavam cobertas de densas florestas. Se os olhos seguiam seus contornos, viam elevarem-se alto, muito alto, acima da floresta, esguias palmeiras isoladas; sobre o gigantesco revestimento de plantas das montanhas, destacam-se formas de árvores, como os europeus nunca tinham visto: árvores com amplas copas gigantescas, ou outras que, tendo crescido rapidamente, erguiam para o ar os braços finos, galhos bizarros— e contudo é impossível fazer-se uma ideia da graça dos contornos das montanhas que, com aquelas pitorescas e gigantes árvores elevando-se para o céu, se mantêm sem interrupção os mais graciosos e maravilhosos!

O viajante prussiano adentrou a capital e percebeu ainda um enorme contingente de Mata Atlântica nas zonas mais altas, mas não tão grande quanto ao que ele visualizou na Serra do Mar central a partir da foz do Rio Macacu, por onde chegou ao antigo Porto das Caixas no atual município de Itaboraí. Chegando ao porto, começou a percorrer as áreas pantanosas e baixas desta parte do Recôncavo que durante muito tempo foram engenhos de produção de cana-de-açúcar e foi em direção à Serra de Macaé de Cima. Aqui deve ter chegado às nascentes do Rio São João, que corre em direção às baixadas litorâneas da Região dos Lagos. Da Prússia (2002, p. 108) mostra um vislumbre: “Por trás daquele, como vimos à direita uma cadeia de montanhas donde subiam nuvens carregadas de chuva, a serra do rio de São João”.

A Mata Atlântica da região foi um espetáculo de diversidade muito maior do que os fragmentos que constituem o atual PETP, tendo em vista o grau de maravilhamento que o príncipe demonstra em sua escrita. Adalberto percorre todo o Vale do Rio Macacu e chega às matas nebulares das escarpas da Serra do Mar. Esta região percorrida engloba uma grande área do atual parque e atenta para a resistência da Mata Atlântica em áreas mais inacessíveis para atividades econômicas. Da Prússia (2002, p. 112):

Mais em cima na encosta recomeçava a floresta escura, cujas profundas sombras faziam realçar os troncos brancos. Nosso caminho seguia pelo vale do Macacu acima, que corria tumultuoso muito embaixo à nossa direita; víamos ao mesmo tempo, em frente a nós sobre os cumes nevoentos, as florestas virgens para além do riozinho, ostentando os mais variados tons de verde, que não encontramos nessa

diversidade nas nossas florestas.

A beleza da Mata Atlântica deve ter sido muito impactante porque, nesta época, as árvores mais imponentes das florestas ainda existiam e conseguiam construir as relações ecológicas com os animais que evoluíram nestes ecossistemas. Hoje, espécies vegetais como o Jequitibá-rosa (*Cariniana legalis*) e de animais, como a anta (*Tapirus terrestris*), desapareceram ou estão em vias de desaparecimento. A diversidade florística do parque ainda impressiona, mas como imaginar o que havia naquela época? Da Prússia (2002, p. 113) escreve:

Diz-no-lo aquela impressão de solenidade, aquele sentimento de veneração que se apodera de todo aquele que entra pela primeira vez numa floresta virgem. A princípio olhávamos atônitos para aquele labirinto de altos e esguios troncos, para as maranhas de lianas, para o alto, para aqueles imensos tetos de copas por cima de nós que só nos deixavam ver o céu como através de um véu, sem que, porém, nos pudéssemos dar conta do que víamos. Pode-se pintar no lar uma floresta virgem com a mais abrasada fantasia, mas se verá sempre a mais ousada expectativa excedida quando se põe realmente os pés dentro de uma dessas florestas.

Apesar dos grandes blocos de Mata Atlântica ainda preservados, principalmente nas áreas mais altas, Adalberto da Prússia já deparou com os vales onde hoje se encontra a cidade de Nova Friburgo, alterados por desmatamentos do passado, onde já existiam capoeiras e florestas em estágio inicial de sucessão ecológica. Os vales dos grandes rios da Região Serrana foram muito impactados pelo desmatamento da Mata Atlântica. Da Prússia (2002, p. 118):

O solo do vale parecia já estar em muitos lugares cobertos de capoeiras; as encostas da montanha tinham sido em parte queimadas; só algumas palmeiras chamuscadas estavam ainda de pé aqui e ali no terreno nu, deixando pender tristonhas suas coroas amareladas – numa palavra, já tinha começado a orlar a floresta virgem. Isto se nos tornou claro perto de Claire, o suíço, cuja granja não tardamos a atravessar mais baixo da de Wilhelm; e quanto mais descíamos mais se estendiam as terras cultivadas.

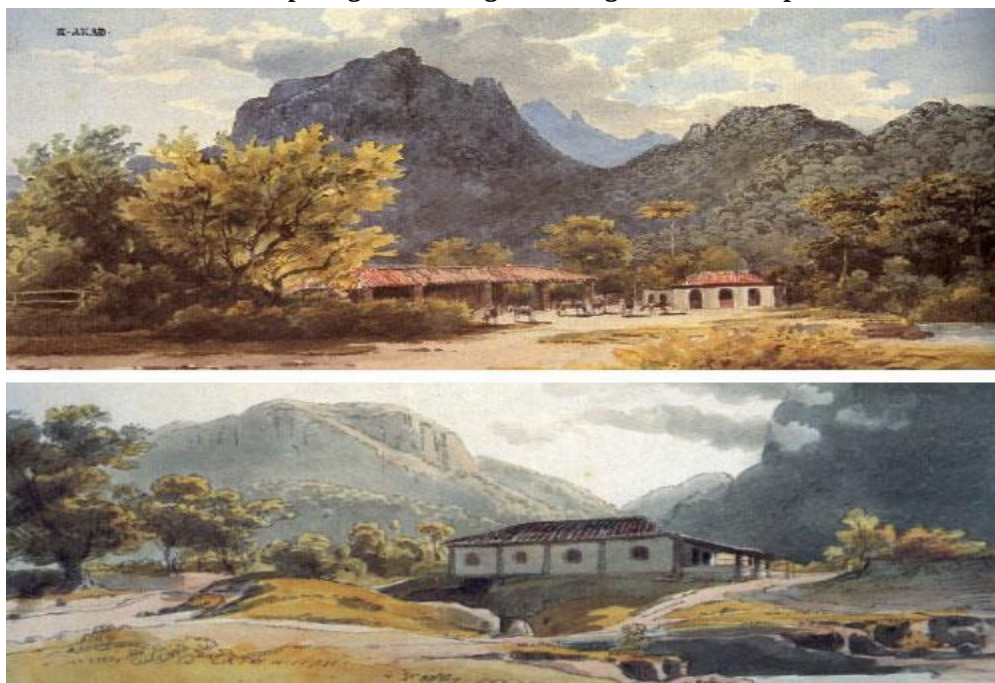
O naturalista e explorador, príncipe Maximilian Wied-Neuwied (1782-1867), um dos mais importantes estrangeiros que estiveram em terras brasileiras, também teve sua estadia e experiência na Mata Atlântica Fluminense. Apesar de não ter penetrado nas florestas do interior do estado, percebeu as grandes florestas da Serra do Mar, além de adentrar as matas que existiam de Niterói até o atual município de Cabo Frio. Exímio e meticuloso narrador do que via, prestava bastante atenção ao modo de viver das pessoas e à fauna das matas que percorria. Sua empolgação pode ser notada no trecho de sua autoria a seguir (Nied-Neuwied, 1940, p. 29): “As montanhas recortadas em cima são parcialmente cobertas de matas de verde sombrio, do seio das quais emergem, altivos, os coqueiros de caules esguios”.

O barão russo Georg Heinrich von Langsdorff (1774-1852) foi outro europeu que

esteve nos antigos Sertões de Macacu durante sua estadia no Rio de Janeiro, onde morou durante muito tempo na Fazenda Mandioca, que hoje pertence ao município de Guapimirim. Este naturalista, explorador e biólogo chafurdou a Mata Atlântica local e coletou milhares de espécimes de plantas e animais que enviou aos museus russos porque este foi pioneiro na diplomacia entre Rússia e Brasil. Apesar de reclamar constantemente das dificuldades das viagens científicas pela falta de infraestrutura do país, conseguiu trazer um grande conhecimento científico a partir das florestas dos arredores onde viveu na borda da Região Serrana Fluminense (Da Silva, 1997).

Langsdorff viajou em vastas regiões do Brasil e trouxe muito conhecimento sobre a Mata Atlântica por sua ânsia e voracidade pelo conhecimento, embora estivesse também a serviço de interesses coloniais e imperialistas da potência russa (Da Silva, 1997), assim como outros viajantes, exploradores e naturalistas de outras nacionalidades. Visitou Nova Friburgo e cercanias, até Cantagalo, e percorreu uma floresta ainda muito preservada e repleta de espécies únicas. Seus colaboradores fizeram trabalhos cartográficos sobre a região e ele se tornou um dos mais importantes naturalistas europeus, tendo recebido vários pensadores em sua residência na antiga fazenda da Mandioca (Figura 25).

Figura 25- Dois momentos das paisagens de refúgio de Langsdorff criadas por Thomas Ender (1817)



Fonte: Folha do Meio Ambiente, 2013.

O naturalista norte-americano Herbert Huntington Smith (1851-1919) foi outro estrangeiro que perambulou pela Mata Atlântica Fluminense e viu densas florestas na Serra do Mar. Faziam comparações entre as matas do Rio de Janeiro e as de outros estados como o

Paraná e o Mato Grosso, atentando para as particularidades climáticas, edafológicas, fitogeográficas e ecológicas. Esteve nas florestas dos Sertões de Macacu e ficou estonteado pela massa vegetal da Serra do Mar que se descortinava nos fundos da famosa Baía. Smith (1922, p. 09) descreve as relações entre a Mata Atlântica e os extratos do relevo:

O mesmo processo se intervalla por toda a serra do Mar; os valles mais altos, especialmente, estão de tal modo expostos a estes banhos de vapor, que mezes inteiros escorrem humidade suas encostas. Exactamente n'estes legares encontra-se a mata mais alta o mais espessa: florestas como as que rodeiam o Rio não exigem somente agua para molhar a raiz, mas uma atmosphaera húmida para se banharem as folhas.

George Gardner (1812-1849) foi um botânico britânico que veio ao Brasil buscar toda a diversidade biológica descrita para os trópicos e também topou com a magnitude da Mata Atlântica em todo o seu apogeu, já que o café ainda não havia destruído as grandes florestas da Serra do Mar, quando esteve no Rio de Janeiro. Exalta e admira as enormes árvores, como o maior gigante da Mata Atlântica, o Jequitibá-Rosa (*Cariniana legalis*). Hoje, um dos últimos remanescentes vivos desta espécie com grandes dimensões é símbolo do atual PETP. Imagina-se que nesta época, ele tenha visto ao longe, vários exemplares da magnífica espécie que não conseguiram chegar à época contemporânea, como o exemplar de Boca do Mato. Gardner (1942, p. 02) assim descreve o momento em que ele vê estas serras no estado:

Fica este cabo a umas setenta milhas para leste do Rio de Janeiro, correndo entre ambos uma cadeia ondulante de elevados outeiros, recobertos de arvoredos até as cumiadas. Lá nessas alturas palmeiras inumeráveis, com troncos esbeltos encimados de copas arredondadas, sobranceiras ao resto da mata, e furando o espaço de encontro ao lindo azul do céu, imprimem á paisagem um cunho peculiar, que tacitamente faz sentir ao europeu sua aproximação de um mundo, cuja vegetação difere vastamente das que por ele foram ha tão pouco deixadas.

O biólogo britânico fica totalmente inebriado com a vegetação do Rio de Janeiro, onde se empolga com toda a diversidade de plantas em paisagens das mais variadas e diferentes das encontradas em sua Europa natal. Este estado de admiração e contemplação o faz querer conhecer a Mata Atlântica e a pujante cultura da população local. Dentro deste escopo, Gardner fez numerosas coletas de fauna e flora e ajudou no conhecimento científico produzido por estrangeiros como ele no Brasil do século XIX. Gardner (1942, p. 05) disse sobre as redondezas do Rio: “Ha nas vizinhanças mais próximas do Rio certos sitios que relembram a um escocês as montanhas do país natal, com a diferença, que, enquanto as montanhas de lá, são desnúdas e estéreis, são as daqui cobertas até o cimo de luxuriante vegetação tropical”.

Quando George Gardner avança para uma excursão à Serra dos Órgãos, a mais famosa cadeia de elevações do estado, o faz a partir do Porto Estrela, onde hoje se localiza o atual município de Magé. O naturalista sobe por uma estrada que fica entre os atuais municípios de

Guapimirim e Teresópolis, e neste caminho admira a grande massa vegetal que ainda abunda na região. Aqui, o atual PETP se encontra com o Parque Nacional da Serra dos Órgãos e se torna um corredor de Mata Atlântica que ainda faz jus ao que o biólogo britânico encontrou. Drummond (1997) conta como alguns fatores históricos e geográficos não permitiram que estas matas fossem severamente destruídas. Gardner (1942, p. 33-34) conta sua experiência:

Tôda a estrada corta uma densa floresta, cuja magnificência não póde ser imaginada pelos que nunca a viram nem penetraram em seus recessos. Os remanescentes da mata virgem que ainda se erguem nas vizinhanças da Capital, conquanto grandiosos aos olhos de um recém-chegado da Europa, se tornam insignificantes quando comparadas com a massa da gigantesca vegetação que veste as encostas da Serra dos órgãos.

O naturalista visita as ainda preservadas matas estacionais do Vale do Rio Paraíba do Sul e detalha meticulosamente numerosas espécies de animais e plantas, além do modo de vida das populações que encontra pelo caminho. Dá detalhes da caça de animais que não existem mais nas regiões onde esteve, como a anta (*Tapirus terrestris*) e a hoje raríssima jacutinga (*Aburria jacutinga*). As florestas dos antigos Sertões de Macacu foram visitadas pelo biólogo britânico e mostraram comparações com a Mata Atlântica que topou no atual município de Petrópolis, na fazenda conhecida como Córrego Seco. Gardner (1942, p. 434) assim comenta: “A região, que é bastante montanhosa, está coberta de soberbas florestas virgens, e muito se assemelha com a que alhures descrevi, entre a serra dos órgãos e a colônia suíça de Nova-Friburgo”.

John Luccock foi um comerciante e viajante inglês que esteve no Rio de Janeiro durante 10 anos (1808-1818) e pouco se sabe sobre seu nascimento ou o que ocorreu com ele depois que regressou à Europa. Todavia, descreveu a vida na cidade do Rio de Janeiro e arredores e visualizou uma Mata Atlântica que ainda tomava vastos territórios na capital e no Recôncavo da Baía de Guanabara. Escreveu sobre a fauna e a flora do país e hoje se tornou uma das mais importantes fontes históricas sobre o rio antigo. Disse Luccock (1942, p. 28) sobre as florestas que viu: “Via-se à volta de toda a baía do Rio-de-Janeiro uma floresta interminável, com cada morro coberto de árvores altaneiras e cada vale repleto de madeira para lenha; poucas terras cultivadas se distinguíam no imenso panorama”.

O viajante inglês avança para conhecer as montanhas da Serra do Mar através da localidade atual de Tinguá, no município de Nova Iguaçu. Percorre caminhos e estradas por entre as serras repletas de luxuriante Mata Atlântica e geodiversidade que causa admiração até hoje em viajantes contemporâneos. Suas descrições chamam atenção ao relevo colinoso chamado anos mais tarde de mares de morros. Todavia, algumas localidades já se encontravam desmatadas, como a fazenda que usou para estadia. Luccock (1942, p. 193) narra este momento:

Torcendo pouco a pouco para leste, a partir de Santo-Antônio, a região se torna de sublime grandeza. A nossa frente erguem-se o píncaro maciço do Tenguá, o cone da Boa-Vista e as estranhas colunas vulgarmente chamadas de canudos de órgão. A estrada rodeia o sopé dos morros, indo ter à várzea regada pelo Iguassú, isto é, a baía grande, corrente que desagua no porto do Rio. O terreno, nessa planície, é geralmente arenoso, mas como por vezes vários trechos se inundam, fica-lhe um sedimento preto que os torna propícios à cultura do arroz. A superfície é interrompida por inúmeras colinas redondas a que chamam, pelo seu formato, de meias laranjas. Havia muitas dessas numa fazenda de que freqüentes vezes fiz minha habitação temporária.

John Luccock vai para áreas do Recôncavo da Guanabara a partir da Bacia do atual rio Guaxindiba, um dos mais importantes e poluídos corpos hídricos da Baía de Guanabara na atualidade. Seu relato das zonas pantanosas e de matas paludosas são descrições de tipos de florestas que quase não existem mais hoje na região e que ocupavam toda a parte mais baixa dos principais rios, cujas bacias ou nascem no território do parque ou são de bacias próximas aos principais rios como o Macacu e o Caceribu. Apesar de tudo, esta região conserva os últimos manguezais preservados não apenas da Baía, mas de todo o estado. Luccock (1942, p. 206) traduz um destes momentos:

Surge então uma região bem desbravada, fértil e populosa, que se estende por muitas milhas seguidas, onde a lavoura aos poucos vai sendo substituída por vastos tratos de terras de pastagem e, logo depois, por matas, que parecem quase intactas. Em meio delas, demos com vários macacos, papagaios e arapongas, pássaro êste que produz uma bulha muito áspera, semelhante ao do martelo de um ferreiro ao cair sobre a bigorna, ricochetear e tornar a bater. A nota geralmente provém das terras mais altas, ressoando por tôda a floresta. As várzeas atoladiças, que vêm após essas matas, nada oferecem que seja digno de menção, a não ser que a estrada que por elas vara é tôda feita de galhos de árvore colocados transversalmente sôbre troncos longitudinais- Estradas tais são boas enquanto a madeira se conserva em bom estado e ainda.

Os relatos do explorador inglês sobre os rios Guapiaçu e Macacu apontam a natureza das cheias destes rios e sua importância para o comércio local de madeira (Silva, 2015) e outras atividades econômicas nesta parte do Recôncavo que está em um território que hoje compreende o atual PETP em sua parte mais baixa, no distrito de Subaio em Cachoeiras de Macacu. Aqui nasceu uma das vilas mais importantes da História do Rio de Janeiro, a Vila de Santo Antônio de Sá. Luccock (1942, p. 231):

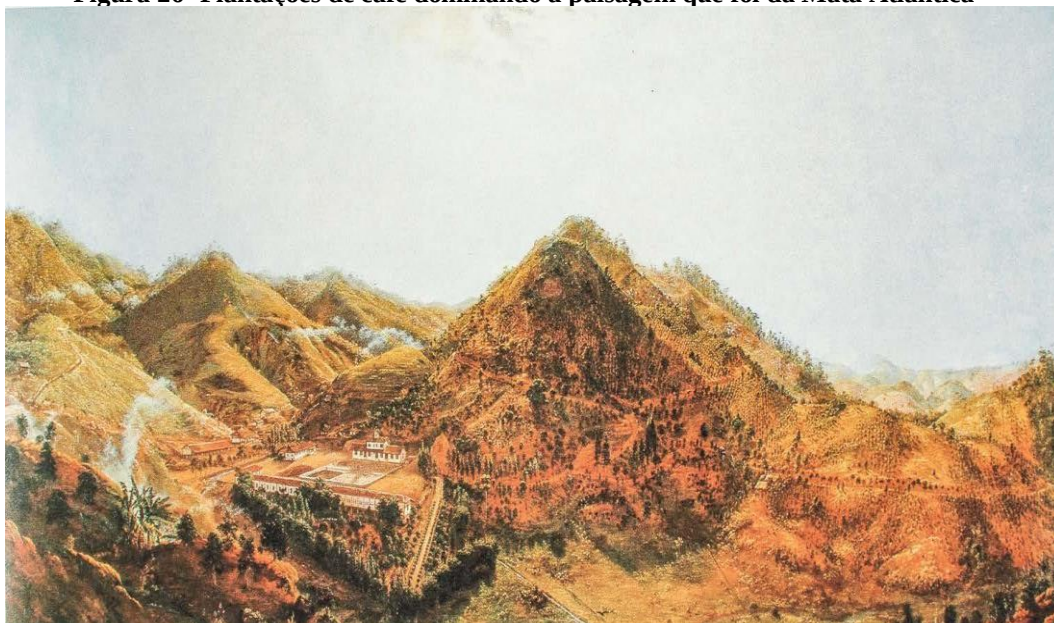
O último desses rios junta-se ao Iguapecú pelo nordeste, frequentemente usurpando seu nome, embora muito mais estreito e curto em seu percurso. Em suas barrancas, cêrca de duas milhas a montante da confluência e em meio de extensos pântanos, fica a vila de Macacú, sede da administração regional.

Nesta época, Luccock já notava as transformações da paisagem nas antigas florestas paludosas de baixada nos vales dos rios Macacu, Guapiaçu e Caceribu. Ainda havia Mata

Atlântica para coleta de lenha e madeira nas propriedades da região, mas o café e outros cultivos já apareciam nas propriedades, assim como o aumento do trabalho escravo para o trabalho nas fazendas de café (Figura 26), cujo cultivo de mandioca pelo fazendeiro e pequenos cultivos de outras espécies pelos escravos eram a alimentação básica da mão-de-obra escrava desta parte do Recôncavo (Mesquita *et al.*, 2019). Luccock (1942, p. 232) assim noticiou esta experiência:

No terreno que fica entre os rios Pirassununga e Iguapezú, e logo após sua confluência, encontra-se uma propriedade que as circunstâncias me aconselharam a examinar detidamente. Dos seus mil e oitocentos acres, um terço consistia em terras de plantio, geralmente de boa argila, embora por alguns trechos contendo areia; compunha-se o restante de morros redondos, feitos de granito coberto de barro vermelho aparentemente fértil, de mistura com mica. O sítio era bem regado, havia extensas matas para lenha, gênero de pronta venda na cidade, quantidade conveniente de pastagens, uma plantação de mandioca, bastante para com ela alimentar catorze escravos, dez mil pés de café novo e florescente e uma casa grande e bem situada, descortinando metade da terras.

Figura 26- Plantações de café dominando a paisagem que foi da Mata Atlântica



Fonte: Tomich, 2021.

Também vale lembrar da estadia do naturalista alemão Hermann Bermeister (1807-1892), que esteve na região do PETP e estudou toda a rica diversidade ecológica da Mata Atlântica fluminense antes mesmo da grande destruição imposta pelos cultivos do café nesta parte da região serrana do Estado do Rio de Janeiro. Inebriado pela visão de selvas luxuriantes e repletas de detalhes, este (1980, p. 48) assim afirmou sobre o que via:

Gostaria que meus leitores pudessem participar das minhas sensações, valendo-se para tal de meus desenhos. Mas não é possível, falta-lhes o colorido. Uma gravura simplesmente, mostrando-nos tudo cinzento sobre cinzento, pode dar-nos uma ideia dos contornos e das distâncias, mas nunca poderá tornar inimagináveis as vivas e quentes tintas de uma paisagem virgem iluminada por um céu tropical.

Perambulando pelas matas e manguezais do Recôncavo da Guanabara, Bermeister adentrou as planícies de inundação do Rio Macacu desde a sua foz na Baía de Guanabara. Mostrou o esplendor da Mata Atlântica desde as ilhas até as selvas que abundavam nas escarpas serranas dos atuais municípios de Cachoeiras de Macacu, Teresópolis e Nova Friburgo. Descreve a beleza das aves, mas também os perigos representados pelas ‘Febres de Macacu’. Estas moléstias já representam os efeitos da destruição da Mata Atlântica composta em regiões do Recôncavo, como matas já secundárias, que foram descritas pelo naturalista bávaro (1980, p. 93): “Até o meio-dia, seguimos por uma estrada larga, ao longo dos outeiros cobertos de vegetação. Não era ainda a mata virgem, apenas cerrados, entre os quais se destacava, cá e lá, uma grande árvore, com sua copa frondosa”.

Estas matas secundárias chamadas capoeiras atestam o poder destrutivo da Era do Capital pelas atividades econômicas capitalistas ao redor da Baía de Guanabara. Restavam, como hoje, as matas das grandes altitudes que ostentavam parcelas preservadas das antigas matas que dominaram estas paisagens antes da chegada dos europeus e pouco frequentadas durante muito tempo até pelos nativos indígenas que ocupavam as matas litorâneas. Bermeister descreve outro momento com as matas mais altas quando estava mais próximo das cabeceiras do Rio Macacu (1980, p. 97):

Nessa região, o viajante já deixou para trás as terras cultivadas e somente um mato grande, se bem que não completamente intacto, cobre as faldas das montanhas, protegendo o caminho com sua sombra benfazeja. Gigantescas árvores parecem suspensas sobre os abismos na altura de algumas centenas de pés, elevando-se com seus troncos por cima do mar verdejante da mata, e o caminho segue por entre a selva, deixando aos pés do viajante, à medida que sobe, as copas das árvores.

Bermeister segue suas descrições das matas de Nova Friburgo ao redor do grande centro urbano do atual município, mostrando a eliminação das matas e o desaparecimento da fauna local de grande porte, assim como as atividades diárias das populações pobres negras que viviam do que a mata ainda oferecia, como o extrativismo do palmito (*Euterpe edulis*).

Estes viajantes e naturalistas encontraram um bioma Mata Atlântica em seu apogeu e presenciaram sua destruição pelas forças do capital em terras do atual Estado do Rio de Janeiro. Apresentaram muitas contradições, mas seus produtos em forma de gravuras, pinturas e desenhos, além de suas fontes escritas, hoje são de suma importância para a construção da História Ambiental crítica que aborde os grupos populacionais que viveram no tempo e no espaço na região que hoje compreende o PETP. Entre estas populações podem ser citados os povos originários da Mata Atlântica que habitaram a região até o século XIX (Alvim de Mattos, 2025) e os imigrantes europeus que chegaram também no século XIX e no início do século XX. As populações negras escravizadas foram uma parte essencial desta história,

miscigenando-se localmente e se transformando em camponeses com o passar do tempo. Uma pequena parte desta história foi contada neste trabalho.

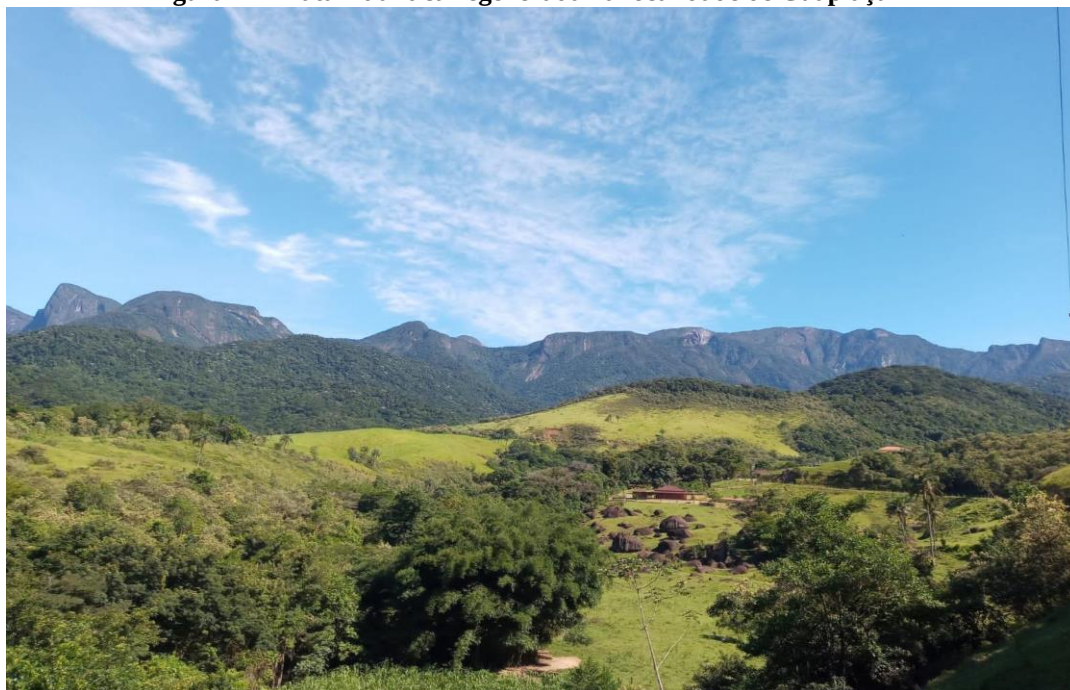
5 RESULTADO E DISCUSSÕES

5.1 Ocupação Histórica e a construção da paisagem na região do PETP

A história ambiental de uma área protegida como o PETP enseja a importância do conhecimento do impacto de sociedades e atividades econômicas do passado para existirem as atuais paisagens destas regiões, como os pedaços de Mata Atlântica que serviram de base para a criação desta unidade de conservação logo após a criação do SNUC, no ano de 2000. Este campo de conhecimento é uma ferramenta essencial para se delinear os planos futuros que envolvam a preservação ecológica das funções destas matas e a diversidade cultural das populações que vivem e dependem do parque, enquanto patrimônio ambiental coletivo do Estado do Rio de Janeiro.

A ocupação histórica da região do PETP possui algumas características decorrentes de especificidades da natureza e dos povos que ocuparam as terras dos cinco municípios que compõem a atual unidade de conservação, desde que os europeus adentraram estas florestas ao norte da Baía de Guanabara. Das verdejantes matas que cobriam as serras e baixadas destes territórios, apenas as áreas mais altas e inacessíveis guardam relíquias da antiga biodiversidade ecológica e cultural. Hoje, localidades como a região rural de Cachoeiras de Macacu possuem importantes trechos onde a floresta se regenerou (Figura 27) de antigos desmatamentos do passado (Strobel, 2007).

Figura 27- Mata Atlântica regenerada na localidade de Guapiaçu



Fonte: Autoria própria, 2021.

Diante da implementação do habitar colonial português (Ferdinand, 2022), houve uma brutal reorganização espacial da Mata Atlântica (Marques; Grelle, 2021) no Estado do Rio de Janeiro que reconfigurou toda a paisagem local a partir do sistema das *plantations* (Dean, 1996) e criação de animais de grande porte através da atuação essencial dos escravos africanos e seus modos de entender a natureza. Assim, plantas africanas como a mamona e as gramíneas (conhecidas como capins) alteram as paisagens outrora cobertas por densas matas tropicais. Todos estes processos foram acelerados a partir da lógica do Capital imposta às colônias europeias, como no Brasil.

Martinez (2006) corrobora com estas alegações porque a agricultura monocultura colonial provocou uma devastação nas florestas que sofre ainda hoje as consequências das agressões do passado. Esta destruição das florestas foi imposta por variadas atividades econômicas que puseram abaixo milhares de hectares do bioma no Recôncavo da Guanabara e nos antigos Sertões de Macacu. Um dos principais motivos foi a utilização massiva de escravos na agricultura colonial, que eliminava as matas em uma agricultura colonial que teve problemas por causa da baixa produtividade do trabalho escravo em virtude das péssimas condições de vida do cativo e falta de instruções técnicas e científicas no uso do solo.

Esta ocupação da região teve início com os povos originários que habitavam e interagiam com todos os ecossistemas da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro antes da chegada dos portugueses. Os contatos destes com numerosas etnias são documentados em fontes históricas que vão se tornando mais numerosas a partir do século XIX. Muitos povos indígenas viviam nas zonas litorâneas do estado e foram os primeiros a desaparecer a partir dos contatos iniciais. Conforme a ocupação do litoral avançou, os sobreviventes começaram a buscar refúgio nas regiões de Mata Atlântica das serras mais inóspitas que ainda guardavam expressivas áreas de florestas quase intocadas (Comitê de Bacia do Rio Macaé, 2016). Depois da destruição imposta pela retirada do Pau-Brasil e outras espécies de madeira-de-lei de grande valor econômico das matas de baixada (Lamego, 1963; Drummond, 1991; Castro, 2002), as florestas serranas logo teriam destino semelhante. Mercadante (1973, p. 24) assim diz a respeito destas matas: “A mata era então desconhecida. Vista do litoral, pareciam-lhe impenetráveis os sertões”.

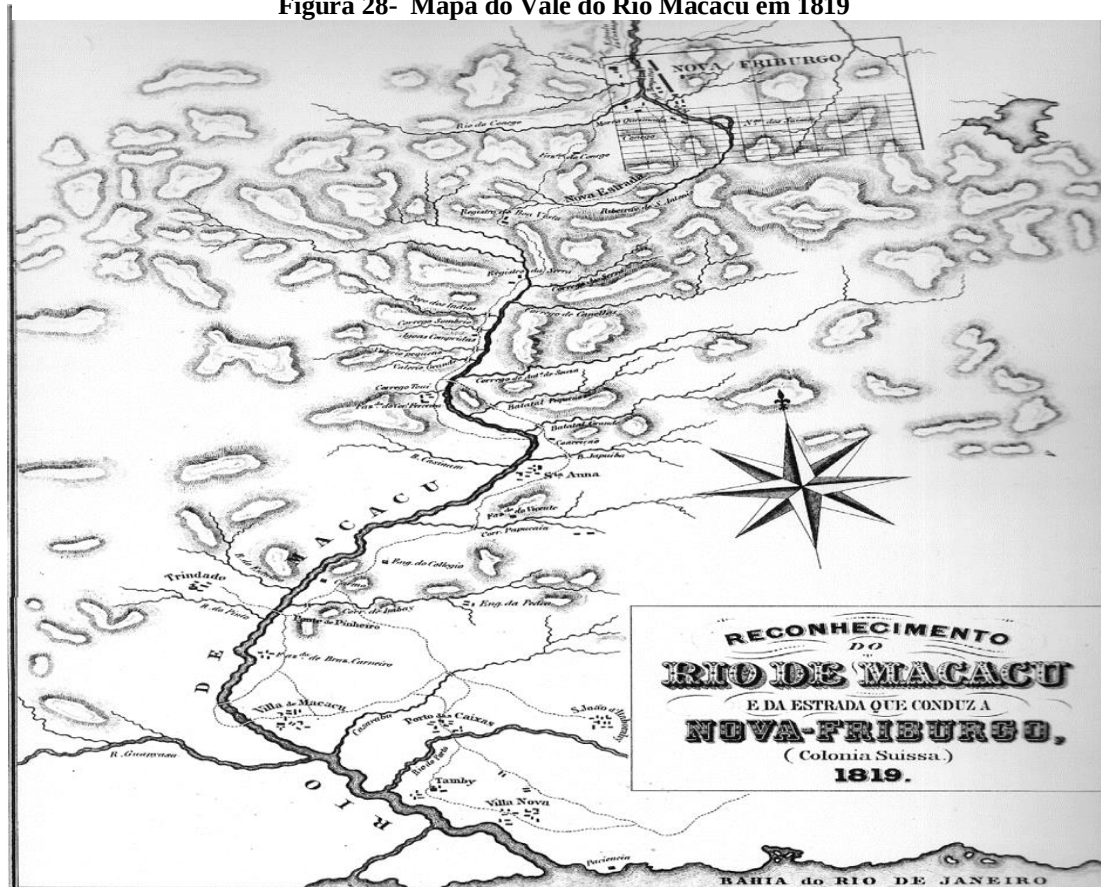
Em seu estudo sobre a questão madeireira na Bacia do Rio Macacu, Cabral (2007) diz que toda a região do Recôncavo norte-noroeste que abrange atualmente o PETP foi uma área de extração de espécies madeireiras que eram escoadas pelos principais rios locais até os portos da Baía de Guanabara para posterior comercialização. Esta madeira da Mata Atlântica era utilizada para diversos fins depois que as terras eram limpas de suas florestas ou quando

havia retirada seletiva das espécies que detinham maior valor econômico, como a canela-tapinhoã (*Mezilaurus navalium*), a peroba (*Aspidosperma polyneuron*) e o vinhático (*Platymenia foliosa*). Inclusive, as próprias senzalas construídas para abrigar os escravos foram feitas com árvores nativas da Mata Atlântica (Azevedo, 2014).

A área do Recôncavo da Guanabara possuía grandes extensões de florestas que cobriam uma área de 3.335 km² sobre os vales dos grandes rios (Figura 28), nas escarpas e platôs serranos e nas áreas alagadas como brejos e manguezais que existiam na foz dos rios (Cabral, 2007; Cardoso, 2024). Estas antigas matas fizeram parte dos Sertões de Macacu durante muito tempo e ficaram a salvo de atividades econômicas capitalistas de grande escala até fins do Século XVIII e boa parte do Século XIX, pelo menos até o estabelecimento do cultivo do café. Foi um dos últimos estoques de matas em bom estado de conservação do Rio de Janeiro (De Sininbú, 1852).

No século XIX, Von Tschudi (1818-1889) falava sobre densas florestas em Nova Friburgo com avistamentos de picos que hoje estão inseridos no PETP. Assim diz Von Tschudi (1953, p. 86): “Nova Friburgo estende-se numa ampla bacia, emoldurada por montanhas cobertas de densa vegetação e a leste da cidade há alguns cumes estéreis e desnudos, rochosos, apontados para o céu”.

Figura 28- Mapa do Vale do Rio Macacu em 1819



Fonte: De Sininbú, 1852.

Vale ressaltar que os povos originários vinham a estas florestas em busca de caça e outros atrativos naturais que existiam na Mata Atlântica da Serra do Mar na zona central do Estado do Rio de Janeiro e não estabeleciam habitações permanentes nestas florestas durante muito tempo (Drummond, 1997). Até meados do século XVIII, as matas locais permaneceram quase inalteradas e utilizadas apenas para rotas de comércio, o que começou a mudar com o advento da indústria do açúcar. Spix e Martius (2017, p. 121) descrevem estas matas:

Majestoso e belo panorama apresenta também a natureza inanimada nas formas de suas cadeias de montanhas extensas, cobertas de vegetação até os cumes. A serra dos Órgãos e todos os membros dessa mesma cadeia, que se ramifica de diversos modos, correndo ao longo do mar, para o norte, através do distrito de Cantagalo, na direção de Porto Seguro e Bahia, e, para o sul, até Santos, etc., compõem-se de granito.

O estabelecimento de engenhos para a produção de açúcar e derivados ao redor do Recôncavo da Guanabara destruiu vastas regiões de matas, brejos e manguezais ao redor dos rios até o século XVII. As zonas mais baixas do Parque foram tomadas pelos engenhos de cana-de-açúcar a partir dos acessos via Guanabara pelos rios da região, como o Macacu e o Guapimirim (Lamego, 1948; Costa, 2001; Cabral, 2007; Carneiro *et al.*, 2012). Por estes rios, a produção dos engenhos era escoada para os portos locais e a Mata Atlântica foi dando espaço a esta monocultura, com as maneiras europeias de colonização contra a natureza. Estas mudanças nas paisagens alteraram profundamente os rios que nascem no parque quando atingem as regiões mais baixas até a foz deles (Strobel, 2007; Peres, 2006; Moreira, 2023). Cardoso (2019, p. 56) comenta sobre o início da colonização do Recôncavo da Guanabara:

Após consolidação da conquista do recôncavo da baía da Guanabara, houve um continuado processo de conquista dos sertões em direção à serra dos Órgãos, que ainda no século XIX atraía a admiração dos viajantes europeus. Tal horizonte, descortinado à vista dos portugueses quando entravam na baía, não seria alcançado sem antes os povoadores se ocuparem da distribuição de muitas léguas de terras que o separavam do mar. Na realidade, o desejo por terras cultiváveis, signo de riqueza, e também de prestígio, era objetivo primeiro desses homens.

Os cultivos de cana-de-açúcar, a criação de gado, a produção de farinha, a produção de carvão e madeira substituem a Mata Atlântica e organizam a criação das primeiras vilas, onde a mais antiga foi a Vila de Santo Antônio de Sá que mais tarde formou os territórios dos atuais municípios de Magé, Itaboraí, Rio Bonito e Cachoeiras de Macacu (Lamego, 1948; Cabral, 2012; Costa, 2013; Cardoso, 2024) e remete ao Século XVI, junto às freguesias de São José da Boa Morte e Santíssima Trindade de Sant'Anna de Macacu (Da Rosa Júnior, 2014). Esta vila surgiu em 5 de agosto de 1697 (Forte, 1937) a partir de doações para sesmarias nesta parte da Baía de Guanabara que foram passando para outros donos de terras posteriormente (Peres, 2006; Cardoso, 2009; Costa, 2013) a partir da vitória portuguesa contra a aliança franceses/tamoios em 1667 (Forte, 1937).

Estas sesmarias foram estabelecidas nas bacias dos principais rios desta região do Recôncavo da Guanabara, como as do Rio Macacu, Rio Guapiaçu, Rio Caceribu e Rio Guaxindiba. Todas estas sesmarias eram ligadas ao cultivo de cana-de-açúcar nos férteis vales destes rios que irrigavam as planícies e formavam zonas pantanosas (Da Rosa Júnior, 2014; Cardoso, 2024). Surge a partir destas sesmarias a primeira freguesia com o advento e jurisdição da igreja católica que começa a dominar a região, que abrangia do atual município de Magé até as franjas de Cabo Frio (Forte, 1937). O grande rio é o Macacu (Figura 29), que possui nascentes no atual PETP e em terras adjacentes, no atual Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Todas estas bacias foram muito utilizadas para transporte hidroviário com ampla mão-de-obra negra em faluas e canoas. Eram escravos adaptados à navegação que faziam em regiões de florestas e manguezais similares em África (Da Silva, 2023).

Figura 29- Rio Guapiaçu, um dos mais importantes da região do PETP



Fonte: Autoria própria, 2021.

Aqui, vale uma reflexão. As populações negras que viviam e ainda vivem em territórios da Mata Atlântica construíram significados de acordo com o seu arcabouço cultural. Muitas vezes, as florestas e manguezais eram símbolos de sobrevivência para aqueles que se revoltaram com o sistema colonial português, mas também lugar de coleta de caça,

pesca e pequenos cultivos que se tornavam ambientes africanizados dentro das paisagens de outro mundo além do continente africano. Havia amplas contradições, porque ao mesmo tempo que as matas eram refúgio, também eram um martírio para aqueles escravos que eram utilizados para abater e limpar a própria floresta (Figura 30). Estas marcas africanas na Mata Atlântica são agora recortes essenciais nestas paisagens (Peres, 2008).

Figura 30- Desmatamento da Mata Atlântica realizado por escravos feito por Taunay (1843)



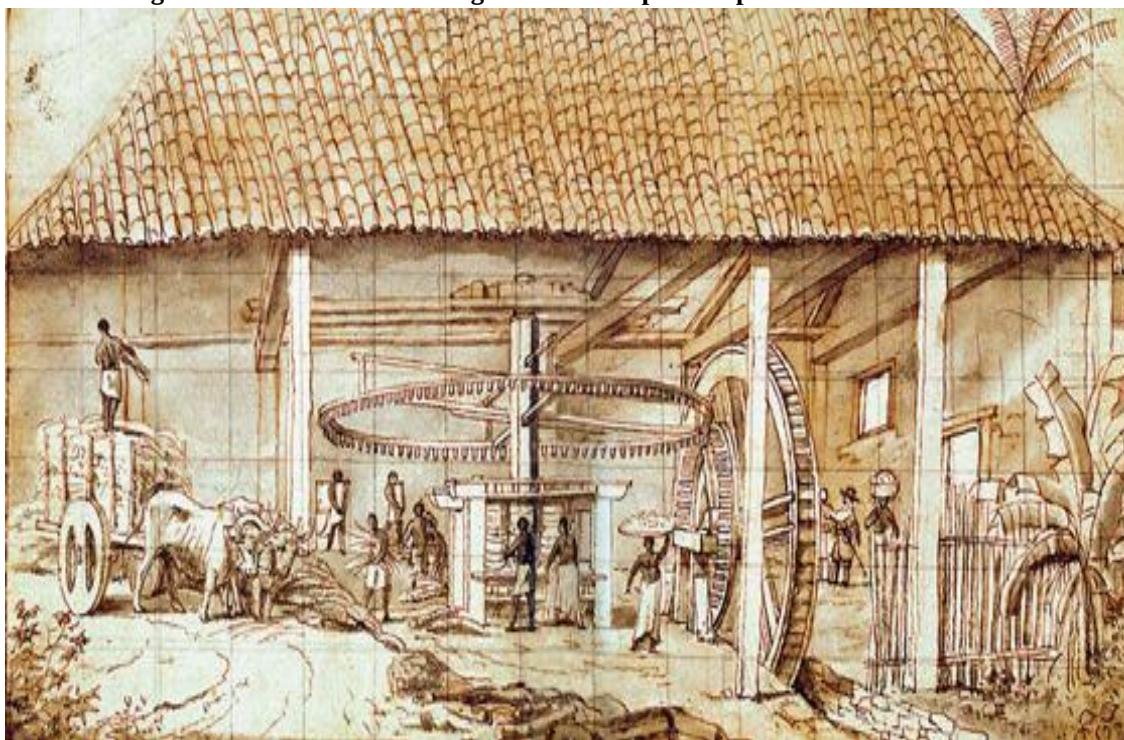
Fonte: Nassif, 2013.

A antiga vila foi palco para numerosos engenhos que produziam açúcar, aguardente e farinha, além de cultivos agrícolas como feijão, arroz e milho. Também havia o comércio de madeira, como descrito por Forte (1937, p. 44): “Contavam-se ao longo dos rios, para o embarque e desembarque de mercadorias, 12 portos. Notável era o comércio de madeira, descendo anualmente 300 barcos carregados de lenha, 40 de carvão, 150 de madeira falquejada e 1.500 dúzias de táboas e pernas de serra”. Assim, as partes mais baixas do atual parque e seus numerosos ecossistemas alagados e pequenos morrotes florestados foram destituídos de sua vegetação para atividades agropecuárias e lenha para alimentar os fornos dos engenhos (Da Rosa Júnior, 2014).

A natureza local também foi rude para a colonização porque os ecossistemas alagadiços e as florestas de baixada impenetráveis dificultavam a ocupação, além dos animais potencialmente perigosos que existiam nestas matas. Também havia povos originários que

resistiam aos novos ocupantes e sua maneira de entender a natureza, o que ensejou conflitos ao longo de todo o Recôncavo da Guanabara. Conforme ocorre o avanço colonial e a efetiva ocupação destas terras, quase toda a área baixada dos fundos da Baía de Guanabara se transforma em engenhos (Figura 31). Lamego (1948, p. 231) diz o seguinte no seguinte trecho: “Abandonava-se a planície, o alagadiço exaguado e mesmo o brejo dessecado. Uma vigorosa ofensiva de machados assaltava os morros, desbastava encostas de montanhas numa contínua derrubada de florestas”.

Figura 31 – Desenho de um engenho colonial pintado por Frans Post em 1640



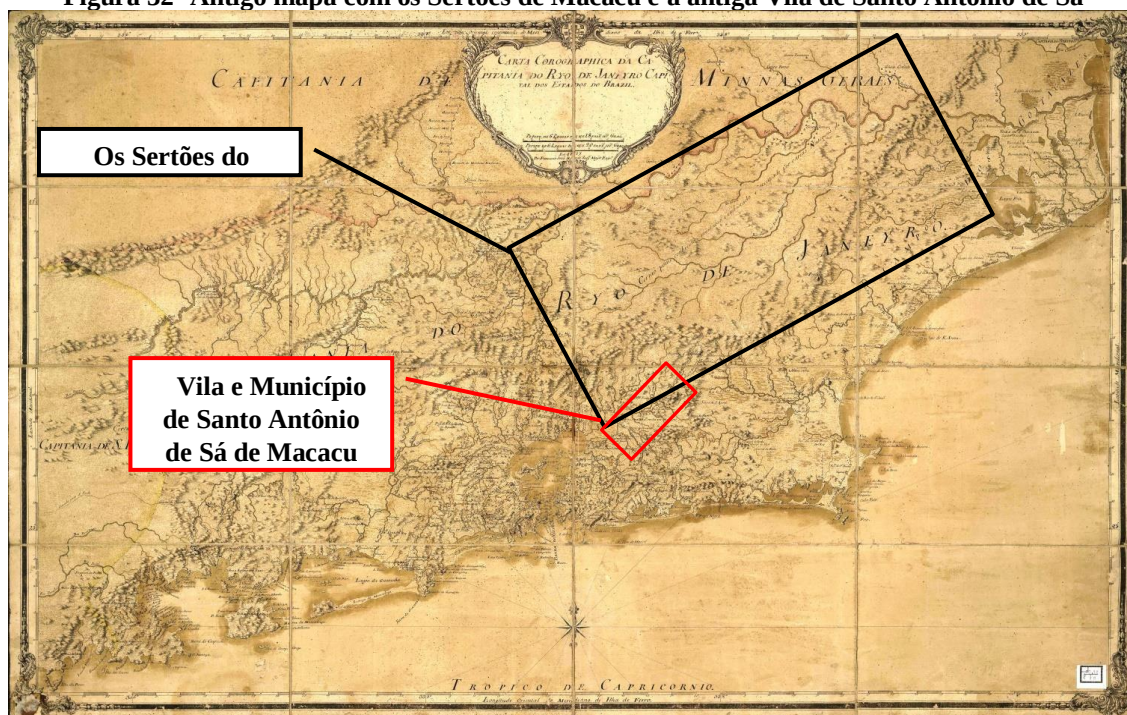
Fonte: Pelegrin, 2022.

A descoberta de minas de ouro e metais preciosos em estados como Minas Gerais e Goiás estabeleceu outros vetores de atividades econômicas que influenciaram a ocupação da região do PETP durante o século XVII, onde muitos caminhos foram abertos para a escoação das riquezas minerais nos portos do Rio de Janeiro (Moreira, 2023). Inclusive, na antiga área dos Sertões de Macacu, foram encontradas reservas de ouro tardias (Cardoso, 2024). Embora a Mata Atlântica destas serras tivesse sido desnudada nos relevos mais planos, permaneciam grandes bolsões de florestas catalogadas por estudiosos durante o século XVIII. Para resguardar os caminhos e rotas comerciais vindos principalmente de Minas Gerais, o estado português criou grandes zonas de proteção na Mata Atlântica, onde uma delas ficou conhecida como Sertões de Macacu em áreas conhecidas como áreas proibidas (Mercadante, 1973). Spix e Martius (2017, p. 124) traduzem o que foram estas florestas:

Do cume da montanha, a chamada Serra da Estrela, com 3.376 pés franceses acima do mar, avista-se a baía com as suas virentes ilhas e a capital no fundo. O lado oposto oferece mais limitada vista, terreno de colinas, muito desigual, coberto de matas fechadas, que se estende daqui até a margem do rio Paraíba. A estrada na montanha segue do lado do norte, primeiro para Córrego Seco, um pobre povoado, elevado 2.260 pés franceses acima do mar.

Se a cana-de-açúcar contribuiu para o esfacelamento da Mata Atlântica e ecossistemas associados nas áreas mais baixas e pantanosas ao redor dos rios. No início do século XIX, as regiões mais altas que iam das serras de Teresópolis até os contrafortes do atual município de Cantagalo, ainda continham matas e povos indígenas nos Sertões de Macacu (Figura 32). Esta imensa região ainda selvagem serviu como barreira contra a ocupação de terras do Vale do Rio Paraíba do Sul antes da chegada do café e era uma zona proibida para se conter o tráfico de pedras e minerais preciosos que vinham das ricas minas do estado mineiro. Inclusive, um famoso fora da lei construiu sua reputação nesta região, o Mão-de-luva (Gomes, 2004).

Figura 32- Antigo mapa com os Sertões de Macacu e a antiga Vila de Santo Antônio de Sá



Fonte: Cardoso, 2019.

No século XIX, havia um crescente comércio de madeira na região dos rios Guapi-Macacu que transformou muito a paisagem e destruiu amplos espaços outrora cobertos de Mata Atlântica durante boa parte do período colonial, como o mapa de Manoel Vieira Leão de 1767 atesta no antigo território da Vila de Santo Antônio de Sá (Peres, 2006; Rosa Junior; Cesco, 2013; Carneiro *et al.*, 2012). Os rios locais foram essenciais para o estabelecimento desta vila e para a integração da economia local dentro do Recôncavo da Guanabara. Cardoso (2009, p. 254) assim comenta a respeito da importância do principal deles:

O rio Macacu, principal via de comunicação com a baía da Guanabara em conjunto com seu maior afluente, o Guapiaçu, foi primordial para o transporte de produtos agrícolas, reinando por longo período sobre as difíceis estradas que seguiam em direção à baía da Guanabara. Era cheio de curvas e ladeado por densa mata ciliar, características que arrancaram reclamações dos viajantes europeus oitocentistas, que não podiam sequer divisar o que lhes vinha à frente durante a viagem pelo rio. Apesar de ser importante artéria econômica e abastecedora da região, haja vista que também serviu para o transbordo de produtos oriundos da capital e do Reino, o Macacu era assaz perigoso.

Autores como Cabral (2008) sustentam que, até o início do século XIX, esta região ainda era coberta por densa Mata Atlântica, totalizando uma área de 286 km². A exploração destas terras ainda era escassa por causa de alguns fatores, como a existência de leis e regimentos coloniais contra o contrabando de ouro, madeira e pedras preciosas, que faziam com que grandes extensões dos antigos Sertões de Macacu se tornassem zonas proibidas. Cabral (2008, p. 224) diz sobre os efeitos destas leis: “O saldo, contudo, parece ter sido positivo, com as florestas dos “Sertões de Macacu” - toda essa área montanhosa desde a Serra da Boa Vista até Cantagalo - sendo mantidas relativamente a salvo dos processos destrutivos de larga escala, durante a segunda metade do século XVIII”.

Segundo Cabral (2008), tal região ainda era tão preservada que as fontes históricas descrevem grandes populações de onças, fato raro nas matas atuais que fazem parte do PETP. As fronteiras destas regiões seriam alguns dos últimos bastiões verdes em grande escala do Rio de Janeiro depois da devastação que o café produziria no Vale do Paraíba dali em diante. Hoje, as áreas protegidas de florestas desta região são sombra do que existia nos acidentes geográficos dentro da Mata Atlântica conhecidos atualmente como Três Picos, a Serra dos Órgãos e matas do Jacarandá em Teresópolis (Cabral, 2008; Drummond, 1997).

Durante certo tempo no século XIX, a região desta antiga vila foi dominada por pequenos camponeses que não eram escravocratas ou escravos, mas conseguiam produzir algo para o mercado interno. Todavia, grande parte destas populações era composta por pobres ou homens livres que conseguiam sobreviver com certa autonomia durante o período escravocrata (Fragoso, 1998; Rosa Junior; Cesco, 2013). A região dos Sertões de Macacu compreendia terras dos atuais municípios nas partes norte e noroeste do Recôncavo da Guanabara até as escarpas serranas que hoje fazem parte do Parque Estadual do Desengano. Aqui a ideia de sertão não designava espaços mais secos como hoje, mas locais ainda muito florestados e habitados por povos indígenas (Cardoso, 2019; 2024), em fronteiras que costumeiramente eram entendidas como locais de transição entre os mundos ditos civilizados e os selvagens (Camilo, 2020). Peres (2006, p. 70) assim descreve este sertão no Recôncavo da Guanabara e cercanias:

A vertente interior das serras que contornam Macabu, Boa Vista, Macaé e Subaio,

“com uma área de quase seis mil quilômetros quadrados, hoje pertencente aos municípios de Cantagalo, Cordeiro, São Sebastião do Alto, Itaocara, Carmo, Sumidouro, Nova Friburgo, Duas Barras, Bom Jardim, Trajano de Moraes, Santa Maria Madalena e Teresópolis”, permaneciam no mais denso mistério até quase o final do século XVIII, apesar do Rio de Janeiro ter se transformado na Capital da Colônia em 1763.

Os Sertões de Macacu foram, durante muito tempo, uma região de suma importância para as relações políticas, econômicas e sociais no período colonial fluminense. Foi uma zona proibitiva (Cardoso, 2019) por conta de atividades econômicas ligadas à mineração, cujas leis permitiram a manutenção de uma Mata Atlântica ainda em alto grau de conservação. Os Sertões de Macacu englobavam terras repletas de Mata Atlântica muito preservada, que continha uma diversidade ecológica e cultural enorme que ainda pode ser visualizada em alguns trechos mais inacessíveis nos vales e grotões das áreas mais altas da Serra do Mar local (Gomes, 2004; Faria, 2018). Em alguns pontos, os Sertões de Macacu possuíam limites com os Sertões do leste que ocupavam regiões na fronteira do espaço minerário em Minas Gerais (Oliveira, 2008).

A região dos antigos sertões de Macacu também ostentou os espaços de resistência negra durante o período colonial denominados quilombos. Gomes (1996) e Cardoso (2019) sustentam que havia verdadeiras redes e teias de comércio colonial onde os quilombos eram parte substancial e essencial para o seu funcionamento. Havia quilombos mais numerosos nos distritos de Santo Antônio de Sá e Macacu e outros nas regiões mais isoladas de toda esta região, como Macaé de Cima. Cabral (2008) argumenta que estas regiões foram florestas até pelo menos a segunda metade do século XIX, o que ocasionava ainda enormes refúgios ecológicos para os últimos povos indígenas e populações negras que queriam escapar da escravidão.

Esta barreira florestal manteve regiões do atual parque preservadas porque também não houve durante muito tempo um fator econômico essencial para a derrubada em grande escala da Mata Atlântica, onde tal fato só ocorreria um pouco mais tarde com a ascensão do café na Serra do Mar. Mais do que áreas inacessíveis para agricultura, ter áreas inacessíveis cobertas com matas é a barreira geográfica mais importante para a não ocupação das serras fluminenses, antes da chegada do café (Lamego, 1963; Gomes, 2004). Também a feroz resistência dos povos indígenas e os aquilombados descritos anteriormente foram um fator de grande importância para a manutenção das matas dos Sertões de Macacu (De Sininbú, 1852; Oliveira, 2008; Marretto, 2019). Da Prússia (2002, p. 122) escreve sobre como as matas conseguiam já em sua época resistir nas áreas mais altas e inacessíveis, quando esteve em Nova Friburgo:

Cerca das nove horas chegamos embaixo no vale às casas isoladas a que chamam “Banqueta”, onde passamos o rio Grande por uma ponte em péssimas condições. As encostas de ambos os lados aqui já foram desbravadas; só uma ou outra árvore da floresta virgem desafiou o fogo devastador. Mas pouco a pouco recomeça a capoeira à margem do caminho, começando a floresta virgem muito mais em cima. As paredes de rocha foram também desaparecendo pouco a pouco e em seu lugar apareceram embaixo, no vale, algumas rochas pitorescas por entre a verdura.

A existência desta barreira vegetal na região dos Sertões de Macacu foi importante campo de lutas de povos indígenas e depois africanos contra o habitar colonial (Ferdinand, 2022) português preconizado pelos engenhos de cana e pelas fazendas dos barões do café. Tal magnitude florestal é descrita em relatos por Lamego (1963), onde havia ainda tantas matas que não era possível estabelecer um limite claro entre os Sertões do leste (Região de Teresópolis e Petrópolis) e os Sertões de Macacu (Oliveira, 2008) que tomavam a morraria até o atual município de Cantagalo e adjacências.

A falta de riquezas minerais em território fluminense comparável à Minas Gerais também foi um fator de desmate de gigantes da floresta, porque retirar madeiras-de-lei foi uma fonte de renda interessante para os donos de fazendas locais que não conseguiam cultivar cana em zonas mais altas com clima mais frio. O café foi o grande motivo para a aceleração do desmatamento dos Sertões de Macacu (Lamego, 1963) e então a Mata Atlântica que escapara da destruição durante 3 séculos, começa a ter seu final derradeiro também na região serrana central do Estado do Rio de Janeiro. Mercadante (1973, p. 28) explica um pouco do que ocorreu com estas matas a partir do cultivo de café e da ocupação destes territórios por parte de novos colonos e mineiros oriundos da decadência dos metais preciosos de Minas Gerais: “o café não prendeu os montanheses no território fluminense. Este o levariam às florestas da mata, campo escolhido para o desdobramento das novas energias”.

O século XIX foi o apogeu da entrada do café e da massiva utilização de mão-de-obra escrava em suas plantações dentro da indústria cafeeira que varreu todo o Vale do Paraíba e chegou em terras dos municípios de Nova Friburgo, Cachoeiras de Macacu e Silva Jardim. Vale ressaltar que algumas regiões de Teresópolis, Guapimirim e Nova Friburgo escaparam do *boom* cafeeiro por ter um clima pouco propício à planta africana que se adaptou muito bem à Mata Atlântica fluminense. O desmatamento dos morros e serras mais íngremes transforma a Mata Atlântica que sobreviveu a todos os avanços econômicos anteriores em cinzas, assim como os povos originários que ainda existiam (Lemos, 2016). Lamego (1948, p. 232) descreve este momento:

De primeiro era preciso escolher o solo, esquivar-se aos pântanos por demais profundos, costear os grandes tremedais com as lavouras de cana. Agora porém eram os montes íngremes investidos. Toda a área montanhosa da Baixada foi acometida. Desflorestavam-se de alto a baixo as montanhas e por elas iam subindo os cafezais.

Num crescente preamar as grandes ondas cafeeiras arremetiam contra os relevos do recôncavo. Um novo fator energicamente impelia o homem contra o meio.

A chegada do café em terras ao redor da Baía da Guanabara principiou a ocupação de terras mais altas, ainda cobertas com Mata Atlântica, e junto desta atividade econômica, foi intensificado o tráfico de escravos para trabalharem nas fazendas que existiam em territórios dos atuais municípios que fazem parte do parque. Esta população negra foi inserida em um contexto colonial onde precisavam trabalhar como escravos, mas sua inserção nas matas também trouxe uma influência cultural e ecológica africana. O café insere a região do futuro parque dentro da Era do Capital de modo mais intensivo e organizado, trazendo profundas transformações nas paisagens locais, como na parte norte (Comitê de Bacia do Rio Macaé, 2016, p. 26):

A economia cafeeira começou a entrar em declínio no final do século XIX e início do século XX. A Lei de Terras (1850), a Lei Áurea (1888) e a Proclamação da República (1889) levaram o Brasil de uma economia colonial para uma economia capitalista de fato, criando o mercado de terras, o mercado de trabalho e o formato de organização política correspondente ao capitalismo na esfera econômica. Assim, o início do século XX foi um momento de grandes transformações no Município de Nova Friburgo, principalmente no que diz respeito a industrialização e a urbanização.

O café traz consigo as ferrovias (Figura 33) que utilizam muita madeira da Mata Atlântica e o início da implementação de pequenos núcleos urbanos que gradativamente se transformam nas cidades-sede de municípios como Cantagalo, Bom Jardim, Duas Barras, Silva Jardim, Nova Friburgo e Cachoeiras de Macacu. Vale lembrar que as mudanças ambientais proporcionadas pela erradicação da Mata Atlântica trouxeram o avanço de vetores de doenças tropicais conhecidas como ‘Febres de Macacu’ que esvaziaram a região e contribuíram com o fim da antiga Vila de Santo Antônio de Sá, na região do Recôncavo da Guanabara (Forte, 1937; Costa, 2013). Tal ocupação populacional só foi refeita com o advento das ferrovias já citadas (Carneiro *et al.*, 2012), já que este vetor econômico consumiu milhares de hectares de florestas até sua decadência décadas depois.

Figura 33- Antiga estação ferroviária de Cachoeiras de Macacu



Fonte: Dias, 2024.

As ‘Febres de Macacu’ estão relacionadas às regiões de baixada do parque, drenadas pelos principais rios e também pela natureza das antigas matas e brejos adaptadas a uma grande quantidade de pluviosidade e cheias típicas de áreas pantanosas (Forte, 1937; Von Tschudi, 1953; Da Rosa Júnior, 2014). A destruição das matas e a falta de trabalho escravo para a limpeza dos rios propiciaram as condições ecológicas ideais para a proliferação de vetores de doenças devido à estagnação das águas e ao assoreamento (Costa, 2013; Da Rosa Júnior, 2014). Logo, estas doenças tomaram o território de outras vilas e freguesias das proximidades (Costa; 2013; Rosa Junior, 2019). Peres (2006, p. 76) assim escreve sobre esse momento histórico:

É desse período a decadência em virtude das febres palustres que assolavam a região e ficaram conhecidas como “Febres de Macacu”, constituídas da malária, cólera morbus e febre amarela. Despovoaram-se as fazendas. Vilas e freguesias ficaram desertas ocasionando a falência da produção, que aos poucos vinha definhando desde o início desse século graças às endemias, sem que nenhuma providência fosse tomada e agravada ainda mais com a falta do braço escravo, devido à proibição do tráfico em 1850.

O café modifica as paisagens de uma forma nunca antes vista e provoca a mais intensa revolução agrária da história do Brasil (Lamego, 1963). A cana-de-açúcar é cultivada em áreas mais planas, mas o café ocupa quase toda a morraria dos antigos Sertões de Macacu e criou inúmeros núcleos populacionais coloniais que agora respondem por municípios como Cantagalo, Macuco, Sumidouro, Cambuci e Nova Friburgo. Junto ao café, as ferrovias e todo o aparato colonial escravocrata com as etnias negras. O café é o pior inimigo da Mata Atlântica e os barões do café, os maiores inimigos do escravo africano (Figura 34) e de qualquer outra população que não fosse dona de terras.

Figura 34- Escravos africanos trabalhando em plantação de café no Rio de Janeiro



Fonte: Tomich, 2021.

O cultivo de café não respeitou nem mesmo as madeiras de maior valor econômico que eram reduzidas a cinzas para a limpeza das terras (Lamego, 1963). A mão-de-obra escrava pode ser evidenciada pelos trabalhos dos viajantes e naturalistas que estiveram na região em pinturas e até mesmo fotografias tiradas em fins do século XIX. Este contingente populacional escravo mudou as paisagens locais com a planta de sua terra natal através também dos pequenos cultivos em lotes que conseguiram por algumas negociações frente aos donos de terras como as brechas camponesas (Gomes, 2015).

A construção de um campesinato de grande influência negra continuou por todo este século e início do século XX, mesmo com as imensas dificuldades impostas pela Lei de Terras de 1850 (Carneiro *et al*, 2012; Macedo, 2021) que impossibilitava o acesso às terras aos quilombolas e qualquer outra comunidade negra e pobre. Antigos refúgios de negros aquilombados e a mão-de-obra destas populações nas fazendas de café continuaram a demonstrar esta grande influência cultural africana nos cultivos agrícolas locais, diferente do sistema das *plantations*. Por outro lado, as populações negras como escravizados ou livres avançavam sobre a Mata Atlântica causando problemas ambientais que até hoje pode-se perceber nas paisagens dos antigos sertões (Gomes, 2004).

A decadência do café que ocorreu nas primeiras décadas do século XX, trouxe outras atividades econômicas para a região do PETP, que provocaram mais impactos socioambientais em áreas que sofreram muito desmatamento no passado. Estes novos vetores de mudanças econômicas no uso das terras foram decorrentes de outros fatores como migrações de populações de classe média da capital que procuravam áreas com clima mais ameno em municípios como Teresópolis, Nova Friburgo, Cachoeiras de Macacu e

Guapimirim. Estes impactos aconteceram em matas que já estavam se regenerando, assim como projetos de assentamentos agrícolas nas zonas mais baixas do parque em Cachoeiras de Macacu (Drummond, 1997).

As mudanças socioambientais ocasionadas pelos alagamentos, esvaziamento provocado pelas febres tropicais e as crises do café e da mão-de-obra escrava fizeram com que antigos proprietários abandonassem estas terras por elas não estarem dando lucro como anteriormente (Carneiro *et al.*, 2012). Assim, a região teve seus fatores e processos histórico-geográficos que auxiliaram no retorno da Mata Atlântica na região do PETP. Os grandes proprietários saíram da região, mas os cultivos agrícolas em menor escala, junto a uma população mestiça entre descendentes de escravizados, povos europeus e não-europeus como os japoneses, alemães e suíços, continuam a habitar as terras em volta dos rios e junto aos grandes maciços serranos.

A partir de meados da década de 1950, outros vetores econômicos começaram a mudar a ocupação dos municípios desta região do estado, assim como antigas atividades ligadas à destruição da floresta retornaram, como a produção de carvão e o comércio de madeira que destruíram antigos fragmentos de Mata Atlântica em processo de regeneração natural, principalmente nas áreas mais baixas. Carneiro *et al.* (2012) dizem que os conflitos socioambientais aumentaram com a volta de antigos donos de terras em áreas ocupadas por colonos, reassentamentos do INCRA e cultivos agropecuários pela revalorização das terras em volta do Recôncavo da Guanabara.

A revalorização destas terras ocorre em um contexto regional com a criação de colônias agrícolas no Estado do Rio de Janeiro, onde duas delas foram em área das cercanias dos limites do atual território do PETP. As colônias agrícolas ocuparam terras que já possuíam certa vocação agrícola de pequenos agricultores, onde muitos possuem origem em populações negras escravizadas do passado. É bem possível que este legado das colônias agrícolas, como o assentamento de São José da Boa Morte, tenha permitido a valorização das pequenas propriedades que são em geral menos danosas às florestas. Toda esta lógica territorial foi alterada drasticamente com a implantação da ditadura civil-militar de 1964 e sua feroz repressão aos inimigos dos antigos proprietários de terras que começaram a retornar com a nova valorização destas terras (Carneiro *et al.*, 2012).

As terras são novamente valorizadas para expansão de outras atividades econômicas que entram em conflito com os pequenos proprietários já estabelecidos na região por intermédio das já citadas colônias agrícolas e planos governamentais desde o Plano Nacional de Saneamento da Baixada instituído pelo governo de Getúlio Vargas (Da Costa, 2015) para

resolver os problemas das antigas febres que assolavam a região da antiga Vila de Santo Antônio de Sá. Os conflitos agrários (Figura 35) se acentuam com a atuação de grileiros que expulsaram muitas famílias de pequenos posseiros locais e os conflitos agrários se avolumam.

Figura 35- Camponeses nos conflitos agrários em Cachoeiras de Macacu



Fonte: Seções Especiais do Arquivo Nacional do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, 2024.

As regiões mais ao norte do PETP têm uma função agrícola muito importante para o estado, sendo o maior cinturão de produção agrícola (Figura 36), que abrange os municípios de Teresópolis, Nova Friburgo e Sumidouro. As técnicas agrícolas variam muito nesta região, assim como o tipo de ocupação das terras. Populações camponesas locais lutam para manter seus modos de vida em uma região que sofre enorme pressão imobiliária para diversos fins, como casas de descanso e veraneio, empresas de mineração e água mineral, retirada de madeira, além de estabelecimentos turísticos como pousadas e restaurantes (Comitê de Bacia do Rio Macaé, 2016).

Figura 36- Agricultura familiar em Salinas com os Três Picos ao fundo



Fonte: Autoria própria, 2024.

Hoje, vastas terras ao redor do PETP concentram grandes proprietários de terras oriundos de conflitos agrários e do regime militar, mas os pequenos proprietários rurais e sua agricultura familiar são expressivos em uma região castigada por sucessivos usos por atividades econômicas que impactaram a Mata Atlântica da região e as populações locais, mas não o suficiente para a completa erradicação da vegetação, principalmente das áreas mais altas e de maior declividade. (Castro, 2002; Gomes, 2004).

A criação de UCs, como o PETP, é uma essencial barreira frente a novos usos e processos econômicos que ameaçam uma Mata Atlântica remanescente que ainda possui alta diversidade biológica e cultural. Tais legados recentes de políticas públicas são oriundos dos reflexos e influência da lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, 2000) após amplo debate na sociedade. Estas áreas protegidas convivem com uma produção agrícola voltada para o mercado interno local e regional e as casas de veraneio de classes médias e altas, assim como as grandes propriedades que criam cavalos e gado bovino.

A Mata Atlântica protegida pelo Parque Estadual dos Três Picos avança sobre antigas áreas destruídas pelos processos econômicos do passado, auxiliados por agentes privados como a Regua, que promove restauração ecológica em antigas fazendas dominadas por

atividades econômicas que exauriram o solo e promoveram o desmatamento predatório e a escravização de pessoas. A História Ambiental do PETP pode seguir agora outros caminhos baseados no respeito ao bioma e no conhecimento tradicional praticado por populações camponesas mestiças e negras que vivem ao redor desta Unidade de Conservação primordial para a conservação das matas que conseguiram sobreviver à destruição ecológica e cultural da ocupação destas terras no Recôncavo da Guanabara e nos Sertões de Macacu. O resumo (Quadro 2) da mudança nas paisagens desta parte da região serrana pode ser visto a seguir.

Quadro 2 - Evolução histórica das mudanças da paisagem na região do PETP

Recorte Temporal	Ocupação da Paisagem	Contexto Histórico-Geográfico	Situação da Mata Atlântica	Populações atuantes na paisagem	Sistemas de Produção e desdobramentos
Século XVI	Primeiras ocupações das florestas pelos portugueses	1-Territórios de povos indígenas; 2-Primeiras sesmarias; 3-Conflitos com franceses no Recôncavo da Guanabara.	1-Mata Atlântica utilizada por povos indígenas para caça e coleta; 2- Coletas esporádicas de madeiras-de-lei pelos portugueses.	1-Povos e etnias indígenas; 2-Colonos portugueses e franceses.	1-Caça e pesca; 2-Agricultura de Subsistência; 3-Pequenos incêndios pelo método da coivara; 4-Pequenos cultivos agrícolas e pecuária pontual.
Século XVII	1-Florestas de baixada substituídas pelos engenhos de cana-de-	1-Inserção da região na economia-mundo capitalista; 2-Monocultura da cana-de-açúcar e outros cultivos	1-Desmatamento dos vales dos grandes rios como o Macacu e o Guapiaçu;	1-Povos indígenas; 2-Colonos portugueses; 3-Escravos africanos.	1-Grandes fazendas e engenhos de Cana-de-açúcar; 2-Pecuária para abastecimento do Recôncavo da Guanabara;

	açúcar; 2-Comércio de madeira ao redor da Baía de Guanabara.	agrícolas como a mandioca; 3-Rotas de escoamento de produtos pelos grandes rios e tropeiros pelos caminhos entre as serras.	2- Escasseamento de espécies madeiras de grande valor econômico; 3-Assoreamento de rios.		
Século XVIII	1-Mineração de ouro tardia nas florestas proibidas nos Sertões de Macacu; 2- Expansão e ocupação de terras nos Sertões de	1-Abertura de novas fronteiras agrícolas; 2-Abertura de áreas para atividades minerárias nos rios da região; 3- Abertura de novos caminhos do ouro para escoamento de produtos de Minas Gerais;	1-Mata Atlântica preservada, como dos Sertões de Macacu, começa a ser explorada e perder áreas importantes; 2-Expansão de lavouras e perda	1-Povos indígenas; 2-Colonos portugueses; 3-Diversificação de populações negras em escravos africanos, crioulos e aquilombados nas matas e manguezais; 4-comerciantes de ouro e metais preciosos.	1-Grandes fazendas e diversificação agropecuária no Recôncavo da Guanabara.

	Macacu serra acima.	4-Decadência dos engenhos de cana-de-açúcar e atração econômica desta atividade econômica para outras áreas de Mata Atlântica; 5-Início dos primeiros territórios quilombolas nas matas da região do parque.	de terras férteis; 3-Retração de manguezais e perda intensiva de matas de baixada.		
Primeiras décadas do Século XIX	1-Introdução do cultivo de café; 2- Aumento do fluxo da escravidão na paisagem	1-Fim dos Sertões de Macacu; 2-Fragmentação da antiga Vila de Santo Antônio de Sá nos atuais municípios da região;	1-Mata Atlântica de regiões mais inacessíveis e de encosta começa a ser destruída para o cultivo do	1-Colonos compostos de imigrantes europeus (italianos, alemães e suíços principalmente); 2-Populações camponesas; 3-Populações negras escravas, pretos forros,	1-Grandes fazendas de café; 2- Pecuária para abastecimento interno; 3- Atividades madeireiras; 1-Estabelecimento das fazendas para produção de café e intensificação do trabalho escravo; 2-Intensificação de campos negros e teias de

	do Recôncavo e suas cercanias.	3- ‘Febres de Macacu’.	café; 2-Populações camponesas começam a surgir em terras devolutas ou em processos de estagnação econômica e ecológica; 3- Diminuição de escravos africanos.	aquilombados. 4- últimos povos indígenas.	relações econômicas em toda a área da Baía de Guanabara.
Segunda metade do Século XIX	1- Intensificação da imigração europeia na região do PETP.	1-Fim da escravidão no país; 2-Expansão ferroviária para escoamento da produção de café e madeira das florestas	1-Mata Atlântica bastante alterada pelas atividades econômicas até então; 2-Matas mais	1-Imigrantes europeus; 2- Populações camponesas de origem africana e indígena; 3- Escravos crioulos e libertos.	1-Grandes propriedades agropecuárias tomam a região principalmente após a Lei de Terras de 1850. 2-Intensificação do colonato pós-escravidão.

	2- Apogeu do cultivo de café.	remanescentes; 3- As ferrovias criam os futuros núcleos populacionais e cidades na região do PETP.	resistentes nas áreas mais altas e de difícil acesso.		
Primeiras décadas do Século XX	1- Decadência do café; 2- Estagnação de terras na região.	1-Início de processos de urbanização e industrialização no estado que se refletem na região do PETP.	1-Início da regeneração natural da Mata Atlântica em áreas abandonadas da região; 2- Mata Atlântica remanescente sobre impactos da demanda da capital pelos processos de industrialização	1-Populações camponesas mestiças; 2-Proprietários rurais de grandes e pequenas propriedades.	1-Estagnação econômica dos municípios locais depois de anos de abusos do solo e da natureza; 2- A Região do PETP é muito acessada por excursionistas e amantes de montanhismo por conta da alta Geodiversidade das serras locais.

			e Urbanização.		
Décadas de 40, 50 e 60	1-Paisagem compartilhada por diferentes agentes de ocupação como grandes proprietários de terras, pequenos proprietários, camponeses pobres que vivem em terras devolutas ou em resquícios de matas.	1-Intensificação da luta de terras na região do PETP. 2-Populações camponesas e produtores agrícolas conseguem grandes vitórias na luta por terras na região. 3- Conflitos agrários se intensificam até o golpe civil-militar no país.	1-Mata Atlântica remanescente continua a ser destruída pela luta de terras na região do PETP; 2- Regeneração natural de áreas nas encostas e locais de difícil acesso como Macaé de Cima, Serra do Subaio e Serras de Silva Jardim.	1-Populações camponesas mestiças; 2-Proprietários rurais de grandes e pequenas propriedades; 3-Sem-Terras nas áreas rurais de Cachoeiras de Macacu.	1-Terras devolutas e paisagem dominada por grandes, pequenas e médias propriedades rurais.

Década de 60 até 2002	1-Paisagem heterogênea dominada por múltiplos usos do solo, como florestas, pastagens, propriedades rurais de diversos tamanhos e funções.	1-Golpe civil-militar aprofunda a desigualdade de terras na região ao apoiar as demandas dos grandes proprietários de terras.	1-Mata Atlântica local se regenera em muitas áreas e consegue sobreviver para integrar o futuro PETP, o maior somente em território fluminense.	1-Populações camponesas mestiças; 2-Proprietários rurais de grandes e pequenas propriedades; 3-Sem-Terras nas áreas rurais de Cachoeiras de Macacu; 4- Atores sociais ligados a atividades turísticas de diversas categorias e funções.	1-Usos múltiplos do solo apontam para as vocações agrícolas e ecológicas da região do PETP; 2- Novos vetores de atividades econômicas colocam a Mata Atlântica local em novos perigos de existência, mas há forças contrárias oriundas das populações que vivem nas adjacências do PETP e na legislação ambiental que botam um freio nos avanços do capital.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

5.2 Conflitos Ambientais do PETP e as suas populações negras

O território do parque pode ser entendido através da noção de poder do estado como uma noção jurídico-política ou cultural a partir da apropriação e visão simbólica de algum grupo social específico. Os efeitos destas diferentes visões proporcionam conflitos políticos e ecológicos que podem ser visualizados no PETP. A noção territorial por uma dimensão econômica possui relação com a cobiça de recursos naturais pelos agentes econômicos capitalistas junto a uma dimensão ambiental com visão naturalista, onde a UC pode ser encarada por perspectivas ambientais de contemplação ou ainda enquanto serviços ambientais para a população, como a questão da água (Haesbaert, 2004).

Os conflitos ecológicos são investigados pela ecologia política (Alier, 2018) e alguns deles podem ser percebidos na área territorial do PETP: O Racismo Ambiental contra as populações mais pobres, a biopirataria de animais e plantas da Mata Atlântica, a degradação dos solos pelo desmatamento na área do parque e sua zona de amortecimento, a possível construção de uma barragem na região de Serra Queimada, a poluição do ar no Recôncavo da Guanabara que afeta a floresta do parque, os invasores ecológicos (plantas e animais exóticos) e os conflitos sobre o uso dos atrativos naturais da UC como as trilhas ecológicas, os banhos de rios e cachoeiras, a coleta de plantas, a caça de animais silvestres e a retirada de areia e rochas.

Os tipos de conflitos entre populações humanas e as áreas protegidas surgem de acordo com sua utilização, acesso e percepção ambiental frente aos atrativos naturais e culturais (Queiroz, 2006; Botelho, 2009). Existem vários motivos para a existência de conflitos ambientais na região do PETP e nas populações negras locais. Todos eles começaram com a inserção dos Sertões de Macacu na Era do Capital no Brasil e a exploração de povos indígenas e das pessoas mais pobres, dentre elas as populações negras que são o foco deste trabalho. Eis alguns destes conflitos:

Visões biocêntricas das Unidades de Conservação

A criação das Unidades de Conservação no Brasil incorre em vários conflitos com as populações locais por uma visão de mundo excessivamente biocêntrica que prioriza os processos ecológicos naturais em detrimento das visões ecológicas dos povos locais que vivem nestas regiões muito tempo antes da própria criação destes espaços protegidos. O PETP foi criado em contexto de populações de classe média inseridas em esportes como o montanhismo nas áreas repletas de geodiversidade. Estas práticas ecológicas estão associadas

a populações de maior poder político e econômico que auxiliaram na criação da UC, mas sem grande participação das populações do entorno que não conhecem bem o que é uma categoria como parque até hoje (Silva, 2015).

A gestão do PETP entra em conflito com as populações locais por causa de uma visão excessivamente biocêntrica que leva em consideração apenas o conhecimento científico e deixa de lado o conhecimento empírico protagonizado pelas populações locais que vivem até hoje em muitas localidades da UC. Este conflito ficou evidenciado na questão da barragem que o governo do Rio de Janeiro queria construir na zona rural de Cachoeiras de Macacu, que iria impactar os ecossistemas do bioma Mata Atlântica e a agricultura familiar que existe até hoje na produção de alimentos que abastece a região metropolitana e outros locais do país. Os pequenos produtores locais se organizaram em uma resistência que barrou o projeto após muita luta.

A região rural do município de Cachoeiras de Macacu é um mosaico de diferentes usos do solo em que pequenos produtores de cultivos agrícolas, propriedades rurais (maioria média e pequena), fragmentos de florestas públicas e privadas e empresas de água mineral convivem com suas contradições. Dentre os pequenos produtores, a maioria está ligada a formas de vida camponesas oriundas das diferentes atividades econômicas dos vales dos grandes rios como o Macacu e o Guapiaçu ao longo da ocupação histórica da região. Após muita utilização de pessoas negras escravizadas, foram criados quilombos e insurreições negras em vastas áreas de florestas desta parte dos Sertões de Macacu, que formam uma parte substancial da origem dos agricultores camponeses que lutaram contra o projeto da barragem.

Este histórico de lutas locais também foi influenciado por lutas pelas terras que assolaram o Estado do Rio de Janeiro durante principalmente o período da ditadura civil-militar que durou 21 anos e protagonizou muita repressão, perseguições e assassinatos em municípios como Cachoeiras de Macacu (Deister, 2018). Grande parte dos agricultores e camponeses locais são populações mestiças (Figura 37) que atestam a importância das culturas negras não apenas na própria agricultura, mas nas relações com a Mata Atlântica.

Figura 37- Agricultor negro na região de Guapiaçu em Cachoeiras de Macacu



Fonte: Iseense e Sá, 2015.

Conflitos antes da criação do PETP e problemas fundiários

Este tipo de conflito ocorre a partir da criação da própria UC e seus atrativos naturais. Antes do surgimento do PETP, as florestas locais foram base para o estabelecimento de famílias que utilizavam as florestas para diversos fins, como a coleta de madeira, a caça e a pesca, os solos férteis para os cultivos, a captação de água e as visitas para passeios e recreação nas cachoeiras e nos banhos de rios. A partir da criação da UC, todas estas práticas realizadas pelas populações locais foram proibidas ou severamente restritas, fazendo com que os moradores tivessem uma visão negativa sobre o papel do estado para a utilização dessas terras florestadas. Além do mais, ao mesmo tempo que o estado restringe as populações mais pobres camponesas, as mais ricas são menos importunadas. Isso incorre no aumento da especulação imobiliária de propriedades como casas de segunda residência, sítios e fazendas que aumentam o preço das terras e a cobiça de novos agentes do capital na região através da valorização dessas terras.

As populações negras, enquanto mestiças e camponesas, começam a ser alijadas do uso dos atrativos naturais da Mata Atlântica, além de suas terras serem cobiçadas para o aumento de atividades ligadas ao turismo, para os setores econômicos ligados à produção de água mineral, captação de água de rios que nascem no PETP para condomínios de luxo e casas de veraneio (Figura 38) que existem em municípios como Cachoeiras de Macacu, Nova Friburgo e Guapimirim. A expulsão de camponeses negros em regiões do parque aconteceu

durante boa parte do século passado e agora ocorre com a chegada destes novos atores econômicos que buscam uma região repleta de atrativos naturais e culturais. Toda chegada de populações de maior poder aquisitivo aumenta consideravelmente a especulação imobiliária e de terras na região.

Figura 38- Casas de veraneio em Caneca Fina, bairro de Guapimirim



Fonte: Autoria própria, 2023.

Além disso, os conselhos consultivos para a criação do PETP deixaram de fora as populações mais pobres quando da criação da UC, o que intensifica os conflitos ligados à utilização de terras que fazem parte de suas realidades desde tempos mais antigos. Estas visões de mundo ligadas ao menosprezo pelas populações mais pobres, que são negras e mestiças em muitas regiões do parque, relegaram até hoje problemas para a regularização fundiária. São práticas condizentes com o racismo ambiental, conceito cada vez mais utilizado para conflitos socioambientais ocorrentes em regiões de áreas protegidas. A luta de populações camponesas pobres negras em regiões do PETP, como na época da Barragem do Guapiaçu, é um exemplo de ecologismo dos pobres, como preconizado por Alier (2018).

Toda a região rural de Cachoeiras de Macacu e adjacências foi palco de acirrados (Allentejano; Amaro Junior; Silva, 2022) conflitos de terras envolvendo donos de grandes propriedades rurais e camponeses, principalmente na região de São José da Boa Morte. Estes conflitos aumentaram com os novos atrativos econômicos desta região do Recôncavo da Guanabara que ensejaram Reforma Agrária para camponeses e a resistência de donos de terras e ambientalistas que estão inseridos em lógicas ambientais que veem as populações pobres

como inimigas da natureza, mesmo que haja inúmeros sinais que mostrem o contrário, como as florestas locais que também foram preservadas pelas práticas ecológicas negras no trato com a terra e com a Mata Atlântica.

Uso de agrotóxicos e a questão agropecuária

As regiões produtoras de cultivos agrícolas ao redor do PETP utilizam grande quantidade de agrotóxicos (Castro; Confalonieri, 2005) que impactam a saúde dos camponeses e populações locais na UC em municípios como Cachoeiras de Macacu, Nova Friburgo, Teresópolis e Guapimirim. A vocação agrícola (Figura 39) de localidades destes municípios faz com que os agricultores estejam à mercê dos perigos da utilização de agrotóxicos que poluem os rios locais e matam a fauna que ajuda na agricultura camponesa baseada em relações mais harmoniosas com a Mata Atlântica. Por outro lado, há uma produção em crescimento de agricultura orgânica mais adaptada aos antigos cultivos agrícolas escravistas na época colonial.

Figura 39- Cultivo agrícola na localidade de Estreito em Cachoeiras de Macacu



Fonte: Autoria própria, 2025.

A pecuária é outro motivo de forte conflito no PETP, que afeta as terras agrícolas dos camponeses e das populações pobres negras. A criação de gado faz com que ocorram invasões de bois e cavalos na UC, além da compactação do solo que impede a regeneração das florestas e a piora da qualidade dos solos para agricultura em localidades como a região de Salinas, onde se localizam os maciços rochosos que dão nome à UC. Além do mais, ocorrem

desmatamentos principalmente nas propriedades fora das áreas protegidas para o aumento de áreas de pastagens para o gado, que impactam consideravelmente toda a saúde ecológica de possíveis locais para restauração ecológica da Mata Atlântica.

A Regua se destaca como instituição privada que atua na preservação e restauração de antigas florestas devastadas na época de colonização e ocupação das áreas mais baixas do atual PETP e que hoje contrata moradores locais de origem mestiça ou negra para o trabalho de recuperação da flora e da fauna locais. A pecuária pode assim diminuir o avanço da floresta e tirar possíveis empregos para as populações locais na própria área protegida privada e no PETP, conseqüentemente.

Desmatamento, extrativismo ilegal e caça

O desmatamento em áreas protegidas como o PETP ainda é um dos principais problemas da Mata Atlântica em todas as áreas onde ainda resistem fragmentos de variados estágios de conservação. Historicamente, as populações negras antes e após o período da escravidão têm apresentado uma relação mais harmoniosa com as florestas, de acordo com visões ecológicas mais sagradas com os elementos naturais não-humanos que ajudaram na preservação de florestas que hoje fazem parte de UCs. Apesar de tudo, o desmatamento continua na região (A Voz da Serra, 2024) e coloca em risco não apenas todo o sistema ecológico das florestas, mas também toda a qualidade da água que abastece muitos municípios desta região do Recôncavo da Guanabara.

O extrativismo ilegal de espécies da fauna e flora também é uma constante no PETP (O Dia, 2022) para abastecimento de redes criminosas que ganham muito dinheiro com a destruição de patrimônio público de áreas protegidas pelo estado que servem à coletividade. Historicamente, a caça de animais, a coleta de lenha e plantas medicinais é praticada pelas populações camponesas na Mata Atlântica local, mas estas atividades nunca puseram em risco a floresta por estarem ligadas a saberes ecológicos distintos dos praticados pelos agentes do capital, como pode-se visualizar hoje na comunidade dos Hervanos ou nos agricultores de pequena escala em Cachoeiras de Macacu.

As UCs sofrem também com pouca verba do poder público, que incorre em falta de equipamentos e agentes para fiscalizar áreas tão grandes de florestas. Assim, as populações locais compostas pelos agricultores e camponeses de origem mestiça e negra se tornam agentes que denunciam crimes ambientais decorrentes de pessoas que não moram na região do PETP e que satisfazem demandas privadas de setores que ganham muito dinheiro pela

prática de crimes como caça de pássaros de gaiola, carne de caça de espécies cinegéticas, plantas para ornamentação ou madeira de espécies arbóreas de grande valor comercial. Também vale ressaltar que as populações negras utilizam as matas locais também para a coleta de plantas medicinais e como territórios sagrados para religiões de matriz africana (Silva, 2015), o que contribui para conflitos com os agentes do estado que cuidam das UCs.

Ocupação e utilização dos rios

Os grandes rios que desembocam na Baía de Guanabara foram historicamente um dos meios para a ocupação de todo o Recôncavo na época colonial para o estabelecimento de engenhos e fazendas de café que tomaram o território da Mata Atlântica, destruindo os povos indígenas que viviam na região, além de ampla mão-de-obra escrava negra trazida do continente africano. Os escravos eram utilizados em variadas atividades econômicas, como o desmatamento da margem dos rios, o cultivo de café e cana-de-açúcar, além da limpeza de rios como o Macacu e o Guapiaçu.

Estes rios foram caminhos para a ocupação de vastas terras e a inserção desta região na economia da Era do Capital em terras fluminenses. Após todas as atividades econômicas antigas, estes rios continuam a ser importantes para a captação de água para a agricultura, abastecimento de residências, coleta de água para empresas de água mineral, banhos recreativos e retirada de areia. Isso atesta a importância destes rios para o aumento de serviços que melhorem a economia local, mas também que precisam ser melhor fiscalizados para a mitigação dos efeitos deletérios que ameaçam as águas com as demandas da construção civil, das cidades do entorno, da agricultura mais mecanizada e da poluição imposta por lógicas coloniais ainda vigentes nos corpos d'água mais preservados do Recôncavo da Guanabara.

Toda a riqueza hídrica da região (Figura 40) possui relações ecológicas antigas com as populações negras que precisavam dos rios e riachos para estabelecerem quilombos e insurreições escravas nas matas e que hoje, como agricultores e camponeses, necessitam da boa qualidade de suas águas para manterem uma agricultura de pequena escala e para atender às suas necessidades básicas diárias. O PETP protege as águas e as populações pobres de seu entorno, protege as florestas ao lutar pela continuidade dos ciclos naturais dos rios, como na época da tentativa da barragem no Rio Guapiaçu que ameaçou seus modos de vida camponeses.

Figura 40- Riacho nas florestas do PETP na localidade de Santo Amaro em Cachoeiras de Macacu



Fonte: Autoria própria, 2021.

Impactos do Turismo desenfreado

A região do PETP é uma das mais belas do Estado do Rio de Janeiro por preservar alta diversidade de plantas e animais, além de muita riqueza geomorfológica, pedológica, geológica e hídrica em seus 65.000 hectares de área. Também apresenta populações camponesas únicas, como os Hervanos em Cachoeiras de Macacu, que vivem nas matas locais muito tempo antes dessas florestas se tornarem uma área protegida de vital importância para todos os municípios que se encontram nas bacias hidrográficas que fazem parte desta UC.

O PETP apresenta populações com variados contextos socioeconômicos, como populações de alto poder aquisitivo em localidades como Caneca Fina em Guapimirim, Boca do Mato em Cachoeiras de Macacu e o entorno do Pico da Caledônia em Nova Friburgo, ao mesmo tempo que existem populações camponesas mestiças e negras na região rural de

Guapiaçu e Paraíso, além de agricultores nas regiões rurais de Nova Friburgo, Teresópolis e Silva Jardim. O turismo de massa encontra alguma infraestrutura nas localidades de maior poder aquisitivo com casas de veraneio, haras, sítios e fazendas que atraem populações de classe média em busca de locais para fugir do calor ou ter algum ambiente longe dos holofotes dos grandes centros urbanos. Esse tipo de Turismo afasta as populações mais pobres de terras e locais que historicamente utilizavam e afeta as populações negras desses locais.

Por outro lado, os rios e cachoeiras locais do PETP e cercanias atraem uma multidão de banhistas das populações dos municípios que englobam a UC, principalmente de mestiços e populações negras pobres em busca de ambientes em que possam usufruir para fugir do calor do Estado do Rio de Janeiro e que podem entrar em conflito com a gestão do PETP e com proprietários que possuem interesses privados em localidades em que possuem negócios ligados ao turismo e atividades afins. Estes conflitos decorrem destes variados interesses por uma região de enorme potencial turístico na totalidade, seja ele histórico (Figura 41), ecológico (Figura 42), trilhas, geodiversidade, observação de aves, banhos de cachoeira ou econômicos.

Figura 41- Ruínas de antiga igreja próxima às margens do Rio Guapiaçu



Fonte: Autoria própria, 2021.

Figura 42- Bromélia (*Nidunelia rodrigoana*) recém-descoberta no PETP



Fonte: Freire, 2024.

Toda a riqueza hídrica do Recôncavo da Guanabara foi porta de entrada dos antigos Sertões de Macacu (Cardoso, 2024), já que os maiores rios locais serviram de escoamento no passado para a retirada de produtos das florestas e fazendas locais, como o comércio de madeira, a produção de farinha e a produção de gêneros alimentícios. Hoje, as atividades econômicas se adaptam ao que restou das antigas práticas econômicas quando as florestas e plantações de café vicejavam pelos vales, escarpas e margens dos rios. A dinâmica de ocupação a partir dos grandes rios do passado mudou porque os vetores de ocupação são outros, mas os antigos e novos problemas socioambientais são uma constante para um mosaico de paisagens de grandes mudanças provocadas por populações humanas desde tempos mais remotos nesta parte da Mata Atlântica.

O quadro 3 abaixo mostra uma pequena síntese dos problemas socioambientais e seus efeitos sobre as populações negras afrodiaspóricas no PETP, assim como possíveis soluções para a mitigação dos impactos não apenas sobre estas populações, mas na UC em sua totalidade.

Quadro 3- Problemas socioambientais e impactos sobre populações negras no PETP

Município	Localidade	Tipo de Fitofisionomia da Mata Atlântica	Conflito	Impacto na população negra	Possível solução
Guapimirim	Paraíso	Florestas de Baixada	1-Construção de casas de veraneio e outras propriedades de classe média; 2-Rigidez da Fiscalização ambiental.	Expulsão pelo aumento do preço da Terra e conflitos com a gestão do parque pelo uso dos atrativos naturais.	1-Regulação do uso da Terra; 2- Educação Ambiental; 3-Melhor participação na gestão do PETP com as populações locais. 4- Políticas públicas e fomento de turismo mais solidário com as demandas das populações locais.
Guapimirim	Caneca Fina	Florestas Montanas e Florestas de Baixada	Especulação Imobiliária	Expulsão de camponeses de origem negra que ainda vivem na localidade	1-Mobilização dos moradores locais frente aos avanços da especulação imobiliária de classe média e alta das propriedades no município de Guapimirim. 2- Políticas públicas e fomento de turismo mais solidário com as demandas das populações locais.
Teresópolis	Vale da Revolta	Florestas Montanas de vários gradientes	1-Conflitos relativos aos processos de favelização; 2-Impactos da Rodovia sobre a fauna; 3-Aumento de variados tipos de	1-Elitismo e aumento da estigmatização das populações negras que vivem em comunidades urbanas nas proximidades do PETP;	1-Regulação do uso do solo; 2-Educação Ambiental para as populações locais; 3- Integração entre a gestão do PETP e a associação de moradores; 4-Políticas públicas no combate à criminalidade; 5-Monitoramento e mitigação de atropelamento da fauna na rodovia. 6- Políticas públicas e fomento de turismo mais solidário com as demandas das populações locais.

			criminalidade.	2- Aumento da Criminalização na região.	
Cachoeiras de Macacu	Guapiaçu	Florestas de Baixada, Brejos e pantanais perto dos rios	1-Uso de agrotóxicos; 2- Desmatamento para criação de gado; 3-Especulação Imobiliária; 4-Caça e coleta de plantas de ornamentação; 5-Atividades industriais como o Comperj e as empresas de água mineral que dependem das florestas para continuarem seu empreendimento econômico.	1-Expulsão de camponeses de origem negra pela especulação imobiliária; 2- Contaminação por agrotóxicos; 3- Contaminação pelos efeitos de atividades industriais do Comperj; 4-Diminuição da água pelas atividades industriais e restrição ambiental.	1-Diminuição de agrotóxicos nos cultivos agrícolas; 2-Fiscalização e punição contra os desmatadores; 3- Fomento e criação de mais áreas protegidas na região, como RPPNs e Reservas Extrativistas; 4-Educação Ambiental; 5- Integração na gestão do PETP com os moradores locais; 6-Regulação da água com compensação ambiental ao PETP e aos moradores locais pela utilização da água por atividades econômicas de empresas privadas. 7- Políticas públicas e fomento de turismo mais solidário com as demandas das populações locais.
Cachoeiras de Macacu	Estreito	Florestas de Baixada e Montanhosas	1-Uso de agrotóxicos; 2- Desmatamento para criação de gado;	1-Expulsão de camponeses de origem negra pela especulação imobiliária;	1-Diminuição de agrotóxicos nos cultivos agrícolas; 2-Fiscalização e punição contra os desmatadores; 3- Fomento e criação de mais áreas protegidas na região, como RPPNs e Reservas Extrativistas; 4-Educação Ambiental; 5- Integração na gestão do PETP com os moradores locais;

			3-Especulação Imobiliária; 4-Caça e coleta de plantas de ornamentação.	2-Contaminação por agrotóxicos; 3-Diminuição da água pelas atividades industriais e restrição ambiental.	6-Regulação da água com compensação ambiental ao PETP e aos moradores locais pela utilização da água por atividades econômicas de empresas privadas. 7- Políticas públicas e fomento de turismo mais solidário com as demandas das populações locais.
Cachoeiras de Macacu	Centro e proximidades	Florestas Montanhosas e de baixada	1-Desmatamento para criação de gado; 2-Especulação Imobiliária; 3-Caça e coleta de plantas de ornamentação; 4-Incêndios criminosos.	1-Expulsão de camponeses de origem negra pela especulação imobiliária; 2-Diminuição da água por pressão urbana; 3-Isolamento social e cultural das comunidades camponesas de origem negra dos Hervanos; 4- Poluição de rios e riachos pelo aumento populacional	1-Fiscalização e punição contra os desmatadores; 2-Educação Ambiental; 3- Integração na gestão do PETP com os moradores locais; 4-Regulação da água com compensação ambiental ao PETP e aos moradores locais; 5- Estudos antropológicos mais aprofundados para conhecimento das comunidades camponesas mais isoladas, como os Hervanos. 6- Políticas públicas e fomento de turismo mais solidário com as demandas das populações locais.

				do centro urbano de Cachoeiras de Macacu.	
Nova Friburgo	Pico da Caledônia e proximidades	Florestas de Montanha	1-Especulação Imobiliária; 2-Conflitos na gestão do PETP com moradores de alta renda e classe média; 3- Impactos de rodovia.	1-Expulsão de moradores de origem mais pobre negra pela gentrificação; 2-Menor integração entre a gestão do PETP e lideranças de comunidades urbanas negras.	1-Regulação do uso da terra de forma mais democrática; 2-Melhorar as relações institucionais entre os diferentes atores sociais locais como moradores, empresários, proprietários de terras e o PETP. 3-Monitoramento e mitigação de atropelamento da fauna na rodovia. 4- Políticas públicas e fomento de turismo mais solidário com as demandas das populações locais.
Nova Friburgo	Macaé de Cima	Florestas de Montanha	1-Especulação Imobiliária; 2-Conflitos na gestão do PETP com moradores de alta renda e classe média.	1-Expulsão de moradores de origem mais pobre negra pela especulação imobiliária; 2-Menor integração entre a gestão do PETP e lideranças de	1-Regulação do uso da terra de forma mais democrática; 2-Melhorar as relações institucionais entre os diferentes atores sociais locais como moradores, empresários, proprietários de terras e o PETP. 3- Educação Ambiental focando no passado histórico da região como fonte de resistência negra. 4- Políticas públicas e fomento de turismo mais solidário com as demandas das populações locais.

				comunidades urbanas negras.	
Nova Friburgo	Região de Salinas	Florestas de Montanha	1-Especulação Imobiliária; 2-Conflitos na gestão do PETP com moradores de alta renda e classe média; 3- Utilização de Agrotóxicos; 4- Caça e coleta de animais e plantas de ornamentação; 5-Problemas com regularização fundiária do PETP.	1- Contaminação de camponeses e agricultores locais por agrotóxicos; 2- Conflitos pelo uso de atrativos naturais do PETP para coleta de lenha ou plantas medicinais, além do uso da água. 3- Especulação imobiliária pelo aumento do valor da terra e turismo rural e ecológico.	1-Regulação do uso da terra de forma mais democrática; 2-Melhorar as relações institucionais entre os diferentes atores sociais locais como moradores, empresários, proprietários de terras e o PETP. 3- Educação Ambiental; 4-Diminuição do uso de agrotóxicos nas lavouras; 5- Integração entre o conhecimento científico com o conhecimento e sabedoria local no trato com a terra; 6- Políticas públicas e fomento de turismo mais solidário com as demandas das populações locais.

Fonte: Autoria própria, 2025.

5.3 As visões ecológicas das comunidades negras e o PETP

O conhecimento dos quilombolas e populações negras sobre o mundo biofísico onde reproduzem suas maneiras de habitar o mundo possui influência de perspectivas ecológicas africanas trazidas junto das etnias escravizadas para o continente americano em países como o Brasil. Aqui, encontraram biomas e ecossistemas similares ao que encontravam em África, mas também outros muito diferentes em suas estruturas e histórias ecológicas. A partir destes conhecimentos sobre a natureza africana, intercambiam influências com as visões de mundo de povos indígenas e criaram visões ecológicas singulares sobre a natureza que os cercava (Stewart; 2005; Toledo; Barrera-Bassols, 2009) para sobreviverem no mundo colonial e serem contracoloniais (Yusoff, 2018; Ferdinand, 2022; Dos Santos, 2023; Sangat *et al.*, 2025).

Os povos africanos e suas comunidades étnicas que hoje habitam o continente americano transformaram a natureza destes territórios em naturezas também afrodiaspóricas. Dos Santos (2015) diz que estas construções de natureza diferente da colonial podem ser visualizadas dentro da cultura dos atuais quilombolas e demais comunidades negras do Brasil, como nas religiões de matriz africana, no trabalho com a Terra, assim como nas diversas manifestações culturais que ainda existem nos territórios pretos do Brasil. Dos Santos (2015, p. 42) mostra a diferença entre cosmovisões europeias e africanas em manifestações populares:

O jogo de futebol é regido por regras estáticas e pré-definidas, onde vinte e duas pessoas jogam, uma pessoa julga e milhares de pessoas assistem. Pode ocorrer que entre as pessoas que assistem exista alguém que jogue melhor que uma das vinte e duas pessoas que estão jogando. Mesmo assim, dificilmente esse alguém poderá entrar no jogo. Numa roda de capoeira, regida pelos ensinamentos de vida, podemos ter cinquenta pessoas jogando, uma pessoa ensinando e pouquíssimas assistindo. Entre as poucas pessoas que assistem pode haver alguma que nunca viu a capoeira. No entanto, se esta quiser, ela pode entrar na roda e jogar.

Os modos de vida ecológicos das comunidades afrodiaspóricas são diametralmente diferentes do modo de vida colonial sobre a natureza. Desde quando os africanos foram trazidos ao Brasil, suas relações com os biomas como a Mata Atlântica do Estado do Rio de Janeiro e do PETP foram sendo construídas como relações biointerativas (Dos Santos, 2015; 2023; Shiratori, 2022), onde estas populações negras ora colaboravam como escravas para a perpetuação do modo de vida colonial, ora estabelecendo outras relações ecológicas através da religiosidade, do cultivo da terra e da sobrevivência nas matas como refúgios e locais de resistência (Johnson; Mcdaniel, 2005; Acselrad, 2021). O modo de vida africano é, antes de tudo, calcado na natureza. A razão negra do ser humano africano é a própria natureza, pois as etnias africanas se sentem um elemento natural do mundo biofísico (Ngoenha, 1994; Stewart,

2005).

Este tipo de conhecimento ecológico africano os permitiu reconhecer plantas e animais úteis para conseguirem sobreviver na diáspora africana no chamado novo mundo após a escravização. Esses sistemas de alimentação criados pelas populações negras escravizadas se tornaram essenciais para a própria manutenção do sistema colonial imposto pelas potências europeias. Também foram um contraponto à monótona dieta alimentar dos donos de terras escravocratas (Carney, 2009; Shiratori, 2022). Tais sistemas existem nas zonas rurais dos municípios que integram o PETP, notadamente dentro das comunidades dos Hervanos que vivem em região afastada de Cachoeiras de Macacu.

Esta produção independente deu aos escravos motivos fortes para superar um pouco as adversidades advindas da escravização e permitiu que o legado botânico africano se amalgamasse às novas paisagens como a imensa região de florestas e ecossistemas da Mata Atlântica (Figura 43) do Estado do Rio de Janeiro. O navio negreiro transportava a África para as Américas através das sementes, dos tubérculos e da cultura das pessoas (Carney, 2009) que vinham à força ao infortúnio da escravidão.

Figura 43- Remanescente quilombola em cultivo agrícola no Vale do Ribeira em São Paulo



Fonte: Ferreira, 2021.

No Pacífico colombiano e equatoriano, por exemplo, podem ser encontradas comunidades negras afrodiáspóricas que organizaram sistemas ecológicos com o mar, as florestas, praias e manguezais em uma forma de campesinato negro que ocorreu em outras regiões do novo continente. Estas etnias africanas, arrancadas de suas terras originais,

construíram um mundo ecológico repleto de alteridade ecológica negra. Hoje, essas comunidades negras continuam as mesmas lutas das épocas coloniais para sobreviverem em seus territórios (Restrepo, 2002) em paisagens racializadas (Oslender, 2016; Leal, 2018; Sangat *et al.*, 2025).

Estes territórios negros na Colômbia, o segundo país da América Latina em populações negras, criaram uma nação dentro das influências afrodiaspóricas que construíram no litoral do Pacífico em uma região repleta de biodiversidade cultural-ecológica onde vivem cerca de 90% dos afro-colombianos (Asher, 2009; Oslender, 2016). A ecologia praticada por estas populações negras nesta região colombiana conseguiu até hoje conviver de forma harmoniosa com os biomas e ecossistemas locais que agora estão ameaçados pela cobiça de interesses capitalistas nestes ambientes ainda preservados justamente por conta das práticas agroecológicas destas populações. Também podem ser objetos de estudo de uma autêntica História Ambiental negra por suas características e saberes singulares em verdadeiros campesinatos dentro de florestas tropicais (Acevedo; Castro, 1998; Queiroz, 2006; Leal, 2018; Sangat *et al.*, 2025).

As populações negras do Pacífico colombiano fizeram ampla gestão da natureza local e estabeleceram redes comerciais com outras partes do país. Este tipo de economia doméstica começou ainda na época da escravização e continuou após a abolição dos escravos, o que permitiu que, ainda hoje, estas comunidades afrodiaspóricas da Colômbia construam campesinatos florestais dentro das selvas, rios e manguezais de uma das regiões mais biodiversas do planeta. Aqui, as práticas ecológicas negras mantiveram as florestas, enquanto em outros lugares de migrações humanas, como o Sul do Brasil, as matas foram erradicadas (Leal, 2018).

São saberes e epistemologias geralmente contrárias ao estabelecido pelos europeus que possuem relações bioculturais menos nocivas aos biomas do país. Os povos e seus saberes se tornam mais complexos conforme o tempo passa em suas interações com a natureza, o que ocorreu com o bioma mais alterado da ocupação territorial brasileira, a Mata Atlântica. Dentro destes saberes, existem conhecimentos detalhados sobre a fauna, flora, acidentes geográficos, rochas, solos, rios ou sistemas climáticos e ecológicos que são percebidos e codificados em suas vivências com estes elementos ou com a visão das paisagens (Tuan, 1980), agora também africanizadas (Da Silva, 2023). Estas visões ecológicas e classificações do mundo natural não-humano podem até mesmo ser mais complexas que as visões estruturadas nas universidades (Toledo; Barrera-Bassols, 2009). Toledo e Barrera-Bassols (2009, p. 40) assim descrevem sobre o tema:

Para compreender de maneira adequada os saberes tradicionais, é então necessário entender a natureza da sabedoria local, que se baseia em uma complexa inter-relação entre as crenças, os conhecimentos e as práticas. A natureza se concebe, valoriza e representa sob seus domínios visíveis e invisíveis. As sabedorias tradicionais baseiam-se nas experiências que se têm sobre o mundo, seus feitos e significados, e sua valorização de acordo com o contexto natural e cultural onde se desdobram. Os saberes (ambientais) são então uma parte ou fração essencial da sabedoria local.

As marcas culturais negras afrodiaspóricas do PETP podem ser visualizadas em muitas regiões desta UC, como o patrimônio histórico construído cujas ruínas existem no que restou da antiga Vila Santo Antônio de Sá e localidades chamadas quilombos ou que possuem nomes tipicamente africanos como Matumbo. Sem estes conhecimentos negros ancestrais, a domesticação das florestas que pertenceram aos antigos Sertões de Macacu jamais teria sido possível. Estas paisagens tropicais são o grande legado africano no continente americano, onde foi construído a partir de particularidades biofísicas locais.

No caso da região do atual PETP, a construção ecológica afrodiaspórica foi implementada em toda a diversidade biofísica da Mata Atlântica, como as diferentes formas de fitofisionomias e ecossistemas que o bioma apresenta, assim como a geodiversidade de vales, grutas, escarpas rochosas e picos que foram ressignificados em símbolos e liturgias africanas mesmo em ambientes de grande exploração, como o foi o período da escravização colonial. Também as plantas africanas, assim como os animais trazidos de África, como a galinha-da-Guiné (*Numida meleagris*) e as gramíneas como o capim-da-Guiné (*Panicum maximum*), o capim-de-Angola (*Brachiaria mutica*) e o capim-Jaraguá (*Hyparrhenia rufa*) são um lembrete histórico da africanização da Mata Atlântica e da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro. A influência negra sobre as matas e ecossistemas do PETP (Quadro 4) é impregnada de um devir negro (Queiroz, 2006; Carney, 2004; Ferdinand, 2022).

Quadro 4- Relações ecológicas negras com os Ecossistemas e fitofisionomias do PETP e adjacências

Recorte Temporal	Ecossistema	Região do PETP	Condição social negra	Atividades econômicas	Relações Ecológicas com a Mata Atlântica
Final do século XVI e Século XVII	Matas de baixada e matas de brejo	Guapiaçu, Paraíso e Gaviões	Escravo	1-Trabalhador na usinas e engenhos de cana-de-açúcar; 2-Caça, Pesca, Coleta de lenha e madeira.	A Mata Atlântica é um ambiente hostil e desconhecido.
	Matas de encosta e montanas	Região Serrana entre Guapimirim e Silva Jardim			
Século XVIII	Matas de baixada e matas de brejo	Guapiaçu, Paraíso e Gaviões	Escravo e Quilombola	1-Mineração; 2-desbravamento de florestas; 3-Quilombos e Insurreições negras.	A floresta é um refúgio como aquilombado e lugar de atrativos naturais como animais e plantas medicinais.
	Matas de encosta e montanas	Região Serrana entre Guapimirim e Silva Jardim			
Século XIX	Matas de baixada e matas de brejo	Guapiaçu, Paraíso e Gaviões	Escravo, Quilombola, forro e livre	1-Fazendas de café; 2-Cultivos diversos (milho, feijão, mandioca e arroz); 3-Brechas camponesas e pequenos cultivos nas fazendas; 4- Madeira e coleta de lenha;	1-A floresta é um refúgio para a criação de quilombos e insurreições negras; 2- As florestas são lugares sagrados para práticas religiosas;
	Matas de encosta e montanas	Região Serrana entre Guapimirim e Silva Jardim			

				5- Confeção de estradas e ferrovias; 6-Quilombos e Insurreições negras.	3-Caça e pesca; 4-Floresta como matriz de plantas para quintais e hortas; 5- Coleta de plantas medicinais.
Século XX	Matas de baixada e matas de brejo	Guapiaçu, Paraíso e Gaviões	Camponês	Atividades camponesas	Floresta como recurso econômico, político, religioso e cultural
	Matas de encosta e montanas	Região Serrana entre Guapimirim e Silva Jardim	Camponês e Trabalhador Urbano	1-Trabalho assalariado diverso; 2-Pequenas atividades camponesas.	1-Floresta para atividades recreativas (banhos de rios e caminhadas); 2-Floresta para pequenas atividades de subsistência e trabalhos assalariados; 3- Floresta como territórios sagrados para religiões de matriz africana; 4- Florestas como

					resistência negra regional e lutas camponesas por terras.
Século XXI	Matas de baixada e matas de brejo	Partes mais baixas do PETP, principalmente em Cachoeiras de Macacu e Silva Jardim	Camponês predominantemente	1-Cultivos agrícolas diversos (Olericultura); 2- Trabalho em atividades turísticas e nas UCs como o próprio PETP e a REGUA; 3-Atividades assalariadas em grupos culturais de resistência negra e religiões de matriz africana.	1-Floresta para atividades recreativas (banhos de rios e caminhadas); 2-Floresta para pequenas atividades de subsistência e trabalhos assalariados; 3- Floresta como território sagrado para religiões de matriz africana; 4-Floresta como território proibido pela legislação ambiental; 5-Floresta como território biocultural ecológico afrodiaspórico.
	Matas de encosta e montanas	Parte alta do PETP na Região Serrana dos cinco	Trabalhador assalariado	1-Trabalho assalariado diverso nos centros urbanos	1-Floresta para atividades recreativas (banhos de

		municípios que o englobam		principais e suas cercanias; 2-Atividades camponesas em regiões como Salinas (Nova Friburgo) e Boa vista (Cachoeiras de Macacu). 3-Trabalho em atividades turísticas e nas UCs como o próprio PETP e a REGUA.	rios e caminhadas); 2-Floresta para pequenas atividades de subsistência e trabalhos assalariados; 3- Floresta como território sagrado para religiões de matriz africana; 4-Floresta como território proibido pela legislação ambiental; 5-Floresta como território biocultural ecológico afrodiaspórico.

Fonte: Autoria Própria, 2025.

Toda esta memória negra pode incorrer em tipos de sabedoria e cultura diferentes. Antes da cultura europeia aparecer na região do PETP, existiam culturas indígenas que estabeleciam trocas bioculturais com os portugueses. Assim, outros tipos de saberes sobre plantas, animais, cultivos agrícolas ou ferramentas ocorreram, permitindo que surgissem outras paisagens com grande complexidade sócio-ecológica (Toledo; Barrera-Bassols, 2008). O modo de vida europeu via a floresta como mercadoria e ao mesmo tempo a temia como um mundo caótico e não cristão. Dos Santos (2023) chamava esta falta de entendimento e empatia com as florestas e a natureza em geral de cosmofofia. Dos Santos (2023, p. 21) assim fala sobre a cosmofofia: “Os povos da cidade precisam acumular. Acumular dinheiro, acumular coisas. Estão desconectados da natureza, não se sentem como natureza. As cidades são estruturas colonialistas”.

Como estas paisagens e povos africanos eram e continuam sendo vistos pela ótica colonial? Como grupos criminosos e com visões de mundo sobre a natureza consideradas idealistas e inocentes. Os africanos trazidos ao Brasil, mesmo em território hostil ou desconhecido, começaram a construir práticas coletivas para sobreviver neste habitat colonial (Ferdinand, 2022) e construíram espaços de resistência chamados genericamente de quilombos ou mocambos que existiram por quase todas as regiões onde hoje se localiza o PETP. Estes espaços de resistência eram também territórios com outros modos de ver a natureza, onde esta não era inimiga, mas uma aliada frente à repressão colonial (Acosta; Brand, 2019; Dos Santos, 2015; 2023). Estes métodos de resistência podem ser agriculturas ecológicas afrodiaspóricas e ameríndias, como diz Dos Santos (2023, p. 100):

Ecologia é uma palavra utilizada pelos acadêmicos. No Quilombo, não existe ecologia, existe a roça de quilombo, a roça de aldeia, a roça de ribeirão, a roça de marisqueiro. A roça de pescador, a roça de quebradeira de coco. Por que a academia usa a palavra ecologia e não agricultura quilombola? Por que não usa roça indígena? As universidades são fábricas de transformar os saberes em mercadoria e a agricultura quilombola não é mercadoria. Mas os saberes considerados válidos são aqueles que a universidade converte em mercadoria.

Para Yusoff (2018), a luta dos povos negros trazidos pelo comércio de escravos só poderia sobreviver nos espaços coloniais, construindo uma nova cultura a partir de suas culturas ancestrais influenciadas pelos modos de vida dos povos nativos ainda existentes que encontraram em todo lugar nas Américas onde ocorreu a escravidão. A nova terra, mesmo desconhecida até então, se transformaria em uma nova terra ancestral a partir da apropriação da natureza por estes povos afrodiaspóricos. A semente das relações comunitárias de África ainda continuava em seus modos de sobrevivência. Os escravos, libertos, forros ou aquilombados adquiriam amor por estas novas terras, mesmo vivendo em um mundo colonial opressor.

Um exemplo descrito na história de visões conservacionistas ecológicas africanas

ocorreu com a restauração da Floresta da Tijuca, onde populações africanas escravizadas, povos indígenas e quilombolas remanescentes fizeram parte da reconstrução da Mata Atlântica das serras cariocas por conta de suas visões sagradas da natureza (Moreira, 2014) e foi destruída pelo cultivo de café (Figura 44). A visão oficial desta história esconde o papel destas populações pobres negras negligenciadas e sua ampla contribuição para que, nas paisagens atuais, exista uma das unidades de conservação mais visitadas e conhecidas do país, o Parque Nacional da Tijuca.

Figura 44- Secagem do café realizada por escravos na região da Tijuca por Rugendas (1835)



Fonte: Ricco, 2022.

O que ocorreu na Floresta da Tijuca aconteceu em muitas áreas e regiões da Mata Atlântica, onde as visões de mundo ecológicas africanas contribuíram de forma essencial para a preservação do bioma, como o caso das florestas do Vale do Ribeira em São Paulo, que conservam a maior área remanescente de Mata Atlântica de todo o país (Queiroz, 2006). É razoável supor que o mesmo tenha ocorrido nas áreas menos alteradas e mais inacessíveis do atual PETP, como na região de Macaé de Cima (Figura 45), onde a ação de grupos aquilombados negros retardou a destruição ou permitiu que a floresta se regenerasse mesmo dentro da ação do capital no Brasil entre os séculos XIII e XIX. O exemplo da proteção afrodiaspórica de florestas na Amazônia do Vale do Rio Trombetas é representado por quilombolas que estão sendo aliados de suas práticas ancestrais ecológicas tanto por setores privados (empresas de mineração), quanto pelo próprio setor público que criou a Reserva

Biológica do Trombetas em território negro nesta parte da região norte (Acevedo; Castro, 1998).

Figura 45- Mata Atlântica em alto grau de conservação na região de Macaé de Cima



Fonte: Autoria própria, 2024.

Estas populações negras constroem novas relações com outros ambientes ecológicos ao domesticar culturalmente este mundo biofísico que não conheciam. Todavia, domesticar não significa dominar (Carney, 2009; Toledo, 2019; Shiratori, 2022), porque para haver domesticação é necessário haver reciprocidade com diálogo e conhecimento. O habitar colonial dominante imposto pelos europeus na Mata Atlântica fluminense não via a natureza com esta visão porque só a entendiam como mercadoria para gerar lucro. Como a domesticação se transformou na dominação de povos, a “semente do mal” foi lançada e hoje o planeta sofre as consequências desta hierarquização, como foi no período da escravização de africanos. Vale destacar que os cereais cultivados em África foram de suma importância para a própria consolidação da escravização (Carney, 2002).

Entretanto, tanto os aquilombados que viviam no sistema colonial como aqueles que conseguiram sobreviver na Era do Capital na Mata Atlântica fluminense possuíam relações com a floresta que não destruíam as matas por causa de lógicas ecológicas não coloniais. Preservavam assim, as matas e muitos dos atrativos ecológicos e culturais destes territórios negros (Ngoenha, 1994; Zagatto, 2019; Sangat *et al.*, 2025). Suas plantas promoviam sistemas

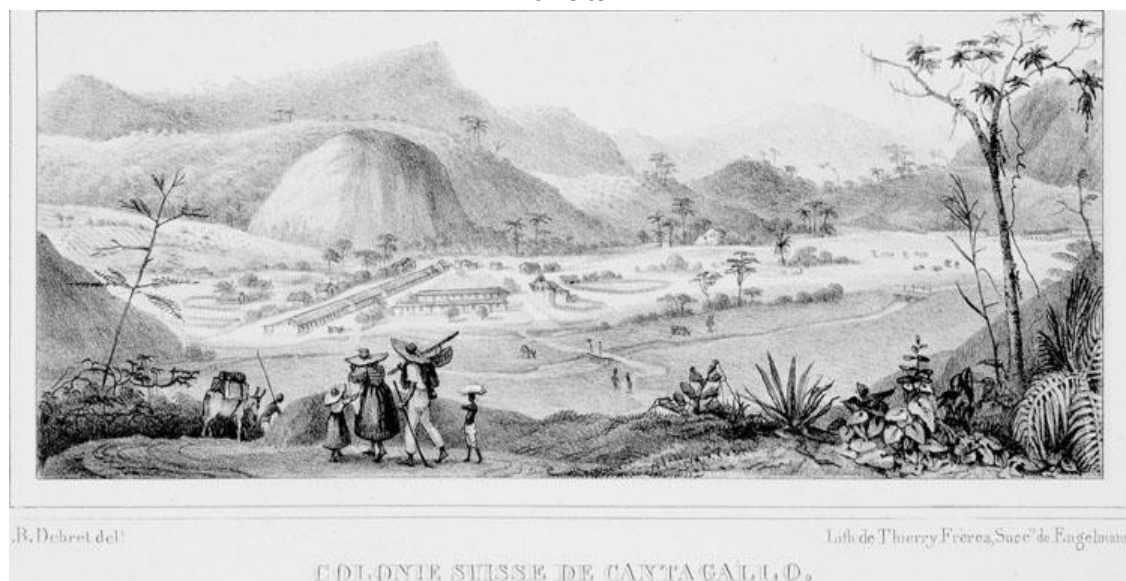
de monoculturas como o café, o tabaco e o algodão que eliminavam as florestas, mas ao mesmo tempo, também havia plantas para alimentação, rituais religiosos e farmacologia que construíam territórios negros afrodiaspóricos fora do regime colonial como quintais e pequenas roças nas fazendas e brechas camponesas (Acevedo; Castro, 1998; Glave, 2005; Gomes, 2009; Fiabani, 2012).

O pensamento ecológico dos afrodescendentes é costumeiramente desprezado pelos pensamentos hegemônicos que atribuem a destruição ecológica a características culturais destes povos, onde apenas aqueles que possuem cultura europeia possuem os atributos necessários para legislar em causas ambientais (Gomes, 2009). Diante disso, constroem-se práticas do Racismo Ambiental, escondendo as reais razões para a destruição ambiental dos biomas e ecossistemas. Pelas plantas terem dimensões simbólicas diferentes dentro do panteão cultural afrodiaspórico, as visões de natureza fogem do escopo cartesiano moderno e traduzem visões ecológicas plurais que auxiliam na preservação das florestas, por isso os ataques contra territórios indígenas e quilombolas cobiçados pelo grande capital (Acsehrad, 2021; Sangat *et al.*, 2025).

Os ataques das atuais atividades econômicas capitalistas ao PETP continuam sendo alimentados pelas antigas visões coloniais, já que muitas comunidades atuais são camponesas com sangue africano em suas cores de pele e modos de vida. Estas formas de manejo agroecológico existentes na Mata Atlântica da região possuem uma cosmovisão e paradigmas culturais afrodiaspóricos que ajudam na conservação da diversidade ecológica e cultural local (Stewart, 2005; Gomes, 2009; Shiratori, 2022; Sangat *et al.*, 2025). Estas cosmovisões africanas não separam elementos da natureza de suas sociedades e conseguem conviver melhor com o mundo e as paisagens que os cercam, ver o caso dos Hervanos e comunidades agrícolas das cercanias da UC.

Esta visão cultural ecológica mais sacralizada fez inclusive com que muitas plantas novas das matas brasileiras fossem incorporadas às matrizes ecológicas africanas, sendo ressignificadas dentro dos territórios negros construídos na Mata Atlântica. Gomes (2009) e Stewart (2005) mostram algumas destas espécies, como a embaúba (*Cecropia spp.*) (Figura 46), o gonçalinho (*Astronium spp.*) e a caninha de macaco (*Costus spp.*) utilizadas nas religiões de matriz africana, como o candomblé. Estas plantas nativas foram incorporadas a paisagens repletas de plantas africanas tanto das savanas, quanto das montanhas e florestas tropicais, havendo um intercâmbio biocultural entre os dois continentes (De Varnhagen, 1877; Carney, 2002; 2004; 2009).

Figura 46- Paisagem de Nova Friburgo pintada por Debret onde se nota a Embaúba no canto superior direito



Fonte: A Voz da Serra, 2015.

Segundo Carney (2011), destacam-se as seguintes espécies deste intercâmbio: o quiabo (*Hibiscus esculentus*), a melancia (*Citrillus vulgaris*), o milhete (*Pennisetum glaucum*), o gergelim (*Sesamum radiatum*), a pimenta malagueta (*Aframomum melegueta*), o feijão-guandu (*Cajanus cajan*), o café (*Coffea canephora*), o inhame-batata ou cará (*Dioscorea bulbifera*), inhame-amarelo da Guiné, cará-voador (*Dioscorea dumetorum*), o dendezeiro (*Elaeis guineensis*), o capim-Guiné (*Panicum maximum*), a mamona (*Ricinus communis*), a mandioca (*Manihot esculenta*).

Na região da Mata Atlântica de Tabuleiros Costeiros entre o Sul da Bahia e o Norte do Espírito Santo, por exemplo, Ferreira (2009) cita a existência da Cabula, uma prática religiosa afrodiáspórica que acontecia no meio das florestas e que apresentava uma integração simbólica com a natureza por parte dos povos negros outrora escravizados ou livres que se estabeleceram nesta região do bioma em uma floresta singular e com vários elementos florísticos que podem ser encontrados na Amazônia. Esta religião africana foi durante muito tempo um alívio para estas populações conseguirem manter sua sabedoria e cultura ancestrais em um ambiente ecológico agora mais africanizado em sua essência. Os terreiros de religiões de matriz africana existem em toda a região do atual PETP.

Desta forma, a grande maioria da população brasileira desconhece a origem das plantas que fazem parte das paisagens onde vivem. Muitas destas plantas e suas técnicas de cultivo foram domesticadas em África por povos como os Bantos (Gomes, 2009), que foram trazidos na migração forçada do período escravista para territórios que não conheciam, mas

que conseguiram sobreviver com sua cultura, mesmo nas brutais práticas da escravidão do habitar colonial português, ao estabelecerem alianças com os povos originários e também com as plantas nos territórios para onde foram levados (Shiratori, 2022). Estas relações históricas afrodiaspóricas ocorreram em todos os Sertões de Macacu, onde hoje se encontram as florestas que fazem parte do PETP.

Hoje, estes saberes ancestrais afrodiaspóricos estão ameaçados pelos novos e antigos agentes do capital que colocam em perigo os quilombos, inclusive aqueles junto ou dentro de unidades de conservação, assim como quintais e hortas nas cidades pela especulação imobiliária (Acevedo; Castro, 1998; Glave, 2005; Stewart, 2005; Gomes, 2009). As populações negras e suas visões de natureza integradoras continuam sendo privadas de políticas públicas adequadas e titulações de terras, ferozmente combatidas por setores agressivos da economia de olho em suas terras para acumular mais capital dentro das monoculturas coloniais. As visões ecológicas de comunidades negras do PETP, como os Hervanos, estão seriamente ameaçadas pela invisibilidade das políticas públicas e cobiça de terras da Mata Atlântica onde vivem. O uso do solo das formas africanas pode ser visualizado a seguir em dois exemplos de quintais (Figuras 47 e 48).

Figura 47- Práticas agroecológicas negras em quintal quilombola



Fonte: Gomes, 2009.

Figura 48- Casa de camponês negro na região de Macaé de Cima, Nova Friburgo



Fonte: Autoria própria, 2024.

Hoje, as regiões de Mata Atlântica do PETP são grandes expressões territoriais materializadas por relações com populações negras afrodiaspóricas há mais de 300 anos que vêm construindo relações de simbiose ecológico-cultural com as matas traduzidas na preservação de toda a sua imensa diversidade de animais, plantas, fungos, águas e geodiversidade, como um imenso complexo de montanhas e picos. É a biodiversidade construída com saberes ancestrais locais (Magdalena, 2022) em comunidades negras e camponesas que insistem em viver de forma menos destrutiva com o mundo biofísico, com formas de horticultura bem diferentes da monocultura colonial (Fiabani, 2012).

O que existe hoje nesta região e outras como o Vale do Ribeira, é uma verdadeira História Ambiental negra gestada há décadas por meio de modos de vida locais com sabedoria ancestral que pode ser uma pista importante do que os Quilombos e comunidades negras do passado fizeram ao se embrenharem na Mata Atlântica para viver do que a floresta oferecia, ou seja, refúgio, alimentação e um território agora organizado por práticas ecológicas negras, que ajudaram na conservação da natureza que ainda resiste nesta UC fluminense.

A criação de hortas em quintais, as roças de quilombolas e camponeses e outros espaços afrodiaspóricos são personificados como tentativas de ter seus alimentos favoritos da África dentro e após o final da escravização (Acevedo; Castro, 1998; Carney, 2002). Pode-se salientar que este tipo de ligação ao solo e à natureza é muito mais integrado dentro destes sistemas alimentares de cultivo africano do que os sistemas de cultivo europeus coloniais que

destroem o que foge aos monocultivos e homogeneização das paisagens. Estes sistemas alimentares africanos são importantes e essenciais ainda hoje para vários grupos sociais que tentam viver fora do mesmo sistema colonial de antigamente. A agricultura de municípios como Cachoeiras de Macacu, que sobrevivem da água e dos sistemas ecológicos do PETP, é essencial ainda hoje, para a alimentação da população do Estado do Rio de Janeiro e muito se deve a este conhecimento ecológico africano.

O sistema colonial agroalimentar criado pelos europeus após os chamados grandes descobrimentos não admite a diversidade porque reescreve as relações ecológicas de formas lineares e sem qualquer vínculo com a terra e seus habitantes. A cosmovisão ecológica africana faz interações e negocia novas formas de habitar a partir das espécies de plantas, animais e culturas sumariamente solapadas pelo habitar colonial (Shiratori, 2022), como o luso-brasileiro que até hoje arrasa os biomas e culturas do Brasil. Assim, o PETP é uma forma de resistência afrodiaspórica porque a Mata Atlântica desta região do Estado do Rio de Janeiro é também uma Mata Atlântica negra a partir da chegada dos escravizados no período colonial.

As florestas do atual PETP foram sendo africanizadas conforme as populações negras afrodiaspóricas chegaram para se relacionar com os diferentes ambientes da Mata Atlântica colonial, sistematizadas no quadro anteriormente construído no texto. Enquanto escravo, os diversos ecossistemas do bioma eram desconhecidos, assim como todo o contexto sociobiofísico colonial caracterizado pelas plantas, animais, geodiversidade e práticas culturais dos povos originários que habitavam os antigos Sertões de Macacu e o atual Recôncavo da Guanabara. Há de se pensar em dois territórios delimitados pelas características físicas do relevo e do clima: i) as florestas de baixada, manguezais e matas paludosas das planícies de grandes rios locais como o Macacu e o Guapiaçu e ii) as densas florestas e encostas existentes na grande barreira geomorfológica da Serra do Mar.

O primeiro território abarcava áreas mais planas dos municípios de Guapimirim e Cachoeiras de Macacu, onde havia ecossistemas de florestas bem diferentes dos existentes em cotas altimétricas mais acima. O segundo território, por outro lado, envolvia áreas mais altas dos atuais municípios de Teresópolis, Cachoeiras de Macacu, Nova Friburgo e Silva Jardim. A Mata Atlântica se transforma em uma floresta africanizada conforme as populações negras forem se integrando ao território através de suas condições sociais, enquanto escravizados, livres ou quilombolas. Suas visões ecológicas também mudam, já que as florestas vão sendo descortinadas pelas práticas e vivências negras sobre o território que viria a se tornar o futuro PETP.

Na Mata Atlântica colonial e pós-colonial, as populações afrodiaspóricas e seus descendentes agora cultuam seus ancestrais com espécies de plantas e animais nativas ou trazidas do continente africano, praticam seus cultivos agrícolas mediante novas técnicas enriquecidas pela influência ameríndia de povos locais como os puris e os coroados. Também criam territórios negros rebeldes nas matas quando se transformam em quilombolas que incomodam o sistema colonial vigente. E nas grandes fazendas, núcleos urbanos e atuais bairros, produzem outros territórios negros como as hortas nos quintais de casas e os terreiros de religiões de matriz africana. Toda esta inserção negra nas matas dos antigos Sertões de Macacu e na região do Recôncavo da Guanabara é a semente por onde germinará um campesinato negro que continua a africanização da Mata Atlântica até os dias atuais.

5.4 A construção de um campesinato negro na Mata Atlântica do PETP

5.4.1 As origens do campesinato negro na Mata Atlântica do PETP

A ocupação do bioma Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro se insere na inserção do Brasil em uma economia-mundo que fez com que antigas terras dominadas por florestas fossem incorporadas a práticas e atividades econômicas capitalistas, cujos efeitos são sentidos nas paisagens atuais do PETP. Estes efeitos dizem respeito à domesticação ecológica de plantas e animais nativos, assim como das populações negras exploradas até a exaustão para que fosse construído um sistema colonial contrário a toda diversidade ecológica e cultural que existisse nestes territórios. É um pequeno capítulo do Capitaloceno brasileiro, cujos idealizadores enfrentaram grande resistência que pode ser traduzida em campesinatos negros afrodiaspóricos.

A região onde hoje se localiza o PETP detinha exuberantes atrativos naturais e culturais em uma região de vasta Mata Atlântica que passou pelos processos mais destruidores da ocupação colonial da Era do Capital no Brasil, ou seja, a terra farta que não era entendida como propriedade privada pelos povos originários, as técnicas rudimentares e atrasadas utilizadas na apropriação do que poderia oferecer lucro, a mão-de-obra escrava e indígena e uma mentalidade colonial que entendia toda a natureza como algo que nunca iria terminar e que poderia ser explorada até a exaustão (Pádua, 2002). A retração e preservação das matas tropicais nesta parte da região serrana obedeceram a alguns fatores que contribuíram para o fortalecimento e inserção de culturas negras desde o advento da escravização de etnias africanas no Estado do Rio de Janeiro.

A) Relevo muito acidentado e inacessível para cultivos agrícolas

O bioma Mata Atlântica não é um bloco homogêneo em sua área de distribuição histórica e apresenta tipos específicos de vegetação que acompanham os gradientes altitudinais do relevo e as características climáticas. Estas escarpas e relevo muito acidentado permitiram que vastas extensões de florestas fossem preservadas mesmo no apogeu de cultivos agrícolas como do café e da cana-de-açúcar. Foram áreas onde se encontrava muita dificuldade para o estabelecimento de cultivos agrícolas e criação de pecuária. Estas áreas de difícil acesso ainda hoje ostentam fragmentos florestais mais preservados por conta da dificuldade de ocupação de áreas escarpadas e encostas muito íngremes.

As populações negras aquilombadas aproveitavam estas florestas isoladas para a criação de quilombos e insurreições frente ao regime colonial escravista, de acordo com o tipo de ecossistema que encontravam. Nas partes mais baixas da região histórica do atual PETP, os escravos se adaptavam aos ambientes de matas de baixada e aluviais que existiam na beira de rios como o Macacu e o Guapiaçu e nas partes mais altas, os escravos e aquilombados se inseriram em florestas densas em maior altitude em serras impenetráveis para construir possíveis quilombos, como os que existiram na região de Macaé de Cima (Figura 49), até hoje uma localidade isolada mesmo estando razoavelmente próxima do centro urbano de Nova Friburgo.

Figura 49- Florestas em alto grau de conservação na região de Macaé de Cima em local de difícil acesso



Fonte: Autoria própria, 2024.

B) Clima não propício ao cultivo de café

Apesar de o cultivo de café ter arrasado grande parte da Mata Atlântica que se

encontrava preservada nas áreas mais altas da região serrana do Estado do Rio de Janeiro, alguns lugares possuíam um clima tão frio que os produtores de café não conseguiam utilizar mesmo que tivessem que tentar bastante, como fizeram. Estas áreas que existem em localidades isoladas dos municípios de Teresópolis e Nova Friburgo se transformaram em barreiras contra o café. As matas ficaram preservadas durante o apogeu do café e permitiram refúgios para negros aquilombados durante quase todo o século XIX.

C) Decadência dos engenhos de cana-de-açúcar

As plantações de cana-de-açúcar e seus respectivos engenhos geralmente foram criados em áreas de florestas mais baixas que facilitavam o escoamento da produção nos principais rios e vias ao longo do Recôncavo da Guanabara. Durante muito tempo, este tipo de produção alimentou a capital do estado e foi responsável pela destruição das matas de baixada e manguezais da Baía de Guanabara. Quando o centro de produção de açúcar e derivados foi levado para outras regiões do estado, como as baixadas campistas, a floresta se regenerou e a pressão por matas de zonas mais altas baixou. Diante disso, havia vastas matas que foram refúgio para quilombos em toda a região da antiga Vila de Santo Antônio de Sá.

D) Dinâmica do comércio de madeira e lenha

A região em volta do Recôncavo da Guanabara, com suas baixadas, montanhas e ilhas, foi foco desde a ocupação colonial da retirada de espécies de árvores para comércio e utilização em vários setores econômicos desde a inserção do Brasil na economia-mundo colonial na Era do Capitaloceno. A primeira espécie madeireira foi extraída em larga escala foi o Pau-Brasil (*Paubrasilia echinata*), que logo desapareceu das regiões onde abundava, segundo o registro histórico. Todavia, havia outras espécies de árvores cobiçadas para diversos fins durante e após o período colonial, onde os antigos Sertões de Macacu eram um dos principais locais de abastecimento de madeira e lenha da capital e núcleos populacionais das cercanias (Cabral, 2007).

Havia a coleta seletiva de espécies como perobas e vinháticos que abasteciam determinados setores econômicos, mas ao mesmo tempo também ocorriam custos e dificuldades de transportes para o escoamento de toras devido ao pouco fluxo de águas dos rios locais já sofrendo efeitos dos impactos ecológicos dos engenhos de açúcar e dos cafeeiros. Segundo Cabral (2014), um outro fator relativo ao comércio de madeira na Bacia do Rio Macacu e adjacências tinha relação com a crença de que as matas do Rio de Janeiro

eram menos ricas em espécies do que outras regiões do país, grandes produtoras de madeira.

Além disso, as espécies de madeiras nobres da Mata Atlântica possuem uma distribuição espacial diferente das espécies do hemisfério norte porque estas árvores ocorrem nas matas em baixas densidades e os espécimes se localizam distantes um do outro dentro do bioma. Todos estes fatores dificultavam o comércio de madeira e ajudavam na preservação de grandes regiões de Mata Atlântica, o que igualmente auxiliava populações aquilombados, povos indígenas e indivíduos que viviam segundo regras diferentes das propostas por autoridades coloniais.

E) População pequena e mudanças nos padrões de consumo de energia

A população que habitava o Recôncavo da Guanabara era ainda pequena, o que diminuía a pressão e a demanda pelos recursos naturais da Mata Atlântica. Estes fatores ajudaram, de uma certa forma, na diminuição do desmatamento das florestas que conseguiram escapar das atividades econômicas existentes até então, como as atividades agropecuárias. No século XIX, houve um aumento dos produtos da floresta por causa da chegada da família real e seus desdobramentos. Já no final do século XIX, a paulatina substituição da energia convertida pelo consumo de lenha foi sendo preterida pela energia a gás, o que diminuiu mais ainda a demanda e a pressão pelos produtos da Mata Atlântica. Isso contribuiu para a preservação das matas mais isoladas e para a regeneração natural de florestas em locais que foram abandonados ou que se tornaram estagnados pela diminuição dos lucros.

F) Áreas proibidas durante o período aurífero pela escassez das madeiras-de-lei e contra atividades de banditismo

Os Sertões de Macacu foram, durante muito tempo, uma enorme área de florestas que cobriam toda a região serrana que ia de Cachoeiras de Macacu até parte do noroeste fluminense junto aos limites da zona da mata de Minas Gerais. Esta grande área de selvas tropicais foi protegida pelas autoridades coloniais contra a prática do banditismo contra as propriedades privadas e ao escoamento de minerais preciosos que vinham das Minas Gerais. O fora-da-lei conhecido pela alcunha mão-de-luva agiu por toda esta região até ser capturado e banido para fora do território colonial.

Este enorme bloco de florestas só começou a ser destruído após a chegada do café a partir do século XIX e, durante muito tempo, foi local de refúgio dos últimos povos indígenas e de quilombolas que praticavam pilhagens para sobreviver no período colonial escravocrata. Esta área era desconhecida pelas autoridades coloniais, o que facilitava a preservação da Mata

Atlântica mesmo estando muito próxima do grande centro urbano da cidade do Rio de Janeiro. Aqui, contrabandistas de ouro, escravos aquilombados e índios nativos encontravam meios para sobreviver dentro da sociedade colonial e pós-colonial.

Também vale ressaltar que estas áreas eram uma espécie de reserva de madeiras-de-lei que começavam a escassear pelo uso excessivo, como ocorreu com o Pau-Brasil nos séculos iniciais de ocupação do Brasil. Havia ainda estoques madeireiros de espécies de grande valor econômico protegidas dentro destas áreas proibidas até o desbravamento e ocupação dos Sertões de Macacu. Estes fatores contribuem para a manutenção de um enorme bloco de Mata Atlântica que foi sendo incorporado à cultura africana trazida pelos escravos, seja como trabalhadores de engenhos e fazendas, seja como fugitivos nas matas como quilombolas.

G) Diferentes tipos de colonização, grupos sociais e questões culturais das regiões do atual PETP

Os diferentes tipos de clima e vegetação da Mata Atlântica nesta parte da região serrana do Estado do Rio de Janeiro incorrem em diferentes formas de colonização e povos que vinham ocupar e desbravar estas florestas. Já foi descrito que muitos povos indígenas viviam mais próximos ao litoral e adentravam os sertões para atividades mais esporádicas como caça, pesca ou lutas interétnicas que faziam com outros grupos indígenas mais interiorizados. Estas práticas culturais faziam com que estas florestas tivessem composições florísticas ou estratos vegetativos diferentes das matas mais litorâneas. Os povos indígenas alteravam pouco as matas de maior altitude.

Após a chegada dos portugueses e criação de setores econômicos ligados à madeira e depois ao cultivo de cana-de-açúcar, a Mata Atlântica foi sendo ocupada e perdendo seus antigos domínios ecológicos e históricos, principalmente nas zonas mais baixas do Recôncavo da Guanabara. Dentro dos engenhos que existiam nesta região do estado, já havia ampla utilização de escravos africanos que começaram a interagir com o bioma Mata Atlântica e a iniciar uma pequena africanização destas matas. Até este momento, as matas e manguezais já perdiam muito de sua área original e diminuía-se os possíveis refúgios para escravos aquilombados que fugissem para estas matas e capoeiras já alteradas.

No entanto, as florestas de maiores altitudes continuavam a ser uma grande barreira florestal que se constituía como um amplo refúgio para os quilombos e insurreições negras que tentavam se inserir na economia colonial e que começaram a ser desbravadas em maior escala após a extinção da proteção das áreas proibidas e do cultivo do café. Após a chegada

do café, houve uma intensificação da chegada de africanos e estímulos à reprodução negra nas fazendas que aumentaram a influência negra na região histórica do PETP.

Por outro lado, já nas partes mais altas da região serrana que possuía climas mais frios, foi estimulado pelas autoridades coloniais e brasileiras a chegada de imigrantes europeus de outras nacionalidades que interagiram de outras formas culturais com a Mata Atlântica e entravam em conflitos com escravos aquilombados e povos indígenas que se interiorizavam cada vez mais nas matas restantes após sua expulsão e eliminação dos territórios à beira-mar. Assim, os conflitos existentes entre quilombolas, povos indígenas e colonos europeus recém-chegados à estas regiões retardavam a ocupação das florestas durante certo tempo, o que facilitava o estabelecimento de grupos de negros aquilombados em regiões que depois foram ocupadas e transformadas em fazendas de café. Estes diferentes grupos sociais e etnias tinham práticas culturais diversas com a Mata Atlântica que ora facilitavam, ora poderiam dificultar a destruição das matas.

Estes conflitos de interesses ao longo do tempo ajudaram na proteção da Mata Atlântica que hoje compõe o PETP, mas com efeitos diferentes nas paisagens, porque nas áreas mais baixas a floresta desapareceu praticamente e agora consegue se regenerar por conta de outros fatores como a legislação ambiental e as mudanças de visões de mundo para práticas mais ecológicas e menos nocivas, enquanto as áreas mais altas de maior dificuldade de acesso continuam a ostentar os pedaços de matas mais preservados, como na região de Macaé de Cima ou nos limites entre Cachoeiras de Macacu e Silva Jardim.

H) Regeneração natural da Mata Atlântica e introdução de maneiras de cultivo ecológicas diferentes do modo de cultivo colonial

O bioma Mata Atlântica possui uma capacidade de regeneração natural muito grande se comparado a outros biomas do país, como o Cerrado. Esta capacidade das espécies de biomas tropicais ocuparem antigas áreas deterioradas em tempo razoavelmente pequeno, desde que cessadas ou diminuídas as forças econômicas que o destruíram. Um exemplo de sucesso é a Floresta da Tijuca, já descrita neste trabalho, onde houve o regresso de matas em áreas sumariamente depauperadas pelo cultivo do café e comércio de madeira. Vastas áreas do Recôncavo da Guanabara tiveram sua vegetação inicial alterada nos séculos iniciais de ocupação colonial do Brasil, mas que voltaram devido à estagnação econômica e pouca valorização de terras ao longo do tempo histórico. Isso contribuiu para a manutenção e proteção de remanescentes de Mata Atlântica pouco alterados com a criação de capoeiras que

serviam como estoques de lenha para aquelas atividades que necessitavam deste produto natural das matas.

Além do mais, estas florestas secundárias com espécies de crescimento rápido logo ajudavam na criação de corredores de matas que ajudavam no refúgio de aquilombados e que hoje são importantes agentes de ligação de áreas de florestas esparsas que agora asseguram a manutenção dos processos ecológicos naturais. Esta força natural do bioma Mata Atlântica foi enriquecida com espécies novas trazidas pelos escravos e pelas culturas ecológicas africanas que possuem ligações com o mundo natural bem menos destrutivas do que o modo de vida colonial europeu da Era do Capital que substitui a diversidade ecológica e cultural pela monodiversidade. Também os próprios quilombolas se transformaram em uma nova força ecológica das matas que preocupava as autoridades coloniais e retardava o ímpeto colonial de ocupação da Mata Atlântica.

A construção de campesinatos negros no Rio de Janeiro ocorreu em várias regiões para onde os africanos foram levados durante o tráfico negreiro no período colonial. Estes campesinatos eram complexos, justamente por possuírem ligações econômicas dentro do próprio ambiente escravista em redes de interação. Também não eram apenas os aquilombados que faziam parte destas redes, mas também escravos libertos, escravos forros, pequenos lavradores e outros grupos sociais que existiam durante estes períodos coloniais e pós-coloniais (Gomes, 1993; 1996). Pesquisadores e estudiosos destes temas lutam pela afirmação destas populações negras como sujeitos de direito legítimos que ocupam terras ainda não incorporadas ao capital (Zagatto, 2019), já que os hoje chamados quilombos possuem particularidades singulares no tempo e no espaço. Gomes (1996, p.45) assim fala a respeito:

Os quilombos, que aqui analisaremos, de maneira nenhuma ficaram simplesmente à margem do sistema escravista. Pelo contrário, criaram e recriaram um mundo novo e original dentro dos vários mundos da escravidão. Desta forma, os mundos dos quilombolas acabaram por modificar e reestruturar profunda e paulatinamente os mundos dos que permaneciam escravos.

As trocas comerciais que as populações negras faziam se configuravam em verdadeiros territórios afrodiaspóricos dentro do espaço colonial e assim construíram campesinatos negros. De uma certa forma, os escravos conseguiram sobreviver ao brutal sistema econômico colonial construindo culturas híbridas (Acevedo; Castro, 1998; Carney, 2002). São sistemas ecológicos que ainda existem nos atuais territórios negros em países como o Brasil, em comunidades quilombolas que vivem principalmente nas áreas rurais, embora haja inúmeros quilombos urbanos ou nas franjas urbanas. No entanto, vale ressaltar as

especificidades de cada quilombo, onde poderiam estar muito próximos dos centros urbanos, nas matas das grandes fazendas ou refugiados em ambientes inóspitos dentro das grandes florestas ermas ainda não colonizadas.

O surgimento de populações camponesas nos territórios colonizados, como o Rio de Janeiro, é um debate complexo, mas a região do PETP teve no passado e ainda possui populações camponesas com forte influência afrodiaspórica. Entre os séculos XVIII e XIX, as atividades camponesas como descritas por Cardoso (1987), estiveram representadas nestas localidades do Recôncavo da Guanabara. Havia atividades camponesas, por parte dos escravos aquilombados e nas brechas camponesas das fazendas, que permitiram, após a abolição, uma expansão destes campesinatos negros em busca de terras devolutas. Todavia, as dificuldades impostas pelas leis brasileiras impediram que houvesse mais propriedades de camponeses (Cardoso, 1982; Acevedo; Castro, 1998), o que ocorreu na área do PETP.

O Vale do Rio Macacu, coração dos antigos Sertões de Macacu, tem sido ocupado por numerosos povos e etnias ao longo do tempo histórico. Os 40 sítios arqueológicos já identificados na região do PETP atestam a enorme diversidade cultural que existe na Mata Atlântica (Pedro, 2017) e foi enriquecida com as etnias africanas trazidas a ferro e fogo para trabalharem na economia colonial, assim como os imigrantes europeus que ocuparam estas terras a partir do século XVII. Esta influência africana corroborou para que territórios negros afrodiaspóricos fossem criados na região e que hoje vivem nas populações camponesas que ainda existem em várias localidades.

O Recôncavo da Guanabara foi ocupado por sua proximidade com a capital do estado, onde antes foi fundado o primeiro sítio histórico que serviu de embrião para a futura metrópole. Suas águas, florestas e povos estavam integrados em uma complexa rede que abrigava uma economia colonial ligada a atividades econômicas como a produção de açúcar em numerosos engenhos, o cultivo de café em fazendas e a própria retirada de produtos da fauna e flora da Mata Atlântica como a lenha dos manguezais, as madeiras-de-lei, a caça de animais e a pesca de peixes que viviam nos rios e na própria Baía (Castro; 2002; Soffiati Netto, 2006; Cardoso, 2024). Esta rede de relações, após a chegada das populações negras, foi denominada por Gomes (1995; 1996) como Campos Negros que funcionavam como verdadeiras Hidras, porque quando se destruía uma parte desta rede, logo surgia outra.

Dentro desta economia colonial, em princípio, os povos indígenas locais foram os primeiros a serem utilizados para trabalhar nos engenhos de cana-de-açúcar e outras atividades econômicas. Depois do desaparecimento destas etnias para áreas ainda não ocupadas dos Sertões de Macacu, era necessário importar outros tipos de trabalhadores que

fossem mais resistentes e que, de preferência, não conhecessem esses territórios. Assim, numerosas etnias africanas foram trazidas para o Brasil, que foram essenciais para a economia escravista. O Estado do Rio de Janeiro recebeu enorme contingente de escravos em seus portos (Moreira, 2023), que foram levados para servirem de mão-de-obra forçada nas plantações agrícolas coloniais, como a própria cana-de-açúcar já descrita e o café.

Toda a área do Recôncavo, em mais de 300 anos, recebeu um contingente grande de escravos, atingindo o apogeu já no Brasil independente, quando as fazendas de café não existiriam sem a mão-de-obra africana ou de seus descendentes já nascidos em terras brasileiras. Kidder (2001, p. 167) na localidade chamada Engenho do Sampaio relata uma destas propriedades com utilização escrava:

Só muito recentemente tinha o engenho passado às mãos do então proprietário que nele empregava setenta e tantos escravos. O mesmo indivíduo possuía plantações muito mais extensas, a montante do Macacu, onde labutava muito maior número de escravos para os quais – também para sua família que lá residia – mantinha um capelão.

Este contingente populacional negro estava intrinsecamente ligado ao sistema agropecuário colonial, mas resistia de diversas maneiras para conseguir habitar uma terra que não conheciam, com animais e plantas estranhas para serem explorados até a exaustão pelos colonizadores portugueses. Para conseguirem sobreviver neste mundo colonial, precisaram criar uma outra cultura ecológica em territórios negros, como as hortas e quintais nas brechas do sistema a partir dos cultivos de plantas nativas encontradas e de outras trazidas de suas terras natais em África, além da criação de quilombos dentro da Mata Atlântica.

A região do Recôncavo da Guanabara e cercanias ostentou numerosos quilombos durante todo o período escravocrata. Kidder (2001, p. 159) percebeu uma amostra disso ao visitar o Vale do Rio Macacu certa vez: “As primeiras habitações que vimos foram dois mocambos, um à vista do outro, mas em margens diversas do rio”. Estas populações negras foram amalgamadas dentro de pequenas populações rurais que habitavam o recôncavo (Cabral, 2007) e ainda habitam hoje as zonas rurais dos municípios que abarcam o PETP.

Durante o período das experiências coloniais no Brasil, vastas áreas dos biomas e ecossistemas tiveram o trabalho escravo como vetor de mudanças nas paisagens onde anteriormente ocorriam luxuriosas florestas, como a Mata Atlântica. Esta ocupava quase completamente o Estado do Rio de Janeiro, onde hoje se localizam as terras do atual PETP. A ocupação deste território teve ampla utilização escrava e as bases étnicas e culturais da mão-de-obra negra ainda existem nos moradores do entorno, nas plantas e animais ou no patrimônio histórico construído na região dos antigos Sertões de Macacu.

As populações negras utilizadas nos engenhos de cana-de-açúcar e nas plantações de café tinham várias origens diferentes e imprimiram sua influência na Mata Atlântica local (Cabral, 2014). Vários pesquisadores, como Marretto (2014) e Gomes (1996), sustentam que as regiões do PETP têm etnias de origem africana, das quais as mais representativas foram os moçambicanos, os cabindas, os congoleses, os benguelas, os minas e os angolanos. Estas populações negras trabalhavam em variados tipos de atividades econômicas nas plantações coloniais.

I) Estratégias bioculturais na Mata Atlântica

Populações negras afrodiaspóricas se utilizavam de toda riqueza biocultural para sobreviver no espaço colonial escravista com algumas estratégias, como esconder plantas importantes para fins religiosos, alimentícios ou medicinais. Também evitavam incêndios em partes das florestas importantes para rituais sincréticos religiosos ou rotas comerciais que contribuem para o fortalecimento de quilombos, espaços que nunca estiveram apartados da economia colonial do Recôncavo da Guanabara e dos Sertões de Macacu. Assim, poderiam praticar pequenos cultivos agrícolas que faziam estas populações negras recriarem partes da África em outros sistemas ecológicos ou criarem algo novo, ou seja, paisagens culturais negras afro-brasileiras legítimas com importantes contribuições de outros povos, como os indígenas que já habitavam estas terras antes da diáspora africana.

5.4.2 A Mata Atlântica do PETP e a criação de territórios afrodiaspóricos

As populações negras africanas escravizadas construíram novos mundos decoloniais em todas as nações para onde foram levadas durante a ocupação colonial do continente americano. Enquanto gestores de paisagens africanizadas, replicaram nas américas, florestas culturais (Sangat *et al.*, 2025) que hoje são componentes essenciais dos mais diversos territórios, biomas e ecossistemas, como o foi na Mata Atlântica que hoje pertence ao PETP e seus ecossistemas associados.

Estes territórios negros afrodiaspóricos decoloniais por excelência foram criados pela etnobotânica negra, com papel muito importante das mulheres na cura de doenças, rituais de religiões de matriz africana e adaptações culinárias realizadas através do intercâmbio biocultural no mundo transatlântico forjado a ferro e fogo das florestas e do sangue africano e ameríndio. Quando estas populações negras criam e manejam paisagens desconhecidas (Watkins, 2018), utilizam-se da criatividade das etnias africanas para os mais diversos

territórios negros de resistência ao sistema colonial escravista.

O quilombo é o território negro mais combatido durante a Era do Capital no Brasil porque sua existência no mundo colonial é uma afronta por sua adaptação à natureza local, como o bioma Mata Atlântica e todos os seus ciclos naturais. Constroem novas moradias nas matas, cultivos agrícolas híbridos e o protótipo dos campesinatos que farão parte das paisagens do Brasil, como as lutas camponesas no Recôncavo da Guanabara em meados do século XX, que foram agudizadas e influenciadas pelos antigos campesinatos e quilombos do passado na região. O Quilombo é o manifesto da alteridade negra (Acevedo; Castro, 1998) de conquista da liberdade cultural, ecológica e política das populações negras afrodiáspóricas.

A construção de territórios negros afrodiáspóricos no Brasil foi uma constante durante e após o período da escravização. Os diferentes tipos de vegetação encontrados pelas populações negras na Mata Atlântica do Estado do Rio de Janeiro, como em outras partes do país, proporcionaram a criação de espaços negros que até hoje podem ser encontrados nas paisagens da região que engloba o PETP, como terreiros de religião de matriz africana, quintais de casas residenciais ou camponesas, agricultura em pequena escala de camponeses negros e pardos ou ainda topônimos que lembram antigas marcas realizadas por populações negras do passado. Todos estes sinais indicam que as florestas da região também são florestas culturais negras afrodiáspóricas e continuidade física e cultural dos antigos quilombos (Smith, 2023).

A Mata Atlântica do atual PETP foi refúgio e território quilombola desde o advento da antiga Vila de Santo Antônio de Sá, que hoje engloba municípios que vão de Magé, nos fundos da Baía de Guanabara, a Itaboraí, na outra vertente do Recôncavo da Guanabara. A construção de uma paisagem colonial repleta de influência negra nas regiões onde hoje se localiza esta unidade de conservação pode ser contada por alguns motivos decorrentes dos processos coloniais portugueses, mas um deles é a construção de uma paisagem lotada de gramíneas africanas que ajudaram no estabelecimento de atividades agropecuárias (Marques; Grelle, 2021) estranhas à natureza local dos povos indígenas e dos seres da Mata Atlântica.

Estas gramíneas, conhecidas popularmente como capins (Figura 50), são catalogadas em torno de 40 espécies (Dean, 1996) e abundam nas antigas áreas cobertas pela Mata Atlântica e foram utilizadas por populações negras que fugiam para as matas. Daqui em diante, o manejo de florestas no bioma teve substancial papel afrodiáspórico que permitiu o surgimento de florestas culturais, assim como a conservação de remanescentes florestais que posteriormente seriam considerados como essenciais para a ascensão futura das UCs brasileiras.

Figura 50- Gramíneas africanas junto a estrada na região de Estreito em Cachoeiras de Macacu com o PETP ao fundo



Fonte: Autoria própria, 2025.

Estas gramíneas africanas são registradas na região de estudo por naturalistas e viajantes que estiveram na atual região do PETP. Quando o naturalista alemão Bermeister esteve em Nova Friburgo e arredores no século XIX, descreveu o quanto estas plantas já faziam parte das paisagens que foram cobertas por florestas antes da chegada do café e outros cultivos agrícolas, além das atividades ligadas à pecuária. Suas anotações sobre o que via demonstram que os ambientes antropizados tomavam conta das cercanias do atual centro deste município, como diz (1980, p. 120): “Existe ainda uma outra, mais delicada, mas parecida com a primeira, cuja penugem branca das folhas é glutinosa, tendo por isso o nome de capim-gordura (*Melinis minutiflora*)”. A Mata Atlântica mais preservada, que se tornava refúgio dos negros aquilombados, existia nas partes mais altas das serras na época em que o naturalista esteve na região.

Neste contexto, as florestas foram esconderijos para revoltas e desobediência civil das populações negras. São geralmente espaços que ainda não foram incorporados a lógicas econômicas vigentes e que sofrem ainda hoje com a cobiça do capital. Na Europa medieval, as florestas eram territórios reais que eram utilizados para recreação dos nobres, embora fossem territórios de subsistência para os camponeses. Grupos de marginalizados, como os que seguiram Robin Hood nas florestas da Inglaterra (Schama, 1996), podem ser comparados a grupos de quilombolas que se refugiavam na Mata Atlântica e resistiam ao sistema colonial tentando destruir ou simplesmente apenas sobreviver dentro do habitat colonial (Ferdinand, 2022). A história dos quilombos e insurreições negras da Mata Atlântica é um capítulo

próprio de uma história cultural do bioma em terras brasileiras (Cabral, 2012).

A domesticação da Mata Atlântica pelos escravizados que trabalhavam nas plantations coloniais ou nos quilombos de resistência foi a forma que estas populações negras encontraram para habitar um mundo até então desconhecido, mas que possuía algumas similaridades diante de suas terras ancestrais, ver escravos barqueiros da Baía de Guanabara (Da Silva, 2023) e das redes fluviais do Recife (Neves, 2012) ou ainda aquilombados que viviam em densas florestas tropicais africanas. Estes africanos domesticam certas plantas que conheceram através dos povos nativos e também aclimatam espécies de plantas e animais que vinham pelo intercâmbio biocultural América/África (Carney, 2009). A partir daqui, conseguiram domesticar os espaços dos ecossistemas da Mata Atlântica e construir novas ecologias, agora africanizadas.

Estas populações negras, mesmo no horror colonial na Era do Capitaloceno destruidor de mundos, conseguiam manter suas memórias bioculturais de tempos em que havia cooperação e ajuda mútua entre povos africanos e dos próprios povos nativos que encontraram, porque não havia propriedade privada, um dos principais motivos para os genocídios e ecocídios que os europeus, como os portugueses, realizaram nestes territórios (Foster; Clark, 2006; Bonneuil; Fressoz, 2024). Ainda mais, porque estas zonas de extrema diversidade genética em espécies de plantas e animais estão sendo substituídas pela agricultura monocultora colonial (Foster, 1999; Murphy; Schroering, 2020).

Os novos elementos culturais representados pelos povos de origem africana trazidos à força para trabalharem no sistema colonial português começaram a construir uma natureza africana na própria Mata Atlântica. Os quilombos apresentavam um tipo de produção agrícola muito peculiar que escapava ao sistema de produção agrícola colonial (escravista com grandes propriedades). Estes quilombos do Recôncavo da Guanabara mantinham uma rede de comércio com uma miríade de atores sociais que pagavam por produtos da floresta (lenha, madeira, animais), pelo excedente da agricultura e utensílios criados pelos quilombolas, além da troca por outros produtos essenciais ao modo de vida nestes refúgios. Todo este contexto está ligado a regimes alimentares quilombolas que vêm sendo criados no Brasil desde a chegada dos escravizados (Guimarães, 1988).

Os quilombolas controlavam algumas regiões do Recôncavo em rios e manguezais, além de florestas onde cobravam por sua passagem. A partir destes territórios, conseguiram reproduzir um modo de vida diferente do colonial, apesar de nunca estarem apartados da economia do Brasil nestes tempos históricos nos campos negros. Estas redes eram complexas e palco de lutas entre agentes sociais diversos no período colonial. Kidder (2001) comenta que

muitos escravos trabalhavam como barqueiros e em outras atividades econômicas nos portos e desembocaduras de rios da Baía de Guanabara, como o Macacu.

Estas lutas negras afrodiaspóricas só não foram mais intensificadas na região do Recôncavo da Guanabara, como os grandes Quilombos de Minas Gerais ou o de Palmares na Serra da Barriga entre Alagoas e Pernambuco, por causa de fatores determinados pela natureza local, culturais ou econômicos. A dificuldade de acesso facilitava a fuga e o refúgio de escravos, mas em locais com grande desmatamento, esta vantagem terminava. Também o baixo número de escravos em regiões de grande extensão dificultava as interações entre os escravizados, assim como a criação de laços multiétnicos. Do mesmo modo, havia localidades em que externalidades positivas poderiam favorecer a compra de alforrias por alguns escravos que não lutavam assim pela quebra do sistema colonial em que estavam inseridos.

Durante a colonização de Nova Friburgo no século XIX, existiam alguns tipos de identidades culturais, como a caipira, que eram mais influenciadas pelos colonos de origem suíça e outros europeus, como visto na região de Macaé de Cima. Porém, a ocupação destes grupos sociais foi realizada às custas da expulsão de quilombolas que viviam neste local (Figura 51). Estas marcas de origem negra afrodiaspórica ainda insistem em existir na Mata Atlântica desta parte do PETP, como atestam topônimos conhecidos como quilombo. Tal região recebeu negros de quilombos que existiam nos municípios de Silva Jardim e Casimiro de Abreu, nas serras que permeiam hoje os limites destes municípios com Nova Friburgo e Cachoeiras de Macacu.

Figura 51- Mata Atlântica na região de Macaé de Cima, local histórico de quilombos no PETP



Fonte: Autoria própria, 2024.

A colonização suíça destas terras levou a conflitos agrários com as populações negras que viviam nas matas locais desde 1809 (Lima, 2013; Maretto, 2014). Os escravos aquilombados viviam da caça e pesca da Mata Atlântica, além de pequenos cultivos agrícolas próprios que aprenderam a partir de antigas brechas camponesas que os senhores permitiam que escravizados tivessem dentro das fazendas de café e engenhos de cana. O contato entre os colonos europeus e os quilombolas foi hostil, com a defesa do território negro realizada por armadilhas como estacas no chão da mata, arco e flecha que aprenderam com os povos indígenas e falsas trilhas na mata. Os colonos conseguiram expulsar os aquilombados para áreas mais afastadas e tomaram terras já com melhorias organizadas pelos aquilombados depois da doação das mesmas feita por Dom Pedro I.

Toda esta complexidade sócio-histórica-ecológica foi protótipo de um campesinato negro ainda nesta época, ocorrida também na região dos antigos Sertões de Macacu. Esta região ficou muito esvaziada na época das “Febres de Macacu”, e isso foi um fator muito importante para que colonos se estabelecessem nestas terras, como já descrito por antigos viajantes da região, como Von Tschudi (1953). Estes colonos possuíam sangue negro, pois várias localidades nas franjas do parque possuem terminologias africanas, com destaque para a região nordeste entre Nova Friburgo/Silva Jardim e a divisa entre Cachoeiras de Macacu/Nova Friburgo/Guapimirim em localidades como Canoas, quizanga e Matumbo.

5.4.3 Os quilombos e o Campesinato negro na Mata Atlântica do PETP

As mudanças nas paisagens do atual PETP vieram a partir de muitas atividades econômicas, mas a agricultura foi um dos principais motivos para o desflorestamento massivo da Mata Atlântica e a destruição dos povos locais que não se adequaram à incorporação destas terras ao capital. As populações negras trazidas pelo colonizador se tornaram outro importante fator de mudanças ambientais e ecológicas ao serem inseridas no PETP e organizarem o campesinato afrodiaspórico que pode ser visto ainda hoje nas variadas populações camponesas, como a comunidade dos Hervanos em Cachoeiras de Macacu.

A paisagem do Recôncavo da Guanabara já possuía certa cultura de cultivos de subsistência em vales de grandes rios locais, como o Macacu. Durante boa parte do século XIX, a região produziu alimentos que abasteciam a capital fluminense e arredores, como grandes cinturões de arroz, mandioca, feijão, milho e cana-de-açúcar que existiam nos fundos da Baía de Guanabara (Cardoso, 2009; Carney, 2009; Brito, 2018; Mesquita *et al.*, 2019). Todo este comércio local ligava-se a pequenos portos de rios (Moreira, 2023) que nascem nas

atuais áreas do PETP e foram utilizados por populações negras nas antigas zonas dos Sertões de Macacu. Cardoso (2009, p. 86) assim descreve a produção de gêneros alimentícios locais:

A Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu, ao longo do século XVIII, caracterizava-se por apresentar, em conjunto com poucas *plantations*, uma economia de mercado interno de gêneros variados, que englobava o cultivo de arroz, feijão, farinha, milho e fumo; a extração e comércio de madeiras, criação de aves, com comercialização de ovos, além da criação de porcos.

Este campesinato existente na região do Recôncavo da Guanabara formado por escravos, livres ou aquilombados, em geral também obtinha lucros através do comércio de madeira e lenha da Mata Atlântica. O excedente das pequenas produções agrícolas, a criação de animais e a troca por produtos necessários a uma vida dentro do sistema colonial português também utilizaram da imensa riqueza biológica das espécies madeireiras de valor comercial da região (Cabral, 2007; Cardoso, 2009; Da Silva, 2015), sendo outro vetor de alteração das matas locais. Cardoso (2009, p. 255) assim comenta a respeito desta atividade econômica:

Ainda quanto ao aspecto econômico, a extração de madeiras figurou como outra atividade de importância na região de Macacu, pela presença de grande diversidade de espécies vegetais utilizadas em obras civis, hidráulicas, além das destinadas à produção de combustíveis. A atividade madeireira de Macacu sofreu considerável aumento após a criação do Arsenal de Marinha, em 1763, mesmo ano da elevação do Rio a capital. Eram exploradas como gênero mercantil através de vários pequenos portos de particulares, sendo vendidas ou utilizadas em construções, fabricação de carvão, para produção de tábuas e outros derivados ou mesmo para consumo direto como a lenha, necessária para a produção de açúcar, aguardente, farinha de mandioca e cocção de alimentos.

A dinâmica territorial local foi mudando com a fragmentação da antiga Vila de Santo Antônio de Sá, que trouxe intensa mobilidade populacional para terras que estivessem livres dos problemas ambientais locais, como as áreas de brejos, que facilitaram vetores de doenças por mosquitos e a estagnação de fazendas, por conta da fuga do café para outras áreas de Mata Atlântica para o seu cultivo (Brito, 2018). Dentro deste contexto, surgem posseiros de variadas origens étnicas que começam a trabalhar as terras e que mais tarde entram em confronto com grileiros que cobiçam as terras nesta região do recôncavo, quando estas se tornam novamente mais valorizadas.

A Mata Atlântica foi um local de descanso, luta e abastecimento para os escravos que insistiam em viver fora do imposto pelos limites da estrutura social colonial. Então, as serras locais foram refúgio para negros aquilombados que procuraram existir com sua cultura dentro destas matas e sendo influenciados por hábitos culturais do próprio colonizador ou pelos antigos habitantes indígenas. Os escravos deixaram suas marcas nas paisagens, seja através das plantas e animais que trouxeram, seja através das técnicas de cultivo e vivências de florestas e mangues que habitavam no continente africano.

Muitos cativos iniciaram processos de resistência frente ao habitar colonial português nesta região do Estado do Rio de Janeiro ao fugirem e criarem quilombos em muitas localidades onde hoje existem as florestas do PETP. Esta tradição quilombola perdurou durante muito tempo na região dos Sertões de Macacu e pode ser contada a partir da história de grandes quilombos do passado no Recôncavo da Guanabara, como o Quilombo do Suruí, nas imediações da Vila Antônio de Sá (Costa, 2013), e os quilombos da região das cabeceiras do Rio Macaé.

A região dos Sertões de Macacu, tal qual outras do estado, esteve repleta destes quilombos em territórios que iam das florestas serranas até as zonas de baixada dos brejos e manguezais. As autoridades coloniais tiveram grandes problemas para reprimir estes centros de resistência negra. Muitos quilombos estavam inseridos na economia colonial como regiões produtoras de alimentos que abasteciam os mercados locais. Gomes (1996) diz também que estratégias de interiorização quilombola eram freadas pela existência em alguns sertões de grupos indígenas hostis que ainda dominavam estas terras ancestrais e também por tropas do estado português.

Os esforços coloniais para o combate aos quilombos eram muito grandes pela complexidade da questão e quantidade de ambientes que eram propícios aos seus esconderijos, sem contar no acobertamento de autoridades e moradores da colônia frente ao comércio que tinham com os quilombolas (Gomes, 1996; Costa, 2013). Estas comunidades quilombolas, assim como seus descendentes, deram origem às atuais comunidades negras afrodiáspóricas que existem amalgamadas dentro de populações camponesas do PETP ou que tiveram seu reconhecimento histórico às terras que vivem mesmo em UCs como o Parque Estadual da Pedra Branca (Fernandez, 2020).

Segundo Fernandez (2020), as regiões deste parque onde estão as comunidades quilombolas estão entre as mais preservadas desta UC por causa de seus modos de vida frente à floresta. As áreas protegidas podem ser vistas como produtos culturais onde as interações entre comunidades locais e a natureza existem sobre lógicas socioecológicas distintas das produzidas nas cidades de seu entorno, mas que ao mesmo tempo interagem com este meio urbano. Neste exemplo, as populações de antigos escravizados deixaram marcas nas florestas, como os nomes dos lugares onde vivem, ruínas e vestígios de antigas carvoarias que podem ser encontradas em todo o território deste parque.

A Mata Atlântica das áreas protegidas foi transformada em florestas culturais (Balée; Erickson, 2006; Alves; Prazeres, 2013; Sangat *et al.*, 2025) pelas antigas interações entre o bioma e os povos que vêm interagindo com estas florestas há muito tempo. Assim, pode-se

afirmar que o PETP também é um território biocultural africanizado desde a chegada das populações negras à região entre os séculos XVII e XIX, que são ainda hoje parte essencial das paisagens da região serrana do Estado do Rio de Janeiro.

As populações negras escravizadas construíram um novo mundo repleto de diversidade dentro de um sistema alimentar complexo que envolvia uma integração entre cultura africana e ameríndia. Criavam uma segurança alimentar que os colonizadores não conseguiriam sem esta providencial ajuda dos povos que exploravam para alimentar um sistema colonial que eliminava grupos étnicos inteiros e a própria natureza onde viviam estas pessoas, seja em África, seja na Mata Atlântica Fluminense que existia ao redor da Baía de Guanabara. Assim, corpo e mente negras eram apropriados pelos colonialistas europeus (Carney, 2009).

Os quilombos assombravam as autoridades coloniais onde quer que existissem e esse medo colocava estas autoridades em alerta máximo, principalmente depois da eclosão da Revolução Haitiana no Caribe e na Revolta dos Malês, debelada em Salvador, no ano de 1835 (Marretto, 2014). Esta autora, no seu texto abaixo, mostra o medo que estas revoltas faziam na região do atual município de Nova Friburgo, cuja área abarca um expressivo território do PETP (Marretto, 2014, p. 121):

A historiografia já consagrou o ano de 1835 como um marco nas revoltas escravas do Brasil Imperial e ponto a partir do qual se irradiou certo temor em relação às revoltas escravas. A data é significativa por conta das ações dos escravos malês da Bahia, que organizaram a maior revolta de escravos do império. O levante foi liderado por escravos muçulmanos, mas composto por outros africanos, crioulos e forros que tinham o objetivo de tomar a cidade de Salvador. A revolução haitiana no final do século XVIII, somada à revolta dos malês, ocorrida em janeiro de 1835, deflagraram o medo ao entorno de uma revolta geral de escravos e da união entre escravos, livres de cor e libertos. Esse medo, já latente, foi crescendo ao longo do ano.

Normalmente, os locais mais utilizados pelos escravizados e aquilombados eram regiões mais ermas e afastadas dentro das matas, mas existiram os quilombos que estavam inseridos em territórios até mesmo dentro das fazendas ou matas próximas aos grandes centros e vilas urbanas antigas. Um exemplo são os descendentes atuais de escravizados no quilombo chamado Cafundá-Astrogilda (Figura 52) no Parque Estadual da Pedra Branca, cujas origens são de lugares bem inacessíveis nas serras da região (Cáceres, 2020).

Figura 52-Entrada do Quilombo Cafundá-Astrogilda no Parque Estadual da Pedra Branca



Fonte: Migliani, 2024.

Como os antigos escravizados conseguiam viver em quilombos dentro das florestas? Uma alternativa óbvia diz respeito a práticas de caça de animais que trouxeram de seus ambientes na África e adaptaram aos animais do Brasil, mas também do que aprenderam na convivência com os colonizadores lusitanos e dos grupos indígenas que conviviam com estes animais há séculos dentro da Mata Atlântica. A caça fez os africanos interagirem com culturas muito diferentes das que traziam de seus locais de origem, transitando entre cultura e natureza continuamente (Queiroz, 2006; Berck; Fernandez; Oliveira, 2020).

As práticas de caça possuem regras e simbologias próprias contidas na cultura, como tabus e preceitos religiosos que podem ser vistos em práticas e liturgias das religiões de matriz africana que ocorrem muitas vezes dentro de ambientes florestais, como a Mata Atlântica. Há um certo respeito pelas espécies porque mitos e personalidades religiosas (Figura 53) estão muitas vezes dentro de espaços naturais, sendo necessário agir nas matas como ambientes sagrados (Berck; Fernandez; Oliveira, 2020). Assim, estes escravos aquilombados formaram novos grupos de resistência africana que atribuíam à natureza local uma outra matriz cultural a partir de novos vínculos e interações com terras até então desconhecidas (Alves; Prazeres, 2013; Shiratori, 2022).

Figura 53- Deuses da mitologia africana que foram associados à Mata Atlântica, como a da região do PETP



Fonte: Lima, 2022.

A caça foi uma destas utilizadas pelos africanos (Guimarães, 1988) que também contribuiu para mudanças nas paisagens que ocorreram na Mata Atlântica, onde atividades de caça muito intensas poderiam destruir populações inteiras de espécies-chave dentro das florestas. Pode-se pensar que as atividades de caça realizadas pelos escravos e aquilombados tiveram baixo impacto sobre as espécies caçadas, já que ainda havia grandes extensões de Mata Atlântica na região do PETP na época. Porém, o aumento populacional e as atividades econômicas, como o café, destruíram as matas e as espécies com grande pressão de caça. Berck, Fernandez e Oliveira (2020, p. 194) assim dizem sobre esta atividade cultural:

A caça é um ponto significativo na transformação da paisagem florestal. Historicamente, os animais representam uma fonte de medicamentos, proteínas e matérias-primas para as populações tradicionais e antes delas, para as culturas indígenas. Porém, algumas espécies de animais têm sofrido com o excesso de caça, resultando em extinção local ou permanente.

O continente africano, com milhares de espécies de animais de grande porte, que conseguiram sobreviver desde o pleistoceno, possuía relações mais harmoniosas com o mundo natural não-humano, tal qual os indígenas do Brasil (Lima; Silva, 2014). Estes africanos que foram trazidos a ferro e fogo para as matas do Estado do Rio de Janeiro estabelecem diversas relações complexas com a natureza devido à sua imensa diversidade cultural. Há uma certa sacralidade frente ao mundo natural não-humano com as religiões de

matriz africana e características como o respeito aos mais velhos e sábios (Carney, 2009; Lima; Silva, 2014). São visões radicalmente diferentes das europeias, sendo transmitidas por meio de atividades e práticas culturais em suas relações com a natureza (Andrade; Santos; Santos, 2018), sendo um dos motivos para a preservação da Mata Atlântica do PETP.

Nem todos os espaços das terras da Mata Atlântica fluminense foram colonizados pelas práticas econômicas capitalistas. Várias localidades em volta do PETP apresentam modelos de produção de alimentos diferentes da grande agricultura de *plantation* colonial (Cardoso, 2009) que abastece hoje o mercado regional e alimenta milhares de pessoas na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, a mais populosa desta entidade federativa. Estes ambientes relegados a áreas de difícil acesso ou não valorizadas pelos donos de terras se transformavam em ‘Florestas Alimentares’ (Carney, 2021) que foram construídas pelos quilombolas na Mata Atlântica entre Macaé de Cima e as zonas rurais mais afastadas desta UC.

Todos estes espaços de cultivo e criação de animais nas franjas das plantações em larga escala se traduziam em sistemas agroecológicos de matriz africana ou de qualquer outra cultura ancestral, como soberania alimentar camponesa ou espaços de resistência exemplificados nos antigos quilombos da região. Para a existência destas paisagens coloniais, houve verdadeiro intercâmbio biocultural de sementes e plantas entre os continentes nas regiões de culturas tropicais. Estas culturas florestais africanizadas estão em risco de desaparecimento por conta do avanço da acumulação ilimitada da Era do Capitaloceno. Também podem ser considerados modos de vivência singulares e subalternos descritos dentro da ideia do Plantationceno colonial (Murphy; Schroering, 2020; Carney, 2021; De Souza Júnior, 2023).

Segundo Carney (2021), os espaços alimentares produzidos no novo mundo em contraposição ao sistema monocultor escravista das *plantations* se tornaram refúgios bioculturais. Estes refúgios bioculturais são laboratórios vivos de grande riqueza cultural e ecológica que ainda podem ser vistos na Mata Atlântica do PETP. São enclaves de resistência camponesa de origem negra que barram possíveis ameaças de expansão capitalista por terras cobiçadas pelo capital encontradas em matrizes paisagísticas de alta diversidade biológica e cultural.

Estes espaços alimentares praticados nos territórios negros afrodiáspóricos eram basicamente compostos de cultivos de leguminosas como o feijão, o milho e a mandioca para produção de farinha (Figura 54). Suas dietas eram complementadas pelas trocas comerciais que faziam com outros atores do sistema escravista, como comerciantes locais, pequenos

lavradores, escravos das fazendas próximas, dentre outros, assim como a caça e a pesca das florestas e pântanos onde viviam. A antiga Vila de Santo Antônio de Sá, como parte integrante do complexo sistema de redes comerciais da Baía de Guanabara, foi uma região com grande atuação de aquilombados pela quantidade de quilombos que existiam nos arredores da cidade do Rio de Janeiro.

Figura 54- Antiga casa de farinha de mandioca na localidade de Matumbo, junto ao PETP



Fonte: Mesquita *et al.*, 2019.

A província do Rio de Janeiro teve esse sistema de roças com cultivos agrícolas que variaram segundo as regiões onde tinha algum grupo quilombola. As áreas mais afastadas e ainda cobertas pela Mata Atlântica foram uma parte dos refúgios negros ao redor do Recôncavo da Guanabara, mas os ataques furtivos e desvios de mercadorias também oferecem um vislumbre da economia colonial dos negros aquilombados, que assim foram construindo um campesinato na região do atual PETP, pois algumas áreas ainda possuem uma cultura agrícola de pequena escala, como na região do Vale do Rio Guapiaçu.

Estes campesinatos eram complexos e abarcavam também outros grupos sociais em uma enorme teia de relações chamada campo negro por Gomes (1993; 1996), pois ao mesmo tempo que os aquilombados conseguiam produzir pequenos gêneros alimentícios em localidades dentro e nas cercanias das matas, faziam comércio com toda a trama de atores sociais que existia ao redor da Baía de Guanabara na época. Nas adjacências do atual PETP, as práticas camponesas existem principalmente na região rural do distrito de Subaio, em Cachoeiras de Macacu. As comunidades camponesas atuais vivem com muitos traços culturais das comunidades quilombolas do passado e do trabalho das populações negras que

ajudaram a construir o atual mosaico de usos e territórios culturais desta UC. Inclusive, houve muita influência camponesa protagonizada também por escravos livres e forros que trabalhavam inclusive nos cultivos agrícolas da mandioca (Watkins, 2018), forte até hoje na região deste estudo.

Estes territórios negros ainda possuem suas especificidades até hoje, como nos quase 50 já certificados pela Fundação Palmares no Estado do Rio de Janeiro. Em muitos momentos do século XIX, não havia como diferenciar quilombos e territórios camponeses porque ambos já possuíam uma lógica similar por conta da já citada rede de relações econômicas, políticas, sociais e ecológicas dentro da economia colonial e pós-colonial. Alguns fatores e elucubrações podem ser discutidos no que tange ao modo de vida dos antigos quilombolas. A liberdade desses insurgentes dependia de inúmeros fatores, mas um dos principais seria o relacionado à capacidade de criar meios de subsistência dentro dos ambientes florestais (Carney, 2009; Sangat *et al.*, 2025) que encontrassem nas matas do Recôncavo da Guanabara, onde hoje o PETP se encontra. Estas atividades culturais próprias foram arma existencial dentro do habitar colonial português no Rio de Janeiro antigo, à medida que os povos nativos foram desaparecendo com o avanço das atividades capitalistas na região.

O surgimento de quintais e terreiros de religiões de matriz africana também foi muito importante para a consolidação dos campesinatos negros afrodiaspóricos na região do PETP, porque estas matrizes religiosas estabelecem relações e conexões ecológicas mais próximas dos ambientes naturais. Os pequenos cultivos agrícolas nas fazendas e a coleta de plantas para uso medicinal e religioso proporcionaram uma reafirmação cultural negra mesmo em um sistema econômico produtivo racista. Assim, conseguiram manter uma cultura afrodiaspórica africana e agora brasileira, cada vez mais rica dentro de um sistema ecológico-cultural na Mata Atlântica. Estas hortas e quintais são espaços africanos em sua essência (Cardoso, 1987; Acevedo; Castro, 1998), porque estes jardins de provisão são a cultura afro-americana construída pelos intercâmbios bioculturais da escravização. É autêntica construção de histórias ambientais negras afrodiaspóricas.

Isso pode ser notado também no cultivo de arroz nas áreas mais alagadas do PETP no passado, onde os escravizados puderam mostrar todo o seu aparato técnico de cultivo e conhecimento ecológico que praticavam em suas terras natais às franjas das áreas alagadas das florestas tropicais e manguezais da costa ocidental africana. Carney (2002) cita que esse sistema foi perfeitamente emulado no sul dos Estados Unidos, em estados como a Carolina do Sul, e que foi de suma importância para a colonização desta região. Esse conhecimento

africano foi incorporado pelos colonizadores, mas jamais foi admitida sua importância dentro do apagamento histórico da influência escrava no período da escravização.

Este apagamento é terrível ainda em dias atuais, porque o sistema colonial escravocrata foi alimentado de cultura africana em espécies de plantas e técnicas de cultivo que ajudaram a construir as paisagens da Mata Atlântica em toda a região noroeste do Recôncavo da Guanabara, onde hoje se localiza o PETP, já em terras dos antigos Sertões de Macacu. Nesta UC e nos inúmeros fragmentos de floresta das cercanias, a influência africana foi essencial para a construção da cultura local e do manejo ecológico de florestas que hoje poderiam estar destruídas para sempre. Estas assinaturas étnicas africanas são parte incontestada das atuais paisagens da Mata Atlântica na região serrana do Rio de Janeiro.

A Mata Atlântica da região do PETP foi refúgio da cultura e ancestralidade africana quando existiram quilombos e pequenos sistemas ecológicos de cultivos nas fazendas escravocratas. Hoje, a diminuição das florestas é o perigo para o desaparecimento de culturas ecológicas africanas que existem em todo o patrimônio ecológico e cultural das UCs do Estado do Rio de Janeiro. Não se pode permitir mais a eliminação do bioma e da ancestralidade africana, como ocorreu com a eliminação da tradição da cabula das matas capixabas que desapareceu com os territórios negros quilombolas por ação da empresa Aracruz Celulose (Pacheco, 2013). Para onde houve escravização, as florestas bioculturais africanizadas expressam toda a História Ambiental negra no bioma, mesmo em paisagens tão antropizadas quanto o Recôncavo da Guanabara e sua latente influência africana.

As populações negras afrodiaspóricas continuam protegendo a diversidade ecológica e mitigando os efeitos danosos do Capitaloceno em todos os biomas e ecossistemas da América Latina (Sangat *et al.*, 2025). A Mata Atlântica do PETP é um pequeno microespaço ecológico-cultural que sobrevive também por causa das lutas de populações negras desde a época colonial, fato marcante até hoje em que todos os seus ancestrais, sejam camponeses ou favelados que vivem nas cercanias da UC e que representam as funções culturais africanas e afro-brasileiras destes importantes fragmentos de florestas culturais.

5.4.4 As funções dos territórios negros no PETP

A partir da chegada das populações negras nas terras onde hoje se localiza o PETP, este território, após africanizado, começou a apresentar funções culturais, políticas, ecológicas e históricas que reverberam ainda hoje pelas paisagens locais, assim como em estudos em outras UCs (Santos, 2018). Estas marcas afrodiaspóricas são testemunho vivo da importância negra para a construção de uma História Ambiental negra decolonial que pode ser melhor

entendida e aplicada para melhorias socioambientais nas relações entre as UCs e as populações que residem no entorno destas áreas protegidas, como no caso deste estudo. Aqui começa um pequeno exercício descritivo sobre estas funções.

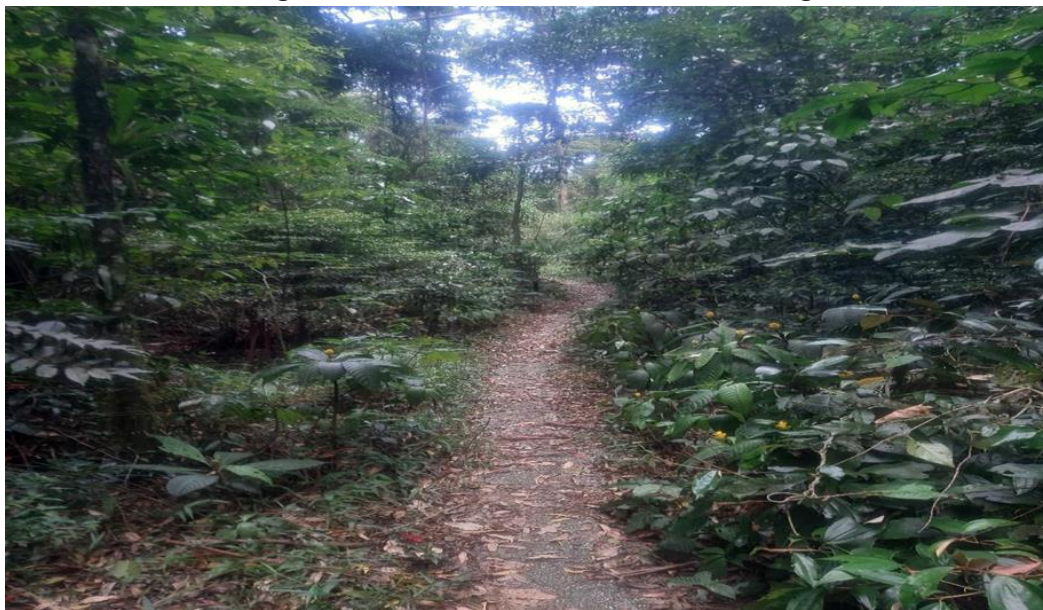
A) Função de patrimônio histórico e cultural

A chegada dos povos africanos escravizados para o Recôncavo da Guanabara foi um momento de grande importância para o Estado do Rio de Janeiro, e que apresenta hoje uma enorme população que ostenta o sangue e a cultura negra em suas práticas socioespaciais. Estas populações negras trabalharam em várias funções em toda a cadeia produtiva colonial nesta região, desde o cultivo e a construção dos engenhos de cana-de-açúcar que acompanhavam as várzeas e planícies de inundação dos principais rios das partes mais planas do PETP.

Os escravos trabalhavam na derrubada das florestas e também em todos os processos que envolviam a produção de café, quando este chegou à região em maior escala a partir do século XIX. Também trabalhavam na limpeza de rios para o escoamento de produtos, como a produção de madeira e o cultivo de mandioca. Foram mão-de-obra barata para a construção de ferrovias e estradas, além de ajudarem na construção dos espaços físicos religiosos, casas das fazendas e outras construções físicas durante e após o período colonial. Estes locais que apresentam as antigas ruínas deste patrimônio histórico podem ser visitados para as gerações atuais e futuras entenderem que o sofrimento negro foi essencial para a continuidade do sistema colonial escravocrata.

O município de Cachoeiras de Macacu apresenta algumas destas antigas construções em ruínas de antigas igrejas, como a que se localiza em São José da Boa Morte, zona rural de Guapiaçu, e também nos antigos leitos ferroviários (Figura 55) com estações que existiam em Boca do Mato e que subiam a serra até os rincões dos antigos Sertões de Macacu. Este grande patrimônio histórico e cultural segue representado em vários espaços físicos, como antigos engenhos, caminhos e estruturas fazendárias que pertenceram às variadas atividades econômicas do município (Mesquita *et al.*, 2019).

Figura 55-Trilha Junto ao antigo leito ferroviário nos limites de Nova Friburgo e Cachoeiras de Macacu

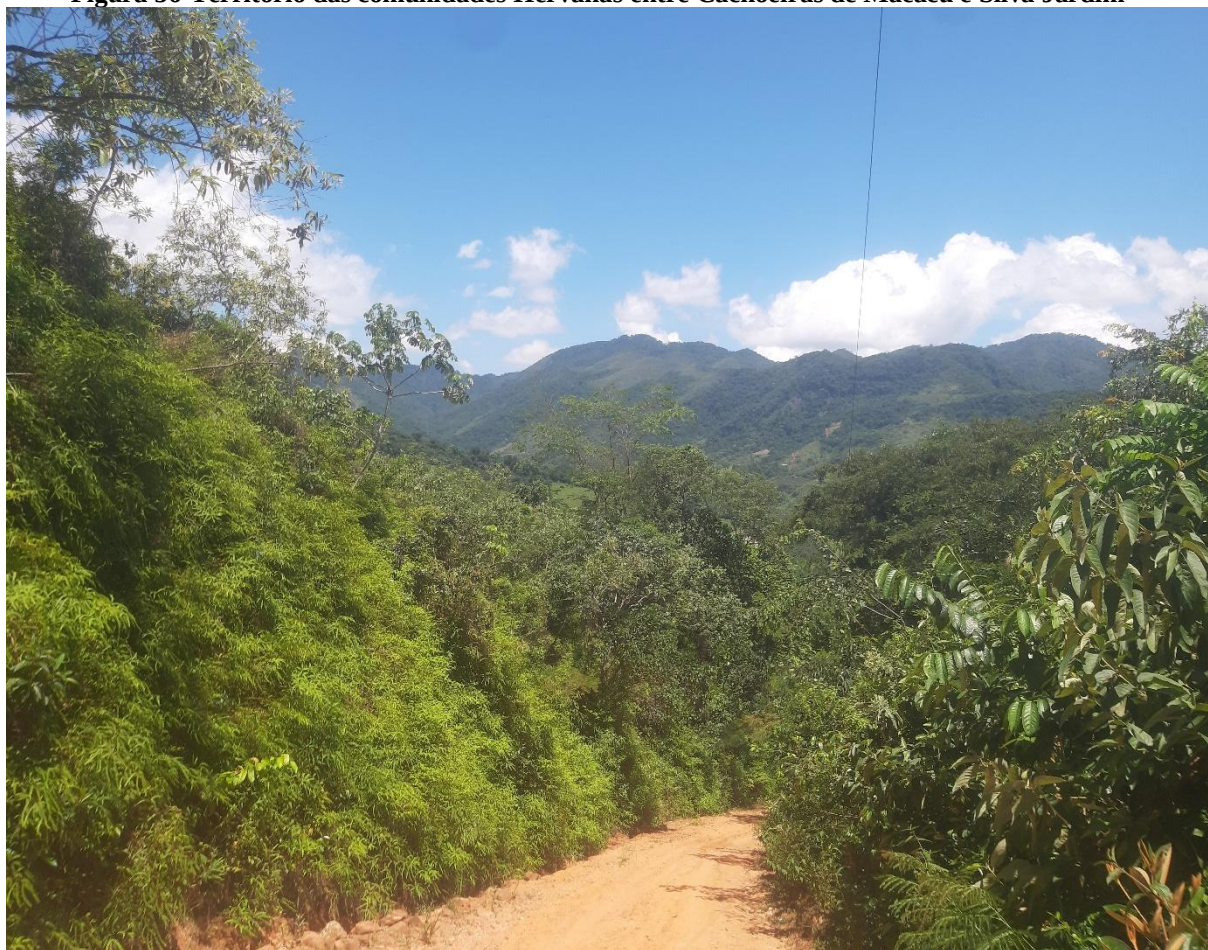


Fonte: Autoria própria, 2022.

B) Função Pedagógica

Neste caso, alguns locais do PETP podem ser interpretados e utilizados para fins educacionais em relação a locais que foram mais amplamente transformados por práticas culturais negras. Estes locais podem entrar em projetos com as escolas locais e de todo o Recôncavo da Guanabara para fins pedagógicos e o respectivo fortalecimento da cultura negra na região. Alguns locais que podem ser inseridos nesta função são os antigos territórios quilombolas e o cemitério da família Trannin-Overney de Macaé de Cima. Também nas matas de Guapimirim, podem ser descritas as antigas rotas utilizadas por um ícone da luta escrava no Brasil, Maria Conga. Ela também agia nas matas entre Guapimirim, Teresópolis e Cachoeiras de Macacu (Grupo Resgate Memória Magé, 2017). Os caminhos para as comunidades dos Hervanos, camponeses que residem nos limites entre Cachoeiras de Macacu e Silva Jardim, são outro território (Figura 56) de suma importância para fins pedagógicos.

Figura 56-Território das comunidades Hervanas entre Cachoeiras de Macacu e Silva Jardim



Fonte: Autoria própria, 2025.

C) Função Cultural Contemporânea

Esta função diz respeito a festas populares e confraternizações contemporâneas que possuem relações com a cultura negra. A festa do trabalhador em Cachoeiras de Macacu abarca os festejos de populações negras assalariadas e a luta pela terra nesta região do estado, além da associação do grupo cultural de orgulho negro de Cachoeiras de Macacu que promove eventos para celebrar a influência cultural negra neste município que abrange a maior parte do PETP. Em Guapimirim ocorre a festa do Aipim, que pode ser interpretada como a promoção e a resistência cultural do cultivo desta planta realizado por muitos camponeses negros neste município.

D) Função Ecológica

O PETP é muito rico em diversidade ecológica e cultural em toda a sua extensão territorial (Figura 57). Os antigos caminhos e trilhas ecológicas que adentram a UC são

essenciais para a valorização da cultura negra afrodiaspóricas local, porque muitos destes caminhos foram utilizados pelos povos originários e depois tanto pelas populações negras que caminhavam por estas trilhas para desbravar as florestas para o cultivo de café, quanto para o estabelecimento de quilombos e insurreições negras para fins de sobrevivência nos espaços coloniais dos antigos Sertões de Macacu.

Figura 57-PETP na localidade de Estreito mostrando sua diversidade ecológico-cultural



Fonte: Autoria própria, 2025.

A tradição cultural negra é muito relacionada à oralidade e, por isso, poucas fontes além daquelas construídas pelas autoridades coloniais atestam o funcionamento e a vivência da existência cultural negra, seja como escravo, seja como aquilombado. No entanto, há de se supor que as populações negras desta parte do Recôncavo da Guanabara conheciam a diversidade ecológica local, em uma plenitude que jamais veremos novamente, como atestam as fontes de grandes viajantes e naturalistas que estiveram na região principalmente durante o século XIX. Assim, pode-se reafirmar que todas as trilhas e caminhos da UC, os rios e as plantas africanas são testemunho histórico da presença negra, seja se adaptando à natureza, seja contribuindo para sua transformação dentro do sistema colonial racista vigente.

E) Função de Geodiversidade

Neste caso, os atributos físicos do PETP (Figura 58) foram importantes para a reafirmação de uma cultura negra afrodiaspórica quando os antigos escravizados fugiam para

locais de difícil acesso em grutas e vales de montanhas que traduzem ainda hoje extrema dificuldade para os amantes do montanhismo, um dos principais motivos para a própria criação do PETP, assim como para a preservação da Mata Atlântica em locais que apresentavam um clima hostil ou um solo que não era apropriado para o café subidor de morros e destruidor de florestas (Botelho, 2021).

Figura 58-Picos de Salinas, joias da Geodiversidade do PETP



Fonte: Autoria própria, 2024.

As populações negras escravizadas ou aquilombadas viveram através da geodiversidade da Mata Atlântica em toda esta parte da região serrana do Estado do Rio de Janeiro e hoje vivem enquanto camponeses, cultivando alimentos ou trabalhando de forma assalariada no entorno do PETP, reafirmando que os atributos físicos desta UC foram também apropriados pela cultura negra afrodiaspórica, criando através destas vivências partes essenciais de História Ambiental negra.

F) Função Religiosa e Medicinal

A Mata Atlântica dos antigos Sertões de Macacu foi sendo ressignificada conforme as populações negras foram se amalgamando em todo este imenso território que também se tornou afrodiaspórico. Assim, outros elementos advindos de uma autêntica História Ambiental negra foram cunhados quando estes negros e negras se apropriavam das espécies

de plantas medicinais das matas para curar suas moléstias por causa das péssimas condições de vida. Então, toda floresta adquire uma função etnobotânica para com estas populações durante o período da escravização e hoje enquanto camponeses e pequenos proprietários de terras.

Por outro lado, as florestas nativas desempenhavam uma função religiosa decorrente da visão ecológica e religiosa negra por causa de suas convicções religiosas que entendiam estes ambientes como algo sagrado e essencial para a prática de suas religiões ancestrais desde que viviam na África. Trazidos a um continente estranho, se adaptavam a plantas e ecossistemas semelhantes aos ancestrais no continente negro e aprendiam o que presenciavam das práticas de povos originários sobre plantas, animais e a própria floresta. Agora os terreiros (Figura 59) de religiões de matriz africana na região do PETP são testemunhos históricos que existem ainda hoje e que marcam esta função religiosa na Mata Atlântica.

Figura 59-Terreiro de matriz africana na localidade de Caneca Fina



Fonte: Autoria própria, 2023.

G) Função Agroflorestal

Quando os escravos foram trazidos para o Recôncavo da Guanabara, inicialmente, trabalhavam contra as florestas em diversas atividades como o desmatamento e a extração de atributos naturais como as plantas e os animais para os donos de terras. Isso auxiliava na construção do aparato colonial opressor das próprias etnias negras que tinham dificuldades por não conhecerem estas terras e outros fatores que dificultavam a resistência. Depois dos períodos de aprendizagem com os povos locais, o funcionamento das florestas e das próprias práticas coloniais dos donos de terras e da metrópole, foram encontrando brechas e formas de atenuar o sofrimento dentro do sistema colonial.

Estas brechas foram as formas de cultivo africanas implementadas em pedaços de terras dentro das propriedades coloniais enquanto escravos e os pequenos cultivos agrícolas dentro das matas enquanto aquilombados e escravos fugidos. Assim começou a função agroflorestal (Figura 60) negra que mais tarde foi a matriz das populações camponesas negras que sobreviveram ao final da escravidão no Brasil e deram origem às populações camponesas que existem nos pequenos proprietários de terras que plantam gêneros alimentícios que fazem parte da economia regional do Rio de Janeiro e que reafirmam um campesinato que ajudou na proteção da Mata Atlântica. Ainda hoje, a maior parte dos proprietários de terras negras por todo o Brasil sobrevive em terras de até 5 hectares e, por isso, quase não existem fazendeiros negros (Diniz, 2024). Estas formas de agricultura e tamanho de terras predominam em volta do PETP e ajudam em sua preservação até hoje.

Figura 60- Casa de morador negro na localidade de Paraíso mostrando uma função agroflorestal



Fonte: Autoria própria, 2025.

Estas formas de campesinato têm um exemplo de expressão máxima nos agricultores das regiões rurais da região do PETP, assim como na comunidade camponesa dos Hervanos que sobrevivem com práticas semelhantes aos antigos quilombolas em área de difícil acesso perto do centro de Cachoeiras de Macacu. Essa função agroflorestal ajuda na proteção das matas e rios e é um dos maiores motivos para a manutenção de florestas que escaparam do sistema agrícola colonial.

H) Função de resistência

As populações negras que habitavam os Sertões de Macacu desde o seu desbravamento sempre foram foco de resistência desde que aprenderam a criar formas

culturais novas frente à Mata Atlântica e começaram a reagir ao habitar colonial português do Recôncavo da Guanabara imposto aos escravos e à própria natureza local. Esta função de resistência foi realizada de diversas formas, seja pelos negros forros ou escravizados, seja pelos negros que fugiam para as matas para atividades de puro quilombismo.

Após a libertação e o fim da escravização no Brasil, as populações negras construídas como campesinatos adquiriram outras formas e funções de resistência, como na época de lutas pela terra, principalmente no município de Cachoeiras de Macacu, antes e depois da ditadura civil-militar instituída a ferro e fogo no país. Estes sentidos de luta foram retomados já no século XXI no movimento socioambiental realizado contra novas forças do capital que queriam construir uma barragem na região de Serra Queimada, no mesmo município, que impactaria severamente não apenas as florestas remanescentes, mas também o modo de vida camponês e cultivador de alimentos. Estes camponeses perderiam grande parte de suas terras e seriam desterritorializados, assim como agricultores negros do passado passaram com a injusta lei de terras de 1850.

Agora os camponeses de origem negra na região do atual PETP são resistência às forças do capital que cobiçam terras devolutas ou instituídas pela reforma agrária, assim como contra o avanço de terras públicas do estado dentro das UCs da região. O modo de vida camponês afrodiaspórico é representado pelos Hervanos e por pequenas comunidades negras que habitam áreas isoladas e de difícil acesso perto do território do PETP (Figura 61). No município de Teresópolis, esta função e resistência atual podem ser visualizadas por comunidades pobres com grande população negra nas áreas periféricas do centro urbano deste município vizinhas à UC, como na sede do Vale da Revolta que enfrenta os perigos da marginalização e criminalidade pela ausência do poder público. Isso ameaça as florestas nesta parte do PETP, assim como também pessoas que seriam importantes aliadas na conservação biológica e cultural na localidade.

Figura 61- Visão do território dos Hervanos em área de difícil acesso de Cachoeiras de Macacu



Fonte: Autoria própria, 2025.

5.5 Os Sertões de Macacu se transformam e são africanizados no Capitaloceno brasileiro

Os Sertões de Macacu são o embrião histórico do que viriam a se tornar muitos municípios da região serrana já descritos anteriormente como Cachoeiras de Macacu, Nova Friburgo e Cantagalo (Botelho, 2021; Cardoso, 2024), mas também incluíam quase toda a área futura do PETP. Esta gigantesca área de florestas chegou, em finais do século XVIII, muito preservada, mesmo estando a poucos quilômetros da capital da Província do Rio de Janeiro, ao norte do Recôncavo da Guanabara. Estes sertões estiveram ligados a zonas proibitivas pelas autoridades coloniais durante bastante tempo por motivos tais como a proteção de espécies madeireiras que começavam a desaparecer de outras regiões e por seu isolamento geográfico que facilitava atividades de banditismo pelas rotas de escoamento do ouro e metais preciosos, assim como refúgio de índios bravos e escravos aquilombados que não permitiam a ocupação devida da região.

Estes sertões entram na economia-mundo colonial da Era do Capital (Moore, 2016) a partir da retirada de leis que não permitiam sua ocupação e pela chegada do cultivo em massa do café, que seria a principal atividade econômica não apenas da região, mas do estado durante o século XIX e início do século XX. A primeira fase de ocupação deu-se entre os

anos de 1763-1778, onde foram iniciadas as plantações de café em áreas de encostas ainda tomadas por densas florestas pouco alteradas, descritas por numerosos viajantes e naturalistas durante o século XIX. A partir de 1779-1790, as restrições de ocupação foram retiradas e estas regiões começaram a ser ocupadas por colonos e fazendeiros de café que principiaram a ruína não apenas da Mata Atlântica, mas de todos os povos indígenas junto da feroz escravização de povos e etnias africanas sangradas a ferro e fogo nas fábricas ecológicas do café, tal qual ocorreu com outros escravizados nos engenhos de açúcar do Caribe, como descritos por Ferdinand (2022).

As atividades econômicas que vicejavam durante toda a ocupação dos Sertões de Macacu transformaram toda a lógica econômica colonial, mas a escravização das populações negras e a substituição dos antigos territórios ecológicos da Mata Atlântica (Botelho, 2021) não cessaram mesmo com a independência do Brasil em 1822. Junto do cultivo da cana-de-açúcar e do café vieram a pecuária e outros cultivos agrícolas que fazem até hoje parte das paisagens de zonas rurais dos municípios que fazem parte do atual PETP, como Teresópolis, Cachoeiras de Macacu e Nova Friburgo.

Dentro de todas estas atividades econômicas havia a mão-de-obra escrava que construiu fazendas e pontes, desviou rios, derrubou florestas e participava dos processos da cadeia produtiva do café, embora não participasse da distribuição da riqueza dos opulentos barões do café, como o Barão de Nova Friburgo. Os escravos formam parte incontestemente das redes econômicas de um Sertão ligado ao Oceano Atlântico (Cardoso, 2029) que construiu a história do Recôncavo da Guanabara, mesmo sendo relegados ao apagamento histórico e social, tal qual seus antecessores povos nativos.

No entanto, estas populações escravizadas não fizeram apenas isso. Estas populações negras foram e são parte essencial dos processos de destruição dos antigos Sertões de Macacu, cujos remanescentes podem ser visualizados nas florestas do PETP. Os negros e sua cultura afrodiaspórica não sobrevivem apenas nos conterrâneos camponeses, como os Hervanos, que sobrevivem em regiões isoladas de forma muito semelhante aos antigos camponeses e quilombolas do passado, mas também nas espécies de plantas africanas como as gramíneas e a mamona, nos locais com nomes africanos e nas formas de cultivos agrícolas que alimentam boa parte da população da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.

Sobrevivem também nos saberes ancestrais em comunhão com os povos indígenas, com o conhecimento de plantas medicinais da Mata Atlântica e na utilização dos espaços verdes das florestas para o culto das religiões de matriz africana. Em toda a região dos municípios que fazem parte da grande UC, a influência negra ocorre em maior ou menor grau.

Estas populações negras sobrevivem dos atrativos naturais das florestas de hoje, como na busca de água da mata para seus cultivos, criação de animais de pequena escala e no abastecimento urbano. Também hoje buscam remédios naturais da floresta e usufruem da beleza natural de uma Mata Atlântica que não é igual à que seus antepassados quilombolas tiveram o prazer de estar, mas que possuem o sangue negro em paisagens africanizadas que constroem desde que os africanos aqui chegaram, uma História Ambiental negra.

Os afrodescendentes aplicam suas preferências culturais e ecológicas para se adaptar a novas realidades frente aos propósitos coloniais existentes em dietas alimentares enfadonhas, cultivos agrícolas em monoculturas insustentáveis à natureza dos trópicos (Watkins, 2018) e exportações sem qualquer contrapartida ao território colonizado em sua natureza e povos. Assim, estas populações negras afrodiaspóricas moldam e constroem paisagens em diversos tipos de histórias ecológicas negras.

Histórias ecológicas negras que podem ser contadas a partir dos antigos quilombos que vicejavam nos Sertões de Macacu no seu apogeu florestal até o início do século XIX (Botelho, 2021) ou no seu declínio com a intensificação do sistema agrícola colonial que explorou os povos negros e a própria Mata Atlântica após intensa sesmarização e parcelamento do solo para o cultivo de café. As fases de ocupação dos Sertões de Macacu (Quadro 5) demonstram a própria inserção da região à Era do Capital.

Quadro 5- Fases de ocupação dos Sertões de Macacu

Fase de ocupação	Recorte temporal	Grupos sociais e étnicos	Atividades econômicas predominantes	Atividade econômica negra
Fase 1	Século XVI	1-Povos originários de diversas etnias; 2-Portugueses; 3-Primeiros escravos.	1-Extrativismo de madeira, caça e pesca; 2-Primeiros engenhos de açúcar.	1-Serviços gerais como escravos a partir do final do século.
Fase 2	Século XVII	1-Povos originários de diversas etnias; 2-Portugueses; 3-Escravos.	1-Extrativismo de madeira, caça e pesca; 2-Engenhos e Usinas de cana-de-açúcar; 3-Pecuária.	1-Serviços gerais como escravos; 2-Pequenos cultivos agrícolas em brechas nos engenhos de cana-de-açúcar.
Fase 3	Século XVIII	1-Povos originários de diversas etnias; 2-Portugueses; 3-Escravos e aquilombados.	1-Extrativismo de madeira, caça e pesca; 2-Engenhos e Usinas de cana-de-açúcar; 3-Pecuária; 4-Mineração; 5-Primeiros cafeeiros.	1-Serviços gerais como escravos; 2-Pequenos cultivos agrícolas nas franjas do sistema colonial seja nas fazendas, seja em territórios negros afrodiaspóricos nas matas; 3-Atividades minerárias residuais.

Fase 4	Século XIX	1-Povos originários de diversas etnias; 2-Diversificação de população europeia como portugueses, espanhóis, italianos, suíços, alemães e outros; 3- Populações negras diversificadas como escravos, forros, aquilombados e camponeses.	1-Extrativismo de madeira, caça e pesca; 2-Pecuária; 3-Cultivo de café; 4-Cultivos diversos como milho, feijão, arroz e mandioca.	1-Serviços gerais como escravos; 2-Pequenos cultivos agrícolas nas franjas do sistema colonial seja nas fazendas, seja em territórios negros afrodiaspóricos nas matas; 3-Atividades minerárias residuais; 4-Atividades camponesas nas franjas do sistema escravocrata;

Fase 5	Séculos XX e XXI	1-Populações de origem europeia; 2-Populações negras diversificadas como camponeses ou assalariados; 3-Japoneses e chineses. 4-Migrantes de diversas regiões do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil.	1-Pecuária; 3-Cultivos diversos como milho, feijão, arroz, café mandioca e olericulturas; 4-Setores industriais diversos, comércio e serviços; 5-Setores econômicos ligados às cadeias produtivas do turismo e das questões ambientais.	1-Serviços gerais como assalariados e camponeses; 2-Serviços em atividades ligadas a fatores culturais, ecológicos e econômicos de diversos fins.

Fonte: Autoria própria, 2025.

Os Sertões de Macacu são desbravados e devastados em apenas 80 anos (Botelho, 2021). As densas florestas se transformam em territórios coloniais, mas também em territórios negros afrodiaspóricos que transformaram a região do atual PETP em uma área repleta de cultura africana negra com sua História Ambiental, porque antes de tudo, foram os escravos aquilombados que fizeram surgir os primeiros campesinatos do país, que sobrevivem até hoje nos quilombos atuais do Estado do Rio de Janeiro. A Mata Atlântica dos antigos sertões se africaniza em uma paisagem complexa que ajudou na preservação do que hoje é conhecido como PETP. O fator cultural protagonizado pelas populações negras afrodiaspóricas é um elemento essencial para novas transformações culturais e ecológicas (Watkins, 2018). Um pouco da história destas populações negras será contada a seguir em todos os municípios que abrigam porções da UC neste estudo.

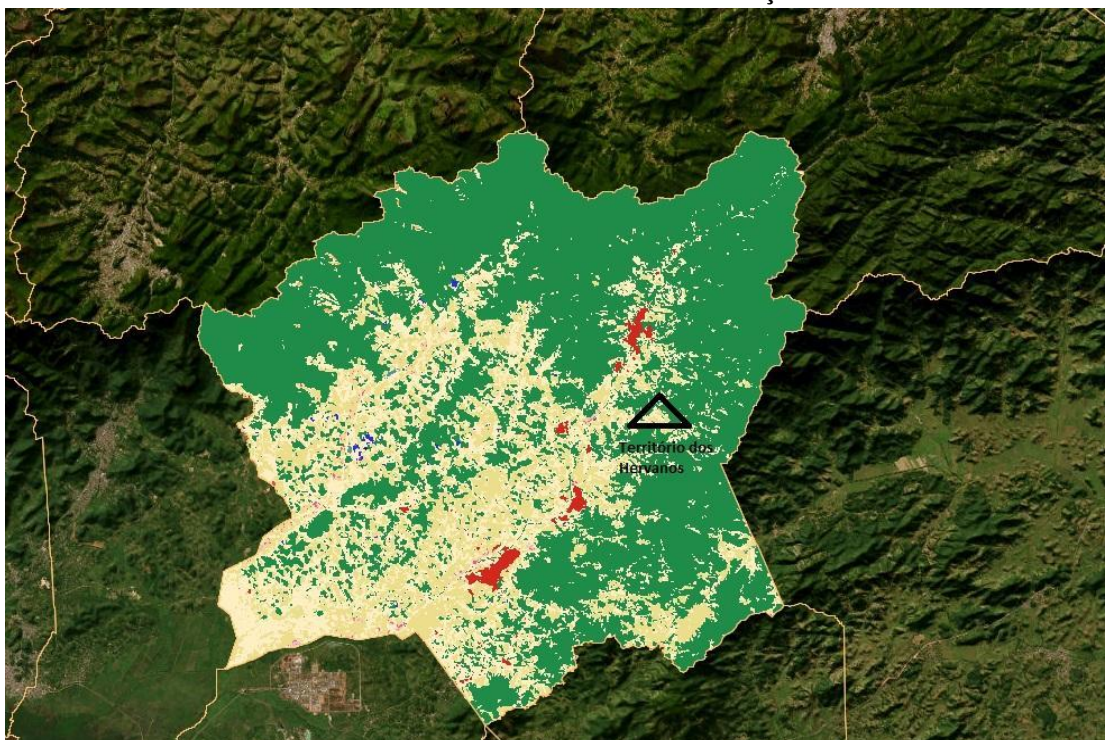
5.5.1 Africanização da paisagem em Cachoeiras de Macacu

O município de Cachoeiras de Macacu apresenta uma estimativa populacional de quase 60 mil habitantes, onde um pouco mais da metade (56%) é composta por negros e pardos, segundo o IBGE (2024). Esta grande população de descendência negra constitui uma das maiores populações afrodiaspóricas do Estado do Rio de Janeiro, que hoje possui a segunda maior população negra e parda do país com 58% da população total, perdendo apenas para o Estado da Bahia (Vieira, 2023).

Suas terras estiveram quase que completamente inseridas nos antigos Sertões de Macacu com densa floresta tropical do bioma Mata Atlântica até as décadas iniciais do século XIX. Todo o Recôncavo da Guanabara recebeu grande contingente de populações negras escravizadas que foram utilizadas em variadas atividades econômicas, mas principalmente nos cultivos agrícolas da cana-de-açúcar e do café. Assim, deixaram suas marcas nas paisagens do município que concentra hoje a maior parte das matas do PETP.

Hoje, o bioma Mata Atlântica ocupa 60,5% do município (MapBiomias, 2023) em uma área de 954,749 km² (Figura 62). Este percentual de florestas corrobora com hipóteses descritas nesta pesquisa sobre a importância das visões de mundo e da cultura negra para a preservação da natureza local como um dos mais importantes fatores de africanização no Estado do Rio de Janeiro desde que a região do atual PETP foi sendo ocupada e desbravada a partir da chegada dos portugueses nos territórios escassamente povoados que existiam nas serras do estado até o final do século XVIII.

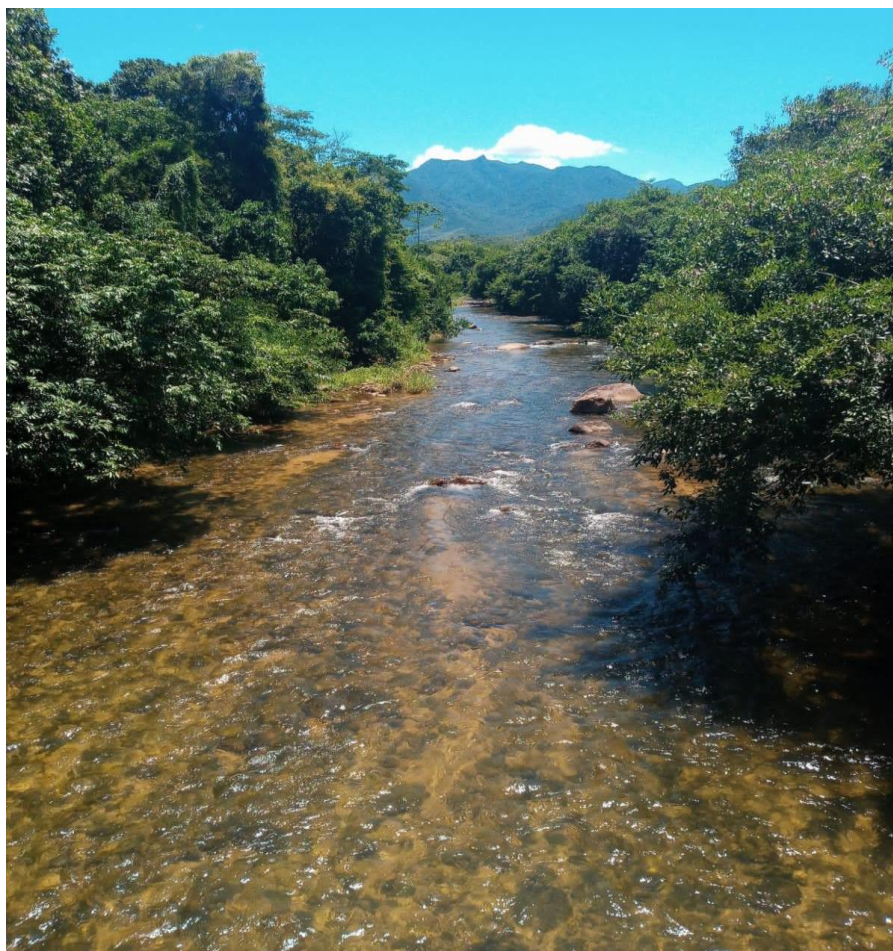
Figura 62- Mata Atlântica atual em Cachoeiras de Macacu com localização do território dos Hervanos



Fonte: Autoria própria e MapBiomas, 2025.

As populações negras chegaram, por meio de migrações forçadas, a esta região a partir do século XVII para trabalharem nos grandes engenhos de cana-de-açúcar que existiam em todo o Recôncavo da Guanabara, principalmente nas várzeas e planícies dos vales dos grandes rios locais como o Caceribu, o Guapiaçu (Figura 63) e o Macacu. As populações negras trouxeram plantas e animais da África que começaram a mudar as paisagens do município. A intensidade de africanismo ainda foi incipiente até os últimos períodos da mineração nos antigos Sertões de Macacu com o mítico fora da lei chamado Mão-de-luva, onde a força da cultura negra era vista principalmente nos quilombos e insurreições negras que existiram nas áreas mais altas das serras, nas florestas secundárias das antigas fazendas e nos manguezais da foz dos grandes rios. Os Quilombos de Macacu começaram, segundo fontes históricas, a partir de 1710 nas matas mais afastadas.

Figura 63- Rio Guapiaçu na região do distrito de Subaio, zona rural de Cachoeiras de Macacu



Fonte: Autoria própria, 2021.

A Mata Atlântica densa e repleta de frondosas florestas foi descrita como muito rica pelos naturalistas e viajantes estrangeiros que depararam com ela até os antigos Sertões de Macacu serem sesmariados e divididos em propriedades privadas que fariam parte dos cultivos cafeeiros que saíram das serras cariocas e adentraram as serras fluminenses. O século XIX foi de intensa destruição de florestas causada por um sistema agrícola colonial que arrasou toda a diversidade biológica local e inseriu a região do PETP na economia mundo do capital, com maciça utilização de mão-de-obra escrava para as atividades econômicas ligadas ao café, como a construção de ferrovias que foram peça-chave para o escoamento da produção cafeeira.

As populações negras de Cachoeiras de Macacu e de toda a extensão da antiga Freguesia de Santo Antônio de Sá realizavam inúmeras atividades econômicas tanto para destruir as matas, como para plantar e construir os alicerces da fazenda colonial do café, como a antiga Fazenda do Colégio que detinha mais de 300 escravos (Cardoso, 2009; Mesquita *et al.*, 2019). Dentro deste habitat colonial escravista, as populações negras conseguiam fazer pequenos cultivos agrícolas tanto nas fazendas como nas matas ainda existentes e

africanizavam a Mata Atlântica com sua cultura afrodiaspórica nos próprios métodos de cultivo ainda vistos nas áreas camponesas do município, principalmente na região de Guapiaçu, parte sul do atual PETP.

O Século XIX foi o que mais corroborou para a intensidade de africanismo no município de Cachoeiras de Macacu, porque consolidou um protocampesinato negro que cresceu até sofrer três ataques brutais: a Lei de Terras de 1850, as Febres de Macacu e a chegada de imigrantes europeus de outras etnias, principalmente para o município de Nova Friburgo, que será discutido mais adiante. Apesar destes obstáculos, o campesinato negro no município sobreviveu e deu sua contribuição para que o século seguinte apresentasse grandes conflitos de terras que pioraram a partir da década de 1950 com o ápice durante a ditadura civil-militar de 1964.

Hoje, quase 40% das terras do município possuem atividades agropecuárias, mas a maior parte é composta de pastagens com gramíneas africanas (Figura 64) que impõem paisagens savânicas em antigos territórios de florestas de baixada e matas paludosas. Dentro do escopo da agricultura em lavouras temporárias e perenes de vários produtos hortifrutigranjeiros, as áreas rurais do município possuem camponeses negros e pardos que possuem características culturais que lembram os antigos camponeses do século XIX e cultivos agrícolas em harmonia com as florestas, o que ajudou na preservação da Mata Atlântica protegida pelo poder público dentro do atual PETP.

Figura 64- Gramíneas africanas em estrada na localidade de Estreito com O PETP ao fundo



Fonte: Autoria própria, 2025.

Grande parte dos cultivos agrícolas está na região de Guapiaçu, que faz parte do distrito de Subaio, zona rural do município de Cachoeiras de Macacu. É o distrito mais afastado da sede municipal e possui características próprias de área rural por se tratar de uma região onde são produzidos vegetais de vital importância para o abastecimento do mercado regional do Estado do Rio de Janeiro. Cachoeiras de Macacu também sofreu a influência e o impacto advindo das obras do Comperj, dentro do contexto de uma nova onda desenvolvimentista nesta parte da Baía de Guanabara a partir da segunda metade dos anos 2000.

As bacias dos rios Guapi-Macacu e Caceribu são essenciais fontes hídricas para o abastecimento de regiões da parte leste da Baía de Guanabara pela qualidade de suas águas, decorrentes da preservação das matas do PETP. Os cultivos agrícolas de pequena escala, a existência de áreas protegidas e as visões ecológicas afrodiaspóricas contribuíram para a preservação das matas locais e todos os seus atributos ecológicos e culturais, atestado pela excelente condição das águas do Rio Guapiaçu, o mais limpo da Baía de Guanabara.

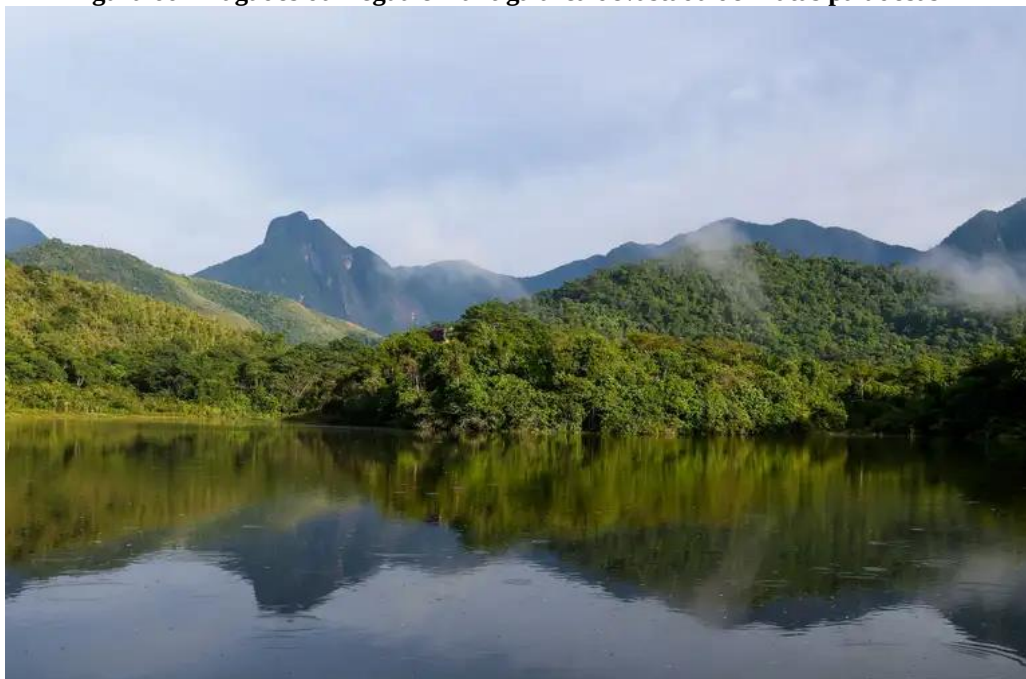
A imensa influência negra afrodiaspórica construída em Cachoeiras de Macacu é traduzida na existência de grandes remanescentes de Mata Atlântica por quase todo o município, não apenas no território do PETP, mas também em propriedades particulares como a Reserva particular da Regua. A região mostra as mudanças na paisagem como a volta de antigas florestas destruídas pelos ciclos econômicos, onde antigas áreas destruídas pela exploração madeireira (Figura 65) e cultivo do café se tornaram luxuriantes florestas secundárias (Figura 66).

Figura 65- Antiga Fazenda do Carmo com florestas devastadas onde hoje se localiza a REGUA



Fonte: Regua, 2001.

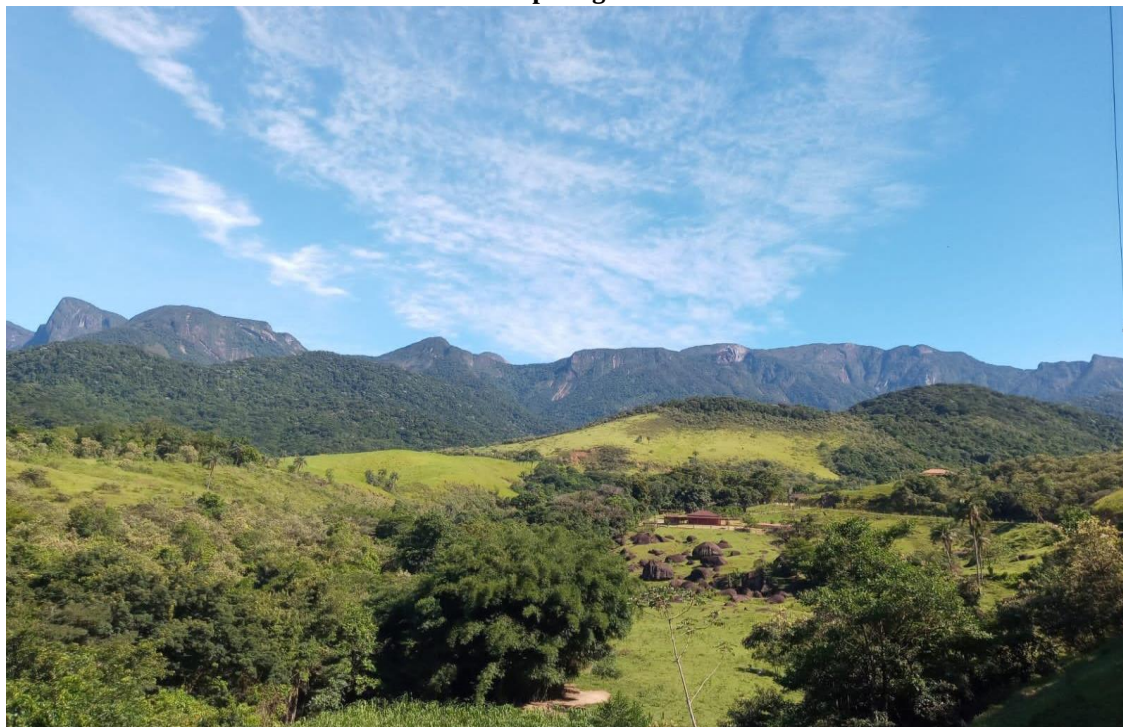
Figura 66- Alagados da Regua em antiga área devastada de Matas paludosas



Fonte: Agência Brasil e Rego, 2023.

Uma antiga fazenda toda desmatada foi comprada e depois restaurada pelos esforços conservacionistas da família Locke. Apesar dos esforços empreendidos, a região ainda padece de problemas como ocupações irregulares, desmatamentos (Figura 67), turismo predatório e caça que ameaçam a biodiversidade local e possíveis fontes de renda para as comunidades do entorno, como as próprias populações negras. A recomposição florestal da Regua continua restabelecendo os ecossistemas locais e trazendo paisagens mais próximas às que os exploradores encontraram nos antigos Sertões de Macacu. A iniciativa do administrador desta área privada auxilia na preservação do PETP e, ao mesmo tempo, é enriquecida pelos processos de sucessão ecológica naturais trazidos pelos próprios processos ecológicos da UC.

Figura 67- Propriedade rural com sinais de desmatamento em domínio colinoso com PETP no fundo da paisagem



Fonte: Autoria própria, 2021.

Nos limites entre os municípios de Cachoeiras de Macacu e Silva Jardim, existem duas comunidades camponesas remanescentes que realizam pequenos cultivos agrícolas, mas também apresentam a cor da pele, as formas de moradia e uma cultura afrodiaspórica com vários traços dos antigos quilombolas que vivem nas matas locais e sobrevivem em região isolada, mesmo estando bem próxima do centro urbano municipal. Estas duas populações locais camponesas são chamadas de Hervanos e, dentro de perspectivas antropológicas e étnicas, são de suma importância enquanto representantes de culturas negras que atestam uma interessante africanização do município. O território dos Hervanos (Figura 68) é um exemplo notório do quanto as visões de mundo afrodiaspóricas conseguem proteger as florestas que depois foram incorporadas e transformadas no PETP.

Figura 68 – Mata Atlântica em domínio colinoso no território dos Hervanos



Fonte: Autoria própria, 2025.

As regiões de Guapiaçu com muitos topônimos negros e comunidades camponesas que cultivam vários produtos agrícolas, assim como os camponeses Hervanos com muitas características quilombolas da Serra da Boa Vista, são os locais de Cachoeiras de Macacu de maior grau de africanismo, atestando a importância das populações negras para a composição étnica do município, para a construção de uma ecologia negra na Mata Atlântica que faz com que haja ainda grandes extensões de florestas que sobreviveram nos locais de difícil acesso ou cresceram novamente com substancial ajuda destes modos de vida afrodiaspóricos.

Os municípios da Região Metropolitana que cresceram em torno do Recôncavo da Guanabara possuem a maior parte dos terreiros de matriz africana no Estado do Rio de Janeiro (Rodrigues, 2024) e Cachoeiras de Macacu ostenta alguns dos mais importantes no escopo de casas de Umbanda, Candomblé, Kimbanda e encantarias diversas decorrentes da cultura afrodiaspórica no município. Estes espaços sagrados são construídos mediante visões ecológicas oriundas de culturas negras que entendem a natureza como uma cosmovisão integrada, onde os orixás e liturgias religiosas devem respeitar a biodiversidade e a geodiversidade das florestas e ecossistemas do bioma Mata Atlântica.

As populações negras com estas visões ecológicas sacralizadoras contribuem até hoje para a manutenção das matas em terreiros sagrados e suas cercanias na região do PETP, como a Tenda Espírita Nossa Senhora da Piedade, o Terreiro de Umbanda de São Sebastião e o Templo de Kimbanda Domínio do Exu Marabô e Maria Padilha. Esta diversidade étnica e

cultural negra no município deu origem a coletivos afrodiaspóricos que lutam pela afirmação cultural em Cachoeiras, como a Associação Grupo Cultural Orgulho Negro de Cachoeiras de Macacu, que estuda e destaca a importância de personalidades negras cachoeirenses como Vovó Leontina (Leontina, 2016) (Figura 69), grande conhecedora de ervas medicinais da Mata Atlântica, que resgata sua ancestralidade calcada no conhecimento ecológico-cultural negro da cidade.

Figura 69- Vovó Leontina, um dos ícones da comunidade afrodiaspórica de Cachoeiras de Macacu



Fonte: Vovó Leontina, 2023.

A Mata Atlântica de Cachoeiras de Macacu segue oferecendo seus atrativos naturais para a população local através do PETP e outros remanescentes florestais por meio de atividades turísticas como banhos de rios e cachoeiras, água para os cultivos agrícolas, serviços de turismo para atividades como trilhas ecológicas e os serviços de UCs, plantas medicinais e plantas sagradas para as liturgias das religiões de Matriz Ecológica. Toda esta matriz florestal foi sendo africanizada ao longo do tempo e continua com as populações negras assalariadas ou camponesas que vivem dentro ou nas cercanias das matas que um dia foram refúgio para os quilombos ou locais sagrados para os negros ainda escravizados deste município.

As populações negras do município são o testemunho histórico incontestável da importância ecológico-cultural dos africanos e seus descendentes que criaram paisagens africanizadas com inúmeras marcas e vestígios junto ao bioma Mata Atlântica. Esta gestão negra fez de Cachoeiras de Macacu um espaço geográfico com inúmeros territórios de grande presença afrodiaspórica, que pode e deve ser melhor entendida pela gestão municipal e do

próprio PETP.

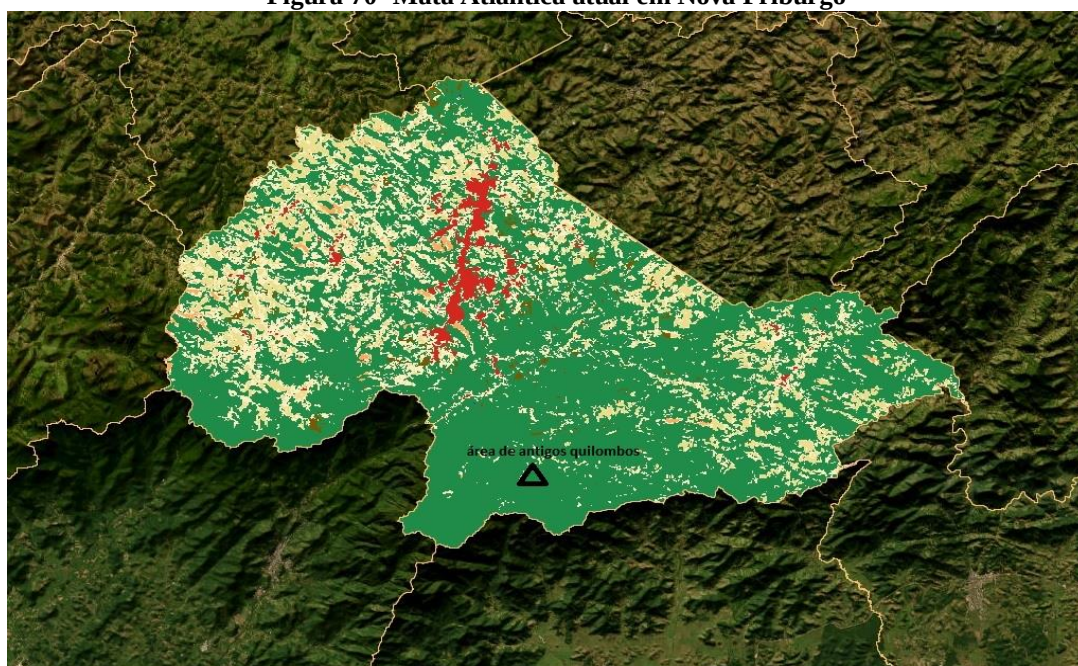
5.5.2 Africanização da paisagem em Nova Friburgo

O município de Nova Friburgo apresenta uma estimativa populacional de 203.328 habitantes, onde 35% é composta por negros e pardos, sendo o município mais branco do Estado do Rio de Janeiro (IBGE, 2024). Apesar de significativa, a população afrodiaspórica do município de Nova Friburgo é duas vezes menor em relação à população que se declara branca. Esta porcentagem demonstra o quanto a população negra foi sendo apagada da história nesta parte da região serrana por fatores como a crescente imigração europeia incentivada pelo governo brasileiro a partir de meados do século XIX para ocupar terras devolutas que outrora pertenceram aos Sertões de Macacu neste município fluminense conhecido até hoje como Suíça brasileira.

Suas terras estiveram completamente inseridas nos antigos Sertões de Macacu, com densa floresta tropical do bioma Mata Atlântica até as décadas iniciais do século XIX. Em sua ocupação, Nova Friburgo foi muito visitada por viajantes e naturalistas estrangeiros no século XIX, onde era conhecido como Morro Queimado e se transformou no município de maior atração populacional e economia em toda a região serrana do Estado do Rio de Janeiro. Lamego (1963) já demonstrava a riqueza florestal existente nesta área por conta de sua beleza exuberante e dos escritos e pinturas que as fontes primárias e secundárias mostram sobre a região.

Hoje, o bioma Mata Atlântica ocupa 66,5% do município (Mapbiomas, 2023) em uma área de 935,429 km² (Figura 70). Este alto percentual de florestas em Nova Friburgo ocorre por causa de vários fatores descritos nesta pesquisa, mas as florestas mais preservadas continuam nas áreas mais altas das UCs e na região de Macaé de Cima entre Nova Friburgo e Silva Jardim, sendo o bloco de florestas mais preservado do PETP. Esta localidade foi um antigo território de quilombos e insurreições negras que são até hoje lembradas por moradores locais, como atestado no campo em conversas rápidas com proprietários locais. Inclusive, vale lembrar os conflitos entre quilombolas e imigrantes suíços por terras em Macaé de Cima, quando os antigos Sertões de Macacu entraram na Era do Capital (Da Silva; Machado; Vilani, 2023).

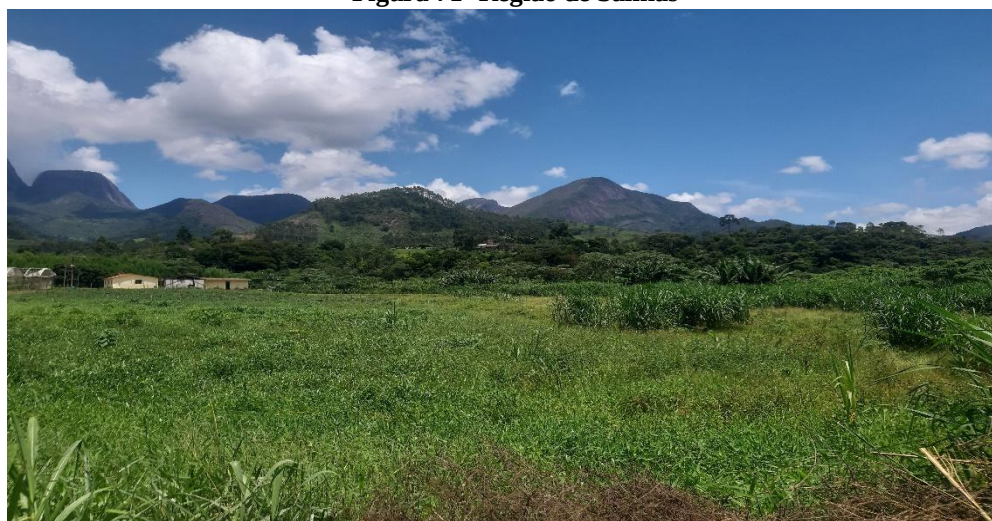
Figura 70- Mata Atlântica atual em Nova Friburgo



Fonte: Autoria própria e Map Biomas, 2025.

As localidades do município de Nova Friburgo perto do PETP são normalmente compostas de pessoas com grau alto e médio de poder aquisitivo, que podem ser visualizadas nas localidades do Pico da Caledônia, que se encontra perto do centro da cidade, nos sítios, fazendas e pousadas na região de Macaé de Cima até Lumiar e São Pedro da Serra. A região de Salinas (Figura 71), onde se localiza a sede da UC, possui um aumento significativo de casas de segunda residência e estabelecimentos ligados ao turismo. Todavia, esta região é composta por muitos agricultores e camponeses de origem negra e parda que vivem dos cultivos agrícolas (Figura 72) locais e atividades ligadas ao turismo em suas diversas modalidades.

Figura 71- Região de Salinas



Fonte: Autoria própria, 2024.

Figura 72- Cultivos agrícolas em Salinas (Nova Friburgo)



Fonte: Autoria própria, 2023.

Vastas regiões do município de Nova Friburgo foram escolhidas para receber tipos específicos de imigrantes europeus em busca de terras para colonizar com um clima o mais similar possível aos encontrados na Europa. Tais imigrantes possuem descendentes que tornaram o município famoso pela influência cultural europeia. Os registros históricos mostram que, antes mesmo da chegada dos imigrantes suíços, Nova Friburgo foi ocupada e já havia tido colonizadores que utilizavam trabalho escravo. Isso não corrobora com as tentativas posteriores de alguns estudiosos sobre um suposto mito de democracia racial em terras friburguenses, onde estes novos imigrantes viveriam sem contato com escravizados ou homens livres brasileiros (Marretto, 2014).

O município de Nova Friburgo possui enorme vocação turística, tendo por causa de uma melhor infraestrutura para os admiradores de atrativos naturais, como os inúmeros picos e elevações que demonstram a importância da geodiversidade, que foi inclusive um dos fatores para a criação da própria UC em luta de montanhistas que frequentam a região desde meados do século XX. Na localidade do Pico da Caledônia, há silvicultura, plantações de eucalipto (Figura 73), que impedem a regeneração natural da floresta e se transformam em barreiras para espécies de animais e plantas mais exigentes. Por sua proximidade frente ao famoso Pico, algumas propriedades acabaram se transformando em áreas para camping, o que alimenta o setor turístico local por conta da beleza cênica e mirantes de pontos da cidade de Nova Friburgo (Figura 74).

Figura 73- Silvicultura de Eucalipto na trilha de acesso ao Pico da Caledônia



Fonte: Autoria própria, 2022.

Figura 74- Visão do planalto onde se localiza a cidade de Nova Friburgo a partir do bairro de Cascatinha



Fonte: Autoria própria, 2022.

O clima ideal para atividades turísticas decorrentes das matas e a pouca vocação agrícola para o café (Faria, 2018) permitiram que Nova Friburgo se transformasse em um grande destino turístico regional, muito procurado por veranistas em busca das belezas e atrativos naturais dentro do parque, como o Pico da Caledônia. Então, a Mata Atlântica da Serra do Mar Fluminense Central conseguiu chegar com importantes fragmentos locais em Nova Friburgo depois da destruição ocasionada pelas atividades econômicas na Era do Capital.

A região da represa no bairro de Debossan apresenta uma Mata Atlântica em alto grau

de regeneração natural com florestas em excelente estado de conservação (Figura 75). Também é uma região com propriedades de alto poder aquisitivo e proximidade com o distrito de Mury, que é repleto de restaurantes, estabelecimentos comerciais que vendem produtos locais, rede de pousadas e acesso ao centro da cidade e aos distritos de Lumiar e São Pedro da Serra, também de alta vocação turística. Toda esta parte de Nova Friburgo faz parte do circuito gastronômico local, cujo acesso ao município passa por dentro do PETP.

Figura 75- Mata Atlântica em excelente estado de conservação em volta da represa do Debossan



Fonte: Autoria própria, 2022.

Também na região da Represa do Debossan, dá-se acesso (Figura 76) a grandes propriedades privadas de alto poder aquisitivo, como a pousada Vale dos Sonhos, que se encontra ao lado do antigo leito ferroviário. Há uma trilha que acompanha a antiga estação ferroviária com árvores de grande porte e riachos de Mata Atlântica utilizados por aventureiros locais para trilhas ao ar livre, mas este fácil acesso também incorre em problemas para o PETP, como a retirada de plantas ornamentais vista em campo por moradora local. Estas localidades mais próximas ao centro urbano da cidade de Nova Friburgo têm pouca influência cultural negra pelo apagamento histórico do passado e, porque as populações negras e pardas atuais vivem nas encostas favelizadas na periferia.

Figura 76- Florestas preservadas do PETP na localidade da represa próximo ao centro de Nova Friburgo



Fonte: Autoria própria, 2022.

As ferrovias permitiram a construção de uma infraestrutura que incorreu em uma economia altamente diversificada em Nova Friburgo, com um mercado consumidor de grande envergadura. A Mata Atlântica das regiões mais altas que estão no território do PETP teve vantagens porque a economia não era mais centrada em grandes propriedades cafeeiras ou comércio de madeira e a floresta prosperou novamente para chegar ao século XXI com remanescentes o suficiente para a criação de uma grande Unidade de Conservação no Rio de Janeiro.

Hoje, o distrito de Mury apresenta uma Mata Atlântica em avançado estágio de regeneração com árvores altas e grande diversidade biológica. Há uma ampla qualidade nas florestas locais, que se regenera depois do desmatamento provocado pelo cultivo de café e retirada da madeira, mas as atividades econômicas locais não estão inseridas na pecuária, que aqui está em pequena escala. A estrada que leva a Macaé de Cima pode se tornar um importante vetor de turismo pelo alto grau de preservação da Mata Atlântica (Campos; Ricarte, 2011) na localidade (Figura 77).

Figura 77- Mata Atlântica conservada junto à estrada principal em Macaé de Cima



Fonte: Autoria própria, 2024.

As florestas que começam no distrito de Mury e vão até as matas mais altas da região de Macaé de Cima foram local histórico da atuação de populações negras que fugiam da escravização colonial e tiveram todo este território da Mata Atlântica como refúgio e resistência frente ao aumento da utilização de escravos a partir do cultivo de café e posterior desbravamento das terras dos Sertões de Macacu. Os territórios do alto curso do Rio Macaé possuíam vários quilombos destruídos pela ocupação portuguesa e suíça destas terras que abrangiam a parte noroeste do parque. Ainda hoje, há uma localidade nas proximidades entre os municípios de Nova Friburgo e Silva Jardim chamada Quilombo, que prova o passado afrodiaspórico (Comitê de Bacia do Rio Macaé, 2016). Este tipo de topônimo é uma marca histórica que mostra a presença negra nos municípios de Nova Friburgo e Silva Jardim, em importante região do PETP.

Gomes (1993) enfatiza que fontes históricas mostram a insatisfação de fazendeiros de Nova Friburgo e cercanias com as constantes insubordinações de escravos e a pouca efetividade das autoridades em controlar estas insurreições. Apesar da enorme influência escrava no passado do município, a cultura negra vem sendo combatida e apagada silenciosamente pela gestão política e administrativa centrada em antigas práticas coloniais, agora visualizadas em grande gentrificação que empurra as populações mais pobres e vulnerabilizadas (a maioria negra e parda) para setores sem infraestrutura urbana adequada, até mesmo nos bairros mais próximos do PETP.

Hoje, essas regiões apresentam matas em excelente estágio de conservação, indo da região de Macaé de Cima até o município de Silva Jardim em seus limites com Cachoeiras de

Macacu. Como referido anteriormente, o relevo muito acidentado preservou grandes áreas de Mata Atlântica e serviu de refúgio para povos indígenas e depois escravos africanos durante o período colonial. Esta região também foi dominada por agricultura de base familiar e cultivo camponês (Figura 78), que também foi outro fator de conservação e regeneração das matas frente aos avanços de atividades econômicas potencialmente perigosas para os modos de vida e biodiversidade local (Campos e Ricarte, 2011).

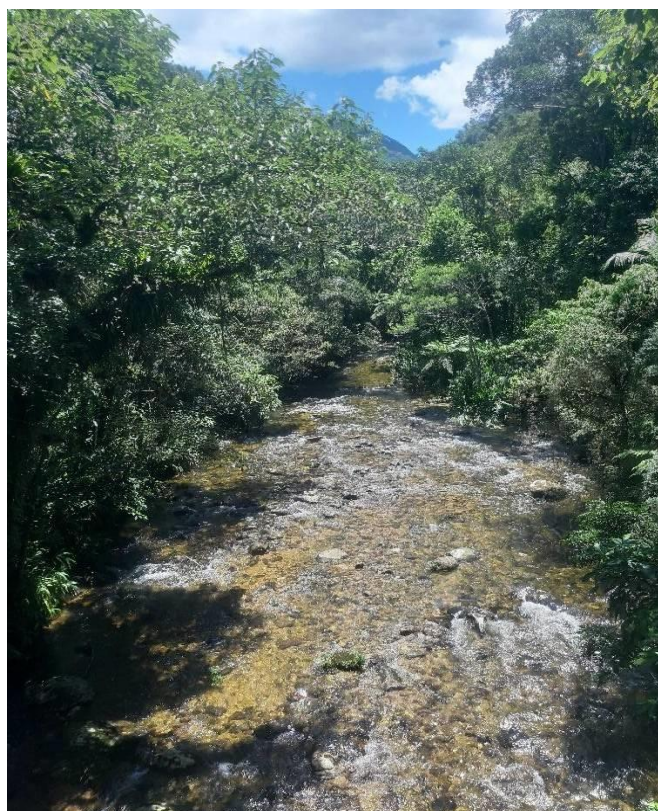
Figura 78-Camponesa negra junto ao PETP em Macaé de Cima



Fonte: Autoria própria, 2024.

No coração da região de Macaé de Cima, as localidades de Galdinópolis e Sertão do Rio Bonito são testemunho vivo de uma Mata Atlântica muito similar ao que os colonizadores encontraram no passado e que ainda hoje possui uma vegetação luxuriante e repleta de atrativos naturais que podem ser melhor visitados e conhecidos a partir da melhora de infraestrutura turística. No trabalho de campo, em Macaé de Cima, nota-se como a dificuldade de acesso ainda hoje foi um dos principais fatores para a atuação negra em Nova Friburgo a partir das muitas fazendas de café repletas de escravos. As brechas camponesas realizadas pelas populações afrodiaspóricas, tanto pelos escravizados como pelos aquilombados nas matas, foram parte substancial da africanização destas paisagens (Figura 79).

Figura 79- Rio Macaé nas antigas paisagens quilombolas da região de Macaé de Cima



Fonte: Autoria própria, 2024.

Historicamente, o município de Nova Friburgo é associado à imigração europeia que começou a ocorrer em meados do século XIX de países como Suíça, Alemanha, Portugal e Espanha. No entanto, o passado colonial escravista também foi constante em terras friburguenses, o que atestam as histórias de antigos quilombos na Mata Atlântica do município, já apresentadas. Estes imigrantes vinham para o Brasil em troca de promessas de riquezas de terras, mesmo que o país tivesse mão-de-obra variada entre os escravizados e seus descendentes. As terras serranas do município de Nova Friburgo foram laboratório para estas políticas de embranquecimento (Lozada, 1991), que contribuem até hoje para um apagamento da contribuição negra na história desta parte dos antigos Sertões de Macacu.

Apesar das ideias repletas de racismo colonial institucionalizado pelo comércio de escravos, as populações imigrantes vieram para praticamente fazer os mesmos tipos de atividades que faziam os escravos (Lozada, 1991). Na região de Macaé de Cima, houve embates entre os imigrantes europeus e os quilombolas que disputaram as terras ao longo do Rio Macaé (Lima, 2010), que percorria esta região do PETP no passado. Estes quilombos, tal qual todos no Brasil, também foram vistos como uma ameaça para as autoridades coloniais e foram severamente reprimidos pelas autoridades locais que seguiam a lógica dos grandes proprietários de terras após o desbaratamento dos antigos sertões.

Este aporte migratório de colonizadores suíços, a primeira experiência deste tipo de colonização de mão-de-obra livre com outro tipo de estrangeiro, exceto o próprio português (Comitê de Bacia do Rio Macaé, 2016), foi um dos processos de conflitos territoriais que expulsaram os quilombolas já radicados nas matas, além de se apropriarem de seus pequenos cultivos agrícolas dentro da Mata Atlântica. Há, inclusive, vastos afloramentos rochosos de grande magnitude, como a Pedra Riscada, que foi esconderijo de quilombolas no passado escravocrata. O trabalho do Comitê de Bacia do Rio Macaé assim diz a respeito da ocupação desta região (2016, p. 26):

Enquanto em Friburgo desenvolveu-se um sistema de trabalho livre, basicamente familiar, com uma produção voltada principalmente para a auto sustentação, nas áreas adjacentes desenvolveu-se a monocultura do café com base no trabalho escravo. Essas diferenças têm consequências sociais e ambientais que se manifestam até o momento atual. Nas áreas em que predominou o trabalho familiar e uma produção mercantil limitada, o ambiente ficou mais conservado; já nas áreas ocupadas pela monocultura escravista, a degradação foi muito maior. Por isso, atualmente, o território da Sub-Bacia do Alto Rio Macaé é uma das áreas que tem a cobertura florestal mais conservada do Estado do Rio de Janeiro.

Algumas áreas de Nova Friburgo apresentavam um clima mais frio e impróprio para o café e as matas eram poupadas da destruição provocada por seu cultivo, mas também amplas regiões do município tiveram seu apogeu cafeicultor. É razoável supor que a demora ou esquecimento destas áreas de Mata Atlântica as transformaram em refúgios excelentes e tardios para os escravizados locais que auxiliavam na derrubada do próprio regime colonial escravista do Estado do Rio de Janeiro.

Como em outras áreas da Mata Atlântica, os escravos utilizavam a floresta para manter sua cultura viva em práticas religiosas e cultos a uma floresta que possuía semelhança com suas terras natais na África. Todavia, não era fácil esta tarefa porque os cultos africanos eram proibidos e perseguidos por um sistema colonial brutal com as populações negras e a natureza da Mata Atlântica. Sendo perseguidas, as populações negras afrodiáspóricas friburguenses continuavam sua luta e reafirmação cultural com a africanização da paisagem no município.

Os aquilombados, com seus cultivos agrícolas à revelia dos senhores de terras e autoridades coloniais, estabeleceram outras culturas ecológicas com seus saberes trazidos ou aprendidos de outros escravos, assim como dos povos indígenas que ainda existiam nos Sertões de Macacu. Diante da presença de grandes latifundiários escravocratas, foi construída uma hipótese de apagamento, onde a presença negra existia apenas enquanto trabalhadores do sistema colonial da *plantation*. No entanto, o trabalho destas populações negras ocorria em todos os setores da economia colonial e pós-independência (Lozada, 1991; Cardoso, 2024).

Apesar da extrema importância da mão-de-obra negra para que o sistema de agricultura e mineração colonial funcionasse, esta importância é apagada da história, quando comparada, por exemplo, com o papel desempenhado pelos imigrantes europeus em regiões que escolheram ou foram trazidos, como Nova Friburgo. Esta ideologia do apagamento continua a ser compatível com a mentalidade escravocrata que subsiste até hoje no Estado do Rio de Janeiro, apesar de sua grande composição étnica negra (Lozada, 1991).

O grau de africanismo em Nova Friburgo pode ser considerado moderado na maior parte de seus distritos constituintes porque os descendentes dos imigrantes europeus e as populações brancas de grande poder aquisitivo adquiriram ou herdaram a maior parte das terras do município. Hoje, as populações negras afrodiáspóricas sobrevivem ao redor e dentro do PETP nas localidades rurais, como as da região de Salinas, em pequenos cultivos agrícolas. Também sobrevivem nas franjas da cidade de Nova Friburgo, nas favelas e periferias que rondam o centro urbano municipal, onde vive a maior parte das populações brancas que são maioria.

Por conta de sua proximidade do centro urbano da cidade, há um bom fluxo de turistas em busca de banhos de cachoeiras e praticantes de esportes na natureza, como montanhistas, trilheiros e outros praticantes de atividades ao ar livre na floresta ou próximo delas. Nota-se problemas em relação ao turismo desordenado, como o descarte de lixo nas trilhas e veículos automotores que trafegam em grande velocidade, o que pode causar problemas graves como atropelamentos de pessoas e de espécies da fauna nativa local.

Hoje, as populações negras do município são parte substancial do povo friburguense e devem ser inseridas nas políticas públicas dos setores econômicos essenciais ao funcionamento da cidade, mas também em relação ao bioma Mata Atlântica, como o existente no PETP que resiste nas paisagens serranas locais com substancial contribuição do trabalho escravo do passado e dos antigos quilombolas que ocuparam terras ainda não incorporadas ao capital ainda na época dos Sertões de Macacu.

5.5.3 Africanização da paisagem em Guapimirim e Teresópolis

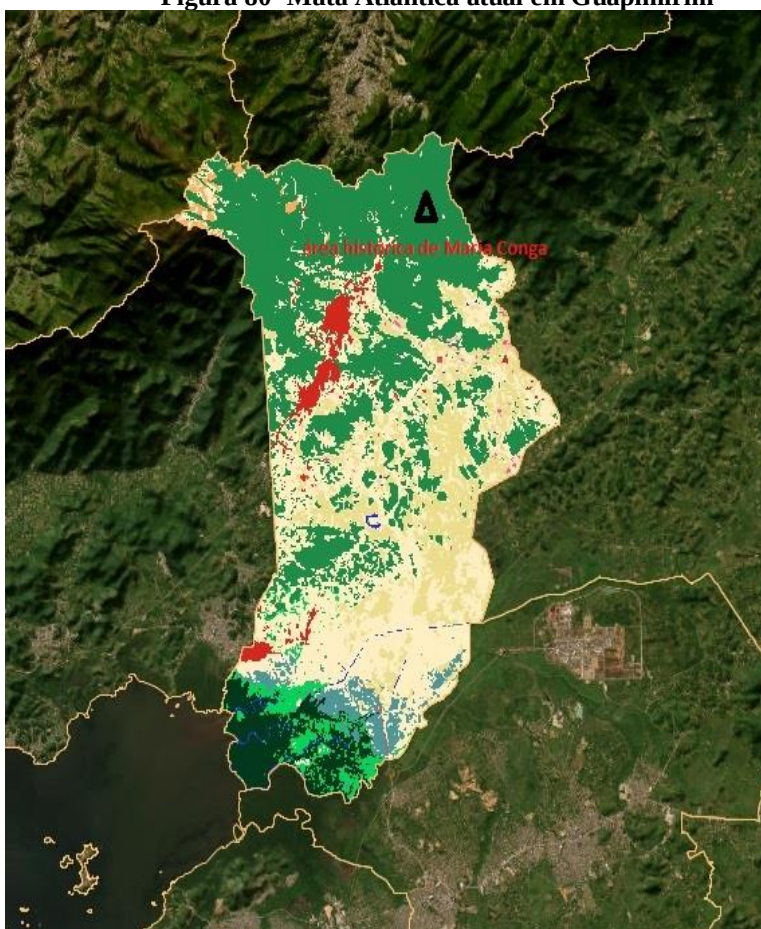
O município de Guapimirim apresenta uma estimativa populacional de quase 54 mil habitantes, onde a maioria (65%) é composta por negros e pardos, segundo o IBGE (2024). Esta grande população de descendência negra também constitui uma das maiores populações afrodiáspóricas do Estado do Rio de Janeiro, o que corrobora com a população de negros e pardos do município vizinho de Magé, de onde se emancipou em 25 de novembro de 1990. Estes dois entes atestam a grande influência negra até hoje nesta parte do Recôncavo da

Guanabara.

Suas terras estiveram quase que completamente inseridas nos antigos Sertões do Leste com predomínio do bioma Mata Atlântica até as décadas iniciais do século XIX. Esta parte do Recôncavo da Guanabara também recebeu grande contingente de populações negras escravizadas que foram utilizadas em atividades econômicas, como a cultura do café. Assim, deixaram suas marcas nas paisagens do município que concentra hoje uma pequena parte das matas do PETP.

Hoje, o bioma Mata Atlântica ocupa metade da área municipal com 46,4% (MapBiomias, 2023) em uma área de 358,443 km² (Figura 80). Estas matas remanescentes subsistem principalmente na zona serrana do município e na zona do litoral, onde se localizam os últimos manguezais da Baía de Guanabara em bom estado de conservação. As planícies e várzeas de Guapimirim possuem atividades agropecuárias com cultivos agrícolas e pastagens. As florestas estão protegidas por UCs como o Parque Nacional da Serra dos Órgãos e o PETP, além de RPPNs e outras áreas de conservação. A Mata Atlântica do município tem uma história marcante com as populações negras que será discutida a seguir.

Figura 80- Mata Atlântica atual em Guapimirim



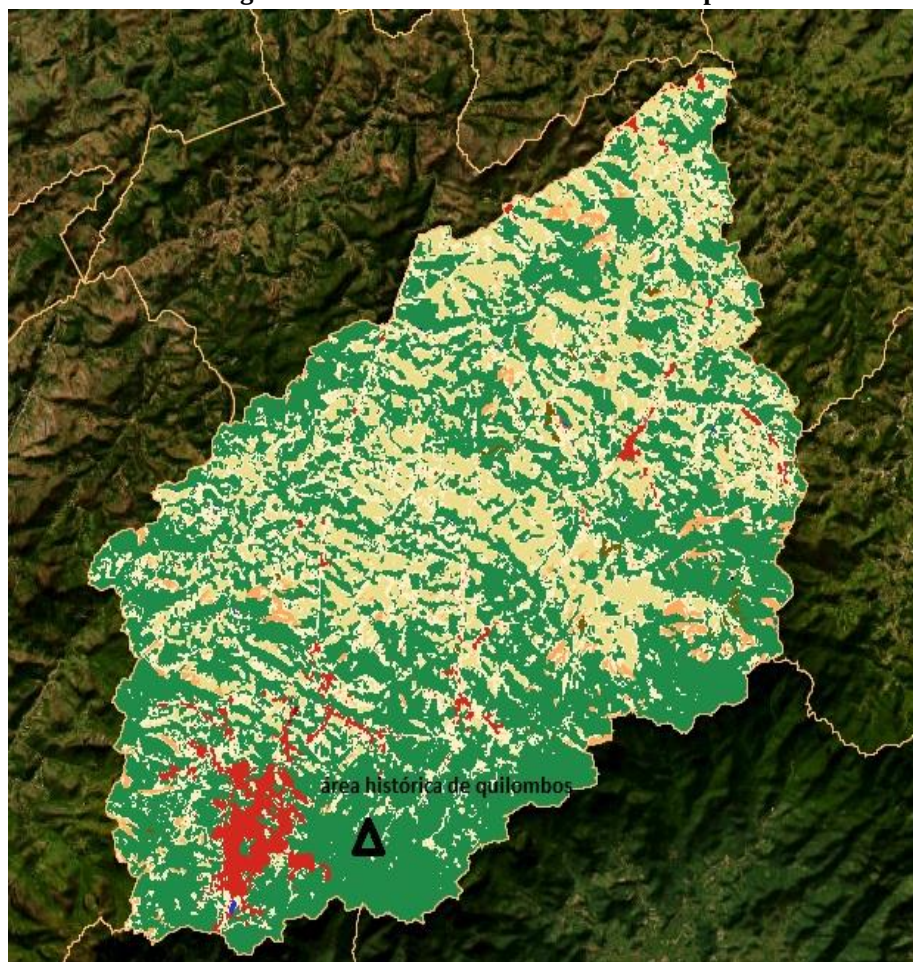
Fonte: Autoria própria e MapBiomias, 2025.

O município de Teresópolis apresenta uma estimativa populacional mais recente de quase 177 mil habitantes, dos quais 40% são compostos de pretos e pardos, segundo o IBGE (2024). O município possui a maior parte da população de pessoas que se declaram brancas, o que confirma a chegada de imigrantes europeus e o fato de as terras municipais terem um histórico como morada de representantes das elites coloniais do Brasil. As populações negras decorrem das atividades econômicas coloniais dentro do período da escravização e de imigrantes negros de outras partes do Estado do Rio de Janeiro que foram para estas terras da região serrana do estado.

As terras de Teresópolis faziam parte também dos antigos Sertões de Macacu e apresentavam uma densa Mata Atlântica descrita por inúmeros viajantes e naturalistas que estiveram na região no século XIX. A Mata Atlântica que hoje compõe as terras do Parque Nacional da Serra dos Órgãos e outros remanescentes inseridos no PETP são áreas de florestas que foram pouco alteradas e conseguiram sobreviver às atividades econômicas da Era do Capital, como aparece em uma das grandes obras de História Ambiental sobre o tema em Drummond (1997).

Atualmente, o município de Teresópolis possui 55% do território coberto por Mata Atlântica em variados graus de conservação (Mapbiomas, 2023) em uma área territorial de 770,661 km² (Figura 81), onde as matas mais preservadas se localizam nas zonas mais altas da Serra do Mar. Os outros remanescentes subsistem nos planaltos e vales centrais, seguindo o Vale do Rio Paraíba do Sul, entremeados por culturas agrícolas diversas e pecuária em menor escala. Teresópolis é um dos municípios de maior vocação agrícola do Estado do Rio de Janeiro, notavelmente nos distritos mais interioranos.

Figura 81- Mata Atlântica atual em Teresópolis



Fonte: Autoria própria e MapBiomias, 2025.

Historicamente, estes dois municípios fluminenses pertenciam à grande Freguesia de Magé, que englobava um território que ia até a divisa estadual com Minas Gerais, nos atuais municípios de Sapucaia e Sumidouro. Esta região do estado foi palco de amplas disputas étnicas dentro do regime colonial do Estado do Rio de Janeiro e apresentava grandes quilombos e insurreições negras como o grande Quilombo do Suruí, que foi destruído em 1818 (Grupo de Resgate e História de Magé, 2017).

Apesar de apresentar uma área territorial menor do que Teresópolis, Guapimirim é um município predominantemente negro em contraste com seu vizinho serrano, onde a maior parte da população se considera branca. Sua ligação histórica com Magé mostra que as matas do PETP de Guapimirim foram amplamente utilizadas pelos rebeldes liderados por uma grande liderança quilombola negra chamada Maria Conga. Esta líder negra faleceu com 103 anos de idade em 1895, tornando-se símbolo da cultura negra afrodiaspórica no Recôncavo da Guanabara.

A Mata Atlântica desta região do PETP foi território histórico de escravizados

aquilombados que se utilizavam de florestas que conseguiram sobreviver até hoje diante de áreas de difícil acesso e clima mais frio que impediu o cultivo do café em maior grau de intensidade, já que a planta não suporta temperaturas muito frias. O maior levante escravo protagonizado por Maria Conga tomava as matas dos dois municípios que hoje pertencem à UC deste estudo e foram testemunho da africanização imposta a estas paisagens. Hoje, as marcas da grande líder quilombola são atestadas por suas lembranças nos quilombos de Maria Conga, Feital e Bongaba, que são fruto da resistência histórica e afirmação negra afrodiaspórica nesta parte da Baía de Guanabara (Grupo Resgate Memória Magé, 2017), com seu busto (Figura 82) se destacando nas margens do mar no antigo porto da Piedade em Magé.

Figura 82- Busto de Maria Conga na localidade de Piedade em Magé



Fonte: Autoria própria e MapBiomias, 2024.

As atividades econômicas desmatam a Mata Atlântica em áreas de mais fácil acesso, onde hoje antigas matas de baixada se regeneram na Estrada RJ-122 que dá acesso entre as localidades Parada Modelo e São José da Boa Morte em Cachoeiras de Macacu (Figura 83). No encontro entre o PETP e o PARNASO Serra dos Órgãos, as florestas se encontram

preservadas entre propriedades privadas de populações de maior poder aquisitivo, como condomínios, casas de segunda residência e pequenas chácaras (Figura 84). Aqui, as populações negras ficaram no passado histórico nas andanças negras de Maria Conga (Grupo Resgate Memória Magé, 2017).

Figura 83- Fragmento de mata de baixada na localidade de Paraíso em Guapimirim



Fonte: Autoria própria, 2025.

Figura 84- Casas de segunda residência na localidade de Caneca Fina em Guapimirim



Fonte: Autoria própria, 2023.

A região de Guapimirim conhecida como Paraíso engloba as terras que pertenceram à antiga Estação Ecológica do Paraíso que foi extinta e incorporada ao PETP que possui limites entre três municípios (Guapimirim, Teresópolis e Cachoeiras de Macacu). Esta localidade possui uma população negra vigorosa desde o bairro de Orindi, onde trabalham com ocupações assalariadas nos centros urbanos de Guapimirim e Cachoeiras de Macacu. Também há expressivo número de trabalhadores em atividades agrícolas locais como camponeses, relembrando o quanto o Recôncavo da Guanabara foi importante para a consolidação de campesinatos negros em volta da Baía de Guanabara (Figura 85).

Figura 85- Casa camponesa na localidade de Limoeiro em Guapimirim



Fonte: Autoria própria, 2023.

A ocupação de Teresópolis e regiões das cercanias permitiu o surgimento de ferrovias e acessos por estradas que hoje facilitam a ocupação da região por moradores da capital que buscam locais de descanso em sítios, fazendas e casas de veraneio como segunda residência. É uma região promissora que possui uma expectativa de aumento de atividades turísticas como outras áreas do estado, por causa de seus atributos e atrativos culturais e ecológicos (Instituto Estadual do Ambiente, 2009). O PETP no bairro do Meudon, em sua sede Vale da Revolta, possui uma comunidade favelizada de pessoas de baixo valor aquisitivo que vivem no entorno imediato da UC (Figura 86).

Figura 86- Comunidades na região do Vale da Revolta em Teresópolis, local com grande população afrodescendente



Fonte: Diário de Teresópolis, 2023.

Recentemente, houve o aumento da criminalidade nesta parte do PETP (Diário de Teresópolis, 2025) por causa da omissão da gestão municipal nesta região de Teresópolis. Encontra-se uma população negra afrodiaspórica oriunda da expulsão de localidades mais rurais como Canoas, que viviam de cultivos agrícolas nas franjas das matas que hoje fazem parte do PETP. Este bairro, junto à Prata do Aredes e Varginha, tinha um campesinato que foi sendo destruído por conta de loteamentos para populações de maior poder aquisitivo, onde muitos lavradores de origem negra trabalhavam nas antigas fazendas locais (Domingues; Santos Pinto, 2011). A expulsão das populações mais pobres destas áreas mais rurais pode ser um importante fator para o menor grau de africanismo em Teresópolis e possivelmente nos bairros do Limoeiro e Caneca Fina em Guapimirim.

Hoje, as populações negras dos dois municípios são parte inconteste do povo guanabarinense e necessitam com urgência que os gestores municipais implementem políticas públicas para a grande população negra afrodiaspórica que vive entre as duas cidades. As florestas que fazem parte dos limites municipais de Teresópolis e Guapimirim são testemunho histórico da importante contribuição negra do passado e do presente não apenas para as matas do PETP, mas de outros remanescentes florestais de outras UCs de propriedades privadas nesta região do Recôncavo da Guanabara e adjacências.

5.5.4 Africanização da paisagem em Silva Jardim

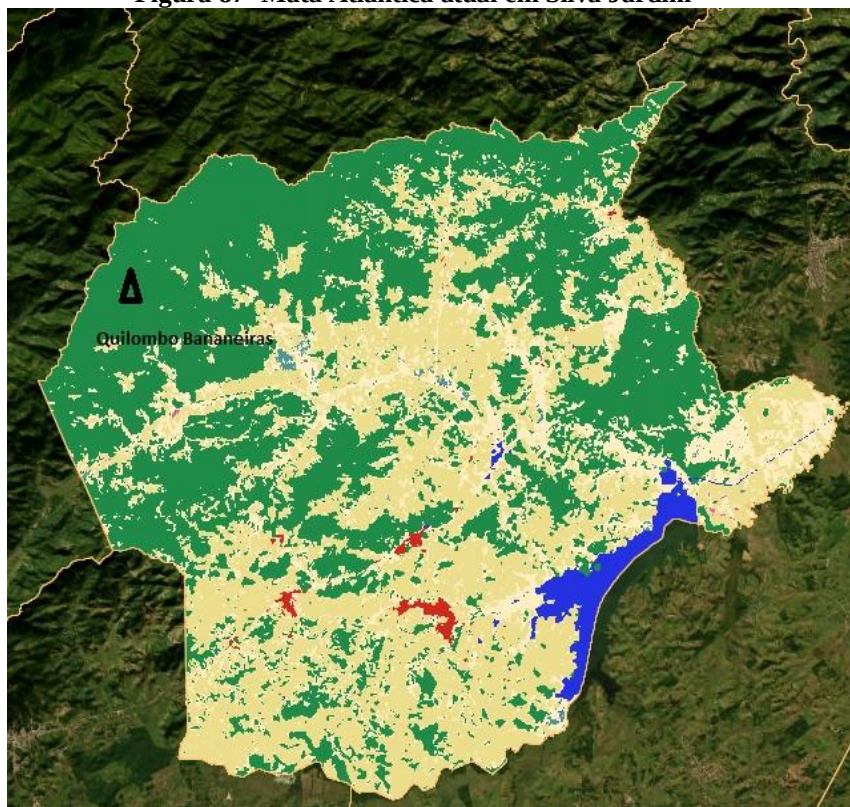
O município de Silva Jardim apresenta uma estimativa populacional de 22 mil habitantes, onde a maioria (63%) é composta por negros e pardos, segundo o IBGE (2024). Esta grande população de descendência negra reafirma um território onde a cultura negra faz parte da construção histórica das baixadas litorâneas do Estado do Rio de Janeiro, o que corrobora com os territórios afrodiaspóricos de outros municípios desta região limítrofe ao Recôncavo da Guanabara que possuem até hoje comunidades quilombolas como Cabo Frio, Armação de Búzios, São Pedro da Aldeia e Araruama.

Suas terras estiveram inseridas na antiga Freguesia de Cabo Frio, onde as fontes históricas mostram grande ocorrência de quilombos e insurreições negras entre os séculos XVIII e XIX. Como as serras municipais fazem limite com os municípios de Nova Friburgo e Cachoeiras de Macacu, pode-se reafirmar a atuação negra quilombola nas matas locais desde a região de Macaé de Cima em Nova Friburgo, até os antigos quilombos do Sana e de Macaé nos atuais municípios vizinhos de Macaé e Casimiro de Abreu. O município tem histórico de atividades econômicas agropecuárias na maior parte de suas terras, quando era conhecido até 1890 como Capivari e possuía exuberante Mata Atlântica que sobrevive nas terras mais altas.

Hoje, o bioma Mata Atlântica ocupa metade da área municipal com 46,4% (MapBiomias, 2023) em uma área de 937,755 km². Estas matas remanescentes sobrevivem na zona serrana do município junto aos limites de Nova Friburgo, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu e Macaé. As áreas de planícies de Silva Jardim são testemunho histórico do uso agropecuário, onde as pastagens ocupam 33% do município atualmente. As florestas restantes estão protegidas por UCs como o PETP, além de RPPNs e outras áreas de conservação. Vale ressaltar que Silva Jardim possui o maior número de reservas particulares do Brasil, todas no bioma Mata Atlântica.

A Mata Atlântica do município de Silva Jardim (Figura 87), junto aos limites municipais de Cachoeiras de Macacu e Nova Friburgo, possui as florestas mais preservadas do PETP, principalmente em áreas de difícil acesso. Estas localidades rurais entre estes três municípios possuem extrema dificuldade de acesso até hoje e atestam a importância histórica desta região enquanto território negro afrodiaspórico durante o período da escravidão e a inserção desta região do Estado do Rio de Janeiro na Era do Capital durante o ciclo do café. Os topônimos locais comprovam a existência e atuação de populações negras no passado e a africanização destas paisagens em lugares como Pico do Quilombo, que se localiza nas serras entre Silva Jardim e Casimiro de Abreu (Lima, 2013).

Figura 87- Mata Atlântica atual em Silva Jardim



Fonte: MapBiomas, 2025.

Esta interseção geográfica de serras é testemunho incontestado da atuação e formação de quilombos que ajudaram na preservação de florestas, principalmente nas áreas mais altas que futuramente foram incorporadas ao PETP nas localidades de Gaviões e Correntezas do município de Silva Jardim. A atuação de populações negras aquilombadas nesta parte da região serrana do estado atesta a importância da Mata Atlântica enquanto bioma que foi africanizado e transformado em territórios negros afrodiaspóricos que possuem relações ecológicas bem diferentes com as matas e ecossistemas, como já discutido em outras partes desta tese.

A região noroeste do PETP guarda notáveis florestas de alto grau de conservação mesmo quando o antigo município de Capivari teve atividades econômicas ligadas ao café, à pecuária e à extração de madeira. Estas escarpas serranas guardam tesouros do ponto de vista da diversidade ecológica e cultural, como enormes espécimes de árvores de madeira-de-lei. Esta parte da UC ainda possui pouca pressão turística pela falta de infraestrutura municipal para este setor econômico, onde Silva Jardim se apresenta como o único município com terras no PETP sem qualquer sede, mesmo o município recebendo verba do ICMS ecológico por causa da existência de seus remanescentes de Mata Atlântica (Pedro, 2017).

Apesar do alto grau de conservação das matas do PETP no município, esta falta de infraestrutura e o isolamento das localidades onde estão estas serras fazem com que a região seja ocupada e impactada por antigos e novos vetores de destruição ambiental, como o desmatamento para atividades agropecuárias e a caça clandestina. Os motivos para a preservação das matas do passado, como o isolamento e difícil grau de acesso que facilitaram a conquista e africanização da Mata Atlântica, hoje se transformam em perigos para esta parte do PETP. Os registros históricos afrodiaspóricos das paisagens locais sugerem a influência africana, mas hoje a colonização europeia vinda de Nova Friburgo permitiu que os antigos quilombolas fossem expulsos e os quilombos destruídos. Assim, hoje as grandes propriedades possuem como proprietários os descendentes de antigos colonos suíços (Lima, 2013). Não há comunidades quilombolas atuais como as que existem em outras partes da antiga Freguesia de Cabo Frio.

O município de Silva Jardim, antigamente, foi conhecido como Capivari. A influência de populações negras afrodiaspóricas nestas terras foi intensa, apesar do apagamento histórico da atuação dos escravizados e dos aquilombados que manejaram as paisagens pelas serras e matas que hoje fazem parte do PETP. Na região conhecida como Sertão de Bananeiras, entre as localidades de Gaviões e Correntezas, existiu um grande quilombo (Figura 88) que pode ser visualizado abaixo. Este território negro ocorreu justamente em terras do bioma Mata Atlântica que hoje compõem a UC deste estudo. Nota-se no esquema os rios e topônimos da localidade em uma região ainda bastante isolada da cidade de Silva Jardim, na confluência entre os limites territoriais de Cachoeiras de Macacu e Nova Friburgo. As fontes históricas demonstram que esta região limítrofe foi muito importante para a resistência cultural quilombola em florestas que ainda apresentam enorme diversidade ecológica (Figura 89).

florestas de Silva Jardim e Casimiro de Abreu. Todas estas revoltas afrodiaspóricas ocorreram no bioma Mata Atlântica e produziram marcas e vestígios históricos únicos que chegaram aos tempos modernos e demonstram as relações entre sociedade e natureza com as populações negras em interações ecológicas frente aos tipos vegetacionais da Mata Atlântica serrana fluminense.

Atualmente, o município de Silva Jardim guarda em sua memória histórica a atuação insofismável das populações negras do passado, mesmo em territórios aquilombados que não conseguiram chegar aos tempos recentes, mas nas regiões mais afastadas e isoladas do município na região de Mata Atlântica mais preservada junto ao atual PETP, populações negras ainda vivem nos antigos sertões e reafirmam a população negra de Silva Jardim como representantes legais e ancestrais dos guerreiros negros do passado que vicejaram nas matas locais em seus modos de existência e resistência dentro do habitar colonial destas terras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Mata Atlântica dominou historicamente todo o território do atual Estado do Rio de Janeiro e hoje ocupa principalmente as áreas mais altas das serras e alguns pequenos territórios de mata de baixada protegidos por UCs ou territórios indígenas e quilombolas. A região serrana do estado foi durante muito tempo território hostil aos colonizadores portugueses e refúgio não apenas das populações indígenas, mas também de populações negras que habitavam estas florestas de outras formas diversas do sistema colonial dominante implantado na Era do Capitaloceno.

A maior parte das terras ainda florestadas foi conhecida como Sertões de Macacu, até serem destruídas e alteradas por atividades econômicas da Era do Capital que se intensificaram com a chegada do café ainda no século XVIII. Então, as terras habitadas por populações negras em quilombos ou insurreições negras tiveram grandes conflitos com as forças coloniais, enquanto tentavam viver na Mata Atlântica com inserções ecológico-culturais que enriqueceram e protegeram regiões de florestas que, do contrário, seriam mais intensamente incorporadas às forças do capital em sua busca incessante pelo lucro mediante novas terras. Uma expressiva parte destas terras é hoje conhecida como Parque Estadual dos Três Picos.

O PETP é a maior unidade de conservação do Estado do Rio de Janeiro, sendo de vital importância para a proteção da imensa diversidade ecológica e cultural na região serrana. Os rios e nascentes do parque são essenciais para o abastecimento de água para a população de grandes municípios da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, assim como suas belezas naturais em vários setores da economia regional, como o turismo e setores agrícolas em pequena escala. A história das florestas nesta parte do estado está interligada às inúmeras atividades econômicas acontecidas no Recôncavo da Guanabara desde a retirada de madeiras-de-lei de alto valor econômico até o apogeu do café que avançou sobre os antigos Sertões de Macacu e eliminou a exuberante Mata Atlântica visualizada pelos viajantes e naturalistas que estiveram na região, além dos povos originários.

Toda a região do atual PETP foi território trabalhado e construído por populações negras afrodiaspóricas desde a sua chegada a esta região de Mata Atlântica para trabalhar nos engenhos de cana-de-açúcar ou na retirada de madeira-de-lei de espécies que hoje estão quase desaparecidas no bioma na totalidade no Estado do Rio de Janeiro. Estes novos agentes sociais foram tendo novas relações com as florestas encontradas e a cultura de povos que nunca haviam visto antes da diáspora, transformando as paisagens fluminenses em paisagens

bioculturais negras que podem ser visualizadas como marcas e testemunhos históricos em todos os municípios que fazem parte do território da UC.

Os trabalhos de campo, a literatura primária e secundária visitada, as fotos das paisagens e as particularidades históricas e ecológicas da região de estudo foram sendo esmiuçadas no texto com esmero e trabalho com fontes que entendem o papel de populações negras, como nos antigos quilombos, como algo a ser combatido e apagado da história oficial. No entanto, os resultados alcançados demonstram que o papel das populações negras enquanto gestores e construtores da paisagem jamais esteve ausente e é essencial para que o bioma Mata Atlântica tenha existido até ser configurado como PETP nesta parte da região serrana do RJ.

Dentro deste panorama, a inserção de populações negras na Mata Atlântica durante as experiências coloniais no Brasil permitiu que outras culturas agroecológicas surgissem mesmo no sistema colonial brasileiro dominante. Os africanos foram trazidos em migrações forçadas aos antigos Sertões de Macacu do Estado do Rio de Janeiro para trabalharem nas atividades econômicas coloniais, mas também contribuíram com sua cultura negra para a construção de novos sistemas agroecológicos frente ao bioma Mata Atlântica e seus tipos de ecossistemas. As trocas bioculturais de plantas, animais, métodos de cultivo, navegação e maneiras de habitar florestas, rios e manguezais foram imprescindíveis para que as populações negras se adaptassem às dificuldades impostas pelas florestas que fariam mais tarde parte do PETP.

Surgiram florestas culturais, onde a Mata Atlântica adquiriu uma forma bem distante das encontradas pelos portugueses que aqui estiveram há mais de 500 anos. Essas paisagens se africanizaram com as novas relações políticas, culturais e ecológicas das populações negras que viveram no habitat colonial construído nesta região do Estado do Rio de Janeiro durante a Era do Capitaloceno brasileiro. Algumas plantas africanas, como o café e as espécies de gramíneas, auxiliaram na destruição das matas em atividades agropecuárias que alteram as paisagens locais desde a chegada de naturalistas e viajantes estrangeiros, principalmente durante os séculos XVIII e XIX.

Estas populações negras encontraram ambientes naturais e paisagens desconhecidas de seus locais de origem no continente africano, mas também florestas e ecossistemas semelhantes aos encontrados no continente africano com suas plantas, animais, rios e manguezais similares aos das florestas tropicais da costa de onde os escravos eram comercializados. Esta dualidade entre viver em um ambiente hostil escravocrata e um outro

que amenizava a dura vida dentro do próprio sistema colonial foi uma constante no habitat colonial estabelecido dentro da Mata Atlântica.

Destruíram as matas, mas ao mesmo tempo construíram refúgios em sertões ainda não incorporados ao capital, criando outras práticas culturais e ecológicas neste bioma. Os africanos e seus descendentes criavam assim, novos sistemas agroecológicos cada vez mais complexos baseados em intercâmbios bioculturais com plantas e animais trazidos da África, da Ásia e dos povos originários indígenas que interagem dentro da Mata Atlântica e seus ecossistemas associados. Estas novas paisagens negras afrodiaspóricas são autêntica História Ambiental negra.

As populações negras afrodiaspóricas aproveitam antigos caminhos indígenas, constroem templos religiosos católicos e são escravizadas em inúmeras atividades econômicas nas fazendas de cana-de-açúcar e café. Suas marcas e vestígios podem ser encontrados na região do atual PETP e suas cercanias em topônimos, plantas africanas, terreiros de religião de matriz africana, cultivos agrícolas de camponeses negros ou ainda antigas histórias de quilombos e insurreições negras do passado. Fontes históricas mostram que existiram quilombos por toda a antiga Vila de Antônio de Sá e nos antigos Sertões de Macacu. Estes territórios negros do passado se transformaram em uma Mata Atlântica africanizada.

Esta influência negra pode ser demarcada em duas regiões gerais no PETP: as resistências negras nas áreas mais baixas, como os vales dos rios, as florestas de baixada e os manguezais, e outra nas encostas serranas e serras mais altas. Nas antigas florestas de baixada de localidades como Guapiaçu em Cachoeiras de Macacu e Paraíso em Guapimirim, as populações negras se tornaram pequenos agricultores em formas camponesas junto à Mata Atlântica, que protegem as florestas de terras baixas que vêm sendo restauradas não apenas pelo setor privado em torno da Regua ou propriedades privadas que protegem importantes remanescentes, mas também pelo poder público através da criação do PETP e outras UCs menores existentes na região de abrangência da UC deste estudo.

As florestas de encostas e zonas de maior altitude foram refúgio de muitos quilombos que se transformaram em importante fator de resistência à incorporação destas terras às forças do capital e que hoje se tornaram as florestas mais preservadas do PETP, como nas localidades de Macaé de Cima e Serra da Boa Vista entre os municípios de Cachoeiras de Macacu, Nova Friburgo e Silva Jardim. O trabalho de campo nesta região ainda demonstrou a força histórica dos quilombos por meio de histórias de alguns moradores destas localidades e do grau de isolamento e conservação da Mata Atlântica local.

Estes momentos históricos de resistência negra foram essenciais para a preservação das matas que anos depois deram origem ao atual PETP. Foram preservadas como ambientes de fuga de escravos aquilombados ou como florestas culturais africanizadas mediante toda a influência afrodiaspórica oriunda das várias etnias africanas e de seus descendentes que viveram e vivem nesta parte da Mata Atlântica fluminense. As partes mais baixas de municípios do parque, como a região rural de Cachoeiras de Macacu e Guapimirim, apresentaram características singulares de seus ecossistemas que as populações negras aproveitaram para conseguirem habitar no mundo colonial e pós-colonial. Por outro lado, as densas florestas das partes altas de locais como Macaé de Cima, Serra da Boa Vista e Serras junto ao atual município de Teresópolis foram ambientes que os escravos aquilombados utilizaram para sobreviver à escravidão, como foi Maria Conga, um dos símbolos negros dos antigos quilombos da Mata Atlântica.

Nas matas paludosas e manguezais, viveram da caça de animais e da pesca. Também faziam pequenos cultivos agrícolas vistos até hoje na zona rural de Cachoeiras de Macacu e Guapimirim, embora nunca estivessem afastados da economia regional colonial do Recôncavo da Guanabara. Nas partes mais altas da Serra do Mar central do Estado do Rio de Janeiro, viviam da caça e de cultivos agrícolas de subsistência dentro da Mata Atlântica antes e após o desbravamento dos antigos Sertões de Macacu. Além disso, também possuíam relações com escravos das fazendas em trocas de mercadorias e pequenos furtos às fazendas escravistas e viajantes, tal qual o mais famoso fora-da-lei, conhecido pela alcunha de Mão-de-Luva. Foram construindo histórias ecológicas negras únicas nestes dois ambientes geográficos do atual PETP em estratégias muito diferentes das praticadas pelo sistema colonial escravocrata da monocultura em grandes propriedades.

Após o apogeu do café, a Mata Atlântica que deu origem ao PETP teve outros fatores que explicam sua volta a muitos lugares outrora devastados, como locais de difícil acesso. Dentro destes ecossistemas africanizados, camponeses fazem até hoje pequenos cultivos agrícolas, como os Hervanos que vivem em área isolada na serra entre Cachoeiras de Macacu e Silva Jardim. Entre estes camponeses, ainda há descendentes de populações negras que vivem em territórios negros afrodiaspóricos tanto em áreas mais rurais como em áreas mais urbanas, como em comunidades favelizadas do município de Teresópolis, que tiveram o acréscimo de movimentos migratórios que também foram palco de conflitos camponeses por terras em meados do século XX. Então, esta Mata Atlântica, enriquecida pela cultura africana de várias etnias desde a época colonial, se transforma e sobrevive junto aos atuais movimentos de campesinato.

As relações históricas e ecológicas entre a Mata Atlântica e as populações negras continuam a existir e a ser mais complexas com os novos agentes culturais e atividades econômicas que compreendem o PETP e as partes dos municípios que fazem parte desta UC. Este campo negro pode ser visualizado em toda população negra que vive junto ao PETP, quando cultivam plantas africanas como o inhame, quando criam galinhas-de-Angola, quando cultuam espaços religiosos dentro da Mata Atlântica com plantas nativas ou oriundas de África ou ainda quando fazem uso de plantas medicinais da Mata Atlântica ou de quintais e hortas em suas pequenas e médias propriedades. As florestas são culturais e afrodiáspóricas porque as populações negras vêm construindo esta interação com a Mata Atlântica desde que o primeiro escravo apareceu nesta parte do atual Estado do Rio de Janeiro.

O Parque Estadual dos Três Picos, criado em 2002, protege antigas florestas africanizadas sob prisma ambiental e seus desdobramentos, mas a influência africana na Mata Atlântica foi e é de muita importância por apresentar visões ecológicas diferentes das europeias e da Era do Capitaloceno. Contudo, estas antigas florestas ainda são palco de antigos e novos conflitos e necessitam que a contribuição das populações negras do passado e do presente em sua preservação seja melhor descortinada e entendida para que a Mata Atlântica biocultural africana presente no PETP faça parte das políticas públicas ambientais desta e de outras UCs do corredor central da Mata Atlântica Fluminense. Agora, embora não sejam mais escravos, grandes desafios são postos em um país de maioria negra que possui poucos estudos sobre História Ambiental negra.

A Mata Atlântica existente no Parque Estadual dos Três Picos foi enriquecida por processos culturais e ecológicos do passado, como a importante contribuição das populações negras. Estas novas paisagens africanizadas são testemunho histórico do passado colonial escravocrata da monocultura e da escravidão, mas também da construção e novos territórios negros de resistência ao sistema colonial vigente até hoje na Era do Capitaloceno. Os antigos aquilombados injetaram sangue africano na Mata Atlântica colonial por motivos de sobrevivência e foram grandes gestores das paisagens, mas ao mesmo tempo, ajudaram na construção de florestas bioculturais africanizadas que persistem nas paisagens após séculos de destruição pelas atividades econômicas do capitalismo.

Hoje, os descendentes dos escravizados de ontem ainda dependem dos atrativos naturais da Mata Atlântica através dos banhos de cachoeira, das plantas medicinais ou dos espaços sagrados dentro das antigas matas. É necessário que novas conexões sejam estabelecidas entre os moradores afrodiáspóricos e os novos agentes e gestores destas florestas dos antigos Sertões de Macacu. Ainda mais porque as áreas mais preservadas de

matas no PETP foram regiões históricas de grande atuação negra no passado, como nos quilombos, assim como vários territórios afrodiaspóricos atuais protegem expressivas partes da UC, mesmo em terras fora do parque.

Todo este passado de luta e resistência afrodiaspórica na Mata Atlântica existente no PETP é testemunho incontestado do heroísmo dos escravizados que praticavam cultivos agrícolas nas brechas camponesas das fazendas ou dos quilombado que enveredavam nas florestas densas tão propaladas pelos antigos viajantes e naturalistas do passado que foram devastadas e desbaratadas pelas forças do capitalismo brasileiro fluminense. Estas florestas culturais africanizadas devem ser valorizadas pela cultura e ancestralidade negra em projetos de educação ambiental nas escolas da região ou na criação de espaços históricos que mostram e representam sobre a contribuição negra para a manutenção das florestas por uma História Ambiental negra decolonial.

Em relação aos municípios do estudo que tiveram trabalho de campo, com exceção de Silva Jardim, algumas particularidades foram encontradas em relação à atuação das populações negras. O município de Nova Friburgo teve a atuação negra historicamente apagada em relação à migração de populações europeias como laboratório do que aconteceria em outras partes do Brasil, mas na pesquisa, a formação de quilombos principalmente na região de Macaé de Cima foi uma constante, inclusive com conflitos frente aos novos imigrantes suíços que adentraram terras do município até chegarem a Silva Jardim.

Teresópolis e Guapimirim tiveram atuação constante de insurreições negras, como as da líder quilombola Maria Conga que adentrou as terras junto aos atuais PETP e Parnaso Serra dos órgãos, o que corrobora com muitas fontes como as de José Augusto Drummond sobre o porquê algumas áreas da Mata Atlântica conseguiram sobreviver às atividades econômicas do capital mesmo estando perto da capital do império e da intensidade destrutiva do café no Vale do Rio Paraíba do Sul.

Cachoeiras de Macacu está repleta de atuação negra afrodiaspórica e camponesa até hoje em suas paisagens, corroborando fontes históricas que mostram a construção de grandes campesinatos negros em toda esta parte do Recôncavo da Guanabara, mesmo durante o período colonial, além de grandes quilombos em toda a antiga Vila de Santo Antônio de Sá. Esta força dos quilombos e campesinatos antigos é notada pela grande população negra que ainda vive em Cachoeiras de Macacu e seu vizinho Guapimirim, com expressivo contingente de campesinato negro em cultivos agrícolas que abastecem a região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.

Também vale ressaltar a existência de duas populações negras camponesas entre as serras de Cachoeiras de Macacu e Silva Jardim chamadas Hervanos, que ainda possuem poucos estudos e trabalhos mesmo em termos antropológicos, por estarem vivendo em condições bem similares às dos antigos quilombos e campesinatos negros do passado colonial, como pequenos cultivos agrícolas nas matas locais, coleta de água de nascentes e casas rústicas com material retirado das proximidades. Apesar de viverem relativamente próximos ao centro urbano de Cachoeiras de Macacu, sua existência ainda é desconhecida da população municipal.

Este trabalho foi construído mediante múltiplas fontes diferentes em trabalho interdisciplinar, como o programa do PPGMA exige, e sustentada por uma nova construção de estudo do campo da História Ambiental, onde enfatizou-se a contribuição negra dentro das relações históricas entre sociedade/natureza. As fontes do passado sobre o papel das populações negras ainda são escassas porque territórios negros, como os quilombos que reafirmavam outras formas de habitar e interagir com a natureza no universo colonial, eram atacados e esquecidos.

Este novo campo de estudos dentro não apenas da História Ambiental, mas das ciências socioambientais, é fundamental em um país onde o racismo colonial é estruturante em toda a sociedade, não apenas do Estado do Rio de Janeiro, mas do Brasil. Também porque o apagamento histórico do papel das populações negras na Mata Atlântica e todos os biomas aqui existentes ainda é uma realidade que precisa ser combatida através da consolidação de conceitos como Capitaloceno e Ecologia Decolonial frente aos conceitos coloniais de Antropoceno ou Desenvolvimento Sustentável.

Entender as relações histórico-ecológicas entre as populações negras afrodiáspóricas e as UCs é urgente para a reafirmação da importância da cultura negra para a construção das paisagens atuais das áreas protegidas e dos biomas como a Mata Atlântica do Estado do Rio de Janeiro em suas particularidades. Esta importância histórica e cultural deve ser salientada nos planos de manejo do PETP e outras UCs através de políticas públicas que atestem a contribuição dos povos retirados à força de suas terras natais para trabalharem no sistema colonial dominante que atenta não apenas contra os povos locais, assim como também contra a natureza.

A História Ambiental negra ainda é um campo em construção que pode e deve ser enriquecido com a atuação de novos pesquisadores que podem utilizar esta tese como um pequeno caminho e exemplo que ateste o papel que os povos negros afrodescendentes deram para a Mata Atlântica, o atual PETP e as sociedades fluminenses que ainda vivem e

sobrevivem nas terras e territórios negros que insistem em sobreviver nas sombras do capitaloceno brasileiro.

Esta pesquisa é uma homenagem a todos aqueles que lutaram pela sobrevivência no habitat colonial português e brasileiro nos Sertões de Macacu na Era do Capital. A inserção dos antigos Sertões de Macacu nesta Era do Capital transformou a Mata Atlântica e as populações negras em mercadoria, onde houve genocídio colonial dos povos indígenas, populações negras e do bioma Mata Atlântica. Agora a existência de populações negras afrodiáspóricas, territórios negros pós-coloniais e florestas culturais na região de estudo é o testemunho vivo da resiliência cultural e ecológica dos quilombos e florestas do passado que foram ressignificados historicamente e que agora podem ser melhor valorizados pelas gerações atuais e futuras na integração interdisciplinar das ciências ambientais entre a preservação ambiental e a justiça ambiental, protegendo assim a diversidade ecológica e cultural do que se conhece hoje como Parque Estadual dos Três Picos.

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias

AGASSIZ, Jean Louis Rodolphe; AGASSIZ, Elizabeth Cabot Cary. **Viagem ao Brasil 1865-1866**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2000.

BURMEISTER, Hermann. **Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

BURTON, Richard Francis. **Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2002.

CANSTATT, Oscar. **Brasil: terra e gente** (1871). Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2002.

CARNEIRO, Edson. **O Quilombo dos Palmares**. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

DA PRÚSSIA, Adalberto. **Brasil: Amazonas-Xingu**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2002.

DA SILVA, Danuzio Gil Bernardino (Org). **Os diários de Langsdorff - Vol. 1**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1997.

DE SININBÚ, João Luis Vieira Cansanção. **Notícias das colônias agrícolas suíça e alemã**. Niterói: Typographia de Amaral e Irmão, 1852. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/267621>. Acesso em 07 de fevereiro de 2025.

DE VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Historia geral do Brasil: Antes da sua separação e independência de Portugal**. 2ª ed. Tomo 1. Rio de Janeiro: Laemmert, 1877.

FORTE, José Matoso Maia. Vilas fluminenses desaparecidas: Santo Antônio de Sá. **Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, v. 44, p. 34-66, 1937. Disponível em http://memoria.bn.br/pdf/181897/per181897_1937_00001.pdf. Acesso em 27 jan. 2024.

GARDNER, George. **Viagens no Brasil: principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841**. V. 223. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

KIDDER, Daniel Parish. Excursão ao Macacu-Barqueiros velejando na Baía-Venda paciência-Vila Nova-Uma noite no Rio-Macacu-Convento e suas terras-O Tabelião-Ciência e Moral-Passageiros- Hino Nacional-Porto das Caixas-Insalubridade do Lugar-O Boticário-Destruição de Publicações-Almoço-Engenho do Sampaio- Encalhe na Baía-Portos-Iguaçu-Ilhas. **In Reminiscências de viagens e permanências no Brasil (Rio de Janeiro e Província de São Paulo)**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2001. p. 157-170.

LAMBERG, Maurício. **O Brasil: ilustrado com gravuras**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Typographia

Nunes, 1896.

LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio-de-Janeiro e partes meridionais do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Martins Editora, 1942.

MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. **A Escravidão no Brasil - Ensaio Historico-Juridico-Social**. 3ª parte. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1867.

PIZARRO E ARAÚJO, Joze de Souza Azevedo. **Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas A'jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil**. Tomo II. Rio de Janeiro: Impressão Regia, 1820.

RUGENDAS, João Moritz. **Viagem pitoresca através do Brasil**. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

SAINT-HILAIRE, Augustin François César Prouvençal de. Livro de Viagem: Que tratei de fazer do Rio de Janeiro a Vila Rica e de Vila Rica a São Paulo, para ir buscar as 20 caixas que deixaram nesta última cidade. In: SAINT-HILAIRE, Augustin de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2019.p. 455-476.

_____. **Viagem pelas Províncias de Rio de Janeiro e Minas Geraes, tomo I**. Rio de Janeiro-São Paulo-Recife-Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938.

SMITH, Herbert Huntington. **Do Rio de Janeiro a Cuyabá: notas de um naturalista**. São Paulo: Companhia Melhoramentos de S. Paulo, 1922.

SPIX, Johann Baptist; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp Von. Passeios pelos arredores do Rio de Janeiro. In: **Viagem pelo Brasil (1817-1820) - Vol. 1**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2017.p. 94-133.

VON TSCHUDI, Johann Jakob. **Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e S. Paulo**. São Paulo: Martins Editora, 1953.

WIED-NEUWIED, Maximilian Alexander Philipp zu. **Viagem ao Brasil: Nos Annos de 1815 a 1817**. 1ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

Fontes Secundárias

AGÊNCIA BRASIL; REGO, Tânia. Trilha dos Alagados, na Reserva Ecológica de Guapiaçu (REGUA), Cachoeiras de Macacu, Região Serrana do Rio de Janeiro. **Agência Brasil**, 17 de abril de 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/foto/2023-04/reserva-ecologica-de-guapiacu-regua-1681779278>. Acesso em 06 de jul. de 2025.

ALCÂNTARA, Valderí de Castro *et al.* Antropoceno: o campo de pesquisas e as controvérsias sobre a Era da Humanidade. **Revista Gestão & Conexões**, v. 9, n. 3, p. 11-31, 2020.

A VOZ DA SERRA. A origem de Nova Friburgo. **A voz da Serra**, 13 de maio de 2015. Disponível em: <https://acervo.avozdaserra.com.br/colunas/historia-e-memoria/origem-de-nova-friburgo>. Acesso em 05 de mar. de 2025.

_____. Escravidão em Nova Friburgo- Os quilombolas da serra. **A Voz da Serra**, 29 de agosto de 2013. Disponível em: <https://acervo.avozdaserra.com.br/colunas/historia-e-memoria/escravidaao-em-nova-friburgo-os-quilombolas-da-serra>. Acesso em 01 de fev. de 2025.

_____. Upam do Parque dos Três Picos flagram desmatamento irregular. **A Voz da Serra**, 18 de outubro de 2024. Disponível em: <https://avozdaserra.com.br/noticias/upam-do-parque-dos-tres-picos-flagram-desmatamento-irregular>. Acesso em 16 de fev. de 2025.

ACEVEDO, Rosa; CASTRO, Edna. **Negros do Trombetas**-Guardiães das matas e dos rios. 2ª ed. Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1998.

ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich. **Pós-extrativismo e decrescimento**: saídas do labirinto capitalista. Elefante, 2019.

ACSELRAD, Henri. Pandemia, crise ambiental e impasses da modernização ecológica do capitalismo. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 13, n. 2, p. 205-218, 2021.

ALENTEJANO, Paulo Roberto; AMARO JUNIOR, Jurandir; SILVA, Lucas. Luta por terra e reforma agrária no Rio de Janeiro (1950-2018). **GEographia, Niterói**, v. 24, n. 52, 2022.

ALIER, Juan Martínez. **O Ecologismo dos Pobres**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2018.

ALIMONDA, Héctor. La colonialidad de la naturaleza, Una aproximación a la Ecología Política. In: ALIMONDA, Héctor *et al.* **La naturaleza colonizada**: ecología política y minería en América Latina. Buenos Aires: Ciccus, 2011.

ALMEIDA, Fabiana Pureza de. **Histórico de Criação das Categorias de Unidades de Conservação no Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado Profissional) - Programa de Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável, Instituto de Pesquisa Ecológicas, Nazaré Paulista, 2014.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Anarquismo Ontológico e Verdade no Antropoceno. **Ilha**, v. 23, n. 1, p. 10-29, 2021.

ALMINO, João. **Naturezas mortas**: A Filosofia Política do Ecologismo. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1993.

ALTVATER, Elmar. El Capital y el Capitaloceno. **Revista del CIECAS-IPN**, v. IX, n. 33, 5-15, 2014.

_____. O Capitaloceno, ou a geoengenharia contra as fronteiras planetárias do capitalismo. In: MOORE, Jason W. (org.). **Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo**. São Paulo: Elefante, 2022. p. 189-222.

_____. **O fim do capitalismo como o conhecemos**: uma crítica radical do capitalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ALVARENGA, Felipe de Melo. Por um outro Vale do Paraíba. **Impressões Rebeldes**, 21 de setembro de 2023. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/revista/por->

um-outro-vale-do-paraiba/. Acesso em 24 de jan. de 2025.

ALVES, Denise; PRAZERES, Marcelo Antônio. Práticas religiosas em áreas protegidas: como garantir o respeito e o reconhecimento à diversidade cultural? *In*: CORRÊA, Aureanice de Mello; MOUTINHO-DA-COSTA, Lara; DE BARROS, José Flávio Pessoa (Org.). **A floresta-educação, cultura e justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.p. 45-61.

ALVIM DE MATTOS, Victoria Couto. **Vozes que ecoam da floresta: a História Ambiental Indígena da Mata Atlântica friburguense (RJ)**. Dissertação (Mestre em História) - Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, Niterói, 2025.

AMANTINO, Márcia. **O Mundo das Feras: Os moradores do Sertão oeste de Minas Gerais-Século XVIII**. Tese (Doutor em História) – Departamento de História e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

_____. Quilombos em Macaé no século XIX. **Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas**, v. 10, n. 18, p. 623-648, 2007.

ANDRADE, Tânia (Org.). **Quilombos em São Paulo** -Tradições, direitos e lutas. São Paulo: IMESP, 1997.

ANDRADE, Ugo Maia; SANTOS, Leana da Silva; SANTOS, Naiane Alves dos. Notas para uma ecologia dos índios Xokó (SE). *In*: SANTOS, Carlos; SILVA, Edson Hely; OLIVEIRA, Edivania Granja. **História ambiental, história indígena e relações socioambientais no semiárido brasileiro**. Paulo Afonso: Sabeh, 2018.p. 164-187.

ANTHONY, Carl. Reflections on the Purposes and Meanings of African American Environmental History. *In*: GLAVE, Dianne D.; STOLL, Mark (Ed.). **“To Love the Wind and the Rain”- Africa Americans and Environmental History**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Pre, 2005.p. 200-209.

ANTUNES, Tayla Gabrieli Rodrigues. Pela "Boa Conservação do Patrimônio Florestal da Nação": o Debate Político-Científico em Torno da Criação do Código Florestal Brasileiro (1906-1934). *In*: MELO, Patrícia Pinheiro de (Org.). **História ambiental: debates interdisciplinares**. Recife: UFPE, 2014.p. 259-273.

ARÃOZ, Horacio Alejandro Machado. Territorios y cuerpos en disputa. Extractivismo minero y ecología política de las emociones. **Intersticios. Revista sociológica de pensamiento crítico**, v. 8, n. 1, 2014.

_____. La ‘Naturaleza’ como objeto colonial. Una mirada desde la condición eco-bio-política del colonialismo contemporáneo. **Boletín Oñteaikén**, v. 10, p. 35- 47, 2010.

_____. O debate sobre o “extrativismo” em tempos de ressaca- A natureza americana e a ordem colonial. *In*: LANG, Miriam; DILGER, Gerhard; PEREIRA NETO, Jorge (Org.). **Descolonizar o Imaginário**. São Paulo: Elefante, 2020. p. 445-468.

_____. Pandemia: Sintomas do Capitaloceno-Parte 1. 2020. **Glac**, 26 de agosto de 2020. Disponível em <https://www.glacedicoes.com/post/pandemia-sintomas-do-capitaloceno->

parte-1-hor%C3%A1cio-machado-ar%C3%A1oz. Acesso em 26 de nov.2024.

ARRUDA, Gilmar; COLÁCIOS, Roger. Considerações ético-políticas na História (Ambiental): escalas e o presentismo da devastação. **Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha**, v. 9, n. 2, p. 64-94, 2019.

ASHER, Kiran. **Black and green: Afro-Colombians, development, and nature in the Pacific lowlands**. Durham and London: Duke University Press, 2009.

AZEVEDO, Veronica Maioli. **Uso de madeiras da Mata Atlântica em construções históricas no Rio de Janeiro**. Tese (Doutora em Ecologia e Evolução) - Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Evolução, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

BALÉE, William. O Programa de Pesquisa da Ecologia Histórica. **Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)**, v. 14, n. 28, p. 180-212, 2017.

_____. **Time and complexity in historical ecology**. New York: Columbia University Press, 2006.

BARRETO, Kellen. Mais de 98% dos quilombos no Brasil estão ameaçados, aponta estudo.**g1**, 16 de maio de 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/05/16/mais-de-98percent-dos-quilombos-no-brasil-estao-ameacados-aponta-estudo.ghtml>. Acesso em 31 de jan. de 2025.

BEINART, William; MIDLETON, Karen. Transferências de plantas em uma perspectiva histórica: o estado da discussão. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 10, p. 160-180, 2009.

BELANDI, Caio; GOMES, Irene. Censo 2022: pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda. **Agência de notícias IBGE**, 26 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda>. Acesso em 31 de jan. de 2025.

BERCK, Dean Erick; FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro. Dos mínimos calóricos aos mínimos sociais: a caça e a paisagem cultural das florestas do Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, Rogério Ribeiro; FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. **Paisagens do sertão carioca: floresta e cidade**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2020.p. 183-202.

BEZERRA, Nielson Rosa. **Mosaicos da Escravidão: identidades africanas e conexões atlânticas do Recôncavo da Guanabara**. Tese (Doutor em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

BONNEUIL, Christophe. The geological turn: narratives of the Anthropocene. In: HAMILTON, Clive; Bonneuil, Christophe; Gemenne, François (org.). **The Anthropocene and the global environmental crisis**. London; New York: Routledge, 2015. p. 17-31.

BONNEUIL, Christophe; FRESSOZ, Jean-Baptiste. **O acontecimento Antropoceno: a Terra, a história e nós**. São Paulo: Quina Editora, 2024.

BORINELLI, Benilson *et al.* Natureza Barata e Desigualdade Hidrossocial no Capitaloceno. **Revista Gestão & Conexões**, v. 9, n. 3, p. 122-146, 2020.

BOTELHO, Eloise Silveira. **Conflitos na gestão de parques: o caso do Conselho do Parque Estadual dos Três Picos (RJ)**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

BOTELHO, Janaína. Mão de Luva: O desbravador dos Sertões do Macacu. **Guia comercial e turístico de Nova Friburgo**, 03 de setembro de 2022. Disponível em: <https://friburgoascigtur.org/mao-de-luva-o-desbravador-dos-sertoos-do-macacu/>. Acesso em 31 de jan. de 2025.

BRAND, Ulrich; WISSEN, Markus. **Modo de vida imperial**: sobre a exploração de seres humanos e da natureza no capitalismo global. São Paulo: Elefante, 2021.

BRASIL, Lucas; QUINTEIRO, Mariana; PENNA-FIRME, Rodrigo. Transição da paisagem no Vale do Rio Paraíba do Sul (RJ/SP): História Ambiental do café à pecuária. In: OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de; RUÍZ, Adi E. Lazos. **Geografia histórica do café no vale do rio Paraíba do Sul**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2018.p. 169-188.

BRASIL. **Lei 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de julho de 2000. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em 16 de jun. de 2023.

_____. **O Golpe de 1964 e o apoio dos ruralistas**. Seções especiais do Arquivo Nacional, Brasília, 11 de junho de 2024. Disponível em: <https://querepublicaeessa.an.gov.br/index.php/que-republica-e-essa/assuntos/secoes-especiais/80-serie-especial-o-golpe-de-1964/514-o-golpe-de-1964-e-o-apoio-dos-ruralistas>. Acesso em 09 de fev. de 2025.

BRASILIANA ICONOGRÁFICA. **O trânsito intenso dos barcos na baía de Guanabara**. Brasiliana Iconográfica, 29 de outubro de 2023. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/artigos/23700/o-transito-intenso-dos-barcos-na-baia-de-guanabara>. Acesso em 31 de jan. de 2025.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BRITO, Ricardo Braga. “Luta-se pela terra livre”: conflitos fundiários e ocupações de terra na região da Fazenda São José da Boa Morte. In: **Ditadura, conflito e repressão no campo**: A resistência camponesa no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.p. 205-243.

BRONZ, Deborah; ZHOURI, Andréa; CASTRO, Edna. Passando a boiada: violação de direitos, desregulação e desmanche ambiental no Brasil. **Antropolítica, Revista Contemporânea de Antropologia**, v. 49, p. 8-41, 2020.

CABRAL, Diogo de Carvalho. **Na Presença da Floresta**: Mata Atlântica e História Colonial. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

_____. Entre o Machado e o Tição - Agricultura tropical extensiva e exploração madeireira no Rio de Janeiro colonial tardio. **História & Perspectivas**, nº 36-37, p. 313-362, 2007.

_____. **Homens e árvores no ecúmeno colonial**: uma história ambiental da indústria madeireira na bacia do Rio Macacu, Rio de Janeiro, 1763-1825. Dissertação (Mestrado em História Social), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2007.

_____. Lendo uma floresta do passado: a paisagem da Bacia do Rio Macacu (RJ) no final do século XVIII e início do XIX. **Geografia**, v. 33, n. 2, p. 217-234, 2008.

_____. **O “Bosque de Madeiras” e outras histórias**: A Mata Atlântica no Brasil Colonial (Séculos XVIII e XIX). Tese (Doutor em Ciências-Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

_____. Introdução. In: CABRAL, Diogo de Carvalho; BUSTAMANTE, Ana Goulart (Org.). **Metamorfoses florestais**: Culturas, ecologias e as transformações históricas da Mata Atlântica. Curitiba: Prismas, 2015.p. 17-33.

CÁCERES, Luz Stella Rodríguez. Percepções da paisagem a partir da memória e do parentesco no Quilombo Cafundá-Astrogilda. In: OLIVEIRA, Rogério Ribeiro; FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. **Paisagens do sertão carioca**: floresta e cidade. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2020.p. 83-118.

CALAZANS, Marcelo. ‘É um crime explícito!’: Marcelo Calazans fala sobre expedição no Território Quilombola do Sapê do Norte. **Racismo Ambiental**, 02 de outubro de 2018. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2018/10/02/e-um-crime-explicito-marcelo-calazans-fala-sobre-expedicao-no-territorio-quilombola-do-sape-do-norte/>. Acesso em: 21 de jan. de 2025.

CAMILO, Janaina Valéria Pinto. In: SOUSA RIOS, Kênia (Org.). **Experiências atlânticas e história ambiental**. Sobral: Sertão Cult, 2020.p. 225-239.

CAMPANILI, Maura; PROCHNOW, Miriam. **Mata Atlântica**: uma rede pela floresta. Brasília: RMA, 2006.

_____. **Mata Atlântica**: patrimônio nacional dos brasileiros. Brasília: MMA, 2010.

CAMPOS, João Batista; TOSSULINO, Márcia de Guadalupe Pires; MÜLLER, Carolina Regina Cury. **Unidades de Conservação**: ações para valorização da biodiversidade. Curitiba: Instituto Ambiental do Paraná, 2006.

CAMPOS, Rodrigo de Melo. **O Parque Estadual dos Três Picos (PETP) e sua inserção no contexto da conservação da natureza no Estado do Rio de Janeiro**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

CAMPOS, Rodrigo de Melo; RICARTE, André Luiz. **Diagnóstico de Campo turístico ambiental de Nova Friburgo-RJ**: Bacia Hidrográfica do Rio Macaé. CECNA/ETR: Nova Friburgo, 2011. Disponível em https://www.academia.edu/39721704/Diagn%C3%B3stico_de_Campo_Tur%C3%ADstico_Ambiental_de_Nova_Friburgo_RJ_Bacia_Hidrogr%C3%A1fica_do_Rio_Maca%C3%A9&nav_from=8ba1c10d-c568-49c7-9b67-0c0cf435eec&rw_pos=0. Acesso em: 22 out. 2023.

CANTOR, Renán Vega. **Capitalismo y despojo**: perspectiva histórica sobre la expropiación universal de bienes y saberes. Bogotá: Impresol Ediciones, 2013.

_____. **El Capitaloceno**: crisis civilizatoria, imperialismo ecológico y límites naturales. Bogotá: Teoria & Praxis, 2019.

CAPILÉ, Bruno. A flora nas paisagens tropicais. **Biblioteca Nacional**, 20 de maio de 2021. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/acervo-da-bn-a-flora-nas-paisagens-tropicais/>. Acesso em 29 de jan. de 2025.

CAPOBIANCO, João Paulo. **Dossiê Mata Atlântica**. Brasília: RMA, 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **A Afro-América**: A Escravidão no Novo Mundo. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. **Escravo ou camponês?** O Protocampesinato negro nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARDOSO, Vinicius Maia. A Tessitura da Teia: Caminhos e descaminhos nos Sertões do Macacu–Século XVIII. **Sapiens-Revista de divulgação científica**, v. 1, n. 2, 2019.

_____. Às margens dos sertões: a economia de abastecimento e pequeno escravista do Vale do Macacu - século XVIII: On the margins of the hinterlands: the supply economy and small slave of the Macacu Valley-18th century. **Caminhos da História**, v. 24, n. 2, p. 22-42, 2019.

_____. **Fazenda do Colégio**: Família, fortuna e escravismo no Vale do Macacu nos séculos XVIII e XIX. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2009.

_____. **Pouco conhecido, montuoso e emboscado**: Poder e economia no Sertão de Macacu - 1786-1790. 1ª ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2024.

CARNEIRO, Eder Jurandir. Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Orgs.). **A insustentável leveza da política ambiental**: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 27-47.

CARNEIRO, Edison. Singularidade dos Quilombos. In: MOURA, Clóvis (Org.). **Os Quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: Edufal, 2001.p. 13-20.

CARNEIRO, Maria José Teixeira *et al.* **Histórico do Processo de Ocupação das Bacias**

Hidrográficas dos Rios Guapi-Macacu e Caceribu. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2012.

CARNEIRO, Raissa Orestes. Novo código florestal brasileiro: a construção da legislação sobre florestas no Brasil. **Cadernos de História - UFPE**, v. 8, n. 8, 2012.

CARNEY, Judith A. Subsistence in the Plantationocene: Dooryard gardens, agrobiodiversity, and the subaltern economies of slavery. **The Journal of Peasant Studies**, v. 48, n. 5, p. 1075-1099, 2021.

_____. **In the shadow of slavery.** Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 2009.

_____. Navegando contra a corrente: o papel dos escravos e da flora africana na botânica do período colonial. **África**, n. 22-23, p. 25-47, 2004.

_____. **Black rice:** The African origins of rice cultivation in the Americas. Cambridge: Harvard University Press, 2002.

CARVALHO FILHO, Amaury de; LUMBRERAS, José Francisco; SANTOS, Raphael David dos. **Os Solos do Estado do Rio de Janeiro.** Brasília: CPRM, 2000.

CASTRO, Carlos Ferreira de Abreu. **Gestão Florestal no Brasil Colônia.** Tese (Doutor em Desenvolvimento Sustentável) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

CASTRO, Jane S. Maia; CONFALONIERI, Ulisses. Uso de agrotóxicos no município de Cachoeiras de Macacu (RJ). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, p. 473-482, 2005.

CASTRO, Leonardo. Da província ao bioma: Representações da Mata Atlântica. In: CABRAL, Diogo de Carvalho; BUSTAMANTE, Ana Goulart (Org.). **Metamorfoses florestais:** Culturas, ecologias e as transformações históricas da Mata Atlântica. Curitiba: Prismas, 2015. p. 54-82.

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CLIQUE DIÁRIO. Série Desvendando Macaé: Carukango, o Zumbi de Macaé. **Clique Diário**, 11 de maio de 2020. Disponível em: <https://cliquediario.com.br/artigos/serie-desvendando-maca-e-carukango-o-zumbi-de-maca-e>. Acesso em 01 de fevereiro de 2025.

COIMBRA-FILHO, Ademar; CÂMARA, Ibsen de Gusmão. **Os limites originais do Bioma Mata Atlântica na Região Nordeste do Brasil.** Rio de Janeiro: FBCN, 1996.

COMITÊ DE BACIA DO RIO MACAÉ. **Diagnóstico Sócio-Ambiental e Projeto Técnico de Ações de Conservação do Solo e da Água da Sub Bacia do Alto-Curso do Rio Macaé.** Lumiar: Produtor de Água, 2016.

COMO A LEI DE TERRA (1850) limitou o acesso de pessoas negras à terra? /Aula especial. Vídeo. 37min.05s. Publicado pelo canal Caçador de Histórias (Flávio Diniz). 18 de jun. de 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=S19roQz6M3E&list=WL&index=32>. Acesso em 17 de

maio de 2025.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS. **Racismo e violência contra quilombos no Brasil**. Curitiba: Terra de Direitos, 2018.

CORDEIRO, Hélvio Gomes. **Carukango, o Príncipe dos Escravos**. Campos dos Goytacazes: Grafimar, 2009.

CORRÊA, Dora Shellard. História, Meio Ambiente e Interdisciplinaridade. **História Revista**, v. 22, n. 2, p. 23-44, 2017.

COSTA, Gilciano Menezes. **A Escravidão em Itaboraí**: Uma vivência às margens do Rio Macacú (1833-1875). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

COSTA, Helder. **Enchentes no Estado do Rio de Janeiro**: uma abordagem geral. Rio de Janeiro: SEMADS, 2001.

COSTA, Zé Pedro de Oliveira. **Uma história das florestas brasileiras**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

CRIST, Eileen. A pobreza de nossa nomenclatura. In: MOORE, Jason W. (org.). **Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo**. São Paulo: Elefante, 2022.p. 35-64.

CRONON, William. **Changes in the land- Indians, colonists and the ecology of New England**. New York, 1983.

CROSBY, Alfred Worcester. **Imperialismo ecológico**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2011.

CRUTZEN, Paul J.; STOERMER, Eugene F. The ‘Anthropocene’. Paul J. Crutzen and the anthropocene: A new epoch in earth’s history. **Springer Nature**, 2000. p. 19-21.

CURTA BIODIVERSIDADE. Da Baía de Guanabara à Serra do Ibitipoca. **Laboratório Audiovisual**, 29 de março de 2024. Disponível em https://curtabiodiversidade.fiocruz.br/lab_atividades/baiadeguanabara-bitipoca/. Acesso em 29 de jan. de 2025.

DA COSTA, Isabel Jovita Rodrigues. **Ombro a ombro**: ferroviários e camponeses na luta por direitos em Cachoeiras de Macacu (1954-1964). Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

DA ROSA JÚNIOR, Ailton Fernandes. **Em águas turvas**: Homens livres pobres no Vale do Macacu oitocentista. Dissertação (Mestre em Ciências), Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2014.

_____. Febres do Macacu: Epidemia e Meio Ambiente na Província do Rio de Janeiro (1828-1833). In: ENCONTRO INTERNACIONAL HISTÓRIA & PARCERIAS, 2, 2019, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos** [...]. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em https://www.historiaeparcerias2019.rj.anpuh.org/resources/anais/11/hep2019/1569959157_A RQUIVO_5d320e3af9e3cfed1c141f0b977bb357.pdf. Acesso em: 03 de out. 2023.

_____. Pobres rurais e desflorestamento no interior fluminense na segunda metade do século XIX. **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 6, n. 1, p. 168-186, 2013.

DA SILVA, Luiz Carlos; CUNHA, Hélio Canejo da Silva. **Geologia do Estado do Rio de Janeiro**. Brasília: CPRM, 2001.

DA SILVA, Simone Resende. **Negros na Mata Atlântica, Territórios Quilombolas e a Conservação da Natureza**. Tese (Doutora em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia Física, Universidade de São Paulo, 2008.

_____. Comunidades Quilombolas e a Mata Atlântica. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, v. 12, n. 29, p. 105-120, 2013.

DA SILVA, Wallace Marcelino. **A Importância do Conhecimento Local para a Gestão Ambiental no Parque Estadual dos Três Picos (PETP), RJ**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

_____. **História Ambiental de populações negras em Unidades de Conservação: O caso da Reserva Biológica do Tinguá**. Dissertação (Mestre em Biodiversidade em Unidades de Conservação), Pós-Graduação Profissional Biodiversidade em Unidades de Conservação, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico, Rio de Janeiro, 2023.

_____. A História Ambiental e as Eras do Homem e do Capital. **Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha**, v. 13, n. 2, p. 114-142, 2023.

DANTAS, Marcelo Eduardo *et al.* **Diagnóstico Geoambiental do Estado do Rio de Janeiro**. Brasília: CPRM, 2000.

_____. **Geodiversidade do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: CPRM, 2020.

DANTAS, Marcelo Eduardo. **Geomorfologia do Estado do Rio de Janeiro**. Brasília: CPRM, 2000.

_____. A denudação antropogênica da paisagem: processos erosivo-deposicionais no médio Vale do Rio Paraíba do Sul. In: OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de; RUÍZ, Adi E. Lazos. **Geografia histórica do café no vale do rio Paraíba do Sul**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2018, p. 107-126.

DAVIA, Lorenzo. **Bestiario del Capitalocene**. Milano: Delos Digital, 2023.

DE ALBUQUERQUE, Wlamyra; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no**

Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

DE ALMEIDA, Alfredo Vagner Berno. **Quilombos e as Novas Etnias.** Manaus: UEA Edições, 2011.

DE ANDRADE, Manoel Correia. Geografia do Quilombo. *In:* MOURA, Clóvis (Org.). **Os Quilombos na dinâmica social do Brasil.** Maceió: Edufal, 2001, p. 77-88.

DE MENEZES, Pedro Augusto Soares. Caracterizar o quilombo como instituição africana: princípios para a arqueologia brasileira a partir de Beatriz Nascimento. **Revista de Arqueologia**, v. 37, n. 1, p. 30-48, 2024.

DE MOLINA, Manuel González; TOLEDO, Víctor M. **The Social Metabolism: A Socio-Ecological Theory of Historical Change.** Springer, 2014.

DE MORAES, Daniela Paiva Yabeta. **Marambaia:** História, Memória e Direito na luta pela titulação de um território quilombola no Rio de Janeiro (c. 1850 – tempo presente). Tese (Doutora em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

DE OLIVEIRA, Joana Cabral *et al.* (Ed.). **Vozes vegetais:** diversidade, resistência e histórias da floresta. São Paulo: Ubu, 2021.

DE OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer:** projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses. 5ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

DE SOUZA JÚNIOR, Carlos Roberto Bernardes. Geografias Culturais no/do Plantationceno. **Caminhos da Geografia**, v. 24, n. 94, p. 313-331, 2023.

DE SOUZA, Reginaldo José. Paisagem e Socionatureza: olhares geográfico-filosóficos. Editora UFFS, 2018.

DE VARGAS, Eliseu Junior Leite. **Insurreição Quilombola e Ordem Senhorial:** Quilombo em Vassouras, no Vale do Paraíba Fluminense, em 1838. Dissertação (Mestre em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2012.

DEAN, Warren. **A Ferro e Fogo:** A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEISTER, Jaqueline. Em Cachoeiras de Macacu (RJ), projeto aponta os impactos da Ditadura no campo. **Brasil de fato**, 04 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.brasildefatoj.com.br/2018/05/04/em-cachoeiras-de-macacu-rj-projeto-aponta-os-impactos-da-ditadura-no-campo>. Acesso em 15 de fev. de 2025.

_____. Estado do Rio de Janeiro concentra mais de 20 mil quilombolas, aponta IBGE. **Brasil de Fato**, 28 de julho de 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/07/28/estado-do-rio-de-janeiro-concentra-mais-de-20-mil-quilombolas-aponta-ibge>. Acesso em: 19 de agosto de 2024.

DIAMOND, Jared. **Colapso**: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso. Editora Record, 2020.

DIÁRIO DE TERESÓPOLIS. Chuvas fortes: Teresópolis entre os locais que receberão atenção do governo federal. Diário de Teresópolis, 24 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://netdiario.com.br/noticias/chuvas-fortes-teresopolis-entre-os-locais-que-receberao-atencao-do-governo-federal/>. Acesso em 16 de jul. de 2025.

_____. Polícia investiga invasões e furtos na sede do Parque dos Três Picos em Teresópolis. Diário de Teresópolis, 07 de maio de 2025. Disponível em: <https://netdiario.com.br/noticias/policia-investiga-invasoes-e-furtos-na-sede-do-parque-dos-tres-picos-em-teresopolis/>. Acesso em 16 de jul. de 2025.

DIAS, Ayrton. O Trem do Passado- Uma história esquecida. **Êxito Rio**, 23 de novembro de 2024. Disponível em: https://exitorio.com.br/materia.php?post_id=297. Acesso em 09 de fev. de 2025.

DIAS, Gabriel. Pulsões, capitalismo destrutivo e ecologia: Perspectivas marcusianas. **Das Questões**, v. 14, n. 1, 2022.

DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: Editora da USP, 2001.

_____. **Conflitos entre populações humanas e Unidades de Conservação e Mata Atlântica**. São Paulo: NUPAUP, 1995.

_____. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

DOMINGUES, Carlos Vinícius Schettini da Silva. **Desafiando o Cativo**: Fuga de escravos no Rio de Janeiro Joanino (1808 -1821). Dissertação (Mestre em História), Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

DOMINGUES, Gabriel de Mendonça; SANTOS PINTO, Vicente Paulo. A educação ambiental em meio às relações entre o rural e o urbano no entorno do Parque Estadual dos Três Picos, Teresópolis-RJ. **Campo Território: revista de geografia agrária**, v. 6, n. 12, p. 317-352, 2011.

DORST, Jean. **Antes que a natureza morra**. São Paulo: Edgard Blucher, 1973.

DOS SANTOS, Antônio Bispo. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu, 2023.

_____. **Colonização, Quilombos**: modos e significações. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

DOS SANTOS, Christian Fausto Moraes; BRACHT, Fabiano; DA CONCEIÇÃO, Gisele Cristina. Porcos do Alentejo, malaguetas da Bahia: intercâmbio biológico na Mata Atlântica quinhentista. In: CABRAL, Diogo de Carvalho; BUSTAMANTE, Ana Goulart (Org.).

Metamorfoses florestais: Culturas, ecologias e as transformações históricas da Mata Atlântica. Curitiba: Prismas, 2015.p. 176-193.

DOS SANTOS, Gleidson Fernando Rocha. Carucango, resistência quilombola no Rio de Janeiro. **Revista Discente Ofícios de Clio**, v. 6, n. 10, p. 217-217, 2021.

DRUMMOND, José Augusto Leitão. **Devastação e preservação ambiental:** os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, nº 8, p. 62-144, 1991.

_____. Por que estudar a história ambiental do Brasil? - Ensaio temático. **Varia História**, n. 26, p. 23-29, 2002.

DUARTE, Regina Horta. **História & Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ENDERS, Armelle. A escravidão no seio da sociedade fluminense. *In*: ENDERS, Armelle. **A história do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2015.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento. *In*: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 133-168, 2005.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. São Paulo: Schwarcz-Companhia das Letras, 2022.

FARIA, Sheila de Castro. Ouro, porcos, escravos e café: as origens das fortunas oitocentistas em São Pedro de Cantagalo, Rio de Janeiro (últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [S. l.], v. 26, p. e04d1, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/148052>. Acesso em: 14 out. 2023.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa:** mulheres, corpos e acumulação primitiva. Elefante, 2019.

FEDEROVISKY, Sergio. **Historia del medio ambiente:** la transformación de la naturaleza de mundo ajeno y amenazante a espacio por conquistar; La génesis del movimiento ambientalista. Capital Intelectual, 2007.

FELIPE, José Maurilene Araújo. Matrizes Históricas do Ambientalismo: Da Relação (Ambígua) do Homem com a Natureza ao nascimento da História Ambiental. *In*: **História, Meio Ambiente e Educação Ambiental:** Contexto e Desafios. Visconde do Rio Branco: Suprema, 2012.

FERDINAND, Malcom. **Uma Ecologia Decolonial:** pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu, 2022.

FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. Do Castelo das Águas à trilha Transcarioca: as marcas institucionais na paisagem do Parque Estadual da Pedra Branca. *In*: OLIVEIRA,

Rogério Ribeiro; FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. **Paisagens do sertão carioca: floresta e cidade**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2020.p. 279-301.

_____. Um Rio de florestas: uma reflexão sobre o sentido da criação dos parques na cidade do Rio de Janeiro. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 24, p. 141-161, 2011.

FERREIRA, Catarina. Projeto leva produção de quilombos no Vale do Ribeira à periferia paulistana. **Folha de São Paulo**, 21 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/comida/2021/10/projeto-leva-producao-de-quilombos-no-vale-do-ribeira-a-periferia-paulistana.shtml>. Acesso em 05 de mar. de 2025.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. **“Donos do Lugar”**: A Territorialidade Quilombola da Comunidade do Sapê do Norte - ES. Tese (Doutora em Geografia) - Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

FERREIRA, Tatiana de Sá Freire *et al.* Espacialização das Comunidades Remanescentes de Quilombos no Estado do Rio de Janeiro em 2021. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, Brasil, v. 13, n. 1, p. 73–90, 2023.

FIABANI, Adelmir. **Mato, Palhoça e Pilão**: O quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004). 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. Uma morfologia dos quilombos nas Américas, séculos XVI-XIX. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 19, p. 259-297, 2012.

FOLHA DO MEIO AMBIENTE. Langsdorff, um viajante compulsivo. **Folha do Meio Ambiente**, 18 de outubro de 2013. Disponível em: <https://folhadomeio.com/2013/10/rugendas245/>. Acesso em 29 de jan. de 2025.

FONSECA JÚNIOR, Eduardo. **Sambaquis e Quilombos no Litoral Fluminense**. Rio das Ostras: Gráfica e Policromia Iriry, 2004.

FOSTER, John Bellamy. **The vulnerable planet**: A short economic history of the environment. New York: Monthly Review Press, 1999.

_____. Imperialismo Ecológico: A maldição do capitalismo. In: **O Novo Desafio Imperial**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.p. 225-243.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Homens de grossa ventura: Acumulação e Hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRANCO, José Luiz de Andrade; SCHITTINI, Gilberto de Menezes; BRAZ, Vivian da Silva. História da conservação da natureza e das áreas protegidas: panorama geral. **Revista Historiae**, v. 6, n. 2, p. 233-270, 2015.

FRANKE, Carlos Roberto *et al.* (Org). **Mata Atlântica e biodiversidade**. Salvador: Edufba,

2005.

FREIRE, Quintino Gomes. Nova espécie de bromélia é descoberta no Parque Estadual dos Três Picos. **Diário do Rio**, 28 de novembro de 2024. Disponível em: <https://diariodorio.com/nova-especie-de-bromelia-e-descoberta-no-parque-estadual-dos-tres-picos/>. Acesso em 16 de fev. de 2025.

FREITAS, Décio Bergamaschi. O Escravidão Brasileiro. 3ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

_____. Quilombos. In: **Escravos e Senhores-de-Escravos**. Porto Alegre: Escola Superior de São Francisco de Brindes, 1977.p. 73-89.

FREITAS, Marcelo Motta; SILVA, Luiz Guilherme Eirado; TUPINAMBÁ, Miguel. Domínios Geomorfológicos no Parque Estadual dos Três Picos e sua relação com aspectos geológicos. **Sociedade & Natureza**, v. 29, p. 63-77, 2022.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 7ª ed. São Paulo: Global, 2004.

FROEHLICH, José Marcos. Gilberto Freyre, a história ambiental e a ‘rurbanização’. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 7, p. 283-303, 2000.

FUNES, Eurípedes Antonio; RIOS, Kenia Sousa. História Ambiental: alguns desafios conceituais e políticos. In: KMITTA, Ilsyane do Rocio; ARAKAKI, Suzana; ZIMMERMANN, Tânia Regina (orgs.). **História Ambiental**: Configurações do humano e tessituras teórico-metodológicas. Vitória: Editora Milfontes, 2020.

FURTADO, Alfredo Braga. Como escrever artigos científicos, dissertações e teses. 3ª ed. Belém: Abfurtado, 2020.

GALINDO-LEAL, Carlos; CÂMARA, Ibsen de Gusmão (Ed.). **Mata Atlântica**: biodiversidade, ameaças e perspectivas. Belo Horizonte: Fundação SOS Mata Atlântica, 2005.

GARCIA, Januário (Org.). **História dos Quilombos do Estado do Rio de Janeiro**: A verdade que a história não conta. Rio de Janeiro: Sala Produções, 2002.

GLAVE, Dianne D. Rural African American Women, Gardening, and Progressive Reform in the South. In: GLAVE, Dianne D.; STOLL, Mark (Ed.). **“To Love the Wind and the Rain”-Africa Americans and Environmental History**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Pre, 2005.p. 37-50.

_____. African American Environmental History: An Introduction. In: GLAVE, Dianne D.; STOLL, Mark (Ed.). **“To Love the Wind and the Rain”-Africa Americans and Environmental History**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Pre, 2005.p. 1-8.

GOMES, Ângela Maria da Silva. **Rotas e diálogos de saberes da etnobotânica transatlântica negro-africana**: Terreiros, Quilombos, Quintais da Grande BH. Tese (Doutora em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de Quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro- Século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

_____. **Histórias de Quilombolas: Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro - Século XIX**. Dissertação (Mestre em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

_____. **Mocambos e Quilombos: Uma História do Campesinato Negro no Brasil**. São Paulo: Claroenigma, 2015.

_____. Uma tradição rebelde: notas sobre os quilombos na capitania do Rio de Janeiro (1625-1818). **Afro-Ásia**, n. 17, 1996.

_____. Revoltas em três tempos: Rio de Janeiro, Maranhão e São Paulo (século XIX). In: **Revoltas Escravas no Brasil**. REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2021.p. 528-279.

GOMES, Mauro Leão. **Ouro, posseiros e fazendas de café**. A ocupação e a degradação ambiental da região das Minas do Canta Gallo na província do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2004.

GRAEFF, Orlando. **Iconografia da Paisagem Brasileira/Brazilian Landscape iconography**. Nau, 2020.

GUIMARÃES, Carlos Magno. **A negação da ordem escravista**. São Paulo: ícone, 1988.

_____. Arqueologia do Quilombo: Arquitetura, Alimentação e Arte (Minas Gerais). In: MOURA, Clóvis (Org.). **Os Quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: Edufal, 2001.p. 37-51.

HAESBAERT, Rogério. As ciências sociais redescobrem o território para falar do seu desaparecimento. In: HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARAWAY, Donna J. **Seguir con el problema: Generar parentesco en el Chthuluceno**. Consonni, 2020.

_____. Ficar com o problema: Antropoceno, Capitaloceno, Chthuluceno. In: MOORE, Jason W. (org.). **Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo**. São Paulo: Elefante, 2022. p. 67-125.

HARTLEY, Daniel. Antropoceno, Capitaloceno e o problema da cultura. In: MOORE, Jason W. (org.). **Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a Crise do capitalismo**. São Paulo: Elefante, 2022.p. 189-222.

HARVEY, David. A Destruição Criativa da Terra. In: HARVEY, David. **O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.p. 150-173.

HASUI, Yociteru *et al.* (Ed.). **Geologia do Brasil**. São Paulo: Beca, 2012.

HAURESKO, Cecília; DE LIMA CORREIA, Reginaldo; GOMES, Marquiana de Freitas Vilas Boas. A relação entre a conservação ambiental da floresta com araucárias e os sistemas faxinais no Paraná. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 18, n. 1, p. 131-151, 2017.

HENRIQUE, Wendel. **O direito à cidade na cidade**. Salvador: Edufba, 2009.

HUTCHISON, David. **Educação ecológica: ideias sobre consciência ambiental**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

IGLESIAS-RÍOS, Ricardo. Capitaloceno: a era da barbárie. 1ª ed. Rio de Janeiro: Yellow Carbo Design e Publishing, 2019.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE. Parque Estadual dos Três Picos: Plano de manejo. 1ª revisão. Rio de Janeiro: INEA, 2009.

IRVING, Marta de Azevedo; CORRÊA, Frances Vivian; ZARATTINI, Andréa Curi. **Parques nacionais no Rio de Janeiro: Desafios para uma gestão social da biodiversidade**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2013.

ISEENSE E SÁ, Marcio. Barragem Guapiacu: entre o diálogo e o tratoração. **O Eco**, 16 de março de 2015. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/28985-barragem-guapiacu-entre-o-dialogo-e-tratoraco/>. Acesso em 15 de fev. de 2025.

JOHNSON, Cassandra Y.; MCDANIEL, Josh. Turpentine Negro. In: GLAVE, Dianne D.; STOLL, Mark (Ed.). **“To Love the Wind and the Rain”-Africa Americans and Environmental History**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Pre, 2005. p. 21-62.

JORNAL ATUAL. Quilombolas em festa no Dia da Consciência Negra. **Jornal Atual**, 22 de novembro de 2022. Disponível em: <https://jornalatual.com.br/festa-para-zumbi-dos-palmares-no-quilombo-da-marambaia/>. Acesso em 21 de jan. de 2025.

JULCEIA. Dendê-africano (*Elaeis guineensis* Jacq.). **A planta da vez**, 01 de março de 2016. Disponível em: https://www.aplantadavez.com.br/2016/01/dende-africano-elaeis-guineensis-jacq_3.html. Acesso em: 21 de jan. de 2025.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Companhia das Letras, 2019.

_____. **O amanhã não está à venda**. Companhia das Letras, 2020.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KLEIN, Herbert S.; LUNA, Francisco Vidal. **Slavery in Brazil**. New York: Cambridge University Press, 2009.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e a Guanabara**. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1948.

_____. **O Homem e a Serra**. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1963.

LAMEGO, Paulo. **O Brasil é o Vale**. 6ª ed. Valença: Gráfica PC Duboc, 2006.

LATOUR, Bruno. **Onde aterrar?** - Como se orientar politicamente no Antropoceno. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito. **Revista Proposta**, v. 25, n. 71, p. 5-10, 1997.

LEAL, Cláudia. **Landscape of Freedom** - Building a Postemancipation in the Rainforests of Western Colombia. Tucson: The University of Arizona Press, 2018.

LEITE, Ilka Boaventura. Diásporas Africanas e direitos territoriais: as várias dimensões do Quilombo no Brasil. In: DE OLIVEIRA, Osvaldo Martins (Org.). **Direitos quilombolas & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016.

LEITE, José Ferrari. **A Ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, 1998.

LE MOS, Marcelo Sant'Ana. **O índio virou pó de café?** Resistência indígena frente à expansão cafeeira no Vale do Paraíba. Rio de Janeiro: Paco Editorial, 2016.

LEWIS, Simon L.; MASLIN, Mark A. **The Human Planet: How We Created the Anthropocene**. New Haven: CT: Yale University Press, 2018.

LIMA, Adelina. 31 deuses da mitologia africana, seus poderes e mistérios. **Segredos do Mundo**, 26 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://segredosdomundo.r7.com/deuses-africanos/>. Acesso em 16 de março de 2025.

LIMA, André (Org.). **Aspectos jurídicos da proteção da Mata Atlântica**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2001.

LIMA, Renata Azevedo. **Conflitos de Terra e Quilombos na Colonização do Rio de Janeiro (1808 – 1831)**. Dissertação (Mestre em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

_____. Colonos Suíços x Quilombolas: A resistência escrava no Rio de Janeiro do século XIX. **POLIS - Laboratório de História Econômica-Social**, n. 24, 2010.

LIMA, Rodrigo Correia de; SILVA, Maria de Fátima Gomes da. Religiões Afro-indígenas Brasileiras: o Sagrado e o Meio Ambiente. In: MELO, Patrícia Pinheiro de (Org.). **História ambiental: debates interdisciplinares**. Recife: UFPE, 2014. p. 169-175.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico**, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2003.

LOPES, Lis. Quilombo Kalunga é reconhecido pela ONU como primeiro território no Brasil conservado pela comunidade. **g1**, 11 de fevereiro de 2021. Disponível em <

<https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2021/02/11/quilombo-kalunga-e-reconhecido-pela-onu-como-primeiro-territorio-no-brasil-conservado-pela-comunidade.ghtml>>. Acesso em 01 de dez. 2024.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo *et al.* **Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação**: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. 3ª ed. Rio de Janeiro: IBAMA/INEA, 2008.

LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. Antropoceno, ciências humanas e historiografia. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 30, p. e2023067, 2023.

LÖWY, Michael. **O que é o Ecosocialismo?** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LOYOLA, Rafael *et al.* **Áreas prioritárias para conservação da flora endêmica do Estado do Rio de Janeiro**. 1ª ed. Rio de Janeiro: I Graficci Programação Visual, 2018.

LOZADA, Gioconda. **Presença Negra**: Uma história de Nova Friburgo. Niterói: EDUFF, 1991.

LUCENA, Felipe. História do Cais do Valongo. **Diário do Rio**, 20 de novembro de 2019. Disponível em: <https://diariodorio.com/historia-do-cais-do-valongo-2/>. Acesso em 31 de jan. de 2025.

MACEDO, Lucimar Ferraz de Andrade. **Comunidades Tradicionais Quilombolas do Território da Baía de Ilha Grande – Big/RJ: Gestão e Controle Social**. Tese (Doutora em Políticas Públicas Comparadas) - Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2021.

MACHADO, Carlos José Saldanha. **Ensaio sobre o mundo da rudeza dos fatos**: brevíário do Brasil e engajamento das ciências ambientais. 1ª ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2019.

_____. **Pensamentos Ecológicos**: Cadernos Epistêmicos I. 1ª ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2022.

MACHADO, Lia Osório. **Gente do Caceribu**: sua geografia, sua história. Rio de Janeiro: Instituto Baía de Guanabara, 1997 (CD-ROM).

MAGDALENA, Bianca Cruz (Org.). **Do Quilombo à Floresta**: Guia de plantas da Mata Atlântica no Vale do Ribeira. 1ª ed. São Paulo: ISA, 2022.

MAPBIOMAS. Territórios quilombolas estão entre as áreas mais preservadas do Brasil. **MapBiomias**, 13 de dezembro de 2023. Disponível em <<https://brasil.mapbiomas.org/2023/12/13/territorios-quilombolas-estao-entre-as-areas-mais-preservadas-no-brasil/>>. Acesso em 19 de out. 2024.

MARCUSE, Herbert. Ecologia e crítica da sociedade moderna. **Dissonância: Revista de Teoria Crítica**, v. 2, n. 1.2, p. 190-203, 2018.

MARIA CONGA - O único Quilombo em Magé que viu a liberdade. Vídeo. 25min. 05s. Publicado pelo canal Grupo Resgate Memória Magé. 06 de maio de 2017. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=KJtUHoxD0l4>. Acesso em 24 de maio de 2025.

MARQUES, Leonardo; ROCHA, Gabriel de Avilez. A história ambiental do capitalismo no mundo colonial, séc. XV ao XIX. **Tempo**, v. 28, p. 145-159, 2022.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

MARQUES, Marcia C.M.; GRELLE, Carlos E.V. (Ed.). **The Atlantic Forest: History, biodiversity, threats and opportunities of the mega-diverse forest**. Springer Nature, 2021.

MARRETTO, Rodrigo Marins. “**A Escravidão velada: A formação de Nova Friburgo na primeira metade do século XIX**”. Dissertação (Mestrado em História) -Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

_____. **O opulento capitalista: café e escravidão na formação do patrimônio familiar do Barão de Nova Friburgo**. (c. 1829-c. 1873). Tese (Doutor em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino**. São Paulo: Cortez, 2006.

MARTINS, Leonardo; CAVARARO, Roberto. Manual Técnico da Vegetação Brasileira. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

MARTINS, Marcos Lobato. **Capitalismo, Pandemia e mundo rural: Anotações sobre doença e história em tempos de SARS-CoV-2**. Diamantina: UFVJM, 2020.

_____. **História e meio ambiente**. São Paulo: Annablume, 1997.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil (Séculos XVI e XIX)**. Petrópolis: Vozes, 1994.

McBRIEN, Justin. Acumulando extinção: Catastrofismo planetário no Necroceno. In: MOORE, Jason W. (org.). **Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo**. São Paulo: Elefante, 2022.p. 189-222.

MEDEIROS, Rodrigo *et al.* **Contribuição das unidades de conservação para a economia nacional**. Brasília: UNEP-WCMC, 2011.

_____. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 9, p. 41-64, 2006.

_____. Rio de Janeiro, capital natural do Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2018.

MELOSI, Martin V. Environmental Justice, Ecoracism, and Environmental History. In: GLAVE, Dianne D.; STOLL, Mark (Ed.). “**To Love the Wind and the Rain**”-Africa Americans and Environmental History. Pittsburgh: University of Pittsburgh Pre, 2005.p. 120-132.

MENARIN, Carlos Alberto. **À sombra dos jequitibás**: O Parque Estadual de Vassununga entre os interesses públicos e privados (1969-2005). São Paulo: Annablume, 2011.

MERCADANTE, Paulo. **Os sertões do leste**: estudo de uma região - a mata mineira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

MESQUITA, Cláudia *et al.* **Alimento da Terra**: a mandioca em Cachoeiras de Macacu, do século XVI à atualidade. Niterói, RJ: ASOEC, 2019.

MIGLIANI, Felipe. Dia da Consciência Negra: samba e gastronomia no Quilombo Cafundá Astrogilda. **Agência Lume**, 19 de novembro de 2024. Disponível em: <https://www.agencialume.com/post/dia-da-consciencia-negra-samba-e-gastronomia-no-quilombo-cafunda-astrogilda>. Acesso em 16 de mar. de 2025.

MISSIATTO, Leandro Aparecido Fonseca *et al.* A colonialidade nas políticas ambientais do governo Bolsonaro e a inversão dos órgãos de defesa do meio ambiente. **Margens**, v. 15, n. 24, p. 85-102, 2021.

MOMBELLI, Raquel. **Visagens e Profecias**: Ecos da Territorialidade Quilombola. Tese (Doutora em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MOORE, Jason W. O Surgimento da Natureza Barata. In: MOORE, Jason W. (org.). **Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo**. São Paulo: Elefante, 2022.p. 128-186.

_____. The Capitalocene, Part I: on the nature and origins of our ecological crisis. **The Journal of peasant studies**, v. 44, n. 3, p. 594-630, 2017.

_____. The Capitalocene, Part II: Abstract social nature and the limits to capital. **The Journal of Peasant Studies**, v. 45, n. 2, p. 237-279, 2018.

_____. **Capitalism in the Web of Life**: Ecology and the Accumulation of Capital. London-New York: Verso Books, 2015.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Meio Ambiente e Ciências Humanas**. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

MOREIRA, Aderbal. Natureza, morada dos Orixás. In: NASCIMENTO, Elisa Markin (Org.). **Guerreiras de Natureza**: Mulher negra, religiosidade e ambiente. São Paulo: Selo Negro, 2014.p. 186-205.

MOREIRA, Philippe Manoel da Silva. Os Argonautas da Guanabara: Liberdade, Circularidade e a formação da economia costumeira no Rio de Janeiro escravista, séculos XVIII e XIX. Tese (Doutor em História) - Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, Niterói, 2023.

_____. Os Enclaves Rebeldes e os Ecossistemas de Dendês no Vale da Estrela: Uma História Ambiental da formação e organização dos quilombos no antigo Recôncavo do Rio de Janeiro no século XIX. In: Encontro – Escravidão e Liberdade, 12, 2025,

Florianópolis. **Anais Eletrônicos** [...]. Florianópolis, 2025.p. 1-15. Disponível em: <https://www.escravidaoeliberdade2025.eventos.dype.com.br/anais/trabalhos/lista>. Acesso em 18 de out. de 2025.

MOREIRA, Manoel. Terras denominadas “Quilombo das Bananeiras”, município de Capivari - RJ [mapa]. Rio de Janeiro: INEA, [s.d.]. Escala 1:40.000.

MOURA, Clóvis. **História do Negro Brasileiro**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1992.

_____. **Os Quilombos e a rebelião negra**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **Quilombos: Resistência ao escravismo**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1993.

_____. **Quilombos: Resistência ao Escravismo**. 5ª ed. Teresina: EdUESP, 2021.

MOURA, Glória. **Festa dos Quilombos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista Usp**, n. 28, p. 56-63, 1996.

MURARI, Luciana. **Natureza e cultura no Brasil (1870-1922)**. São Paulo: Alameda, 2009.

MURPHY, Michael Warren; SCHROERING, Caitlin. Refiguring the Plantationocene: Racial Capitalism, World-Systems Analysis, and Global Socioecological Transformation. **Journal of World-Systems Research**, v. 26, n. 2 , p. 400-415, 2020.

NASSIF, Luis. Pintor do século 19 já abordava questão ambiental em quadro. **GGN**, 16 de janeiro de 2013. Disponível em: <https://jornalgggn.com.br/meio-ambiente/pintor-do-seculo-19-ja-abordava-questao-ambiental-em-quadro/>. Acesso em 08 de fev. de 2025.

NEVES, Raphael. **Experiências capturadas: Em torno da escravidão urbana, imprensa e fugas escravas no Rio de Janeiro, 1809-1821**. Dissertação (Mestre em História), Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2012.

NGOENHA, Severino Elias. **O retorno do bom selvagem: uma perspectiva filosófica-africana do problema ecológico**. Porto: Salesianas, 1994.

NÍMER, Edmon. **Climatologia do Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1989.

NOVAES, Adriano. Os caminhos antigos no território fluminense. In: LERNER, Dina; MISZPUTEN, Francis. **Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense – fase I**. (1ª Ed.). Rio de Janeiro: INEPAC/ICCV, 2008. p. 53-78.

O CAFÉ, subidor de morros e destruidor de florestas. Vídeo. 57min e 21s. Publicado pelo canal Janaína Botelho. 27 de ago. de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=INaJ5W9INh4>. Acesso em 17 de maio de 2025.

O DIA. Rancho de caça é desativado no Parque Estadual dos Três Picos. **O Dia**, 23 de novembro de 2022. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/teresopolis/2022/11/6527869-rancho-de-caca-e-desativado-no-parque-estadual-dos-tres-picos.html>. Acesso em 16 de fev. de 2025.

2025.

OBSERVATÓRIO QUILOMBOLA E TERRITÓRIOS NEGROS. Descoberta comunidade com mais de 100 anos em Campos. **Observatório Quilombola e Territórios Negros**, 07 de dezembro de 2010. Disponível em: <https://kn.org.br/oq/2010/12/07/descoberta-comunidade-com-mais-de-100-anos-em-campos/>. Acesso em 01 de fev. de 2025.

OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves de; PENA, Ingrid Almeida de Barros. A construção do patrimônio e identidades emergentes no Maciço da Pedra Branca (RJ). **Em Questão**, v. 26, p. 143-180, 2020.

OLIVEIRA, Rodrigo Leonardo de Sousa. **“Mão de Luva” e “Montanha”**. Bandoleiros e Salteadores nos caminhos de Minas Gerais no século XVIII (Matas gerais da Mantiqueira: 1755-1786). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Cultura e Poder, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

OLIVEIRA, Rogério Ribeiro; FRAGA, Joana Stingel. “As águas estão acabando”: etno-hidrologia e arqueologia do uso de recursos hídricos por antigos moradores do Maciço da Pedra Branca (Rio de Janeiro) *In*: OLIVEIRA, Rogério Ribeiro; FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. **Paisagens do sertão carioca: floresta e cidade**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2020.p. 145-162.

OSLENDER, Ulrich. **The Geographies of Social Movements-Afro-Colombian Mobilization and the Aquatic Space**. Durhan and London: Duke University Press, 2016.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. **Estudos Avançados**. São Paulo, vol. 24, nº 68, p. 81-101, 2010.

_____. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888**. Zahar, 2002.

_____. A construção de um país tropical: uma apresentação da historiografia ambiental sobre o Brasil. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 27, n. 4, p. 1311-1340, 2020.

PACHECO, Tânia. Racismo ambiental: religião, identidade e cultura em seus múltiplos aspectos. *In*: CORRÊA, Aureanice de Mello; MOUTINHO-DA-COSTA, Lara; DE BARROS, José Flávio Pessoa (Orgs.). **A floresta-educação, cultura e justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.p. 187-196.

PALACIO, Germán. Historia tropical: a reconsiderar las nociones de espacio, tiempo y ciencia. **Tareas**, n. 120, p. 29-65, 2005.

PEDRO, Gustavo. **Parque Estadual dos Três Picos**. Rio de Janeiro: Luminati, 2017.

PELEGRI, Rodolfo AM. Agroindústria canavieira e formação territorial paulista: do engenho escravista à usina de açúcar e álcool (1530-1930). **Revista franco-brasileira de geografia**, n. 57, 2022.

PENNA-FIRME, Rodrigo. Carvoeiros do passado, quilombolas do futuro? Conflitos e direitos

socioambientais de populações residentes no interior do Parque Estadual da Pedra Branca, RJ. *In: OLIVEIRA, Rogério Ribeiro; FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. Paisagens do sertão carioca: floresta e cidade. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2020, p. 60-81.*

PERES, Guilherme. **História Fluminense: Um lugar no passado.** Rio de Janeiro: IPAHB, 2006.

PERES, Gustavo Lagares Xavier. O Germe do Capitaloceno: o genocídio colonial em Abya Yala como época da nova época geológica. *In: Colóquio Marx e o Marxismo 2021, 2021, Niterói. Anais Eletrônicos [...]* Niterói: 2021. Disponível em: https://www.niepmarx.blog.br/MM/MM2021/AnaisMM2021/MC1_2.pdf. Acesso em 26 de nov. de 2024.

PERES, Waldir Rugero. **Paisagens fluminenses, a contribuição de Alberto Lamago.** Dissertação (Mestre em Geografia) - Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geografia, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

PLUMWOOD, Val. **Environmental culture: The ecological crisis of reason.** Routledge, 2005.

PORTAL C3. Manoel Congo e Marianna Crioula presos. **Portal C3**, 12 de novembro de 2023. Disponível em: <https://portalc3.net/manuel-congo-e-marianna-crioula-presos/>. Acesso em 01 de fev. de 2025.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter Porto. 14ª ed. **Os (des)caminhos do meio ambiente.** São Paulo: Contexto, 2006.

_____. De caos sistêmico e de crise civilizatória: tensões territoriais em curso. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, v. 22, n. 2, p. 103-132, 2020.

POSTMA, Johannes. Slave Revolts in Brazil and North America. *In: Slave Revolts.* Westport: Greenwood, 2008.p. 71-89.

PRATES, Vinicius. **Um mapa da ideologia no Antropoceno.** Barueri: Estação das letras e cores, 2020.

QUEIROZ, Renato da Silva. **Caipiras negros no Vale do Ribeira: um estudo de antropologia econômica.** São Paulo: EdUSP, 2006.

RAJÃO, Raoni; CARVALHO, Ely Berço de; GIUDICE, Roberta del. **Uma breve história da legislação florestal brasileira.** Florianópolis: Expressão, 2021.

RAMOS, João Marcelo Quintiliano; CAMPIÑO, Iván Darío Loaiza. Justicia Ambiental, Capitaloceno y Cambio Climático en Brasil y Colombia. Reflexión crítica. **Ensino, Saúde e Ambiente**, Número Especial, p. 389-411, 2020.

RESTREPO, Eduardo. Políticas de la alteridad: Etnización de "comunidad negra" en el Pacífico sur colombiano. **Journal of Latin American Anthropology**, v. 7, n. 2, p. 34-58, 2002.

RICCO, Danielle. Floresta da Tijuca - A floresta urbana no coração do Rio de Janeiro. **Viajando pela história do Rio de Janeiro**, 16 de outubro de 2022. Disponível em: <https://www.viajandopelahistoriadoriodejaneiro.com/post/floresta-da-tijuca-a-floresta-urbana-no-cora%C3%A7%C3%A3o-do-rio-de-janeiro>. Acesso em 05 de mar. de 2025.

RIECHMANN, Jorge. Antropoceno + Capitaloceno. In: VIQUEIRA, Francisco Díaz-Fierros. **O Antropoceno e a <Grande Aceleración> - Unha Ollada desde Galicia** (Coord.). Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 2019. p. 68-91.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 41.990, de 12 de agosto de 2009. **Amplia o Parque Estadual dos Três Picos e dá outras providências**. Diário oficial do Estado, Rio de Janeiro, 13 de agosto de 2009.

_____. Decreto-Lei nº 31.343, de 05 de junho de 2002. **Cria o Parque Estadual dos Três Picos, no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências**. Diário oficial do Estado, Rio de Janeiro, 06 de junho de 2002.

_____. Lei nº 6573 de 31 de outubro 2013. **Redefine os limites do Parque Estadual dos Três Picos e extingue a Estação Ecológica Estadual do Paraíso e as áreas de Proteção Ambiental do Jacarandá e do Rio dos Frades**. Diário oficial do Estado, Rio de Janeiro, 04 de novembro de 2013.

ROBERTS, Patrick. **Tropical forests in pre-history, history, and modernity**. Oxford University Press, 2019.

RODRIGUES, Thainá. Por que a Baixada Fluminense é a região que mais reúne casas de religiões afro no Rio? Especialistas explicam. **Extra**, 26 de maio de 2024. Disponível em: <https://extra.globo.com/rio/noticia/2024/05/por-que-a-baixada-fluminense-e-a-regiao-que-mais-reune-casas-de-religioes-afro-no-rio-especialistas-explicam.ghml>. Acesso em 07 de jun. de 2025.

RUFINO, Luiz. **Vence-Demanda: educação e descolonização**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2021.

SABATINI, Francisco; SEPÚLVEDA, Claudia (Ed.). **Conflictos ambientales: entre la globalización y la sociedad civil**. Santiago: Centro de Investigación y Planificación del Medio Ambiente, 1997.

SAHD, Fábio Bacila. Tristes paralelos: apontamentos sobre a discriminação e desapropriação de nativos no Paraná e na Palestina no século XX. **Revista Crítica Histórica**, v. 5, n. 9, 2014.

SAITO, Kohei. **O ecossocialismo de Karl Marx: capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política**. São Paulo: Boitempo, 2021.

SANGAT, Sushma Shrestha *et al.* Afro-descendant lands in South America contribute to biodiversity conservation and climate change mitigation. **Communications Earth & Environment**, v. 6, n. 1, p. 458, 2025.

SANTOS, Agni Hévea dos. A justiça ambiental e os novos direitos constitucionais: a função socioambiental dos territórios quilombolas do Parque Estadual da Pedra Branca. **Revista**

Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 20, p. 457-478, 2018.

SANTOS, Antonio Ortega; OLIVIERI, Chiara. Narrativas Coloniales de la Historia Ambiental. Un balance hacia la Decolonialidad como nueva epistemología. **Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha**, v. 7, n. 2, p. 32-64, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. Introdução. In: Epistemologias do Sul (Orgs.). SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. 2010. São Paulo: Cortez, 2009. p. 09-19.

SANTOS, Marcio Soares; MARTINS, Herbert Toledo. Por uma História Ambiental da Formação Social do Extremo Sul da Bahia (1945-1972). **Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha**, v. 11, n. 2, p. 311-347, 2021.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SEMADS. **Bacias Hidrográficas e Rios Fluminenses: Síntese Informativa por Macrorregião Ambiental**. SEMADS: Rio de Janeiro, 2001.

SERRA, Cristina. **Tragédia em Mariana: a história do maior desastre ambiental do Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SERRA, Mozart Vitor; SERRA, Maria Teresa (Org.). **Guia de História Natural do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Cidade viva, 2012.

SERRATOS, Francisco. **El Capitaloceno: Una Historia Radical de La Crisis Climática**. UNAM -Ciudad de México: Dirección General de Publicaciones y Fomento Editorial, 2021.

SERTÃO DE BANANEIRAS, SILVA JARDIM-RJ. Foto de Bananeiras. **Facebook**, 21 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/sertaobananeiras/photos/pb.100081985974847.-2207520000/1888679454747483/?type=3>. Acesso em 21 de ago. De 2025.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO. **Inventário Florestal Nacional: Rio de Janeiro - principais resultados**. Brasília: MMA, 2018.

SHIVA, Vandana. Recursos Naturais. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SILVA FILHO, Alzimiro Domingos da. **O Turismo Rural no entorno do Parque Estadual dos Três Picos: O Potencial turístico das comunidades rurais de Nova Friburgo**. 1ª ed. Nova Friburgo: Fross, 2018.

SMITH, Christen A. Quilombo: Thoughts on black freedom and liberation. In: Nascimento, Maria Beatriz. **The Dialectic is in the sea: The black radical thought**. Princeton: Princeton University Press, 2023.p. 153-217.

SMITH, Neil. **Nature as accumulation strategy**. 2009. Disponível em: <http://neil-smith.net/wp-content/uploads/2009/10/nature-as-accumulation-strategy.pdf>. Acesso em: 11 de

jun. de 2023.

SOFFIATI NETTO, Aristides Arthur. Breve história da globalização ocidental e seus custos ambientais. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 2, n. 1, p. 144-173, 2020.

SOS MATA ATLÂNTICA. **Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica - período 2019-2020**. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica, 2021.

STROBEL, Juliana Scapulatempo *et al.* **Critérios econômicos para a aplicação do princípio do protetor-recebedor**: Estudo de caso do Parque Estadual dos Três Picos. Ed. 11. Lagoa Santa: Conservation Strategy Found, 2007.

SVAMPA, Maristella. **Antropoceno** - Lecturas globales desde el Sur. Córdoba: La Sofía Cartonera, 2019.

_____. Feminismos ecoterritoriales en América Latina. Entre la violencia patriarcal y extractivista y la interconexión con la naturaleza. **Documentos de trabajo (Fundación Carolina): Segunda época**, n. 59, p. 1, 2021.

_____. Pensar el desarrollo desde América Latina. **Renunciar al bien común. Extractivismo y (pos) desarrollo en América Latina**, p. 17-58, 2012.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SOFFIATI NETTO, Aristides Arthur. **O manguezal na história e na cultura do Brasil**. Campos dos Goytacazes: Faculdade de Direito de Campos, 2006.

_____. Parque Estadual do Desengano: História, economia e sociedade. **Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego**, v. 3, n. 1, p. 51-106, 2009.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: Edusc, 2001.

SHIRATORI, Karen. No Olho do Furacão: plantation e contradomesticação. In: MARRAS, Stelio; TADDEI, Renzo. **O Antropoceno**: sobre modos de compor mundos (Org.). Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.p. 108-129.

SIMPSON, Michael. The Anthropocene as colonial discourse. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 38, n. 1, p. 53-71, 2020.

STEWART, Mark A. Slavery and the Origins of African American Environmentalism. In: GLAVE, Dianne D.; STOLL, Mark (Ed.). **“To Love the Wind and the Rain”-Africa Americans and Environmental History**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Pre, 2005.p. 9-20.

TAIBO, Carlos. **Colapso**: Capitalismo terminal, transição ecossocial, ecofascismo. Curitiba: Editora UFPR, 2019.

TAVARES, Elaine. Destruição de escola quilombola em Santa Catarina está ligada à luta pela terra. **Brasil de Fato**, 07 de abril de 2021. Disponível em:

<https://www.brasildefatores.com.br/2021/04/07/destruicao-de-escola-quilombola-em-santa-catarina-esta-ligada-a-luta-pela-terra>. Acesso em: 21 de jan. de 2025.

TAVARES, Sinivaldo Silva. **Ecologia e Decolonialidade**: Implicações mútuas. São Paulo: Paulinas, 2022.

TCE (RJ). Estudos Socioeconômicos: Municípios do Estado do Rio de Janeiro (Nova Friburgo). Rio de Janeiro: TCU, 2021.

_____. Estudos Socioeconômicos: Municípios do Estado do Rio de Janeiro (Guapimirim). Rio de Janeiro: TCU, 2021.

_____. Estudos Socioeconômicos: Municípios do Estado do Rio de Janeiro (Silva Jardim). Rio de Janeiro: TCU, 2021.

_____. Estudos Socioeconômicos: Municípios do Estado do Rio de Janeiro (Teresópolis). Rio de Janeiro: TCU, 2021.

_____. Estudos Socioeconômicos: Municípios do Estado do Rio de Janeiro (Cachoeiras de Macacu). Rio de Janeiro: TCU, 2021.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

TOLEDO, Victor Manuel Manzur; BARRERA-BASSOLS, Narciso. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 20, 2009.

_____. **Los civilizacionarios**: repensar la modernidad desde la ecología política. Cidade do México: Juan Pablo editor, 2019.

TOMICH, Dale W. *et al.* **Reconstructing the landscapes of slavery**: A visual history of the plantation in the nineteenth-century Atlantic world. Chapel Hill: UNC Press Books, 2021.

TORRES, Paulo Rosa. **Comunidades Remanescentes de Quilombos**: Da Escravidão à Disputa Contemporânea por seus territórios tradicionais. Tese (Doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2020.

TSING, Anna. Margens indomáveis: cogumelos como espécies companheiras. **Ilha Revista de Antropologia**, v. 17, n. 1, p. 177-201, 2015.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Rio de Janeiro: Difel, 1980.

ULLOA, Astrid. Dinámicas ambientales y extractivas en el siglo XXI: ¿es la época del Antropoceno o del Capitaloceno en Latinoamérica? **Desacatos**, n. 54, p. 58-73, 2017.

URQUIZA, Antônio Hilário Aguilera; ROCHA, Adriana de Oliveira. O desastre ambiental de Mariana e os Krenak do Rio Doce. **Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**, v. 16, n. 35, p. 191-218, 2019.

VALLEJO, Luiz Renato. Unidade de conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e políticas públicas. **Geographia**, v. 4, n. 8, p. 57-78, 2002.

VELASCO, Marcela. Afrocolombianos e interculturalidade na região do Pacífico. **Debates Indígenas**, 01 de novembro de 2023. Disponível em: <https://debatesindigenas.org/pt/2023/11/01/afrocolombianos-e-interculturalidade-na-regiao-do-pacifico/>. Acesso em: 20 de jan. de 2025.

VELLEZ, Luiz Antonio. No Vale do Ribeira, quilombolas saem do isolamento e garantem direitos. **Sul21**, 15 de setembro de 2015. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2015/09/no-vale-do-ribeira-quilombolas-saem-do-isolamento-e-garantem-direitos/>. Acesso em: 21 de Jan. de 2025.

VERGÈS, Françoise. Racial Capitalocene. In: JOHNSON, Gaye Theresa; LUBIN, Alex. **Futures of Black radicalism**. London/New York: Verso Books, 2017.

VERLING, Erika. Favela: um quilombo contemporâneo. **Agência de notícias das favelas**, 3 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://www.anf.org.br/favela-um-quilombo-contemporaneo/>. Acesso em 31 de jan. de 2025.

VIEIRA, Danilo. Censo revela aumento no número de pessoas pretas e pardas no RJ; estado é o segundo mais negro do país. **g1**, 22 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/12/22/cento-revela-aumento-no-numero-de-pessoas-pretas-e-pardas-no-rj-estado-e-o-segundo-mais-negro-do-pais.ghtml>. Acesso em 31 de maio de 2025.

VIEIRA, Renata Carolina Corrêa. Em busca de um conceito: O uso estratégico da categoria “povos e comunidades tradicionais” na luta por direitos socioambientais. **Revista InSURgência**, v. 5, nº 1, p. 48-81, 2020.

VOVÓ LEONTINA legendado em português. Vídeo. 15 min. 13s. Publicado pelo canal Vovó Leontina. 20 de maio de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iPUe8B8u1WM>. Acesso em 07 de junho de 2025.

WALLIS, Victor. As respostas capitalista e socialista à crise ecológica. **Crítica Marxista**, nº 29, p. 57-74, 2009.

WATKINS, Case. Palmeiras africanas em solos brasileiros: Transformação socioecológica e a construção de uma paisagem Afro-Brasileira. **Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha**, v. 10, n. 1, p. 150-193, 2020.

_____. Landscapes and resistance in the African diaspora: Five centuries of palm oil on Bahia's Dende Coast. **Journal of Rural Studies**, v. 61, p. 137-154, 2018.

_____. A Mata Transatlântica: Afrodescendentes e transformação socioecológica no litoral da Bahia In: CABRAL, Diogo de Carvalho; BUSTAMANTE, Ana Goulart (Org.).

Metamorfoses florestais: Culturas, ecologias e as transformações históricas da Mata Atlântica. Curitiba: Prismas, 2015.p. 194-223.

WHYTE, Kyle. Indigenous climate change studies: Indigenizing futures, decolonizing the Anthropocene. **English Language Notes**, v. 55, n. 1, p. 153-162, 2017.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Revista Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

WWF. **A situação da Mata Atlântica:** três países, 148 milhões de pessoas e uma das mais ricas florestas na Terra. Fundação Vida Silvestre Argentina, 2017.

_____. **Visão da biodiversidade da ecorregião Serra do Mar:** Domínio biogeográfico Mata Atlântica. Brasília: WWF-Brasil, 2016.

YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann; MEDEIROS, Rodrigo. (Org). **Quanto vale o verde:** a importância econômica das unidades de conservação brasileiras. Rio de Janeiro: Conservação Internacional, 2018.

YUSOFF, Kathryn. **A billion black Anthropocenes or none.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 2018.

ZAGATTO, Bruna Pastro. **Sobreposições territoriais em São Francisco do Paraguaçu:** território quilombola, fazendas e unidades de conservação, Baía do Iguaçu, Bahia. Tese (Doutor em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Bahia, Departamento de Antropologia, Salvador, 2019.

_____. A necropolítica ambiental nos quilombos de Ilha de Maré, Bahia, Brasil. **Amazônica - Revista de Antropologia**, v. 12, n. 1, p. 253-276, 2020.

ZIMRING, Carl Abraham. **Clean and White.** New York: University Press, 2016.